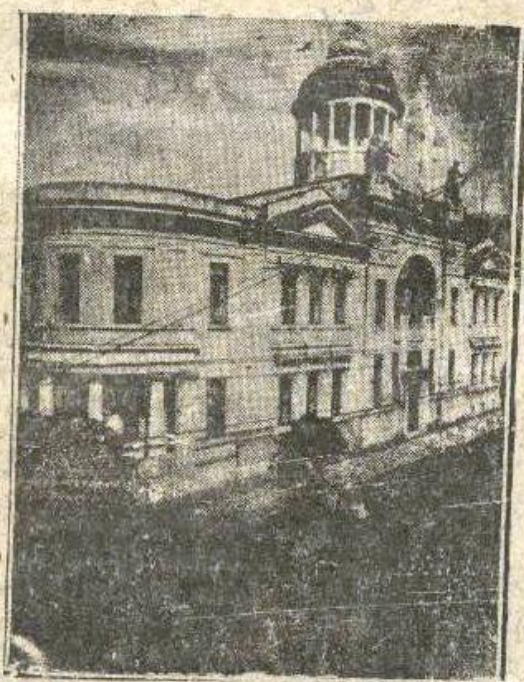


REVISTA
DO
Instituto Geographico e Historico
DA BAHIA

Fundado em 1894, reconhecido de utilidade publica pela Lei n. 110,
de 13 de Agosto de 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti
In praesens, validusque in veniens stimulus.



N. 69

1943

O Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia

Publicado por Frei FIDELIS OTT, O. F. M.

INTRODUÇÃO

Já que a Igreja e o Convento de São Francisco da Bahia ocupam o primeiro lugar entre os tesouros grandiosos do Patrimônio artístico e histórico do Brasil, interessa tudo o que possa enriquecer os nossos conhecimentos sobre a sua história. Diversas vezes já chamamos a atenção do mundo intelectual bahiano, para o "Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco", documento histórico que embora precioso tem continuado inédito até os nossos dias (Cfr. o meu artigo "Quem pagou os azulejos do Convento de São Francisco da Bahia?" no jornal "A Tarde", 18 de Abril de 1942, e "O claustro do Convento de São Francisco da Bahia", publicado na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, N. 68 (1942, 92). Ainda que Frei Antônio de St. Maria Jaboatão no seu "Orbe Seráfico" se tenha servido das indicações do Livro dos Guardiães, chegou somente até o ano de 1764, não exaurindo, portanto, toda a fonte de maneira que muitas informações interessantes sobre a construção do Convento e da Igreja de São Francisco ficaram escondidas nas trevas do Arquivo do dito Convento, para não falar das notícias inteiramente novas que contém o citado manuscrito sobre a época de 1764 a 1862, ano em que termina.

Devemos ao Instituto Histórico da Bahia, sempre zeloso em guardar e entregar à posteridade, documentos históricos valiosos para a história bahiana, a responsabilidade da publicação do "Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco" da Cidade do Salvador.

No que diz respeito ao título da fonte histórica que vamos publicar, conservamos a denominação de "Livro dos Guardiães", consagrada pela tradição oral, embora o manuscrito traga o título:

Livro

da Fundação deste Convento de Nosso Padre São Francisco da Cidade da Bahia, e dos Prelados, que a governarão, antes de ser Província, e depois de separada da Província de Portugal".

Jaboatão o denomina "assento dos Guardiães" (Cfr. Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil, 1858-1861, parte II, 60, 64, 65, 99, 260-261).

O antigo manuscrito do dito "Livro dos Guardiães", que se extendia até o ano de 1804, neste ano estava em tão penoso estrago, que o então Ministro Provincial da Província franciscana de St. Antônio, Frei Sebastião de Jesús St. Ana, homem dos maiores merecimentos no que respeita à conservação dos documentos antigos da Província, mandou fazer uma cópia fiel do presente Livro. Este trabalho foi terminado no começo de 1805. Frei Sebastião, historiador escrupuloso, conferiu a cópia ao original e vendo que era fiel, a aprovou, assinando um termo que foi posto na sua primeira página com o seguinte teor:

"O Ir.º Preg.ºr Ex Diffinor. e Min.º Prov.º al Fr. Sebastiam de JESÚS Santa Anna mandou fazer este livro, por estar o antigo já m.t.º arruinado, e lançar nelle o Cartorio desta Caza de N. P.e S. Francisco da Cidade da Bahia; o que fielmente se executou, e depois de se traduzir à este tudo o que no outro se continha, se lhe apresentou; e vendo estar conforme com o original, o — aprvou, e assinou aos 28 de Fever.º de 1805.

FR. SEBASTIÃO DE JESÚS S.ta Anna

Minr.º Prov.ºl.

O que foi feito do original, depois de redigida a cópia, não sabemos. Entre os documentos do Arquivo do Convento de São Francisco da Bahia, onde se encontram diversas cópias de antigos manuscritos muito estragados, escritas ou ordenadas pelo dito Frei Sebastião, e cujos originaes, embora muito carcomidos pelo verme roedor do tempo, se guardaram cuidadosamente, não há, porém, vestígio do manuscrito antigo do "Livro dos Guardiães" do Convento bahiano. Dizemos "manuscrito antigo", porque, com tôda a probabilidade não se tratava do livro organizado no tempo da fundação do Convento, pois não possuímos nenhum documento anterior à invasão dos holandezes. Podemos, pois, supor que o dito original, do qual certamente se serviu Jabocatão, tenha sido escrito no século XVII.

Na publicação do "Livro dos Guardiães" conservamos fielmente a ortografia e o mais como se encontra na cópia de 1805. Acrescentamos em anotações os trechos respigados por Jabocatão, onde êle se refere ao "assento dos Guardiães", às vezes, ad verba (cfr. Parte II, 64-65, e "Livro dos Guardiães": 30.º Guardiã), outras com ligeiras alterações vocabulares (Cfr. II, e 60, 260-261, e "Livro d. G.": 5.º Prelado e 20.º Guardiã) ou ainda fazendo apenas uma alusão, de modo geral (Veja-se II, 99, e "Livro d. G. "28.º e 30.º Guardiã). Os pontos em que o "Livro dos Guardiães" discorda do que diz Jabocatão, deixarão de ser

discutidos, já que isto não pertence à publicação de documentos históricos. Adicionamos ainda outras notas tomadas de fontes inéditas, existentes no Arquivo do Convento de São Francisco da Bahia. Aí, máxima autoridade compete às "Atas Capitulares da Provincia franciscana de St. Antônio do Brasil", pois possuímos delas os originaes, assinados pelos próprios membros dos Capitulos ou Congregações que tiveram lugar entre os anos de 1787 até 1862. Si, algumas vezes, observamos discordâncias entre as datas dos Capitulos indicadas pelo "Livro dos Guardiães" e pelas "Atas Capitulares", maior confiança merecem estas últimas.

Passemos à publicação do texto do "Livro dos Guardiães".

Fundação e principios desta Casa de N. P. S. Francisco da Bahia, Segunda da Custodia.

No anno de 1587. / dous annos depois que os primeiros Religiozos chegarão à Pernambuco / mandou o Commisario, e Custodio Fr. Melchior de Santa Catarina à esta Cidade da B.^a ao Ir.^o Fr. Antonio da Ilha com outros Companheiros, de q. não consta os seus nomes, os quaes forão recebidos de todos, como se fossem Anjos vindos da gloria, e principalmente do S.or Bispo D. Antonio Barreiros, e do Governador Geral D. Francisco de Souza. Havia já nesta Cidade da B.^a huma Igreja de N. P. S. Francisco, e hum Religiozo nosso Espanhol, passando p. aqui fez edificar; e vindo o sobredito Fr. Anto. da Ilha com seus companheiros procurarão sitio junto della, o qual era de hum Antonio Frz. da Ilha de Maré. o nelle tinha feito moradas de cazas, e lhe fora dado em dote p. seu sogro Pedro de Siebra, a quem o Governador Geral Men de Sá o tinha dado p. carta de cismaria. E por q.to os Officiaes da Camara tinham outra Carta mais antiga dommo Governador sobre o dito sitio, q. nos querião dar, houverão duvidas entre elles, allegando huns, e outros de sua justica, até q. se compuzerão, traspassando huns, e outros o direito, q. tinham; a saber, os Officiaes da Camara livremente, e o d.o Anto Frz., com condição de q. lhe pagassem as bemfeitorias em o Syndico, q. os Religiozos elegerão; elogo o S.or Bispo D. Antonio Barreiros mandou dar duzentos cruzados pelas bemfeitorias, de que se fez escritura de transação, e amigavel composição a oito de Abril do sobredito anno, e se entregou aos Religiozos o dito sitio, e cazas, em q. elles se recolherão, elogo começarão a ajuntar pedra, e madeira para a edificação desta Caza, que edificarão neste sitio, assim por razão da Igreja de N. P. S. Francisco, q. já estava feita, como da conveniencia da agoa, q. na quelle tempo estava mais chegada, e depois se foi dilatando mais para adiante. (1)

Primeiro Prelado desta Casa, e outros, que pelo tempo lhe succederão.

1.º Fr. Antonio da Ilha (2)

O 1.º Prelado Presidente in Capite foi o sobredito Fr. Antonio da Ilha, filho da S.ta Provincia da Piedade, hum dos pr.os Religioz. os, q. vierão da nossa prov.a de S.te An.to, mandado com outros companheiros p-lo Ir.º Fr. Melchior de S. Catharina, p.o Comissario, e Custodio, Fundador desta Custodia; o q.l Fr. Anto da Ilha era Religiozo m.to exemplar, e tão inclinado à obras, como apartado da communicação de seculares. Tanto q. lhe concederão o sitio atraz referido, começou a ajuntar pedra, e madeira para o novo Convento.

2.º Fr. Francisco dos Santos (3)

O 2.º Prelado, e Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Francisco dos Santos, filho da Provincia, e hum dos primeiros Religioz. os, que della vierão; Religiozo m.to pobre, exemplar, e m.to apartado das conversações de Seculares; tinha grande talento p.a obras, p.r ser bem visto na Arte de Architectura, e p.a fazer Imagens debarro, como fez m.tas na Prov.a, e algumas na Custodia. Traçou esta Caza e começou a obra, eno seu tempõ se fez m.ta parte della. Foi Guardiãõ o restante do tempo do dito Custodio.

3.º Fr. Antonio da Insoa (4)

O 3.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Antonio da Insoa, filho da Provincia, Religiozo muito grave, e exemplar, e agradavel aos Seculares. Foi Guardiãõ o tempo, que o Ir.º Fr. Leonardo de JESUS foi Custodio a primeira vez. Continuou as obras.

4.º Fr. Domingos de S. Boaventura (5)

O 4.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Domingos de S. Boaventura, filho da Provincia, Religiozo muito penitente, pobre, e exemplar. Governou até a Congregação do Ir.º Fr. Braz de S. Jeronimo Custodio, e continuou com as obras.

5.º Fr. Francisco dos Santos (6)

O 5.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Francisco dos Santos segunda vez; governou o restante do tempo do sobredito Custodio, e fez os Retabulos, obra perfeitissima, q. os Olandezes quebrarão, quando renderão esta Cidade no anno de 1624.

6.º Fr. Estevão dos Anjos (7)

O 6.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Estevão dos Anjos, filho da Provincia. Religiozo exemplar, e benevolo aos Seculares. Governou o tempo, que foi Custodio a pr.ª vez o Ir.º Fr. Antonio da Estrella.

7. Fr. Antonio da Insoa (8)

O 7.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Antonio da Insoa segunda vez. Governou o tempo, que o Ir.º Fr. Leonardo de JESUS foi segunda vez Custodio.

8. Fr. Gaspar da Anunciaçãõ

O 8.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Gaspar da Anunciaçãõ, filho da Provincia, e eleito nella. Veio em comp.ª dos Desembargadores, que vierãõ para a Caza da Relaçãõ, que houve nesta Cidade, e se tornou a hir. Governou em tempo do Custodio Fr. Francisco dos S-tos.

9. Fr. Simãõ da Golegan

O 9.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Simãõ da Golegan, filho da Provincia; governou em tempo do sobredito Custodio, até o Capitulo futuro.

10. Fr. Vivente do Salv.ºr (9)

O 10.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Vivente do Salvador, Pregador, f.º da Custodia: governou o tempo, q. foi Custodio o Ir.º Fr. Ant.º da Estrella segunda vez, e mandou fazer a Enfermaria.

11. Fr. Ant.º da M.e de D.s

O 11.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Antonio da Madre de Deos, o Carmelita, filho da Custodia, eleito no Capitulo do Ir.º Fr. Vicente do Salvador, e o foi até a sua Congregaçãõ.

12. Fr. Estevãõ dos Anjos.

O 12.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Estevãõ dos Anjos, filho da Prov.ª, eleito segunda vez na Congregaçãõ do Custodio Fr. Vicente do Salvador, e no Cap.º seguinte sahio p. Dffin.r.

13. Fr. Fr.cº de S. Antonio.

O 13.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.ºr Fr. Francisco de S. Antonio, o Rocca, filho da Custodia, eleito no Cap.º do Ir.º Fr. Paulo de S. Catharina, e acabou na sua Congregaçãõ, por haver já sido G.ºm outro anno, emeiõ na Caza de Iguaraçú.

14. Fr. Ant.º do Calv.º

O 14.º Guardiãõ foi, eleito na Congregaçãõ do Ir.º Fr. Paulo de S. Catharina, o Ir.º Fr. Antonio do Calvario, filho da Custodia, e o foi ate o capitulo seguinte.

15. Fr. Vicente do Salv.ºr (10)

O 15.º Guardiãõ foi o Ir.º Fr. Vicente do Salvador, eleito na Prov.ª, no Cap.º áq. foi votar, p. haver sido Custodio, e tor-

nando-se p.^a esta Custodia, renunciou, sendo Custodio o Ir.^o Fr. Manoel de Christo, o qual fez Presidente in Capite ate a Congregação ao Ir.^o Fr. Antonio de S. Clara.

16. Fr. Bernardino de S. Ago. (11)

O 16. Guardião foi o Ir.^o Fr. Bernardino de S. Ago, filho da Custodia, eleito na Congregação do Ir.^o Fr. Manoel de Christo. No seu tempo se alongou o choro da porta da Igreja ate os arcos.

17. Fr. Boav.^a de S. Thomaz.

O 17. Guardião foi o Ir.^o Fr. Boaventura de S. Thomaz, filho da Custodia, que pr.^o foi Terceiro, e vindo de Angòla tomou o habito nesta Custodia, e governou o tempo, que o Ir.^o Fr. Antonio de Braga foi Custodio, eleito no seu Capitulo.

18. Fr. Cosme de S. Damião. (12)

O 18.^o Guardião foi o Ir.^o Fr. Cosme de S. Damião, filho da Custodia, eleito no Capitulo do Ir.^o Fr. Antonio dos Anjos, e o foi ate a Congregação, no qual tempo levantou o arco, e fez a capella de abobeda, e na Congregação o fizerão G.^am do Rio de Janeiro, e no Cap.^o seguinte sahio Diffinidor.

19. Fr. Franc.^o de S. Antonio.

O 19. G.^am foi o Ir.^o Fr. Francisco de S. Antonio, o Rocca, segunda vez, eleito na Congregação do sobredito Custodio, e no Capitulo seguinte sahio por Diffinidor.

20. Fr. Vicente do Salvador. (13)

O 20. Guardião foi o Ir.^o Vicente do Salvador, P.^e da Custodia, eleito nella segunda vez, no cap.^o do Ir.^o Fr. Simão de S. Antonio; governou ate o Capitulo seguinte.

21. Fr. João da Assumpção. (14)

O 21. Guardião foi o Ir.^o Fr. João da Assumpção de Lisboa, f.^o da Custodia, eleito no Cap.^o do Ir.^o Fr. Cosme de S. Damião, e o foi ate a Congregação, p.^r haver já sido anno, e meio em Serecipe. No seu tp.^o se fez o collegio de S. Boav.^a.

22. Fr. Manoel Bapt.^a (15)

O 22. Guardião foi o Ir.^o Preg.^or Fr. Manoel Baptista de Obidos, fillho da Custodia, eleito na Congregação do sobred.^o Custodio. Neste tempo foi subrogado em Diffinidor, por morte de Fr. Andre de S. Francisco, e eleito Vice-Custodio, por ser levado dos Olandezes o Custodio Fr. Cosme de S. Damião, e não haver novas delle.

23. Fr. Manoel do Esp.t^o Santo. (16)

O 23. Guardião foi o Ir.^o Fr. Manoel do Esp.t^o S.t^o, filho da Custodia, eleito em junta, q. fez o Ir.^o Fr. Cosme de S. Damião, e no Cap.^o seguinte sahio Diffinidor.

24. Fr. Raphael de S. Boav.^a

O 24. Guardião foi o Ir.^o Preg.^{or} Fr. Raphael de S. Boav.^a, filho da Custodia, eleito no Cap.^o do Ir.^o Custodio Fr. Manoel de S. Maria, e governou ate a sua Congregação.

25. Fr. An.t^o dos Martires.

O 25. Guardião foi o Ir.^o Fr. Antonio dos Martires, Pregador, filho da Custodia, eleito na Congregação do sobredito Custodio, governou quazi tres annos, ate o Cap.^o seg.e.

26. Fr. Manel da Cruz.

O 26. Guardião foi o Ir.^o Fr. Manoel da Cruz, eleito no Cap.^o do Ir.^o Custodio Fr. Francisco das Neves.

27. Fr. João Baptista.

O 27. Guardião foi o Ir.^o Preg.^{or} Fr. João Baptista, eleito na Congregação do dito Custodio, e continuou ate vir o Breve da separação. com q. veio de Roma eleito Custodio.

28. Fr. Daniel de S. Franc.^o (17)

O 28. Guardião foi o Ir.^o Fr. Daniel de S. Francisco, eleito na Congregação pr.^a depois da separação da Custodia da Prov.^a de S. Antonio de Portugal, com voz de Cap.^o, q. o dito Ir.^o Custodio Fr. João Baptista no principio da dita separação. Renunciou o dito G.^m, e foi eleito o Ir.^o Fr. Manoel da Esperança, Confessor, o q.l continuou o seu officio ate se embarcar p.^a o Reino com o Gov.^{or} Antonio Telles da Silva, em Camp.^a do qual falleceo no mar. Ficando patente de Prelado da Caza, ate a seg.d^a Congreg.^m/p-r q.t^o a pr.^a não chamamos propriamente Cap.^o, por vir de Roma eleito todo o Diffinitorio/ ao Ir.^o Fr. Daniel de S. Fr.c^o, q. tãobem renunciou o dito cargo, e assim ficou governando o Prezid.e Fr. Domingos da Conceição.

29. Fr. Daniel de S. Franc.^o (18)

O 29. Guardião o Ir.^o Fr. Daniel de S. Fr.c^o, Lente de Theologia, eleito na Congregação sobred.^a em q. prezidio sendo Custodio o Ir.^o Fr. Sebastião do Esp.t^o S.t^o, por morte do Ir.^o Fr. João Baptista. O dito G.^m mandou alargar o recebim.t^o da Portaria; alargou-se o Cruzeiro, e fizerão-se os degrãos. Fez o Sacrario, eos dous retabulos collateraes, q. dourou, e o arco; azul-lejou a capella, e cruzeiro, e fez custodia, eo mais necessario ao culto Divino. Fez-se a caza das secretas, q. está junto à Enfer-

maria com cozinha p.^a ella. Pedio à Franc.^o Pereira de Paripe, e à seus Irmãos esmolla p.^a se pagar o retabulo maior, e à Franc.^o Frz. da Ilha a paga do ouro, com q. se dourou, e letra p.^a mandar vir do Reino as tres Imagens dos retabulos, edas Reliquias. Os dous retabulos collateraes se fizerão de tudo à custa de Felippe de Moura, e de Diogo de Aragão, e empága lhes deu aquelles lugares p.^a suas sepulturas. Estes retabulos se acabarão de dourar no tempo do Guardião seguinte.

30. Fr. Jacome da Purificação. (19)

O 30. Guardião foi o Ir.^o Preg.^o Fr. Jacome da Purificação, feito no Cap.^o, em q. sahio p.r Custodio Provincial o Ir.^o Fr. Daniel de S. Fr.^o, e foi G.^m quatro annos, menos quatorze dias ate o Cap.^o, em q. sahio p.r Custodio Prov.^o o Ir.^o Fr. Pantaleão Bap.t.^a, e sahio p.r Diffin.^or Durou o retabulo môr, o tecto, e cornija da capella. Os dous altares collateraes tâobem se dourarão à custa dos seus Padroeiros Felippe de Moura, e Diogo de Aragão. Neste tempo se despejou o Dique, e se levantarão os seus lanços de muro da p.te d S. Bento, p.^a o q.l o Doutor Franc.^o Barradas deu toda a esmolla. Tãobem se fez a caza da fonte na perfeição, emq; está eo muro, q. está sobre a agoa do lagadiço, sobre grade de páo. couza de m.t.^o custo, p.^a oq. deu grande ajuda, e esmolla o ditto Desembargador.

31. Fr. Sebastião do Esp.t.^o S.t.^o

O 31. Guardião foi o Ir.^o Fr. Sebastião do Esp.t.^o S.t.^o Preg.^or Governou ate a Congregação, q. fez o Ir.^o Custodio Provincial Fr. Pantaleão Baptista, q. fazem quazi dous annos. Nesta m.m.^a Congregação foi eleito Guardião deste Convento o Ir.^o Fr. Antonio dos Martires, Lente de Theologia, q. era actualmente Guardião do Conv.t.^o de N. Sr.^a das Neves de Maria, enão chegou a tomar posse deste Convento da Bahia, p.r q. veio nomeado p.r pr.^o Provincial desta Prov.^a de S. Antonio do Brazil, separada da de S. Antonio de Portugal pelo S.^or Papa Alexandre VII, e assim governou este Convento, enquanto se não fez eleição de Guardiãens o Ir.^o Fr. Manoel dos Martires, Confessor, com patente de Prezidente in Capile.

Guardiães deste Convento, depois da Separação desta Provincia.

1.^o Fr. Fr.^o dos Santos.

Foi eleito em Guardião deste Convento o Ir.^o Fr. Fr.^o dos Santos, Lente de Theologia, no Cap.^o celebrado na Villa de Olinda aos 5 de Novembro de 1659, sendo Ministro Provincial, pr.^o feito em Roma, o Ir.^o Lente de Theologia Fr. Antonio dos Martires.

2.º Fr. Jacome da Purif.m

Na Congregação celebrada no Conv.tº de Marim aos 4 de Dezembro de 1660, em q. prezidio o Ir.º Prov.º Fr. Antonio dos Martires, foi eleito em Guardião o Ir.º Preg.ºr Fr. Jacome da Purificação.

3.º Fr. Simão das Chagas.

No Cap.º celebrado no Convento de Marim aos 21 de Setembro de 1662, sendo provincial p.r Roma o Ir.º Preg.ºr Fr. Aleixo da Madre de Deos, foi eleito em Guardião o Ir.º Frei Simão das Chagas, Confessor.

4.º Fr. Jacome da Purif.m

Na Congregação, que se celebrou na Villa de Olinda a 19 de Abril de 1664, em que prezidio com titulo de Vigario Provincial o Ir.º Fr. Giraldo dos Santos, foi confirmado em Guardião o Ir.º Fr. Jacome da Purificação.

5.º Fr. Pacifico de Jesus.

Na Congregação, que fez o Ir.º Fr. Aleixo da Madre de Deos na Villa de Marim, a 8 de Agosto de 1665, dando p.r invalida aq. havia feito o Ir.º Fr. Pacifico de JESUS, Leitor de Theologia.

6.º Fr. Berardo da Encarn.ªm

No Cap.º q. se celebrou em Olinda, em q. foi eleito em Ministro Provincial o Ir.º Preg.ºr Fr. João da Luz, foi eleito em G.ªm desta Caza o Ir.º Preg.ºr Fr. Berardo da Encarnação.

7.º Fr. Francisco do Desterro.

Ena sua Congregação elegerão p.r Guardião ao Ir.º Fr. Fr.º do Desterro.

Durante o governo do P.e Fr. João da Luz chegou á esta Babia, de Portugal o P.e Fr. Sebastião do Esp.tº S.º feito commissario Geral p.r hum Breve de Motu-proprio. O P.e Fr. João da Luz, eos mais Conv.tºs de Pernambuco depois de o terem acceito, eao seu Commissario, lhe negarão a obediencia, e procederão a eleição de outro Caíptulo. Eo P.e Fr. Sebastião Commissario Geral celebrou outro nesta Caza da B.ª com os vogaes, q. se acharão destas partes. Estes dous Cap.ºs, hum celebrado em 3 de Outubro de 1665 na B.ª, em q. fizerão Prov.ºl ao P.e Fr. Jacome da Purificação, eo outro em 24 de Agosto de 1667, em q. se elegeo Provincial Fr. João da Luz em Olinda, sentenciou por nullo o R.mº P.e Geral, e mandou nova eleição, em q. nomeou p.r Min.º Prov.ºl ao Ir.º Fr. Jacome da Purificação. Diffinidores o Ir.º Fr. Simão das Chagas, Fr. Estevão dos Reis, Fr. Pacifico de JESUS, e Fr. João Baptista; e p.r Custodio Fr. Placido de S. Antonio. Exeio p.r commissario Geral o P. Fr. Antonio de S. Clara da Provincia de Portugal, q. trouxe a sobredita eleição.

8.º Fr. Boav.ª do Rozario.

No Cap.º celebrado neste Convento da B.ª p.º Provincial Fr. Jacome da Purificação em 29 de Novembro de 1670, em q. prezidio o Commissario Geral Fr. Antonio de S. Clara, foi eleito em Guardiãõ desta Caza o Ir.º Fr. Boaventura do Rozario, e confirmado na Congregação.

9.º Fr. Daniel de S. Franc.º (20)

No anno de 1673 aos 15 de Agosto o P. Fr. Luiz da Ressurreição da Prov.ª da Arrabida, vindo p.º Viz.ºr desta Prov.ª, apresentou hum Breve, em o q. S. Santidade nomeava p.º Provincial desta prov.ª ao Ir.º Fr. Simão das Chagas p.º Custodio a Fr. Domingos de S. Antonio, e p.º Diffinidores a Fr. Matheus da Apresentação, Fr. Dom.ºs dos Martires, Fr. Antonio dos Anjos, e Fr. Boaventura do Rozario; e na eleição, q. fizerão de Guardiãens, nomearão p.ª esta Caza ao P.º Fr. Daniel de S. Franc.º, e na Congregação feita a 9 de Fevereiro de 1675, ficou confirmado na mesma.

10.º Fr. Miguel de S. Boav.ª

No Capitulo celebrado no Convento de Marim aos 16 de Janr.º de 1677, em q. sahio p.º Prov.ªl o Ir.º Fr. Pacifico de JESUS, Lente de Theologia, donde nascerão as duvidas de Fr. Manoel de Evora Carreira, foi eleito em Guardiãõ desta Caza o Ir.º Lente Fr. Miguel de S. Boaventura.

11.º Fr. Baltrazar das Neves.

Na eleição, q. fez o Ir.º Fr. Miguel das Chagas no Conv.º de Glinda a 12 de Dezembro de 1681, foi eleito em Guardiãõ desta Caza o Ir.º Fr. Balthazar das Neves. Este P.º veio nomeado Prov.ªl p.º Breve Apostolico, com toda a Meza Diffinitoria, e já desde o anno passado estava nesta Provincia p.º Commissario Geral, e Reformador p.º outro Breve Apostolico; era Capucho da Prov.ª de S. Ant.º dos Curraes, e nesta o chamavão o Remendado.

12.º Fr. Pedro da Transfiguram

Na Congregação, q. fez o sobredito Provincial no Conv.º de Olinda a 2 de Mayo de 1683, foi eleito em Guardiãõ desta Caza o Ir.º Fr. Pedro da Transfiguração.

13.º Fr. Thomaz da Apresentação. (21)

No Capitulo celebrado no Conv.º de Marim a 24 de Fever.º de 1685, em q. prezidio o P.º Fr. Agostinho da Conceição, Lente de Theologia, e actual Provincial da Prov.ª da Conceição do Rio de Janeiro, e foi eleito em Prov.ªl desta nossa o P.º Fr. Dom.ºs de Loretto, sahio p.º Guardiãõ desta Caza o Ir.º Preg.ºr Fr. Thomaz da Apresentação, e foi confirmado na Congregação de 7 de Setembro de 1686, e neste anno deo principio a obra dos cor-

rederes novos deste Conv.t.^o a 20 de Dezembro, quarta Dominga do Advento, dia, emq. nesta Caza se celebrava a festa d S. Antonio de Arguim. Lançou a pr.^a pedra a esta obra com grande applauso, e concurso geral do Povo o S.^{or} Marquez das Minas D. Antonio de Souza Telles de Menezes; carregarão a Pedra com m.t.^a devoção seu filho, o Conde do Prado, Gaspar de Brito, Morgado do Engenho, aq. chamão do Fidalgo; o Syndico deste Conv.t.^o, o Mestre de Campo, Antonio Guedes de Brito; e seu Enteado, Ruy Dias de Menezes. Sendo Pontifice da Igreja de Deos o S.m.^o P. Innocencio X, Imperador dos Romanos o vitoriozo Leopoldo; Commissario Geral da nossa Familia Cismontana Fr. Franc.^o Xumillas; Geral de toda a Ordem Fr. Pedro Marino Sormano; e Rey de Portugal D. Pedro II. Vai esta obra com gr.de aumento, porque contatando-se hoje 25 de Julho de 1689 estão já tres dormitorios desta obra engalgados em o segundo sobrado; esperamos na benção de Nosso Padre se continuará na mesma forma.

14.^o Fr. Antonio da Penha.

No Capitulo celebrado neste Convento da Cidade aos 14 de Setembro de 1689, emq. prezidio o Commissario Viz.^{or} Fr. João Baptista, e foi eleito em Min.^o Prov.^{al} o P. Fr. Pacifico de JESUS se nomeou em Guardiãõ deste Conv.t.^o o Ir.^o Ex-Diffin.^{or} Fr. Ant.^o da Penha. Ena Congregação seg.te de 31 de Março de 1691, na q.l prezidio o P.e mais digno Fr. Domingos de Loreto, foi confirmado om.m.^o Guardiãõ.

15.^o Fr. Miguel das Neves.

No Capitulo q. se celebrou neste Conv.t.^o aos 18 de Outubro de 1692, (22) /em q. prezidio o P. Fr. Domingos de Loreto, e eleito em Prov.^{al} o Ir.^o Fr. Andre de S. Boaventura, sahio p.r G.^m desta Caza o Ir.^o Ex-Diffin.^{or} Fr. Miguel das Neves.

16.^o Fr. Joze de S. Catharina.

No Capitulo, q. se celebrou neste Conv.t.^o da B.^a aos 26 de Novembro de 1695, em q. prezidio o P.e Fr. Dom.^{os} do Loretto, p.r commissão do N. R. P. Commissario Geral Fr. Jacinto Frz. de la Torre, e fo: eleito em Ministro Prov.^{al} o Ir.^o Preg.^{or} Fr. Jacome da Purificação, Custodio, q. foi do dito cap.^o e Vizitador Geral, sahio em Guardiãõ do dito Convento o Ir.^o Preg.^{or} Fr. Joze de S. Catharina, Ex-Diffinidor, e tomou posse a 28 do dito.

17.^o Fr. Agostinho da Assumpção.

No Capitulo celebrado neste Conv.t.^o da B.^a a 3 de Jan.^o de 1699, em q. prezidio o Ir.^o Custodio Fr. Pantaleão da Porciuncula, p.r commissão do R.m.^o P. Commissario Geral Fr. Antonio Cardona, e foi eleito em Min.^o Prov.^{al} o Ir.^o Preg.^{or} Fr. Joze de S. Catharina, sahio p.r G.^m o Ir.^o Lente Fr. Agostinho da Assump.^m

18.º Fr. Antonio do Rozario.

No Capitulo q. se celebrou neste Conv.tº da B.ª a 11 de Fev.º de 1702. em q. prezidio o Ir.º Ex-Diffin.ºr Fr. Miguel das Neves, p.r patente do N. R. P. Geral Fr. Luiz de la Torre, e foi eleito em Min.º Preg.º Fr. Andre da Conceição, sahio p.r Guardiãõ deste Conv.tº o Ir.º Preg.ºr Fr. Antonio do Rozario, o Missionario.

19.º Fr. Luiz Quaresma.

E na Congreg.ªm seguinte o Ir.º Fr. Luiz Quaresma.

20.º Fr. Manoel de S. Antonio. (23)

No Capitulo celebradõ neste Convento a 14 de Fev.º de 1705, emq. prezidio o Ir.º Ex-Diffin.ºr Fr. Daniel da Assumpção, p.r patente do N. R. P. Geral Fr. Alonso de Biesma, e sahio eleito em Min.º Prov.ªl o Ir.º Ex Custodio, e Vigario Prov.ªl Fr. Cosme do Esp.tº S.tº foi eleito em Guardiãõ deste Conv.tº o Ir.º Fr. Manoel de S. Antonio Bexiga, o q.l governou tres annos, e acabou as obras do Conv.tº; a saber, a Enfermaria, forrando-a, e aperfeçoando-a de azulejo, e retabulo do altar, e tudo o mais necessario p.ª a sua perfeição; como tãobem acabou as officinas de baixo, começando do carcere, Refeitório, Poyo, Cozinha, Capitulo com forro, e azulejo; e assim mais seis cellas no Dormitorio debaixo, e mais huma, q. fica em cima da escada, junto da Enfermaria, ea caza de fora da Enfermaria aperfeçoou com azulejo, e forro.

21.º Fr. Vicente das Chagas. (24)

No Capitulo q. se celebrou em Seregipe do Conde em o ultimo de Dezembro de 1707, em q. foi eleito Min.º Prov.ªl o Ir.º Preg.ºr Fr. Estevão de S. Maria, sahio p.r Guardiãõ desta Caza o Ir.º Preg.ºr Fr. Vicente das Chagas. Governou tres annos e foi oq. lançou a pr.ª pedra na Igreja nova, sendo Pontifice da Igreja Romana o Smo. Pe. Clemente XI, Rey de Portugal D. João V., Protector desta Prov.ª Ao pr.º de Novembro de 1708 benzeo a primeira pedra o Illm.º Senr. D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo Metropolitano deste Estado do Brazil, e a lançou no fundo áhuma pte. do Cruzeiro, junto com o sr. Luiz Cezar de Menezes, Governador Geral. Esta memoria se lançou neste livro, p.ª q. se saiba a todo o tp.º, e nos mostremos agradecidos a este povo da B.ª e seu Reconcavo; pois nos derão esmolas, com q. fizemos este Convc. e himos fazendo este Templo tão grandiozo. Este Guardiãõ, qdo. entregou a Caza no Capitulo segte., emq. fazião tres annos, que se havia lançado a primeira pedra na Igreja, deixou o assento seguinte.

Ficão envigadas as tribunas de huma parte; isto he, da Capella mór. Ficão feitos os arcos de huª banda, e vai-se lavrando pedrã p.ª a outra. Fica a Igreja ate o Cruzeiro meia feita, Capella mór, e duas capellas mais. Fizerão-se no Claustro 22 pila-

res, q. ficção sinco palmos fora da terra; doze pilares levarão de alicerces 40 palmos, e os mais 32; os semenos 28. A Igreja levou de entulho, e alicerces 48 palmos. Soalhou-se a Sacristia, Despejos, e Capitulo.

22.º Fr. Hilario da Visitação. (25)

O 22.º Guardião foi o Ir.º Preg.ºr, e Ex-Diffin.ºr Fr. Hilario da Visitação, eleito no Cap.º, q. se celebrou no Conv.tº de Seregipe do Conde a 27 de Dezembro de 1710, e prezidio nelle o P. Fr. Cosme do Esp.tº S.tº, e sahio em Prov.ºl o Ir.º Fr. Agostinho da Assumpção, Ex Leitor de Theologia. O dito G.ºm governou todo o triennio. A 3 de Outubro de 1713, vespera de N. P. S. Franc.º de tarde benzeo a Igreja deste Conv.tº o Ill.mº Sr. Arcebispo desta Metropole D. Sebastião Monteiro da Vide, e se fez huma Procissão p.ªs ruas da Cide com applauso; e contentam.tº universal de todo o Povo. Levou o SS. Sacramento o Sr. Arceb.º, o q.l. recolhida a Procissão, se collocou na Igreja, e outro dia, q. foi o de N. P. S. Fr.º, celebrou a pr.ª Missa, dizendo-a de Pontifical, o dito Senhor. Nesta solemidade se fizerão 3 dias de festa, com 6 sermoens pregados p.los Religiozos do Patriarcha S. Bento, os q.es p.ª maior solemidade fizerão a festa todos os 3 dias. Esta Igreja nova ate diante dos pulpitos com a sua Capella môr se fez em tp.º, q. governou o sobredito G.ºm continuando-a donde a havia deixado o seu Antecessor. Fez tãobem a Sacristia, e param.tº todo necessario, com q. agora se acha ornada, assim de caixoens, reposteiros, de Calices e lavatorio, frontaes, e tudo o mais pertencente á Igreja.

23.º Fr. Joze da Visitação.

O 23.º Guardião foi o Ir.º Preg.ºr, e Ex-Diffin.ºr Fr. Joze da Visitação, eleito em o Cap.º, q. se celebrou neste Conv.tº a 6 de Janeiro de 1714, em q. prezidio o Ir.º Lente Ex-Custodio Fr. Gonçalo de S. Izabel, Commissario Viz.ºr, e sahio eleito em Prov.ºl o P. Fr. Cosme do Esp.tº S.º O dito G.ºm governou todo o triennio, e continuou com a Igreja.

24.º Fr. Hilario da Visitação. (26)

O 24.º Guardião foi o Ir.º Preg.ºr e Ex-Diffin.ºr Fr. Hilario da Visitação, segunda vez eleito no Cap.º, q. se celebrou neste Conv.tº a 20 de Janr.º de 1717, em q. prezidio o Ir.º Preg.ºr Ex-Diffin.ºr Fr. Dom.ºs dos Anjos, e sahio eleito em Prov.ºl o P. Fr. Gonçalo de S. Izabel. O dito Guardião governou todo o triennio.

25.º Fr. Gonçalo de S. Izabel. (27)

O 25.º G.ºm foi o Ir.º Lente Ex-Propvincial Fr. Gonçalo de S. Izabel, eleito no Cap.º, q. se celebrou neste Conv.tº a 30 de Dezembro de 1719, em q. prezidio o P. Fr. Cosme do Esp.tº S.tº,

Commissario Viz.^or, e foi eleito em Provincial o P. Fr. Hilario da Visitação. O dito Guardião renunciou a Guardiania, quinze dias depois de tomar posse.

26.^o Fr. Joze de S.^to An.^to

O 26. Guardião foi o Ir.^o Ex-Diffin.^or Fr. Joze de S. Antonio, eleito a 18 de Janr.^o de 1720, em Meza de Diffinição, prezidindo o P. Prov.^{al} Fr. Hilario da Visitação, e foi Prelado ate a Congreg.^{am}.

27.^o Fr. Faustino da Paixão.

O 27. Guardião foi o Ir.^o Preg.^o, Ex-Diffin.^or Fr. Faustino da Paixão, eleito na Congregação Intermedia aos 5 de Julho de 1721 do Provincial Fr. Hilario da Visitação.

28.^o Fr. An.^to do Desterro. (28)

O 28. Guardião foi o Ir.^o Ex-Diffin.^or Fr. Antonio do Desterro, eleito no Cap.^o celebrado neste Conv.^to a 2 de Janr.^o de 1723, em q. prezidio o Ir.^o Ex-Custodio Fr. João do Desterro, Viz.^or Geral, e sabio em Prov.^{al} o Ir.^o Ex-Diffin.^o Fr. Miguel de S. Catharina. O dito Guardião fez renuncia, hum mez. depois de tomar posse.

29.^o Fr. João do Dezerto.

O 29. Guardião foi o Ir.^o Preg.^o e Ex-Custodio Fr. João do Dezerto, eleito a 13 de Fevr.^o do sobred.^o anno de 1713, em Meza de Diffinição, e continuou ate a Congregação.

30.^o Fr. Miguel dos Anjos.

O 30. Guardião foi o Ir.^o Ex-Diffin.^or Fr. Miguel dos Anjos, eleito em a Congregação Intermedia de 3 de Junho de 1724 do Provincial Fr. Miguel de Santa Catharina.

31.^o Fr. Dom.^{os} dos Anjos.

O 31. Guardião foi o Ir.^o Ex-Diffin.^or Fr. Dom.^{os} dos Anjos, eleito no Cap.^o celebrado neste Conv.^to a 5 de Janeiro de 1726, em q. prezidio o P. F. Hilario da Visitação, e sabio em Prov.^{al} o Ir.^o Fr. João do Dezerto. O dito Guardião foi confirmado na Congregação, porem falleceo antes do Cap.^o a 5 de 8br.^o de 1728.

32.^o Fr. Antonio do Desterro.

O 32. Guardião foi o Ir.^o Conf. Ex-Diffin.^or Fr. Antonio do Desterro, eleito a 18 de 8br.^o do sobredito anno de 1728, em Meza de Diffinição, em que prezidio o Ir.^o Preg.^o Fr. João da Purificação, que já tinha tomado posse de Viz.^or Geral com o Ir.^o Prov.^{al}, e mais P.^{es} Diffinidores.

33.º Fr. Alvaro da Conceição.

O 33.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.º Ex-Diffin.ºr Fr. Alvaro da Conceição, eleito no Cap.º, q. se celebrou neste Conv.tº a 8 de Janr.º de 1729, no qd prezidio o Ir.º Fr. João da Purificação, e sahio eleito em Provincial segunda vez o P. Fr. Hilario da Visitação. O dito Guardiãõ governou todo o triennio, e mandou vir de Boypeba toda a pedra p.ª as columnas do Claustro.

34.º Fr. João da Conc.ªm S. Ago.

O 34.º Guardiãõ foi o Ir.º Lente. Ex-Custodio Fr. João da Conceição S.ºAgo, eleito no Cap.º celebrado neste Conv.tº a 13 de Janr.º de 1732, em q. prezidio o Ir.º Conf. Fr. Joze de JESUS Maria Collares, Viz.ºr Geral, e sahio em Prov.ªl o Ir.º Preg.ºr Ex-Custodio Fr. João da Trindade. O dito Guardiãõ renunciou o cargo antes da Congregação: mas no seu tp.º fez a notavel obra do forro, ctecto da Igr.ª

35.º Fr. Jeronimo da Graça.

O 35.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.ºr Fr. Jeronimo da Graça, eleito na Congregação de 4 de Julho de 1733. Pintou, e dourou o primeiro lanço do fôrro da Igr.ª

36.º Fr. Manoel das Mercês.

O 36.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.ºr Ex-Diffin.ºr Fr. Manoel das Mercês, eleito no Cap.º, q. se celebrou neste Conv.tº a 8 de Janr.º de 1735, em que prezidio o P. Viz.ºr Geral Fr. Hilario da Visitação, e sahio em Provincial o Ir.º Preg.ºr Ex-Custodio Fr. João do P.º Eterno. O dito Guardiãõ governou o triennio, e no seu tp.º se dourarão os dous lanços ultimos do forro.

37.º Fr. Gervazio do Rozario. (29)

O 37.º Guardiãõ foi Ir.º Preg.ºr Ex-Diffin.ºr Fr. Gervazio do Rozario, eleito no Cap.º celebrado neste Conv.tº /emq. prezidio o Ir.º Fr. João da Trindade, Viz.ºr Geral/ a 11 de Janr.º de 1738., e fizerão Prov.ªl ao Ir.º Lente Ex-Diffin.ºr Fr. Manoel da Ressurreição. O dito Guardiãõ governou o triennio, e fez m.t.ªs obras notaveis. Acabou de assentar as columnas, e cornijam.tº de pedra de cantaria; fez as quatro quadras do Claustro de barrete; dourou o fecto da Capella, e os dous altares collateraes de N. Sr.ª, e S. Antonio; fez o grande retabulo do altar de S. Luiz Bispo, e o assentou com toda a perfeição, e mandou vir do Reino p.ª o pavim.tº da Capella môr a pedra lavrada a modo de alcatifa.

38.º Fr. Manoel do Nasm.tº

O 38.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.ºr Ex-Diffin.ºr Fr. Manoel do Nascim.tº, eleito no Cap.º q. se celebrou neste Conv.tº a 7 de Janr.º de 1741, emq. prezidio o P. Fr. João do P.º Eterno, Viz.ºr Geral, e foi feito Provincial o P. Fr. Gervazio do Rozario.

Este Guardião governou o triennio, e fez gr. des obras, e de consideração. No seu tp.^o se assentou no pavim.t.^o da Capella môr a alcatifa de pedra; mandou vir do Reino, e assentou as sepulturas de pedra marmore branca, e vermelha em todo o Cruzeiro da Igr.^a das grades p.^a cima. Mandou fazer, e assentou em sua perfeição o gr.de retabulo do altar da S.ra da gloria, collocou nelle huma Imagem nova da m-m^a S.r.^a, e outra de S. Anna em o nicho inferior junto á banquetta do altar no meio. Dourou o altar de S. Luiz, e o da Sr.^a da gloria, eos dous arcos gr.des de ambos estes altares, e mandou pintar os seus tectos. Fizerão-se no seu tp.^o os remates das tribunas da Igr.^a ainda q. se não assentarão, p.r não estar acabado de todo de huma das bandas. No seu tp.^o se fez hum Orgão p.^a o choro, q. custou quinhentos mil reis, q. não deixou no choro, p.r não consentir o P. Visitador; este Orgão foi dado por hums devotos. Fez-se mais o thuribulo de prata, eos vasos da Comunhão da mesma. No seu tp.^o se renovou a Igr.^a do Hospicio da Boa Viagem, e se fez a Senzála, e todo o muro, que corre ate a Caza dos Bôtes.

39.^o Fr. Antonio das Chagas.

O 39. Guardião foi o Ir.^o Conf. Ex-Diffin.or Fr. Antonio das Chagas de S. Fr.e^o, eleito no Cap.^o q. se celebrou neste Conv.t.^o a 28 de Dez.br.^o de 1753, emq. prezidio o P. F. Manoel da Ressurreição, e sahio em Proval o Ir.^o Ex-Custodio Fr. Ruperto de JESUS, Ex Lor de Theologia. O dito Gam governou o triennio, e fez mlt^s obras. Mandou buscar hua Imagem de N. P. S. Fr.e^o de pedra marmore br.e^a, com seu resplendor de cobre dourado, com Cruz, e Crucifixo dom.mo para o nicho do frontispício da Igreja. Collocou huma Imagem de S. Luiz Bispo no seu altar, e outra de S. Joze no altar da gloria. Assentou na Igr.^a as canefas das sepulluras de pedra marmore, repartio-as de tijolo, elhes poz campas de taboas, mandou fazer bancos novos p.^a o corpo da Igr.^a, assentou o azulejo de ambos os altares gr.des da gloria e S. Luiz, e neste collocou a Imagem de S. Pascal Baylôn a húl lado, e a de S. Diogo em o nicho inferior do meio. Acabou huma das bandas dos remates das tribunas da Igr.^a de madeira; assentou as de ambas as partes, dourou-as, e deixou-as em sua ultima perfeição. Deu, tãobem principio a dourar o forro de baixo do choro; assentarão-se as duas pias de pedra lavrada, q. m.dou S. Mag.e Este S.or tãobem no seu tp.^o hum ornam.t.^o inteiro de cazulas, e frontaes de veludo negro, p.^a o Cruzeiro, e capa de aspérges. O dito Gam m.dou vir huma manga de Cruz de tela precioza com franção de ouro. Mandou fazer hum resplendor de prata p.^a N. P. S. Domingos. Azulejouse o salão, q. fica ao subir da escada da Sachristia, onde poz cinco paineis de S.tos Bispos da Ordem; poz no choro 8 paineis perfeitissimos. Mandou fazer ne Enfermaria hum gr.de guarda roupa todo pintado. Acabou o muro da Boa Viagem, circulando desde a caza dos Botes p.l.^o lado de Monserrate, e tudô p.l.^a p.te de terra ate feixar na Portaria. Dourou os

altares do Hospicio. azulejou a Capella mór, Igr.^{as}, e frontispicio. Meteo na Livraria, hú jogo de Abulensis de 18 tomos.

40.º Fr. Boaventura de S. Joze.

O 40.º Guardiãõ foi o Ir.º Lente Fr. Boaventura de S. Joze, eleito no Cap.º, q. se celebrou neste Conv.t.º a 3 de Dezembro de 1746, sahindo em Proval o P. F. Manoel da Ressurreiçãõ. O d.º Gam acabou de dourar, e pintar o forro de abaixo choro. Dourou o retabulo, e capella de S. Ant.º de Arguim. Mandou fazer 6 cellas, p.r baixo da Sacristia; azulejarãb-se as quatro quadras do claustro; comprarãõ-se 122 volumes de livros de Filozofia, Theologia, Expositivos, Predicativos, e Historicos p.ª a Livraria. Governou ate a Congregaçãõ seg.te.

41.º Fr. Francisco da Conceiçãõ.

O 41.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or Fr. Fr.c.º da Conceiçãõ Trigueiros, q. sendo Gam do Recife, eleito no Cap.º acima, na Congregaçãõ de 4 de Mãyõ de 1748 foi nomeado p.ª este Conv.t.º Deu-se principio ao muro no seu tempo de pedra, e cal, e se fizerãõ tres lanços com 31 braças. Fez-se hum barco novo, q. com seus aprestos chegou a seis contos e sincoenta mil reis. Fez-se 1. pallio de tela roxa, hua cortina gr.de p.ª o arco da Capella, e 1. caldeirinha de prata p.ª agoa henta com nove marcos, pouco mais, ou menos, q. deu Andre Brito de Castro. Tãõbem se rebocarãõ, e cayãrãõ no seu tp.º as quatro quadras do claustro, e se puzerãõ os barretes na perfeiçãõ, em q. se vem. Tiraãõ-se quatro barcadas de lages, e se conduzirãõ p.ª o claustro.

42.º Fr. Manoel de J.s Maria. (30)

O 42.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or Ex-Diffin.or Fr. Manoel de JESUS Maria, eleito no Cap.º celebrado neste Conv.t.º a 6 de 10b.r.º de 1749, e confirmado na Congreg.ªm Intermedia no m.m.º a 29 de Mayo de 1751. No Cap.º preidio o Ir.º Ex-Diffin.º Fr. Ant.º das Chagas p.r morte do P Viz.or Fr. João do P.e Eterno e sahio em Proval o P. Fr. Gervasio do Rozario segunda vez. No tp.º do sobred.º Guardiãõ se lageou o Claustro, azulejou-se, e pintou-se a Via Sacra. Acrescentou-se, dourou-se, e pintou-se a Livraria. Começou-se a obra da Portaria. Meteu-se na Sacristia huma capa de asperge de damasco de ouro, e hum vêõ de hombros riquissimo.

43.º Fr. Franc.º da Conceiçãõ.

O 43.º Guardiãõ foi o Ir.º Ex-Diffin.or Fr. Fr.c.º da Conceiçãõ Trigueiros, segunda vez eleito no Cap.º, q. se celebrou neste Conv.t.º a 2 de Dezbr.º de 1752, emq. prezidio o P. Fr. João da Trinde. e sahio em Proval o Ir.º Ex-Diffin.or Fr. Manoel de JESUS Maria. Este Guardiãõ acabou a obra da Portaria, eos dous Saloens, q. ficãõ p.r cima della, e continuou o triennio.

44.º Fr. Antonio de S. Izabel.

O 44. Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or Ex-Diffin.or Fr. Antonio de S. Izabel, eleito no Cap.º, q. se celebrou neste Conv.tº aos 6 de Dezembro de 1755, emq. prezidio o N. R. P. Fr. Gervasio do Rosario, e sahio eleito em Proval o Ir.º Preg.or Ex-Diffin.or Fr. Ignacio de S. Feliz. No seu tp.º se principiou o adiantam.tº da Enfermaria com 100. palmos de fundo, e se fez a pr.ª, e seg.dª quadra, q. vira p.ª a Rua, ate fora do alicerse. Fez-se hum ornam.tº de seda de flores p.ª a 2.ª classe, com seu vêo de hom. bros Mandou vir p.ª a Sacristia 20. Missaes novos; dez destes encarnados em marrochim com broxas de columna douradas, e dez encadernados em bezerro. Destes se derãõ 3. p.ª o Conv.tº de Serecipe del-Rey. Poz-se no choro o Orgãõ. Fizerãõ-se 26 castiças de entalha prateados. Mandarãõ-se p.ª o Reino 75\$000 rs. p.ª virem as çanefas das sepulturas de S. Pedro de Alcantara, S. Antonio de Arguim, e S. Ifigenia de pedra marmore. Fez-se a Sanzalla nova p.ª as pretas cazadas.

45.º Fr. João de JESUS Maria.

O 45. Guardiãõ foi Ir.º Preg.or Ex-Diffin.or Fr. João de JESUS Maria, eleito no Cap.º, q. se celebrou neste Conv.tº a 2 de Dezembro de 1758, em o q.º prezidio o N. R. P. Fr. Manoel de JESUS Maria. Commissario Viz.ºr Geral, e sahio eleito em Proval o Ir.º Preg.or Ex-Diffin.or Fr. Antonio de S. Izabel. Foi confirmado na Congreg.am Intermedia, celebrada no m.mo Conv.tº da B.ª em 24 de Mayo de 1760, vespera do Esp.tº Santo. No triennio deste Guardiãõ se fizerãõ as obras seguintes = Poz-se hua Imagem do Sr. Santo Christo no altar, q. foi de S. Luiz Bispo, com o titulo do S.or da Boa Sentença, de 8 de palmos de alto, com hum resplandor de prata, q. tem 14 marcos, e hua flor gr.de de ouro no meio d'elle. Poz-se outra da Sr.ª da Soledade de meio corpo, vestida de roxo, com seu diadema dourado. Poz-se huma alampada de prata, q. deu o nosso Ir.º Antonio Andre Torres, q. importou perto de seis mil cruzados p.r ser obra perfeita, e grande. Puzerãõ-se 18 pares de cortinas de damasco carmezim, franjadas de retros cor de ouro de Milãõ, e huma cortina gr.de de damasco franjada p.ª o altar gr.de do S.r S.tº Christo; fez-se alguma talha mais p.ª o Orgãõ, e sinco figuras estofadas, ao Orgãõ se dourou, e pintou com o outro corpo, q. faz correspondencia à elle. Fez-se mais da metade do alicerse do novo acrescentam.tº da Enfermaria, e alem deste alicerse se fizerãõ dous corpos ate o 3.º envigam.tº com as vigas, ou madres p.los dous corpos, com as janellas todas de pedra, eos cunhaes dos 3 lados tãõbem de pedra, ate o 3.º envigam.tº Ficãõ lavradas p.ª os ditos tres corpos, 21. duzias de taboado de vinhatico; mais de 100. páos de varios comprim.tos e muitos aparelhos de coqueiros lavradas p.ª as janellas dos dous corpos, as quaes madeiras, e pedras de cantaria, e alvenaria se tirarãõ na pedreira, e conduzirão de Jaguaripe no tp.º do sobredito Guardiãõ.

46.º Fr. Diogo de São Diogo.

O 46. Guardião foi o Ir.º Ex-Diffin.or, e Preg.or Fr. Diogo de S. Diogo, eleito no Cap.º celebrado neste Conv.to da B.ª aos 5 de Dezembro de 1764, em q. por Patente do N. R. P. Commissario Geral Pedro João de Molinra, prezidio o P. Ex-Prov.al Immediato Fr. Ignacio de S. Felix; e foi G.am ate a Congregação seguinte. Continuou com a obra da Enfermaria.

47.º Fr. Leandro do Sacram.to

O 47. Guardião foi o Ir.º Ex-Leitor de Theologia Fr. Leandro do Sacram.to, eleito na Congreg.am de 4 de Junho de 1763, q. celebrou o Ir.º Prov.al Fr. Manoel de JESUS Maria. Continuou a obra da Enfermaria.

48.º Fr. Feliciano de Jesus M.ª

O 48. Guardião foi o Ir.º Preg.or, Ex-Diffin.or Fr. Feliciano de JESUS Maria, eleito no Cap.º celebrado neste Conv.to da B.ª em o 1.º de Dezbr.º de 1764, em q. p.r Patente do N. R. P. Geral Fr. Pedro João de Molina, prezidio o P.e Ex-Provincial Immediato Fr. Antonio de S.ta Izabel, e sahio em Provincial o P.e M.e Ex-Leitor de Theologia Fr. Jacinto de Santa Brigida. E foi confirmado na Congreg.am Intermedia, celebrada no mesmo Conv.to da B.ª aos 31 de Mayo de 1766, em q. prezidio o R. P. M.e Proyal Fr. Jacinto de S. Brigida, e governou tres annos, e meio, p.r não vir anomina do R. P. Geral com a eleição do Viz.or Geral, e Prezid.e do Cap.º p.ª se celebrar o dito Cap.º no fim do triennio. No tp.º deste Guardião se fizerão as obras seguintes:— Acabou toda a obra do acrescentam.tõ novo da Enfermaria, a saber: fizerão-se os dous dormitorios, q. ficãm debaixo da m.ma Enfermaria, o de cima com 15 celas, e huma escada, q. desce p.ª e de baixo, e este com 8 celas com todo o necessario e acabado tudo na sua ultima perfeição. Forrou-se, e pintou-se o acrescimo da m.ma Enfermaria, e tãobem se puzerão portas, catres, e gelozias nas celas dos convalescentes. Fizerão-se as sanzallas dos escravos, eo muro, q. lhe serve de parede da p.te da Rua, e p.ª accommodaçãõ dos m.mos escravos, p.r não caberem todos nas sanzallas, se fez huma caza p.r defraz do ultimo dormitorio com porta, e janellas p.ª dentro das m-mas sanzallas, tãobem se fez huma cazinha defronte a estas, p.ª se guardar as ferram.tas; acrescentarãõ-se as necessarias do acrescimo da Enfermaria. Fez-se huma caza p.ª hospedes com o necessario p.ª suas hospedajens. Fizerão-se centõ equarenta e sinco braças, e oitenta e seis palmos de muro, todo de pedra, e cal ate a porta do carro, Poz-se na torre hum sino novo, p.ª se tanger ao choro nos dias communs. Meteo-se na Livraria a obra de Sto Anselmo, e concertarãõ-se varios livros, que estavão damnificados. Poz-se no meio do choro hum candieiro de vidro de varias cores.

49.º Fr. Manoel da Epiania.

O 49.º Guardião foi o Ir.º Lente de Theologia, e Ex-Diffin.or Fr. Manoel da Epifania, eleito no Cap.º celebrado aos 18 de Mayo de 1770 neste Conv.to de N. P. S. Fr.º da B.ª, em q. p.r. Patente, isto he p.r. eleição da Prov.ª, p.r. não vir Patente do R. P. Geral, prezidio o R. P. Fr. Jacinto de S. Brigida, Leitor de Prima na Sagrada Theologia.

E foi confirmado na Congregação Intermedia, celebrada no m.mo Conv.to aos 18 de 9br.º de 1771, em q. prezidio o R. P. Prov.al Fr. Feliciano de JESUS, egovernou 3 annos, e no tp.º deste G.am se fizerão as obras seg.tes Fez metade do muro, q. cerca o Convento com bastante altura. Fez hum cemeterio p.r. debaixo da classe do estudo com bastante comprim.to; e duas andainas de nichos de cima, e de baixo, em q. se sepultão os Religiosos, forrado p.r. cima, e pintado com pinturas correspondes ao lugar em boa forma. Fez hum nicho na cabeceira d'elle, em q. poz hua Imagem de N. S.ra da Pied.e estofada, e perfeita. Ladrilhou o pavimento com tijolo, etoda esta obra está feita com toda a grandeza e perfeição.

50.º Fr. Domingos da Purificação.

O 50.º Guardião foi o Ir.º Preg.or e Ex-Diffin.or Fr. Domingos da Purificação eleito no Cap.º celebrado em 18 de Mayo de 1771, e findou o triennio em 1774 a 12 de 9br.º, em q. prezidio o N. R. P. Fr. Feliciano de JESUS, Ex-Prov.al p.r. eleição da Prova No tempo deste G.am se fizerão as obras seguintes: Huma Imagem nova de N. P. S. Fr.co, outra de N. P. S. Dom.os com nichos novos dourados, os q.s se puzerão entre as columnas do retabulo p.ª maior veneração dos Santos, e adorno do m.mo retabulo, com resplandores novos de ouro, q. se mandarão fazer p.ª os m.mos S.tos Foi collocada na Capella da Horta a Imagem de N. P. S. Fr.co, que estava na Igr.ª, e p.ª isso foi reedificada do tecto a m.ma Capella, toda de novo forrada, e pintada de perspectiva na forma, emq. hoje se acha: e foi aladrilhado o pavimento Foi também ladrilhado o Refeitorio, e duas quadras do claustro, q. estavam arruinadas. Forão concertados, ou renovados os ornamentos do commum, q. estavam despedaçados. Foi levantado a Chaminé da cozinha em altura, q. evitasse a fumaça dos corredores, e Portaria. Pintou-se a Portaria pelo forro com frizos de ouro, como se está vendo: fez-se hum barco novo com todos os seus accessorios de velas, eo mais, q. era necessario. Também se concertou o Orgão com varias obras novas. Fez-se a Cozinha da Enfermaria com sua varanda, e escada p.la parte da Sanzalla para subir por ella.

51.º Fr. Joze de JESUS Maria Passos.

O 51.º Guardião foi o Ir.º Preg.or e Ex-Diffin.or Fr. Joze de JESUS Maria Passos, eleito no Cap.º celebrado neste Convento

da B.^a aos 12 de Novembro de 1774, emq. prezidio por renuncia do Viz.or Geral Fr. Feliciano de JESUS, o Ir.^o Preg.or, e Ex-Custodio Fr. Joze de S. Clara, efoi confirmado na Congregam Intermedia p.lo N. R. P. Prov.al Fr. Custodio de S.to Thomaz. Principiou a abrir hum poço para nelle se prover com facilidade p.^a a cozinha; pintou o painel da boca da tribuna, e occorreo a outros reparos, que erão precizos.

52.^o Fr. Bernardo de S. Joze.

O 52. Guardião foi o Ir.^o Ex-Diffin.or Fr. Bernardo de S. Joze, eleito no Cap.^o celebrado neste Conv.to da B.^a aos 6 de 10br.^o de 1777., em q. prezidio o Ir.^o Ex-Custodio, e Min.^o Prov.al, e Prezidente do Cap.^o Fr. Custodio de S.to Thomaz, p.r dispensa, q. p.^a isto deo o Nuncio de Portugal.

53.^o Fr. Antonio da Encarnação.

O 53. Guardião foi o Ir.^o Ex-Leitor na Sagrada Theologia, e Qualificador do S.to Officio Fr. Antonio da Encarnação, eleito na Congregação de 5 de Junho de 1779, q. celebrou o N. R.mo P. Prov.al Fr. Dmtos da Purificação. Collocarão-se nos altares collateraes as Imagens de N. S.ra da Conceição, e de S. An.to feitas, e estofadas de novo com seus nichos novos, e tudo mais necessario p.^a ornato, e aceio das S.tas Imagens. Fez-se a escada da porta do poio p.^a a horta com 40 degrãos e dez patamares. Poz-se na cozinha p.^a partir o peixe, e lavrar a louça huma pedra marmore de dez palmos de comprido, e quatro de largo.

54.^o Fr. Manoel da Conceição Rocha.

O 54. Guardião foi o Irmão Pregador, e Ex-Diffin.or Fr. Manoel da Conceição Rocha, eleito no Cap.^o celebrado aos 2 de Dezembro de 1780 p.lo R.mo P. Viz.or Geral Fr. Bernardo de São Joze, Ex Diffin-or

55.^o Fr. Ubaldo de Santa Anna.

O 55. Gurdião foi o Ir.^o Preg.or Fr. Ubaldo de Santa Anna ei.^o na Congregação de 25 de Mayo de 1782, q. celebrou o N. R. P. M. Provincial Fr. Luiz de Santo Antonio.

Obras.

Fez-se hum Docel de tela branca com franja, galão de ouro, e 6 bolotas p.^a expor o Santissimo Sacramento no Trono. Mandarão-se fazer p.^a o m.mo Trono 60 castiças de entalha dourados, e prateados. Fez-se hum Sacrario novo de entalha, todo dourado. Mandou-se fazer p.^a o m.mo Sacrario huma chave de ouro, huma cortina toda de galão de ouro, e outra de tela branca p.^a a porta do Sacrario. Mandou-se pratear huma Imagem de S.to Christo gr.de de bronze, q. está em cima do Sacrario, e aparelhar a Cruz toda de prata lavrada, como está patente. Poze-

rão-se mais duas Imagens de marfim, huma maior, e outra menor, no altar de N. S^{ra} da Conceição, e outra no altar do S^{to} Christo, com Cruzes de Evano aparelhadas de prata lavrada. Mandou-se fazer hú Purificador de prata lavrada p.^a o Altar mór. Hum Religioso p.^a expor o S^{mo} Sacramento no Trono com 32 marcos de prata, guarnecido de pedras encarnadas, e dourado em partes. Mandarão-se fazer dous nichos de entalha todos dourados com suas vidraças; hum com a Imagem de S. Bartholomeu, q. está no altar da Conceição, e outro de S^{ta} Maria Magdalena, q. está no altar de S. Antonio. Abrirão-se na Capella mór 3 oculos com suas vidraças p.^a dar luz à mesma Capella. Puzerão-se no Cruzeiro 2 lampiões de vidros grandes com suas correntes. Mandarão-se fazer 18 castiças de entalha dourados, e prateados p.^a o Altar mór, N. S^{ra} da Conceição, e S. Antonio: e 28 mais p.^a os mais altares. Mandarão-se fazer mais 12 ramalhetes de entalha dourada com vidros de placas. Mandarão-se fazer 4 pianhas de entalha douradas p.^a as quatro Imagens, q. estão nos altares de S. Anna, e do S^{to} Christo. Mandou-se fazer hum esquite de Jacarandá novo p.^a se enterrarem os Religiosos. Fizerão-se mais duas cadeiras grandes de encosto tãobem de Jacarandá com cochins de damasco vermelho, e 3 ditas mais pequenas tãobem com cochins de damasco p.^a o Altar mór. Vierão de Portugal p.^a ordem de N. R. P. M. Proval 5 ornamentos de tela branca com todos os seus accessorios, guarnecidos de galão de ouro p.^a o Altar mór, e os outros quatro p.^a o Cruzeiro. Veio tãobem com os mesmos ornamentos huma capa de Asperge, e manga de Cruz, tudo da mesma tela. Mandarão-se fazer p.^a a mesma Sacristia huns estrados de vinhatico, em q. se revestem os Religiosos. Veio de Portugal por ordem do mesmo N. R. P. Proval o azulejo p.^a a Portaria, o qual fica em 24 caixões na dita Portaria. Mandarão-se fazer mais para a dita portaria treze Paineis grandes de entalha, e duas sobre portas. Reedificou-se de novo o corredor das celas das catacumbas, q. se tinha mandado destruir p.^a Alf.^a em tp.^o do S.^{or} Gov.^{or} Manoel da Cunha. Acabão-se as paredes da escada, q. desce p.^a a Horta, q. estavam principiadas, e se mandarão fazer quatro Coartollas de pedra lavrada p.^a a entrada, e fim da dita escada. Mandou-se pintar, e dourar o Altar da Enfermaria de novo, e acabar de assentar a entalha; mandou-se fazer a escada da p.^{te} da Enfermaria, digo da cozinha da Enferm.^a, e acrescentarão-se de novo 17 degrãos: concertou-se a Tribuna da Capella mór da p.^{te} da Ordem 3.^a, q. estava arruinada. Renovarão-se varios ornamentos, e alfaias da Sacristia, e fardou-se de novo de toda a roupa branca, q. era necessaria. Comprarão-se 6 muleques novos Bengueles. Fez-se de novo hú lanço de muro à fundamentis com 19 braças.

Meterão-se na Livraria 65 Tomos de L.^{os} novos de varios Autores: a saber,

De Folio	39
De Quarto	16
De Oitavo	10

Meterão-se mais com algum uzo os seg.tes.

De Folio	20
De Quarto	15

56.º Fr. Roque de Santa Anna.

O 56. Guardiãõ foi o Ir.º Conf. e Ex-Diffin.or Fr. Roque de S. Anna, eleito em Cap.º celebrado a 6 de Dezembro de 1783 p.lo R. P. Viz.or Geral Fr. Domingos da Purificaçãõ. E foi confirmado na Congregaçãõ Intermedia celebrada no m.mo Convento da B.ª aos 21 de Mayo de 1785, em q. prezidio o R.mo P.e Preg.or, e Ex-Custodio Fr. Caetano do Espirito Santo.

Obras

Vierãõ de Portugal 2 Dalmaticas de damasco de ouro p.ª as Missas de primeira classe. Fizerãõ-se mais outras de Damasco branco com galãõ de ouro, e tãõbem cazula. Fez-se mais hum ornamento roxo com galãõ de refroz: a saber— Cazula, 2 Dalmaticas, e Capa de Asperge, tudo de damasco roxo. Fizerãõ-se 6 cadeiras razas de Jacarandã com seus cochins, e p.ª as d.ª se fizerãõ 6 capas de damasco branco com seu galãõ de ouro. Fizerãõ-se outras 6 capas para as difas de veludo preto com galãõ falso p.ª os Officios. Fizerãõ-se humas cortinas de damasco carmezim com seu galãõ de refroz p.ª o Santuario de choro.

Deu de esmolla o Ir.º Joze Roiz Fontes huma Ambula de ouro p.ª o Sacrario, q. mandou fazer em Portugal: tem a dita de pezo 639 oitavas, q. vem a ser 5 libras menos huma oitava, com sua capa de lhama branca toda bordada de fio de ouro, e rodeada de franja tãõbem de ouro. Fizerãõ-se p.ª as camas da Enfermaria cõrtinas novas de riço encarnado com seu galãõ de refroz cor de ouro. Pozerãõ-se vidros nos nichos dos altares de N. S.ra da Conceiçãõ, e S.fo Antonio. Fez-se huma charolla toda dourada p.ª as Prociçsoens; humã Alva com seu amicto, tudo bordado, p.ª as pr.as classes; seis capas de Asperge de damasco branco com galãõ de ouro p.ª as festas principais.

57.º Fr. Manoel da Conceam Rocha. (31)

O 57. Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or, e Ex-Diffin.or Fr. Manoel da Conceiçãõ Rocha, eleito em Cap.º celebrado em 21 de Abril de 1787, e confirmado na Congreg.am p.lo R. P.e Proy.al Fr. Manoel de S. Vicente.

Obras

Mandou-se vir de Portugal hum ornamento do commum com todos os preparos; fez-se humã capa de Asperges de veludo preto com galoens de ouro fino para os defuntos. Fizerãõ-se 2 cortinas de seda p.ª N. P.e e S. Dom.os Fizerãõ-se cortinas de

damasco p.^a o Santuario do choro, e outras grades de damasco roxo p.^a o Senhor da Boa Sentença. Fez-se huma Cruz com sua manga p.^a as Procissoens. Meterão-se uns escravos do gentio de Guinë. Mandarão-se vir de Lz.^a 50 tomqs de livros. Fizerão-se duas Dalmaticas de veludo com galão. Fizerão-se seis roquetes de cambraeta.

58.^o Fr. Joze de S.ta Ignez. (32)

O 58. Guardião foi o Ir.^o Pregor Fr. Joze de S. Ignez, eleito no Cap.^o celebrado a 4 de 10br.^o de 1790, emq. prezidio o R.mo P.e Ex-Provincial, e Vizor Geral Fr. Caetano do Esp.to S.to, e confirmado na Congreg.am p.lo R. P. M.e Prov.al Fr. Antonio da Encarn.am

Obras

Fizerão-se seis castiças grandes, dourados, e prateados p.^a abanqueta da Capella môr; mais coatro Evangelistas grades es-tofados, dourados, e prateados com diademas, e penas de prata p.^a o Altar môr; mais 2 mezas modernas, douradas p.l a Capella môr. Fizerão-se duas cortinas para a porta do Sacrario de fora, hua toda de galão de ouro, outra de setim com renda de ouro, e prata. Fez-se huma chave do Sacrario de prata. Vierão de Lz.^a 6 alcatifas, 5 verdes, e 1 vermelha, lavradas. Dourarão-se denovo seis castiças do Altar de Santo Antonio. Collocou-se no altar do S.to Christo huma Imagem de S.mo Coração de JESUS de pedra jaspe em Custodia toda dourada com cinco palmos de altura.

No mesmo altar se puzerão 12 placas de vidro cristalinas. Collocou-se no altar de S. Pedro de Alcantara húa Imagem nova do m.mo S.to em nicho dourado com vidro; mais húa de S. Dimas em nicho com vidro; mais húa de S. Judas Thadeu; outra de São Francisco de Paula; todas com resplandores de prata. Vierão de Lisboa seis Missaes novos.

Fez-se hum ornamento de damasco branco, q. consta de seis ca-zulas, cinco frontaes, com franjas e galoens de retroz amarelo. Mais hum frontal do mesmo com galoens, e franjas de ouro.

Fez-se hum veo de hombros de tela verm.^a, forrado de setim com galoens de ouro.

Fizerão-se duas planetas, hum frontal, hum travesseiro, tudo de veludo preto com galoens, e franjas de ouro fino.

Fizerão-se quatro pares de castiças de bojo de estanho fino. Fez-se huma patena nova, e dourarão-se cinco.

Collocou-se no altar da Sacristia huma Urna de Reliquias de varios Santos. Fez-se hum Relicario de prata com vidro p.^a huma reliquia de N. P.e eo pê de cobre.

Fez-se hum gremial de setim incarnado, forrado de tafetá com renda de prata, e toalha fina de cambraeta.

Fez-se huma Umbella de damasco branco com forro dexamalote da m-ma cor, com galoens, e franjas de retroz amarello.

Meterão-se 7 escravos: Na Livraria varios tomos já uzados. Meterão-se mais quatro tomos de folio de Houdry. Fez-se 1 manga de Cruz de veludo preto com franja, e galão de ouro fino.

59.º Fr. Francisco das Chagas. (33)

O 59. Guardião foi o Ir.º Preg.or, e Ex-Diffin.or Fr. Franc.º das Chagas, eleito na Cap.º celebrado aos 7 de Dezembro de 1793, emq. prezidio o R. P. Ex-Prov.al e Viz.or Geral Fr. Manoel de S. Vicente, e falleceu aos 28 de Janr.º de 1795; e em lugar se elegeo Prezide in Capite o Ir.º Preg.or Ex-Leitor, e Secretario, q. intão era, Fr. Vitorino do Espirito Santo.

60.º Fr. Vitorino do Espirito Santo. (34)

O 60. Guardião foi o dito Fr. Vitorino do Espirito Santo, eleito na Congregação celebrada aos 30 de Mayo de 1795 pelo R. P. Provincial Fr. Matheus da Encarnação.

Poz-se hum sino grande na Torre com 70, etantas arrôbas. Caiou-se o Convento todo p_r fora.

61.º Fr. Antonio do Esp.to S.to Mariz. (35)

O 61. Guardião foi o Ir.º Preg.or Fr. Antonio do Esp.to Santo Mariz, eleito no Cap.º celebrado aos 3 de Dezembro de 1793, emq. prezidio o R. P. Ex-Prov.al, e Viz.or Geral Fr. Antonio da Encarnação; e confirmado na Congregação p.lo R. P. Prov.al Fr. Joze de São Luiz. Fizerão-se as obras seguintes.

Encarnou-se de novo a Imagem do S.or Bom JESUS da Boa Sentença. 2 pares de cortinas de lustrina de ouro vermelha, p.ª os nichos de N. P.e, e S. Dom.os

Hum ornamento de lustrina de ouro branca p.ª a Capella môr com frontal, 2 Dalmaticas, eos mais pertença.

Húa capa de Asperges da m.ma; húa umbella da mesma. Hum veo de hombros rico. Quatro ornamentos da dita com frontaes para os quatro Altaræs do Cruzeiro.

Meteu-se hum muleque na Enfermaria.

62.º Fr. Jozé de Santa Brigida Ferraz. (36)

O 62. Guardião foi o Ir.º Preg.or, e Ex-Diffin.or Fr. Joze de Santa Brigida Ferraz, eleito no 1.º de Fevr.º do anno de 1800, no Cap.º, em q. prezidio o R.mo P.e Ex-Prov.al, e Viz.or Ger.l Fr. Matheus da Encarnação; e confirmado na Congreg.am p.lo R. P.e Prov.al Fr. Fr.º de S. Ritta.

Obras. Fizerão-se 2 ramalhetes de prata com suas jarras, e hum mais de ouro para o nicho, e asseio da Snr.ª da Conceição. Fez-se mais p.ª o Sacrario húa porta tãobem de prata, q. tinha angariado p_r seus Bemfeitores o Ir.º Preg.or Fr. Sebastião de Sta Anna, Missionario Apostolico p_r Breve da Sagrada Congregação de Propaganda Fide, que foi o Guardião seguinte p.ª este Convento da Bahia, como se vê.

63.º Fr. Sebastião de S.ta Anna. (37)

O 63.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or Fr. Sebastião de Santa Anna, eleito na Congregação celebrada, digo no Capitulo celebrado aos 4 de Dezembro do anno de 1802, em q. prezidio o R. P.e Preg.or, Ex-Diffin.or e Viz.or Geral Fr. Antonio de S. Quiteria.

Obras

Fez-se hum ornamento inteiro de seda de raminhos com galão de ouro de esteira.

Fizerão-se 5 cazulas de damasco branco com seus frontaes. Fizerão-se outras 5 de damasco negro com seus pertences. Fizerão-se mais 5 de damasco roxo com seus pertences e frontais.

Quatro locheiros dourados para a Capella mór. Desasseis castiças de madeira; 8 dourados, e 8 p.r dourar. Hum circulo de ouro com 12 estrellas de pedras finas p.º a S.m.ª da Conceição. Fez-se trato com os Ir.os Terceiros de se darem 3 dobres de sinos na occazião dos seus enterros; e acceitou-se a offerta gratuita, q. elles fizerão de pagar metade de qualq.r dos sinos, q. se quebrasse, pondo-se outro novo. Consta do 2.º L.º Dos termos da Ordem 3.ª á f. 236, e deste no principio.

64.º Fr. João da Encarnação. (38)

O 64.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or e Ex-Diffin.or Fr. João da Encarnação, eleito na Congregação celebrada aos 26 de Mayo de 1804, em q. prezidio o R.mo P.e Proval Fr. Sebastião de JESUS, e Santa Anna.

65.º Fr. Joze de S. Sebastião. (39)

O 65.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or Fr. Joze de S. Sebastião, eleito no Cap.º celebrado aos 7 de Dezembro de 1805, em q. prezidio R. P. Viz.or Geral Fr. Antonio de JESUS M.ª Caldeira, e confirmado na Congregação p.lo R. P. Proval Fr. Antonio do Esp.to S.to Mariz.

Obras

Concertou-se o Armazem da praia, q. estava arruinado da p.te do mar; levantou-se o novo Cruzeiro de pedra marmore; concertou-se o frontespicio, q. estava damnificado; encalçou-se todo o telhado da Igr.ª, e meterão-se madeiras novas. Azulejaram-se ambas as torres; concertou-se, e poz-se corre o Relogio da torre; emmadeirou-se de novo o telhado da Livraria, q. cahio; fez-se o salão, envidraçado, e azulejado ate o meio. Fez-se cella nova com seo despejo p.º os R.dos Guardiaens; concertaram-se as cellas do Diffinitorio, preparadas de todo o necessario; concertou-se o Cap.º de S. Boaventura, portaria e grades.

Sacristia

Fizerão-se oito ramalhetes prateados, e seis castiças prateados p.º o comum do Altar mór. Mais huma cortina rica p.º

o nicho de S. Anto hum diadema cravado de pedras ricas p.^a a S.ra das Dores, seis cadeiras de veludo carmezim com galão rico, hum laço de galão rico, e chave dourada p.^a o Sacrario, duas vapas de asperges, e huma cazula de veludo preto com galão rico, e duas Dalmaticas verdes. Deo-se p.r duas vezes no triennio o fardm.to aos Religiozos, e escravos.

66.º Fr. Jozé da S.ma Trinde (40)

O 66.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or Fr. Jozé da S.ma Trindade, eleito no Cap.º celebradõ aos 3 de Dezbr.º de 1808, emq. prezidio o R. P.e Ex-Prov.al, e Viz.or Geral Fr. Sebastião de JESUS e S.ta Anna. Foi confirmado na Congreg.am p.lo P.e M.e Prov.al Fr. J.e de S. Tomaz Correia.

Obras

Huma capella de prata liza, toda guarneçada de flores pendentes de ouro: hum par de brincos de pedras em N. S.ra da Soledade: húa cana da India com capião, e trancelim de ouro p.^a a mão de S.to Antonio: húa naveta com colher de prata com 2 marcos, e 25 oitavas, e meia de prata, p.r se ter furtado aq. servia: 3 frasquinhos de prata p.^a os S.tos Oleos: huma chave nova de prata p.^a o Sacrario: concertou-se a lampada da Capella mór: hum reposteiro de setim branco bordado de fio de ouro guarnecido de franja, e galão do m.mo p.^a o Sacrario, e huma capa do m.mo p.^a huma das Ambulas: hum Dozel com respaldo de damasco branco de ouro guarnecido de galão, e franja do m.mo, e véo de garça, tudo p.^a a expozição do Santissimo Sacram.to

Huma cortina de damasco encarnado com banefa redonda, p.^a o arco do Camarim, toda guarneçada de franja, e galão de ouro; e reformou-se a antiga. Fizerão-se 5 Cazulas de Belbutina encarnada forrada de tafetá da m.ma côr, com estollas, manipulos, e bolças dos Corporaes, tudo guarnecido de galão de ouro; e se reformou a Capa de Asperges de damasco encarnado, e se guarneceo de galão de ouro. Fez-se hum sepulcro novo de papel p.^a a Semana S.ta Mais: hum tapete matizado p.^a o Supedaneo ate o fim das escadas do Altar mór, e 2 mais p.^a os Presbiterios, e outros 2 p.^a os Altares collateraes. Meterão-se na Livraria varios tomos de livros; p.r todos 39 entre de folio, 4.º, e 8.º

67.º Fr. Joze da Rainha dos Anjos. (41)

O 67.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or Fr. Joze da Rainha dos Anjos, eleito no Cap.º celebrado aos 7 de Dezembro de 1811, emq. prezidio o R.mo P.e Ex-Diffin.or, e Viz.or Geral Fr. Manoel de S.ta Ritta, e confirmado na Congreg.am p.lo R.mo P.e M.e Prov.al Fr. Francisco de Santa Anna.

Fizerão-se as obras seguintes

Hum nicho p.^a a S.ra da Soledade todo dourado: pôz-se de pé a m.ma S.ra da Soledade, q. então estava sentada. Fez-se hum Relicario de prata lavrada p.^a o Santo Lenho. Fizerão-se duas Dalmaticas com seos pertences, huma capa de Asperges, e manga de Cruz, tudo de veludo preto com galão de ouro. Humas ganefas p.^a a grade da Comunhão, e p.^a as duas Credencias das galhetas, de setim côr de roza. Hum cortinado com suas colxas só p.^a a Capella mór. Pratearão-se de novo os castiçaes do trono, eos das banquetas de N. P.e S. Franc.^o, e S. Domingos.

68.^o Fr. Joze de S. João Evangelista. (42)

O 68. Guardiãõ foi o Ir.^o Preg.or e Ex-Diffin.or Fr. Joze de S. João Evangelista, eleito no Cap.^o celebrado aos 3 de Dezbr.^o de 1814, em q. prezidio, e foi eleito Provincial 2.^a vez p.r dispensa o R.mo P.e M.e Iubd.^o Fr. Jozé de S. Thomas Correa.

Obras

Fizerão-se 8 moxos, e 2 ganapes p.^a o Prebiterio, e hú panno de Tumulo de velludo com franja de oiro.

69.^o Fr. Andre de S. Thereza de JESUS. (43)

O 69. Guardiãõ foi o Ir.^o Ex-L.^{or} Fr. Andre de S. Thereza de JESUS, eleito na Congregação celebrada p.lo R.mo P.e M.e Prov.al Fr. Joze de S. Thomas Correa no 1.^o de Junho de 1816.

Obras

Pozerão-se no Choro 6 grades recortadas, e doiradas, e retocou-se todo o Santuario de oiro, e tintas, e 2 bancos, q. as defendem moldurados e pintados. Fizerão-se p.^a a Sacristia, 3 Cazullas, e hú frontal de damasco rocho com galão de oiro, e deitou-se galão de oiro em duas dalmaticas do m.mo Fizerão-se 5 Cazullas de damasco côr de perola com galão de seda p.^a o Commum, húa cortina do m.mo com galão d'oiro para o Camarim, fez portadas de damasco carmezim com suas sanefas, guarnecidas com galão, e franja de retroz vermelho; 5 alvas de panno de linho com renda, e 5 simplices: Fez-se hú baldequino p.^a as renovações; hú Calix lavrado, e doirado com sua patena; 3 Toallhas de Altar bordadas com renda larga, húa d.^a com am.ma perfeição p.^a mãõ: hú roquete de cambraia bordado, e com renda larga, e outros m.tos concertos q. se fizerão em ornamentos. Forrou-se de lizo a Classe e pintou-se toda a moderna com oleo: Pozerão-se grades de ferro nas 5 janellas da d.^a, e nas 10 dos Craneros dos Religiozos, q. se olearão: Pozerão-se as m.mas grades em duas janellas das Catacumbas, em 2 do Sallão do prezepio: Fez-se húa escada nova ao pé do Arco gr.de da Sanzalla com angulo p.^a a Cozinha da Enfermaria toda feixada de parede com 5 oculos em cima. Cobrio-se toda a Sanzalla com omade-

rãme precizo p.^a o seu cobrim.to, e reparou-se todã amais ruina tanto de Pedreiros, como de Carpinas: Fez-se húa Capella p.^a q. Pretos na Cabiceira da Sanzalla com seu Frontespicio guardado de festões, forrada de setuque, pintada com sua urna, banqueta, e hú painel de N. S. da Con.am q. lhe da a. invocação. Fez-se húa dispensa nova defronte da Cella dos PP. Guardiaens com parteleiras em roda, e grades de ferro nas janellas, com sua porta com raios em cima. Fez-se hú Fogão da nova invenção economico, q. poupa 3 partes de lenha. Fabricou-se hú grde tanque na Coz.^a com sua cobr.ta de taboa, e torn.^a de latão, e recebe agua da chuva p.r húa grande bicca de folha desde o telhado do Sallão da portaria até a janella Conventual ao pé da Chaminé. Fez-se húa grde latada para parreiras p.r cima da escada da horta com 32 pilares de tijoulo, e coberta de Caibros, e pregada fortem.e Descobrio-se p.r dilig.ja do P.e Guardiã húa excellente agua de beber, cuja falta experimentava este Conv.to desde a sua fundação, e fez-se húa Caza, d'agua com Frontespicio de pedra liza e lavrada com duas columnas de pedra na frente, ladrilhado opavim.to com pedras e conchinhas com 3 bicas de pedra marmore com suas torneiras, e p.la p.te interior hú grde receptaculo q. recebe agua extrahida p.r hú guindaste de ferro, em húa bomba, collocado no meio de húa espaçoza caixa d'agua, e a hú lado desta hú tanque de banho com húa torn.^a p.^a encher, e outra p.^a esvaziar. Pintou-se novam.e toda a Enfermr.^a, poz-se hú cortinado verde guardado de bordadura amarella, pozerão-se 11 vidraças inglezas duas no Sallão dos Prezid.tes e na Enfermr.^a, e nos postigos das janellas q. restavão, vidraças, como tão bem nas duas janellas do prezepio, e em todas as Cellas, e janellas Conventuaes no Corredor dos R. P. Guardiaens. Fizerão-se 9 Colchões e 18 lenções, e reformou-se de m.la outra roppa. Pintarão-se os Sallões do Snr. dos Passos, dos Prezid.tes e do Prezepio.

70.º Fr. Lourenço da Encarnação. (44)

O 70. G.am foi o Ir. Preg.or, e Ex-Diff.or Fr. Lourenço da Encarnação, eleito no Capitulo celledrado neste Conv.to em de Dezembro de 1817, no q.l Prezidio o nosso Rm.º Pe. Me. Ex-Prov.al, e Viz.or Gl. Fr. Franc.º de Sta. Anna.

Ficou confirmado na Congregação p.lo R.mo Pe. Me. Provincial Fr. Manoel de Sta. Miquelina.

71.º Fr. Manoel de S. Anna. (45)

O 71. Guardiã foi o Ir.º Preg.or Fr. Manoel de S. Anna eleito no Cap.º de 9 de Dezembro de 1820, emq. prezidio o R.mo P.e Viz.or Geral Fr. Ant.º do Sacram.to, e confirmado na Congreg.am p.lo R.mo Pe. Prov.al Fr. Lourenço da Encarnação em o primeiro de Junho de 1822.

Fizerão-se as obras seg.es

Seis tocheiros dourados com suas arandellas pintadas; a Claraboia pr. cima do Altar de N. Sra. da Gloria; concertou-se, e pintou-se o tapavelto da Igr.^a; comprarão-se 6 missaes novos; encarnou-se, e vestio-se o S.or Menino Ds. do Altar da Com.am, ejuntam.e alimpou-se, e vestio-se o Sr. Menino Ds. de marfim do Altar da Sra. da Gloria; encarnarão-se as Imagens dos Patriarcas S. Dom.os, e S. Franc.^o Fizerão-se quatro resposteiros novos pa. as portas da Capela mór, e da Con.am, e S. Ant.^o Fizerão-se coberturas de pano azul com seo debrúm pa. todos os Altares da Igr.^a Fizerão-se oito alcatifas novas: a saber húa pa. o Altar mór, e 2 pa. a Conc.am, e S. Ant.^o de hum m.mo padrão; 5 p.a os ditos altares da Conc.am e S. Ant.^o Sra. da Gloria, St.^o Christo da Boa Sentença e Capitulo de diversos padroens. Fizeram-se sacras novas pa. todos os Altares, menos de S. Benet.^o e S. Ifig.^a Fez-se, e dourou-se húa Cruz pa. as Prociçoens, e p.^a esta m.ma fez-se nova Imagem de Christo com seu diadema, e cravos de prata. Fizerão-se pa. o Sacratio 2 resposteiros, hum rico bordado, e outro singelo. Huma Imagem do Sr. Ressuscitado prompta de tudo com sua pianha; e 1 armario pa. nelle guardar-se. Fizerão-se coberturas de seda com seus babados pa. as credencias das galhetas; quarenta massanetas douradas pa. o trono e altares. Cobrirão-se de marroquim Francez 9 cadeiras razas dos Capeiros, e os dois arquibancos da Capella mór; concertarão-se algumas destas, e acolchoarão-se todas. Seis colchas de damasco carmezim com seo forro, cairel, e borlas; hum véo de hombros verde de seda deramos de ouro, com galão verdade.^o; quatro pernas de cortinas de damasco carmezim pa. os pulpitos; quatro ditas de tela encarnada com galão de ouro pa. os ditos. Encarnarão-se quatro imagens de S. Chr.^o pa. os altares; fez-se huma cruz nova com diadema de prata. Fez-se hum ornam.^o inteiro de tela de retroz: a saber, 7 capas de asperges; 5 cazulas com seos pertences; 2 dalmaticas com seos pertences; 1 véo de hombros; 5 frontaes; 2 pannos ou frontaes dos pulpitos, tudo com ganão; e franja deoiro; 5 véos de seda deramos, e entre elles hum pa. o Altar mór riquissimo, guarnecidos de renda de ouro. 76 castiças grandes, q. se concertarão, e pratearão-se, todos com suas arandellas. Oito mais ditos feitos de novo, e prateados: a saber 6 pa. o altar da Conc.am som.e prateados; e dous pa. os Cereaes, prateados, e dourados. Mais 28 pequenos pa. as Missas: a saber 16 pintados, e 12 prateados, todos com suas arandellas. Quatro estantes pa. os Missaes, 2 de jacarandá, e 2 pintadas de vermelho. Dez véos de calices: 5 brancos, e 5 vermelhos, estes com sua espiguiha de ouro. Quatro duzias de galhetas de vidro. Envigou-se, e assoalhou-se denovo o corredor das tribunas da Capella mór da p.te da Ordem 3.^a Pozerão-se novos tijollos na janella Conventual do Monte Alverne; pintarão-se a janella, e os 2 bancos da d.a, e fizerão-se novas as suas vidraças. Fizerão-se varios concertos no telhado do Conv.^o,

principalm.e da p.te do Monte Alverne junto a Livraria, e no algiroz dessa quina metteo-se hum cano de chumbo de 7 palmos. Arriou-se o sino grande pr. estar quebrado o varáo de ferro, q. o suspende, q. o privava de poder dobrar-se; e meteo-se novo, q. com braços, e cunhas gastarão-se 49\$910.

Hum caldeirão de cobre pa. a cozinha com 174 libras.

Fizerão-se 12 roquetes de alfaiate de madrasta; 6 com babados de mursulina, e 6 com babado de caça com seo bico. Tres alvas de bertanha de França bordadas, e com renda larga; 3 amietos de d.^a com seo bordado, e bico; 12 alvas de panno de linho com seos babados de fustão, 40 pannos de cera de brim; 60 amietos de panno de linho; 60 sanguinhos de panno de linho, e 6 finos de bertanha; 20 purificadores de p.^o de l.^o, 3 toalhas de Altares de bertanha de França com seo bordado, e renda larga; 3 ditas de cambrinha, e huma dellas com seo bico largo; 3 cordoens de alvas; 6 toalhas da grade da Comunhão, duas singellas, e 4 com babados; 2 ditas pa. o altar da Sacristia, 30 saecos novos de brim; hum cortinado do riço, q. sobrou das cortinas das camas da Enfermaria, com seo galão, e franja de retroz pa. a boca do Camarim; 3 duzias de travesseiros pa. a Enfermaria.

Advirto q. dous frontaes da tela de retroz ficão sem a sua franja respectiva; pr. não haver neste l.po da Guardiania, q. me restou, fio de ouro pa. mandar fazer a dita franja. Caiou-se, e pintou-se o Convt.^o pr. dentro.

Convt.^o de N. Pe. S. Franc.^o da B.^a 29 de Janr.^o de 1824.

72.^o Fr. José de Sta. Maria dos Anjos. (46)

O 72. Guardiãõ foi o Irmãõ Prég.or Fr. Jozé de Santa Maria dos Anjos eleito no Cap.^o de 31 de Janr.^o, em que prezidio o R.mo Pe. Me. Viz.or Gl. e Preg.or Imp.al Fr. Joaquim de S. Simplicio. Não acabou a Guardiania: foi em 1824 no tempo de sua actualidade suspenso pelo R.mo Prov.al Fr. Franc.^o de Assis: continuou o gov.^o em qualide. de Preze. in Capite o Irmãõ Preg.or e Passante Fr. Ant.^o do Paraizo, que lhe succedeo na Guardiania: Fizerão-se no seo tempo as seg.es

Obras (1)

73.^o Fr. Antonio do Paraizo. (48)

O 73. Guardiãõ foi o Ir.^o Preg.or Fr. Antonio do Paraizo eleito na Congregação celebrada p.lo Nosso R.mo P.e Prov.al Fr. Francisco de Assis Bahiense aos 16 de julho de 1825.

Obras

Fizerão-se Repostr.os grandes p.^a as portas da Igreja. Pintarão-se de azul todas as portas das tribunas, Choro, e antechoro, e 3: 4 interiores da Igreja. Encarnarão-se de novo as Imagens de N. Snr.^a da Gloria /p.^a a q.l se fez hú gr.de de prata, com 3 marcos e meio / 2 serafins q. servem de toxeiros, S. Joze,

Snr. Menino, S. Joaquim, S. Pascoal, S. Diogo, e S. João de Capistrano.

Fizerão-se 6 castiças grandes p.^a o Altar Mór, e 4 ramalhetes de entalha, q. se pratearão, assim como concertarão-se, e pratearão-se todos os castiças do Throno, e mais 6 grades do Altar Mór, 4 Evgang.as o S.to Christo do m.mo Altar, e 6 castiças de hu Altar d'abaixo. Fez-se hu ornamento novo de damasco carmezim p.^a as primr.as classes com gallão doiro largo, conste de 4 cazullas, com todos os seus pertences, e 5 frontaes. Botou-se franja d'oiro em 2 frontaes de tella de retroz, q. a não tinhão, e p.r isso não servião. Fizerão-se de novo 3 cazullas, e 3 dalmaticas, e húa Capa de Asperges de velludo preto com todos os seus pertences, servindo-se unicamente do gallão doiro das antigas, q. se melou limpar. Concertarão-se os ornamentos pretos do comum, q. estavam bem destruidos. Fez-se húa manga de Cruz de damasco br.co e verm.^o, e botou-se forro novo na Capa de Asperges de tella 2.^a e o m.mo no veo de hombros rico: concertou-se a umbella rica, e fizeram-se outros m.tos concertos na Sacristia. Fez-se mais hu veo de seda bordada de prata com forro de setim, e renda de prata p.^a a custodia das procissões; outro d.^o riquissimo com renda d'oiro p.^a a custodia pequena da expozição, e outro veo mais bordado de fio de prata com forro de setim vermelho, e renda de oiros p.^a o desencerro do respaldo do Throno. Fez-se húa cazulla de damasco br.co e sebastos vermelho, com os seus pertences, e frontal p.^a o Caplo; passando p.^a o Noviciado o velho q. lá servia. Doirou-se a Urna nova q. já achei feita p.^a a Semana Santa. Fizerão-se 3 alvas p.^a as 1.as classes de bertanha de França com bordado, e renda larga, 3 amittos d.os, 5 sanguinhos, e húa toalha p.^a o Altar de N. Snr.^a das Dores com bordado, e renda larga. Fizerão-se mais 10 alvas de bertanha de Hamburgo com sua renda, 10 toalhas de panno de linho, 5 roquete alifante madраста com seus babados de capa, e bico /e botarão-se em todos os outros velhos babados de capa/ 19 sanguinhos, 30 panninhos de galhetas, 19 purificadores 22 toalhas de tribunas com babados, e 20 das do esguicho. Rasgou-se no despejo da Sacristia húa porta p.r se julgar m.to util p.^a evitar a communição p.r aq.la da Sacristia, impedindo desta sorte alguns furtos q. facilmente se fazião na d.a Sacristia, aq.la concertou-se de novo, assim como o despejo, botando-se 9 vigas p.r estarem arruinadas as outras, e assoalhando-se de novo húa p.te do despejo, e Sacristia. Pintarão-se de azul as suas portas, assim como as janellas de branco com as suas competes vidraças, q. de novo se concertarão, e se botarão alguns vidros q. faltavão. Rotocarão-se os paineis, limparão, e lutrarão-se os gavetoens. Fizerão-se 5 vidraças inglezas p.^a as janellas da Livraria, q. se pintarão de branco com as d.as janellas. Fez-se hu grde tanque na cozinha com 12 palmos de comprido, 11 em.^o de largo, 19 de altura, e 5 de macis.^o, p.^a o q.l correm as aguas da chuva p.r duas grdes bicas de flandres

collocadas no Claustro, q. despejão em húa grde hacia, e desta desce p.r hú grde tubo de flandres ate o pavm.to do d.º Claustro, onde corre p.r outro cano de alcatruzes, e deste p.r outro de xumbo q. vai desaguar no meio do tanque, o qual tem duas torneiras, húa superior 2 palmos assima do pavim.to da cozinha, e outra inferior p.º a q.l se desce some p.º se tirar agua p.r húa escada de pedra, abrindo-se húa grde porta q. a feixa.

Fez-se-hú novo armario no grosso da parede da m.ma cozinha p.º se guardarem varias coizas. Feixarão-se as outras duas p.tes do telhado do Claustro com duas grdes bicas de 7 canos cada húa p.º exgotarem no pateo, e lavarem as privadas, p.º cuja obra retrocedeo-se algúa coiza o telhado. Concertou-se o algeiroz contiguo a Igreja.

Fez-se no Corredor chamado da Procuração húa grde Cella p.º o M.e de Noviços com seu repartim.to e vidraças na janella com húa porta interior q. vai dar no novo Noviciado /alem de outra grde princip.l/ constante de 18 cubiculos de hú e outro lado com suas compet.es cortinas: no meio do q.l fica o Oratorio feito com toda delicadeza com suas portas de vidraças dentro do q.l tem a Imagem da Con.cam q. veio de Paraguassú, aq.l foi de novo encarnada, comhúa boa Imagem do S.to Christo, e mais outros asseios proprios p.º o Sto. Sacrificio: deixou-se no fundo do Noviciado húa Cella p.º rouparia, e caza de banho com húa boa hacia na janella p.º se lançar agua. As janellas q. occupão o Noviciado, além de balaustres tem suas jeloziã, excepto a da rouparia. Abriu-se húa porta p.º as cloacas p.º serventia do Noviços, ficando independ.e das dos Conventuaes: botarão-se duas vigas novas, calafetou-se a Cella do banho, e pintou-se todo Noviciado a oleo. Mandou-se fazer hú Retrato de corpo intr.º com sua moldura doirada do Ex.mo e R.mo S.or D. Fr. I. e da SS. Trind.e Bispo de Marianna, o prim.º desta Prov.a, o q.l botou-se no Sallão dos R.mos Concertou-se, e pintou-se a grade do Cap.lo

Fizerão-se 200 guardanapos p.º o Refeitório, e 50 p.º a Enfermaria, 20 saccos, 30 lençoes, 30 camizas, 10 cobertas de algodão, e 10 das de xita, 20 fronhas, 4 toalhas, e 4 ataduras. Concertou-se húa das escadas, da torre, e varios outros concertos na da Fez-se húa tunica nova p.º o Sr dos Passos, em cujo sallão se botou hú globo, de vidro, e outro no Cap.lo Comprão-se 5 moleques novos, e hú preto crioulo com principios de Pedreiro. Caiou-se, e pintou-se todo o Conv.to p.r dentro, e fizeram-se outros m.tos concertos de madeiras, e ferragens, assim como retocou-se o frontespicio da Igreja.

74.º Fr. Antonio do Paraizo. (49)

O 74.º Guardiã foi o Ir.º Preg.or Fr. Antonio do Paraizo reeleito no Capitulo Provincial de 3 de Fevereiro de 1827 emq. prezidio o R.mo P.e Viz.or Geral Fr. Manoel de S. Joaq.m, e confirmado na Congregação p.lo R.mo P.e Provincial Fr. Manoel de S. Anna aos 5 de Juho de 1828.

Obras

Fez-se huma Imagem de S. Anna devulto empê com a Sn.^a Men.^a, p.^a as quaes se fez hum nixo de talha, que se doirou, e se collocou no proprio Altar, em que existio a outra. Encarnarão-se as Imagens do Snr. da Boa Sentença com a sua Cruz, e rão-se as Imagens do Snr. da Boa Sentença com a sua Cruz, e Concertou-se, e retocou-se o nixo da Senr.^a das Dores. Botarão-se 3 lustres novos, hum defronte do Altar da Conceição, o outro de S. Antonio, o outro no Chôro, e concertarão-se 2 p.^a o corpo da Igreja, e outro p.^a a Sachristia com suas correntes, q. todas forão pintadas. Fez-se huma Cortina de setim bordada com renda de oiro fino p.^a o nixo da Conceição. Fez-se, e doirou-se hum toxeiro grande p.^a a vella da Pureza com sua arancella doirada, e competente alcatifa. Fizerão-se 8 ramalhetes de talha para os Altares da Conceição, e S. Antonio, 2 serpentinas p.^a o Santuario do Chôro, q. se pratearão, assim como 16 castiças dos d.los Altares. Pintou-se o Sacrario pequeno, p.^a o qual se fizerão 3 cortinas, 2 de tella, e huma de Setim bordado, todas com galão fino. Fez-se huma capa de seda de ramos com galão, e renda fina p.^a a ambula. Fizerão-se 3 Coxins de damasco encarnado com duas borllas, 3 alcatifas huma grande p.^a o Altar môr, outra p.^a o da Conceição, e outra p.^a o de S. Antonio, 7 alvas ricas, 4 toalhas, 31 amictos, e 8 purificadores, tudo de bretanha fina, rendas, e bicos largos, huma capa de Asperges, e 2 cazullas todas de velludo preto, derão de esmola p.^a a Conceição, e Soledade 8 aneis de pedras finas, 4 pares de brincos d'itos, relicario de oiro cravejado de pedras de diamante com 3 voltas de cordão de oiro, hum d.^o de pedras Grizolitas com seu emblema, 1 par de pulseiras de pedras d.as, 1 par de botões, húa pequena volta de cordão de oiro p.^a o Snr. Menino, 2 adragonas de caixo, húa banda, húa florete, e húas esporas p.^a S. Antonio. Comprarão-se 2 Missaes novos de marroquim, e atacas doiradas, húa jairro e bacía de vidro, 2 jogos de Sacras de vidro doiradas, 7 duzias e duas galhetas de vidro com duas duzias de pratos d.los hum Psalterio grande p.^a o Chôro, com atacas de botão, hum diurno p.^a o d.^o doirado. Espaço-se am.^a Cornija da tribuna contiguas a porta do Choro, e pintou-se p.^a nella ser admittido o novo Orgão, que fica já doirado e prompto, e pintado de oleo acaixa dos foles, q. se fez p.^a o resguardar do pô: p.^a ad.^a tribuna se fêz huma caixa grande de damasco encarnado com suas borllas, e cairel. Concertou-se de varias madeiras, que estavam bastantem.e arruinadas toda a cobertura da Igreja, Livraria, telhado falso sobre a janella conventual, onde se botou hum vidraça com duas vidraças nas janellas do sallão do Coffre, Claustriño, e quadra contigua a Igreja que foi tudo reteilhado, e encalissado. Renovarão-se as armas no frontespicio da Igreja que foi toda caiada, e pintadas a Imagem de N. S. P. grades e portas da Igreja, da portaria, do Sallão sobre Capitulo;

portas, e as janellas da Sachristia, com 4 janellas as 4 interiores da Igreja, tribunas, Cimalthas, e tapavento.

Concertou-se o Caes do armazem da lenha dap.te domar, a caza da fonte de todo oprecizo, todo o assualho da enfermaria, que foi calefetado, 8 arquibancos de encousto, q. se pintarão p.^a servir nos Offos de defuntos. O muro da horta da enfermaria. Fez-se, e pintou-se huma grade p.^a o Oratorio da d.^a com seo estradinho, 6 catres grandes p.^a os doentes, 2 bancas p.^a o ser-viço natural, 12 travisseiros 24 bacias brancas e 12 orinões. Fez-se huma grade p.^a o Noviciado, hum armario p.^a roupa, 3 gamellas de banho, e mais couzas precisas. Concertou-se o fogão com varias peças de ferro, e comprou-se hum Caldeirão e 3 cas-sarolas de ferro, e 12 enxadas. Fizerão-se 20 penteadores com seos competentes paninhos, 11 toalhas p.^a as mezas do refei-torio, 20 dittas p.^a as mãos, 208 guardanapos, 30 Saccos, 6 ca-tres novos p.^a varias Cellas, 5 tarimbas p.^a os Ir.os Leigos, 6 p.^a as Senzallas, 12 taboleiros p.^a a Sachristia, e Refeitorio, 3 por-tas p.^a as privadas de baixo, 4 escadas grandes e huma de ti-zoura de vinhatico. Botou-se na portaria huma bica de folha que desagúa no patio p.^a o uzo dam.ma

Concertou-se no Monte Alverne huma cella que calafetou-se, as-sim como outras m.tas por todo o Conv.to, que foi todo caiado, e pintado por dentro sendo a oleo o Sallão dos R.mos, todas as portas das Cellas, janellas, e bancos conventuaes, guarñiçãõ e grade do presepio. Ficão 2 Cavalos p.^a as esmollas. Compra-rão-se 6 candieiros p.^a os dormitorios e hú p.^a o Noviciado, e outro p.^a o quarto de Oração. Comprarão-se dèz muleques, 3 mulequotes, e derão hum de esmolla, ao todo quatorze.

75.º Fr. Joaquim de S. Felix. (50)

O 75.º Guardiãõ foi o Ir.º Preg.or Fr. Joaquim de S. Felix, eleito no Capitulo Provincial de 5 de Dezbr.º de 1829/ em q. pre-zidio o R.mo P.e M.e Viz.or G.l Fr. Joaquim de S.ta Anna.

Obras

Concertou-se hum calix de todo arruinado, e dourou-se p.r dentro. Derão outro doirado com seus pertences p.^a a Sacristia. Hum anel p.^a N. Snr.^a da Conceição. Outro de crisolita, e um cordão de fio d'ouiro p.^a N. Sr.^a da Soled.e Derão tão bem um laço de pedras p.^a S.ta Luzia.

Fez-se um reposteiro de tella, gaião e franja d'ouiro, e for-rado de sêda p.^a o Sacrario; e húa capa da m.ma tella, e ornatos écima p.^a a Ambula peq.na Incarnou-se o Menino Deos do Altar de J.s M.^a J.e, e fez-se húa Tunica de seda br.^a bordada d'ouiro.

Fizerão-se cinco alvas de pano de linho de Nojões com rendas, e forão novam.e rendadas trez antigas. Derão duas de bretanha com renda tão bem, e igualm.e duas tualhas d'Altar; e trez bor-dadas, e rendadas p.^a o S.to Christo. Derão mais duas tualhas ordin. as d'Altar; dois corporaes, dois manustergios, dois amic-

tos, quatro sanguinhos, tudo com rendas; e mais um par de galhetas de vidro douradas, um Missal, e estante do m.mo, e de jacarandá.

Fez-se nova manga de Cruz de veludo preto, com galão, e franja d'ouro; e ornou-se outra com galão francez, e franja d'ouro verdadr.ro p.^a o comum.

Pozerão-se vidraças na cella dos Sacristãos, e no despeijo da m.ma Concertou-se e afinou-se o orgão da Cap.la mór. Fez-se húa escada de thezoura com ferragem p.^a a lampada da m.ma Concertarão-se os martellos do relógio da torre: fizeram-se novos eêpos, correntes de ferro dos d.os e fez-se de novo o badallo do sino gr.de, e braço do peq.no, e mais reparos.

Para a Enfermaria fizeram-se doze lençoes de platilha de linho, e seis camizas de pano de linho tão bem p.^a os enfermos, e hum armario gr.de de madr.^a com chaves, e mais ferragens. Foi concertado todo o telhado da enfermaria te o salão inclusive dos Presid.tes, com novas vigas, thesouras, terças, barrótes, pés oirtos, caibros, ripas, todo o forro repregado, telhas encaicadas, e novas m.tas abrindo-se duas tramponeiras p.^a o necess.^o arêlam.to das madeiras, e duração das m.mas: e repararão-se as grades dos cubicolos, e janellas da enfermaria dos escravos, cellas, etc.

Abrio-se na parede do Noviciado húa cantareira p.^a potes d'agoa, e lavagem de mãos, com pia de pedra de cantaria firmada sobre a m.ma parede, e seu respectivo desaguadouro. Carerarão-se, e chumbarão-se todas as janellas de m.mo, salão do presepio, e cella dos Guardiães, na q.l postarão-se nas janellas trez trancas de ferro com chaves; e todos os telhadinhos, q. ficão p.r cima das janellas, desde o Noviciado te o esguicho da Sacristia, forão concertados, e madeirados de novo, e juntamente reformada a escada do d.^o esguicho, botando-se na caixa d'agoa húa tampa de madr.^a

Nô tamque da cosinha abrio-se hum novo desaguadouro com cano de flandres p.^a melhor despedicção d'abundancia d'agoas; e trez biqueiras nos canos do Clautro p.^a o m.m^o fim. Fizerão-se trez cantareiras com taboas largas p.^a a louça da cozinha, e trez travessões na casa das jarraes d'agoa.

Concertou-se toda a Senzalla dos pretos, levantando-se o ponto cinco palmos, com madeiras novas, telhas, portas, chaves, columnas de páo, e o m.m^o reparo fez-se no telhado da Capellinha, cahiendo-se tudo, e aterrando-se todos os quartos.

Fabricarão-se as duas pontes d'horta de páos novos; e fizeram-se fortes paredões na p.re configua a Cap.la de N. S. P.e

Reparou-se o armazem da lenha, levantando-se a porta ao nivel das outras, e esta fez-se nova de potumujú, com suas respectivas ferragens, e huma chave nova; uma rampa de pedra e cal p.^a facil descida p.^a dentro do d.^o, e juntamente a dap.te do mar forão caneradas, chumbadas, pregadas, e pintadas a óleo.

Concertou-se o sobrado do Legado do Capitulo n.^o 749, en-

Vigando-se, e assoalhando-se as duas sullas da frente, e fundo, e tão bem o sotam; e o m.mo se fez na cözinha, levantando-se huma parede toda cahida; abrio-se o cano, q. entupido estava, e foi de novo retelhada, cahida, etc.

Fizerão-se quatro bules de llanres p.^a a enfermaria, trez botijas p.^a azeite; cem guardanapos de brim p.^a o Refeitorio, treze sacos do m.mo da Russia p.^a a despensa, e vinte sacas, p.^a os esmoiheres, de panno de linho, e brim.

Fizerão-se chaves novas p.^a o sallão dos cofres, coro, sacristia, classe, porta dos Pobres, pöio, e enfermaria, etc. etc.

Fez-se hum ferro novo p.^a a bomba, e concertou-se o outro q. estava quebrado. Fez-se hum tacho novo, p.^a a cözinha com o pezo d'uma arroba e vinte libras, e concertou-se outro acrescentando-se p.^r ser pequeno. Fizerão-se quatorze barriz p.^a a condução d'agua, duas tinas p.^a a cozinha, e forão apertadas, e remendadas varias campas de madeira das sepulturas da Igr.^a Concertou-se o tronco p.^a a prizão dos escravos; e comprarão-se dois, e derão hum d'esmola — 3 escravos.

76.º Fr. Manoel da Purificação. (51)

O 76.º Guardião foi o Ir. Preg.or e Ex Def.or Fr. Manoel da Purificação, eleito na Congregação Intermedia, Prezidida p.¹º R.mº P.e Proval Fr. João do Nascimento de Maria, aos 4 de Junho de 1831.

Obras

Advertencia — As poucas, que fez, não se dignou aquí inscrevê-las, conf.e obrarão todos, ou quasi todos, seus Antecessores.

77.º Fr. Luiz do Menino JESUS. (52)

O 77.º Guardião foi o Ir. Preg.or Fr. Luiz do Menino JESUS, eleito no Cap.^o Proval de Dezembro de 1832, em o q.l Prezidio o R.mº P.e Preg.or Ex Dif.or Commiss.^o Viz.or G.l Fr. José de JESUS Maria.

Obras

Repregou-se o retábolo, que fórra a Capella-Mór, tambem o da cornija do Altar da Conceição, q. p.^a o segurar foi mister meter-se huma gr.de viga nova; e m.s alguns reparos em toda Igreja.

Fez-se p.^a ornato commum humas decentes cortinas ao nosso S.to Padre e S. Dom.os e da m.m.^a fazenda vermelha, com gallão falso p.^a o Nincho do Senhor dos Passos, e os das quatro Imagens collocadas nos cantos do Clautro, com charel verde, e juntam.e quatro lampiões pequenos com suas respectivas cordas novas.

Derão huma banquetta prateada inteirissa, com Cruz, e dez castiçaes, entre quaes estão firmados quatro jarros, tambem

prateados com suas competes flores de panno, ou ramos; tudo p.^a o Altar de N. Sr.^a da Conceição.

Fez-se hum panno novo, grde, de tapar o Sepulchro p.l.^a Semana S.t.^a Concertarão-se quase todos os Ornamentos da Sacristia, pondo-se nhuns fóros novos, e n'outros gallões, franjas, etc., e a Umbrélla do comum foi toda feita de novo, e de boa sêda de raminhos. Da mesma fizerão-se cinco véos brancos p.^a calices, e p.^a c.^{os} m.mos seis pretos. Fez-se hum grd.^o tão bem preto de tafetá p.^a servir de cobrir á Imagem d'Adoração de Sexta fr.^a maior; e outro branco, forrado p.^a encobrim.t.^o da Custodia, nas Festas menores.

Poz-se chave no caixão de guarda dos frontaes, e igualm.e nos dos Altares da Conc.m, e S.t.^o Ant.^o p.^a se guardarem seguros os castiçaes prateados, q. concertados forão todos.

Fez-se huma duzia de cordões d'alvas, trinta e dous sangui-nhos, e aceitou-se, com caiamento e pintura, os Carneiros n'os bem como reparou-se a grade de alsapão, q. p.^a elles desce, com ferragem nova; e tão bem caiou-se, ladrilhou-se o claustriño emforma de nelle poder-se abrir sepultura.

Na caza de disciplina, ou de correção fraterna foi misier pregar-se huma grade de ferro p.a dentro, em frente d'outra na janella, q. dá abunde claride, e ay livre, etc. Concertarão-se, e fizerão-se novos bules, e marmitas de folha de Flandes do uso da Enfermaria, e alguns outros reparos nella. Fez-se huma tarima de madeira p.^a dormida dos escravos menores. Fizerão-se 37 sacos e 79 guardanapos novos. Arreou-se o demarcado ponto da m.to arruinada escada interior da Enfermaria, que quase toda fes-se de novo, metendo-se-lhe cinco pilares fortes de tijólho p. servir de pés d'irtos, pois os que tinha erão de pão e podres q. q. tavão; levando madras e telhas novas. Concertou-se o cano de despêjo da d.^a Enfermaria, pondo-se nova bacia, e duas vigas no assoalho da cozinha, e mais reparos. Fizerão-se dous peq.nos muros junto a cozinha de baixo, com canos sobre elles, p.^a despejo dos barriz d'agua, q. tem de correr ao tanque da m.ma, como houve antigam.e; e contruiu-se huma cobertura de têlhas bem encaçada sobre seus respectivos pilares.

Emboçou-se os quatro cantos de claustro q. principiavão a carcomir-se; concertou-se o tanque grde, q. ainda vazava tod'agua, que nelle se depositava; e p.^a arêjam.t.^o da m.m.^a abrio-se hum óculo, e m.s hum frontal; endireitou-se o cano, que estava quebrado p.l.^a p.te decima, p.^a o q. abrio-se hum alsapão falso à fim de p.^a o futuro poder-se facilm.e concertar q.d.^o preciso fôr. Fez-se hum ferro novo, e concertou-se outro pertene.te a bomba; poz-se chave nova na fonte, e outras m.tas novas, e fexaduras se concertarão, e o m.m.^o se fez com machados, facões, foices, e m.s ferros novos; e tão bem comprou-se quatro agua-dores grdes p.^a a horta, p.^a os escravos barbeiros oito navalhas, quatro lancétas, e dous boticoens.

Repararão-se todas as quebras do muro da Horta, enera-

vando-se pedaços de vidro na superfície de quasi todo elle, p.^a obstar d'algum modo a malignidade de visinhos destruidores.

78.^o Fr. Luiz do Menino J.s (53)

O 78. Guardião foi o Ir.^o Pregador Fr. Luiz do Menino JESUS reeleito na Congregação de 12 de Junho de 1834. em o qual Presidio o N. R.m^o Padre Provincial Fr. Francisco do Sacramento Brayner.

Obras

8 Toalhas p.^a o esguixo da Sacristia, cinco p.^a os Altares collateraes, duas p.^a a grade das communhões, huma Pedra-d'Ara, hum par de brincos de pedras brancas, e Topazio, que derão p.^a Senhora S.t^a Anna, hum habito de Christo pequeno derão p.^a o Menino de J.s M.^a J.e, hums ornamentos, que recebeu, e deitou no Capitulo, q. o Sachristão tem orol, que se-the-deo p.r inventario concertarão-se os ornamentos de Tella segunda, ese-forrarão com nova holanda e tafetá os ornamentos de pr.^a fizerão-se quatroalvas finas com renda largas p.^a os dias de primeira classe, e cinco de babado p.^a segundas classes, huma toalha grande de renda bordada p.^a o S.or Santo Christo, huma capa de setim azul bordada de ouro, e hum vestido do m.m^o, branco, todo bordado de ouro que derão p.^a a Senhora das Dores, concertarão-se as cadeiras de encosto, grandes, deitando-se dois forros ou capaz p.^a Festas, e communs, fiserão pannos novos com seus careis p.^a o esquite dos Religiosos ficando os outros que se tinha p.^a os escravos, tres alças de brão, novas, p.^a deitar o defunto na cova.

6 Lençoes p.^a a Infermaria, huma comadre p.^a a Infermaria, quatro tabuleiros pequenos p.^a a Infermaria. — 2 Toalhas p.^a o esguixo do Refeitório, nove das grandes, de algodão p.^a as mezas, 124 guardanapos p.^a o Refeitório, 48 sacos p.^a a dispensa, 12 tabuleiros grandes p.^a o Refeitório, 2 cepos grandes p.^a picar carne 2 machados p.^a a cosinha, huma grelha p.^a assar peixe, hum tacho novo, 10 enchadas novas p.^a a horta.

Concertou-se o Piano, que estava todo estrangulado, fez-se hum lampion novo p.^a o Salão dos R.mos, e concertarão-se todos os mais. Concertou-se a Capella do S.t^o Padre da Horta, metendo-se toda a madeira nova, e todo o telhado embocado, forrou-se de taboas huma banda da Capella dos pretos, caiu-se o frontispicio da Igreja, todo o Convento p.r dentro, bem como se pintarão o resposteiro e portas da dita assim como todo om.s Convento p.r dentro.

79.^o Fr. José de São Matheos. (54)

O 79. foi o Ir. Pregador, e Ex Diff.or Fr. José de S. Matheos, eleito no Cap.^o Prov.al de 5 de Dezembro de 1835 em o qual prezidio O N. R. P. V.or G.l Fr. João do Nascimento de Maria, Ex Prov.al Imediato.

Obras

Ladrilhou-se de mármore fino a Igr.^a, e o corredor de S. Benedito, guarneecendo-se as grades com estrados fixos de louro, e collocou-se na Cap.la mór um lustre grde Fez-se hum Docel de tella de retroz com galão verdadr.^o e franja, e véo de setim com ramos d'ouro. Fizerão-se duas capas d'asperges de veludo preto com galão verdadr.^o concertando-se as velhas, e fão bem duas Dalmaticas, e uma Cazula fez-se do m.m^o e com iguaes galões finos; e p.^a as Missas do comum, quatro cazulas de damasco br.c^o se fez; bem como sete roquetes d'esguião de linho, com babados de renda do Porto, e mais oito alvas p.r aq.l^a m.m^a forma, e varias toalhas p.^a as mãos. Concertarão-se, e pintarão-se os 4 tocheiros velhos, e pratearão-se os 6 castiçaes e os 4 Evangelistas da banquetta da Cp.l^a mór. Fizerão-se 2 capas p.^a a Ambola, e huma cortina de setim bordado no tear. e fez-se huma alcatifa nova p.^a o Altar mór, com todos os côrtes do Presbiterio.

80.^o O m.m^o Fr. José de S. Matheos. (55)

O — 80 — Guardião foi om.m^o Ir. Preg.or e ex Def.or Fr. José de S. Matheos, reeleito na Congregação de 10 de Junho de 1837, em aq.l Presidio o N. R.m^o P.e Minr.^o Prov.al Fr. José de J.s Maria, Preg.or, ex Def.or e ex Viz.or G.l

Continuação das obras

Encarnou-se a Imagem de Christo do Coro, e fez-se p.^a ella hum laço novo de galão fino com franja solta; e tambem hum pano-mortuario—de velludo preto, com galão verdadr.^o Fizerão-se 2 jogos de Sacras p.^a os Altares, e castiçaes peq.nos p.^a o comum. Enquadrarão-se 2 Missaes usados eos livros—Processionaes—Construio-se hum tanque p.^a deposito d'agua de beber no arco, q. fica junto à escada, q. sóbe do pòio, com torneira de bronze estanhada e forrada de mármore, sendo fundo tambem de mármore tirado das duas credencias velhas, q. existião na Sanchristia; e poz-se-lhe grade d'arame de latão tendo dous postigos. Fez-se um cobrimento na porta dos pobres cujo telhado ao nivel da cosinha nova chega ao claustrinho; ficando cómodos p.r baixo do novo sobrado p.^a os arranjos da Portaria. Igualm.e arrancou-se a fuminé antiga, levantando-se um cobrim.t^o te a parede da rua p.^a servir de cozinha, formando huma divisão p.^a repartir a comida, onde se deitarão mezas de pedra; e sobre essa obra formou--se um sobradinho p.^a cómodos da m.m^a cozinha, e se envidraçarão as janellas, deitando-se grade de ferro nãs debaixo, n'huma dellas caxilho com vidros, e p.r fóra d'arame; fazendo-se fogão de vapor, e forno p.l^o lado da sanzala. Abriu-se um portão da p.te da rua p.^a entrada dos animas, afim d'evitar-se a comunicação da dos pobres p.r onde extravaiarão-se m.tas couzas. Igualm.te se arrazou o fogão antigo da Enfermaria.

fazendo-se um outro tambem de vapor, com todos os utensilios de ferro. Deitarão-se nas trez janellas do Salão da Enfermaria vidraças, repararão-se todas as outras, e pintou-se toda ella: assim como fizerão-se cortinados novos p.^a as camas, colxões, e repararão-se outros; e alguns lencoes, e cobertas de xita se fizerão novas. Fizerão-se cinco cellas, com suas estantes, no corredor, q. foi Noviciado; uma das quaes forrou-se de madeira, e outra de panno. Arranjou-se o novo Noviciado. Reformou-se o telhado da fonte, e fez-se huma bomba nova de sipipira; e mais algumas outras obras, e concertos, q. p.r. minutos senão mencionão.

Por ordem do N. P.e R.m.^o trocou-se o escravo Adriano p.r. um moleque de nome — João do Prado —. Engançou-se com a Nação p.r. 10 ans o serviço de hu Africano denominado — Anacleto — vindo no escrito o nome d'Assis, cujo contrato foi feito em 13 de Julho de 1837, e está pago té o anno de 39.

Existe mais um preto velho de nome — Paulo — dado de esmola p.l.^o Cap.m Medões, p.^a o serviço do Conv.t.^o

Fardarão-se os Religiosos, e Escravos, e ficão as Officinas providas do melhor modo.

81.^o Fr. Bernardino de Senna Rego. (56)

O 81. Guardião foi o Ir. Pregador, e Ex Custodio Fr. Bernardino de Senna Rego, eleito no Capitulo Provincial celebrado no 1.^o de Dezembro de 1838, em o qual prezidio por Presidente do Capitulo o N. R.m.^o P.e Ex Diffinidor, Ex Viz.or Geral e Ministro Provincial Fr. José de JESUS Maria por Breve do Snr. Nuncio Apostolico Scipião Domingos Fabbrini.

Obras

Duas Credencias doiradas para a Capella Mór, huma Banqueta completa, para servir nas Festividades da Conceição, e Santo Antonio, contendo 24 castiças, e 4 Maçanetas de perfeito lavor, e tudo prateado; mais 2 castiças, tãobem prateados, para o Saerario, 12 sobrepelises, para o Comum, de Donatos, um Pluvial funebre de veludo com galão de oiro. Fizerão-se sepulturas em todo o pavimento do Craneiro, fizerão-se Craneiros novos para sepultar Anginhos no antigo pavimento chamado — Claustinho, envidraçou-se e concertou-se o corredor das tribunas da Capella Mor da parte do Evangelho, atijolou-se todo o corredor que principia da Classe a te o Nicho de N. Senr.^a da Conceição, no Claustro. Fardarão-se os Religiosos e os Eseravos, de costume, fes-se uma Crús Procecional doirada para o comum.

82.^o Fr. Francisco de N. Senr.^a da Pena. (57)

O 82. Guardião foi o Ir. Pregador Fr. Francisco de N. Senr.^a da Pena o qual governou sete meses tão somente por entrar em lugar do Ir.^o Fr. Bernardino de Senna Rego, que renunciára a Guardiania para ser Visitador Geral,

83.º Fr. Manoel de St.ª Roza. (58)

O 83.º Guardiãõ foi o Ir. Preg.or Fr. Manoel de Santa Roza eleito no Capitulo Provincial no dia 5 de Dezbr.º de-1841 — em o qual prezidio o N. R.mº P.e Ex Diff.or Custodio e Visitador Geral Fr. Bernardino de Sena Rêgo p.r Breve do Snr. Nuncio Appostolico Scipiãõ Domingos Fabbrine.

Obras novas

Fez-se o telheiro com madeiras novas na Capella de N. S. P.e da horta.

Limpou-se a Imagem de N. S. das Dõres collocada no Capitulo, comprando-se huma manga de vidro, piana nova, e fez-se todo o necessario d'oiro para o d.ª pois que só tinha o diadema e espada.

Fizerãõ-se duas figuras de David e Arãõ pintadas em imagem para cubrirem-se os Altares da Conceiãõ, e de Santo Antonio na Quaresma.

Fizerãõ-se seis alvas a saber 3 de esguiãõ fino de linho, bordadas, com rendas p.ª os dias de festa, e 3 ditas de pano de linho fino com rendas largas. Fizerãõ-se sete tualhas de Altar a saber 1 de esguiãõ fino de fino com renda larga bordada do Altar Mor, e seis ditas de pano de linho com renda larga.

Fizerãõ-se seis tualhas para o esguixo.

Concertarãõ-se todas as tualhas que existiãõ, deitando-se nas meçmas babados novos.

Fizerãõ-se seis alvas novas de pano de linho de babados.

Fizerãõ-se cinco tualhas de brim p.ª forro dos Altares. Concertarãõ-se todos os ornamentos e m.t.º principalmente os de tella de retroz que existiãõ sem galãõ.

Fes-se hum frontal novo com sua grade de vellulo preto, com galãõ d'oiro para o Altar Mór. Comprou-se hum globo grande de vidro para a Capella Mór e outro derãõ p.ª o Snr. dos Passos.

Fizerãõ-se dez casulas novas para o comum a saber 5 de damasco branco com galãõ e franjas de retroz; todas com seos pertences, e 5 de velbutina preta com galãõ, e franja de retroz, e seos pertences para o comum.

Comprãõ-se dezeseis véos de Calixes novos de seda, a saber; onzebrancos, e cinco pretos, tudo p.ª o comum.

Fez-se de vigame, e parafuzos de ferros, a armação p.ª ser sentado o Sepulchro afim de popar as gr.des despezas que se fazem todos os annos, com caibros e m.is asseçorios.

Fez-se hum fuminé gr. de ferro batido p.ª a cozinha; e juntam.tê duas burras gr.des de cobre para a m.m.ª. Comprãõ-se doze pares de galhetas de vidro com seos competentes pratos.

Fes-se oito pentiadores, e panos p.ª a Barbearia. Fes-se hum caxilho com seos vidros para huma das janellas da Sanchristia.

Fizerão-se toalhas e guardanapos p.^a o Refeitório.

Fardarão-se os Religiosos e os Escravos. Comprou-se hum canapé seis cadeiras, de rebaixo tudo de palhinha para a cella dos Guardiães. Comprou-se hum tinteiro de latão com todo aparelho p.^a a d.^a cella. Fica hum boi mauço q. comprou-se p.^a o serviço do Convento.

84.^o Fr. Francisco de N. S. da Pena. (59)

O 84. Guardião foi o Irmão Pregador e ex Secretario da Prov.^a Fr. Francisco de N. Senhora da Pena eleito na Congregação de — 5 — de Junho de — 1843 — em a qual Presidio o N. P.e R.m^o Prov.al Fr. Jeronimo de S. Pedro de Alcantara. e no tempo de sua Guardiania se fiserão a seg.es

Obras

Huma fonte artesiána com sua competente casa, obra mui necessaria para aliviar os escravos que conduzião em canecos a agua desde a fonte da horta até a cosinha do Convento, lageou-se de mármore Italiano todo o pavimento oa Portaria, mandou-se vir de Portugal huma Custodia de brônse doirado com seo relicario de prata cravejado de pedras finas, para servir no Trôno, fiserão-se quatro jarras de primôr, obra de conchas, com suas competentes roseiras para servir nas Solenidades, entre os tocheiros do Præsbyterio, dois cerceaes novos prateados com frisos doirados, cinco aleatifas a saber: huma grande para a capella-Mór, e 4 para os Altares lateraes, e colateraes 14 Roquetes de renda, 8 sobrepelises para o comum, um pluvial rico funebre, e uma manga funebre para Crús, tãobem rica, um veo d'hombrê encarnado com galão verdadeiro, uma toalha toda bordada e de renda para o Altar Mor; um véo de setim com franja de oiro para a custodia, fiserão-se 350 rosas, e 12 festões para os Altares, tudo de pano, 50 ramos de pena para o Trôno, incluido um dito grande p.^a servir no capitel da estante dos Intróitos, 12 toalhas de linho com habados 6, e 6 lisas p.^a o esguicho da Sacristia, 100 sanguinhos, 30 corporaes, e 20 mañustergios, encarnarão-se 4 imagens a saber: Santo Christo do Altar da Soledade mais 4 imagens das para os Altares, e N. Senr.^a da Conc.m para qual se fês huma lã de prata, um resplendor de prata para o menino de Santo Antonio, 2 toalhas ricas huma para o Santo Christo da Igreja, e outra para o Santo C. de Côro para o qual fes-se hum laço requissimo de galão verdadeiro, concertou-se engrõsando-se as astes a Corõa, de prata de N. Senr.^a da Gloria, alimpou-se e afinou-se o orgão grande do Côro, comprou-se hum ferro de hostias para a Sacristia, concertou-se o relógio da torre, e forrou-se a caixa que o guarda no assoalho que se lhe fês, com capa de chumbo, fiserão-se grades proprias para armação do sepulchro com suas competentes aldrábas para-fusos etc. fizerão-se duas credencias de jaearendá para os Altares lateraes—Conc.m e Santo Antonio—derão hum relicario de bri-

lhantes, e grisotitas assentadas em prata, e 2 aneis de pedras assentadas tãobem em prata para N. Senr.^a da Conceição, fiserão-se para a enfermaria 6 Bules, comprou-se hum aparelho de chá, fiserão-se 7 candieiros para diversos lugares, e se comprarão 3 glóbos a saber úm bordado para cella do R.m^o outro para o nicho do Senhor dos Passos, e o 3.^o para o Altar da Portaria, para o Refeitorio 6 toalhas e 140 guardanapos, fiserão-se 12 taboleiros 10 para o Refeitorio, e 2 p.^a a Sacristia, fes-se de novo o fogão da Enfermaria para a qual tãobem se fizerão 10 cobertas, 22 lençoes, 20 travesseiros, e 13 fronhas, de pano de linho, pos-se uma viga na 4.^a cella do corredor do presepio, e na mesma se pos uma vidraça na janella, fiserão-se mais 5 vidraças p.^a diversas janellas do Convento, e botando-se em outras que já tinhão vidros novos por haverem muitos quebrados, fiserão-se 4 grades, a saber uma de ferro para a dispensa, 2 das para as janellas do salão do prezepio, e uma de páu para a janella dos bancos conventuaes do corredor do mesmo prezepio, concertou-se todo o Noviciado para o qual se fés em huma das Cellas hum dividendo, a saber lugar para privadas, e casa de banho, finalmente caiou-se, refocou-se, pintou-se todo o Convento, e se fiserão outras muitas obras que por diminutas se aquí não numerão, ficão para serviço da Casa 2 cavallos, um Burro, e úm Boi. — Adverte-se mais, que se não inscreveo por esquecimento hum par de brincos de pedras assentadas em prata q. derão para a Senr.^a Santa Anna e seis cadeiras de palinha que se comprarão para a cella dos R.mos e para o mesmo fim mais duas poltronas de palinha e úma meza de jacarandá.

85.^o O m.m^o Fr. Franc^o de N. S. da Penna. (60)

O 85. Guardião foi o Ir.^o Pregador = Fr. Francisco de N. Senhora da Pena, eleito no Capitulo Provincial de 30 de Novembro de = 1844 =; e no seo tempo se fiserão as obras seguintes: Reconstruiu-se o fogão da cosinha pondo-se-lhe nova chapa de ferro, e reparou-se a fonte do banho deitando-se-lhe novo vigame, huma bomba nova, cobrindo-se de novo o reservatorio d'agua, e retelhando-se a casa da mesma fonte, concertou-se a balaústada do alçapão que desce para os carneiros, e huma janella dos mesmos pondo-se-lhe ferrólho com sua competente feixadura, pos-se tãobem duas chapas nos alçapões das tulhas, construiu-se de novo o tanque pequeno da cosinha dilatando-o mais, e aterrando-se o grande, afim de añivelel-o com o pavimento da cosinha, ficando legeado de mármore Italiano, fes-se na cosinha, m.s rando-se o grande, afim de añivelal-o com o pavimento da cosimonde, augmentou-se mais seis carneiros grandes, concertou-se todo de novo o cano de dêspejo da Enfermaria ebem assim toda a parede das cloachas do Convento, remontarão-se e estanharão-se todas as caldeiras e útencilios da cosinha, e da Enfermaria, repararão-se todas as ruinas das casas do legado do Capitulo, retelhando-se as mesmas, envidrasando-se, e concertando-se os respectivos canos, assôalhou-se de novo a varanda de jantar da

casa pertencente a S. Vicente Ferrer e concertou-se a cosinha da mesma, comprou-se 10 bacias, e outros tantos ôrinôes para utilidade e serviço da Casa, e comprou-se tãohem 3 bancas de retrê para a Enfermaria, e para a mesma fes-se 27 lenções de pano de linho e de brim, 5 d.os de algodãozinho 42 toalhas de brim e pano de linho, 15 d.as de algodãozinho, 4 cobertores bem encórpados, para os escravos, 16 toalhas, e 160 guardanapos para o Refeitorio, reparou-se finalm.e todo o muro fronteiro ao Convento.

86.º O m.mº Franc.º de N. S. da Pena. (61)

O 86. Guardião foi o mesmo Ir.º Preg.or Fr. Francisco de N. Senhora da Pena, reeleito na Cong.m de Junho de 1846 em que Prezidio o N. R.mº Prov.al Fr. João do Santissimo Coração de Jesus, e continuarão as obras seguintes: Para o ministerio do culto fes-se 1 alva rica, concertou-se as que se achavão arruinadas, acrescentando-se em algumas babados novos, fes-se 17 toalhas de linho a saber: 3 para a Capella-Mor, 2 para os altares lateraes da Conceição e Santo Antonio, e huma p.ª a capella de Santa Luzia, encadernou-se 3 Missaes, fes-se 7 tamborêtes de jacarandá e palhinha p.ª os capeiros, e canapés atambórados para o Capitulante e seos Ministros, mandou-se ver de Portugal hum Ostensorio de prata doirada, e tãohem télla de retrós sobre damasco encarnado a qual deo 33 pernas de cortinas, e 12 colchas para as tribunas, e portadas da Igreja, fes-se 12 castiças prateadas a saber: 6 para o altar de S. Pedro de Alcantara e 6 para o de Santa Luzia, acompanhando ao m.mos castiças 8 jarras tãohem prateadas fes-se mais para o culto 6 manustergios, 8 toalhas de babados para as tribunas, mais 2 de renda p.ª o mesmo fim, 4 toalhas de renda para as credencias, 2 corporaes ricos, 2 tolhas bordadas e com renda para o altar da Conc.m com seos comp.es aparadores tãohem com renda, 2 colchas amarelas para algumas credencias, 1 toalha bordada e com renda para o altar da Soledade, pratearão-se todos os castiças, e hem assim os Evangelistas, e para todos mandou-se faser camisas para preservar-los da poeira, fes-se hum véo de encêramento p.ª o Santissimo, e bastante curioso, concertou-se a lustres do altar da Conc.m e Santo Antonio, comprou-se hum globo novo para a portaria fes-se mais huma toalha bordada com renda para a Capella-Mor, concertou-se 2 côroas de oiro pondo-se em cada huma 2 cravos do mesmo metal, e dessas huma pertencente ao Cap.º, reparou-se acrescentando-se cousa que lhe faltavão, concertou-se o pequeno ostensorio de conduzir para o trono o Ss.mº por se achar todo quebrado, fes-se hum pequeno degrão todo doirado para o cimo do trono afim de realçar m.s o Ostensorio com o S.mº exposto, retocou-se a Imagem de S. Pedro de Alcantara, e se lhe construiu hum Nicho novo todo doirado, retocou-se tãohem a imagem de Santo Antonio, colocou-se duas imagens a saber de N. Senr.ª da Pied.e no altar de I. M. I. da

Provincial para Dezembro deste mesmo anno, por Breve da SS.e, e no d.º dia tomou posse de Viz.or geral, entregado a Caza ao Ir. Prezid.e Fr. Ant.º do Patr.º

Obras

Fizerão-se dous nichos para os Altares de N. S. da Conceição, e de S. Antonio. Pozerão-se na Enfermaria 4 grades novas, concertarão-se as mais, e pintarão-se. Botou-se na Torre huma viga; repararão-se todas as escadas; concertarão-se as grades, e renovarão-se as letras do demonstrador do relógio, q. estavam quasi de todo extinctas.

Fezerão-se 7 Pluviaes novos de tella de retroz; 2 frontaes para os Pulpitos; hum docel do SS.mº Sacramento, ornado com gallão d'ouro, e franja. Pregarão-se os colchetes de prata nos Pluviaes. Fizerão-se as 2 Colxas de tella q. faltavão, para as grandes tribunas dos dous Orgãos; bem como huma perna para huma das das., e mais duas portadas da mesma tella para as portas que abrem para o lado do Altar de N. S. da Soledade, e de S. Anna, com suas borlas, e tudo de galão d'ouro. Fincarão-se balaustres de ferro, nas 4 janellas por de baixo da Sachristia. Fez-se de novo todo o forro do salão dos Presidentes, e assoalhou-se todo o pavimento do mesmo salão, lançando-se duas vigas novas, hum frechal, e encabeçando-se outra na obra nova do forro. Fez-se de novo o pavimento do quarto fronteiro aos Carneiros dos Anjinhos, encabeçando-se quasi todas as vigas, que estando demulidas, fazião com q. od.º pavimento ameaçasse ruina, e botarao-se da mas novas, ficando o dito Quarto completamente reparado. Retocarão-se e dourarão-se de novo as SS. Imagens de N. S. Patriarca e de N. P. S. Domingos. Encarnarão-se 5 Imagens pequenas de J. C. dos Altares. Concertou-se o aparelho de prata que serve nas solenidades, collocando-se na Imagem hum resplendor de prata com hua pedra. Caiou-se, e pintou-se toda a Igreja, e Sachristia, e toda a frente do muro fronteiro à rua e q. se desce para o Desenho. Caiou-se todo o frontespicio. Fizerão-se em fim outros concertos q. por sere de pouca importancia, não se mencionão. Comprarão-se tres tapetes, num grande para a Capella mor, e dous pequenos para os dous Altares de S. Antonio e Conceição, bem como mandarão-se fazer dous tachos para a Cosinha.

Fizerão-se finalme. duas Cadeiras Grandes d'encôsto pa. as Dignidades.

91.º Fr. Antonio do (Patrocínio. (68).

O nonagesimo 1.º Guardiãõ foi o sobred.º Prezidente Fr. Antonio do Patrocínio, que governou a Caza como Prezidente, desde o dia atraz notado, te o dia 24 d'8br.º, em Junta Deffinitorial, celebrada no mesmo dia, foi elleito Guardiãõ, presidindo a dita Junta o N. R.mº Padre mais Digno, e Vigario Provincial Fr. Jose de Jesus Maria.

OBRAS QUE FES

Mandou fazer para o ornato da Igreja 20 pernas de cortinas; 8 Colchas; e 8 Sanefas, tudo novo de damasco incarnado.

92.º Fr. Ant.º do Patrocinio de Maria. (69)

O nonagesimo 2 Guard.m foi o m.mº Ir. Pre.or Fr. Antonio do Patrocinio de Maria reeleito no Capitulo Geral celebrado em 10br.º de 1854 presidido pelo Pe. Viz.or Gl. e Prezid. e do Capitulo Fr. Fran.cº de N. S. da Penna sendo Prov.al o Pe. Mis. Digno Fr. Je. de Jesus Maria — no seo tempo adquirio de esmolla uma cruz de prata pa. Sto. Antonio, uma Imagem do Sr. crucificado com titulo e ponteiras de prata — dous castiçaes de prata pa. N. Snr.a da Solidade — concertou-se a escada que dá para a enfermeira — e mais alguns reparos que por serem de pouca attenção não se mencionão.

93.º Fr. Antonio do Patrocinio. (70)

Noventa e tres G.m foi o m.mº Ir. Preg.or Fr. Antonio do Patrocinio eleito na Congregação de 1857, presidida pelo N. R.mo Pe. Mais Digno, e Min.º Prov.al Fr. José de Jesus Maria, e no seo tempo se fiserão as obras seguintes = uma toalha bordada de oiro para o altar mor, dous frontaes de pulpito com suas competentes cortinas, tudo de damasco branco, e cairellado de amarello, um frontal de igual ponte p.º o altar do Capitulo, comprarão-se 40 galhetas de vidro, 6 cadernos de Missas de Requiem, forão replateados 6 castiçaes do altar da Con.m com seos competentes relevos intermediarios (se adquirio de esmolla uma gr.de cruz de prata para a mão de Sto. Ant.º, um Crucifixo com resplendor, e ponteiras de prata para o altar de Sta. Anna, dous castiçaes de prata para a Solidade) e foi collocada no altar de Sto. Ant.º uma bella imagem de N. Snr.º do Carmo — em um nixo doirado tendo a imagem da m.ma Snr.º e do Sr. D.s Menino em seos braços, suas coroas de prata, além d'um crucifixo do m.mo nixo pertencente tambem apparelhada de prata. Foi a cosinha do Conv.to de todo remontada com melhoramentos indispensaveis primando entre elles o fugão q. foi assentado com separação das paredes e communicavel por todos os lados, sendo o dito fugão a vapor com bom lastro de ferro cuádo, e uma excelente xaminé m.te elevada — foi conduzida ao tanque do pòio uma penna dagua q. exgota para o consumo do Conv.to 70 barris no espaço de 24 horas. Foi no tempo desse G.m lançado o fundam.to do Cemiterio dos Lasaros que se achão com 177 carneiros, e com a capella toda retelhada, o primeiro corpo de carneiros contem 129 para adultos, e 48 para menores, ao todo 177: (os objectos acima ficão apontados na 2.ª Guardiania) foi ben-zido solemnemente em 19 de Julho de 1857 e nesse mesmo acto foi lançada a primeira pedra com as solemnidades uzuaes para a edificação da capella do mesmo Cemiterio. No alicerce do Cunhal do lado do Evangelho ficou enterrado um vaso de louça, lavrado, contendo uma folha de pergaminho com a seguinte legenda iscripta pelo deleneador da planta do mesmo Cemiterio = João José Lopes Braga = Aos 19 dias do mez de Julho de 1857 — Governando a Sé Prov.al do Imperio, o Ex.mo R.mº Snr. D. Romualdo Antonio de Sexas, sendo Commissario Vizitador Geral dos Menores Reformados da Provincia de Sto. Antonio do Brazil = Fr. Manuel de S. Quintiliano = Min.º Prov.al Frei José de Jesus Maria = e

Guardião Fr. Antonio do Patrocínio de Maria = foi pelo mesmo Comissario Vizitador Geral acima nomeado, lançado solemnemente, a primeira pedra para a fundação d'esta Capella = dedicada ao Glorioso Patriarcha = São Francisco.

94.º Fr. Antonio de São João Nepomuceno. (71)

O Nonagesimo quarto Guard.m foi o Ir. Preg.or Fr. Antonio de S. João Nepomuceno, eleito a 7 de loabr.º de 1857, no Cap.º Geral, sendo Pres.e do m.mº o R.dº P.e ex Diff.or Fr. Manuel de S. Quintiliano, e o R.mº P.e Prov.al Fr. Francisco de N. Senr.ª da Penna. Declarações das Obras novas, e concertos, q. fezera o m.mº G.m acima. Asseiou-se a cella dos Guardiães, pintando-se a m.mª de côr perola, e as portas, e janelas a oleo: concertarão-se todos os candieiros, e tão bem pintarão-se a vernis, deitando-se nos m.mos na maior parte vidros, e copos: fez-se de novo asolheira da porta dahorta, deitando-se nova feichadura e bissagras: fez-se p.ª a dispensa duas feichaduras em uma só chapa com 3 chaves de diversos moldes com parafusos bem como se deitarão em m. tas outras portas, como Sachistia, Caixões dos frontaes: fez-se p.ª o Sepuchro um panno novo de zuarte azul, 2 escadas de mão 1 grade com bissagra de abrir 2 apparadores p.ª as portadas, sendo todas estas peças pintadas a oleo: 60 palmas de flores de panno 360 rosas tão bem de panno de diversas cores: comprou-se p.ª o serviço da horta 4 enchadas = foices = 1 ancinho, fezerão-se 32 guardanapos p.ª o serviço do refeitorio bem como comprou-se 30 duzias de pratos entre fundos, e razos = 2 terrinas, om colheres proprias e 1 prato g.de travesso: fez-se 1 nova Crús de jacarandá e envernizou-se = bem como incarnou-se 1 imag. de S. Chs. p.ª a m.mª p.ª as festividades da casa, fazendo-se novos, cravos, concertando-se e limpando-se todo o apparelho da se 30 duzias de pratos entre fundos, e razos = 2 terrinas, com lhrou-se o canapé da cella dos Guardiães, bem como limpou-se o m.mº e m s 5 cadr.as, e 1 tintr.º de latão q. concertou-se: concertou-se, e pratiou-se de novo 82 castiças do uzo dos altares sendo 24 dos collateraes, 54 do throno, e 4 p.ª o altar da Sachristia: 8 placas, 2 ciriaes, comprando-se 16 d.os p.ª a bocca do camarim St.º P.e e S. Dom.os: fez p.ª o uzo da casa 1 Urna mortuaria com 2 estrados em 3 partes, juntam.e um panno de verbutina, forrado, e com galão largo, falso: fez-se de novo todo o telhado do corpo da Igr.ª na extenção de 144 palmos, sobre 64 de largura, assentando-se thesouras novas, o ripame, caibros, terças, alg.mas e toda a cumieira, embossando-se o m.mº todo a cal: comprou-se p.ª o telhado 2 chapas de chumbo com perto de 13 a = p.ª os rincões de entre as 2 torres: assentarão-se, no lugar, das velhas 4 vigas novas no corredôr p.r cima do refeitr.º bem como rebocou-se, e caiou-se o m.mo = Depois fundio, poio = a gêsso = concertando-se todas as mezas, e pintando-se a oleo as d.as, janellas, e portas; fizerão-se novas p.ª o throno 54 arandelas: fizerão-se novas ferragens p.ª 2 Quadros do Chôro, bem como caiou-se, e pintou-se a oleo as janellas e portas, invernizando afinal todos os quadros, cadr.as e est.te: asseiou-se a Sachristia, caiando-se; e pintando-se am.mª toda a olêo: concertou-se a cella

N:º 11 = mudando-se 5 tabóas do assoalho, bem como comprou-se p.a am.ma 1 caixilho p.a a janella com vidros pintando-se a m.m a oleo: comprou-se p.º o uso da cosinha 1 machadinha de peixe = e 2 tinas: cercou-se toda horta a bambú assentando-se no centro 1 porteira p.º o uzo: Enfim comprou-se p.º o cemiterio da Quinta, úma Urna mortuaria com estrado raso 4 tocheiros = 6 bancos = 2 Credencias = 1 Supedaneo = 1 Comoda, 1 Cabido, e 1 Estante; tudo isto envernizado = ainda q. encomendado fosse todas essas cousas p.º o Cemiterio p.r um Padre velho intruso no governo da casa:

JOIAS =

Oferecerão p.º S.tº Antonio úma Espada com bainha, e copos de prata dourada e p.º N. Senr.º da Solid.e úm Circulo tão bem de prata com estrellas cravadas de pedras:

95.º Fr. João de S.ta Theresa de Jesus. (72)

Nonagesimo quinto Guardiãõ foi o Ir. Preg.or Fr. João de S.ta Theresa de Jesus, eleito aos 5 de Junho de 1858 no Capitulo intermedio, sendo Prov.al o P.e Ex-Diff.or e Ex-Visitador Geral Fr. Franco de N. Senhora da Penna.

As obras do seu tempo são as seguintes:

Assoalhou-se a Enfermaria deitando-se-lhe 3 vigas: isto é, a cozinha da d.a, na qual fez-se o novo fogão ficando este comunicavel de ambos os lados, caiando-se, e retelhando-se a mesma. Fizerão-se em o nosso Cemiterio na Quinta dos Lasaros 87 carneiros, sendo 48 p.a Anjos, e 39 para Adultos: caiarão-se, rebo-carão-se, e numerarão-se Forão encarnados de novo os Evangelistas. Concertou-se a alampada de latão da Capella Mor. Fizerão-se p.a o Sepulchro 300 rocas, 30 palmas e 4 roseiras de panno. Limpou-se a prata e imagem do S.to Christo do Capitulo. Concertou-se o boeiro da cosinha.

96.º Fr. Antonio de S. Pedro Celestino. Preg.or (73)

No Capitulo celebrado n'este Convento da Bahia em 1 de Dezbr.o de 1860. Presidido p.lo R.mo P.e M.e Vis.or G.l Fr. Antonio da Virgem Maria, Lente Jubilado, e Ex Custodio, foi eleito Guardiãõ d'esta Caza Capitular o Ir. Preg.or Fr. Antonio de S. Pedro Celestino, que d'ella tomou posse no dia 7 do m.mo mez e anno.

As obras, q. fizerão-se são as seguintes:

Estava esta nossa Igreja quase toda arruinada em sua formosissima talha, principalm.e o throno e o Altar da Conceição. Cahião pedaços d'ella dia e noite, mas sem lamentar-se um só desastre, sobre os Fieis! Taes peças cahidas e quebradas p.las escadas altas e arremeçadas com fôrça dos Armadores imprudentes, bem poucas merecêrão o cuidado de serem apanhadas e guardadas p.a um dia tornarem aos seus lugares, mediante um tão necessario concerto. Esta não se podia deixar p.r mais tempo de dar principio, p.rq. já se não celebrava no pred.o Altar da Conceição, cujas grd.es ruinas erão visiveis e urgia repara-las q.to antes, q.lq.r demora à tal resp.to parecia sem dúvida uma

hesitação criminosa de responsabilidade perante Deus e o Publico: emfim confiado unicamente na Divina Providencia, essa partilha, q. sábia e santamente nos legou nosso Serafico Patriarcha, emprehendi toda essa precisa obra, dando comêço aos andaimes da Cap.la-Mór e Altares da Conceição e S.to Antonio.

Repregou-se todo fôrro d'ella, limpando-se o ouro velho, e pintando-se de branco os seus entrevalos, e bem assim todo o seu retabulo, dourando-se de novo varias peças novas, concertando-se os clarões de cima das tribunas do lado do Evangelho, dourando-se todo de novo o Sacrario, no q.l fez-se uma sobre-porta nova toda dourada p.a o comum, ficando reservada a antiga chapada de prata p.a as Festas principaes; não escapando nem o reparo do presbyterio de pedra mármore, q. todo foi reparado em suas quebraças p.r egual pedra e semelhança, habilitando-se; as seis tribunas, suas portas forão pintadas à oleo, e douradas de novo as varandas em seus balaustres, com filêtes em cada um d'elles; e o throno foi todo renovado, encarnando-se os serafins, e m.tas peças novas forão feitas e douradas no tecto, e em seus lados; limpando-se todo o azulejo.

O arco da Cap.la Mor levou m.tas peças novamente feitas, bem como os festões e um braço de Christo nas Armas de Nosso S.to Padre sobre o meio do do arco da Cap.la Mór.

Forão encarnados e ao todo preparados os dois Anjos da grade das Comunhões, q. servem de tocheiros.

O sobre-todos muito arruinado Altar da Conceição levou no alto d'elle uma vigota nova, e reparos de pedreiro; foi todo elle concertado, dourado de novo, e encarnada toda a Imagem de Nossa Senhora da Conceição. O mesmo fez-se no Altar de S.to Antonio, sendo Elle encarnado de novo, bem como Nosso S.to Padre, São Domingos, e quase todas as outras S.tas Imagens da Igreja. Retocados, limpos e bem preparados forão os frontaes de talha dos Altares Mór, Conceição, S.to Antonio e São Vicente Ferrer, sendo este e todo o seu tecto e arco da frente renovado, limpo e em m.tas partes peças novas, q. forão douradas.

A Cap.la grde de Nossa Senhora da Gloria acha-se já em comêço de ser toda reparada, e o Altar de S.ta Luzia está com precisos andaimes, e confio na m.ma Div.a Providencia, q. todo Corpo da Igreja e seus Altares serão seus reparos ultimados da m.ma fórma, q. principiados forão com geral admiração.

A grade grde do Cruzeiro da Igreja nem mais confissionarios tinha, faltando alguns balaustres e peças cahidas e desaparecidas. Acha-se feito todo esse difficil concerto, sem nada lhe faltar; p.a o q. comprou-se jacarandá, e cedro p.a a reparação das peças novas da Igra Acontecêo de proximo cahir o braço da Cruz de pedra do front'espicio, q. foi mister tira-la toda com muita difficuld.e, e incapaz de admittir concerto p.la má qualid.e da pedra arênta. Está encómendada uma de ferro fornida e toda vasada, d'excellente molde p.a a substituir. Reparou-se o telhado da Igreja em algúas partes, e bem assim p.r todo Conv.to e Livraria, algerozes, e o da Censala dos presos, com algúas ma-

deiras novas; e outrotanto fez-se no telhado da cozinha da Enfermaria, e toda de novo a sacada, q. d'ella desce p.a a consola. Foi preciso arrancar da ruina em q. s'achava a Portaria, q. foi toda repregada; e repararão-se alguns lugares do ladrilho do Claustro, em cujos quatro cantos collocarão-se peq.nos lampiões, como antigam.e existião. Concertou-se o *sino meião*, e pratearão-se de novo os castiçaes da banq.ta da Cap.la Mór, e seus entremediaros ramalhetes. Fizerão-se duas patenas de prata doiradas, e quase de novo o hysope e concerto do thuribulo e naveta: 42 jarras de talha prateadas p.a o throno, S.to P.e, e S. Dom.os, 60 rosas novas; 2 fechaduras p.a o deposito debaixo dos Altares collateraes. Tão bem o Orgão peq.no necessitou d'ellas, e concertou-se o fóle. Pregarão-se fechaduras nas portas seg.tes = Sacristia, throno, porta dos pobres, com um ferro pedrez; no Cemiterio, concertando-se o hysope da caldeirinha, q. lá existe; ferragem nova na porta da horta e janellas da cosinha; n'ella um forno novo, e estanhados p.r vezes taixos e caldeirão, botando-se n'este tampa e arco de ferro; 1 maxadilha, 4 enchadas e 2 cavadores; 1 fechadura na porta do refeitório, e concerto da burra e estanhamento d'ella.

Todos os lampiões forão concertados, com vidros e copos novos; caiu-se o corredor, q. segue do salão do Presepe, fazendo-se novam.e 3 telhadinhos de sobre-janellas, de Celas; pintou-se a dos Guardiães, com caixilho novo e vidros, e uma outra mais.

Todos os corredores de cima e de baixo forão esfregados e lavados. Prateou-se as duas serpentinas de cedro do Sanctoário do Côro, e collocou-se finalme. entre as duas portas externas da Sacristia o Venerando Painel da Conceição da Sempre Virgem Maria, que era d'antiga Classe dos Religiosos Collegiaes, tendo um glóbo de vidro p.^a accender-se, suas cortinas de feicha-lo, qdo. não está patente á Veneração dos Fieis Devotos.

97.º O mmo. Fr. Antonio de S. Pedro Celestino, Pregor. (74)

Na Congregação à que chamamos — Capitulo Intermedio, — celebrada neste Convento. da B.^a na Vigilia do Esp.^o Sto. em o dia 7 de Junho de 1862, na qual Presidio o N. Pe. Rmo. Min.^o Proval. Fr. Nicoláu do Bomfim, tiverão a honde. de eleger-me segda. vez Guardião, e tomei posse nas Vesperas solénes dêsse m.^o dia.

CONTINUAÇÃO DAS OBRAS

As duas Capellas grdes. do Sto. Christó, Nossa Senhora da Gloria, e o Altar de Sta. Luzia forão ultimados na limpeza de seus doiramentos, e mais reparos; o que tão bem fez-se no Altar de S. Vicente Ferrer. Ladrilhou-se de novo, com tijólos quadrados, os dous consistorios /chamados/ de S. Benedito e Sta. Efigenia, cujos Altares, juntanme. com os de JESUS — Maria — e José, e o de S. Pedro d'Alcantara, não forão tão bem melhorados pr. falta de tempo; mas os Pulpitos, tribunas, entre-meios d'ellas, arcos dos Altares, ou capelas. peq.uas, e o fóro pr. baixo do Coro, foi limpo todo o seu doiramento, e concertadas e invernisadas todas as grades da Igreja, e pintadas as duas grd.es columnas, e o tapamento.

Logo q. ultimou-se no Arcenal de Marinha a fundição da Cruz de ferro, todo vasada e reforçada, foi ella solemnemente Benzida e collocada sobre o front'espicio, com novo e segurissimo pedestal de pedra mármore, e pouco mais abaixo d'ella forão engravados dois glóbos de louça, os p. es forão dados p.^a ms. êsse formoseam.to Caiouse e pintouse toda essa frente da Egreja e suas torres, e na dos sinos foi mister fazer-se de novo toda a escadaria e seos respectivos assoalhos, ps. tudo estava perigosam.e pobre e m.to arruinado.

Foi limpo todo o relógio, e n'elle botou-se uma grde corte de ferro p.^a sustentação dos pázos. Botarão-se alguns vidros nas vidraças das janellas do Côro, em lugar dos quebrados. Forão reparadas, limpas, e envernizadas as cadeiras do mm.^o Côro, estante, e seu Sanctoário, e Painés.

Collocou-se uma grade de ferro, quadrada, sobre os degrãos do Cruzeiro, e pintou-se. A Imagem de pedra de Nosso Sto. Padre do front'espicio foi encarnada a óleo, e pintarão-se as armas do mm.^o com caiam.to e pintura a Portaria e seos Painés. O mesmo fez-se em todo Claustro e seus Nichos.

Comprarão-se oito castiças de metal branco p.^a a Exposição na bôca do Sacrario. Forão limpós, em seus douram.to, os seis tocheiros e a estante dos = Intróitos = solemnes. As novas jarras, q. se fizerão p.^a o Throno, Sto. Padre e São Domingos forão doiradas e pintadas de branco. Fizerão-se ramos de flores artificiaes p.^a todas ellas.

Fizerão-se dous pares de Sacras, com molduras doiradas; e cinco cazulas, e seos pertences, de lã, com flores de todas as côres, p.^a os os dias clássicos e santificados.

Caiou-se todo Convento, pintando-se à óleo as hobreiras e portas das celas, salões, vidraças, bancos e grades.

Comprarão-se galhetas para a Sachristia. Fizerão-se oito bancos, engradados e pintados à óleo, p.^a o Cruzeiro da Egreja. Fez-se um Sepulchro novo, e collocou-se finalmente, entre Nossa Senhora da Gloria e Sant Anna, a Padroeira da Irmandade dos Muzicos — a Gloriosa Virgem e Martyr Santa Cecilia.

ANOTAÇÕES AO " LIVRO DOS GUARDIÃES "

- (1) Cfr. Antônio de St. Maria Jaboatão, Orbe Seráfico, parte I, vol. 2,50; parte II, 44-46. — Veja-se também o artigo de Odulfo Van der Val, Primeira Igreja e Convento de S. Francisco da Baía, na Revista dos Franciscanos do Nordeste "Santo Antônio", vol. XIX (1941) 276-283.
- (2) Jaboatão, I/2, 308; II, 59.
- (3) Jaboatão, II, 60, 61.
- (4) Jaboatão, I, 61, 103, 106.
- (5) Jaboatão, II, 63, 103.
- (6) Jaboatão, II, 60, 63.
- (7) Jaboatão, II, 63.
- (8) Jaboatão, II, 103.
- (9) Jaboatão, I/1, 230; II, 64. — Cfr. também Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, São Paulo 1948, III-XX.
- (10) Jaboatão, II, 110.
- (11) Jaboatão, II, 111-112.

- (12) Jaboaão, II, 68.
- (13) Jaboaão, II, 110-111.
- (14) Jaboaão, II, 64.
- (15) Jaboaão, II, 190.
- (16) Jaboaão, II, 158.
- (17) Jaboaão, II, 99.
- (18) Jaboaão, II, 96.
- (19) Jaboaão, II, 64-65, 99.
- (20) Cfr. o manuscrito inédito do Arquivo do Convento de São Francisco com o seguinte título: "Actas estabelecidas nesta Provincia de Sto. Antonio do Brasil desde a sua separação da Provincia de Portugal no anno de 1649; e se governou como Custodia independente até o anno de 1657, em que passou à Provincia" (o catálogo dos manuscritos existentes no dito Arquivo já foi publicado na mencionada Revista "Santo Antônio", vol. XVIII (1940) 31-37 sob o título "elenchus Archivi Conventus Sancti Francisci Bahiani (ACFB — Nas citações seguintes empregaremos esta abreviação, evitando assim repetir sempre: Arquivo do Convento de São Francisco da Bahia)". ACFB, I/1, 10-12.
- (21) Jaboaão, II, 259. — ACFB, I/1, 12: "Assentouse em meza que se podesse fazer depovo o nosso Convento e Igreja da Cid.e da B.^a para o q. concede licença o Ir. Minr.^o Provincial Fr. Simão das Chagas, e mais Padres Definidores ao Ir. G. am Fr. Daniel de S. Franc.^o que possa mandar tirar esmolaz pelos fieis Christãos p.^a a d.^a obra" (esta determinação foi dada aos 9 de Fevereiro de 1675).
- (22) Neste Capítulo "Aceitou-se o Breve para que os religiosos da B.^a digo do Conv.t^o de N. P. e S. Franc.^o da B.^a podessem recorrer por suas missas de porta adentro as esmolaz dos Fieis as quaes serão som.e applicadas para as obras do p.^o Conv.t^o da maneira q' o Breve em si contem" (ACFB, I/1, 18). No Capítulo celebrado aos 27 de Dezembro de 1710, determinou-se: "Que conforme o Indulto Apostolico, q' aceitamos de podermos dizer 1500 missas no Conv.t^o da B.^a durante as obras; se determinou q' o G. am do dito Conv.t^o manda dizer as 3 missas quoditianas, que se dizem no sobred.^o Convento, e mandara dizer mais todas as missas de corpo prez.te, que vieram á portaria, e fará todos os Officios de Defuntos, que lhe encomendarem, ou sejam cantados, ou rezados; porem não poderá aceitar mais missas, nem dar escrito de 5 cada mez, como até agora se costumava" (ACFB, I/1, 27-28).
- (23) Cfr. Jaboaão, II, 260-261.
- (24) Jaboaão; II, 261, 270.
- (25) Jaboaão, II, 271-272.
- (26) Jaboaão, I/1, 335.
- (27) Jaboaão, I/1, 334.
- (28) Jaboaão, I/1, 336.
- (29) Jaboaão, I/1, 338.
- (30) Jaboaão, I/1, 340.
- (31) Daí em diante possuímos as Atas Capitulares orginais da Provincia franciscana de St. Antônio, nas quais se encontram as Tábuas Capitulares que contêm os nomes dos Guardiães dos respectivos Conventos. Nos trechos em que as indicações do "Livro dos Guardiães" concordam com as das "Atas Capitulares" damos simplesmente o lugar correspondente nelas; si, porem, houver divergências, serão anotadas. — No que diz respeito a Fr. Manoel da Conceição Rocha, cfr. ACFB, I/2, folios 2v e 6v.

- (32) ACFB, I/2, f. 9v e 12v.
 (33) ACFB, I/2, f. 15v.
 (34) ACFB, I/2, f. 21r.
 (35) ACFB, I/2, f. 25v e 29r.
 (36) ACFB, I/2, f. 32r. e 36v.
 (37) ACFB, I/2, f. 41r.
 (38) ACFB, I/2, f. 44r.
 (39) ACFB, I/2, 46r. e 48v.
 (40) ACFB, I/2, 52r e 54v.
 (41) ACFB, I/2, f. 59v e 63r.
 (42) ACFB, I/2, f. 66v.
 (43) ACFB, I/2, f. 71r.
 (44) ACFB, I/2, f. 77v e 81r.
 (45) ACFB, I/2, f. 86v e 93r.
 (46) ACFB, I/2, f. 99v; *ibid.*, I/3, f. 3v.
 (47) De 1824 (ACFB, I/2, f. 99v. À margem dêste folio lêmos: "N. B. sobre este 1.º G.amf. Foi suspenso e privado à 12 de Março de 1825, e sentenciado p.lo Diffinitr.º à 2 de 9br.º do anno. Fr. Assiz Bahiense Minr. e Prov. al".
 (48) ACFB, I/2, f. 102r; *ibid.*, I/3, f. 9r.
 (49) ACFB, I/2, f. 107r e 109v; *ibid.*, I/3, f. 15r e 20r.
 (50) ACFB, I/2, f. 114v; *ibid.*, I/3, f. 26v.
 (51) ACFB, I/2, f. 117v; *ibid.*, I/3, f. 30r; *ibid.*, XI/2, 1831.
 (52) ACFB, I/2, f. 120v; *ibid.*, I/3, f. 33v.
 (53) ACFB, I/2, f. 124r, 123v e 125v; *ibid.*, I/3, 7v. Nos lugares aludidos, porém, se diz que esta Congregação houve lugar no dia 31 de Maio de 1834.
 (54) ACFB, I/2, f. 127v; *ibid.*, I/3, f. 40r.
 (55) ACFB, I/2, f. 133r; *ibid.*, I/3, f. 47r.
 (56) ACFB, I/2, f. 138r e 142r; *ibid.*, I/3, f. 53r; *ibid.*, XI/2, 1838 e 1840.
 (57) ACFB, I/2, f. 147v; êste Guardião foi eleito aos 25 de Abril de 1841.
 (58) ACFB, I/2, f. 142r; *ibid.*, I/3, f. 67r.
 (59) ACFB, I/2, f. 156r e 155v *ibid.*, I/3, 71r. Nestes documentos se diz que a Congregação houve lugar no dia 3 de Junho de 1843.
 (60) ACFB, I/12, f. 2r; *ibid.*, I/3, 77v; *ibid.*, XI/2, 1844.
 (61) ACFB, I/12, f. 5r; *ibid.*, I/3, 81v; *ibid.*, XI/2, 1846. A data desta Congregação é o dia 6 de Junho de 1846.
 (62) ACFB, I/12, f. 7r; *ibid.*, I/3, 84v. Segundo êstes documentos alegados o Capítulo realizou-se aos 4 de Dezembro de 1847, o que vem a ser confirmado pela Tábua Capitular da mesma Congregação (ACFB, XI/2, 1847).
 (63) ACFB, I/12, f. 13r; *ibid.*, I/3, f. 86v-87r; *ibid.*, XI/2, 1849. Este Guardião foi eleito no dia 2 de Junho de 1849.
 (64) ACFB, I/12, f. 16v; *ibid.*, I/3, f. 91v; *ibid.*, XI/2, 1850.
 (65) Celebrada aos 29 de Maio de 1852 (ACFB, XI/2, 1852).
 (66) ACFB, I/12, f. 21r.
 (67) Do dia 2 d Dezembro de 1854 (ACFB, IX/2, 1854).
 (68) ACFB, I/12, f. *ibid.*, I/3, f. 101v. — Este Guardião foi eleito aos 2 de Dezembro de 1854, segundo as fontes citadas.
 (69) ACFB, I/12, f. 27r.
 (70) ACFB, I/12, f. 32v; *ibid.*, XI/2, 1856. Segundo êstes documentos, a data exata desta Congregação foi o dia 7 de Junho de 1856, e não 1857.
 (71) ACFB, I/12, f. 37r; *ibid.*, I/3, f. 112r; *ibid.*, XI/2, 1857. As fontes indicadas dizem que Fr. Antônio foi eleito Guardião aos 5 de Dezembro de 1857.

- (72) ACFB, I/12, f. 41v; *ibid.*, I/3, f. 117v; *ibid.*, IX/2, 1859. Segundo os lugares citados este Capítulo Intermédio houve lugar no dia 4 de Junho de 1859.
- (73) ACFB, I/12, f. 43v; *ibid.*, I/3, f. 124v; *ibid.*, XI/2, 1860.
- (74) ACFB, I/12, f. 47r; *ibid.*, I/3, f. 132r; *ibid.*, XI/2, 1862.

INDICE DOS NOMES DO " LIVRO DOS GUARDIÃES "

- Fr. Agostinho da Assunção, 11, 13.
Fr. Aleixo da Madre de Deus, 9.
S. P. Alexandre VII, 8.
Fr. Alonso de Biesma, 12.
Fr. Alvaro da Conceição, 15.
Fr. André da Conceição, 12.
Fr. André de S. Francisco, 6.
Fr. André de S. Teresa de Jesus, 28.
Fr. António dos Anjos, 6.
Fr. António dos Anjos, 10.
D. António Barreiros, 3.
Fr. António de Braga, 6.
Fr. António do Calvário, 5.
Fr. António Cardena, 11.
Fr. António das Chagas, 16, 17.
Fr. António de St. Clara, 8.
Fr. António de S. Clara, 9, 10.
Fr. António dos Curraes, 10.
Fr. António Jo Desterro, 14.
Fr. António de Esp. S. Mariz, 25
25
Fr. António da Estrela, 4, 5.
António Francisco da Ilha de Maré, 3.
António Gualtes Brito 11
Fr. António da Ilha, 3, 4.
Fr. António da Incarnação, 21.
21.
Fr. António da Insoa, 4, 5.
Fr. António de St. Isabel, 18, 19.
Fr. António da Madre de Deus, 5.
Fr. António dos Mártires, 7, 8, 9.
Fr. António de S. João Nepumoceno, 49.
Fr. António de S. Paulo Saigueiro, 46, 47.
Fr. António do Paraiso, 31, 33.
Fr. António do Patrocínio, 47, 48.
48.
Fr. António de S. Pedro Celestino, 50, 52.
Fr. António da Penha, 11.
Fr. António de Quitéria, 26.
Fr. António do Rosário, 12.
Fr. António do Sacramento, 29.
António de Souza Teles de Menezes, 11.
António Teles da Silva, 7.
Fr. António da Virgem Maria, 50.
Fr. Baltassar das Neves, 10.
Fr. Bento de N. Sra. das Neves, 46.
Fr. Bernardino de St. Ago, 6.
Fr. Bernardino de Sena Rego, 41.
42.
Fr. Bernardo da Incarnação, 9.
Fr. Bernardo de S. José, 21.
Fr. Boaventura de S. José, 17.
Fr. Boaventura do Rosário, 10.
Fr. Boaventura de St. Tomáz, 6.
Fr. Braz de S. Jerônimo, 4.
Fr. Caetano do Espirito Santo, 23, 24.
S. P. Clemente XI, 12.
Fr. Cosme de S. Damião, 6, 7.
Fr. Cosme do Espirito Santo, 12.
13.
Fr. Custódio de St. Tomáz, 21.
Fr. Daniel da Assunção, 12.
Fr. Daniel de S. Francisco, 7, 8.
Fr. Daniel de S. Francisco, 10.
Diogo de Aragão, 8.
Fr. Diogo de S. Diogo, 19.
Fr. Domingos dos Anjos, 13, 14.
Fr. Domingos de St. António, 10.
Fr. Domingos de S. Boaventura, 4.
Fr. Domingos da Conceição, 7.
Fr. Domingos de Loreto, 10, 11.
Fr. Domingos dos Mártires, 10.
Fr. Domingos da Purificação, 20, 21, 23.
Fr. Estevão dos Anjos, 4, 5.
Fr. Estevão de St. Maria, 12.
Fr. Estevão dos Reis, 9.
Fr. Estevão da Solidade, 40.
Fr. Feliciano de Jesús Maria, 19, 20, 21.
Felipe de Moura, 8.
Fr. Francisco de St. Ana, 27, 29.

Fr. Francisco de St. Antônio, 5.
6.
Fr. Francisco da Assiz Bahiense,
31.
Francisco Barradas, 8.
Fr. Francisco das Chagas, 25
Fr. Francisco da Conceição Tri-
gueiros, 17.
Fr. Francisco do Desterro, 9.
Francisco da Ilha, 8.
Fr. Francisco das Neves, 7.
Francisco Pereira de Paripe, 6.
Fr. Francisco da Porciúncula, 46,
47.
Fr. Francisco dos Prazeres, 46.
Fr. Francisco da St. Rita, 25.
Fr. Francisco do Sacramento Bra-
yner, 39.
Fr. Francisco do SS. Salvador,
46, 47, 48.
Fr. Francisco dos Santos, 4, 5
Fr. Francisco de N. Sra. da Pena,
41, 43, 45, 46, 48, 49, 50.
Fr. Francisco de Souza, 3.
Fr. Francisco Xumilas, 11. —

Fr. Gaspar da Antunção, 5.
Gaspar de Brito, 11.
Fr. Gervásio do Rosário, 15, 17,
18.
Fr. Giraldo dos Santos, 9.
Fr. Gonçalo de St. Isabel, 13.

Fr. Hilário da Visitação, 13, 14 e
15.

Fr. Inácio de S. Felix, 18, 19.
S. P. Inocêncio X, 11.
Fr. Jacinto de S. Brigida, 19, 20.
Fr. Jacinto de la Torre, 11.
Fr. Jacome da Purificação, 8, 9,
10 e 11.
Fr. Jerônimo das Graças, 15.
Fr. Jerônimo de S. Pedro da Al-
cantara, 43.
Fr. Joaquim de St. Ana, 35.
Fr. Joaquim de S. Felix, 35.
Fr. Joaquim de S. Felix, 47.
Fr. Joaquim de St. Simplicio, 31.
D. João V, 12.
Fr. João da Assunção, 6.
Fr. João Batista, 7, 9, 11.
Fr. João da Conceição de St.
Ago, 15.
Fr. João do SS. Coração de Jesus,
43.
Fr. João do Deserto, 14.
Fr. João do Desterro, 14.

Fr. João de S. Felix, 46,
Fr. João da Incarnação, 26.
Fr. João de Jesús Maria, 18.
João Jose Lopes Braga, 48.
João Lopes Rodrigues, 46.
Fr. João da Luz, 9.
Fr. João do Nascimento, 37, 39.
Fr. João do Padre Eterno, 15, 17.
Fr. João da Purificação, 14, 15.
Fr. João da Trindade, 15, 17.
Fr. João de St. Teresa, 50.
Fr. José de St. Antônio, 14.
Fr. José de St. Brigida Ferroz, 25.
Fr. José de St. Catarina, 11.
Fr. José de St. Clara, 21.
José Inácio de Figueiras, 43.
Fr. José de St. Inez, 24.
Fr. José de Jesús Maria, 37, 40,
41, 46, 47, 48.
Fr. José de Jesús Maria Colares,
15.
Fr. José de Jesús Maria Passos,
20.
Fr. José de S. João Evangelista,
28.
Fr. José de S. Luis, 25.
Fr. José de St. Maria dos Anjos,
31.
Fr. José de S. Mateus, 39, 40, 48.
Fr. José da Rainha dos Anjos,
27.
José Roiz Fontes, 23.
Fr. José de St. Tomáz Correia,
27, 28.
Fr. José da SS. Trindade, 27.
Fr. José da Visitação, 13.

Fr. Leandro do Sacramento, 19.
Fr. Leonardo de Jesús, 4, 5.
Fr. Lourenço da Incarnação, 29.
Fr. Luis de St. Antônio, 21.
Luis Cesar de Menezes, 12.
Fr. Luis do Menino Jesús, 37, 39.
Fr. Luis Quaresma, 12.
Fr. Luis da Ressurreição, 10.
Fr. Luis de la Torre, 12.

Fr. Manoel de St. Ana, 29, 33.
Fr. Manoel de St. Antônio, 12.
Fr. Manoel Batista, 6.
Fr. Manoel da Conceição Roche,
21, 23.

Fr. Manoel de Cristo, 6.
Fr. Manoel da Cruz, 7.
Fr. Manoel da Epifania, 20.
Fr. Manoel da Esperança, 7.
Fr. Manoel do Espírito Santo, 7.
Fr. Manoel de Evara Carreira, 10.

Fr. Manoel de Jesus Maria, 17,
18 e 19.

Fr. Manoel de São Joaquim, 33.
Fr. Manoel de St. Maria, 7.
Fr. Manoel dos Mártires, 8.
Fr. Manoel das Mercês, 15.
Fr. Manoel de St. Miquelino, 29.
Fr. Manoel do Nascimento, 15.
Fr. Manoel da Purificação, 37.
Fr. Manoel de St. Quintiliano, 48,

49.
Fr. Manoel da Ressurreição, 15,
16 e 17.

Fr. Manoel de St. Rita, 27.
Fr. Manoel de St. Rosa, 42.
Fr. Manoel de S. Vicente, 23, 25.
Fr. Mateus da Apresentação, 10.
Fr. Melquior de St. Catarina, 3, 4.
Mem de Sá, 3.
Fr. Miguel dos Anjos, 14.
Fr. Miguel de São Boaventura, 10.
Fr. Miguel de St. Catarina, 14.
Fr. Miguel das Neves, 11, 12.
Fr. Nicolau do Bonfim, 52.
Fr. Pacífico de Jesus, 9, 10, e 11.
Fr. Pantaleão Batista, 8.
Fr. Pantaleão da Porciúncula, 11.
Fr. Paulo de St. Catarina, 5.
D. Pedro II, 41.
Fr. Pedro João de Mollara, 19,

Fr. Pedro Marino Sermano, 11.
Fr. Pedro da Transfiguração, 10.
Fr. Plácido de St. Antônio, 9.

Fr. Rafael de S. Boaventura, 7.
D. Romualdo Antonio de Selxas,
48.

Fr. Roque de St. Ana, 23.
Fr. Ruperto de Jesus, 16.
Ruy Elias de Menezes, 11.

Scipião Domingos Fabrino, 41,
42.

Fr. Sebastião de St. Ana, 25, 26
e 27.

Fr. Sebastião do Espírito Santo,
7, 8 e 9.
D. Sebastião Montelro da Vide,
13.

Fr. Simão de St. Antônio, 6.
Fr. Simão das Chagas, 9, 10.
Fr. Simão da Golengan, 5.

Fr. Tomáz da Apresentação, 10.

Fr. Ubaldo de St. Ana, 21.

Fr. Vicente das Chagas, 12.
Fr. Vicente do Salvador, 5, 6.
Fr. Vitorino do Espírito Santo,

Os antecedentes do Tribunal de Contas no Brasil

RUBEN ROSA

Ao serem resumidos os textos de Cartas Régias, Alvarás, Provisões e Regimentos, (1) emanados do Rei, e applicaveis ao Brasil até a proclamação da Independência, é preciso não olvidar o seu cunho eminentemente *regalístico* (Qui veult le roi si veult la loi). Não menos certo, foi a sabedoria desses atos procurando "interpretar" as "particularidades" do meio em que iam ter applicação.

"Acima dos Capitães-Governadores estava o Rei naquelles poderes de que não havia feito cessão e outorga"; estavam as Ordenações e leis gerais do Reino "naquilo que não tinha sido objeto de *determinações especiais* nas *cartas de doação e foral*". (2)

Nas Ordenações Afónsinas (3) (1446), Manoelinas (1511), Filipinas (4) (1603), nos Prólogos de cada uma delas, veem res-salvadas "as leis que andarem escritas em um livro que estará na Casa da Suplicação... as quais leis separadas quere-mos que se guardem, como se nelas contem". (5)

(1) No vol. 1.º das Publicações do Arquivo Público do Im-pério há um catalogo contendo a sùmula de 5195 desses atos de 1662 a 1821, conservados em original (Rio de Janeiro, 1886, pg. 1-716).

(2) Manoel Antonio Coelho da Rocha, Ensaio sùbre a Histùria do Govèrno e da Legislação de Portugal, 6.ª ed., Coimbra, 1887, pg. 118; 127; 188. Marcelo Caetano, Histùria do Direito Português, Lisboa, 1941, pg. 267-270; 286. Fortunato de Almeida, Histùria de Portugal, Coimbra, 1922-1929, vol. 3, pag. 18-22; vol. 5, pag. 7. J. Isidoro Martins Junior, Histùria do Direito Nacional, Rio de Janeiro, 1895, pg. 173. João Capistrano de Abreu, Capítulos da Histùria Colonial (1500-1800), Rio de Janeiro, 1928, pg. 50-55; 63-66.

(3) O Livro 1.º título 3.º trata dos negócios da Fazenda Real. Aos Vedores competia fiscalisar a arrecadação e contabilidade dos Almojarifes e Contadores como julgar as questùes sobre este obje-to. Coelho da Rocha cit., § 159. Marcelo Caetano cit., pg. 243.

(4) Applicavel tambem ao Brasil, Pùrto Seguro, Histùria Geral do Brasil, 3.ª ed. integral, S. Paulo, s/d, vol. 3, pag. 264 e nota 6ª.

(5) Levi Carneiro, Parecer 6 de abril de 1937, in Projeto n.º 390-1937, Càmara dos Deputados. Augusto Tavares de Lira, Or-ganização Política e Administrativa do Brasil (1500-1900), Sào Paulo, 1941, pg. 21 e 22.

PERÍODO COLONIAL

1500 — Quarta-feira das oitavas da Páscoa, 22 de Abril, Portugal descobre o Brasil que, como colônia que passa a ser, é submetido a diversas formas de *Governo e Administração*.

1516 — 1526 — Fundação de Feitorias (Sta. Cruz, Rio de Janeiro, Cabo-Frio, Iguassú, Itamaracá) com intuitos militares para preservação da terra ante a cobiça de estrangeiros aventureiros.

1516 — D. Manoel I, a 17 de Outubro, baixa o *Regimento da Fazenda*. Contém *regimentos especiais* para os Vedores da Fazenda (Cap. 1 a 49), os Contadores das Comarcas (Cap. 50 a 99) e para os Almojarifes e Recebedores Cap. 100 a 243). Nesse último sobressaem os capítulos referentes ao tombamento dos bens do domínio do Estado para exação das rendas, amigavel e judicial (Cap. 156 e 174). (6). A arrecadação das rendas é feita por "contrato de arrematação" (Cap. 70, 162 e 164).

1534 — *Capitanias* hereditárias (com limites territoriais fixados por indicações de pontos de referência na orla marítima). A título de munificência o Rei doa a súditos graduados — Donatários, muitos dos seus direitos majestáticos. São em número de 15 os quinhões (donatarias), correspondendo a 12 Capitães-Donatários. Representam o tipo feudal (7) de títulos de concessão. São semelhantes uns aos outros. Na *carta de doação*, El-Rei faz mercê de um certo número de léguas de terra (meio de prender ao solo o lavrador) e da jurisdição civil e criminal. Posteriormente, é dado um foral à Capitania, no qual se fixam os direitos e deveres entre o Rei e os concessionários, e entre estes e os colonos. "Os fóros, direitos, tributos e coisas" veem sempre especificados na carta de foral (8). Os únicos funcionários que representam o Poder Real são os *feitores*, os *almojarifes* e os *escrivães*, encarregados de arrecadar os dízimos realengos e fornecer atestados que servem para regular as taxas alfandegárias.

(6) Na integra, in José Roberto Monteiro de Campos e Souza, *Sistema ou Coleção dos Regimentos Reais*, Lisboa, 1816, tomo 1.º, pg. 1 a 101, em especial pg. 1, 37 e 62.

(7) Nunca vingou na sociedade portuguesa a essência da *organização feudal*. Alexandre Herculano, *Opusculos*, 3.ª ed., Lisboa, s/d| vols. 5, pg. 183-280; 6, pg. 228-235. Ver Manoel Paulo Merra, *Introdução ao Problema do Feudalismo em Portugal*, Coimbra, 1912, passim; em especial, pg. 123-140. Fortunato de Almeida cit., vol. 1, pg. 332-339.

(8) Ver especímenes in Martins Junior cit., pg. 263. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, 1924, vol. 3; pg. 312. João Francisco Lisboa, *Obras*, Lisboa, 1901, vol. 2, pag. 133, 134. Ver conceito e conteúdo, in Marcelo Caetano cit., pg. 202-207. João Lucio de Azevedo, *Épocas de Portugal Economico*, Lisboa, 1929, pg. 249 e 259.

Essa *tentativa* de feudalismo termina no martirologio e na ruína.

Os vigários e capelães são nomeados por El-Rei; Grão Mestre da Ordem de Cristo (criada pelo Papa João XXII, a 15 de Março de 1319, pela bula *Ad Ea Ex Quibus Cultus* (9)).

1549 — 29 de Março — Chega à Bahia Tomé de Souza, nomeado Governador-Geral (“capitão da povoação e terras da dita Baía de Todos os Santos e de Governador geral da dita capitania e das outras capitanias e terras da costa do dito Brasil”).

(10). Traz em sua companhia diversos missionários da Companhia de Jesús, sob a direcção do P. Manuel Nobrega, com planos de catequese dos aborígenes e evangelização dos colonos.

Em suas arduas funções o Governador-Geral é assistido por um *Ouvidor-Geral* (Pero Borges de Souza) nos assuntos de Justiça; nos da Fazenda pública, por um *Provedor-mór* (11) Antonio Cardoso de Barros). Há um *Capitão-mór* da costa (Pero Gois) no comando e defesa militar, e um *Alcaide-mór*, comandante das armas (Diogo Moniz Barreto). São também criados os empregos de *escrivão*: do Provedor-mór; das Contas; Almojarife dos mantimentos; *Boticário*; *Mestre de obras* (Luiz Dias). (12)

Ao Provedor-mór incumbe entre outras funções:

a) — providenciar sobre a existência na Alfandega da Baía, de livros de receita e despesa e registo do foral respectivo, regimento dos oficiais e de quaisquer outras provisões sobre arrecadação de direitos, devidamente numerados e rubricados pelo juiz;

b) — exigir prestação de contas anuais de receita e despesa dos Provedores das Capitanias, e proceder contra os encontrados em culpa.

Com jurisdição *eclesiástica* no Brasil inteiro, em 1552, é nomeado o primeiro *Bispo*, D. Pedro Fernandes Sardinha. Em 1575, a pedido do Rei D. Sebastião, Gregorio XIII cria a *Prelazia* do Rio de Janeiro, com poderes quasi episcopais e no ano seguinte, Ino-

(9) A Ordem de Cristo pertenciam os dízimos eclesiásticos das possessões portuguesas conquistadas e por conquistar. Padre Oscar de Oliveira, S. J. Os dízimos eclesiásticos do Brasil, Juiz de Fóra, 1940, pg. 37; 50 e cap. V. D. João III obteve, in perpetuum, para si e seus sucessores a dignidade de Grão Mestre das Ordens Militares (bula do Papa Julio III em 1551). Coelho da Rocha cit., pg. 115.

(10) Martins Junior cit., pg. 269 — História da Colonização cit., pg. 334, 335; 345-350. João Francisco Lisboa cit., vol. 2, pg. 137-140.

(11) Regimento, datado de Almerim a 17 de Dezembro de 1548, in História da Colonização cit., pg. 350-359. João Francisco Lisboa cit., vol. 2, pg. 140-143. “Foi a primeira constituição política do Brasil” — Afranio Peixoto, História do Brasil, Porto, 1940, pg. 70.

(12) Em detalhe: Porto Seguro cit., vol. 1, pg. 296.

cência XI a eleva à *Diocese* de S. Sebastião do Rio de Janeiro, atendendo à solicitação do regente D. Pedro (13).

1571 — 2 Governos-gerais: o do Norte com sede na Baía e no Rio de Janeiro, o do Sul. Em 1577 reúnem-se novamente os Governos Gerais.

1580 a 1640 — Domínio Espanhol. Nesse período é instituído o Governo do Maranhão (Maranhão, Pará, Ceará), independente do Governo Geral. O Brasil é elevado a Vice-Reino, durante essa dominação.

1591 — Datado de 20 de Novembro, no reinado de Felipe II de Espanha é publicado o *Regimento da Fazenda* com um só Tribunal o qual se chama *Conselho de Fazenda*. "Nele se tratarão, praticarão, resolverão, despacharão todas as matérias, cousas e negócios dela que ora correm nos três Tribunais separados do Reino, Índia, África e outros". (14).

1604 — A 26 de julho, reinando D. Felipe III de Espanha, é estabelecido o "*Conselho da Índia*", tendo competência judicial e administrativa para negócios dos Domínios Ultramarinos, exclusive os da Fazenda do Brasil. Compõe-se de um Presidente, dois Conselheiros Militares e de dois Lefrados, um dos quais devia ser Eclesiástico versado em Direito Canônico (15). O trabalho é dividido em secções, e os pareceres, secretos, submetidos a El-Rei para a resolução final. (16)

D. João IV em 14 de Julho de 1642 substitue o anterior pelo "*Conselho Ultramarino*" (um Presidente, dous Conselheiros, um Procurador da Coroa e um Secretário). Perante esse órgão são postos em lanço todos os contratos a ser executados nas diversas Capitánias do Brasil, como os dos dízimos reais; da saída de escravos da Baía para as minas; das passagens, etc. (17).

Aprovado o lanço, é registrado no livro 3.º de contratos da Secretaria. Uma cópia assinada remete-se ao Governador das Capitánias com a Carta Régia de aprovação e ratificação (18).

1627 — No reinado de D. Felipe IV da Espanha é publicado o *Regimento dos Contos* a 3 de Setembro. (19). Trata-se de uma Consolidação de princípios reguladores da situação dos encarre-

(13) D. Jaimé de Barros Camara, Apontamentos de História Eclesiástica, Petrópolis, 1942, pg. 313; ofr. Frei Dagoberto Romag, O. F. M., Compêndio da História da Igreja, Petrópolis, 1944, vol. 3, pg. 137.

(14) Monteiro de Campos cit., tomô 1.º, pg. 162-165.

(15) ("prover (como fiz) de pessoas de tais qualidades e experiências, que eu possa ser delas bem servido, e os negócios e cousas... do Estado bem despachados e governados").

(16) José Justino de Andrade e Silva, Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, de 1603-1612, Lisboa, 1854, pg. 87-89. Porto Seguro cit., vol. 2, pg. 76.

(17) "Hei por bem que pertençam todas as materias e negocios, de qualquer qualidade que forem..."

(18) Andrade e Silva cit. de 1640-1647, Lisboa, 1856, pg. 151-154.

(19) Andrade e Silva cit. de 1620-1627, Lisboa, pg. 73-112.

gados da execução da receita. No título de "como os executores de dividas e receitas por lembrança ão de proceder na execução e arrecadação delas", há capitulos (74; 80; 81; 83; 86; 87 e 93) regulando o processo das contas dos devedores, exatores, pagadores ou particulares. (20).

Domínio Holandês. João Mauricio de Nassau (1637-1644). A Companhia das Indias Ocidentais — W. I. C. — West Indische Compagnie (1621) — concedem-se um monopólio comercial por 24 anos e o direito de firmar alianças e tratados de comércio com os soberanos nativos de todas as regiões que ocupar; de nomear governadores e funcionários, etc. A Direção Geral compete ao Conselho dos 19. No Brasil holandês, ao lado dos Conselheiros Políticos, há um *Tribunal de Contas* que administra o erário da Cia. e examina as *contas públicas* bem como as do *fisco*. "Houve-se por bem escolherem-se os membros desta Câmara do número dos Conselheiros da Justiça sempre que deixassem o cargo. Dois dêles, pois são cinco, funcionam cada ano como tesoureiros" (20A).

1652 — A Diocese da Baía é elevada a *Arcebisado* e criados os bispados do **Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco**.

Inicia-se a época das entradas, "descimentos", bandeiras e monções, aumentando-se assim enormemente o território colonial. (21) A linha traçada pelo Papa Calisto III na bula *Inter Coetera Quae* (1455), é levada a 370 léguas para oeste pelo Tratado de Tordezilhas (1494). Os Tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777) (embalde, procuraram pôr termo às lutas entre Portugueses e Espanhóis em torno da Colônia do Sacramento e Sete Povos das Missões. (21-A)

(20) Monteiro de Campos cit. Lisboa, 1785, tomo 3.º pg. 367-443 e 467 ("da jurisdição do Conselho da Fazenda"). *cfr.* Didimo Agapito da Veiga, *Ensaio de Ciência das Finanças e de Economia Pública*, Rio de Janeiro, 1927, pg. 48. *Evolução da Ciência das Finanças*, in *Livro do Centenário dos Cursos Juridicos* (1827-1927), Rio de Janeiro, 1928, vol 1, pg. 343.

(20-A) Gaspar Barleu, *História dos oito anos de Governo de Nassau no Brasil*, trad., ed. pelo Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1940, pg. 323 e 324. *cfr.* M. Tomás Alves Nogueira, *O Príncipe de Nassau, Altenburg, 1900*, pg. 118. Augusto Tavares de Lira, *Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, 1915, pg. 55. Hermann Wätjin, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, trad., S. Paulo, 1938, pg. 79; 105; 220; em especial, 292-343. Frei Manoel Calado, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, ed. pelo Governo do Estado de Pernambuco, Recife, 1942, vol. 1, pg. 143. P. M. Netscher, *Os Holandeses no Brasil*, trad., S. Paulo, 1942, pg. 245 e 246; e 150 e 151.

(21) João Ribeiro, *As nossas Fronteiras*, Rio de Janeiro, 1930, pg. 8-22. José Carlos de Macedo Soares, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, Rio de Janeiro, 1739, pg. 7-190. Oswaldo Aranha, *Fronteiras e Limites*, Rio de Janeiro, 1940.

(21-A) in Antonio Pereira Pinto, *Apontamentos para o Direito Internacional*, Rio de Janeiro, 1866, vol. 3, pg. 507; 526; 541. Documentos sobre o Tratado de 1750, in *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1938, vol. 52.

1761 — D. José I assina no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a Carta Régia de 22 de Dezembro, conhecida por Código Pombalino, onde aparece o contencioso administrativo em forma e figura de Côte de contrasteação financeira. Lê-se no preâmbulo desse diploma que “o estabelecimento, conservação e aumento das Monarquias (depois da benção da Mão Onipotente)” tem “uma essencial e indispensável dependência da regular e exata arrecadação das rendas, que constituem o Erário Público” para “se fazer efetiva e pronta a entrada das sobreditas rendas... e com o mesmo efeito e prontidão applicados às respectivas destinações”.

(22) Outro decreto (de 30 de Dezembro) manda “os almoxarifes darem contas”. (23)

1763 — Para o Rio de Janeiro transfere-se a *capital* do Governo Geral. Os Vices-Reis só respondem perante a Metrópole e exercem o poder na sua séde e regiões adjacentes. Os negócios relativos à Fazenda Pública são geridos pelas *Juntas de Fazenda*, sob a Presidência dos Capitães Gerais.

1765 — O Alvará de 18 de Janeiro (24) cria, além das *Juntas de Justiça*, as *Militares*.

Anteriormente, é baixada a Carta Régia de 18 de Janeiro de 1764, ordenando que haja na *Junta de Fazenda* um livro de receita e despesa onde se lancem sucessivamente todas as quantias que entrem e despesas que se façam, de que se extraíam relações para ser remetidas ao Ministro do Reino e Inspetor Geral do Real Erário. (25).

Viveiros de Castro encontra nelas “um mixto do Tribunal de Contas e do Conselho de Fazenda”. (26)

1808 — (22 de Janeiro) Chega à Baía D. João, e por Decreto de 28 de Janeiro são abertos os portos do Brasil ao tráfico e comércio direto estrangeiros, com exceção dos “generos estancados”.

Significado desse ato: “Esta Carta Régia bem se pode dizer que é a nossa Magna Carta”. (Cairú) (27) “Novo foral do Brasil, mui superior em motivo e efeito, a Magna Carta do Rei João de Inglaterra”. (28)

(22) Monteiro de Campos cit., tomo 1.º, pg. 180-197 e 198. Antonio Delgado da Silva, Coleção da Legislação Portuguesa, de 1750-1762, Lisboa, 1830, pg. 835-852. Rui Barbosa, Marquês de Pombal, in Orações do Apostolo, Rio de Janeiro, — 1923, pg. 25. Marcelo Caetano cit., pg. 280. Coelho da Rocha cit., pg. 208.

(23) Delgado cit., pg. 853.

(24) Delgado cit., de 1763-1774, Lisboa, 1858, pg. 141.

(25) Publicações do Arquivo cit., pg. 622.

(26) Augusto Olímpio Viveiros de Castro, Organização Administrativa do Brasil sob o Regime Colonial, Monárquico e Republicano, in Livro do Centenario dos Cursos cit., pg. 35.

(27) Anais do Senado, Ano de 1826, tomo 3.º, pg. 99.

(28) José da Silva Lisboa, Memória dos Benefícios do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI, 2.ª ed., pelo Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1940, pte II, n. V, pg. 69.

Recem chegado ao Rio de Janeiro (7 de Março) o Regente D. João constitue um Ministério (10 de Março), com três pastas: Negócios do Reino (Fernando José de Portugal e Castro); Negócios Estrangeiros e da Guerra (Rodrigo de Souza Coutinho) e Negócios da Marinha e Ultramar (João Rodrigues de Sá e Menezes).

Por Alvará de 28 de Junho de 1808, pelo Príncipe Regente são criados no Brasil o *Erário Régio* e o *Conselho de Fazenda*, “para a mais exata *Administração, Arrecadação, Distribuição, Assentamento e Expediente dela*, de que depende a manutenção do Trono e o bem comum dos meus fieis vassallos, pois que as dilações em semelhantes negócios são de gravíssimas consequências;... por onde única e primitivamente se expeçam todos os negócios pertencentes ... da minha Real Fazenda deste Continente...” (29)

Dito Erário ou Tesouro Real e Público, com as mesmas prerrogativas, jurisdição e inspeção, autoridade, obrigações e incumbências especificadas para o Real Erário de Lisboa, compõe-se “de um Presidente que nela será meu lugar tenente, um Tesoureiro-Mór, um Escrivão da sua receita e 3 Contadores Gerais”. (29)

Por sua vez, forma-se o Conselho de Fazenda de “um Presidente, que será sempre o do meu Real Erário, e dos *Conselheiros* que eu for servido nomear; havendo unicamente para o expediente dêle um *Escrivão Ordinário*, e outro *Supernumerário* que sirva nos impedimentos do Ordinário, por quem ordeno se expeçam nos dias que não forem Santos ou feriados, todos os negócios: um *oficial maior*, outro menor, dous *Papelistas*, um *Praticante*, e um *Oficial de Registro* em cada repartição, assim do assentamento, como do expediente, um *Porteiro* do Conselho, dous *Continúos*, um *Meirinho* e seu *Escrivão*, um *Solicitador*, e um *Corretor* da Fazenda; vencendo os ditos Ministros Officiais, bem como os do meu Real Erário os ordenados que eu pelos Decretos das suas nomeações for servido estabelecer aos ditos empregos nesta Capital, alem dos emolumentos que por **Lei, Ordem** ou Regimento lhes competirem”. (29)

Agenor de Roure vê nêsse Conselho de Fazenda, “o embrião do Tribunal de Contas”. (30)

(29) Coleção das leis do Brasil de 1808, pg. 74; 82.

(30) Formação do Direito Orçamentário Brasileiro, Rio de Janeiro, 1916 pag. 15, cfr. O Orçamento, Rio de Janeiro, 1926, pg. 14. Amaro Cavalcanti, Elementos de finanças, Rio de Janeiro, 1896, pg. 437.

tas independente (1826), esperando que novamente o apresentasse.

A Paula e Souza parece muito “necessário que houvesse igualmente um *Tribunal Supremo*, unicamente encarregado da fiscalização”. (39)

1830 — Lei de 15 de Dezembro, orça a receita geral e a despesa pública para o exercício financeiro 1831 e 1832. É o primeiro Orçamento votado, abrangendo todo o Império. A lei de meios deixa de ser *Vetat du Roi*.

De 1822 a 1829, não tem o Brasil Orçamentos gerais. É verdade que, em 1827, a Primeira Legislatura vota os orçamentos para a Côrte e Província do Rio de Janeiro; as demais Províncias continuam a regular-se pelas leis existentes.

Aos poucos vão surgindo os princípios: a) da *proposta orçamentária* apresentada pelo Ministro da Fazenda, dividida em projetos de lei distintos para cada Ministério (despesa), o mesmo acontecendo com a receita (Const. 1824, art. 172. Lei n. 99, de 31 de Outubro de 1835, art. 13, Lei n. 2887, de 9 de Agosto de 1897, arts. 1 e 5); b) da “*unidade orçamentária*” (Lei de 24 de Outubro de 1831, art. 81); c) de “*especialização*” (Araujo Viana, Aviso n. 700, de 16 de Novembro de 1833) (39); d) de “*exercício financeiro*” e período adicional [Decreto n. 41, de 20 de Fevereiro de 1840 (arts. 1 e 6), de que é consequência a *anualidade* orçamentária. O “ano financeiro” coincide com o *civil*, antes de 1828 (Lei de 8 de Outubro, art. 12 — altera de 1º de Julho a 30 de Junho do ano seguinte) e *depois* de 1888, e) de que a “*abertura de crédito suplementar*” só é permitida depois do nono mês (Leis 1177, 9 de Setembro de 1826, art. 13, alínea 2.ª; 2792, de 20 de Outubro de 1877, art. 25; 3140, de 30 de Outubro de 1882, art. 20 § 1º; 3229, de 3 de Setembro de 1884, art. 20); f) da “*duração das autorizações orçamentárias*” que é de um ano para o crédito orçamentário (Leis n. 1177, 9 de Setembro de 1862, art. 12; 2348, de 25 de Agosto de 1873, art. 18 § 1º); de dois anos para as autorizações e créditos concedidos em leis especiais (Lei n. 2348 cit., art. 18), ou para as despesas de contratos (cit., art. 18 § 1º, alínea 2ª); g) de que à conta de *créditos extraordinários*, abertos para atender as despesas imprevistas e extraordinárias, como sejam as de epidemia, ou qualquer outra calamidade pública, sedição, insurreição, rebelião e outras desta natureza, o Governo poderá autorizar previamente a despesa, dando imediatamente conhecimento ao Poder Legislativo (Lei n. 589, de 9 de Setembro de 1850, art. 4 § 4.º alínea 2.ª).

1831 — Afinal é sancionada a Lei de 4 de Outubro, dando organização ao *Tesouro Público Nacional* e às Tesourarias das Províncias, e extinguindo o Erário Régio e o Conselho da Real

(38) Anais da Câmara, Ano de 1830, tomo 2.º, pg. 427 a 429.

(39) Coleção de Decisões do Governo, Ano de 1833, pg. 502.

Fazenda. (40) Na Capital haverá um *Tribunal* — composto de um Presidente, um Inspetor Geral, um Contador Geral e um Procurador Fiscal — ao qual compete a suprema direção e fiscalização da receita e despesa nacional, inspecionando a arrecadação distribuição e contabilidade de todas as rendas públicas (art. 6 § 1º). Só o Presidente tem voto deliberativo, os demais simplesmente consultivo. Em cada uma das Províncias haverá uma Tesouraria; — composta de 1 Inspetor de Fazenda, 1 Procurador Fiscal e 1 Contador — e anexas a mesma uma Contaduria, uma Tesouraria e uma Secretaria, com a denominação da Província a que pertencer (art. 45, 46 e 49). (41) É adotado o método mercantil por “partidas dobradas” para a contabilidade e escrituração das rendas públicas (art. 17 § 2º, e 4).

1832 — A 26 de Abril, com o n. 147 é baixado o Regulamento das Contadorias acompanhado das Instruções, inclusive 15 modelos para a escrituração nas Tesourarias do Império. São seus redatores respectivamente Bernardo Vasconcelos e Manoel Alves Branco. (42)

Pela Lei de 4 de Outubro, o Ministro da Fazenda é o Presidente do Tribunal do Tesouro. Quando da discussão do respectivo projeto do Senado, o Marquês de Barbacena, na Sessão de 10 de Maio de 1831, presidida pelo Bispo Capelão-Mór (D. José Caetano da Silva Coutinho), manifesta-se contrariamente dizendo:

Nem o Ministro da Fazenda será o Presidente do Tesouro, nem a revisão pertencerá ao Tribunal do mesmo Tesouro”. (43)

Não cria essa lei um Tribunal de Contos, (44) mas a importância da reforma é ressaltada por Amaro Cavalcanti:

É forçoso reconhecer que a reorganização financeira de 1831, foi um progresso e melhoramento nas condições da época; e que não obstante alterada em varias de suas disposições, ela subsistiu, como elemento basico em todas as reorganizações posteriores até o fim do Império, e podia-se mesmo dizer até a presente data”. (45)

(40) Funcionou contudo até 20 de Maio de 1832. Rodolfo Garcia, *in* Porto Seguro cit., vol. 5, pg. 110 nota 25.

(41) Coleção das Leis do Império, Ano de 1831, parte 1.ª, pg. 103. Leopoldo de Bulhões, Os Financeiros do Brasil, Rio de Janeiro, 1914, pg. 16; 18—21.

(42) Coleção das Decisões do Govêrno, Ano de 1832, pg. 167 a 192.

(43) Anais do Senado, Ano de 1831, tomo 1º, pg. 82.

(44) Alfredo Valadão, Da Aclamação à Maioridade, 2.ª ed. S. Paulo, 1939, pg. 147.

(45) Elementos de Finanças, Rio de Janeiro, 1896, pg. 457.

1832 — No projeto da Constituição de Pouso Alegre, impresso nas Officinas do “Pregoeiro Constitucional”, jornal de José Bento Leite Ferreira de Melo, no capítulo da Fazenda Nacional, ordena-se:

“Haverá um Tribunal encarregado da Administração da receita e despesa geral do Império” (art. 161).

“Haverá em cada Província outro encarregado da Administração da receita e despesa provincial” (art. 162). (46)

1835 — Manoel do Nascimento Castro e Silva, pleiteia um Tribunal de Contas:

“Convem ao interesse nacional e boa ordem da Fazenda Nacional . . . a criação de um *Tribunal ou repartição especial de contas independente do Tesouro* e só responsável ante a Assembléia Geral, ao qual seja cometida a revisão e exame de todas as contas de receita e despesa geral do Império, deixando-se ao Tribunal Publico uma Contadoria Geral. (47)

1837 — Castro e Silva, na Sessão de 9 de Setembro, presidida por Araujo Viana, remete à mesa da Camara um *projeto*, “que se não lê por ser muito extenso”, sobre a organização de um *Tribunal* denominado—Tesouro Público Nacional, que vai a imprimir para ser tomado em consideração. Entre outras atribuições, compete-lhe “fazer tomar anualmente contas a todas as repartições públicas, por onde se arrecadam e dispendem dinheiros da Nação; mandando passar quitações quando correntes, aos respectivos tesoureiros, recebedores, pagadores ou almoxarifes; e mandando proceder contra os que por eles se acharem responsáveis e em alcance” (art. 8 § 5).

(48)

1838 — Merece citação, apesar de ser tema pertinente à administração em geral, a providência ordenada por Bernardo Vasconcelos. O Regulamento n. 1, de 1º de Janeiro, estabelece a maneira pela qual os atos, tanto do Poder Legislativo Geral, como do Executivo, devem ser numerados, impressos e distribuídos. Outro Regulamento, n. 11, de 24 de Fevereiro, manda “formar uma

(46) apud Olavio Tarquínio de Souza, História de Dois Golpes de Estado, Rio de Janeiro, 1939, pg. 195. Quanto à autoria desse projeto de Constituição; mesmo Autor, pg. 45 e 46. Alfredo Valadão, Campanha da Princesa, Rio de Janeiro, 1940—1942, vol. 2, cap. V, em especial, pg. 88 e 90; vol. 3, pg. 229—230.

(47) Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1835, pg. 47.

(48) Anais da Camara, Ano de 1837, tomo 2, pg. 484; 490 a 508.

coleção de resoluções, avisos e decisões do Governo do Império”, evitando-se, assim, a sua dispersão. (49) Desde 1830, a publicação das leis é feita nas Secretarias de Estado respectivas. Já pela Decisão n. 340, de 27 de Junho de 1833, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, recomenda a exatidão do número e data das leis e resoluções, nas cópias que se remeterem à Tipografia Nacional. A providência cabe no ato de transitarem na Chancelaria do Império, com a finalidade de “se facilitarem as buscas e citações, como também para se conhecer à primeira vista qualquer lacuna, que possa haver nas coleções”. (50)

1840 — Manoel Alves Branco, Ministro da Fazenda, pela segunda vez, reitera sua opinião: “O verdadeiro meio de pôr a nossa contabilidade no pé em que deve colocar-se é a criação de um *Tribunal de Contas*, composto de homens independentes”.

E continúa: “auxiliado por oficiais suficientemente preparados com princípios necessários a se tornarem brevemente aptos em um ramo de serviço que exige profundos conhecimentos de contabilidade e legislação de fazenda, que só poderão ser formados por uma prática posterior e que jamais existirão entre nós, se pela criação desse Tribunal se não tornarem procurados”. (51)

1812 — Candido Batista de Oliveira, antigo Ministro da Fazenda (1839), manifesta-se contrário à instituição de um *Tribunal de Contas*. Salvo melhor pesquisa, é, talvez, o único autor que, em obra publicada, expressa longamente seu dissentimento.

Faz-se transcrição integral, a título de notícia histórica e por se tratar de publicação impressa no estrangeiro, e hoje tãda como rara.

“Cabe aqui pronunciar-me contra uma idéia que por vezes tem sido apresentada em as nossas Camaras Legislativas tanto nos relatórios de alguns Ministro da Fazenda, como nos discursos de Deputados e Senadores que gozaram da reputação de homens entendidos na materia; tal é a instituição de um *Tribunal de Contas no Brasil*, à imitação do de França, e incumbido em grande parte das funções próprias do Exchequer de Inglaterra. Semelhante instituição longe “de preencher os fins de uma severa e independente fiscalização sobre todo o sistema das operações financeiras, segundo (menos bem informados) pensam aqueles que inculcam a necessidade de sua criação no Brazil, como único meio de fazer efe-

(49) *cfr.* Otavio Tarquinio de Souza, Bernardo de Vasconcelos e seu tempo, Rio de Janeiro, 1937, pg. 191.

(50) Coleção de Decisões do Governo, Ano de 1833, pg. 236.

(51) Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1840, pg. 22.

(52) Sistema Financeiro do Brasil, S. Petersburgo, 1942, pg. 41 a 43. (Tipografia privilegiada Fischer).

tiva a fiscalização em suas finanças, seria na minha opinião uma custosa sinecura, tão inútil como são hoje consideradas essas mesmas instituições apontadas por modelos; as quais datando a sua criação de tempos remotos, e sob o regime de governos absolutos, em que prestaram talvez *relevantes serviços* ao Estado, são presentemente tidas em conta de viciosas excrescências no sistema financeiro das Nações a que pertencem, e só permanecem ainda pela força do hábito, e pela influência de interesses privados.

Nos governos representativos o meio próprio e eficaz de levar a efeito a necessária fiscalização sobre as finanças do Estado; e por outra parte o único congenial desse sistema, é a publicidade obrigatória das contas do Tesouro feita com a regularidade e pela forma prescrita pela lei, para o fim de serem submetidas oportunamente ao livre e competente exame dos representantes da nação: e (seja dito de passagem) é esta a missão especial e a mais importante da representação nacional, que mal corresponderá à confiança dos seus constituintes, se ela não desempenha religiosamente tão sagrado dever". (52)

1843 — A 8 de Fevereiro, em Alegrete, R. S., é apresentado à Assembléa Constituinte, pela comissão composta dos deputados José Pinheiro de Ulhôa Cintra, Francisco de Sá Brito, José Mariano de Matos, Serafim dos Anjos França e Domingos José de Almeida um *projeto* de Constituição. (53). Tratando do Tesouro Nacional ordena-se:

"Haverá na Capital da República uma Tesouraria geral encarregada da receita e despesa da Fazenda Pública, que terá o título de -- Tribunal do Tesouro Nacional — aonde em diversas estações devidamente estabelecidas por lei, se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade" (art. 143). (54)

1845 — Manoel Alves Branco, Ministro da Fazenda, na Sessão de 12 de Julho, oferece um projeto de lei instituindo um Tribunal de Contas, com a atribuição não só de julgar as contas de todos os responsáveis, sem distinção de Ministérios, como ainda de fazer subir consultas a S. M. Imperial, principalmente para

53) Assis Brasil, *A Guerra dos Farrapos*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1934, pg. 230—235. Florencio de Abreu, *A Constituinte e o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense*, Porto Alegre, 1930, pg. 11—14; 68. *Recursos Financeiros da República de Piratini*, Porto Alegre, 1937, pg. 13; 23; 34.

(54) Documentos interessantes para o estudo da Grande Revolução de 1835—1845, P. Alegre, 1930, vol. 2, pg. 278. Apêndice, pg. 13. (Edição fac-similar).

abonar despesas secretas, que apparecerem em algumas contas, ou outros negócios que, pela sua importancia devam merecer a Imperial resolução (art. 8 e 15).

Logra parecer favoravel, expresso em poucas linhas, apresentado na Sessão de 3 de Setembro.

“Sendo presente à Comissão de Fazenda a *proposta do Govérno*, em que cria um Tribunal de Revisão de Contas, tem a honra de apresentar o seguinte projeto de lei em que converte a referida proposta, com a emenda que oferece ao art. 2º. (55)

Mandado a imprimir, jamais é dado para a ordem do dia.

1850 — Pela reforma do Visconde de Ilaborai (Joaquim José Rodrigues Torres), os serviços fazendários tem melhor *unidade e sistematização* (Decreto n. 736, de 20 de Novembro). A suprema Administração da Fazenda compete ao Tribunal do Tesouro Nacional composto do Ministro da Fazenda e de Quatro conselheiros (o Diretor Geral das Rendias Públicas, o Diretor da Despesa Pública, o Diretor Geral da Contabilidade e o Procurador Fiscal do Tesouro) (art. 4). No processo executivo de dívidas ativas da Fazenda (art. 79), observam-se no que for applicavel, as disposições do título III da Lei de 22 de Dezembro de 1761. Por sua vez, a *prescrição* das dívidas ativas e passivas da Nação (art. 80), é regulada pelas normas dos capítulos 209 e 210 do Regimento de Fazenda de 22 de Dezembro de 1761. (56). Nas Províncias, excetuada a do Rio de Janeiro, incorporada para os efeitos fiscaes ao Tesouro, a administração da Fazenda incumbe às Tesourarias Gerais (Decreto n. 870, de 22 de Novembro de 1851 — dá regulamento às Tesourarias de Fazenda).

1851 — O Decreto n. 851, de 12 de Novembro, dispõe sobre a prescrição em favor da Fazenda.

1855 — Mesmo sem propugnarem por um Tribunal de Contas, os próprios membros do Govérno Imperial, começam a reconhecer que é indispensavel dividir a Diretoria de Contabilidade, *criando-se uma outra encarregada exclusivamente de tomar as contas...* modificando-se as disposições legislativas em vigor, na parte em que confere ao Tesouro a revisão unicamente das contas das despesas dos Ministérios da Guerra e Marinha”. (57)

1857 — José Antonio Pimenta Bueno (Marquês de S. Vicente), notavel publicista, escreve:

(55) Anais da Camara dos Deputados, Ano de 1845, 2ª Sessão da 6ª Legislatura, tomo 2º, pg. 157 e 848. *cfr.* Rui Barbosa, Exposição de Motivos, *in* Decretos do Govérno Provisório, 11º fascículo, Ano de 1890, pg. 3431—3433.

(56) José Antonio da Silva Maia, Decreto de Reforma do Tesouro e Tesourarias, Niterói, 1852, passim, em especial, pg. 34 e 74. Leopoldo de Bulhões *cit.*, pg. 23—24.

(57) Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1855, pg. 12.

“E de suma necessidade a criação de um Tribunal de Contas, devidamente organizado, que examine e compare as leis do imposto, que perscrute e siga pelo testemunho de documentos autenticos, em todos os seus movimentos, a applicação e emprego dos valores do Estado, e que enfim possa assegurar a realidade e legalidade das contas. Sem esse poderoso auxiliar nada conseguirão as Câmaras”. (58)

1858 — João Mauricio Wanderley, Ministro da Fazenda, tambem advoga uma reforma na Contabilidade,

“dando-se à nova directoria uma organização que *simplifique e acelere* o processo de tomada de contas, o qual, é atualmente *assás moroso*, muito ganhará o serviço público”.

E acrescenta:

“Esta medida deve ser acompanhada de outra que confira à mesma Directoria uma *ação mais directa* sobre todos os empregados sujeitos a prestar contas, qualquer que seja o Ministério a que pertençam”. (59)

1859 — O Decreto n. 2.343, de 29 de Janeiro, faz diversas alterações nos Decretos 736, de 1850, e 870, de 1851.

1860 — A jurisdição do Tribunal do Tesouro e Tesouraria da Fazenda é harmonisada pelo Decreto n. 2.518, de 10 de Março, dispondo sobre a forma do processo para o julgamento das contas dos responsaveis para com a Fazenda Nacional, e recursos interpostos das decisões das jurisdições administrativas.

Decreto n. 2.551, de 17 de Março, aprova o regulamento das Recebedorias.

Decreto n. 2.647, de 19 de Setembro, baixa regulamento às Alfandegas e Mesas de Rendas.

1865 — Em livro de valor, um estadista e jurisconsulto Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Souza) discute o problema de “si se deveriam criar Tribunais Provinciais de Contas”. (60)

58) Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império, Rio de Janeiro, 1857, pg. 90 e referência pg. 281.

(59) Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1858, pg. 12 e 13. A tomada de contas do ex-Ministro da Fazenda, Marquês de Barbacena, arrastou-se durante 6 anos, para culminar numa honrosa quitação com crédito de £. 4 405-19-11. (Antonio Augusto de Aguiar, Vida do Marquês de Barbacena, Rio de Janeiro, 1896, pg. 782; 951—953). E’ a atestação em todas as épocas: Azevedo Castro, Manual do Delegado do Tesouro Nacional em Londres, 2ª ed., Paris, 1891, pg. 4 nota 2. Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1843, pg. 19.

1867 — O Decreto n. 3.852, de 1º de Maio, separa da Legação Brasileira em Londres o serviço da escrituração e contabilidade da receita e despesa fóra do Império. Esse serviço passa a ser executado por um Delegado do Tesouro, segundo as Instruções expedidas pelo então Ministro da Fazenda, Zacarias de Góes e Vasconcelos.

Até então, as relações entre o Governo Brasileiro e os seus agentes financeiros (desde 1825, Nathan Mayer Rothschild) (61) eram encaminhadas pela Legação do Brasil, em Londres, que também tinha a seu cargo o pagamento do pessoal diplomático e consular e outras despesas do Brasil no estrangeiro.

Começa a Delegacia a funcionar em 6 de Julho (Aviso n. 4. do Ministro da Fazenda, datado de 23 de Setembro de 1867).

“A City, em roda do Banco da Inglaterra, com o Royal Exchange ao lado, e Lombard Street defronte, o mercado monetário, o verdadeiro comptoir do mundo”, (62) é o local escolhido onde vai ficar a Delegacia. Após o registo, adotam-se para seu endereço telegrafico as palavras “Delegado London”. Por considerar a Delegacia como repartição pública do Brasil, o Governo Britânico não exige o *income tax*.

O Delegado só efetua despesas com ordem do Ministro da Fazenda, pois é seu subordinado directo: e presta contas ao Tribunal do Tesouro Nacional.

Foi seu primeiro Delegado João José do Rosario (Barão do Rosario), nomeado por Decreto de 15 de Maio de 1867. (63)

Instaurado o regime republicano, por Decreto de 8 de Janeiro de 1890 o Governo Provisório resolve que “as contas das despesas feitas... no Exterior continuarão a ser pagas pela Delegacia do Tesouro em Londres, mediante exame prévio da mesma Delegacia, que poderá glosar as despesas não justificadas”. (64) Outro Decreto da mesma data fixa a fiança do Delegado.

Em 1940, após 73 anos, em face da conflagração que ensanguenta o mundo, houve por bem o Governo Federal transferir, em caracter transitório, a referida Delegacia para New York, U. S. A.

(60) Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil, Rio de Janeiro, 1865, vol. 1, § 277, pg. 345.

(61) Notícia sobre esse banqueiro: The Encyclopaedia Britannica, 14 th ed., London, 1937, vol. 49, pg. 573—574.

(62) Joaquim Nabuco, A Minha Formação, Rio de Janeiro, 1900, pg. 98.

(63) José Antonio de Azevedo Castro, Manual do Delegado do Tesouro em Londres, Paris, 1888, pg. 6 a 8; 136. José Belens de Almeida, Histórico das Tesourarias de Fazenda e Delegacias Fiscais, Rio de Janeiro, 1922, pg. 439 a 444 e 450. Jacob Cavalcanti, Histórico da Dívida Externa Federal, Rio de Janeiro, 1923, pg. 97 a 101.

(64) Diário Oficial de 10 de Janeiro de 1890, pg. 131. Dunschee de Abranches, Atas e Actos do Governo Provisório, Rio de Janeiro, 1907, pg. 49.

1868 — O Decreto n. 4.153, de 6 de Abril, *reorganiza o Tesouro Nacional*, e estabelece algumas regras sobre empregados de Fazenda.

1870 — O Decreto n. 4.644, de 24 de Dezembro, amplia as atribuições dos Presidentes da Província e Inspectores das Tesourarias da Fazenda, na solução dos negócios do Ministério da Fazenda.

1878 — Gaspar Martins, ocupando a pasta da Fazenda, clama:

“As medidas para tornar o Orçamento uma realidade, nenhuma garantia oferecerão, si, votada a lei de receita e despesa, o Ministro, supremo distribuidor da fortuna pública, não *prestar contas* do modo por que executou e cumpriu a mesma lei, para que o Parlamento, que decretou as despesas, possa afinal aprovar as contas, ou julgar a responsabilidade do seu infiel delegado”.

E, numa linguagem franca e forte, continua:

“Ha, é verdade, no Tesouro uma Directoria Geral de Tomada de Contas; mas essa, que é sufficiente para tomá-las aos agentes subalternos do fisco e demais responsaveis, e o faz com escrupulosa fidelidade, é impotente contra o Ministro ordenador da despesa, de quem depende e a quem obedece.

O Ministro presta contas a esta Câmara, que muito embora nomeie uma comissão para as tomar—a mais importante de todas as comissões, si fosse uma realidade—nada pode fazer, sobre serem apresentados com dois anos de afrazo, quase sempre quando os Ministros, que ordenaram as despesas, já deixarem de ser Ministros, são verdadeiramente ininteligiveis, porque exibem as *verbas englobadas*, e quando distribuem as parcelas, não as instruem com os documentos que provam a sua justiça.

Daí vem que, em regra, os orçamentos, até hoje feitos, estão longe de ser exatos e que os balanços, aritmeticamente verdadeiros, são na realidade falsos...

... E, pois, de *necessidade imprescindivel, para a regeneração das finanças, criar um Tribunal de Contas*, composto de homens de ambos os partidos políticos para colejarem com a lei de créditos as ordens e documentos, que originaram as despesas ordenadas pelos Ministros, afim do Corpo Legislativo aprová-las por lei, como por lei decreta os créditos”. (65)

(65) Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1878, pg. 17 a 20.

1879 — Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto) proclama ser “urgentíssima e reclamada pelos mais importantes interesses públicos” a instituição de um *Tribunal de Contas* que, examinando em face das autorizações legislativas as despesas ordenadas pelos Ministros de Estado, forneça ao Parlamento base segura para exercer a fiscalização, que lhe incumbe, da aplicação dos dinheiros públicos. Inteiramente alheio às conveniências políticas, esse Tribunal só corresponderá aos fins da sua criação, compondo-se de representantes de todas as opiniões existentes no país.

“Da realização desta idéa depende essencialmente a regularidade de suas finanças. A tomada de contas em relação à despesa pública deve atender à ordenação e à execução. Até aqui, pode dizer-se, sem medo de errar, só se tem atendido à execução das despesas, ficando a ordenação fóra do alcance fiscal; e entretanto é esta parte principal. E na ordenação que se podem dar os maiores e mais graves abusos. Entre nós, a necessidade de um semelhante Tribunal tem sido reconhecida por muitos dos nossos homens mais eminentes; mas à sua criação se tem oposto diversas razões, até mesmo o da inconstitucionalidade. Este argumento, porém, não tem valor algum... Dado que a criação de que me ocupo exigisse mais alguma despesa... os resultados a esperar de tão útil reforma justificariam tão pequeno sacrificio”. (66)

Tão vigoroso defensor, entretanto, anos depois, em obra de caráter político, como que se mostra desiludido de sua primitiva pregação.

“Não possuímos, é certo, um Tribunal de Contas funcionando como repartição autonoma, mas o verdadeiro Tribunal de Contas está nas comissões dos dois ramos do Poder Legislativo: — o corretivo seguro abusos — na censura da tribuna, na demissão dos ministros, imposta pelo voto das maiorias, e na efetividade da sanção penal, que as leis definem. Um Tribunal de Contas, em que tenham assento sumidades políticas, é remora para alta administração; composto de empregados de carreira, dependentes de acesso ou aposentadoria, não passa de descobramento das secções do Tesouro, tão subordinadas ao Governo como quaisquer outras, ofere-

(66) Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1879, pg. 32 e 33.

cendo o inconveniente de ordenados e gratificações, que se podiam poupar". (67).

1889 — João Alfredo Correa de Oliveira, detentor da pasta das Finanças no Gabinete de 10 de Março de 1888, considera "uma necessidade urgente a criação de um Tribunal de Contas... Será ele o único que, conhecendo de toda contabilidade do Estado, possua meios para assegurar às Camaras e à Nação que os balanços demonstram fiel e perfeitamente o movimento dos dinheiros públicos". (68)

1889 — O Decreto n. 10.145, de 5 de Janeiro, regula o modo de contar o exercício e estabelece providências sobre a liquidação e pagamento das dividas de exercicios findos. O art. 3 institue um livro para a "conta dos responsaveis".

III

PERÍODO REPUBLICANO

1889 — A República é proclamada a 15 de Novembro.

1890 — O Decreto n. 966-A, de 7 de Novembro, "cria um Tribunal de Contas para exame, revisão e julgamento dos atos concernente à receita e despesa da República".

A regulamentação prometida nêsse diploma (art. 8 e 11) chega a ser elaborada, (69) mas não é decretada.

Rui Barbosa, na "Exposição de Motivos", frisa as característica do novel Instituto:

"... um Tribunal de Contas, *corpo de magistratura intermediária* à Administração e à Legislatura, que, colocado em *posição autonoma*, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional..." (70) "Convem levantar, entre o Poder que autoriza periodicamente a despesa e o Poder que quotidianamente a executa, um *mediador independente*, auxiliar de um e de outro, que, comunicando com a legislatura, e intervindo na Administração, seja, não só o vigia, como a mão forte da primeira sô-

(67) A Decada Republicana, 1º volume, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1902, pg. 152.

(68) Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1889, pg. 24 e 25.

(69) J. de Alencar Araripe, in Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1891, Anexo C, pg. 52. Rui Barbosa, Comentários à Constituição Federal Brasileira, coligidos por Homero Pires, S. Paulo, 1934, vol. 6, pg. 443.

(70) Exposição de Motivos, in Decretos do Govêrno Provisório, 11º fascículo, Rio de Janeiro, 1891, pg. 3431 a 3434. Ver Revista do Supremo Tribunal Federal, vol. 11, pg. 443.

bre a segunda, obstando a perpretação das infrações orçamentárias por um veto oportuno aos atos do Executivo, que direta ou indireta, próxima ou remotamente discrepam da linha vigorosa das leis de finanças". (70)

Instalada a 1.^a Constituinte Republicana, o Governo Provisório envia-lhe o *projeto* da Constituição (71) elaborado pela Comissão dos Cinco ("Se algum crédito ainda me remanesce da *primazia* que me coube da Constituição atual" — Rui Barbosa); (71-A) não cogita ele da criação do Tribunal de Contas. A iniciativa parte da Comissão dos Vinte e Um, em *emenda* aditiva proposta com o parecer n. 1, datado de 8 de Dezembro de 1896 e lido na Sessão de 10. É fundamentada nos seguintes termos:

"A Comissão propõe também a criação de um *Tribunal de Contas*... incumbido de liquidar as contas da receita e despesa da União e de verificar a legalidade delas, antes de serem prestadas ao Congresso Nacional tem a Comissão por fim tornar uma realidade a fiscalização da arrecadação e emprego das rendas federais, preenchendo assim uma das notórias lacunas na nossa organização financeira, e seguindo o exemplo de outras nações cultas onde existem tais tribunais constituídos em condições de completa independência". (72)

A proposição é aprovada em 1.^a discussão, sem qualquer modificação ou impugnação, na Sessão de 27 de Janeiro de 1891. (73) José Higino lembra que a mesma fôra aprovada, mas que não constava do Projeto impresso para 2.^a discussão, falta que já está corrigida", disse o Presidente da Constituinte. (74)

Deste modo, a emenda aditiva converte-se no art. 89 da Constituição de 1891:

"É instituído um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso".

Assim, adquire caráter de estabilidade e permanência o Tribunal de Contas, instituído pelo Governo Provisório.

(71) Decretos ns. 512 e 914-A, de 22 de Junho e 23 de Outubro de 1890. Dunsches de Abranches cit., pg. 206.

(71 A) "... a draft drawn up largely by an eminent lawyer and publicist Ruy Barbosa". Herman S. James and Percy A. Martin, *The Republica of South America*, revisad ed., N. York, 1924, pg. 128.

(72) Anais de Constituinte de 1890-1891, vol. 1, pg. 81.

(73) Anais cit., vol. 2, pg. 36.

(74) Anais cit., vol. 2, pg. 513.

Rui Barbosa, autor de sua criação de Contas, em mais de uma vez, sustenta ser

“... uma instituição de *natureza em grande parte judiciária* e política, destinada por sua índole essencial, a sentenciar sobre assuntos de mais alta gravidade e servir sólidamente de dique aos abusos administrativos em negócios financeiros”. (75)

Manoel Pedro Vilaboim precisa bem a *natureza* desse novo Tribunal:

“Esse Tribunal, conquanto de natureza administrativa, oferece pelas garantias de independência que se lhe assegurou e pelos requisitos que devem presidir sua composição todas as garantias dos Tribunais do Poder Judiciária. *E' um verdadeiro Tribunal Judiciário*”. (76)

Por sua vez Alfredo Valadão entende que o “Tribunal de Contas é uma *delegação de Congresso*, por via constitucional”. (77)

As Constituições Estaduais adotam-no: Pará, art. 76; São Paulo, art. 71; Piauí, art. 98; Minas Gerais, art. 112; Ceará, de 1921 (D. Transitórias, art. 5); Rio de Janeiro, art. 119 e 119^o; Pernambuco, art. 115, com a denominação de Tribunal de Justiça Administrativo; Bahia, art. 65; mantida nas reformas de 1915, art. 71 e de 1929, art. 177. (78).

1934 — A 16 de Julho entra em vigor a nova Constituição. Entre “os órgãos de *cooperação* das atividades governamentais” figura o Tribunal de Contas:

“E' mantido o Tribunal de Contas, que, diretamente, ou por Delegações organizadas de acôrdo com a lei (79) acompanhará a execução orçamentária e julgará as contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos”. (art. 99)

(75) Comentários cit., pg. 443; cfr. pg. 427; 441; 446 e 451.

(76) E' sustentavel perante a Constituição Federal o Conclencioso Administrativo? *in* Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, Ano de 1893, pg. 84.

(77) Estudos sobre o Tribunal de Contas, Rio de Janeiro, 1911, pg. 68 e 81. Outras opiniões, *in* Castro Nunes na Revista Forense, vol. 85, pg. 273-281, especialmente pg. 273-274. Alcides Cruz, Direito Administrativo Brasileiro, 2.^a ed. Rio de Janeiro, 1914, pg. 77-78.

(78) José de Castro Nunes, As Constituições Estaduais do Brasil, Rio de Janeiro, 1922, vol. 1, pg. 172 e 173. Erimá Carneiro, O Tribunal de Contas nas Constituintes Estaduais, Rio de Janeiro, 1935, pg. 25 a 29.

(79) Lei n. 156, de 23 de Dezembro de 1935.

Alguns Estados incluem-no em suas Constituições, inclusive o Distrito Federal (Lei n. 196, de 22 de Janeiro de 1936, art. 26; Bahia, art. 50; Rio Grande do Sul, art. 94; Rio de Janeiro, art. 85; Minas Gerais, art. 79; Ceará, art. 69. (80) A não execução dessa ordenação é indicada entre as razões determinantes de certa intervenção federal (81).

1937 — É decretada a Constituição de 10 de Novembro, e instituído um Tribunal de Contas para "acompanhar, directamente ou por Delegações organizadas de acôrdo com a lei, (82) a execução orçamentária, julgar as contas dos responsáveis por dinheiro ou bens públicos e da legalidade dos contratos celebrados pela União". (art. 114).

(80) As Constituições dos Estados e da Republica, c|prefácio de José Pereira Lira, Rio de Janeiro, 1937, Erimá Carneiro c|l, pg. 31 a 33.

(81) Coleção das Leis do Brasil. Atos do Poder Executivo. Ano de 1937, vol. 1, pg. 331.

(82) Decretos-leis ns. 7 e 426, de 17 de Novembro de 1937 e de 12 de Maio de 1938.

Lapidação dos Diamantes na Bahia

Pelo confrade GONÇALO DE ATHAYDE PEREIRA

A lapidação dos diamantes entre nós, firmou-se antes de 1880, (1) depois em 5 de Junho desse ano, já o Sr. J. A. AMARAL no seu *Resumo Cronologico e Noticioso* (pag. 410 n.º 231) referindo-se “às grandes chuvas que caíram nesta Capital, fizeram assoberbar as aguas do Dique, as quais rompendo o paredão que as retinha, causaram grandes estragos em quasi toda a linha ferrea da *EMPRESA DE TRILHOS CENTRAES*, na Estrada 2 de Julho, a qual, graças a atividade do Empreziario dava transito ao publico antes de um mez, a 3 de Julho seguinte. A força das aguas destruiu completamente, uma das *fabricas de lapidação de diamantes* da Conceição da Lucaia, perto do Rio Vermelho”.

Antes de 1880, havia, é certo nesta Cidade duas fabricas de lapidar diamantes: uma fundada pelo *juden* BENJAMIN MOISÉS PRINSS, que me parece tratar-se da que funcionava na Lucaia, caminho do Rio Vermelho e a outra um pouco mais abaixo do Dique no lugar *Moinho* em terrenos pertencentes á familia TEIXEIRA e PRINCEPE, que me parece ter sido preparada pelo lapidario muito aqui conhecido — o velho FRANCISCO JOSÉ LOPES que aqui trabalhou, depois de ter fabrica de lapidação no Rio de Janeiro — desde 1847. Depois de 1880 tomou ele o rumo das Lavras Diamantinas, (Lençóes) onde montou uma fabrica de lapidar diamantes, ao tempo em que appareceu a *influencia* dos diamantes no *Salobro* (Canavieiras).

A fabrica da Lucaia, segundo informações que tive do meu amigo JOSÉ TEIXEIRA BÁRROS, a quem devo o conhecimento do registro da data da grande enchente do Dique de 5 de Junho de 1880, que liquidou de vez a fabrica, passou a pertencer á firma LOPES CARDOSO, desta praça e nela trabalharam alguns aprendizes, residentes no *Tororó*, e estes acompanharam o velho LOPES para o LENÇÕES e foram: LUCIO EVANGELISTA e seu irmão JUVENCIO COSTA habil tocador de cavaquinho, e um filho do LOPES. Todos reunidos montaram uma fabrica no rio Lençóes, abaixo da ponte que dá para a igreja do Senhor dos Passos. Em 1882 o commercio dos diamantes tomou serio desenvolvimento, tanto nas Lavras como em Canavieiras (minas do Salobro) onde appareceram pedras de alto valôr e de fina agua, consideradas, então, superiores áquelas da Chapada Diamantina.

(1) — No seu livro *Esbôço Corografico* pag. 77 — BORGES DE BARROS diz ter sido estabelecida na Bahia a lapidação por FRANCISCO JOSÉ LOPES — em 1870. Este em 1847 tinha uma lapidação no Rio.

Naquella epoca, Salobro no Sul do Estado abandonára a extração do *jacarandá*, seu commercio predileto para se entregar á aventura da mineração dos diamantes, cuja fama corria no paiz e no exterior como verdadeiro assombro de riquezas, produzindo um verdadeiro reboliço. Da Europa e de varios Estados affluiram para ali vizitantes, commerciantes de pedras, avidos de conhecerem o tesouro assombroso que os jornais descreviam e annunciavam correndo mundo pela fama do *Crescet cundo* de taes descobertas.

De Minas, São Paulo, Rio de Janeiro aqui chegavam vizitantes, com destino áquella *influencia* diamantina. O mesm acontecia com negociantes da Europa, judeus (1) afeitos ao commercio dos diamantes em rumo a Canavieiras.

Nessa epoca, chegára da Europa (Paris e Londres) o Cel. ULDURICO DE MAGALHAES MACÊDO, residente em Lençóes, onde era reputado o mais importante comprador de pedras preciosas e tambem de carbonados, socio da firma MARINHOS & Cia. neste ramo de negocio, o qual indo com o seu sobrinho FRANCISCO MACÊDO a Canavieiras, adquiriu varias pedras que lhe foram oferecidas, e após alguma demora no local, onde encontrou patricios e amigos, e parentes: ROGACIANO PIRES TEIXEIRA, BRAZ DE SOUZA RIBEIRO, BALBINO DE OLIVEIRAE NEVES, o velho CARDOSO, socio dos irmãos Viana desta praça, FRANCISCO PEIXOTO de Lençóe e outros de Andarahi e Mucugê, voltou e daqui se dirigiu para o Rio, onde apresentou suas compras ao seu amigo LUIS DE REZENDE, grande e importante commerciante de joias e pedras preciosas ali, e com ele conferenciou sobre quanto ocorria no Salobro, mostrando-lhe suas compras ultimas, que eram todas produtos extraídos das minas do Salobro, reputados de fina agua, superiores aos da Chapada Diamantina. O Snr. LUIS DE REZENDE aconselhou-o a mandar lapidar as melhores pedras, que dariam *brilhantes de fina agua* e de grande valôr. Nessa ocasião fez ele severa critica ao modo porque lapidavam aqui na Bahia e tambem nas Lavras.

Aquellas justas ponderações calaram no espirito do Cel. ULDURICO MACEDO, e de volta a Lençóes, seu primeiro cuidado foi adquirir uma fabrica de lapidação para seu sobrinho ULDURICO, no Alto da Estrella em Lençóes, o qual era aprendiz dos lapidarios LUCIO EVANGELISTA e seu irmão JUVENCIO, obrigando-se o Cel. ULDURICO a auxiliar os demais lapidarios, com o fim de ser mantido um serviço regular e compensador, obedecendo, obedecendo á técnica da arte, fazendo sentir a todos os demais lapidarios aquellas ponderações do joalheiro LUIZ DE RESENDE — quando com ele em palestra no Rio de Janeiro.

(1) — Quando escrevo *judeu*, não é com sentido pejorativo, como poderão supôr, ao contrario, como homem de negocio de pedras preciosas e joias. Assim eles se apresentavam no

Os irmãos SENA, tendo por chefe o mais velho JOÃO SENA, já conhecedores da arte e todos inteligentes e caprichosos, estabeleceram-se com uma fabrica em Lapão, e como estes, seguiram-se outros: THEOTONIO PARAGUASSU' e FRANCISCO BIÉT, em Andarahi.

Em Roncador, propriedade do Dr. DOMINGOS GOMES, seu filho CLEMENTE e o sobrinho TEOFILO DE AZEVEDO, montaram uma fábrica, que tomou grande proporção, de modo que em 1885, quando ali cheguei (Lençóes) já haviam varias fabricas e bons lapidarios para desenvolver e animar o comercio dos brilhantes — sempre protegido pelo prestigio do Cel. ULDURICO, que falecera em Maio de 1884 aqui na Capital —

Em 1885 a fabrica que pertencera ao Cel. ULDURICO MACEDO, fôra vendida por sua viúva ao lapidario LUIS DE CIRQUEIRA LEMOS, e nela continuou a trabalhar o lapidario ULDURICO SOBRINHO. A esse tempo o Snr. EZEQUIEL BARRETO BURGOS montára uma boa fabrica á margem do rio Lençóes, no lugar *Serrano* onde trabalhavam alguns lapidarios seus companheiros, como JESUINO PIÁU e outros. Após a proclamação da republica, o Cel. ALFREDO VIEIRA COUTINHO, residente em Andarahi, de volta da Capital, onde fôra levar grande partida á Casa Levy, sua comitente, e para a qual comprava mediante boa comissão, trouxera em sua companhia um importante tecnico na arte, o Snr. ROBERT van BIEMESU, esse fôra o seu nome dado) judeu, (1) natural de Amsterdam, com o qual se encontrára por acaso naquela casa comercial. Apresentando-lhe algumas pedras lapidadas das Lavras, o tecnico escolheu as duas maiores, dizendo-lhe que, elas poderiam ser relapidadas, oferecendo melhor perspectiva para negocios.

Se conseguisse uma fabrica para trabalhar, faria o trabalho aconselhado nas duas pedras para o Cel. ALFREDO se convencer das suas razões — Do entendimento entre o Snr. ROBERT e o Cel. ALFREDO em presença do Sr. DUTRA, encarregado dos negocios da firma LEVY nesta Capital, resultou o convite para seguirem junto para as Lavras, sem dispendio algum para ele — isso fôra em 1889, se não me falha a memoria.

Chegados em Andarahi, seguiu ROBERT com cartas de recommendação para os amigos do Cel. ALFREDO em Lençóes e para o Snr. ABRAHAM BENJAMIN, judeu capitalista, ali residente com sua familia.

O Cel. ALFREDO VIEIRA, comprador, costumava hospedar-se com o Snr. JOÃO SENA, quando chegava a Lençóes; e sendo toda a familia SENA composta de bons lapidarios, por interêsse do velho JOÃO SENA, inteligente e caprichoso nos seus trabalhos da arte, por certo teria êle ouvido do Cel. ALFREDO os motivos que o levaram a aceitar a proposta do Sr. ROBERT na Capital.

(1) — Vide nota anterior. Eles mesmos se diziam *judeus franceses, inglezes, alemões ou holandezes.*

Por sua vez o Sr. ABRAHAM BENJAMIN teria aconselhado ao seu patricio e recomendado, extranho aos costumes sertanejos, que procurasse os lapidarios, que seriam os seus amigos de classe afim de se manter no trabalho de sua arte, dando pravas de sua competencia, e ao mesmo tempo instruindo áqueles que desejassem acompanhar sua tecnica moderna.

Residindo em minha companhia o Sr. ULDERICO SOBRINHO, que trabalhava nas oficinas do Sr. LUIZ DE CERQUEIRA LEMOS, foi o Sr. ROBERT para ali levado para iniciar os seus trabalhos com as pedras que lhe foram dadas pelo Cel. ALFREDO VIEIRA.

Cidade pequena, em poucos dias ficou o Sr. ROBERT conhecido, relacionando-se com o meu amigo Sr. CARLOS FURST alemão que ali exercia a profissão de relojoeiro e professor de piano das melhores familias.

A impressão do lugar e do seu pessoal animou bastante o novo lapidario, de modo que em pouco tempo, o nosso hospede sem conhecer nosso idioma, para se fazer entendido, recorria ao francez e às vezes a uma mistura castelhana, e assim ia vencendo com sympathias, relacionando-se por meio do trabalho com aqueles que o procuravam. Inteligente e perspicaz conheceu logo o terreno em que pisava e lobbrou lucros na sua arte pelo que se dispoz a fazer encomenda para sua terra de maquinismos para uma fabrica completa e moderna de lapidar e clivar diamantes. Tão infeliz foi, que, já enviadas as encomendas do seu pedido, e chegadas, á Alfandega, falecera de febre amarela nos Lenções. — O Sr. ABRAHAM BENJAMIN, seu patricio judeu, sentiu bastante sua morte, lastimando ficar a arte privada de tão competente tecnico que desaparecia —

Disponde do dinheiro em ouro para o pagamento dos direitos na Alfandega, foi por mim escolhida a casa MANDIN & Cia. para cambiar o ouro, sendo tudo entregue ao juiz competente em Lenções — Todo aquele material encomendado ficou na Alfandega — Depois foi exposto a leilão e arrematado parte pelo Sr. JULIO GUEDES, lavrense e lapidario, o qual manteve aqui na Capital um serviço regular para si e seus filhos, tendo á frente da sua fabrica um alemão perito na arte. Essa fabrica eu a alcancei em S. José de Cima, perto de minha residencia até 1935.

Até então, eram só lapidados aqui os diamantes. Ninguem se lembrava de outras pedras, taes como cristais, aguas-marinhas, rubis, esmeraldas, safiras e outras que se apresentassem para a lapidação. Coube a JULIO GUEDES desenvolver esse serviço na sua fabrica, o qual tomou grande incremento entre nós. Infelizmente JULIO GUEDES faleceu tão prematuramente, deixando sua fabrica instalada no Banco dos Inglezes, perto do Campo Grande, onde ainda existe, mas sem trabalhar por agora, devido talvez á influencia da guerra européa.

Todos nós sabemos que desde 1880 em diante, o carbanado tornou-se por demais conhecido e apreciado na industria gozando de preços altos; e não obstante o interesse despertado com tal ne-

gocio, muitos compradores de diamantes retiravam de suas partidas, algumas pedras escolhidas para entrega-las aos lapidarios em Lençóes e Andarahi, de modo que o commercio de brilhantes cresceu e desenvolveu de forma a garantir e manter os artistas empregados em taes serviços — A esse tempo, havia em Lençóes os compradores HENRI MARCHAND, francês, o Snr. F. SCHUBERT, alemão, bem relacionado, tendo por lá estado o Snr. H. JACOB, autor de importante monografia com o Snr. N. CHATRIAN sobre o diamante, o Sr. AIMABLE, que representava a Companhia de Mineração de Salobro, da qual fazia parte o Snr. CH. ROULINA, o Snr. PIERRE BENAZET, que teve a felicidade de encontrar em Canavieiras, um diamante cor rosca, que foi aqui visto e apreciado, tal qual encontrado com uma parte quebrada, e mesmo assim mereceu um bom preço, aqui, o qual não foi aceito, levando o Snr. BENAZET seu produto para Paris.

Em Andarahi, havia varios compradores que mantinham o commercio dos brilhantes, e eram: o Cel. BRAZ RIBEIRO, ALFREDO VIEIRA COUTINHO, MELQUIADES DA SILVA VEIGA, (*) JOSE BALDOINO DE OLIVEIRA, GERMANO GOMES e outros que ali mantinham os trabalhos da fabrica de FRANCISCO BIET e THEODOMIRO PARAGAUSSU'.

O Cel. JOSE FELIX DE AQUINO, que ali aprendeu a arte e muito trabalhou naquela fabrica, como tambem na da Lucaia, nesta Capital, quando já pertencente á firma LOPES CARDOSO, prestou-me os melhores informes a tal respeito — Ainda ha pouco era ele socio da firma F. ARAUJO desta praça, que desapareceu com a morte do socio principal F. ARAUJO, estando presentemente como contador do Banco do Brasil de Itabuna — Sul do Estado.

O Cel. FRANCISCO DE MAGALHAES MACEDO, sobrinho do Cel. ULDUDICO, de volta do Rio em 1888, onde fôra exclusivamente vender brilhantes á firma L. de REZENDE, animou por tal forma aos lapidarios com os elogios daquela firma aos atuais brilhantes das Lavras, que eles se reanimaram e mantiverem os serviços em seria atividade — A esse tempo chegou a firmar acordo com a firma italiana que negociava com joias e pedras preciosas, afim de manter um intercambio dos nossos produtos das Lavras com a mesma firma.

O commercio dos brilhantes dá em diante ficou mais firme, havendo combinação para se incluir os brilhantes corados, até então retirado das partidas.

Aqui na Capital o commercio dos brilhantes dessa data em diante (1885—1905) — adquiriu seria notoriedade e firmeza — Muitos corretores se encarregavam exclusivamente da vaulagem dos brilhantes e joias antigas — Negocios e combinações eram ajustados nas mezas do antigo Café Cabral e nas portas da antiga livraria Catilina, muito conhecida então —

(*) Faleceu ha pouco em Itaparica, onde residia.

Presentemente, só me consta existir a antiga fabrica da viuva JULIO GUEDES, no Banco dos Inglezes, que é dirigida por um dos seus filhos, estudante de medicina — Continúa, ao que me consta paralizada em vista da guerra; mas a viuva aceita ainda pedras finas para lapidação, bem como safiras, esmeraldas, cristais e outras das nossas minas que aparecem no mercado. —

JULIO GUEDES, nascido em Mucugê, tinha um tino admiravel para os negocios das pedras preciosas — Ninguem como ele e o velho joalheiro TIBURCIO KELSCH, conheciam os segredos de tal negocio, sendo ambos procurados por quasi todas as familias que pretendiam adquirir joias. Além disso, ambos gozavam de muita confiança daqueles que os proeuravam.

Fôra JULIO GUEDES o continuador do velho LOPES, lapidario e por si mesmo procurou desenvolver a arte por meio de tecnica moderna, não medindo sacrificios nem dispensando livros modernos sobre lapidação em geral.

A ele devemos as lapidações de outras pedras preciosas, fóra dos diamantes, que até bem pouco tempo eram as que se lapidavam — E' um fato conhecido por todo o comercio desta capital de 1880 a 1941.

Desde Outubro de 1937 venho acompanhando o interesse que o "Observador Economico e Financeiro" do Rio de Janeiro, tem demonstrado com relação ao assunto dos diamantes e carbonados, sua extração nos Estados do Paraná, Goyaz, Matto-Grosso, Minas, Bahia e Amazonas, com a historia de suas descobertas e lendas maravilhosas que sobre eles correm. Esse artigo bem como o que se lhe segue no mesmo numero, está assinado pelo Dr. VIANNA DO CASTELO, um estudioso e competente em taes assuntos, ex-ministro da justiça do governo WASHINGTON LUIZ, o qual tambem estudou o seu comercio. Dois trabalhos importantissimos que bem mereciam ser transcritos nos jornaes para conhecimento dos interessados.

Segue-se-lhe um estudo do mesmo assunto do Dr. GODOFREDO FILGUEIRAS (Observador de Maio de 1940, n.º 52) Diamante no Brasil, acompanhado de um trabalho estatístico dos Estados Mineradores, referente aos anos 1837 — 1838 — 1839. — E' tambem um estudo de valor, de competente e estudioso em taes assunto, hoje técnico de classificação e avaliação de pedras preciosas junto a seção fiscal de metaes, na Casa da Moeda. Compreende ele que o estudo da lapidação dos diamantes, seria um dos importantes problemas a merecer a atenção do governo e dos intressados, desde que somos produtores de diamantes para realizarmos a industrialisação das pedras de nossas minas, como sempre foi pensamento do importante negociante bahiano, JULIO GUEDES, já falecido, lançou a idéa, que espero mais dias ou menos dias será accita e garantido o nosso comercio exportador de pedras preciosas do Brasil — (Observador, Dezembro 1940) — pag. 137-139 — Janeiro 1941 pags. 73 — 77 — Junho de 1941 pag. 120-122, Historia da Lapidação no Mundo).

Note-se, portanto, o carinhoso interêsse da revista do Sr. VALENTIM BOUÇAS, já tão conhecido nos nossos meios financeiros, por tudo quanto nos possa interessar — ou ao menos beneficiar nossa produção e commercio no exterior. —

Todos êsses estudos aos quais me refiro, contem ensinamentos de alto valor histórico para aqueles que ainda se sentem contaminados pelo vicio da mineração entre nós —

Levado por esses informes de competentes quanto ao problema da mineração e da Lapidação dos Diamantes aqui na Bahia, procurei por este meio avocar a memoria e a lembrança daqueles que entre nós se occuparam em tempos idos desse commercio e seus desenvolvimento, tanto na Capital como no interior (zonas diamantinas).

Recordar é viver, é trazer á memoria casos e fatos já passados integrando-os na nossa imaginação.

Não foram poucos os que viveram desse commercio, nele empregando suas atividades e capitaes.

Quem desconhecerá nesta Capital a atuação do velho negociante TEOFILO GOMES DE MATOS, filho de Minas, que acompanhou seu pae, o velho JOSE CAMILO DE MATOS para Mucugê e ali constituiu familia, desposando uma das filhas do beletista e comerciante VICENTE RIBEIRO BRASILEIRO, homem culto e de esmerada educação?

THEOFILO DE MATOS morreu velho nesta Capital mas nunca abandonou o seu commercio de pedras preciosas, gozando fama entre nós e até reputado o consul dos lavrenses. Quem tão pouco desconhecerá o valor e prestigio comereial do Coronel JOAQUIM MANUEL RODRIGUES LIMA, em Mucugê, negociante e capitalista, em cuja casa se realizaram importantes compras de partidas já preparadas para a exportação? E era um velho respeitavel e de valor que nascera em Bom Jesus do Rio das Contas e viera explorar o commercio de Mucugê, logo após sua descoberta em 1844?

E o velho PRÓPERCIO ANTUNES DOS SANTOS, aqui falecido com mais de 90 anos, tambem comerciante em Mucugê, onde seu velho pae advogava, e como comerciante empregava grande capital em diamantes e carbonados, tendo por seu comitente aqui a casa bancaria CARDOSO & BARROCO?

E aqueles que empregavam suas atividades como corretor de negocios de joias e brilhantes, junto a importantes joalheiros daqueles tempos, TIBURCIO KELSCH, francês de origem mas brasileiro e bahiano de coração, tendo aqui constituido familia bahiana, e de grande posição social?

Qual a familia que se interessasse por uma joia ou uma prenda para presente a amigo ou afeiçoado, que o não procurasse para lhe ouvir os conselhos e conhecer o verdadeiro valor da prenda a oferecer?

E o JOSE TORRES, (Jisé do Café) que se transformou em grande comprador de pedras e joias, tendo além disso officina para qualquer trabalho perfeito em ouro, platina e prata, além de ser

grande comprador de partidas de brilhantes que aqui chegavam do interior (Lavras).?

E o velho GALLO JUNIOR, joalheiro e relojoeiro com CARLOS FURST, que de professor de piano e relojoeiro em Lençóes passou a importante negociante desta praça e aqui faleceu?

E o joalheiro F. FIGUEIREDO, tambem, grande conhecedor de pedras preciosas, tendo junto ao seu estabelecimento de joais, seus filhos que o auxiliavam no comercio. Era de origem portugueza e por esses sempre procurado.

E os negociantes BERNARDINO VIANNA e seu irmão, socio do velho capitalista ANTONIO CARDOSO, antigo comprador de diamantes, carbonados e brilhantes, em cuja casa efetuavam-se serios negocios para exportação?

Quanto aos corretores, isto é, aqueles que diariamente se collocavam nas esquinas Catilina e Café Cabral, a espera dos freguezes para a venda, troca ou aquisição de pedras para uma joia qualquer, eram conhecidos:

O velho A. COUTINHO, grande lenço de seda no pescoço, pronto para servir aos seus comitentes, sempre delicado e pilherico.

ANTONIO PODESTA', grave e serio. Bastante procurado e afreguezado.

E o Cadete PEDRO AMORIM, brigão, mas de atividade rara no negocio. Transformou-se afinal em cultivador de flores, adquirindo uma chacara em Brotas, onde cultivava com carinho varias orquidéas, de valor, pelas quaes tinha verdadeira mania, tal qual o negociante F. ARAUJO, do Trianon, pelas palmeiras e suas variedades, importando-as da Bélgica, Alemanha e até da Asia e tambem as nossas do Pará e Amazonas.

Além desses contavam-se outros como MARQUES PORTO, o SEIXAS do Correio, SERAFIM MARQUES, ACILINO TAVARES, todos ativos e sempre dispostos a servir aos seus freguezes —

E assim, devo repetir, recordar esses nomes é integra-los na memoria dos que nos virão a ler; é voltar atraz, é despertar lembranças numa evocação de saudades de casos passados e peripecias ocorridas e revividas agóra.

Não pretendo ser infalivel. Já velho e passados tantos anos, é possivel que me tenha esquecido de varias outras personagens de destaque, no manejo dos negocios dos diamantes, carbonados e brilhantes nesta Capital e nas Lavras. Tudo, porém, que aqui deixo é a expressão da verdade e não poderá ser contestado.

Hoje poucas firmas se ocupam dos negocios de diamantes e carbonados. Que eu saiba só a firma BARRETO DE ARAUJO, já antiga e de grande prestigio na praça.

Ha tempos pedira ao amigo JULIO GUEDES, meu patricio do Mucugê para se ocupar de um trabalho analogo a este que aqui deixo; mas ele não pode leva-lo a efeito, por ter falecido —

Na Revista do Brasil escreveu, entretanto, alguma coisa.

DISCURSO

Pronunciado pelo Dr. Braz do Amaral na Homenagem especial prestada pelo Instituto Histórico ao Dr. José Joaquim Seabra, seu grande bemfeitor em sessão de 5 de Fevereiro de 1943.

Faz precisamente cincoenta e sete dias que tive ocasião de falar no Rio de Janeiro junto ao corpo do bahiano ilustre cuja memória nos reúne hoje aqui, perante patreios e filhos de outras regiões deste país.

Vejo-me arriscado, portanto, a repetir um pouco o que disse naquela sessão da câmara ardente da Casa da Bahia. A homenagem ali feita, devemos, em grande parte á boa vontade do Exmo. Interventor Sr. General Renato Pinto Aleixo, demonstração do respeito que elle dedicava ao nobre morto, feita não só na Capital Federal, mas ainda aqui e de maneira mais ampla.

E não sómente o que se denomina a obrigação do protocolo, mas a de quem se interessa déveras, de quem não apenas manda, mas vai em pessoa, o que quer dizer tudo.

O Instituto Histórico convidou os presentes para dar uma prova pública de gratidão ao seu benfeitor, por entender que ela devia ser profundamente cívica e solene como é seu sentimento.

E tem razão — Justifica este seu procedimento, por que a sua situação desafogada e possuidora de condições que lhe permitem apresentar-se decentemente entre as instituições congêneres deve-a ao Dr. Seabra.

Se não fosse a confiança do Governador e a necessidade que a Bahia tem de uma obra continua de estudos históricos e de ensino é certo que não poderia achar-se hoje aqui.

Por isto reconhece os favores recebidos.

Quer que fique um esboço biográfico deste filho notavel da Bahia para a posteridade, como prova a mais de que não esqueceu o que lhe deve .

O Dr. José Joaquim Seabra teve, nesta cidade, o seu nascimento, no lugar agora bem averiguado, onde desejamos fique uma lembrança perene da fonte de luz que foi a sua vida.

A Bahia faz-lhe isto como recompensa postuma, pelo amor que sempre demonstrou por ela, ao ponto de querer que aqui vissem repousar os seus despojos, retribuição á terra amada do que ela produziu.

O Dr. Seabra, durante os anos de sua longa existência, nunca deixou de ser uma personalidade forte, um homem corajoso e feliz, tanto pelo vigor das convicções do que abraçava, como pe-

los raios luminosos que a sua trajetória fazia admirar no espaço que percorria na vida.

O menino hauriu as primeiras golfadas de ar, aos 21 dias do mês de agosto de 1855, na residência de seus pais José Joaquim Seabra e D. Leopoldina Alves Seabra, numa casa da rua do Uruguai, freguezia dos Mares.

Tinha muitos irmãos e irmãs.

Eram quatorze.

Familia portanto numerosa e pobre, honesta e cristã.

Tinha inteligência privilegiada e seus mestres logo a conheceram e procuraram aproveitar.

Foram êles o professor Urbano Monte, que lecionava numa casa situada à Calçada do Bonfim, ali próximo, e depois o Dr. Guilherme Rebelo que dirigia um colégio no local onde está agora a Escola de Belas-Artes, sitio que se chamava naquele tempo Caminho Novo.

E depois foram seus professores de humanidade, alguns dos quais ainda conheci como colegas meus do Ginásio da Bahia, Aureliano Tosta, Carneiro Ribeiro, o eloquentissimo Conego Emilio Lobo, orador sacro primoroso, Odorico Odilon e outros.

Todos êles tiveram influência sôbre a alma jovem, no seu alvorecer, pois muitos dos que encontramos, às vezes trinta e quarenta anos depois, como a mim tem acontecido, conservam vestígios do que lá deixamos, o que percebo quando citam palavras, gestos, opiniões, juízos críticos sôbre julgamentos, do mesmo modo como ficam no barro os sinais dos dedos do estatuários que lhe deu forma, vida e expressão.

Feitos os seus estudos preparatórios, mais simples e mais seguros do que os de agora, ordinariamente mais aparatosos e complicados do que profundos ou sólidos, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1873, onde fez curso brilhante, sempre com as notas de distinção, até bacharelar-se em 1877.

A Faculdade deu-lhe uma nota especial, que equivalia a um prêmio para o aluno cujo valor reconhecia excepcional.

Chegando aqui, depois de formado, exerceu o lugar de promotor público e também exerceu o magistério particular.

Foi quando o conheci, ou pouco depois disto, examinando-me em Retorica, na Faculdade de Medicina, onde se realisavam as provas das matérias de humanidades.

Voltou ao Recife para obter o grau de doutor que era necessário para ingressar no magistério superior, como pretendia. Obteve êsse grau, inscreveu-se em concurso e foi aprovado. Tendo receio de que os colegas com os quais havia concorrido fossem mais favorecidos perante o govêrno, seguiu para o Rio de Janeiro e fez como eu devia fazer dez anos mais tarde, o trajeto do palácio de São Cristovão, na Quinta da Boa Vista, para solicitar justiça.

E, como a todos os que a pediam ao mais nobre dos brasileiros, ela não faltou ao moço candidato.

Era mais fácil falar ao Imperador nos dias de audiência do que a qualquer dos seus ministros; e numa galeria extensa, o so-

berano percorria a fileira dos que lhe levavam um memorial resumido, no qual estava exposta a questão.

O Imperador apertava a mão de todos, ouvia o que lhe dizia o pretendente, passava o documento a um camarista que o seguiu e assim atendia a todos, voltando muitas vezes, inteligente como era, se percebia que algum não ficára devidamente atendido.

O Imperador mandou rever as provas dos candidatos, adquiriu a convicção de que a de Seabra era a melhor e o nomeou substituto da Faculdade de Direito do Recife.

O substituto entrou em outro concurso para lente catedrático e foi provido na Cadeira de Economia Política, já em 1880.

Seus ensaios na tribuna judiciária, na promotoria da Capital, lhe haviam revelado as qualidades de orador fluente e persuasivo.

Suas aspirações políticas começaram então.

A mudança da forma de governo se fez de maneira que a muitos não pareceu a melhor, nem a que se devia esperar, pelos processos de livre ascensão popular.

O Brasil havia dado uma demonstração de como se tinha elevado na prática dos acontecimentos semelhantes aos dos países democráticos e cultos.

Tinha dado uma prova de civilização adiantada.

Uma questão importante, a mais notável que podia agitar uma nação que vivia da agricultura, se levantára nos meetings, na imprensa, nas ruas, havia agitado todas as classes. Dominára todos os espiritos, subira ao parlamento, ganhara, como se fosse na Inglaterra, todas as atenções e surgira como solução sem demora, impondo-se ao trono e mostrando ao mundo como já se faziam as leis da nação brasileira.

Foi a questão abolicionista.

Não era de esperar então que a mudança da forma de governo fosse também por uma lei da nação?

Cometeu-se uma falta grave, uma omissão, mas isso não prejudica os princípios nem desacredita o povo.

O erro tinha sido dos abolicionistas exaltados, e também da pessoa por quem o poder era exercido, que não moderou a lei, no ato de sancioná-la.

Simão Bolívar, o grande libertador dos povos desta península meridional do Novo Mundo, tinha feito uma profecia confrangedora, nos últimos tempos da sua curta e gloriosa existência.

E ela se confirmou no primeiro século depois de proferida.

Aquí, nós havíamos tido uma época agitada no tempo da Regência, mas depois o país tinha atravessado um período longo de paz e de ordem assim como de um progresso lento, mas seguro.

Logo após a proclamação da República surgiram as pretensões, as ambições e as lutas, esboçando-se ao mesmo tempo o vício da autoocracia dos americanos latinos, um pouco análogo ao das crianças gulosas, que tanto mal tem feito, não somente à vida, como a dignidade dessas nações.

O Dr. Seabra apresentou-se candidato e foi eleito para a assembléa que devia dar uma Constituição ao Brasil.

O novo deputado tinha uma natureza combativa era muito inteligente, moço, ardente e apaixonado.

Havia sido diretor da Faculdade do Recife e não admira que fosse admirador entusiasta do marechal Deodoro, proclamador da República.

Ele foi um dos signatários da nossa Carta Magna de 1891.

Num dos movimentos contra a autoridade do marechal Floriano Peixoto, que sucedera a Deodoro da Fonseca, foi envolvido o Dr. Seabra.

Muito ativo para se retratar, foi preso e conduzido com alguns outros para Cucuí, logarejo situado no alto Amazonas, na fronteira com a Venezuela.

Sofreu longo período de reclusão e desterro.

Na sua oposição ao marechal Floriano teve a coragem de denunciá-lo perante a Câmara dos Deputados, com Jaques Ourique e Vicente do Espírito Santo.

Quando rebentou a revolta da esquadra o deputado Seabra estava no couraçado "Aquidaban", navio chefe do pronunciamento que foi capitaneado pelo almirante Custódio José de Melo.

Tinha sido demitido de professor da Faculdade do Recife, cargo obtido por concurso, prelúdio da formula de não reconhecimento de direitos adquiridos que veio a predominar mais tarde.

Daquele navio seguiu no paquete inglês "Danubio" para o Rio da Prata.

Estas questões, a sua bravura diante dos perigos e das adversidades o recomendaram como um lutador de tempera forte.

Nunca foi subserviente nem acomodaticio, suportando os revéses com o humor que mostrava nos dias de triunfo.

Não era do seu temperamento a hipocrisia nem a renúncia de uma causa por interesses seus de qualquer espécie.

Não era da massa de que se fazem os homens lígios.

Durante o período angustioso em que fôra demitido do seu cargo de professor, os estudantes do Recife, com aquela coragem e desprezimento que a nossa mocidade das escolas mostravam em certas passagens da vida dêste país, impediram a realização de outro concurso para substituí-lo, com atos de comedia alguns, e outros com manifestações próprias da gente allaneira e valorosa que era.

Foi anistiado, invalidada a demissão e Seabra voltou ao Recife, onde a mocidade lhe fez grandes sinais de apreço e carinho.

Como professor de Direito era sinceramente democrata.

Trazia tais idéias na consciência desde o tempo do Império e as sustentava com vigor e energia.

As agruras pelas quais havia passado nos primeiros tempos da República haviam apurado esses sentimentos e por êles se levantava desde que qualquer sintôma de cesarismo apontava na arena política da pátria, aliás, de acordo com a emulação de todos os homens novos e dos espiritos mais adiantados e progressistas.

As classes militares daquele tempo estavam à frente de tais anhelos de perfeição liberal.

Durante a época da campanha de Canudos chegára até o delírio o entusiasmo pela fé republicana e haviam desconfiado de sebastianismo até onde não o havia, como aconteceu aqui.

Nem rei nem ditador, dizia-se então.

Os militares que conservavam viva a responsabilidade que sobre a sua classe pesava pela proclamação do novo regimen, promessa de uma ordem de coisas menos centralizada do que a do Império e mais liberal, sentiam como ofensa ao seu pundonor qualquer sinal de tendência á forma monárquica, ou domínio de um só, pois não fôra para isso que declaravam ter destruído o trono.

Nada de poder pessoal, exclamavam todos.

Julgava-se noutro tempo que não deviam ser as leis de receita e despesas dos países feitas pelos membros de seus governos costumes originados na Inglaterra pela necessidade de impedir que os reis aumentassem o número de seus homens d'armas, afim de impôr o seu despotismo sôbre a nação. Este costume de ouvir os filhos do país não servos era constante tambem entre os povos latinos, mesmo entre as monarquias mais absolutas, ora sob o nome de Estados Gerais, ora sob o de parlamento, ora de côrtes; e até nos tempos do govêrno colonial portuguez entre nós, quando governadores e vice-reis convocavam os homens bons ali na Câmara Municipal, célula máter das liberdades públicas, ao toque do sino existente na tórre, para que êles dissessem as quantias com que podiam concorrer para ocasiões extraordinárias, como guerras e desgraças públicas.

Nas câmaras tornava-se então necessário que um deputado assistisse a essas reuniões como órgão de confiança do govêrno, para esclarecer e explicar o pensamento da administração aos representantes do povo que é quem paga.

Era preciso um indivíduo dotado de prática parlamentar, de tática nas discussões, de delicadeza especial, assim como o da sagacidade e firmeza, e de provada capacidade intelectual, para bem satisfazer êste mandato.

O Dr. Seabra possuia estas múltiplas qualidades em porção tal que se tornou admirável a sua passagem na Câmara, no cargo de *leader*, nome que tinhamos dos ingleses, para significar êste posto.

No parlamento brasileiro o Dr. Seabra exerceu o lugar de *leader*, ora se revelando como mestre de direito, profundo conhecedor emérito de tôdas as subtilezas da matéria, vigilante para surpresas das votações, ativo, tolerante, sofredor, ousado e capaz de compreender todos os segredos da alma humana, no meio de tantos caracteres diferentes, de tantas inteligências agudas, tôdas mais ou menos preparadas, uns altivos, outros sonsos e dissimulados.

A's vezes levantando-se mordaz e irônico, liquidava um caso por uma frase cáustica ou um dito de espírito, de cavaleiro de salão, fino e educado, que sabia tratar com as mulheres e dar opinião sôbre o modo de pôr um véu, ou julgar sôbre a forma de um penteado.

Por tais requisitos que possuía e que despendia á granél, o Dr. Seabra foi um "leader inegualável durante o govêrno de Campos Sales, que tantos serviços prestou à dignidade, assim como ao crédito dêste país.

Foi chamado depois para auxiliar o Sr. Rodrigues Alves, na pasta da Justiça, e o fez com brilho e lustre inapagáveis.

Reorganizou a justiça local, tendo por base a justiça singular na primeira instância, melhorou a colônia correcional de Dois Rios e melhorou a Escola Correcional Quinze de Novembro para meninos pobres e menores desamparados.

Criou a Guarda Civil, assim como fez reorganização da Polícia Militar; aperfeiçoou a Penitenciária e a Casa de Detenção; mandou representar o Brasil no Congresso Médico de Lisboa e no de Milão; reconstruiu o Asilo de Alienados, os edificios da Escola Politécnica e do Tribunal do Júri, do Arquivo Nacional, cuja mudança ordenou para o edificio em que se acha; empreendeu as obras do prédio da Faculdade de Direito do Recife e a reconstrução da Faculdade de Medicina da Bahia, quasi completamente destruído por um incêndio em 1905; as obras da Biblioteca Nacional, do Sylogeu Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Letras. Convidou o engenheiro Pereira Passos para renovar o Rio de Janeiro.

Mais de qualquer outro serviço, porém, o Brasil lhe deve o saneamento do Rio de Janeiro.

De 1850 a 1900 a febre amarela matou naquela cidade 60 mil pessoas.

Os portos estrangeiros não podiam receber navios partidos dali e de Santos, senão depois de purgarem quarentenas.

Havia-se chegado ao ponto de tratar do fechamento dêsses portos à emigração.

O ministro Seabra chamou o Dr. Oswaldo Cruz para dirigir a Saúde Pública, pelas noticias que tinha de sua grande capacidade e preparo no laboratório de Roux.

Foi a luta da vida contra a morte, da saúde contra a doença.

A saúde triunfou:

Entretanto custou.

As medidas de Oswaldo Cruz provocaram sentidas recriminações e até rutura de relações de amigos pessoais e políticos.

Resistências graves se manifestaram, tanto neste caso como em virtude da vacina obrigatória.

Afinal êste esforço foi recompensado quando se verificou a verdade e se tornou evidente que o tifo icteróide desaparecia.

Em 1904 já pudemos concordar com o Uruguai, a Argentina e Paraguai em extinguir as quarentenas e cordões sanitários, assim como em não fechar os portos aos navios, nem interdita-los.

Antes de deixar o ministério quis o presidente Rodrigues Alves nomeá-lo ministro do Supremo Tribunal, cargo muito bem remunerado, mas o Dr. Seabra recusou por parecer que não se sentiria bem naquela posição por tantos, aliás, tão desejada.

O Dr. Seabra, e isto honra-o tambem muito, foi o presidente

esforçado e cuidadoso da comissão encarregada de elaborar o Código Civil.

Saindo do Ministério foi candidato a uma vaga no Senado pelo Estado de Alagoas, mas, apesar de ser feita a eleição pelo processo do voto descoberto, tinha tantos e tão poderosos adversários que não foi reconhecido.

Tomou parte muito ativa na campanha civilista, pleiteando a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, e estremeceram-se suas relações com Ruy Barbosa.

No curso da sua vida política foi combatido e várias vezes sustentou fragorosas questões com Severino e José Marcelino.

O marechal Hermes o chamou para a pasta da Viação e, como na pasta da Justiça, a sua ação foi construtiva e fecunda.

Fez a reforma tanto da rede das estradas de ferro do Ceará e da Bahia, como a das estradas de Santa Catarina e do Paraná e os prolongamentos de Petrolina a Teresina, tendo assim o Piauí a sua primeira linha-férrea. Do mesmo modo, os prolongamentos da do Rio Grande do Norte e de Caxias, no Maranhão e a do alto Araguaia, assim como a de Madeira e Mamoré.

Reviu as tarifas da rede do Rio Grande do Sul, mandou continuar ali as obras encetadas, assim como as Docas da Bahia que havia conseguido no tempo em que era ministro da Justiça; ainda cuidou das obras do porto de Pernambuco, e de Jaraguá; da estrada de Maricá a Friburgo e da de rodagem Rio-Petrópolis.

O projeto grandioso de atravessar o Brasil com uma estrada de Pirapora a Belém do Pará ficou relegado para outros tempos, desde que êle deixou o ministério, pois o açambarcamento e revesamento na cadeira presidencial tiveram sempre como um dos objetivos o imperialismo político e econômico, donde resulta a situação de colônia para tudo que está de Minas para o Norte.

Foi depois desta nova série de serviços que o Dr. Seabra pôde realizar o seu antigo sonho de vir governar a sua terra natal.

Ninguém poderá negar que a sua administração tivesse sido extremamente profícua e útil ao torrão que lhe foi berço.

Tomou posse em 29 de março de 1912 e foi acompanhado por um homem de labor e talento, o engenheiro Arlindo Fragozo, êle foi o iniciador da renovação da cidade.

Abriu a Avenida Sete de Setembro, quasi tôda asfaltada, reformou o palácio da Aclamação, ou antes, concluiu as obras do palácio da Aclamação, no local em frente ao ponto em que se fizera a proclamação da República, em 1889.

Abriu a Avenida Oceânica, construiu o edificio da Imprensa Oficial, e o da Biblioteca, reconstruiu a estrada de ferro de Nazaré e a prolongou até Jaguaquára, creou a guarda civil, assim como a Assistência Pública, mandou elaborar o Código do Processo e o Código Civil do Estado, remodelou o bairro comercial e a Praça Deodoro, que era um lamaçal, fato este que data do seu tempo no ministério da Viação. E também a Avenida da Jequitiá.

Tendo encontrado a renda do Estado em 12 mil contos, deixou-a aumentada em quatro anos para 23 mil e 500 contos.

Dentre as suas reedificações nenhuma tem o valor histórico da reedificação do palácio do Governo, atualmente chamado Rio Branco, por ser este o nosso monumento dos bons e dos máus dias.

Alí se passaram os acontecimentos públicos mais notáveis da vida colonial desta pátria brasileira, desde a sua formação.

Dalí saíu cercado por uma escolta de soldados estrangeiros um governador, D. Diogo de Mendonça, valente, gloriosamente vencido, e um outro, o nosso primeiro vice-rei D. Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão, reuniu e combinou alí a restauração portuguesa, com os notáveis, apesar da ameaça dos terços espanhóis da guarnição, e dali partiu prêso para o reino, onde a honestidade do seu patriotismo foi reconhecida.

Alí o general Madeira de Melo exultou nos dias em que as suas tropas obtinham vantagens e alí deplorou o sítio em que o encerravam cada dia mais, na época heróica da Independência, na terra em que ela se fez, não com gestos e frases mas com os sacrifícios e o **sangue de um povo**, que são as coisas probantes do valor de uma nação, e as que as enobrecem.

Numa de suas salas o conselheiro Almeida Couto reuniu os homens políticos, dos partidos liberal e conservador do Império, para dar-lhes conhecimento da notícia recebida sobre a proclamação da República, mostrando-lhes os telegramas que tinha relativos ao fato e a expulsão da família imperial.

Em todo o tópo daquela colina as pedras falam.

E na colina, ao lado direito, está o edificio da Câmara, célula mãe das liberdades dos países latinos; e mais adiante, à vista, o lugar em que se levantou a primeira séde da Igreja do Brasil e um pouco além a casa em que primeiro se ensinaram crianças brasileiras a lêr.

A hygiene da cidade melhorou muito e o seu aspecto do mesmo modo.

Por serviços análogos a municipalidade do Rio de Janeiro lhe deu o título de cidadão, a mais alta honra que podia conferir-lhe.

Foi um dos fundadores da nossa Academia de Letras.

Nunca possuiu haveres e, quando era governador, em um dia primeiro do ano declarou que os seus recursos pecuniários estavam reduzidos a oitenta mil réis.

O Dr. Seabra era um crente.

Dizia mesmo que algumas vezes tivera inspirações e sonhos propícios.

Em certa ocasião o Estado sofreu um insulto.

A todos parecia que se devia repelir a fôrça com a fôrça e preparativos já tinham sido feitos e ordens já haviam sido dadas neste sentido, quando o secretário Arlindo Fragoso me comunicou desejar falar-me o governador, vendo eu então um telegrama recebido por êle tão desabrido que raiava pelo desafio.

Fui nessa hora encarregado de enfrentar a situação, para o que contava com os elementos que tinha trazido havia pouco do

Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa e outros do nosso próprio Arquivo da Bahia que tinha separado.

No correr dos entendimentos consegui mostrar como tinha sido precipitado o acontecimento violento e descobri, por frases perdidas e conversas, particularidades que me espantaram.

Quando voltei, praticamos longamente e cotejando datas e circunstâncias, com as informações e coincidências, chegamos à conclusão de que tínhamos estado à beira de uma cratera de cujos perigos nos havia livrado o tino devido a inspiração que êle me referiu, tivera de repente, porque ficou averiguado ter sido premeditado o golpe, por pessoa imperiosa e cruel, indiferente a direitos e desgraças que iriam recair sôbre pobres sertanejos, suas mulheres e seus filhos.

Num livro que escrevi por essa época se encontra a narração do acontecimento sem as explicações que dou agora.

Em outra ocasião me chamou o Dr. Seabra da Europa, para confiar-me a direção de uma campanha no curso da qual tive o desgosto de desagradar ao Exmo. Dr. Epitácio Pessoa, presidente da República, e conheci como era terrível a sua cólera quando se irritava.

Apesar das contrariedades resultantes da situação em que ficou o governador, o Dr. Seabra não transigiu e me apoiou em toda a linha.

Num outro livro encontrará quem quizer conhecer como isso se desenrolou, os documentos que provam o que estou enunciando, na correspondência entre os três, assim como na do ministro da Justiça, Dr. Alfredo Pinto, presidente da Conferência dos representantes dos Estados.

Devo também acrescentar, como satisfação à verdade, que vinte anos depois, um interventor aqui, que não era filho da Bahia e foi adversário político do Dr. Seabra, impediu que ela fosse desmembrada, tanto pela atitude decidida que assumiu perante a agressão iminente, como pela energia com que sustentou o caso perante o governo provisório, sem desfalecimentos. Foi o major Juracy Magalhães. Ninguém o póde dizer melhor do que eu que servi com ambos à mesma causa.

A gloria do Dr. Seabra é tão grande e os seus serviços à Bahia são de tal ordem que por mais que outros tenham feito, nada prejudica referir a verdade, nem diminue isso o fulgor do astro.

A resistencia que o Dr. Seabra opôs ao desmembramento da Bahia no tempo do governo Epitácio custou bastante, porque tendo sido êle quem resolveu em favor do Dr. Epitácio a apresentação do seu nome por todas as correntes da politica, quando se tratou de sua candidatura, êste o vetou nos entendimentos para a eleição presidencial de quem lhe devia succeder.

Foi nessa ocasião que o Sr. Raul Soares confabulou em Petrópolis com o presidente, resultando dessa conferência o telegrama que a comissão executiva do partido da Bahia recebeu do senador Bueno Brandão, sôbre êste delicado assunto.

A candidatura do Dr. Artur Bernardes fôra resolvida e o país tornou a ficar sujeito a uma nova série de revesamentos no poder, como se a autoridade numa república pudesse ser monopolizada por uma região do país, para que sómente ela gosasse dos benefícios produzidos pelo trabalho de todos os brasileiros, em estradas, progressos, protecionismos industriais, etc.

Se êle tivesse querido entrar em conchavos com o politica mineira, gosando vantágens consideraveis, é certo que as teria, assim como a amizade do govêrno central.

O Dr. Seabra lançou-se na opposição, unindo-se a Nilo Peçanha, apesar de saber que iria ter grandes dificuldades.

Os candidatos livres, Nilo Peçanha e Seabra, percorreram o Brasil fazendo a propaganda das suas pretensões, e agitaram a opinião nacional, segundo os moldes americanos.

Durante as administrações do Dr. Seabra deram-se alguns acontecimentos dignos de relevo, que provam a sua honestidade e desprendimento.

Um dêstes casos foi o do Franco Hipotecário e Agrícola.

O governador chamou os deputados e senadores e lhes expôz cruamente toda a situação para que a levassem ao público, pois, como declarou, era governador do Estado e não protetor de negociatas.

As suas disposições de franqueza e sincera democracia foram diversas vezes postas à prova, como no caso seguinte.

Agitava-se nas camadas populares reclamações sôbre a carestia da vida, acusando-se negociantes e, como sempre acontece nos países, livres, envolvendo tambem o govêrno em tais anormalidades.

Uma manifestação imponente era esperada e quando êle se aproximava, o official que comandava a guarda do palácio formou-a, para impedir a entrada dos manifestantes.

O Dr. Seabra, das janêlas, mandou retirar a guarda e recebeu sozinho a massa popular.

"O governo que sóbe nos braços do povo não se arreceia do povo, gritou êle" avançando sem guardas.

Os propósitos da gente que vinha em attitude quasi hostile se transformaram em enorme ovação.

Entre a sua primeira e a segunda administração o Dr. Seabra exerceu o mandato de senador pelo seu Estado.

Havendo combatido a candidatura do Dr. Artur Bernardes como fizera, o Dr. Seabra teve de vencer sérias contrariedades, de modo que sofreu, durante duas administrações federais seguidas, a má vontade central.

Acabou seu mandato sob "estado de sítio", decretado pelo govêrno central e deixou o país seguindo para o Rio da Prata.

Dali foi para Europa onde passou algum tempo.

Entretanto no Brasil, começava a campanha chamada Liberal e nela tomou parte ativa, como chefe ardoroso e valente, conforme o fora em todos os tempos.

Estava nessa atividade de oposicionista quando se precipitaram os acontecimentos que culminaram com a revolução de 24 de Outubro de 1930.

O Dr. Seabra fez parte de um tribunal de exceção dos creados após o movimento triunfante.

Não era do seu gênio, nem estava nas suas predileções tal função.

O tribunal não parece ter apurado culpas graves, pois, algumas pessoas que tiveram os seus bens e de suas famílias interditados sob a suspeita infamante de haverem se locupletado com as riquezas públicas, souberam, depois de alguns meses que fôra suspensa a interdição sem que houvessem solicitado isso como favor, ou de qualquer modo.

Quando foram convocados os brasileiros para eleições, afim de colaborar numa constituição, êle apresentou-se e foi eleito, pelo que fez parte de segunda constituinte da República.

E continuou representando o seu Estado depois, até que findou êste período a vida política do Brasil.

Como representante estava em opposição e a sua attitude, apesar de bastante idoso, foi a do homem bravo de todos os tempos.

Com o desassombro que havia caracterisado sempre a sua ação de deputado e senador, lutou contra a opressão com o destemor que o havia recomendado ha mais de quarenta anos e verberava o que lhe parecia repreensivel e prejudicial ou indigno.

Declarava não poder aceitar como democracia senão o que entendia sel-o pela demonstração de fatos.

E, mais tarde, quando esses acontecimentos tornaram-no incompativel com o que julgava não ser útil ao Brasil, conservou-se afastado de uma politica á qual não podia dar o seu concurso.

O Dr. Seabra desaparece num período muito grave para todo o país e até para todo o mundo, que se encontra num ponto em que se bifurca o caminho, numa encruzilhada entre o despotismo e a liberdade, a civilização e a barbaria.

Não nos sobram homens de talento, ou de valor, ativos e resolutos, desprendidos e bravos.

O Dr. Seabra que possuia uma intuição fácil, uma concepção nítida dos objetos que chegavam ao seu conhecimento, assim como distinguia rapidamente o interesse dos homens, tinha, do mesmo modo que todos os que formaram a sua educação politica em épocas de livre exame, uma forma de apreciação larga que pode divergir, em vários pontos, das praticas usadas em épocas diferentes. Sentia repugnancia pela tirania.

Como aquele rei que tinha oitenta anos e tinha vencido oitenta batalhas, êle desaparece quando o povo que amava mais carece de um chefe habituado ás lutas.

Onde encontrar a iniciativa, o vigor, o hábito da administração?

O Dr. Seabra gosou até o fim da existência de plena lucidez do espírito, de energia e vibração, como poucos têm aos quarenta anos.

Discutia com força, estabelecia as suas premissas e tirava as suas conclusões.

Falava e gesticulava, pois era grande a sua resistência organica

Aquele homem tinha formado o seu espirito e se havia educado numa crença e respeito aos direitos e liberdade de pensamento e da palavra que conservou até o ultimo suspiro esta dedicação intelectual e politica na alma e no coração.

A éle sabia, entre nós, a qualificação que os ingleses davam a Gladstone " o nosso grande velho".

Sôbre nós já pesa a dor do holocausto ao sombrio Moloch nas centenas de vitimas imoladas áquela sinistra divindade deante das nossas praias.

Por isto penso que nenhuma oração funebre será mais grata aos numes do homem ilustre do qual nos despedimos do que exorar aos grandes responsaveis, aos poderosos da terra para que moderem as suas ambições num sentido liberal e humano, afim de se poder esperar que o pranto das mães e o sangue que se fôr esvaindo nas florestas, nos desertos de areia ou de neve, nos pantanais, nos navios, desta primavera sagrada que é a nossa mocidade, impelida para o sacrificio e a morte, segundo os presagios da mensagem tragica e verdadeira do presidente Roosevelt, façam surgir a aurora da redenção real e completa dos desventurados que em todas as partes do mundo pagam taxas arbitrárias e sofrem, oprimidos, sem direitos, sem liberdades e sem representação!

THEODORO INTIMO

FALESTRA REALIZADA PELO CONFRADE DR. ARNALDO
PIMENTA DA CUNHA, NO INSTITUTO GEOGRAFICO
E HISTÓRICO DA BAHIA, EM 7 DE JANEIRO DE
1942

O menino de cor escura, que nasceu a 7 de Janeiro de 1855, sob os tétos sagrados da capelinha do Engenho Canabrava, município de Santo Amaro, no Estado da Bahia, tomou o nome de Theodoro, não só por ser o dia consagrado a S. Theodoro, monge — também porque, Theodora se chamava sua avó paterna, sendo sua mãe, Domingas da Paixão, cativa do coronel Manoel Lopes da Costa Pinto, Barão e depois Visconde de Aramaré, que a herdara do tio, Manoel Lopes Rabelo.

Quando a escrava "Amingas" assim mudára de senhor, Theodoro ainda não tinha vindo ao mundo, e, antes d'ele, Domingas dera à luz outros filhos: — Martinho, Ezequiel e Matias, de paternidade diferente.

Por parte de mãe e pai, Theodoro só possuiu uma irmã — Clotilde — que, se casando com Miguel Estacio Moniz, tivera 22 filhos.

A Clotilde, seguiram-se duas outras irmãs maternas de Theodoro: — Maria Madalena, que nasceu em 22 de Julho de 1868, teve um filho e está viva, e, Maria do Patrocínio, que possuiu oito filhos e faleceu em 24 de Dezembro de 1921, fôra três outras — Maria Emiliana, Maria Rita e Maria Santana — que morreram muito jovens.

Já tive ocasião de aludir, neste Instituto, à crônica de Humberto de Campos, notavel escritor, jornalista, homem de letras, que, como deputado pelo Maranhão, se tornára, na Câmara Federal, amigo, admirador e companheiro assiduo de Theodoro Sampaio, então deputado pela Bahia.

Em página 121 do seu livro "SOMBRA QUE SOFREM", em oitava edição, denunciou o apreciado escritor:

"Theodoro Sampaio bebeu o leite escravo, na escuridão do peito materno... Com o produto do seu trabalho de homem livre, emancipou legalmente seus irmãos, e emancipou mesmo, conta-se, a sua própria mãe".

Ainda não vos posso afirmar, baseado em documento escrito,

se Theodoro nasceu escravo ou não. Do inquerito a que tenho procedido, quasi todos os informantes não o sabem declarar, e os restantes contestam-no. Entre estes, o provéto topografo Pedro Dias dos Santos, velho amigo e auxiliar dedicadissimo de Theodoro Sampaio — o primeiro nome que vem citado no "Relatório e Estudos para o novo abastecimento d'agua da cidade da Bahia" — mas que trabalhava, com o mestre insigne, desde 1888, nas várzeas de S. Paulo, — affiança e me diz, "que posso affiançar e dizer", ter sido Domingas da Paixão alforriada antes do nascimento de Theodoro, pois, este, não nasceu escravo.

Quando o honrado Sr. Pedro Dias concluiu essa afirmação, objetei-lhe: — mas Theodoro estava em pleno gôso de suas faculdades mentais e não contradisse às palavras públicas de Humberto de Campos, respondendo-me, prontamente: — fez mal o Dr. Theodoro Sampaio. E' que talvez não quizesse aludir publicamente a esta particularidade, por qualquer motivo que desconhecemos, disse-lhe, de minha parte.

A presença dêsse velho companheiro de Theodoro Sampaio, aqui, entre nós, representa a confirmação destas suas palavras.

Querem outros informantes, em número reduzidissimo, que Domingas e Theodoro, como succ^oera a Domingas e Raymundo, este, o escravo maranhense protagonista do grande romance (1) de Aluizio de Azevedo fossem "*foros à via*".

Ainda não consegui apurar qual das duas versões é verdadeira.

DISCREÇÃO E RESERVA

A reserva, a discreção e o silencio de Theodoro, diante destas palavras reveladas publicamente pelo seu colega, confrade e confidente, constituem obstáculo que não pôde ser afastado por simples informações, embora respeitáveis.

Junte-se a esta attitude a que elle já teve, certa vez, tambem silenciando, quando suas filhas leram-lhe o fato divulgado pelo vespertino "A TARDE", desta capital: — nem contestou, nem afirmou, fosse por simples palavras ou qualquer gesto ligeiro, que tivesse emancipado a própria mãe.

Acresce que, dia a dia, mais documentos apparecem, comprobatórios do que nos deu a conhecer o escritor maranhense.

OUTRA LIBERTAÇÃO

Assim é que, além da anotação de Theodoro Sampaio, referente à alforria de Martinho (1878), apresentei e aqui está, a carta de liberdade conferida a Matias (1884). Hoje, entrego-vos o original da carta dirigida por Theodoro Sampaio, em 13 de Mar-

(1) — "O Mulato" — Aluizio de Azevedo — Ao publicar este romance, teve o seu autor de deixar a terra natal para não ser assassinado, lê-se em Dunsheé de Abranches — "O Captiveiro" — Rio de Janeiro — 1941 — pag. 172.

ço de 1882, negociando com o Visconde de Aramaré, a libertação de Ezequiel, também seu irmão materno:

"Ilmo. Exmo. Sr. Visconde de Aramare.

Alagoïnhas, 13 de Março de 1882.

Meus cumprimentos a V. Exa. e a toda Exma. família a quem me recomendo, e por quem faço votos de prosperidade e saúde.

Minha mãe volta para ahi hoje, e é portadora desta carta, onde mais de uma vez peço a V. Exa. toda a sua proteção e amizade!

A minha promessa de libertar o Ezequiel tem de ser agora cumprida, apesar das dificuldades com que estou lutando, mormente em começo, como me acho de arranjos de casa e familia.

Peço a V. Exa. que faça a esse seu escravo um grande beneficio, minorando o preço de sua liberdade com aquella generosidade de que V. Exa. sempre tem dado provas, principalmente para conosco.

Tenho umas pequenas economias, de que vou agora lançar mão para esse fim, não me pesa, porque é despeza que faço com a maior boa vontade do meu coração e estou certa que a Providencia Divina não nos desampará.

Se V. Exa. acceder a esse nosso pedido, desde já proponho a transmissão para V. Exa. de duas apolices pequenas (2), ou então do dinheiro necessario, procedendo eu a venda das mesmas, o que será um pouco mais difficil, visto ser necessario para mim a nomeação de um procurador que disso cuide onde fôr de myster.

Aguardo resposta de V. Exa. e confiado na bondade que sempre o caracterizou, na sensibilidade do seu coração, que sabe avaliar o que são estas difficuldades, nos ouvirá e se dignará de responder-nos.

Meus respeitos a toda a Exma. familia.

Sou de V. Exa.

Am.º Obgdimo. Crd.º

Dr. Theodoro F. Sampayo".

DIFICULDADES

Não foram poucas nem pequenas as difficuldades e obstáculos que se me têm deparado, na obtenção de informações e documentos que vos tenho apresentado.

(2) — Apolices pequenas, chamava Theodoro as apolices da divida publica federal, de 500\$000. Estas apolices ele as tinha registadas no seu caderninho de notas, desaparecido em 15 — X — 1941.

Não quero com isto valorizar esforços, apenas expôr as causas que me impedem, até o momento, de esclarecer, perfeitamente, assunto como este.

A circunstância de se achar nêle envolvido, como figura principal, um sacerdote de talento; a mistura de côres entre pessoas que se tornaram respeitáveis; a ignorância de outras que ainda vivem e seriam as melhores informantes; os assentamentos de escravatura desaparecidos ou destruidos por ordem superior; o tempo já decorrido, são estorvos e embaraços que vos apresento e diante dos quais tive de lidar, deter-me e de elucidar.

Não posso, não devo nem quero trazer, aqui, informações que se não baseam em documento hábil, verdadeiro e escoimado de dúvidas.

Vejamos exemplos como o próprio

NOME DE DOMINGAS

Por mais de uma informação escrita e de valor, a mãe de Theodoro Sampaio chamou-se Domingas da Paixão do Carmo. O nome, porém, que o filho deu a gravar, em 8 de Fevereiro de 1881, no seu pergaminho de engenheiro-civil, pela Escola Politecnica do Rio de Janeiro, foi, apenas — Domingas da Paixão, com o qual sempre se referiu a seus Filhos.

O genro de Theodoro Sampaio, o prestimoso Sr. Luiz Antonio de Lacerda, disse-me que, a pedido de seu sôgro, extremamente desejoso de classificar-se eleitor, em 1934, para levar o voto ao eminente brasileiro Otavio Mangabeira, seu colega, amigo e coestadoano, apresentou requerimento de certidão de batismo ao Arcebispo, em certa manhã daquêle ano, sendo satisfeito pela tarde do mesmo dia.

O nosso presado confrade, o reverendissimo padre Manoel Barbosa, até hoje não conseguiu encontrar estes assentamentos de balismo.

Recorri a outro prestimoso sacerdote e amigo, sem lograr melhor exito.

Ofereceu-me o Sr. Luiz de Lacerda, o titulo eleitoral, mas, nêste documento, que vos apresento, lê-se: Theodoro Fernandes Sampaio, filiação Domingas Silva.

Em vez de esclarecer, aumentou a confusão e, com ela, cresceu o trabalho.

Procurei ver o assentamento de casamento e nêle está declarado (Nota A) — ser o nubente filho natural de Domingas da Silva.

A primeira vez que vos falei aqui, em data aniversária da morte de Theodoro Sampaio, desapareceu da mesa, daquela sessão solene, um caderninho de notas particulares, escritas do punho do nosso grande morto.

Era uma preciosidade histórica.

Por êstes exemplos e ocorrências imaginai dos inumeros contratemplos que se me têm apresentado!

Domingas, chamavam a progenitora de Theodoro Sampaio na "casa grande" ou sobrado; "Mingas", tratavam-na carinhosamente muitos dos seus companheiros lá do eito; "Amingas" para uns, "Aningas" para outros, nomeavam-na, cá em baixo, na "senzala".

Domingas, a "ama" que servia, no sobrado do engenho Canabrava, à família dos Costa Pinto e, na dependência da sacristia, ao capelão da igreja, era graciosa e inteligente.

Verdadeiramente bonita de rosto, era elegante de fôrma e trajava-se muito bem.

Recordava uma Cypris ou Marpho, de azeviche ou ebano, sem cadeias aos pés — para mostrar a subordinação das mulheres a seus maridos (puro simbolismo) mas, tendo cadeias nos pulsos — que é outro símbolo representativo da sujeição das escravas aos seus senhores...

Não era a esbelta escrava como a deusa dissoluta e pagã, filha do Céu e da Terra, porém, descendente de pais africanos, igualmente cativos, pertencentes à raça *Gêge*.

O capelão do Canabrava, adorador das Musas, sectário de Mercúrio, em tôda a sua eloquência e perfeição literária; dedicado a Minerva, como deusa da sabedoria, das ciências e das artes; também era beato de Phebo, lá nas alturas, e de Apolo, cá na terra. Empunhando a lira, desejava, dedilhando-a, percorrer o zodíaco, a versejar, no coche do Irmão de Diana, afrontando a própria Vênus...

Domingas, a escrava donairoza, não possuía como aquela deusa do amor, o cinto mágico e inspirador de paixão amorosa, tinha, entretanto, a magia do porte e elegância tais que, se não estabeleceram o pomo da discórdia, agradavam aos que a viam, seduziam e atraíam aos que lhe estavam próximos e chamava a atenção de todos.

Domingas, a genitora de Theodoro Sampaio, à semelhança e Emília, a mãe-preta de Dunshee de Abranches, possuía "colsetinos e alto, braços roliços e forneados, terminando em pulsos finos e delicados, tornozêlos esculturais, pés pequenos que mal tocavam o solo".

Em S. Luiz do Maranhão como na Cidade do Salvador da Bahia, teciam-se romances, urdiam-se enrêdos, preparavam-se mexericos, em tôrno dessas escravas e outras não menos formosas da época.

Ao contrário de Luiza Mahim, mãe de Luiz Gama, que era africana, pagã, recusando a doutrina cristã, — baixa, irrequieta e vingativa; Domingas da Paixão, mãe de Theodoro Sampaio, era brasileira, batisada, adotava o cristianismo, — era alta, ponderada e generosa.

Ambas eram laboriosas e dedicadas aos seus filhos.

Tinham ainda de comum a formosura, a cor da pele e a altivez do olhar.

Seriam, na expressão de Fuller — como imagens de Deus talhadas no ébano.

Dos olhos destas duas escravas, diria, Castro Alves:

“São ardentes, são profundos
Como o negrume do mar”! (3)

Se os de ambas eram “cheios de alvoradas”, os de uma eram “mansos como o lago”, e os de outra eram “bravos como as ondas colossais do mar”.

No poema do grande poeta bahiano Pethion de Villar (4), encontram-se versos que se poderiam dirigir a ambas, dotadas que eram de:

“Olhos resignados de supliciadas, (4)
De um luzir profundo”.

Se os de Luiza Mahim aparentavam ser:

...“olhos do Outro Mundo”; (4)

os de Domingas da Paixão mostravam-se:

“Mestos, anodinos
Calmos de aleluia, doces de luar”,
..... (4)
Cheios de mistérios, cheios de miragens
Sobrenaturais”.

Impressionaram tanto ao confessor do engenho Canabrava, também orador notável, escritor de mérito e poeta de valia, que dèles e de outros atrativos da elegante serva, ficou cativo.

E' que: SPIRITUS PROMPTUS EST, CARO AUTEM INFIRMA (5).

Todos queriam bem a “Amingas” e todos a elogiavam.

Sempre de bom humor e discreta alegria, respeitosa e humilde, era sagaz, ativa e sincera.

Quando se sentiu, além do cativo:

“Prêsa ao céu — pelo desejo,
Prêsa à terra — pelo amôr”;

ela, a confessada, “não queria a terra — sem amôr”, êle — o confessor — “não queria sem Deus — o espaço”...

(3) — Castro Alves — “O Gondoleiro do amor” — Dama negra.

(4) — “O poema dos olhos” — Pethion de Villar — pseudônimo do Dr. Egas Moniz Barretto de Aragão.

(5) — O espírito é pronto, mas a carne é fraca.

Então, um deles, ou talvez ambos, completariam a quadra, repetindo os versos finais:

“Que importa! é tua vontade?
Pois seja feita, Senhor!”

.....

Dez anos mais tarde, o pai de Theodoro se transfere para S. Paulo; torna-se capelão da freguezia de Pinheiro; manda-o buscar, internando-o em colégio afamado. Mas, por causa de ser dipsomaníaco, é dispensado da capelania, suspenso de ordem, e por fim interdito *a sacris*.

Morreu em 15 de Dezembro de 1874.

.....

O filho, três anos depois, já engenheiro civil, a que precederam um curso brilhante e vicissitudes sem conta, vem à terra de nascimento, após ausência de 13 anos, para reconhecer os seus parentes, passando-se a cena tocante que vos contei, sob o título — VISITA A' TERRA NATAL. Ao depois, na antiga Rua dos Paços, presentemente Lindolfo Muniz, na cidade de Santo Amaro da Purificação, em casinha hoje arruinada, instalou a sua progenitora, que ali morreu, em 10 de Dezembro de 1891, aproximando-se, êstes versos, das últimas palavras que pronunciára:

“Deus — recebe a pecadora!
Filho — recebe êste adeus!”.

E o filho — digno, amoroso, dedicado, a respeito do qual perguntára Humberto de Campos:

“Onde é que se encontra, em Plutarco ou Cornelio, em Xenofonte ou em Jeronimo, varão romano ou grêgo, pagão ou cristão, que tivesse, na sublimidade do gesto, superado êste santo do nosso tempo?... Onde se viu, entretanto, uma criança partir das portas do cativo para a liberdade, e, livre, reunir as moedas do seu salário para redimir a própria mãe, libertando-a para o seu amor é para o mundo?”

Talvez em Amélia, lembramos, a liberta maranhense, alcunhada de “Princesa da Calçada do Açougue” — *irmã de leite e criação* do jurisconsulto Dunshee de Abranches — que, “repe-lindo sistematicamente todas as propostas de casamento ou de sedução, respondia, que só pensaria em amôres no dia em que tirasse a sua mãe do cativo” (7). — E Amélia, que tomára o mesmo nome de uma irmã de Dunshee, abrindo uma quitanda

(7) — “O Captivo” — Dunshee de Abranches — Rio de Janeiro — 1941.

nos baixos do sobradinho onde morava, ajudada por dois irmãos que já libertára, trabalhando desde a madrugada até o anoitecer, vivia em incessante labuta, absorvida pela paixão dominante de ganhar dinheiro, completar a quantia de um conto e duzentos, para alforria de sua mãe, serva que era da espôsa de Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, depois Visconde de São Luiz do Maranhão.

Tentou-a, na capital maranhense, nas vésperas de S. Benedito, quando o menino Dunshee, de 6 anos de idade, na companhia de sua irmã Amélia e de Emília (a filha de Emília) êles três, que haviam "sorvido o leite dos mesmos seios bemfazejos e fecundos", foram levar esta quantia (duzentos mil réis, mais do que a importância pedida) dentro de uma pequena caixa de tataruga, sendo regeitada por D. Evarinta Serra (tia do grande abolicionista Joaquim Serra) que lhes disse:

"Agora, não! Não posso dar a alforria, porque, Emília é quem me trata nas minhas doenças, e, como vamos para a Côrte, nestes dias, preciso que me acompanhe, e lá então (8) decidirei com ela o que desejas".

Conseguiu-a Amélia, no Rio de Janeiro, para onde seguiu, dois meses depois: — só, resoluta e confiante. Obteve-a, no mesmo dia em que ali aportou, do Senador Nunes Gonçalves, à revelia de sua mulher (9). Escreveu o representante maranhense a carta de liberdade de Emília, "sôbre a mesa da portaria do Senado" (10). Volta Amélia, radiante, para S. Luiz, acompanhada de sua mãe, já liberta como ela, e diz, ao saltar: — "Agora, sim; é que vou saber o que é o amor!..." (10).

Theodoro Sampaio, sereno, discreto e superior, poderia responder, por sua vez, áquelas palavras simbólicas e finais de sua genitora, de longe — pois se encontrava em São Paulo — lembrando-se de sua origem humilima e exemplificadora, mas servindo-se dos versos de Pethion de Villar, rebento de estirpe fidalga:

"Ao embate das mágoas e das lidas"

.....

... "um consôlo resta, apetecido, (11)

Que dentro d'alma uma aleluia entôa,

A paz celeste do dever cumprido".

(8) — O grifo não está no original. Foi colocado para chamar a atenção do leitor.

(9) D. Evarinta Serra — casada com Antônio Marcelino Nunes Gonçalves.

(10) — "O captiveiro" — obr. cit. pág. 15.

(11) — Pethion de Villar — (Dr. Egas Moniz Barretto de Aragão) — "Sonetos comemorativos" — Últimas estrofes.

DEVER A CUMPRIR

Ao traçar, neste Instituto Histórico, a biografia de Theodoro Fernandes Sampaio, teria de cumprir o dever de falar de sua procedência.

Ao estudá-la, ouvi de alguns informantes, ser Theodoro, pelo seu porte, pela sua elegancia e pela sua distinção, de origem nobre, embora ilegítima, e o nome do Visconde de Aramaré era o indicado, em primeiro lugar. De outros respeitáveis cidadãos, escutei que, Theodoro, nascendo na capelinha do engenho Canabrava, sendo educado e protegido por sacerdotes, referindo-se como fez, publicamente, às gratas recordações que guardava do bonroso padre Joaquim Pinto — êste seria o seu progenitor...

Cumpri o dever de esclarecer, embora pelo alto, que nem uma nem outra destas versões é verdadeira.

Não foi outra a minha intenção, neste templo da História.

Ouvi, depois disto, de terceiros, que mal andára eu aludindo a esta procedência de Theodoro.

Este, discreto como era, não a occultou de seus filhos, e se nunca escreveu o nome do seu progenitor, em seus caderninhos, mesmo os de notas particulares, tomou-lhe entretanto o sobrenome.

Cumpro o dever de continuar, respeitando êste sentimento filial, também não o declinando.

SERENIDADE — TOLERANCIA — BONDADÉ

Uma das características de Theodoro Sampaio era a *delicadesa*, sentimento mais raro que a finura e mesmo de maior mérito, porque, não se acompanha da malícia, nem da dissimulação como muitas vezes acontece a esta. Também o *aticismo* e a *urbanidade*, que são a delicadeza e o bom gosto na linguagem, permitindo-lhe falar em estilo culto, escrevendo com esmero, praticando ações e usando maneiras elevadas. Igualmente a *serenidade* e *moderação*, virtudes que lhe davam tranquilidade de espirito e regulavam suas paixões: — serenidade que reluzia no seu próprio semblante — moderação que se revelava no desassombramento de animo. Da mesma forma o *comedimento* e a *lisura*, em falar pouco e com moderação e no agir com sinceridade e franqueza. Também era *tolerante* em sofrer o mal e *indulgente* para aquêlle que a praticava. Tinha, ainda, a *brandura* e a *docilidade*, pertencendo a primeira destas qualidades à indole e a segunda a vontade. E, estas virtudes, sobretudo a tolerância, são caridades da inteligência.

De todas elas Theodoro nos deu exemplo, aqui, nesta Casa, concordando inicialmente com o erro alheio, para ir fazendo depois, "pequenas restrições atenciosas e timidas, até dar o interlocutor na certeza do seu engano, mas sem poder atinar em qua

momento fôra corrigido, deante dos rodeios que buscava para as suas contestações" — (12).

Enfim, a *bondade*, que êle conhecia desde a origem da palavra *bonitas* até a sua aplicação entre os homens, pois, a sua natural inclinação era fazer o bem e não causar dano a ninguem.

Parecia querer praticar, a todo instante, a sentenciosa expressão que Virgílio, imaginosamente (13) poz na boca de Dido:

"Havendo experimentado as desgraças, tenho aprendido a compadecer-me dos infelizes e por isso a favorecer-los".

Com tamanhos e raros predicados veio a fazer parte, por mais de um decênio (1925—1936) da administração da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, como consultor (1925 a 1932) e como definidor (1933 a 1936) sendo, ora Mordomo das Obras, ora do Hospital Santa Izabel, durante a longa Provedoria do desembargador Newton de Lemos.

Nêste posto, u'a manhã estava em conferência com o Diretor do Hospital, o illustre confrade Dr. Aristides Novis, que com Theodoro Sampaio se irmana em tantas qualidades apontadas, de serenidade e moderação, comedimento e lisura, docilidade e brandura, quando, pelo gabinete investe, certo elemento de responsabilidade, mas incoerente e imoderado, para dirigir contra o serviço palavras que não eram nem protesto nem reclamação, mas antes manifestações de paixão e desvario, retirando-se da mesma maneira intempestiva como entrára, sem se anunciar, também sem se despedir, deixando perplexos, tanto o médico como o engenheiro, ambos ilustradíssimos, delicados e bondosos. E o diretor voltando-se para o mordomo pergunta se lhe parecia ter-se andado bem, em não revidar aquelas palavras? Respondeu-lhe este: — o Sr. andou-se muito bem, portou-se perfeitamente e como devia. Este fenômeno que presenciamos é mui frequente em certos animais. Procure observar, como eu já tenho observado, em cocheira bem situada, limpa, arejada; abastecida de ração abundante, água boa e capim fresco; sem insetos importunos, com bastante espaço, em completo estado de higiene, como, de repente, um dos quadrupedes se zanga, e exaspera, salta e rincha, mordendo e escouceando, virando-se e revirando-se, para, logo depois, repentinamente, tornar-se manso e alegre! ... Tal fenômeno, comum nêstes animais, que não reagem contra o companheiro assim excitado e como que eletrizado, toma o nome de *onda dos cavalos*. Tenho que, em alguns homens, o mesmo fato se

(12) — José Wanderley de Araujo Pinho — Discurso pronunciado em 16 — XI — 1937, na sessão funebre realizada no I. G. H. da Bahia — Revista n. 64 — página 202.

(13) — Dicionário da Fabula — DIDO.

verifica, e, provavelmente, a passagem de uma destas ondas, foi o que acabamos de assistir.

Em tais casos, não seria mal aproveitar a lição que a natureza deu àquêles animais.

Antes, já havia apresentado este

OUTRO EXEMPLO

Em meiado do ano de 1921 — pelo vespertino "A TARDE" de 30 de Junho, publicava, sob o título — MELINDROSO PROBLEMA — artigo em que expõe, as excusas já apresentadas, antes, por carta, ao Intendente municipal, dos motivos que tinha, para não fazer parte de uma comissão de inquérito para apurar a falta de moralidade de certos membros do magistério municipal, porque, o caso em apreço, como êle o compreendia do ponto de vista da Intendencia Municipal:

"é um mal doméstico, da natureza dos casos de familia, que só, em casa, com a fôrça da moralidade da mesma se liquidam, e se liquidam sem escandalo, sem rebates, sem clamor, como em familia se liquidam certos casos escabrosos que a dignidade dela exige",

começando êste artigo por dizer que, tais fatos, por certo, não existiriam si outras foram as condições de solvabilidade do tesouro municipal, porque: — "Quando, em casa, a miséria entra pela porta, diz o prologoio popular, a moralidade salta pela janela".

UM PARECER QUE NÃO PUDE SEGUIR

Em uma das tardes de Maio de 1924, achava-se em nossa casa, na varanda do fundo, em palestra com Theodoro Sampaio, quando se anuncia a presença, na salêta de espera, do Dr. Frederico Ferreira Pontes, que desejava falar-me.

Pedi licença ao Dr. Theodoro Sampaio e fui atendê-lo.

Vinha, aquele illustre colega, escolhido pelo esforçado governador Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, para Intendente do município da Capital, convidar-me para ocupar aquele posto, no referido município.

Respondi, logo, ao Engenheiro Frederico Pontes, agradecendo a honraria, mas recusando o cargo.

Estava Theodoro Sampaio a relatar-me, sumariamente, assuntos principais ligados ao convite que pouco antes me fizera e a que anuíra, para servir de árbitro, em pendência sua, com o Estado da Bahia, que avocára o contrato que fizera com o Município da cidade do Salvador, para realização dos serviços de abastecimento de água e esgotos, desta cidade, quando fomos assim interrompidos.

Retirando-se o embaixador-emissário do Governador Góes Calmon, voltei a ter com o Dr. Theodoro Sampaio, desculpando-me da ausência ligeira, dizendo-lhe do motivo da visita, e, sem lhe revelar o meu juízo, pedi a sua opinião. Respondeu-me:

"meu Amigo, estava a sua porta para obter o seu patrocínio, num caso que iniciado com a Municipalidade, passou a ser do Estado, mas, sinceramente falando, não desejava vê-lo neste posto"...

Não foi porém necessária a minha intervenção. O Tribunal arbitral não se fez preciso.

Passaram-se os tempos... Seis anos depois, achava-me na fronteira do Uruguai com o Brasil, quando sou convidado, pela terceira vez, para o cargo de prefeito do município desta Capital.

No estrangeiro, fóra dos acontecimentos que se processavam no Brasil, sem notícias pormenorizadas e exatas do que ocorria em nossa querida Bahia, dei a resposta que consta do Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, transcrita, aqui, logo depois, pelo vespertino — "A TARDE", de 13 do referido mês de Dezembro.

E, lá, em Rio Branco, vila uruguaia, fronteiriça e longínqua, entre telegramas que se contradiziam, de parentes meus, recebi o de minha prezadíssima Mãe, cabograma que Theodoro conheceu.

Ao regressar, chegando ao Rio, lá estava Theodoro Sampaio — Visítamo-nos. Entregou-me, pouco antes do meu embarque, a seguinte carta, que só a bordo vim a ler:

Rio, 6 de Dezembro de 1930.

Meu caro Pimenta.

Saúda-o cordialmente êste seu velho amigo e lhe dirige estas linhas para lhe dar parecer que V. lhe não pediu. Como, porém, aos amigos é dado, às vezes, abusar da amizade, pois que sempre encontram escusas e até o perdão, fiado nisto e confiado na bondade de seu ânimo que sabe reconhecer quanto lhe quero e quanto o preço, é que venho lhe dizer: — não recuse a sua colaboração, no atual momento, ao Governo Provisório da nossa Bahia. Não se diga que os responsáveis pela revolução vencedora, ao procurarem gente para a República Nova, acharam-n'a e a convidaram a colaborar no novo regimen e que foi essa gente mesma que sistematicamente recusou a sua colaboração.

Não temos o direito de desconhecer a boa intenção com que êsses responsáveis apelam para homens novos, homens de capacidade provada e de inteireza de caráter, como V., para lhes entregar o governo ou para com êles repartir a responsabilidade da obra de restauração.

O Brasil precisa, na hora presente, que todos cumpram o seu dever.

Na Prefeitura, cargo que V. já uma vez recusou em go-

vêrno passado (14), pode V. prestar agora inestimável serviço à administração de nossa terra, até mesmo com reflexo precioso sobre a sua política.

Porque não auxiliar essa tentativa de renovação de costumes que os moços, os não contaminados do virus político, ensaiam agora no país? A História não perdoará jamais aos esquivos, aos obstinados, a falta do seu concurso na hora em que êle se tornou mais necessário.

Não me causou admiração aquêle convite tão frizante que o Amaral lhe dirigiu e que os jornais publicaram.

Os fatos af estão e o explicam sobejamente. Chegou, portanto, meu caro Pimenta, a sua vez, isto é a vez do seu destino e ninguém pode fugir a êste. Vá; assumo o posto que o Governo lhe designa e faça mais êste sacrificio em bem da sua terra.

Bem sei que contra isso ha um coração amoroso que se arreceia de ver o filho bem amado exposto aos golpes e aos desgostos dos que entre nós lidam em funções públicas; mas aqui, meu caro Arnaldo, é o caso de desobediencia para melhor servir. O coração amantissimo, todo enfiado, toda prudencia, toda desconfiança, não vê o fato senão por uma de suas faces, a do sentimento affetivo e o seu caso agora é outro, é o da razão refletida que não deve fugir á responsabilidade, quando estas lhe chegam pela força do próprio merecimento seu.

Já uma vez fui de parecer contrario, por ocasião de convite idêntico (15). Hoje, porém, o caso é diverso e penso que V. não tem o direito de, perante a moral cívica, fugir ao posto de sacrificio que ora se lhe oferece.

Agora é servir.

Com um amplexo affetuoso me despeço, com melhores augúrios, desejando-lhe boa fortuna.

Seu am.º Velho.

(a) *Th. Sampaio.*

Os documentos transcritos em Nota B, mostram os motivos pelos quais não pude seguir o parecer do meu saudoso amigo Theodoro Sampaio.

THEODORO SAMPAIO NA BAHIA

(Algumas referencias)

Algumas referencias, tão somente, desejaria oferecer-vos, da permanencia de Theodoro Sampaio na Bahia. Unicamente, algumas", repetirei, porque, a respeito de Theodoro Sampaio, muito se escreverá porque muito e melhor se terá que dizer.

(14) — Referia-se Theodoro Sampaio, ao convite do Governador Góes Calmon.

(15) — Aludia Theodoro ao fato que, antes narrei.

O que vos tenho aqui trazido e estou a carrear, eu bem o sei que não é material de qualidade para formar a primeira pedra no monumento ao grande engenheiro e também arquiteto, mesmo porque, esta, já foi aqui colocada, pelo artista da palavra, como é o Dr. José Wanderley de Araujo Pinho. Poderá servir, depois de peneirado, lavado, selecionado, talvez, para formação das "letemunhas" do lançamento desta pedra fundamental.

Em 11 de Abril de 1904, parte o engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio do Rio de Janeiro, com destino à Bahia, pelo paquete inglês "Thames", afim de entabular negociações com o Conselho Municipal desta Capital, referentes ao abastecimento de água e saneamento da cidade, serviços que se propunha executar.

Hospeda-se, provisoriamente, em casa do seu cunhado, Dr. Antonio Moreira Maia, na antiga Rua das Portas do Carmo, hoje rua Alfredo Brito, por cima da então "Padaria Cadete".

Para a realização desses importantes melhoramentos apresenta proposta, em 28 de Abril de 1904, lida em sessão do Conselho Municipal, no mesmo dia, quando também foi distribuída às Comissões.

Em 7 de Maio daquêlê ano publica, no "Diário de Notícias", órgão bahiano, artigo explicativo, sob o título "A proposito de esgotos", precedido de carta do engenheiro José Antonio Costa, ex-secretário de Agricultura e Obras Públicas. (*)

Foi esta a primeira divulgação que fez do momentoso assunto, que o trouxe à Bahia e aqui o deteve por um quarto de século.

Muda-se, entre meados e fins de Junho de 1904 para a "Bela Vista do Cabral", atualmente rua "Gonçalves Dias".

I

Nesta rua existem as casas de numeros 7 e VII. Nesta (de numeração romana), residiu Theodoro Sampaio, de 22 de Junho de 1904 a 6 de Dezembro de 1905, recebendo, em 28 de Fevereiro de 1905, o diploma de socio efetivo da "Escola Commercial da Bahia" e, em 30 de Agosto posterior, o de socio efetivo-remido, do "Instituto Politécnico da Bahia".

Dall saía para dirigir e coordenar providências e esforços referentes aos estudos e projetos que o trouxeram a sua terra natal.

Estas preocupações foram aumentadas, em Março de 1905, com as obras de reconstrução do edificio da Faculdade de Medicina. Em 19 de Maio seguinte assina com a Municipalidade o contrato do serviço de saneamento e abastecimento de agua desta Capital, transferido, mais tarde, à firma social "Theodoro Sampaio & Paes Leme".

Nos aposentos tranquilos desta modesta casinha, Theodoro Sampaio prepara os documentos e redige o "Relatório" que apre-

(*) — Vide documento encadernado — 7—I—1942.

senta com os "*Estudos para o novo abastecimento d'agua da cidade da Bahia*", transcrevendo, inicialmente, as seguintes palavras de abalisado profissional:

"O padrão exato da civilização de um povo está na sua capacidade de diminuir a mortalidade. ∴ O cuidado da saúde física da raça não cede o passo ao dever de prover-lhe a educação intelectual. . . . Ao contrário, robustez, sobriedade e bôa saúde devem existir no homem. . . . Considere-se tambem que a saúde não é só o capital do jornaleiro, mas ainda essencialmente necessária aos guias do pensamento humano; porque é da capacidade física de trabalhar que depende, não só a quantidade, mas principalmente a qualidade do esforço intelectual".

Queria o eminente engenheiro bahiano, com elas, justificar que: "OS MELHORAMENTOS IMPORTANTES AO SANEAMENTO DO MEIO LOCAL DEVEM, PORTANTO, PRECEDER A QUAISQUER OUTROS, PORQUE SÃO A GARANTIA DA EXISTENCIA DA COMUNIDADE, E, PODE-SE DIZER, SÃO O GERMÊM DO PROGRESSO DE UM POVO NO MATERIAL COMO NO INTELETUAL".

Neste relatório, o engenheiro Theodoro Sampaio, aludindo ao abastecimento dagua "imperfeito e insufficiente" da capital bahiana, *descreve a sua "TOPOGRAFIA E GEOLOGIA"*, dividindo-a, sob o ponto de vista técnico em *zona baixa*, desde o nível da maré mínima até a cota 25; *zona media*, compreendida entre as cotas 25 e 50; *zona alta*, para as cotas acima de 50 metros. Quanto ao "*CLIMA*", tambem transcreve esta opinião do ilustre catedrático de medicina, Dr. Rosendo Aprígio Guimarães, após vinte anos de observação: — "ajuntando a esses e outros desfavores do clima a falta absoluta de higiene, a deficiencia da alimentação, sempre adulterada e falsificada, a natureza duvidosa da agua de beber, que resumbra do chão terro-humical não de rochas graníticas ou silicosas, lixivia quasi exclusiva da chuva, mal cuidada, sem nenhuma beneficiação, a consciencia nos dirá que a capital da Bahia é um vasto hospital, cujo enfermeiro é Deus Todo Poderoso". De referencia à "*POPULAÇÃO*" especifica que a recenseada em 1871 era de 129.100 almas para todo o Municipio da capital e não para a Cidade propriamente. Declara que, em 1899, quando publicou a "Carta do Reconcavo da Bahia" consignou a população, em 1896, para o municipio da Capital, como sendo de 232.396 habitantes, entretanto, pelo recenseamento havido, ela é de 205.813, para o ano de 1900, repartidos, em 1905, por 18.158 predios, situados: — 12.282 na Cidade alta; 4.467 na Cidade baixa e 1.409 nos Suburbios. Referindo-se ao "*ABASTECIMENTO D'AGUA ACTUAL*" (1905), iniciado que foi em 1853, pela "Companhia do Queimado", lembra que ela deveria canalizar as aguas do riachão Negrão, do rio Camarogipe e da Fonte da Telha,

não o fazendo, até 1870, quando teve a primeira novação de contrato, sendo a segunda em 1880. O seu manancial mais antigo — *Queimado* — nunca foi consideravel; podendo abastecer até... 1.000.000 de litros diarios, fornecia, em 1905, apenas 100.000. O *Camarogipe*, — com as “novissimas obras nêle realizadas” proporcionava, diariamente, 6.000.000 de litros. Dos “*RESERVATÓRIOS E FILTROS*” relatou que êles permitiam, em 1905, na estação principal, o abastecimento de 5.692.000 litros, repartidos: — 3 milhões na cota 77, 280 mil na cota 41 e 2 milhões e 413 mil litros na cota 39, todos estes numeros expressos em cifras redondas. Os filtros existentes, notou Theodoro Sampaio, não tinham capacidade suficiente para o volume dagua que se diz distribuido diariamente. Da “*REDE DE DISTRIBUIÇÃO*”, com o desenvolvimento de 53 quilômetros, constituida, em 1905, por encanamentos de ferro fundido dos diametros internos de 40 centímetros, no maximo, a 6 centímetros, no minimo, apresenta um quadro discriminativo dos seis diamantes diferentes, com suas dimensões correspondentes.

Para obviar estes inconvenientes e insuficiencias propunha Theodoro Sampaio a “*REFORMA E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO D'AGUA EXISTENTE*” capitulo que principia dizendo:

“Um bom serviço de abastecimento d'agua ha de preencher as seguintes principais condições: ser a agua a distribuir de boa qualidade e de quantidade suficiente, o seu fornecimento feito do modo mais comodo para o consumidor, e sendo a importancia das respectivas obras bem como as despesas de conservação mantidas dentro de limites convenientes e divididas com justiça entre os individuos beneficiados”.

E as “Obras novas” projetadas, foram divididas em duas categorias: as de immediata execução e as de realizações ultteriores, quando reclamadas pelo futuro desenvolvimento da população, porque, explicava Theodoro Sampaio “um serviço de abastecimento dagua não estaciona nunca”.

Com referencia à “*quantidade dagua*” a ser fornecida diariamente, adotara a de 20 milhões de litros, ou a media de 100 litros por habitante, dos quais 7 a 8 milhões procedentes do “*Camarogipe*”, e do “*Queimado*” e os restantes dos novos mananciais que vão ser captados. Baseando-se nos 15.000 predios suceptiveis de abastecimento, divididos em sete classe, de 10 a $1\frac{1}{4}$ de “*pennas*”, e no coeficiente de 11 pessoas por predio, a quantidade dagua total e diaria, seria de 16.500.000 litros.

Dos “*mananciais a captar*” dizia que “o *Saboeiro*” e o seu afluente “*Cascão*” serão retidos cerca de dois quilometros acima de sua foz, em cota de nivel superior a 10 m. O *Cachoeirinha* será colhido logo acima da primeira cachoeira, na cota 14,5 e o *Pituassú*, que é o tronco principal, na cota 12.

Destes, apresentamos a fotografia de um só — o “*Saboeiro*”

— não por ser o mais importante, pois é o terceiro na ordem decrescente de capacidade, em época de estiagem (5.270.400 no Pituassú — 3.456.000 no Cachoeirinha — 2.592.000 no Saboeiro e 691.200 litros no Cascão), mas, por motivo intimo, que será exposto, mais adiante.

Uma "nova estação de bombas", seria construída na Bolandeira, entre a ponte do rio das Pedras e o mar, com as respectivas baterias de filtração.

O engenheiro fiscal de então, Dr. Epaminondas dos Santos Torres, illustre presidente d'este Instituto, cargo que exerce em substituição a Theodoro Fernandes Sampaio, ressaltando, de logo, o prazo demaziadamente curto para exame de um projeto de tal natureza, notou:

— que os mananciais a captar não satisfazem as exigencias do abastecimento de uma cidade, cuja população é, pelo proprio contratante, calculada em cerca de 200.000 almas, cujos serviços apenas beneficiam a ... 15.000 predios ou 165.000 almas, admitindo o coeficiente 11, por habitação, de acôrdo com o que adota o contratante;

— que as experiencias feitas em 11, 20 e 25 de Outubro de 1905, época que não é a de maxima estiagem, permitem a media adotada de 12 milhões de litros.

Terminava, dizendo:

— que os mananciais a captar não são suficientes e que são precisas novas captações;

— que se faz necessário e imprescindivel o calculo completo da rede de distribuição.

As ESTAÇÕES DE BOMBAS existentes, eram em numero de duas: — uma — que Theodoro Sampaio diz situada no Queimado, outra no Retiro. Na estação do Queimado, a bomba existente, era de simples efeito; de dois cilindros conjugados; de autor desconhecido, acionada por motor de 80 cavalos. Na estação do Retiro, duas bombas estavam instaladas: — uma mais nova (a melhor que possuia a Companhia) e outra de tipo antigo, servindo apenas de auxiliar. A primeira era movida por uma maquina do sistema Compound, força de 80 cavalos, trabalhando noite e dia e consumindo diariamente duas toneladas de carvão.

Mas, na capital bahiana, muitissimas vezes, por periodos não pequenos, a ausencia d'agua nos encanamentos e "pennas" era consequencia da falta de bombas, para a sua elevação e posterior distribuição por gravidade, e, estas, não funcionavam, ou por falta de peças, quebradas e em concerto, ou por falta de combustivel, isto é, de dinheiro ou credito para sua aquisição.

Já vos transmitti, através de Theodoro Sampaio, estas palavras de abalisado profissional: — "O CUIDADO DA SAU'DE FISICA DA RAÇA NÃO CEDE O PASSO AO DEVER DE PROVER-LHE A EDUCAÇÃO INTELETUAL"... "E' DA CAPACIDADE

FISICA DE TRABALHAR QUE DEPENDE, NÃO SO' A QUANTIDADE, MAS PRINCIPALMENTE A QUALIDADE DO ESFORÇO INTELETUAL”.

Na Prefeitura da Capital, encontrei, em 1931, debitos escriturados e lètras emitidas pela Municipalidade, com prazos já vencidos, cuja origem provinha de velhos fornecimentos de combustivel para acionar estas bombas, a fim de que a população da Cidade fosse abastecida de elemento que é indispensavel à vida e ao trabalho; tambem havia debitos a professoras, em atrasos de 46 — 50 e 54 mēses de vencimentos; divida ao British Bank, de material escolar, fornecido ha cerca de 20 anos.

Procurado por todos estes credōres, como procurados foram os meus antecessores, tive de pagar-lhes. Não a todos, porém, a muitos. Só em 1931, da verba de “exercicios findos”, orçada em 500 contos, foram pagos 4.359:627\$031. Quasi nove vezes mais. Isto, atentai, de “*exercicios findos*”.

Fóra do governo, distante, fui publicamente acusado, de pagar dividas prescritas...

Interessante talvez seria relembrar os documentos publicos, por simples curiosidade histórica, em que estes mesmíssimos acusadores, com os adjetivos os mais louvaminheiros, se dirigiam à mesma pessoa quando esta, então, estava perto e no poder...

Já vos disse, aqui mesmo, da conduta honrada do Visconde de Mauá, que, falido, continuava a trabalhar e a pagar os seus debitos, exclamando sempre: “apesar de ter obtido quitação plena, tudo que me vier às mãos será para os meus credores”.

Tambem relembrei o que consta de paginas 100 da Revista n. 34 d'este Instituto Histórico, relatado por um dos clinicos que a cidade ainda venera, o Dr. José Francisco da Silva Lima, de referencia a outro honrado negociante bahiano que, entregando tudo que possuía aos credores, obteve “o quite” dos seus debitos, ficando sem um vintem. Partiu o falido para a Africa, donde voltou, tempos depois, à procura dos antigos credores, para lhes pagar o restante do que devia. Estes, admirados, respondiam-lhe: o senhor não nos deve nada; não lhe demos quitação? Não lhes devo nada, replicava o devedor, perante a lei civil; mas, perante a lei de minha consciência, sou devedor e quero pagar”.

Ainda o proceder de Theodoro Sampaio, neste Instituto, a primeira vez que aqui falou, declarando-se devedor ao benemérito secretário, João Nepomuceno Torres, de trabalhos prometidos para a Revista, que elle não pudera enviar. O conselheiro Nepomuceno Torres, cobrava estes trabalhos, a todo instante, como faziam com o seu dinheiro, os credores do Municipio. Morto o credor, Theodoro Sampaio honrou a sua palavra, pagou o compromisso com juros avantajados e não quiz a prescrição, e revisitas ha, que contēem 5 e 6 trabalhos seus.

Por fim, relembrarei o que escreveu o nosso grande e saudoso presidente, no seu testamento:

“Pego e recomendo aos meus testamentarios que

respeitem e satisfaçam os compromissos meus que se apresentarem com títulos creditarios”.

Titulos creditarios prescritos ou não prescritos, pedia e recomendava Theodoro que fossem pagos. Pois, não honrou êle, até sua propria firma, em caso excepcional, quando falsificada em documento, com o qual se levantou dinheiro, em estabelecimento bancario, em S. Paulo?!...

Assim procedem os homens de consciencia, pagando o que devem, como fez Theodoro Sampaio com os credores por serviços municipais — concernentes ao abastecimento de agua desta cidade, sem olhar o prazo decorrido, sem alegar prescrição.

Citarei, ainda, o que se passou com a divida da S. Paulo Railway ao Visconde de Mauá, pela construção da estrada de ferro Santos a Jundiá, Mauá, levou 10 anos questionando, no Brasil, para receber o seu dinheiro. No fim dêste prazo o Tribunal recambiou-o para Londres, e, lá chegando, alega o devedor a prescrição da divida, no prazo de 5 anos!... Foi isto um os motivos principais da falencia de Mauá, falencia que se tornou, na expressão do Visconde do Rio Branco, — um INFORTUNIO NACIONAL.

Relevai-me, Senhores, a dissertação sôbre êste assunto. E' que o serviço de abastecimento da agua e o saneamento da cidade, além da sua importancia, trouxeram Theodoro Sampaio à Bahia, com permanencia entre nós, por mais de trinta anos.

Ele permite e até encerra materia para grosso volume.

II

RESIDENCIA EM NAZARÉ

Da antiga rua da Bela Vista do Cabral, passou-se Theodoro Sampaio para o Largo de Nazaré, atual (Praça Almeida Couto, propriedade que depois pertenceu ao illustre medico cirurgião Antonio de Freitas Borja.

Aí residiu de 6 de Dezembro de 1905 até 18 de Dezembro de 1910, saindo, em 21 de Dezembro daquêlê anno, para entregar à Intendência Municipal, as plantas e os estudos a que se obrigara, por clausula do contrato que firmou em 19 de Maio de 1905, acompanhados do relatório a que antes me referi.

Neste recanto da velha cidade de Thomé de Souza, prepara e envia para a Revista da Escola Politécnica de São Paulo, que a publica nos seus numeros 27-28 e 30, circunstanciada noticia sobre o “Abastecimento de agua da Cidade da Bahia”.

Foi ter a esta casa, situada em esquina fronteira á “Maternidade Climerio de Oliveira”, em Março de 1909, um dos nossos mais illustres confrades — O Dr. Fernando Luz, pai — com ordem do cirurgião Dr. Pacheco Mendes, de preparar o Dr. Theodoro Sampaio para uma operação, assim como tratar de levar instrumentos e material cirurgico esterilizados.

Encontrou o Dr. Fernando Luz o eminente engenheiro-sanitário, há cerca de um mês com febre, dores no abdomen, na fossa iliaca esquerda, com flexão da côxa sobre a bacia.

Veio visitá-lo o seu grande amigo, compadre e notavel medico — Dr. Julio Xavier — residente em S. Paulo que, aqui chegando, — pensou em um abcesso da fossa iliaca, tendo alvitado chamar o Dr. Pacheco Mendes, em conferência, porque achava, só uma intervenção cirurgica resolveria o caso. O professor Pacheco Mendes aceitou o diagnostico, opinando pelo tratamento médico e, ver se a resolução da inflamação poderia se processar. Insiste o Dr. Julio Xavier pela intervenção e apesar de não ter o cirurgião certeza da supuração do fóco, accedeu em fazê-la.

O então cirurgião-ajudante Fernando Luz, no momento em que se dispunha, preparado de navalha, a raspar os pêlos do notavel engenheiro, ouviu, “entre bondoso e zeloso”, estas suas palavras: “ Saiba que é a primeira navalha que passa na minha pele” (16).

O cirurgião Pacheco Mendes, em visivel emoção, “porque não tinha a convicção da existência da supuração, como tambem sabia das dificuldades técnicas para chegar ao fóco supurativo sem abrir o peritoneu”, anestesiado o paciente pelo cloroformio e cortados os planos superficiais pela folha do bisturi, “abre os musculos e aponeuroses, chegando ao tecido celular properitoneal” (16). Nada de puz. O notavel cirurgião cearense olha o eminente médico paulista, este recomenda-lhe aprofundar o golpe, o que foi feito e quando, “com uma tentacacula atinge o fóco purulento”, dêle “jorra pús cremoso e amarelo, mais ou menos na quantidade de 250 gramas” (16).

Neste momento o Dr. Julio Xavier, voltando-se para o Dr. Pacheco Mendes diz, com manifesta alegria: “Apreciei a habilidade do cirurgião, meus parabens” (16), palavras que foram logo correspondidas por estas: “Felicito-o pelo diagnostico, está salvo o amigo” (16).

Daí em deante, foram os curativos feitos pelo nosso prezado confrade Fernando Luz, com a assistência do seu dileto mestre, até a cicatrização completa, manifestando-se, o nosso ilustre consocio e hoje cirurgião de igual ou maior nomeada que o mestre recém falecido, ainda encantado, pela prosa “sempre cheia de bondade, delicadaza e ilustração” do seu cliente de 1909.

NA RUA DA MISERICÓRDIA

De Nazaré mudou-se para a “Rua da Misericordia”, indo residir em edificio situado no local em que hoje funciona o Forum.

Aí morou quasi dois anos, de 18 de Dezembro de 1910 a 4 de Dezembro de 1912, em prédio no qual, antes, havia estabelecido o seu escritório, desde Setembro de 1906.

Das casas onde residiu Theodoro Sampaio, na Bahia, é esta a unica de que não pude obter uma fotografia.

A rua, como sabeis, foi alargada e demolido o prédio.

Eu havia encomendado à "Fotografia Gonsalves", que é a que melhor arquivo tinha, uma reprodução fotografica deste trecho de rua. Chegara a receber provas fotograficas da ex-Praça do Palácio. Escrevi ao seu proprietário, o habil artista cujo trágico desaparecimento lamentamos, mostrando-lhe o engano havido e renovando a encomenda com informações mais precisas. Estava aguardando a execução desta encomenda quando ocorreu o incêndio do prédio, a morte do artista fotografo e a perda de todo material.

Nesta casa faleceu Mathias, irmão materno de Theodoro Sampaio, em 11 de Setembro de 1911.

Dali o notavel historiador, indianista e geografo, manda para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o seu trabalho sobre "Os kraôs do Rio Preto no Estado da Bahia, com um vocabulário e uma carta etnografica"; para a Revista Santa Cruz, em São Paulo, envia a "Contribuição para a história da catequese e civilização dos indios do Brasil para o "Diario da Bahia" remeter o artigo sobre a "Carta Geográfica da Bahia". — Indicações — para o "Jornal de Noticias" a referencia à Cidade de Salvador", para a "A Tarde" de 15 e 16 de Outubro de 1912 as referências sobre "A igreja da Ajuda" e "Recordações da sua história antiga, escrevendo, a título de "Polemica e Reivindicacões", uma auto-biografia, resumidissima.

Assiste, contristadissimo, o bombardeio da Bahia, em 10 de Janeiro de 1912, quando foi incendiada a nossa rica e secular Bibliotheca Pública, fundada pelo Conde dos Arcos, com perda e saque de preciosissimos livros.

NA LADEIRA DE SÃO BENTO

Foi a casa em que Theodoro Sampaio mais se demorou, pois ali esteve, de 4 de Dezembro de 1912 a 26 de Setembro de 1930.

Dai safu, na noite de 3 de Maio de 1913, para pronunciar o seu primeiro discurso, neste Instituto Histórico, em substituição ao orador official.

Tambem ali recebeu, oito dias depois, comunicação de que tinha sido eleito orador e membro da Comissão de Revista e Estudos, ainda, nove anos depois, em 22 de Dezembro de 1922, a noticia de que fôra elevado à presidência do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Nesta mesma casa, actualmente de número 22, prepara, durante o periodo de 17 anos (1913 a 1930), vinte e cinco discursos que pronuncia neste Instituto, afóra dez memórias pareceres e comunicações constantes das suas Revistas.

Apresenta ao 5.º Congresso de Geografia dois trabalhos e duas cartas geográficas. Escreve para jornais 35 artigos sobre

assuntos técnicos. Por três vezes sae para saudar, em nome da Bahia, a Ruy Barbosa, Octavio Mangabeira e Miguel Calmon. Redige e pronuncia felicitações, em nome da sociedade bahiana, a Carneiro Ribeiro ao completar 80 anos de existência, ainda lecionando. Por três outras vezes ausenta-se para lêr os seus discursos, em sessões solenes, nos colégios Ypiranga, Maristas e Casa da Providência. Escreve e sai para pronunciar, em 3 de Fevereiro de 1918, oração celebre, no edificio do Gabinete Português de Leitura.

De uma vez, ali fui pelas 5 1/2 da manhã, a 29 de Novembro de 1919, tomá-lo para, na companhia dos Drs. Bernardino de Souza Bina Fonyat, Vital Santos Souza e Agenor Chaves (da Redação de "O Imparcial") fazermos uma excursão até o Monte — verdadeiro no seu aspecto e no seu nome, coroando-lhe a eminência a igreja de Nossa Senhora — localidade que mais sofreu da violência dos tremôres de terra, ocorridos na Bahia, de Todos os Santos.

Efetuamo-la em desempenho de incumbência do Instituto Histórico da Bahia, relatada que foi por Theodoro Sampaio, em páginas 103 a 195 da Revista n. 46.

Ali redigiu, entre outros documentos de valor, o de 16 de Fevereiro de 1924 (Nota C) cujo autógrafo, aqui deixo devidamente encadernado.

NO BANCO DOS INGLESES

Das casas que Theodoro Sampaio occupou, na Bahia, a da "Rua José Marcelino" n. 1, antiga "Banco dos Ingleses", era a única que foi de propriedade sua.

Habitou-a de 26 de Dezembro de 1930 a 14 de Outubro de 1937.

Na tarde, dali saí, na companhia de suas filhas, entrando no "Passeio Público". Sentaram-se a um banco. Theodoro lembrando-se de facto passado a cerca de 70 anos, disse-lhes: — menino ainda eu era quando, uma vez, tambem aqui nos sentamos — o meu velho e eu — debaixo desta mesma arvore, quando cáí próximo, um dos frutos desta mangueira, aproximando-se para apanhá-lo, um individuo idoso e doente, enquanto eu, menino e mais ligeiro, alcancei-o primeiro. O meu velho, fez-me porém entregá-lo ao velhinho que, immediatamente, comeu a manga, dizendo-me meu Pai — talvez estivesse com fome.

Nesta casa preparou Theodoro o discurso que proferiu, no dia 10 de Junho de 1932, na "Federação das Sociedades Portuguezas", em sessão solene realizada no Gabinete Português de Leitura, e, escrevia, ora aqui na Bahia, ora na ilha de Paquetá, ora na casinha da Rua Soares Cabral, capitulos concernentes á "História da Bahia", que era a sua preocupação maior, nos últimos tempos, quando a morte o colheu.

Redigiu, nesta casa, o seu testamento, datado de 17 de Maio de 1935 pelo qual “determinava e queria”:

“dos bens que couberem nos quinhões de minhas filhas Amalia e Corina, fique compreendida a casa de sobrado, á rua Banco dos Ingleses numero 4, em partes iguais e que os mais bens, que lhe couberem, sejam convertidos em apólices da dívida pública federal brasileira..... outrossim, determino e quero que estas minhas filhas, enquanto solteiras, morem em companhia de sua irmã Maria da Gloria, casada com Luiz Antonio de Lacerda”.

Esta vontade, porém, não pôde ser satisfeita, porque, de comum acôrdo teve de ser vendida a propriedade, sendo que, antes da morte de Theodoro, já cogitára o Snr. Luiz de Lacerda de fazer a propriedade em que reside, ao “Boulevard America”.

Tambem, de comum acôrdo e bôa harmonia resolveram as duas filhas de Theodoro Sampaio — Dd. Corina e Amalia — residir em aposentos confortáveis do Convento do Desterro.

UM DIÁLOGO EM SANTO AMARO

Numa bela e serena noite, em meados de Novembro de 1936, na cidade de Santo Amaro, que Theodoro não visitava por espaço de vinte anos, estavamos no terraço de nossa casa, quando vimos o traço luminoso, extenso e passageiro que deixava uma estrêla cadente — jaguabebê, como lhe chamavam os indigenas — tida pelos poetas como flôres do céu, despetalando-se nos campos celestiais.

Erguemos os olhos para o espaço indefinido em que cintilavam tantos “sôes sem numero” e tantos “mundos sem fim”, apresentando-se — nos outros astros, uns — no seu levante *paranatlontico*, tomando-se o termo, seja em sua *acepção*, isto é, considerando-se os astros que se levantam ao mesmo tempo que outros; seja, em sua definição, quer dizer, grupando-se os astros que bordam em igual instante o horizonte, levantando-se ou ocultando-se.

Citou, então, o sabio santamarense, estas palavras de frase latina que, durante certa epoca, constituiu enigma sagrado:

TAURUS DRACONEM GENUIT, ET TAURUM DRACO;

pela qual o Touro se ocultando dá nascimento ao Dragão que por sua vez engendra o Touro.

Lembrei-me do que escreveu Ovidio — para mostrar que de todos os animais, só o homem tem a fronte erguida e somente êle contempla o firmamento constelado, a cismar e a olhar para cima, “sentindo a misteriosa nostalgia do infinito, preocupando-se

com os postulados da sua origem e do seu destino" (17). E ocorreram-me à lembrança os mistérios de Ceres (18), deusa das mais viajadas e inspiradora de tantos templos formosíssimos, contando aos iniciados, que Plutão, considerado pelos antigos aédos como rei do Eolo (19), era "tão feio e negro" (20) que lhe não sendo possível achar espôsa, resolveu, por isso, roubar Proserpina (21), sua sobrinha, quando apanhava flôres, com outras companheiras, nas planícies de Enna (22), apesar da opposição feita pela ninfa Cyane, que foi transformada, por isto, em fonte.

— Daí talvez, o fato de, quando a constelação do Touro — que certas tribus chamavam Cacuri — se oculta, faz levantar a Serpente — a Boiassú ou Boiguassú dos mesmos indígenas — tomála por aquela deusa.

— Disse depois, o mestre amigo: — quantas noites iguais a esta e por vizinhas latitudes geográficas, em 1877 e 78, no engenho Canabrava, estive a observar a Olympica Morada, desse lugar em que nasci?!... Quando ali voltei, já homem e engenheiro, eram sete os agrupamentos estelares de minha preferência.

E continuou: a URSA MAIOR ou "Carro de David" para os cristãos, também chamada "Helice" pelos navegantes, devido ao movimento giratório que faz em torno do pólo, era uma das primeiras. Alguns fabulistas classificam-na de constelação adúltera, impedida até de se "banhar no Oceano", enquanto, outros querem que as duas Ursas fossem ninfas que cuidaram de Jupiter, sobre o monte Ida, colocadas no reino do céu por aquela divindade, em sinal de gratidão.

Uma pequena estrela — 80 *Ursae Majoris*, proxima a Mizar, na cauda da Ursa, cujo brilho parece eclipsá-la, é também denominada pelos arabes Saïdak, querendo dizer PROVA, isto, porque, se serviam dela para experimentar o alcance da visão.

Traçando-se uma réta pelas guardas da Ursa Maior, atinge-se a POLAR, também conhecida por Cynosura ou Feniciãna, uma das aludida ninfas do famoso monte Ida, chamando-se-lhe, ainda, Estrela-guia, Albruccabak, já pertencente ao grupo da URSA MENOR, que era a "Buzina dos marinheiros portugueses".

— Respondi-lhe: Era pela observação da Buzina — TRAMONTANA — o "astro do norte", que os antigos marujos e viandantes se orientavam e conduziã, antes da invenção da bussola, e, os

(17) — "O despertar da consciencia filosofica" — Artur Versiani Velozo — Prof. de Filosofia e Lêtras de Minas Gerais.

(18) — Cada divindade tinha os seus mistérios particulares.

(19) — O mesmo que o Inferno.

(20) — Dicionario da Fabula — Traduzido de Chompré.

(21) — Proserpina era filha de Ceres (mulher de Plutão) com Jupiter que, por sua vez, era irmão de Plutão.

(22) — Alguns escritores citam o rio Halesio, na Sicília; outros o lago Pergo, igualmente na Sicília.

navegadores portuguezes, "passaram ainda além da Taprobana" (23).

— T — A outra era ORION, uma das mais belas e a mais brilhante das constelações, representando o gigante famoso e caçador intrepido. Ousou desafiar Diana, sobre qual dos dois apanharia maior numero de feras, mas, a casta e divina caçadora, fez nascer um escorpião, que o mordeu e lhe causou a morte.

Juntamente com o seu cão de caça foi transformado por Jupiter Dicteu (24) em constelação, após peleja em que teve de usar as "typheas armas" (25).

Os indigenas denominavam-na Arapari. Querem alguns etnografos que o termo se applicava tão somente ao cinto de Orion, pois *Iauacaca* chamavam êles as quatro estrêlas maiores desta constelação.

Em 1808, alguns sábios alemães propuzeram a substituição deste nome pelo de Napoleão, nos catalogos celestes, mas, o de Orion prevaleceu. As estrêlas alfa e gama marcam-lhe as espaldas; beta o pé esquerdo ou Rigel; delta, epsilon e zeta, situadas no meio do quadrilatero, correspondem ao talabarte ou cinturão,

E assim, viamos, naquela noite, o gigante Orion, na posição de quem levanta a clava contra o Toiro.

O CÃO MENOR era a terceira. A ela pertence Sirius, estrêla ainda conhecida pelas designações de Sothis ou Mercurio Anubis.

— P — Homero chamou-a o astro do outono. E' a Imaniat dos arabes e a estrêla de maior brilho em todo o firmamento.

— T — A BALEIA, uma das monstruosidades marinhas, milenaria, tambem foi colocada no céu. Corresponde à expressão mais esplendida do poder creador da terra. Na Biblia está assinalada pelo nome de Leviathan, e, no "Paraizo Perdido", é o monstro.

"que Deus fez o maior dos entes vivos" (26)

Segundo Estrabão, estas monstruosidades marinhas que, "quando dormem assemelham promontorios, quando nadam parecem ilhas flutuantes" (27), perturbaram a navegação da fróta de Alexandre Magno, no golfo Persico, onde existiam em tão grande numero que, a água por elas expedida, elevando-se a mais de dez metros, formava uma especie de nevoeiro e impedia

(23) — Ceilão chamava-se, antigamente, Taprobana. E' uma ilha consideravel do mar das Indias.

(24) — Tambem Dictaeo, nome tomado de Dicté, monte de Creta, sobre o qual se pretendia que êle fôra criado.

(25) — São os raios que Jupiter usava.

(T) — Theodoro Sampaio.

(P) — Pimenta da Cunha.

(26) — Paraizo Perdido — MILTON — Canto I — 228 — 261.

(27) — Paraizo Perdido — MILTON — Canto VII — 503 — 537.

a visão dos objetos (28), dando motivo a estes versos do poema de João Milton:

“Nas guelras sorve e pela tromba expelle
Jorros de mar que altísimos derrama”... (27)

— P — E', por isso, considerado animal das aguas profundas. A estrêla *omicron*, desta constelação, é tida como a primeira variavel reconhecida pelos homens e assinalada por David Fabricio.

— T — A constelação da *AGUIA*, que lembra o passaro de Dodonão (29), a insignia da legião romana e da bandeira de algumas nações, tambem é o simbolo da fôrça, da elevação, da superioridade e do poder.

— P — Desta constelação destaca-se a bela estrêla Altair, de côr branco-azulada, uma das que mais cintilam, dizendo, alguns doutos, que a palavra significa: — aguia voando.

— T — *O ESCORPIÃO*, constelação notavel, é a única dentre as que cito, que andava pelas “casas do Sol”, ou “residencias mensais de Phebo” (30).

Uma estrêla de primeira grandeza, vermelha, brilhante, chamada Antárés, marca o coração do Escorpião. E' das poucas constelações que desenham, aproximadamente, o contorno do corpo do animal que lhe dá o nome.

— P — No “Coelum heraldium”, publicado em 1688, esta constelação chamava-se “Chapéo de cardeal”. Em Manáos, em princípios de 1905, o conde Ermano Stradelli, disse-me que na lingua *nheengatú* o nome correspondia a palavra Iauyra.

— T — *O agrupamento das PLEIADES*, palavra que supo- nho de origem grega, é formado pelas sete filhas de Atlas e de Hesperia. Tambem eram chamadas Atlantidas ou Hesperides. Foram por alguns bardos (31), cognominadas de Vergílias, e, por outros, embaralhadas com as três Hesperides.

— P — Charles André (32) diz que são cinco, pois, uma delas, Alcyone, é a estrêla *eta* da constelação do Touro. Michel Moestlin distinguiu, a olho nã, sob o ceu de Tubingue, em fins de 1579 (33), onze estrêlas das Pleiades, e, um membro da família de Airy (34), em inicio de 1863 (35), caracterisou doze destas estrêlas.

Enciclopedia e Dicionario Internacional — Vol. VI
Pag. 3307.

(29) — O mesmo que Jupiter.

(30) — Era o zodiaco, nome dado á zona das estrêlas que o Sol atravessava durante o curso do ano.

(31) — Poetas célebres.

(32) — Charles André — “Traité d'Astronomie Stellaire” — Paris — 1899.

(33) — 26 de Dezembro de 1579.

(34) — George Biddell Airy.

(35) — 15 de Fevereiro de 1863.

— T — Querem muitos historiadores grêgos que sejam seis, pois, a setima, teria diminuido de brilho durante a guerra de Ilio (36), tornando-se, por fim, invisivel.

— P — Pleione, de sexta grandeza, parece já ter sido mais brilhante. Está incluída como uma das Pleiades, entretanto, escriptores grêgos e romanos, dizem que ela fugiu do céu, por occasião da guerra com a Dardania. Era a estrêla que se tinha extraviado ou a Pleiade perdida.

— T — Talvez, este desaparecimento, tenha correspondencia com o verso de Ovidio:

QUAE SEPTEM DÍCI, SEX TAMEN ESSE SOLENT (37).

— P — Von Maedler (38) quer que esta constelação seja o centro de gravidade do nosso universo.

— T — Seja por esta razão ou outra qualquer que não sei definir, o certo é que tenho por este agrupamento, verdadeira predileção, embora, das principais estrêlas não saiba mesmo lhes dizer os nomes, com segurança, porque, além de Pléione e Aleyone, já referidas, leio que Calypso e Pasiphae fazem parte deste aglomerado, e, incluído vejo, em outros autôres, o nome de Coeleno ou Cileno.

— P — Na segunda metade do seculo XVII, Weigel, nas esferas celestes que idealizou, substituiu o enxame das Pleiades pela designação de "Tabuas de Pitagoras", mas, esta constelação continuou com o mesmo nome já citado no livro de Job.

— T — No engenho Canabrava, uns a chamavam de "Capoeira de galinhas" e outros diziam que era a constelação formada pela "Galinha com seus pintinhos". Umás tribus do Amazonas davam-lhe o nome de Cyiucê e outras de Ceucy.

— P — Alguns escriptores querem que representem, até o "Jardim das Hesperidas, onde Herêcules, segundo uns, ou Jason, conforme outros, roubou os pomos de ouro, adormecendo com uma especie de herva fornecida pela feiticeira Medêa e matando depois o Dragão que os guardava.

— T — Todas estas constelações, que parecem manter fórmulas invariaveis, foram, por isso, assim grupadas, para facil reconhecimento, tomando nome que lembra as figuras imaginarias das representações correspondentes com que a Fabula, a Poesia e a Mitologia constelaram o oitavo céu de Aristoteles.

— P — Algumas., porém, constituem verdadeira antitese entre a fórmula e o nome do animal ou o objéto notavel que se pretendeu assinalar, por pontos luminosos, no seio das profundidades infinitas do céu.

(36) — Vide a referencia n. 37.

(37) — Larousse — Volume XII — pag. 1171 e Charles André — "Traité d'Astronomie Stellaire" — 2.º volume — pagina 230.

(38) — J. H. von Maedler.

—T — Muitos asterismos relembram, também, acontecimento histórico memorável ou recordam fato religioso assinalável, motivado pelo nome ou pela figura de um homem, animal ou objeto:— o monte Menalo; Aerostato; a Pomba de Noé, Hereules, o Altar (que presagia tempestades).

—P — Até, em tempos posteriores e mais modernos, alguns astrônomos cortezãos deram nomes a constelações, em honra de seus soberanos: o escudo de Sobieski; a cabeça do rei Carlos; o cetro de Brandeburgo. Sabemos, também, que Berenice, mulher de Ptolomeu Evergetes, cortou os cabelos e os ofereceu a Aphrodite (39), na conformidade do voto que fizera pela boa sorte de seu marido, na guerra. Succedeu que, passados alguns dias, não vendo Ptolomeu no templo a cabeleira consagrada, tomou-se de grande furia contra os sacerdotes, quando o astrônomo Canon (40), serviu-se do ardil de assegurar que tão lindas guedelhas haviam sido transferidas para o céu, lisonjeando assim a Ptolomeu e Berenice e salvando os sacerdotes acusados de não lhe terem posto cuidado na guarda. Deu-se credito ao estratagema e o nome de "Côma de Berenice", posto assim em um grupo de estrelas, situado junto da cauda do Leão, ainda se conserva nos atlas celestes. Também o Carvalho de Carlos II que é uma lisonja feita a aquêl soberano, pelo grande Edmundo Haley, em lembrança da arvore que lhe tinha salvo a vida, no tempo de seus infortúnios. Ainda as "Honras ou Glorias de Frederico", usurpando lugar que não merece, sobretudo quando, para serem assinaladas, pelo astrônomo João Elert Bode, foi necessário encolher o braço de Andromeda,— "que estava estendido havia três mil anos" (41).

— T — Mas, se a configuração destes grupos estelares é, muitas vezes, assim tão desconforme, também é variavel o brilho das estrelas que os compõem.

Se triangulos, cruces e corôas não faltam no céu dos céos, para dar nome aos arquipelagos de estrelas, outras constelações, como o pavão de João Bayer, o homem ajoelhado de Eudoxio de Cênio e maquina pneumática de Lacaille, nada tem de semelhante com o animal, o homem ou objeto cujos nomes lembrariam. O proprio gato,— quando Jeronimo Lalande o inscreveu, "em letras de ouro, nas tabuas de Urania", achou o astrônomo que deveria justificar-se dizendo adorar estes felinos e que seus colegas "hão de lhe perdoar, decerto,—ter colocado um no céu, depois de haver trabalhado com tanta assiduidade, durante sessenta anos" (41).

E áquelas horas tardias, quantos raios de luz, descidos silenciosamente dos longinquos esplendores de uma noite estrelada, trazia-nos estes motivos com os quais nos entretínhamos, até alta

(39) — Nome grego de Venus.

(40) — Canon, foi um general atheniense metido a astrônomo.

(41) — Astronomia Popular — Camillo Flammarion — pagina 853.

madrugada, como que "transportando-nos á *vida infinita*" daquêles astros, arrebatando-nos, "tambem, á *vida eterna*" dos seus habitantes?!

.....
— T — O seu primo, o nosso Euclides, que foi escritôr, engenheiro e poligrafo, tambem o genio que mais profundamente prescreveu a indole da nossa gente e, ainda, o paisagista da pecca que, mais do que ninguem, soube descrever a privilegiada natureza do Brasil, não nos deixou fixadas, não sei se em "A Margem da Historia" ou se nos "Contrastes e Confrontos", paginas sem iguais, de referencia a estas estrêlas indecifráveis, que improvizadamente cintilam brilhos diferentes na altura e "alumiam os horizontes em resplendores de quedas de boides?!"

— P — Foi em "A Margem da Historia" que Euclides se referiu a estes astros voluveis, a estas estrêlas surpreendentes, a estes — "sôes intruzos" cujos "raios tranquillos" sobredoiram o firmamento dizendo-nos, tambem, ter havido tempo em que:

"os graves acontecimentos, ao parecer dos mais sizudos astrologos, prenunciavam-nos os céus"; (42),

tendo sido assim, quando nasceram Cristina — virgem, martir e santa; — Buhda — principe, sabio e fundador do budismo; Esculapio — jovem, herói e deus da medicina entre os gregos e romanos.

Tambem escreveu que, ao ruir, sob o arremesso das catapultas, a muralha de Ilion (43), appareceu no espaço a setima estrêla da constelação das Pleiades. Quando os três reis magos partiram em busca do Messias "recemnado", foram conduzidos por uma estrêla extraordinaria, "de dezerto em dezerto, de oazis em oazis... das sombras zimbradas de lampejos das tamareiras altas para os arciais em fogo", dirigindo-se, "sem o saberem", até Judá e dali rumo a Belém:

"onde os seus raios tranquillos se joeiraram na cobertura humilde de um estabulo" (44),

Os três Reis penetraram-no; depuzeram aos pés da creança "as preciosas dadas que trouxeram. Prostarão-se. Adoraram-na".

"Então a estrêla se apagou na altura" (44).

Com os tempos decorrentes, a Ciência parece que procurava ajustar ao misticismo da Historia Religiosa, "as suas formulas

(42) — Euclides da Cunha — "A Margem da Historia" — pagina 313.

(43) — Ilion — Ilío ou Troia.

(44) — Euclides da Cunha — "A Margem da Historia" — paginas 317-318-328.

positivas", como, antes, acolhendo "um éco longinquo", a Astrologia de Caño de Samos, salvou os sacerdotes do templo de Idália (45), diante do desaparecimento do altar, onde foram consagrados, os cabellos principescos de Berenice III.

Mas, estas "estrelas hospedes" do firmamento, escreveu Euclydes, "apagaram-se despertando um sem numero de hipotezes, todas até hoje inviaveis e vacilantes" (44), porque, "a Astronomia não deu um passo para esclarecê-las" (44), nem justificá-las, como se não demonstram, nem se explicam,

"os astros volúveis, que pelejam por momentos e morrem indecifráveis, como resplandeceu e se apagou a estrela radioza, que norteou os Magos no dezerto, e nenhum sabio ainda fixou na altura" (44).

Decorridos são mais de cinco anos, a contar deste dialogo com o mestre dos mestres (46). Não foi o primeiro, também não foi o ultimo. Foi porém o mais duradoiro, travado durante o prazo de quasi uma semana, em que convivemos juntos, sob aquele tecto, no mesmissimo ambiente domestico.

Algumas idéas, então externadas, tive de compôr e completar agora; porém, o essencial aí está. Os acrescimos feitos e os desgastes sofridos, não lhe alteraram a substância nem a fórma.

Menos de um ano depois, estava, no Rio de Janeiro, em frente do sepulcro de Theodoro Sampaio, no Cemiterio de S. João Baptista. Faz 4 anos e oitenta e três dias que allí chegamos, em 15 de Outubro de 1937, com o esquife do grande morto, "ao termo da viagem derradeira que fizera" (47) pousando, allí, destinando-se, porém, ás "plagas sem fim do outro mundo" (48).

"Do espolio de sua vida, as joias do bem" (48) que nos deixou, aqui estão vivas e reluzentes, nesta Casa. O seu genio não a abandonou. O seu signo não parou nem cessará de presidir aos destinos deste Instituto, pois:

"A morte só é termo
Da vida, da existencia não"...

A grandeza de suas ações humanas, de sua alma bondosa, de seu coração de patriota, será avaliada pela inspiração que possuiu

(45) — Venus — Idala ou Aphrodite. Este nome vem do grego, significando *escuma*, pois os poetas dizem que Venus nasceu da escuma do mar.

(46) — Foi em Novembro de 1936.

(47) — Theodoro Sampaio — Discurso proferido no I. G. H. da Bahia, em 1913 sobre o eminente conterraneo Dr. Satyro de Oliveira Dias — Revista n. 54 — 2.^a Parte.

(48) — Castro Alves — "Espumas flutuantes — Quando eu morrer" — S. Paulo — Março — 1868.

e pela fé que o animou, transmitidas pelas estrélas da sua predileção, todas alumiadas e esclarecidas pelas luzes próprias vindas dos campos infinitos, e, aqui, "nas coletividades como esta, com a missão de cultivar com o passado os nobres ideais da existência", estamos, meus senhores, disse-nos Theodoro Sampaio a primeira vez que aqui falou "como num cenaculo onde as chamas do divino espirito, para as sugestões do patriotismo e do bem, descem dos antepassados, iluminam os presentes, e projetam, ao longe, um longo clarão, na direção do futuro (49.)

Eu vos disse, antes, que a "Represa do Saboeiro", não era a principal, pois armazena apenas 2.592.000 litros d'água e que explicaria, adiante, o motivo intimo que me levava a destacá-la.

A sua construção, iniciada em 1905, foi concluída no ano de 1907.

As terras de sua bacia hidráulica faziam divisa com a roçinha do Saboeiro, pertencente a parentes de Theodoro.

Durante o tempo que a construção demorou, Theodoro Sampaio, ao fiscalizá-la ou mesmo dirigi-la, dali ouvia, os gritos alucinados de sua amada prima e desventurada consorte, partidos do alto, que chegavam até o vale do Saboeiro, causando-lhe profunda angustia.

Quantas vezes o espôso torturado, deixando o lugar do açude subia a ladeira ingreme, pausadamente, com o "seu passo musical e digno", encaminhando-se para aquela residência?

Visitei-a, nos fins de Agosto de 1941.

Da sua varanda, voltando para a parte lateral, à esquerda de quem entra, estive, durante algum tempo, a olhar uns restos de parede e parte dos alicerces, pertencentes a aposento isolado, mandado construir por Theodoro, segundo planta de Frutuoso Sampaio. Ali, naquêlê cômodo que ruiu, viveu encerrada, por quinze anos, D. Capitolina Maia Sampaio, "em estado de demencia".

E puz-me a considerar o martírio intimo e a dor secreta do grande engenheiro, e a compreender o sentimento religioso que se refletiu em tôda a sua vida, servindo-lhe de balsamo e de consôlo!...

Recordei-me da sua vida, desde o nascer, com o apârecimento do *colera-morbus*; dos seus estudos, enquanto durava a guerra com o Paraguai; do pequenino herói que êle foi desde os 15 anos de idade; da sua formatura; do reencontro tocante e comovedor com os seus parentes do Aramaré; do exercício de sua profissão, no São Francisco, presencendo, registando, desenhando, cênas atos e personagens de um dos maiores dramas e flagelos climaticos do nordêste brasileiro; dos festejos com o seu casamento que duraram até alta madrugada do dia seguinte; da sua vida e

(49) — Theodoro Sampaio — Primeiro discurso proferido no I. G. H. da Bahia, em 3 — V — 1913 — páginas 115—117 da Revista n. 39.

da sua obra; dos seus serviços a Deus, à Pátria e à Família; do que nos ensinou em vida e do que nos deixou do seu saber ...

E a imaginar fiquei no que aquela casa, aquêles alicerees e o próprio lugar representavam e despertavam para a história da vida íntima do grande morto !...

Silenciosamente meti-me no automóvel e voltei para casa, onde cheguei quasi ao anoitecer.

Procurei vêr o que houvesse anotado, a êsse respeito, no seu "diário" o notavel brasileiro, mas, o último que possui este Instituto, é o de 1903, quando Theodoro estava em S. Paulo.

Nêle, nas penúltimas páginas, após ter copiado do "Correio Paulistano" de 6 — VIII — 1903, notas biográficas de dez outros "brasileiros que se distinguem hoje no estrangeiro", lê-se: — "PETHION DE VILAR Egas Moniz Barreto de Aragão, poeta, glotólogo bahiano, é tão bom escritor em alemão e francês como na lingua materna, tendo produzido trabalhos que lhe valeram as amizades dos maiores escritores da Alemanha e da França.)

Daí, o ter procurado valorisar com os versos do meu saudoso mestre Pethion de Villar, as tôseas palavras com que compuz esta palestra.

Depois do jantar, procurei vêr o que escrevera Theodoro, naquela época, meio seculo atraz. Não encontrei o "diário" de 1891.

No de 1901, em página marcada por um pedaço de papel e um cartão que, por isto, logo se abriu, li: "30 de Agosto — Vento frio e húmido de suêste. Temperatura às 7 horas da manhã 14° centígrados. Pressão na rêde de distribuição 50 libras— Não posso deixar de aqui consignar o grande golpe por que acaba de passar o Brasil, perdendo um dõs seus vultos mais eminentes, uma das suas personagens representativas, o Dr. Eduardo Prado, falecido de febre amarela, hoje, às 10 horas e um quarto da noite, na sua residencia à Rua Visconde do Rio Branco n. 80. Assisti aos seus últimos momentos e ajudei a ungi-lo. Morreu como um crente. Era um grande talento, uma grande erudição, um belo caráter, um grande coração. Ninguém que o tivesse conhecido mais intimamente deixaria de estimá-lo. Espírito réto, cavalheiro, delicadissimo, genio afavel, o Eduardo o *nosso Eduardo* (50), como sempre o tratava, deixa na sociedade brasileira um vacuo impreenchível. Não sei pintar a dor que me punge, ao lançar aqui estas linhas em homenagem ao meu grande e bom amigo".

.....
Ao falar de Theodoro íntimo, terei de explicar que, no papelinho e no cartão contidos entre páginas, que logo se abriram, estavam escritas estas palavras: — Recebi do Dr. Theodoro Sampaio o donativo de um conto de réis oferecido por um ramalhete de hortências, na quermesse realizada em favor dos pobres e des-

50) — O grifo foi colocado para destaque das palavras.

validos — No cartão da Exma. Sra. D. Veridiana Prado, lia-se: — Recebi do Dr. Theodoro Sampaio a quantia de quinhentos mil réis importância de seu lance por um cacho de uvas, no leilão efetuado em benefício das obras da Maternidade.

Uma de suas filhas — Glorinha, como êle chamava, explicou-me que êstes donativos e lance eram feitos pela Exma. Sra. D. Veridiana Prado, à revelia de Theodoro Sampaio, pois, aquella respeitabilissima Senhora, nos grandes e varios festivais de caridade promovidos em S. Paulo, aos quais por qualquer motivo, não podiam comparecer o filho, Eduardo Prado nem Theodora Sampaio, ela, por esta fórma supria-lhes as faltas, atenuava-lhes as ausências, requisitando a sua delicadeza com o lhes mandar levar estas espécies de recibos, fosse para atraí-los àquelas solenidades de filantropia, fosse para desviar dos olhos de suas amigas terem sido dádivas feitas por ela própria e à sua custa.

.....

Revelamos estes fatos intimos para explicar a legitimidade do termo articular — “o nosso Eduardo”, empregado por Theodoro Sampaio, de referênciã ao Dr. Eduardo Prado, “um dos vultos mais eminentes do nosso país, dotado de grande talento e não menor erudição, possuidor de um belo caráter e um largo coração”.

.....

O mesmo articular possessivo, como vos disse, foi por sua vez aqui empregado, neste Instituto, em sessão solene de 16 de Agosto de 1926, pelo seu benemerito secretário perpétuo, Dr. Bernardino José de Souza quando o egregio brasileiro e historiadôr Washington Luiz Pereira de Souza, já eleito presidente da República, pessoalmente recebeu, o diploma de socio benemerito. Nesta solenidade, Washington Luiz pediu licença para frizar, de referênciã ao termo “nosso Theodoro”, empregado pelo orador que o precedera, não ser Theodoro Sampaio “somente da Bahia, era tambem de S. Paulo, era do Brasil”.

Este possessivo e esta declaração libertaram o filho da escrava Domingas, do cativeiro em que se mantinha, manietado e prêso, submisso aos credores e sob as cadeias de um contrato (19) de Maio de 1905, com o Município da Capital.

“Não lhe cabem culpas por não haver completado essa obra”, (51) já declarou aqui, voz autorizada, fazendo justiça.

O documento, que hoje deixo, encadernado, é tambem revelador da superioridade, da cordura e da delicadeza de Theodoro Sampaio (Nota — C).

Desta situação vexatoria, em que permaneceu, por vinte anos, na terra de seu nascimento, ficou livre em 11 de Junho de 1929.

Em comemorações anteriores, flores têm sido depositadas, em redor e sobre o busto do nosso saudoso presidente, que foi, na linguagem do orador official desta Casa:

“flor de cultura a mostrar nos menores gestos que os

primores da fidalguia não necessitam nascer nos fôfos cochins de riqueza ou se alimentarem da ancestralidade de longas tradições". (51)

Na sessão solene realizada, em 15 de Outubro de 1941, para comemorar o quarto aniversário de sua morte, os alunos do "Abrigo dos Filhos do Povo" cobriram-no de pétalas de rosas e ali deixaram uma bela palma de flores naturais. Na de 6 do mesmo mês, na Faculdade de Medicina, o douto professor, Isaias Alves de Almeida, a tomar posse, soleníssima, na Academia Bahiana de Letras, da cadeira ocupada por Theodoro Sampaio e cujo patrono é André Rebouças, vestiu-lhes os vultos com as flores da sua retórica e eloquência. Em 11 do mesmo mês e ano, no primeiro dia da semana consagrada ao engenheiro, os colegas de Theodoro Sampaio, aqui vieram, em romaria cívica ao seu busto. O orador, engenheiro civil Raymundo dos Santos Patury, em rápido elogio a Theodoro Sampaio, disse, principalmente, da sua competência como geólogo.

Jarras metálicas, cheias de hortências, contornavam a base do pedestal, sobre o qual está o busto de Theodoro Sampaio, vendose, à direita de quem entra, a bandeira do Clube Luiz Gama, e, à esquerda, a bandeira que o Imperador Pedro I ofereceu à vila de Cachoeira em homenagem ao seu heroísmo na guerra da independência.

Durante a cerimônia, veio à minha lembrança, aquêlê ramalhete de hortências que Theodoro Sampaio adquiriu, simbolicamente, pelas mãos e pela dádiva da Exma. Sra. D. Veridiana Prado, para socorrer aos pobres e desvalidos da capital paulistana, e, em seguida, a deixa testamentária que Theodoro fizera, de dez contos de réis, aos Filhos do Povo, para abrigo e socorro dos pobres e desvalidos da capital bahiana.

Ao escrever, depois, estas linhas finais, lembrei-me da última vez que o vi, já morto, na sala de visitas desta casinha situada à Rua Soares Cabral n. 9, onde desapareceu, dentre os vivos, calmamente, em conversa com amigos, o sofredor silencioso que êle foi.

Desta casinha partimos, levando-lhe o corpo até a sua última morada, sobre a qual lancei a minha braçada de hortências, ao fechar-se a sua sepultura, proximamente a esta hora em que estamos aqui reunidos, em homenagem de profunda saudade, em data comemorativa do seu nascimento, outróra celebrada com tantas alegrias pela sua Família e não pequeno jubilo dos seus Amigos e Admiradores.

Com a saudade de cada um de vós, unida à minha saudade, finalizarei esta palestra, dirigindo, tão distante como estamos de

(51) — José Wanderley de Araujo Pinho — Revista n. 64 — pags. 201 e 205. — Discurso pronunciado na sessão funebre de 16 de Novembro de 1937, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

túmulo do nosso eminente conterraneo, nosso tão querido mestre, nosso egregio presidente, nosso dedicado amigo — ao NOSSO THEODORO — religioso, discreto e católico praticante, as sessentas palavras do PADRE NOSSO, para terminar depois das hortências que depositamos no pedestal do seu busto, repetindo mais uma vez e mais alto, as palavras do autor de D. Jayme: — DORME NA MÃO DE DEUS ETERNAMENTE.

(NOTA A)

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de 1882 nesta Freguezia de Santo Antonio Além do Carmo, habilitados os nubentes em conformidade das leis canonicas e civis, não constando impedimento algum, além do de consaguinidade em segundo grão da linha transversal igual, do qual foi dispensado por Sua Excellencia Reverendissima, dispensados os proclamas do estylo, no oratorio da casa da residencia do Doutor Francisco João Fernandes, por permissão do mesmo Excelentissimo Senhor, em presença do abaixo assinado, receberam-se em matrimonio, com palavras de frente e mutuo consentimento, Theodoro Fernandes Sampaio e D. Capitulina Moreira Maia, esta filha legitima de Fructuoso Moreira Maia e Theothonia da Silva Maia, aquelle filho natural de Domingos da Silva, o nubente residente em Alagoinhas e a nubente nesta Freguezia, sendo testemunhas, além de outras muitas, Dr. Mel. José de Araujo e D. Maria Augusta da Cunha Góes e Araujo e logo receberam as bençãos nupciais. E para constar fiz este assento que assigno — Vigario João Barbosa de Andrade.

(NOTA — B)

Bahia, 5 de Janeiro de 1931.

Exm.^o Snr. Dr. Interventor Federal.

Ilustre colega e amigo.

Passo as mãos de Vossa Excelência, reafirmando uma resolução irrevogavel a carta que, desde 31 do mês passado ficou escrita por mim, de teor já lido por Vossa Excellencia, por duas vezes, sobre a minha recusa ao seu honroso convite, para prefeito desta Capital.

É com bastante honra que apresento ao Exm.^o Snr. Interventor Federal os protestos de minha elevada consideração, sendo com o prazer de sempre que cumprimento ao ilustre colega e amigo.

a) — *Arnaldo Pimenta da Cunha.*

Bahia, 31 de Dezembro de 1930.

Exm.^o Snr. Dr. Interventor Federal

Ilustre colega e amigo.

Ao ser convidado para prefeito desta Capital, declarou-me V. Excia.

“ser excusado dizer que iremos fazer administração e não politica”

e assim concluir:

“o presado amigo tem o direito de tudo consultar, reflectir, demorar a resposta, mas permita que não lhe dê o direito de responder negativamente ao meu convite”.

Ao chegar aqui, nenhuma imposição fiz, nenhuma absolutamente, seja a V. Excia. como Interventor Federal, seja ao colega e amigo. Percebi, sim, que o ambiente era muito diverso daquele em que se me convidava a colaborar, por muito pouco propício á colaboração dos homens de boa vontade e patriotismo. Combinamos, então adiar a minha posse e enviarmos telegramas ao Sr. general Juarez Tavora, mandando-lhe copia do meu, desconhecendo, porém, o de V. Exa. que não deve ignorar a celeuma e os boatos que se tem levantado e espalhado, a este respeito, todos com resistencia, ocupar o cargo de prefeito na capital de minha contra mim, por causa do seu convite.

Não é a primeira vez, meu caro colega e amigo, que recuso, occuparei agora.

Lerra. E não será desta fórma, Sr. Interventor Federal, que o

Entre a attitude combinada antes e a declaração que agora faço, V. Excia. tomará o alvitre que melhor lhe parecer, certo de que por mim não poderei mais lhe dar a colaboração buscada e prometida.

É com bastante honra que apresento ao Exm.^o Sr. Interventor Federal os protestos de minha elevada consideração, sendo com o prazer de sempre que cumprimento ao illustre colega e amigo.

a) — *Arnaldo Pimenta da Cunha.*

(NOTA — C)

Bahia, 16 de Fevereiro de 1924.

Exmo. Sr. Professor Leopoldino A. F. Tantú,

M. D. Prêsidente do Conselho Municipal.

Recebido hontem o officio de V. Exa. de n. 24, de 14 do corrente, apresso-me em respondel-o, correspondendo assim ao que V. Exa. instantemente me solicita e que é — "dizer algo sobre o que ha de verdade a respeito do abastecimento de agua á cidade, condições em que se acha a rede de encanamentos assentada pelo respectivo contractante desse serviço, ha cerca de vinte annos e razões determinantes da irregularidade notada ultimamente no mesmo abastecimento". E a documentar o assumpto em apreço remette-me V. Exa., por copia, o requerimento approved em sessão desse Conselho a 8 de mez corrente e bem assim um exemplar d' "O Democrata", órgão official do Município, de 1.^o de Fevereiro, em que vem publicada a explicação dada ao publico pelo Sr. Director da Secção de Aguas, a respeito da notada irregularidade.

O requerimento, apresentado em sessão pelos dignos vereadores Emmanuel Santa Anna e Guilherme Gomes, bem se vê, que visa acudir ao soffrimento da população em face do flagello, buscando as causas com o intuito de removel-as.

Appellando para mim, como contractante das obras de canalisação d'agua, á vista da explicação do Director da Secção de Aguas, manifesto é o intuito de se apurar responsabilidade, com o que possa eu informar, combatendo ou confirmando a alludida explicação.

Agradeço aqui aos dignos conselheiros municipaes o depararem-me oportunidade para dizer de publico, ainda uma vez, o que é esse serviço de aguas depois das obras de reforma e ampliação que nelle realisei por effeito do meu contracto com o Município de 19 de Maio de 1905.

O Director da Secção de Aguas, mais empenhado em se justificar do que attento ás consequencias possiveis da sua explicação, não distinguu, no serviço entregue aos seus cuidados pro-

fissionais, a obra antiga, a que vinha de longos annos da Companhia do Queimado, encampada pelo Municipio, da obra relativamente nova, procedente do sobredito contracto. Pareceu-lhe até escusado descer a estas minucias, em se tratando de um caso em que o principal empenho era remover uma difficuldade oppressiva e demonstral-a antes que apurar responsabilidades.

Aos senhores conselheiros municipaes, porém deparou-se o caso por diversa feição. As razões determinantes da notada irregularidade do abastecimento devem, a seu ver, investigar-se, si procedentes de algum defeito constitucional, si oriundas simplesmente de um funcionamento vicioso; devem acaso ser attribuidas ás obras do contrato de 19 de Maio de 1905 ou a algum vicio da funcção? Quem tem a culpa no caso, o contractante das obras ou o Director do Serviço?

Na sua explicação ao publico, o Sr. Director foi levado a fazer revelações que si, por um lado, atemorizam nos seus vaticinios e enchem de apprehensões os consumidores, nem por isso o defendem menos e o justificam.

Sabe-se que, na estação quente, com a falta de chuvas, os mananciaes escasseiam e deseem ao minimo de sua capacidade, exactamente quando o consumo attinge o maximo na distribuição. A isto acode-se de ordinario, nos serviços bem mantidos e equilibrados, com os mananciaes sobresalentes, com as reservas que são de rigor.

Ao envez disso, o que se vê no serviço d'agua desta cidade é a insufficiencia manifesta, no seu aparelhamento, no seu modo de funcionar, nos recursos essenciaes para a manutenção do serviço ordinario.

Sabe o Conselho, sabe o Sr. Dr. Intendente que as obras de reforma e ampliação do serviço de aguas desta cidade, do contracto de 19 de Maio de 1905, não se concluíram, não se realizaram, *in totum*, como foram projectadas e autorizadas pelo Conselho, á falta de recursos de materiaes e de dinheiro para o proseguimento dessas obras.

Entre as obras que, por esse motivo, se não realizaram, estão as que se destinavam á reforma da antiga rêde de encanamentos de distribuição no centro da cidade e nos seus bairros mais populosos. Ficaram assim sem substituição os velhos encanamentos que a ferrugem tem enfraquecido de longos annos e que as concreções interiores, em alguns, já reduziram a menos da metade do seu primitivo diametro. Enfraquecidos e obstruidos num serviço que já vem de mais de quarenta annos, esses encanamentos já não supportam a pressão ordinaria com que a distribuição d'agua é feita como já não comportam o volume para que foram calculados. Neste ponto, tem razão o Director da Secção de Aguas quando, á falta de providencias reclamadas, affirma que "o regimen continuará a ser o das *torneirinhas* de um metro acima do solo nos pontos mais favorecidos e o de tanques abaixo do nivel dos lançamentos para os menos favorecidos".

Ha dezoito annos, quando se realisavam as obras do contracto de 19 de Maio de 1905, já estes defeitos reclamavam instantes providencias e só não foram eliminados desde então, á falta de recursos, como acima se disse; hoje, decorridos dezoito annos, o mal aggravou-se, e chega até a ser milagre manter-se o abastecimento, ainda mesmo com essas irregularidades que se lhe notam.

De trabalhos incompletos, nesta ordem de serviços, não se pôde esperar outra cousa. As meias medidas nada resolvem, até, pelo contrario, tudo sacrificam.

Ampliadas as obras, em 1906|1907, com captação de quatro novos mananciaes, com o assentamento de 118 kilometros de en-

canamentos na aducção e distribuição d'agua, com duas novas estações de bombas, com filtros novos, novos reservatorios, mais de seis mil derivações, á fora caminhos, estradas, pontes, drenagens para o saneamento da zona dos mananciaes, ainda assim taes obras não deram, porque não foram concluidas, para se assentar o serviço na sua forma definitiva, completa.

Além desse vicio constitucional persistente, resente-se o serviço d'agua da cidade de outro funcional de não menos perniciosos effectos.

Os seus machinismos estão estragados e reclamam reparos ou mesmo substituição radical. O que existe mais aproveitavel não funciona em boas condições technicas e economicas. O Motor Diesel, o aparelho mais novo no serviço, de continuo se desconcerta e perturba a distribuição na cidade por dias seguidos. A despeza de combustivel e de lubrificantes é excessiva. Só com o motor sobredito, ao que me informam, gasta-se, por dia, mais de conto de reis em oleo crú.

No serviço ordinario, ainda se mantem o dispendioso trabalho das bombas do Queimado, com o fim de elevar agua duas vezes, quando essa agua pode bem descer, por simples gravidade, sem serviços de bombas, para o abastecimento da cidade baixa.

A falta de recursos, os filtros nas estações não funcionam ha muito tempo, e se cobrem de matto.

As tres zonas de distribuição d'agua na cidade ainda não funcionam separadas, como de myster para a boa economia do serviço, de modo que se está dando o facto absurdo de elevar-se agua com dispendio não pequeno de combustivel para servir por simples gravidade, — quando só pela força de gravidade ella preencheria os seus fins.

O facto absurdo tem, entretanto, a sua justificação e esta bem estupenda. É que o Municipio, ha dezessete annos, não logrou ainda levantar os embargos de obra nova que pezam sobre a canalisação de ferro que se assentava no Pilar, a servir ao abastecimento da zona comercial e do caes!

Ainda á falta de recursos, os edificios das estações se arruinam, sem conservação e sem limpeza. As represas quedam-se desprotegidas, e a acção das aguas desmancha-lhes o revestimento de pedra, deixado sem remedio.

Os alagadicos ameaçam reconquistar o que a drenagem energica, ha dezoito annos, lhes arrebatou, nas immediações do serviço.

É esta, Senhores membros do Conselho Municipal, a impressão que experimentei, quando ha poucos dias, tornei a visitar as obras do serviço d'agua, por mim realisadas por força do vigente contracto de 19 de Maio de 1905.

Longe de mim qualquer censura ao Sr. Director da Secção de Aguas, cuja deligencia todos aqui reconhecem e cujos serviços já vêm de longos annos neste myster, mas a ninguem é dado fazer milagres, uma vez que lhe fallecem os recursos. Prova isto, porém, á saciedade que o Municipio já não pode com os encargos que tão importante serviço lhe acarreta. Conservar-o neste pé é arrastal-o á inevitavel ruina, é um crime.

Terminando, levo ao conhecimento de V. Exa. que, a completar estas informações, ponha-me desde já á disposição do Conselho para o dia e hora que houver por bem indicar para ouvir-me em sessão.

Reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) THEODORO SAMPAIO.

CAYRÚ

Por MANOEL DOS SANTOS LUZ.

Cayrú é uma das Villas mais antigas da Comarca de Valença, situada em uma Ilha ao Sul da mesma Cidade de 2 a 3 legoas de distancia.

É difficil encontrar-se uma povoação collocada em mais pittoresca e delectavel posição, tambem poucas nesta Comarca lhe levam vantagem, se é que a igualam, nas recordações que o seu aspecto suscita.

Situada em uma pequena collina a beira mar, apresenta exteriormente um aspecto agradável.

Contam-se três templos, que são todos de boa e solida construção. Tudo alli concorre para o embelezamento do sitio.

Do lado direito da Villa ou fronteira, fica a grande e montanhosa Ilha do Morro de S. Paulo, povoação de S. Francisco do Galeão e outros lugarejos que pertencem á freguezia.

Do lado esquerdo, a terra firme e a Villa de Taperoá a 2 legoas e que, de distancia.

Não se sabe ao certo a data de sua fundação, porém no anno de 1650 foi fundado o Convento, cuja fundação foi aceita na congregação que teve lugar a 21 de Março do dito anno, sendo então custodio Frei Sebastião do Espirito Santo, sucessor de Frei João Baptista, em Janeiro do mesmo anno. Frei Gaspar da Conceição e Frei Francisco de Lisboa e o bispo Frei João da Conceição, foram encarregados de lhe darem principio para cujo fim, partindo da Cidade do Salvador, para aquella Villa, passarão a habitar na Ermida de S. Antonio, que já alli se achava levantada, e pelos habitantes lhe foi doada; encorporando-se-lhe depois Frei Sebastião dos Martyres, eleito na sobre dita congregação primeiro prelado do novo Convento, aceitou esta a doação que em 25 de Dezembro de 1654 fez Bento Salvador, casado com Isabel Gomes, do terreno contiguo áquella Capella, onde efoi logo levantado um hospicio, com sua Ermida de taipa, que foi depois substituida pelo edificio, que ora se nota, cuja primeira pedra lançou a Frei Daniel de S. Francisco, sendo guardião Frei Miguel da Conceição eleito a 25 de Agosto do mesmo anno.

Não consta o tempo em que se concluiu esta obra, e apenas se vê nas três portas principais da entrada, na do lado direito a data de 1730, na do lado esquerdo 1739 e na do centro 1742.

Porem, em uma porta que da Sacristia dá entrada para um corredor onde ha umas carneiras, vê-se na verga do portal a data de 1671.

Levanta-se o edificio sobre um amplo adro a que se sobe por uma ladeira desfarçada toda calçada, tendo um bem construido muro do lado direito, quem sobe, e neste um grande portão, de frente do cruzeiro, que dava entrada aos escravos e serventes, os quais moravam em grandes senzalas, ao lado direito, em frente do Convento.

O frontispicio é decorado por uma estatua de S. Antonio de pedra, e as paredes do templo são revestidas de azulejos e molduras em branco.

Tem o tecto elevado que se avista de longe e mais longe ainda domina uma alentada torre com alguns azulejos, que se ladea uniformoza.

Tem três sinos mui harmoniosos, sendo colossal o das horas.

A frente do Convento é para o nascente e tem uma varanda de cantaria e grades.

Ao entrar-se do lado direito vê-se uma Capella de N. S. da Piedade, obra de primor e de insigne artista. Do lado esquerdo uma outra de N. S. da Conceição.

Dentro do recinto sagrado desfructam os olhos a mais esplendida magnificencia de dourados, armações e ornamentos de summo custo.

Os altares e paredes são decorados de excellentes e ricos quadros toda a esculptura da egreja é de primor. Tem um largo e espaçoso pateo, e nas varandas campas onde antigamente se sepultavam os religiosos, e hoje os irmãos tereceiros.

O Capitulo é obra tambem de primor e faz pena ver-se o estado em que se acha presentemente, é adornado de ricos quadros que representam todos os passos de S. Francisco desde seu nascimento até a morte, e um magnifico altar de S. Rosa. Vastos corredores e abundantes cellas, e além de outros um grande salão também decorado de quadros, do qual avista-se tudo que se pode chamar verdadeiramente magestoso e bello!

Gosa-se d'ahi um lindo panorama cheio de encanto e poesia, pois desde Valença até perto de Taperoá, é o que a vista pode alcançar de mais deleitável.

A sacristia também é obra de merecimento, onde vê-se grandes armarios e commodas de jacarandá com seus gavetões de todo o tamanho e cheios de segredos, trabalhando antigo que faz inveja aos modernos pela delicadesa da obra e engenho.

Que rico lavatorio de pedra marmore! trabalho importantissimo! assim como copiosas vestiduras ecclesiasticas!

A ordem terceira de penitencia da qual era padroeira S. Rosa de Viterbo não existe mais senão ruinas.

O coro tem de quarenta a cincoenta cadeiras, senão me enganano, e uma grande estante no centro com quatro vistas, e um orgão já desarranjado com a imagem do Crucificado ao alto.

As balaustradas que separam a nave são de madeira e grades de trabalho precioso.

O pavimento é de pedra e nas paredes laterais tem algumas capellas de diversas vocações.

Uma vasta cosinha, sala do refeitório, lugar de açougue, despensa com tulhas e carcere, tudo se vê ainda, porem não estão ao presente todas estas curiosidades em sua perfeição, antes as vemos irrem se damnificando, assim pela antiguidade do edificio, como por causa do abandono em que se acham, pois não é possível que um só religioso possa cuidar e velar sobre tudo.

Se não fosse o zelo e dedicação de Frei José do Rosario, que quando guardião fez o grande reparo da torre, do salão e outros muitos lugares, talvez mais ruínas se encarassem.

Para descrever miudamente o que encerra esse convento seria mister detalhado exame, que não me restou tempo a fazer.

A matriz tambem é um rico templo, porem está por acabar e é edificada á direita do convento e mais antiga que este, segundo dizem.

Da sacristia do lado direito avista-se um brilhante braço de mar cercado de montanhas e verdejantes mangues, que parece um campo cortado por diversos regatos. Este braço de mar vai ter a barra de Boipeba e Carvalhos.

A Padroeira da Freguesia é N. S. do Rosario, Santa muito milagrosa.

Contam que em certo tempo um crioulo desconhecido pediu ao sacristão o Padre Braz, que n'aquelle tempo era menino, para abrir a egreja, pois elle queria fazer oração a N. S. O menino, indiscretamente o fez e distrahindo-se, deixou o crioulo só na sua premeditada cração. Depois que elle sahiu foi o sacristão fechar a egreja e viu o nicho de N. S. aberto, e indo fechalo reparou que na Imagem faltava um anel de brilhantes e um adereço de pedras. Dando parte desta falta ao thesoureiro, deuse busca por toda villa e não foi encontrado o ladrão: porem no outro dia, veio preso de Boipeba sem ninguem saber como chegou lá a noticia do roubo, sendo distante dahi 5 legoas. E interrogados os da escolta responderam que uma mulher foi quem denunciou. Outro: Tendo sido eleitas mordomas Rita Cesimbra, mulher de João Francisco, e Josepha de..., mulher de José Aftonsinho, ambos portuguezes, não fizeram as novenas por não consentirem seus maridos. Rita Cesimbra que tinha sua bolsa independente da do marido, mandou fazer um manto de tela bordado a ouro, o que ainda existe, e nas vespers da festa ofereceu a Mãe de Deus.

João Baptista procurador da Irmandade oppoz-se a que se acceitasse o manto, porem a Mesa resolveu o contrario. Então elle soberbamente disse que, ou elle não se havia chamar João Baptista ou N. S. não havia de deitar o manto na Procissão.

No sabbado vespera da festa matou um capado e indo-o pesar em uma venda, quando voltou foi repentinamente atacado de uma dor que chamando-se Frei Venancio que morava quasi

visinho quando lá chegou, já não se chamava João Baptista, e N. S. sahiu com seu manto e ainda hoje o conserva. Oh! indigno capotche!... Foste bem castigado.

Outros muitos milagres se contam da Mãe de Deus do Rosario.

A capela de N. S. da Lapa reedificada pela missão de Frei Gabriel e Frei Justino em 1864, e acabada pelos esforços e cuidados de um cevoto de muito merecimento, zeloso e dedicado, nada tem a invejar. Está situada á beira mar e tem um aspecto pittoresco e parece pelas suas alvas paredes vista de longe, uma gaiota bebendo-se a beira d'agua.

Cayrú está hoje em decadencia porem ainda se vêem boas propriedades, embora mal distribuidas, e algumas com apparencia de imminente ruina.

O povo é muito religioso, jovial e dotado de intelligencia.

Cayrú em 1669 foi surpreendido pelos indios barbaros, em occasião que o povo inerme se achava reunido na igreja parochial, assistindo á missa: esta aggressão inopinada fez lembrar a cautella de fechar immediatamente as portas da egreja, mas o Capitão-Mor Manoel Barbosa corajosamente sahiu com alguns soldados que logo o abandonaram, a pretexto de irem dar aviso á estancia, e fazendo terriveis estragos nos indios, admirados estes do seu valor dispersaram-se, depois de o deixarem morto.

O Governador Alexandre de Sousa Freire, de acordo com a camara mandou pedir á Provincia de S. Paulo socorro, donde chegou a 1671.

Era commandante da escolta João Amaro que partiu da Bahía por mar para Cayrú, com seus Paulistas e soldados, e depois de fazer viva guerra aos indios, remetteu muitos prisioneiros para a Cidade, onde foram vendidos não excedendo de 10\$000 o preço dos melhores.

O Governador Vasco Fernandes Cesar de Menezes em 1723 mandou fundar duas aldeias nas cabeceiras de Cayrú e Jequiriçá para deffender os estabelecimentos dos cortes de madeira das surpresas dos selvagens, por Antonio d'Aguiar Barriga.

Pelo terremoto que destruiu a Cidade de Lisboa em 1755 no 1º de Dezembro, Cayrú e seu termo tambem concorreu para a reedificação d'aquella Cidade com a quantia anual de 166\$666 por espaço de 30 annos.

Por ahí se vê que Cayrú já foi uma das mais importantes Villas desta Comarca e é tambem a mais antiga, e a unica fallada na historia do Brasil.

O rio hoje ainda é muito abundante de peixe e mariscos.

Tem alguns barcos que exportam madeiras de machado, taboado, piassava e lenha de mangue.

Não tem feira por ser ilha, e todos os generos alimenticios.

hem como farinha de mandioca e carne verde, são comprados em Valença e Taperoá, e o mais vem da Capital.

O porto é vasto e tem fundo sufficiente para fondear uma pequena esquadra. Já alli se construíram muitos navios de alto bordo.

Ao sul fica a barra de Boipeba e a Leste a do Morro de S. Paulo.

Que ricas e luzidas festas se faziam e ainda hoje se fazem! Cavalhadas, alardos, cheganças, congos e talheiras, eram as festividades antigas que duravam tres dias, e presentemente ainda ha um reinado de S. Benedicto, concedido por carta regia de 1777, que um crioulo vestido de calção curto, capa bordada, sapatos de entrada baixa de corôa e cetro, com uma crioula tambem enfeitada com esmero de braceletes, colar e cordões de ouro, corre as ruas a 26 de Dezembro e a 6 de Janeiro dias de festividade do mesmo Santo, acompanhado por congos, cheganças e talheiras e a irmandade o vai buscar em casa e o leva ao Convento, onde o guardião o recebe á porta principal de capa de aspérges, e o guia a um throno para elle collocado ao lado do Evangelho, e na procissão tem superioridade ao primeiro lugar logo depois do pallio, e é de costume darem um lauto jantar.

Ainda ha velhas tão credulas que fazem promessas de acompanharem o reinado desealços!

Na primeira dominga do mez de Outubro, dia da Padroeira da freguezia N. S. do Rosario, tambem ha festividade mundana e religiosa.

Logo pela manhã alguns moços vestidos de saias e capotas percorrem as ruas com violas, pandeiros, flautas e rabecas, dançando e cantando — O zá mi a pumba.

Faziam tambem comedias á noite, que consistia em um palanque forrado de panno das embarcações, que representava o palco de um theatro, onde levavam dramas e tragedias, para divertimento do povo; ou quando não um baile de crioulas e crioulos, vestidos de pastoras que dansavam e recitavam louvores ao santo a que era dedicado o festejo.

Para estas festividades concorriam todos os habitantes dos arredores, e então Cayrú parecia uma Veneza nos dias de folia do Carnaval.

Hoje ainda fazem festas religiosas com muito apparato, e ainda são concorridas pelos visinhos e parochianos de mais longe, tanto que neste anno houve semana santa.

O que mais atrason Cayrú foi o colera eleitoral de 1852 que dividiu os habitantes em dois partidos, pois desterrou alguns moradores para fora da Villa e freguezia.

Porem ainda tem foro civil, duas aulas primarias de ambos os sexos, e ha muito luxo e gosto nos habitantes.

Cumpre confessar, que a Camara Municipal não presta ser-

viços a seu municipio, e não presta digo, e não escasseia motivos para a censura.

A Ilha é deffendida por verdejantes e viçosos mangues, e por guarda, a maré, que humilde lhe beija as plantas.

Ares puros, aguas doces e salubres; um campo embora estéril, semeado de grandes e antigos cajueiros e algumas grutas de matto, semeadas.

Neste campo tem um alto ma's eminente a que chamaram oiteiro dos namorados! E na verdade, logo que se chega a este cume para qualquer lado que se dirijam os olhos tem um lance de vista magnifico grandioso; e por tanto é bem apropriado o nome que lhe dão.

Do piço dos — Namorados — descobre-se desde alem de Valença ate oiteiros de Jequié.

Descortinam-se dos montes de Boipeba, muitas apreciaveis serras: veem-se varios rios sulcar suas aguas diversas canoas e embarcações para differentes rumos e portos, agradavel objeto aos que de terra o contemplam.

A bellesa e amenidade deste campo inspira uma doce e mysteriosa contemplação que arrebatá o pensamento. Bem chamavam os gentios — Casa do Sol — Cayru.

Barão de Itapororocas

Por MARIO TORRES.

José Joaquim Moniz Barretto de Aragão e Menezes n. na Vila de S. Francisco em 1785 e foi sepultado na Igreja da Piedade na Bahia, onde faleceu a 5-XII-1834, descendente de familia nobre, era filho legitimo de Antonio Moniz de Souza Barretto de Aragão e D. Luiza Francisca Zeferina Moniz, neto de Egas Carlos de Souza Menezes e D. Maria Francisca da Conceição, bisneto do Cel. Antonio Ferreira de Souza e de D. Izabel de Menezes, trineto de Egas Moniz Barretto (1642) e Ignez Barbalho Bezerra, tetraneto de Francisco Barretto de Menezes e Izabel de Aragão e Souza. Seu tetra-avô Francisco Barretto de Menezes era tetraneto de Guilherme Moniz Berretto e Joana Côrte Real, primeiros membros desta familia que vieram para a Bahia no seculo XV.

Proprietário dos engenhos Guahiba, St. Estevam e Flecha no Municipio da Villa de S. Francisco, do Solar aos Barris, onde foi o Colégio Abilio, que teve alunos Ruy Barbosa e Castro Alves, casou-se com D. Josepha Joaquina Ferrão Castello Branco a 24-VI-1806.

Foi agraciado Fidalgo Cavalleiro, em 10-VII-1786 pela Rainha D. Maria I e na Ordem de N. S. Jesus Christo em 2-1-1811.

Soldado da Companhia de Voluntarios a cavalo, guarda do augustissimo Sr. D. Pedro de Alcantara.

Pelas excepcionais qualidades que o distinguiram, em 7-1-1824, foi nomeado Segundo Commandante do Corpo da Guarda Civica na Bahia e, por acto de 9-1, do mesmo anno, Official da Ordem Imperial, do Cruzeiro. Foi promovido, em 29-XII-1825 a Tenente-Coronel agregado de um dos Corpos de 2.^a Linha da Provincia da Bahia. Barão de Itapororocas, por Dec. de 12-X-1923.

O casal teve os seguintes filhos:

1 — Maria Amalia Ferrão Moniz Barretto de Aragão Menezes n. 17-VI-1806, Baroneza de Rio de Contas, por se ter casado com Frutuoso Vicente Vianna, segundo Barão desse titulo;

2 — Commendador Antonio Ferrão Moniz, n. 28-XII-1813, f. 31-VII-1887, sabio escriptor, que foi Director da Bibliotheca Publica da Bahia e se casou com D. Maria Adelaide Sodré Moniz de Aragão, tambem nobre;

3 — Egas Ferrão Moniz de Aragão;

4 — D. Emilia Augusta Moniz Bulcão, Baroneza de Matoin, casada com Joaquim Ignacio de Aragão Bulcão.

O Barão de Itapororocas era irmão: de Antonio Moniz Barretto de Aragão e Menezes, que foi o ultimo morgado da familia; de Joaquim Egas Moniz Barretto de Aragão; de Salvador Moniz Barretto de Aragão, Barão de Paraguassú, e de Manoel Ignacio Moniz Barretto de Aragão, pai da Baroneza de Alemquer.

José Joaquim Moniz Barretto foi Membro da junta Governativa de Cachoeira, tomou parte saliente na Independencia, como se vê da sua declaração em documento existente no Instituto Geografico e Historico, que reza: "concorrendo com todos os meios ao seu alcance ao bem da Sagrada causa do Brasil, já com donativos pecuniarios, para a Caixa Militar, carros e cavalgaduras para a força e prestações de bois para manutenção das Tropas reunidas na Villa de São Francisco, onde residia, afim de sustentar-se *contra manifesta opposição do intruso Governador das Armas, o sordido Madeira*, apoiado, das cortes pretorianas e dos insubordinados Lusitanos, dando o grito salvador desta malfadada Provincia para sempre no memoravel dia 29 de Junho na Villa de S. Francisco e nas mais do Reconcavo, já com o serviço de sua escravatura e espontaneo offercimento de quanto tem em qualquer dos seus tres Engenhos e mais propriedades, offerecendo-se não só para commandar posteriormente um dos batalhões na Provincia pacificada, como manter ás suas custas o armamento para a terça parte do total das praças do Batalhão que dirigir".

O seu aproveitamento e os titulos obtidos no Imperio, justificaram a sua ação.

NOTAS — Vide José Joaquim Moniz Barretto de Aragão nos "Apontamentos para a Biographia Brasileira" autografo de Antonio Ferrão Moniz — 1836 a 1878.

V. *Moniz Barreto* — Anuario Genealogico n. I, S. Paulo ano, 1939, pag. 283.

V. *Idem* Anuario Genealogico n. IV, 1942, pag. 167.

IV. *Itapororocas* — (Barão de...) Anuario Genealogico n. III, ano 1941, pag. 60 n. 403.

V. *Familia Moniz* — O Democrata — Bahia 17-VII-1916 e rev. do Instituto Heráldico Genealógico — Ano IV n. 7. 1.º sem. 1940, pag. 43, ambos de Dr. Oscar Argôlo.

V. *Familias Bahianas* — III "Moniz" por Antonio de A. de A. Bulcão Sobrinho Diario da Bahia 28-8-43.

Conselheiro Joaquim Antonio de Souza Spinola

Por GONÇALO DE ATHAYDE PEREIRA

O Conselheiro JOAQUIM ANTONIO DE SOUZA SPINOLA nasceu na cidade de Caetité, no Estado da Bahia, aos 12 de Outubro de 1847, de illustre familia sertaneja. Fez os seus estudos de preparatórios nesta Capital, no Collegio Sebrão, formando-se em Direito, no Recife. Exerceu os seguintes cargos da magistratura: — Juiz Municipal e dos Orphãos em Lençóes; Juiz de Direito em Caetité, Porto Seguro e São Felix, sendo nomeado Conselheiro do Tribunal de Apellação e Revista da Bahia, quando este foi organizado na Republica, em 1892. Mais tarde, em 1900, foi eleito Presidente do mesmo Tribunal, do qual já era vice-presidente, por eleição, sendo sucessivamente reeleito Presidente até que faleceu, nesta Capital, aos 8 de Junho de 1906.

Foi considerado nesta Capital e em Pernambuco como um dos primeiros estudantes do seu tempo e, como magistrado na Bahia, as suas sentenças em favor da abolição foram notáveis e repercutiram na imprensa liberal da Côrte, sendo ainda hoje citadas em livros e conferências sôbre o abolicionismos. No exercicio da alta magistratura do Estado, o seu nome foi sempre apontado como exemplo de integridade, honradez e probidade, sendo considerado como um dos juizes mais illustres e independentes que a Bahia tem tido no sua alta Côrte de Justiça.

Conhecia muito bem as humanidades, sobretudo o latim, e foi tambem um grande e destimido jornalista quando acidentalmente dirigiu o "Pequeno Jornal", de Cezar Zama, durante uma ausencia deste, que estava no Rio de Janeiro, como Deputado Federal pela Bahia.

Publicou um livro sobre "Terras", ainda hoje consultado com proveito, e fundou e dirigiu por muitos annos a "Revista dos Tribunaes", vasto repositorio de Legislação, Doutrina e Jurisprudencia, mais tarde continuada por seus filhos e ainda hoje existente, prestando com isto relevantes serviços á cultura juridica da Bahia.

Sua morte causou consternação neste Estado; deixou viuva e 11 filhos, quasi todos ainda menores, sendo tribuladaõ sentidas homenagem á sua memoria.

Reminiscencias da Guerra de Canudos

(CONCLUSÃO)

Por XAVIER DE OLIVEIRA,
Academico da época.

SERVIÇO DE CLINICA MEDICA

Merece destaque a atuação do professor de Clinica Medica Dr. Braulio da Silva Pereira. Aquele espirito de eleição que da medicina fez apostolado, visitava todas as enfermarias da Faculdade, encarregando-se do serviço propriamente medico.

Para os doentes era como se fosse um pai; para os academicos, como se fosse um déles.

Foram seus auxiliares: Mario Ferreira Gomes, Alberto Novis, Alfredo Teixeira e Clementino Fraga.

SERVIÇO DE FARMACIA

A Farmacia da Faculdade, com o nome de Oficina Soubeirau, Trabalhava dia e noite com 12 farmaceuticos sendo diretor o Dr. Antonio Vitorie de Araujo Falcão.

Os farmaceuticos eram Dr. Francisco Carrascosa, Dr. José Julio de Calasans, Dr. Josino Cotias, Petro Loureiro, Americo Vespuccio, A. Diniz, Francisco Carlos Freire, Americo Duarte, Hermelino Ribeiro, Alvaro Guimarães e Araujo.

Estes farmaceuticos dividiam-se em turmas de três, auxiliada cada qual por dóze estudantes, sendo quatro de cada serie do curso farmaceutico.

O serviço de farmacia do Hospital Kekulé (Mosteiro de S. Bento) foi instalado com a denominação Oficina Dorvanet.

Dirigia essa officina o farmaceutico Adolfo Diniz Gonçalves ajudado pelos estudantes de farmacia.

Merece especial menção o desprendimento do farmaceutico Heracio Mellors, proprietario de uma farmacia em São Pedro, esquina do Bêco de Maria Paz hoje rua Sabino Vieira, que aviou gratuitamente todas as formulas destinadas aos soldados internados no Hospital Kakulé.

Já não existe esse bom e caridoso profissional.

Acabou os dias em extrema penuria, num arremêdo de farmacia, lá para as Fendas da Baixa da Quinta.

Nunca o seu nome foi lembrado. E existem tantos na nomenclatura das ruas e viélas da cidade!!

COOPERAÇÃO DOS ACADEMICOS

É grato referir não ter sido notada abstenção de um só no auxilio a uns mestres durante todo o periodo de operosidade nem campanha humanitaria.

Sendo apenas para demonstrar a ordem e o método com que tudo foi feito é que destacamos aqui nomes na organização dos trabalhos.

No *Hospital Virchow* (Faculdade de Medicina) trabalharam como internos: Vital Cardoso do Rêgo, Augusto Couto Maio, Clodoreu Lins Coêlho da Paz, Joaquim Ferreira Lima, Herculano Pinheiro, Antonio Pereira da Silva, Joaquim Augusto Tanajura, Venancio Castro, Ouinto de Abreu e Silva, Benjamin Coêlho, Joaquim Rosa, Olimpio Lelis Ferreira e Gustavo Hasselmann.

Hospital Kukulé — Internos: Raul Cardoso da Costa, Manoel Dias Pereira, Antonio Galcalves Moreira, Pedro Bento Urbano Martins, João Ribeiro de Souza Viana, João Joaquim Ferreira Gario, Francisco Xavier de Carvalho, Climerio Guimarães, Bento Galvão, Luiz Euclides Campos, José Olimpio Filho, Pedro Emilio Gomes da Silva, Alfredo Brandão, Alvaro Guimarães Maia, Manoel Alexandrino da Rocha, Adriano Viana, Alexandre de Carvalho Drumond, Aurelio Ferreira Caldas, Manoel Brandão, Oscar Pereira de Carvalho, José Eduardo Freire de Carvalho, Pedro Calixto de Mello, Alcides Torres, Carlos da Silva Lopes, Oscar Freire de arvalho, José Novais, Alvaro Ribeiro, Prudente de O. Cunha, Pedro E. de Lima, Alfredo Dantas, Teodoro Macedo, José Penalva de Faria, Deodoro Alvaro Soares e Eduardo Dini Gonçalves

Hospital Dupuytren (No Arsenal de Guerra).

(Não conseguimos saber os nomes dos academicos que trabalharam neste hospital).

Hospital Hebra (no Forte da Jequitaiá).

Internos: Arthur Novis, Alfredo Teixeira, Carlos Pitombo, Lopes Pontes, Jeronimo Gesteira, Joviniano Costa, Paulo Martins, Arthur Janson

Edificante — Os alunos da 1.^a serie, sem estudos suficientes para prestarem serviço medico-farmacêutico, levaram dôces e cigarros aos feridos e liam para elles as noticias veiculadas pelos jornais.

O NUMERO DE FERIDOS

Só por meio de uma pesquisa minuciosa no arquivo da Faculdade de Medicina se poderá, talvez, conhecer o numero de feridos nessa memoravel campanha.

O numero, porém, de hospitais, enfermarias, medicos, farmacêuticos, academicos, empenhados nessa bemfazeja tarefa dá idéia da quantidade dos atingidos pelas balas dos sequazes de Antonio Conselheiro.

De notas esparsas podemos colhêr que no dia 27 de Julho do ano da luta existiam em Favela 1650 feridos e a 8 de Agosto seguinte, sem tempo portanto para que alguns desses pudessem chegar à capital, estavam internados só no Hospital Virekow 173.

Adicione-se a este numero quantos poderiam estar em tratamento nas outras 14 enfermarias de emergencia da Capital, no Hospital Militar das Pitangueiras, no de Santa Isabel, nos de Queimadas, Cansanção, Queimadas e os em transito, e calcular-se-á um nuenro assombroso para os primeiros embates da campanha sangrenta.

O INICIO DA MARCHA

Partimos de Queimadas às duas da tarde de 11, todos satisfeitos, depois de abraçar amistosamente colegas, oficiais, telegrafistas e pessoas outras que conosco mantiveram boas relações nesse entreposto militar.

Aí ficaram fazendo parte do corpo sanitário os colegas Caio Moura, Emilio Brito e Antônio Gonçalves, além dos doutorandos Selmann e Nicanor Barbosa.

Iamos montados, uns melhor do que outros, em animais de aluguel, com arreios fornecidos pelo Estado.

Acômpanharam-nos até muito além da ponte sôbre o Itapicuru o Chefe da Segurança Pública do Estado, Dr. Félix Gaspar de Barros e Almeida, que aí se achava providenciando, com a energia que lhe era peculiar, para que fôsem satisfeito todas as necessidades da tropa em movimento, e mais os alferes Sodré Pereira, Antônio Ortiz e Propício, os quais se portaram para conosco como se fôsem, mais do que amigos, verdadeiros irmãos.

Feitas as despedidas, debaixo de calorosos vivas à República, ao exército, à Bahia e a seu govêrno, desceu sôbre a caravana em marcha, com a monotonia do ruido dos passos de pedestres e cavaleiros a um de fundo pesado silêncio por alguns minutos.

Dir-se-ia que até então os acadêmicos folgavam em alegre convescote de desfêcho *ex-abrupto*, e que agora a sós, em marcha com um batalhão de desconhecidos, vindo de outro Estado, à alacridade em que até aí se viram envolvidos, seguiram-se tristeza e arrependimento.

Puro e completo engano.

A transformação se dava nesse momento em honra dos créditos e da moral dêsse moços que voluntariamente abandonaram o conforto e carinho familiares, para acudir aqueles que nos inhóspitos sertões sofriam a falta de penso às feridas recebidas em defesa da ordem interna do país, ou na crença infundada de muitos, de segurança do regimen republicano.

Dum momento para outro aquele grupo, que parecia em função de alegre estudiantada, transmudara-se em compenetrados funcionários do serviço sanitário das forças expedicionárias, pensando cada qual as responsabilidades assumidas e firmes no cum-

primeto desinteressado do dever de caridade a que se iam dedicando como futuros esculápios.

Não é este modo de ver uma conjectura entusiástica, graciosa e imodéstia de um deles que garatuja estas linhas; é a conclusão autorizada pelos fatos históricos da atuação em todos os postos de socorro, desde os mais longínquos do campo de batalha, até os que se instalaram nas próprias linhas de fogo.

Quais eram os acadêmicos dessa turma?

Eram os quintanistas João de Sousa Pondé, Pedro de Barros Albernaz; quartanistas Domingos Pereira Monteiro, Francisco Xavier de Oliveira, Josefino Moreira de Castro, Joaquim José Xavier, Amando Apio de Moura Medrado, terceiranista Fausto de Araújo Galo.

Marcha lenta, sem incidentes, a dessa tarde de Agôsto de 1897, até o primeiro pouso:

CONTENDAS

Contendas era uma área pequena com um casebre ocupado por tropeiros, e um pasto abandonado.

Ai acampamos sem armar barracas, pois que estas não haviam chegado. Vinham com os cunhêtes de balas e alguma munição de bôca, num carro de boi que se tinha atrazado.

Defrontamo-nos, portanto, com o primeiro problema serio da campanha.

Por lençol o sólo querido da patria e por coberta o lindo céu estrelado do Brasil.

Poético a mais não ser, mas.....

A necessidade gera recursos. Diz o provérbio: — Quem não tem cão caça com gato.

Estendemos sôbre o chão as mantas e baixeiros dos arreios; dobramos os chapéus de feltro mole, fazendo dêsse material, colchões e travesseiros. E, mal cobertos com as nossas capas, dormimos, ou melhor, curtimos o frio dêsse clima na primeira noite da campanha prôpriamente dita.

Começamos logo a compreender o risco a que estava exposta a nossa saúde já de certo modo abalada com a péssima alimentação em Queimadas.

Não nos preocupava a hipótese de sermos atingidos pelas balas dos asseclas de Antônio Conselheiro, em viagem ou nos postos que nos fôssem designados para exercício de nossa missão.

Temíamos não alcançar os pontos a que nos destinavamos, impedidos por motivos de saúde.

Desde Queimadas, como foi dito, a nossa higidês não era das melhores, pois que as funções digestivas se ressentiam do picadinho com farófia comido às pressas.

Devido a êsse estado em que havia unanimidade, Pondé precisou levantar-se a alta hora e, na ignorância em que todos nós estávamos, afastou-se um pouco do acampamento. De repente

ouviu-se um movimento de soldados e verificamos que era a guarda que ia reconhecer um vulto detido por uma sentinela perdida.

Esse vulto não era outro senão o nosso circunspecto Pondé que, reconhecido, voltou em paz ao doce aconchêgo dos arreios de sua montada.

Ficamos sabendo que o acampamento era vigiado por duas guardas, à vanguarda e à retaguarda, e por sentinelas perdidas a certa distância, mata a dentro.

Pela manhã pusemo-nos em marcha, pousando logo depois do meio-dia em

TANQUINHO

Era uma fazenda sem os proprietários. Possuía espaçosa casa avarandada onde se aboletavam tropeiros, oficiais e soldados doentes, feridos ou não, de volta de Canudos, em busca da capital.

Aí posamos e passamos a noite.

A tarde desse dia é que o carro de boi nos alcançou, assim como o gado em pequeno número, destinado à carneação.

Tivemos então, pela primeira vez, o prazer de saborear o churrasco de carne tirada do boi ainda vivo e sapecada nas brasas, enfiada num espêto de pau.

Cada qual ia tirando a canivete a sua lasca e mastigando-a com pirão de água fria. Esta ia sendo suportável, embora fôsse colhida, depois da corrente do Itapicurú, em Queimadas, sempre de pequenas lagoas que vinham resistindo à estiagem.

Entre os acadêmicos e a oficialidade do batalhão já se havia estabelecido alguma camaradagem e começava-se a sentir o alto grau de delicada cortezia de seu comandante, o coronel Elesbão dos Reis, que era também capitão do exército.

Do modo atencioso de suas ordens e recomendações conservamos sempre grata recordação.

Tendo o autor destas linhas o medicado por ligeiro incômodo de saúde, com resultado satisfatório ficou por isso a seu lado nos dias imediatos da marcha, estabelecendo-se intimidade entre ambos.

Adiante se verá por que é mencionada esta eventualidade.

Como dissemos, aí chegou o carro de boi onde vinham as barracas que foram logo distribuídas e armadas para acampamento do batalhão.

Tivemos também as nossas; uma para cada grupo de dois ou três acadêmicos, reunidos conforme as respectivas afinidades.

Em uma instalaram-se João Podé, Pedro Albernaz e o narrador.

A tarde passou e a noite sem maior ocorrência.

Apenas tivemos oportunidade de verificar nossas excelentes qualidades de atiradores.

Sim, porque íamos armados de revólveres, como militares improvisados que eramos.

Está entendido que essas armas deveriam apenas servir para nossa defesa pessoal, pois que outra era a nossa missão.

Sem outra coisa a fazer, deliberamos experimentar nossas Nagans e Smith Wesson e, colocando uma porta que encontramos arrancada, de encontro a um umbuzeiro, fizemos um alvo a carvão e cada qual tratou de mostrar sua perícia.

Nenhum feriu o alvo, que por sinal não era pequeno e por contraste era preto, havendo alguns, em cujo número estava o cronista, que não acertaram na porta.

Mais tarde vieram estes a saber que quando faziam pontaria fechavam justamente o olho que devia estar aberto.

Isto faz lembrar o caso do duelo a pistola em que os contendores saíram ilesos e baleadas duas testemunhas.

A área do acampamento era um raspadoiro coberto de vegetação daninha e ao ser roçado para as barracas, ouviu-se chocalhar uma cascável. Serpente venenosa e leal, visto que incomodada, manifesta logo sua disposição defensiva, fazendo soar caracteristicamente seus intrincados anéis.

Passada a noite, levantamos acampamento. Verificada a dificuldade do carro de boi acompanhar o batalhão, por não ser a estrada carroçável, havendo passagens difficilimas, e considerando que teríamos de marchar todo o dia, pois só a grande distância encontraríamos água, o comandante resolveu distribuir logo as rações para o resto da viagem até Monte-Santo, onde deveríamos chegar no terceiro dia.

Feita a distribuição, sobrou um barril de cachaça que não era prudente deixar atrás. Oferecida a cada um de nós a porção que pudesse ser conduzida, não foi aceita. A única vasilha que conduzíamos era o cantil de água.

Dois e meio litros para um dia de viagem sob o inclemente sol do sertão.

Um acôrdo, porém, foi estabelecido.

O escrevinhador desta passagem foi sorteado para encher da *minduba* o seu cantil, com a condição de dar aos colegas um gole em troca de outro de água.

Ficariam assim todos servidos.

Durante o trajeto pelo fato de precisar ficar ao lado do comandante, como médico assistente, na retaguarda, portanto, o moço da *pura* distanciou-se dos companheiros que só puderam ser atingidos à tarde, com os cantis completamente secos.

De sorte que não sendo possível matar sede com aguardante, teve o portador de socorrer-se do miôlo de *cabeça de fraile* para manter a língua úmida e transformada em lixa. Nesse percurso muitos soldados boiaram porque tendo abandonado o calçado arrebetaram os pés no *feijão miúdo* (pedrinhas do caminho em certos trechos).

Causava dó, vê-los sentados à beira do caminho, muitos dêles com os pés a sangrar.

O major-fiscal do batalhão que vinha atrás de tôda a tropa

começou a providenciar no transporte dos estropiados, alguns até carregados em padiolas.

Devia ter isto servido de lição, considerada a vantagem que leva na luta o homem acostumado a andar descalço contra aquele que vive sempre calçado.

Não nos recordamos do nome do major-fiscal. Era um mestiço de corpulência excessiva, cujo pêso só poderia ser suportado por possante alimaria como era a bêsta queimada que cavalgava.

Era voz geral no batalhão que êle não voltaria por ser excelente alvo para as balas dos conselheiristas.

Realmente. Certa vez em que passamos de novo em Tanquinho, fomos visitá-lo na barraca onde estava ferido e de viagem para a nossa capital.

Pela fisionomia o não reconheceríamos. O rosto disforme, tumefeito, olhos fechados, tôda a figura coberta de pequenos ferimentos donde tinham sido extraídos alguns dos múltiplos projéteis de localização superficial.

Recebera em pleno rosto uma bacamartada a queima-roupa.

De Tanquinho viajamos sem descanso até chegarmos à tardinha a

LAGOA DA ONÇA

Quando havíamos deixado Tanquinho, depois de mais de uma hora de marcha, deparou-se-nos, numa volta mais larga e à direita da estrada, uma casa como são tôdas as moradas dos roceiros dessa e de outras zonas do interior do Estado.

A mesma sem-arte primitiva que, no dizer de Monteiro Lobato, causa riso ao castor.

Mal nos íamos aproximando, sai de lá um velho desempenado, alto, espadaúdo, tez acobreada, cabelos quase lisos e alvos.

Vem na nossa direção com ar acolhedor. Identificamo-lo logo pelas notícias que se nos tinham dado dêsse elemento de ordem.

O narrador não se conteve e exclamou: *Velho Buraqueira?! Em cima das buchas veio a resposta: — Aqui estou na vossa beira, vossa senhoria.*

Foi uma demonstração recíproca de alegria entre o octogênio forte e a turma moça ali presente.

O batalhão já havia passado e nós não tínhamos pressa, porque, montados, alcança-lo-íamos daí a pouco.

Um bule grande de café fumegante apareceu logo no terreiro, trazido por um menino (como êle chamou o filho de sua altura) com as competentes chúcaras.

Montados mesmo matamos a saudade, porque aí podíamos dar ao saboroso licôr o seu nome, sem eufemismo.

Lagoa da Onça era um sítio estreito, quase sem espaço para acampamento, com um casebre habitado por uns três ou quatro homens.

Água melhor, de um pôço ou cisterna irregular, com as mar-

gens de pedra, encimado por um girau coberto da mesma pedra em lâminas.

Neste pouso tivemos agradável surprêsa. Os moradores haviam matado uns porquinhos e estavam retalhando a três mil réis o quilo, pesado a ôlho (preço excessivo naquele tempo). Como era noite já, e havia um pouco distante donde pousara o batalhão, um lagedo, no qual nos poderíamos espichar à vontade, dispensamos os bagageiros de armarem as barracas.

Armada a tripeça sôbre o fogo, fizemos cêrco à panelada, antegozando a petisqueira que, pela primeira vez, iríamos provar: carne de porco cozida sem sal.

De vez em quando a panela ganhava fogo, desprendendo-se do interior uma chama azulada.

Dizia então o Apio Medrado: — a carne está tão gôrda que está pegando fogo.

Quando começamos a mastigar sentimos gôsto de cachaça e descobrimos, sem maior exame, que o bagageiro, por engano, tinha despejado na panela o cantil da *brânquinha*.

Motivo foi êste para riso e algumas piadas. Pondé, que sempre falava por último, obtemperou:

— Nada; o bagageiro é um benemérito e fez isto para nos livrar da solitária.

Feito o repasto, aboletamo-nos com a nossa *ferramenta de dormir*, como dizia o Josefino Moreira, sôbre a lage a que já nos referimos.

Surgiu, então, o Monteiro com a novidade de que naqueles matos devia haver onças (o nome do lugar estava a dizer) e que corríamos o risco de sermos atacados durante o sono.

Propôs ficasse um de sentinela, devendo ser substituído, passadas duas horas.

Discutida, foi aceita a proposta na condição de ser êle o primeiro a ficar de vigia.

Quando todos dormiam o vigilante deu alarme. Levantando-nos, encontramos-lo assombrado, de revólver em punho a apontar um "bicho", "um bieho enorme que passou ali daquele lado".

Pergunta o Apio: — de que tamanho é o bicho?

"Tamanho de um cachorro pequeno", foi a resposta. A gargalhada foi geral. A interrogação ficou servindo de estribilho para apoquentar o Monteiro que infezava ou dava cada resposta..

Como temos observado só havia água de longe em longe, em poços ou pequenas lagoas. A soalheira dominava.

Nessas pequenas coleções hídricas se dessedentava pela manhã e à tardinha uma quantidade regular de aves de variada espécie, encantando a vista e o ouvido com a multiplicidade de cantos e lindos coloridos de plumagem.

Noites belas de céu limpo e estrelado.

Frio sêco sem uma gota de orvalho. Dêste pouso seguimos para

MONTE-SANTO

A vila de Monte-Santo nada mais era do que uma praça quadrangular, sem calçamento, prolongando-se os dois lados mais extensos em duas ruazinhas calçadas a mata-cão.

Quasi no centro um grande tamarindeiro a cuja sombra havia bancos de madeira de pés fincados ao solo.

Pouco acima da frondosa árvore, a igreja de boas proporções que nunca vimos aberta.

Casas terreas de fachadas uniformes com uma ou outra exceção e um unico sobrado.

Situada ao sopé de um monte a cujo pico dá acesso uma estrada calçada de cerca de meia legua salteada de um lado e outro do percurso por capelinhas em numero de vinte, tornando no atrio de uma de maiores proporções, a vila differença-se pelo aspeto do comum das vilas sertanejas.

Inteiramente abandonadas pela população civil estavam as habitações occupadas literalmente pela tropa.

Sem casa onde nos pudessemos abrigar continuamos ligados ao batalhão paulista, mandando armar nossas barracas no seu acampamento numa parte mais alta do arredor da vila, encostada ao monte.

Comandava a praça de guerra o major Martiniano Ferreira a quem nos apresentamos como era dever.

Fomos tratados com delicadeza e tivemos logo as nossas guias devidamente visadas, fallando apenas, como ultima formalidade, apresentarmo-nos ao Chefe do Serviço Sanitario.

Este era o major-medico Dr. Paula Arvelos.

Não nos recebeu com boa cara nem boas palavras.

Tomou-nos as guias dizendo que só visaria depois de uma reunião da qual seriamos avisados.

Em Monte-Santo encontramos alguns colegas da 1.^a turma.

Eram elles: Agostinho Araujo Jorge, Teofilo, Holanda Cavalcante, Aristarco Dantas, Miguel de Lima Mendes, Benicio Chaves, Sebastião Ivo Soares e Adolfo Viana.

Estavam ainda sem orientação porque, havendo grande numero de doentes, não havia a quem servissem elles de auxiliares.

Os medicos militares aí estacionados nada faziam, alegando não haver os recursos necessarios.

Trabalhando, e muito, encontramos nosso colega Adolfo Viana fazendo clinica medica de *carregação*, como dizia elle na sua verve natural.

De pé junto a uma pequena banca, onde se viam umas três ou quatro garrafas de remedio, atendia á clientéla que entupia a sala, ouvindo e examinando de relance a cada um e fazendo ingerir um calice das poções que ali se achavam.

Neste myster levava o dia inteiro, largando apenas o tempo necessario para engulir a miseravel *boia* de que ali se dispunha.

Alguns academicos estavam dispostos a voltar, já desagra-

davelmente surpreendidos com a cara de poucos amigos do Chefe do Serviço Sanitário.

Um dos da nossa turma, diante de tal situação voltou no dia imediato para Queimadas e dali para a Capital.

Foi o tal do bicho enorme, tamanho de um cachorro pequeno.

Nesta turma havia um grupo deliberativo, pois que desde a direção do Club Academico se tinha estabelecido entre elles certa coesão e firmado amisade.

Eram: João Pondé, Pedro Albernaz e o narrador.

O que esta trindade resolvia era aceito sem relutancia.

Ficou então assentado enfrentar-se a situação como se apresentara; fazer quanto possivel para não sermos inativos enquanto ai estivessemos e seguirmos para Canudos logo que o batalhão paulista partisse.

Pedimos imediatamente fosse determinado onde se deveria trabalhar.

Por ordem do major-medico Dr. José Lopes da Silva Junior, que exercia um cargo qualquer de importancia, fomos procurados por enfermeiros para tomar conta de hospitais.

Começamos então a trabalhar.

UM HOSPITAL

Descreve-se aqui, sem carregar nas tintas, o que foi posto sob a direção do narrador, porque foi o que elle viu inteiramente com os proprios olhos.

O quadro está ainda bem vivo na memoria, passados tantos anos, como se ainda tivesse sob a vista aquele espetaculo enristecedor.

Levado por um enfermeiro, que era um preto alto com a divisa de anspeçada do exercito, entrou o academico em uma casa de porta e duas janelas no correr fronteiro á igreja.

Ao entrar, a dois passos da porta foi encontrando feridos deitados pelo chão.

A pequena sala de frente estava estivada deles. O quarto imediato nas mesmas condições.

Pelo corredor afóra, no segundo quarto, na sala de jantar e na cosinha, identico quadro desolador.

Suplicas, gemidos de confranger o mais empedernido co-
ração.

Feridas supuradas das mais variadas localizações e das mais irregulares fórmias e dimensões; ossos á vista nas fraturas expostas; dôres, magréza, miseria organica, fetido.

Inundicie em tudo; nos corpos, nos trapos raros, no ladrilho frio de tijólos.

Rastejando junto á grade do corredor, a figura esqueletica de um baleado no ventre, com as fézes a sair, na incontinencia de um anus sem esfincter.

O enfermeiro levava nas mãos um frasco de acido fenico, uma bacia de folha de Flandres e... mais nada.

O *diretor* (sem auxiliares porque a bacia era uma só) carregava na capanga a sua carteira de pequena cirurgia; na cachola as noções de antiseptia lidas nos livros didaticos e aprendidas tambem nas lições de seus mestres e mais a paciencia e a resignação que Deus lhe deu.

Começou a lavar feridas, deixando cair sobre ellas agua fénicada tirada da bacia com as próprias mãos.

O trabalho do enfermeiro consistia em renovar a agua e fazer a solução.

O efluente dessas lavagens infiltrava-se na porosidade do pavimento.

De cócoras todo o tempo, quando terminou a tarefa tinha o *diretor* feito sessenta e um curativos.

Indagado porque os médicos não providenciavam para melhorar aquella situação horrivel, o enfermeiro apontando para um grupo que estava nos bancos debaixo do tamarindeiro, onde se jogava gamão, respondeu:

O hospital dêles é ali.

Menos contristador não foi o quadro que se apresentou a vista dos demais colegas, ao assumir cada qual a direção do hospital que lhe fôra entregue. A mesma descrição horripilante era transmitida reciprocamente nas trocas de impressões.

Uns, tanto da nossa como da primeira turma que aí encontramos, resolveram voltar para Queimadas e para a capital onde seriam mais proveitosos os seus serviços; outros decidiram-se a aguardar providencias; os restantes em numero de cinco dispuzeram-se, conforme já foi dito, a seguir para Canudos com o batalhão de S. Paulo.

Durante os três dias que passaram em Monte-Santo os cinco que tinham resolução inabalavel de seguir adiante não deixaram de vistar duas vêzes por dia os seus hospitais. Por falta de qualquer pó antiseptico queimavam parte das bolachas que lhes davam para o café, reduziam o carvão obtido a pó fino e applicavam sobre as chagas.

No dia 17 foi resolvida a partida do batalhão.

Havia uma dificuldade que foi afastada pela attitude de um

ALUNO DA ESCOLA MILITAR

O Chefe Dr. Arvelos tinha deliberado não nos devolver as guias, considerando-nos desobedientes (a todos os academicos presentes) porque não nos quisemos submeter á arguição, especie de exame, numa como aula por êle determinada na Casa da Ordem, com carteira, bancos da igreja, como se fosse nosso professor.

O seu amanuense, porém era um aluno da Escola Militar que,

revoltado com o mau tratamento, resolveu fugir e apresentar-se em Canudos ao general Artur Oscar.

Argumentava êle, quando á tardinha nos comunicou sua resolução: — Não serei castigado porque deserto de um trabalho de secretaria, longe do campo de luta, para pedir incorporação na linha de fogo".

Garantiu-nos nessa ocasião que levaria consigo as guias dos que queriam seguir.

Dito e feito.

No outro dia, logo cedinho, estava o batalhão em fôrma e lá estava êle de carabina ao hombro.

Deu-nos as guias e marchou com o batalhão.

Nós ainda nos demoramos algumas horas. O comandante disse-nos que poderíamos sair mais tarde, porque êle acamparia em Caldeirão, distante apenas três leguas. Indo nós montados, não havia necessidade de partida áquella hora.

Demoramo-nos mais do que o razoavel, de sorte que alcançamos Caldeirão noite feita. E noite escura.

Ao aproximarmo-nos a sentinela perdida mandou fazer alto. Veio então a guarda reconhecer-nos. Um sargento examinava com uma lanterna as nossas guias, iluminava-nos o rosto, enquanto estavamos de peito encostado ás pontas das baionetas dos soldados.

No dia immediato o comandante fez sobre o fato delicada observação.

CALDEIRÃO

Este pouso era como os demais, exceto a do Velho Buraqueira, uma fazenda da qual os proprietários se tinham retirado.

Dormimos nas nossas barracas e daí partimos para

JOA

A este logar chegamos ás 2 horas da tarde marchando sob um sol de rachar, economizando a agua dos cantis.

Uns sertanêjos que apareceram nos venderam requeijão e raspaduras—.

Viram alguns de nós, pela primeira vez, os tijólos:— raspaduras de grande tamanho usuais naquele sertão.

Foi uma delicia.

Recordamo-nos do tempo de collegio em que os externos contrabandeavam as manducas para os internos, camufladas, como se diz hoje, como livros ou outro qualquer volume de transito permitido.

Havia neste pouso duas casas vazias e abertas, situadas na parte alta de um descampado em leve aclive.

A terra era nua e de tristonha cor amarelada.

A aguada fazia-se numa pequena lagôa restante do que as

chuvas anteriores haviam acumulado e estagnado, e a evaporação e captação de quantos sedentos por ali passaram, iam reduzindo de volume.

Não é preciso dizer de que grau era sua potabilidade.

Deste pouso partimos, passada a noite, e chegamos de lábios e língua secos a

ARACATI

Na baixada plana contígua ao monte acampou o batalhão de 4 para 5 horas da tarde.

O comandante recomendou silencio e que fossem apagadas as fogueiras uma vez terminado o rancho, pois que estávamos já em zona perigosa.

A agua ai era melhor e sem escassês.

Podemos, pois escovar os dentes e lavar o rosto, o que nem sempre era possível.

Pela madrugada a cornêta deu apenas quatro compassos do toque de alvorada, que em campanha não obedece a horario, e em pouco tempo estávamos em marcha.

Viajamos todo o dia passando por Jueté, Rosario, até alcançarmos Baixinha às 5 horas da tarde.

Na ladeira do Rosario, já celebrizada pelo embate sofrido pela coluna Artur Osear, encontramos dois soldados mortos e mirrados pelo sol.

Horresco referens: — Um, suspenso a uma arvore pendurado pelo pescôço; outro estendido à beira do caminho.

Porque deixavam as tropas, passantes aqueles companheiros mortos no cumprimento do pesado dever, assim abandonados sem a caridade de um palmo de terra?

E ainda mais.

Porque demorava a? a baloiçar-se ao vento, aquela mumia, estandarte macabro, com a dentadura à mostra, como a rir-se de tanta incuria e de tanta deshumanidade?!

Dizia-se que a passagem era perigosa para qualquer demora.

Ai é que a 1.ª coluna da 4.ª expedição recebera de flanco um dos mais pesados choques.

A tropa passava por esse trêcho arriscadissimo sem parar ao menos para refazer os cantis no leito sêco de um riacho, cuja sinuosidade lá muito em baixo se ostentava.

A impressã caquele quadro horrendo ficou estampada na fisionomia de quantos o contemplaram.

E assim, pensando que aquela poderia talvez ser a maneira de acabar os dias, chegamos ao pouso a que nos destinávamos nesse dia de pungente recordação.

BAIXINHA

Seriam 5 horas da tarde e vinha-se marchando desde pela manhã por uma estrada aberta na espessura dos mandacarús.

Pelo caminho, de espaço a espaço, o cadáver mirrado de um animal qualquer, de que os urubús haviam devorado os olhos.

Cavalos e burros esqueleticos morrendo de fome e sede até quando as forças o permitissem.

Um espetáculo que pareceria comico, se não fosse mais para lastimar do que para divertir, foi o que presenciamos.

Um urubú, de asas abertas, andando com aquele passo jocoso, à frente de um cavalo que a custo ainda se mantinha de pé e movia as pernas.

Erão estes os motivos diferenciais para a uniformidade do panorama que nos cansava a vista. Em alto mar o olhar prescru-tador nem sempre vê mais do que mar e céu. Ali, devassando o horizonte de uma elevação qualquer do caminho, divisava-se ao longe a conflinar com o azul do firmamento, a planura verde e uniforme das erectas cactáceas.

Podémos, pois, parafrasear dizendo: mandacarús e céu.

Chegados que fomos a um largo sem vegetação alguma avis-tou-se à distancia, na parte a que levava forte declive, uma lagôa.

Os soldados precipitaram-se correndo para matarem a sede.

E sotregamente começaram a beber e encher os cantis.

Os academicos para lá também se dirigiram. Mas; que coisa nunca imaginada!!

Dentro daquêle pantano côr de barro jaziam dois cadáveres de soldados em decomposição.

Um na margem a que tinhamos chegado, com o côrpo mer-zulhado e as pernas calçadas de coturnos do lado de fóra. Na margem oposta outro em sentido contrario, submerso somente do ventre para baix.

No meio desse mefitico bebedeiro um animal ostentava a alvura brilhante das costelas.

O fetido era insuportavel. Os bagageiros encheram os nossos cantis com essa lavagem de carniça.

Sem outro recurso, essa agua foi bebida, porque a sede só pode ser avaliada por quem já teve a infelicidade de sofrê-la algum dia.

Estomagos houve que não a toleraram, mesmo fervida com carvão no preparo do café.

Esta foi a noite horrôrosa de toda a campanha.

Mal nos tinhamos recolhido ás barracas soubemos da che-gada dos flanqueadores, esperados para podermos continuar a viagem.

Porque nenhuma força deveria fazê-lo sem essa medida precautelatoria

Veio para essa garantia o 27.º da infantaria sob o comando do capitão Tito Escobar, sendo fiscal o capitão Napoleão Aché.

Causava dô vêr o estado desses heroicos soldados do 27.º.

Seminús, sujos, em farrapos as restantes peças do que um dia fôra fardamentó, descalços, com exceção de um ou outro munido de alpercatas de couro crú.

Muitos dêles não possuíam mais o cinturão. Atavam á cintura cordas e cipós.

A função dos flanqueadores era marchar por dentro da catinga, de ambos os lados da estrada, através do intrincado de acúleos de varia fórma e tamanho.

Eram o chique-chique, a macambira, o joá e outros mais.

Desarmadas as barracas no dia imediato pela manhã, faltava o cavallo do academico que perpetra esta descrição. Amarrado ao esteio da barraca só restava o cabresto.

Dadas as providencias foi encontrada a montada em poder de um soldado do batalhão de flanqueadores.

O respetivo comandante determinou a restituição e o castigo do ladrão; mas, pondo as leis de humanidade acima da disciplina, relaxou a ordem a pedido do academico.

O estado dos pés do soldado, cheios de espinhos, com as plantas transformadas numa ferida sangrenta causava dó e justificava até certo ponto aquêlê delito.

Um colega, Joaquim José Xavier, o mais alto dessa turma, otimo alvo para as balas, resolveu diante disso viajar a pé fazendo companhia ao outro que ficou sem montada.

Levou então o seu cavallo dois arreios, viajando puchado pelo cabrêsto e tangido com um galho de mato ora por um, ora por outro dos dois pedestres.

No percurso de Baixinha a Canudos parou o batalhão em

RANCHO DO VIGARIO

A séde era intensa e a parada foi somente para aplaca-la numa pôça esverdeada debaixo de umas arvores.

Fôlhas podres e dejeções de aves abundavam dentro daquela imundicie. Mesmo assim e com maior repugnancia ingerimos alguns góles.

Tendo de separarmo-nos com a chegada a Canudos daí a poucas horas e talvez para sempre, o comandante do batalhão paulista obsequiou a cada um de nós com um pequeno pedaço de carne de xarque, mais conhecida por carne do sertão.

Constituia isso uma prova de distincção e sinal de despedida.

Aquela *iguaria* era de seu farnel particular, de que não participavam os officiais.

Estes então nos supplicaram uma isca.

Ao saber da novidade o comandante do 27.º (mais tarde general Tito Escobar, presidente do Club Militar) e o capitão Napoleão Aché, pediram, rogaram ao narrador um pedaço daquela carne. Mal lhes poudé ser permitido chupar uma ponta do pedaço seguro na mão do dono.

Não havia confiança. Tal é o estado moral de quem se vê privado de sal, como eram quantos por aí andavam.

Sabem muito bem os medicos a que meios recorrem para obterem sal, os doentes, sujeitos á diéta descloretada.

Depois desta parada continuou a marcha passando-se em

ANGICO

Rosario, Rancho do Vigario, Angico tinham a triste celebridade de serem tumulo de grande parte da 1.^a columna.

No ultimo destes logares fatidicos haqueiou o coronel Tamarindo, da 3.^a expedição.

Lá estava do lado esquerdo daquêle largo amarelo, cujo chão é de pedras soltas, a môr parte em laminas, o tumulo desse official.

Junto á sepultura, encostada a um barranco, via-se a haste de uma faveleira nova, cortada em bisél, onde fôra encontrada a cabeça desse infeliz comandante.

A mancha de sangue da cabeça que aí estivera espetada, lá estava atestando a nominavel selvageria.

Do cadaver mal sepulto viam-se os pés calçados de botas aflo-rando de um montão de pequenas pedras que, como funebre homenagem, iam atirando quantos por ali passavam.

Puzemos as nossas pedras e continuamos a viagem, passando por Favêla e chegando afinal á margem direita do Vaza-Barris para entrarmos em

CANUDOS

No dia 23 de Agosto ás 3 horas da tarde, vinte dias depois da partida da Capital, pararam os academicos á margem direita do Rio Vaza-Barris para, atravessando-o, apresentarem-se ao general Artur Osear, no quartel-general.

Do rio via-se tão somente o leito de areia, salteado ali e acolá de pequenas escavações cheias de agua.

Tinha de ser transposto para entrar-se na Bocama que era uma depressão do terreno entre duas colinas.

O ponto da travessia ficava a descoberto da igreja nova, maior baluarte de Canudos, e era fustigado pela fusilaria inimiga.

O comandante do batalhão ordenou a formatura em pelotões ocultos atrás de um barranco e determinou que, logo a cornêta dêsse uma nota, cada pelotão passasse o rio em marcha acelerada.

As notas da cornêta coincidião com as descargas de fusilaria cerrada de sorte que, quando o pelotão atravessava o ponto perigoso, já as balas se engravavam no barranco oposto, dando lugar a risadas e ditos chistosos dos que ainda esperavam o novo sinal.

Chegada sua vez os academicos passaram do mesmo modo.

Foi muito glosada a defêsa de Pedro Albornaz que da aba do chapêu mole fez escudo para cobrir o rosto do lado do tiro.

Os dois Xavier que levavam o cavalo puchado e tangido, largaram-no no meio do rio, pois o animal morto de sede espichou a cabeça para o lado de uma cacimba, preferindo beber a livrar-se das balas.

Dêle não tiveram mais noticia.

Nem o dono.

A fusilaria foi constante, mas, graças á habil manobra do excelente comandante, não atingiu um só dos alvejados.

O batalhão seguiu até um ponto mais alto onde as colinas da Bocaina se contundiam formando uma superficie plana horizontal.

Era o lugar que lhe fôra reservado para acampar.

Ficou-se logo sabendo e sentindo ser este local um dos mais arriscados.

Ai jantamos todos de barriga no chão porque ficaríamos á vista do inimigo em outra qualquer posição mais saliente.

Feita a refeição descemos até o quartel-general e apresentamo-nos ao comandante-chefe da 4.^a expedição.

O GENERAL ARTUR OSCAR

Presentes ao quartel-general puzemo-nos em fila defronte da porta e esperamos que apparecesse o general, a quem já nos tínhamos feito anunciar.

Este quartel nada mais era do que uma casinhola feita de paus tóscos, que mal cabia o general e seus ajudantes.

Comunicava com o exterior apenas por uma porta, através da qual vimos no centro do unico compartimento uma porta sobre caválêtes, servindo de mêsã.

Em cima da mêsã umas caixas de charutos e algumas garrafas de "Agua Apolinaris".

O comandante-chefe não se fez esperar. Logo ao sair da porta, cumprimentou-nos afavelmente.

Apresentamos-lhe as guias que um ajudante recolheu.

Não estava fardado; exemplo seguido por todos os officiais em campanha nessa quadra.

Como de vez em quando algum academico olhasse para cima impressionado com o sibilar das balas que de instante a instante se ouvia, o general procurou tranquillizar-nos, dizendo não haver risco ali.

Hoje, afirmou êle, o general Barbosa foi ferido por imprudencia, visto que expôs-se na transferencia do canhão 12 de um morro para outro. E, parecendo querer prolongar a conversa:—

"Sua Bahia, senhores doutores, tem me dado que fazer".

O academico Joaquim Xavier acudiu:— "Não é a Bahia, excellência, mesmo porque Antonio Conselheiro não é bahiano".

O general não gostou e veemente:— "Mas foi a Bahia que o acolheu".

Ainda o academico:— "Como acolhe vossa excellência".

O general deu-nos as costas e recolheu-se ao quartel.

A nossa situação moral era de orgulho civico pela altivez do coléga defendendo os creditos da Bahia tão ultrajada nessa campanha, e, ao mesmo tempo de receio de que esse incidente nos viesse prejudicar.

Felizmente nada aconteceu.

Dormimos nas barracas dos colegas que aí encontramos e, logo pela manhã soubemos dos despachos do general-chefe.

Joaquim Xavier, Josefino Moreira, foram designados para aí ficarem servindo no hospital de que era chefe o major-médico Dr. Mourão.

O serviço estava mais ou menos organizado e os academicos Ernesto Teixeira, Bomfim de Andrade e Antonio Gouvêa trabalhavam satisfeitos com o chefe e com outro médico do exercito o Dr Gaioso.

A ambos fomos apresentados e bem recebidos.

Visitamos a Farmacia e o Hospital, chamando-nos a atenção o grande numero de feridos com aparelhos de fratura.

João Pondé, Pedro Albernaz e quem faz estas notas foram destacados para o Hospital da Favéla.

Tivemos de atravessar depois do meio-dia o Vaza-Barris em sentido contrario ao da véspera. Como iam apenas com um guia, não despertamos a atenção dos fusileiros da igreja nova e passamos serenamente.

MORRO DA FAVÉLA

Quem do lado do arraial de Canudos dirige o olhar para a Favéla ha de divisar um monte; do lado oposto, porém, verá uma colina cuja base é circundada por uma vala cujo desnivel vai baixando insensivelmente até a margem do Vaza-Barris.

Neste sulco alargado e de barranco regularizado estava o hospital sob a chefia do major-medico Dr. José de Miranda Curio.

Na parte média da vala, no sentido de comprimento, estava instalada a sala de operações em cujo centro havia uma mesa comum e uma cama de varinhas onde dormia o enfermeiro de plantão.

Contigua a esta sala, a barraca do chefe; daí para cima e o para baixo da sala de operações as enfermarias. Tudo coberto de lona.

Na planicie encostada ao môrro, diversos acampamentos de batalhões; na encosta o da artilharia comandado pelo coronel Olimpio da Silveira, estando os canhões assestados no cume do môrro, protegidos por trincheiras de estacas de madeira e pilhas de sacos de areia.

Além do chefe Dr. Curio encontramos aí dois medicos do exercito; um com o posto de capitão e o outro de tenente. Eram o Dr. Manoel Secundino de Sá e o Dr. Fernando da Fonsêca. Ambos cortêzes e acessiveis ao trato.

O chefe á primeira vista impressionava mal. Falava sempre como superior, nunca, porém nos maltratou.

Era raro conversar conosco amistosamente, o que só acontecia quando era atacado de podagra e ficava de cama.

Nessas poucas vezes chegava a chorar, lembrando-se da familia.

Era homem de venêta e não lhe queríamos mal.

E' verdade que com a nossa chegada descansou muito pois que Pondé o substituiu nas operações.

Estas não passavam de amputações, desarticulações, ressecções e outras de menor cirurgia.

Pedro Albernaz auxiliava Pondé, quando era êste o operador e quem escreve fez sempre a cloroformização.

Os dois médicos do exercito diziam-nos dar graças a Deus pela nossa chegada, porque iam descansar um pouco, ocupando-se apenas de suas enfermarias.

Tivemos tambem as nossas com a lotação de 40 a 60 doentes, cada uma.

Pela manhã cedo fazíamos os curativos ajudados por enfermeiros devendo estar a postos ás 7 horas na sala de operações onde o serviço era ininterrupto até ás 5 da tarde, com o descanso de uma hora para almoço. Saídos da banca de operações fazíamos novos curativos nas enfermarias.

Encontramos em Favéla três academicos de medicina: Francisco Mangabeira, Joaquim Afonso Pedreira e Alvim Horcades e dois de farmacia Romão Cavalcante e Carlos Mangabeira. Os de medicina auxiliavam os Drs. Sá e Fonsêca em suas enfermarias; os outros trabalhavam na Farmacia com um farmacêutico do exercito de cujo nome não nos recordamos.

Os feridos jaziam em geral em macas apoiadas em forquilha, e tinham as feridas pensadas de acôrdo com os recursos disponiveis.

O que vimos logo ao chegar, relativamente ao tratamento, não tinha termo de comparação com o que vínhamos encontrando até aí.

Mesmo porque não se pode comparar coisa alguma com o que não existe.

A clinica cirurgica nesse tempo adotava o penso de Lister, que consistia no seguinte: Lavagem da ferida com agua fenicada a 5 %, cobrindo-se-a com o *protetor* de sêda embebida na mesma solução mais diluida, sobre este uma lamina de gaze fenicada do mesmo tamanho e mais seis, camadas da mesma gaze excedendo os limites do ferimento. Sobre tudo isto uma folha impermeavel, o *mackintosh*, e mais duas camadas de gaze, fixando-se afinal o penso com ataduras.

De acôrdo com os recursos que ás vezes iam escasseando e tambem por falta de tempo, iam simplificando este metodo, sem sabermos que nos adiantavamos na sua completa modificação.

O iodoformio adquiria, nesse tempo, fóros de cidadania como antiseptico-cicatrizante e dêle começou-se a usar e abusar.

O acido fénico ia sendo posto de parte, empregando-se o sublimado corrosivo quando as feridas continham larvas de moscas.

Como se vê o trabalho na Favéla era intenso, sendo cerca de quinhentos o numero de feridos hospitalizados.

Havia-os ainda sem essa condição; feridos levemente que, pensados, ficavam em movimento morando nas respectivas barracas.

Além dos feridos havia os doentes de molestias diversas, agudas ou crônicas.

Se se levasse a descrição a termos exatos não se exaggeraria afirmando que raramente se encontrava nos combatentes e nos que trabalhavam nos diversos serviços auxiliares, um individuo de boa saúde.

Pelo menos, de irregularidades digestivas ninguem escapava.

Quando descia um comboio era quem isto escreve o encarregado de examinar e fazer o mapa dos doentes e feridos que não podiam ser tratados nesse hospital, remetendo-se-os para a capital, via Monte-Santo-Queimadas.

O Dr. Curio ao vêr o mapa que teria de assinar riscava sempre mais da metade dos nomes dizendo "o snr. parece que quer ser deputado por este distrito".

Os riscados, entretanto, não prestavam serviço algum devido ao miseravel estado em que viviam.

Um desses *glosado* três vezes, era o tenente do 5.º de artilharia Afrodísio Borba, tuberculoso, como ele próprio se reconhecia, com escarros sanguíneos diariamente, magro esquelético e que pouco tempo durou quando conseguiu que o seu nome escapasse do lápis eliminatório e chegasse à capital do Estado.

O acampamento de Favela a-pesar-de não ficar à vista das trincheiras e baluarte do arraial de Antônio Conselheiro, era visitado pelas balas nos tiros de elevação partidos de lá, havendo casos, embora com pouca frequência, de serem atingidos doentes no próprio hospital.

Todos os dias cavava-se uma grande sepultura para enterramentos de dez a doze soldados falecidos nas enfermarias ou baleados em serviço no acampamento, fora das linhas de fogo.

Morávamos os três acadêmicos já mencionados em uma só barraca à beira do barranco junto à sala de operações.

Por duas vezes subimos a encosta e fomos ter à artilharia donde se divisava o arraial acêrca de 1.200 metros muito em baixo à margem do rio.

Via-se um arruado de cassas térreas pequenas e iguais ao centro; à esquerda o perfil da igreja nova, tóda de pedra sem rebôco, com duas torres sem capitais, uma das quais só em parte se descobria. Do lado direito, um pouco distanciada da primeira, a igreja velha, com o oitão caído, ostentava os grandes rombos feitos pelas granadas.

Ponteando as encostas e cimos das colinas, casinhas de taipa que se não diferenciavam pelo tamanho e pelo aspecto, davam ao panorama uma feição original.

Eram essas choupanas feitas de taipa e cobertas de folhas e barro, verdadeiras trincheiras de difícil destruição, porque pela sua fragilidade deixavam muitas vezes passarem as granadas sem explosão.

Os atiradores de Antônio Conselheiro, bons escopeteiros como são em geral os nossos sertanejos, visavam desses pontos esparsos a linhas regulares da forças legais quase sem desperdício de balas.

As opiniões dos militares sobre a resistência inesperada das forças irregulares de Antônio Conselheiro, ressentiam-se da obsessão política que dominava o exército naquela época.

Homens ignorantes da arte da guerra dizimavam o exército e as forças policiais de três Estados, assombrando o país inteiro.

Se se fizer um estudo desapassionado sobre o assunto, ver-se-á que aqueles homens rudes, que se insurgiram, por ignorancia, contra a lei, agiam por intuição e eram os precursores dos métodos bélicos de meio século adiante.

Não se descobrindo nunca; combatendo de tocaia; empregando ardís para atrair o inimigo; fugindo quando não podiam vencer^a acantonando-se em outro ponto donde pudessem fazer fogo: eram por isso tratados de covardes, bandidos.

Como é que fazem hoje a guerra os novos ultra-civilizados?

Os campos entrincheirados de Verdun, na guerra de 1914 eram, dadas as devidas proporções, um aperfeiçoamento do que a 1.^a coluna da 4.^a expedição teve de enfrentar em Angico.

A preferência em balear oficiais, especialmente comandantes, já era o método de decapitação empregado sete anos mais tarde pelos japoneses na batalha naval de Tushushima em que foi derrotada e desbaratada em poucas horas a esquadra russa.

Perdõe o leitor esta digressão. Outro é o escôpo destas notas.

A Guerra de Canudos ainda está à espera de um escritor do pulso de Euclides da Cunha para um estudo completo de suas determinantes e de sua psicologia.

O *jagunço* está ainda a merecer estudo como firmeza de caráter e de convicção e como resistência racial.

“Êstes rudes patrícios constituem o cerne da nossa nacionalidade”, na expressão justa de Euclides da Cunha.

E' um valor a aproveitar e não para destruir.

A segunda vez que visitamos a artilharia foi na tarde de 6 de Setembro.

Quando iam descendo de volta à nossa barraca, quase ao escurecer, ao repontar da lua em véspera de plenilúnio, em companhia de colegas que visitavam mais a miúdo esse monte, ouvimos uma observação de um preto alto, metido num capote e coberto com um chapéu de abas largas: — “E' prudente não su-

birem amanhã porque vai ser hasteada a nossa bandeira e será tiroteada fortemente”.

— “Quem é aquele”? indagamos.

— “O coronel Olímpio da Silveira, comandante da artilharia”; respondeu um que o conhecia. De fato. No outro dia às 6 horas começamos a ouvir as descargas cerradas da fusilaria inimiga.

A artilharia iniciou a comemoração da data de nossa independência com um salva de 21 tiros sobre a torre direita da igreja nova.

Ao meio-dia outros 21, parte sobre a mesma que foi derrubada, descobrindo a outra que passou a ser alvejada. As 6 da tarde a terceira salva também de 21 que completou a destruição dos dois mirantes. Nesse mesmo dia 7, foi assaltada a Fazenda Velha onde fôra baleado e morto o comandante da 3.^a expedição.

Comandou o assalto o coronel Olímpio, com o 27.^o de infantaria, os alunos da escola militar do Ceará e alguns artilheiros.

As horas avançavam naquela linda noite enluarada quando a expedição partiu em marcha silenciosa, as rodas das carrêtas envoltas em panos, para serem colhidos de surpresa os defensores do célebre reduto.

Ficamos de plantão na sala de operações.

Não tardou muito para que ouvíssemos o troar da artilharia a distância.

E sem muita demora chegava a notícia de bom êxito da sortida e pedidô de macas, pás e picaretas.

Dos feridos que primeiro chegaram um era cabo do 27.^o.

Foi entregue a Pondé e ao narrador.

Parecia em estado comatoso e trazia dois ferimentos de entrada e saída de bala, de um lado e outro da cabeça, dando idéia de ter sido o cérebro atravessado de lado a lado.

Enquanto Pondé preparava a seringa de Pravaz para uma injeção, o outro fez o asseio das feridas e descobriu o fundo branco de uma superfície lisa. O osso não estava furado.

A bala havia ricocheteado descrevendo uma curva entre as partes moles e o osso frontal e saído do lado oposto.

A solução injetada com uma péra de borracha saía completamente pelo outro orifício, mostrando sobre a testa o vergão de cavidade cheia.

O ferido que parecia à morte, estava apenas aterrorizado.

O ferimento era leve. Foram chegando mais e mais feridos nessa noite e nos dias subsequentes em que os conselheiristas fustigavam os assaltantes seriamente até que estes pudessem entrincheirar-se bem.

Durante todo o dia ouviam-se tiros salteados em toda a extensão das linhas de fogo. Entrincheirados de parte a parte, soldados e jagunços insultavam-se mutuamente.

Os primeiros chamando-os pelo epíteto por que eram geralmente conhecidos, os outros taxando os militares de imundície.

Mal levantava a cabeça um de qualquer dos dois lados, era logo baleado.

Uma ou outra vez à luz do dia era ouvida fuzilaria geral de pouca duração.

Havia um oficial que visitava a sala de operações e certa vez, quando êle se aproximava do hospital, disse Pondé, "é hora de fogo".

E daí a pouco o espoucar distante foi escutado.

Quando ficamos os três a sós na barraca onde morávamos, explicou o companheiro: "Reparem a coincidência das visitas com a hora do tiróteio".

Um outro que nos visitava sempre à hora do almoço tornou-se indesejável, pois se lastimava incessantemente daquela infalível carne cozida ou assada sem sal e punha-se a lembrar iguarias saborosas.

Recordava o café com leite e euscús de milho pela manhã; frigideiras de camarões, empadas, croquetes; frutas diversas de fazerem crescer água à boca; mangas, abacaxis, araçás, pitangas.

Ficávamos ansiosos por vê-lo de costas.

E o pessimista?

Êste era um desiludido quanto ao final da campanha. E repetia diariamente: — "Isto não tem mais fim. Nós nos acabamos nesta modorra.

Além de não termos o que comer, morreremos devorados pelas pulgas, piólhos e percevejos".

De fato a vida era dura.

A nossa alimentação consistia, como já foi dito, exclusivamente de carne de boi cozida ou sapecada sem sal, e farinha.

A ração de carne não era mesquinha, mas a farinha era distribuída como ração de oficial, à razão de um litro para oito bocas, diariamente. Aos soldados chegou a ser racionado um litro diário para quatorze praças.

Diziam êles, que faziam mingau quando a ração não dava para pirão.

A carne nem sempre era de boi matado. Na hora da carneação muitas rézes não davam trabalho ao carnicheiro; adiantavam o expediente, amanhecendo mortas.

A água de que podíamos dispôr era de um cantil diário. Só havia ordem de mandar uma vez pela madrugada ao Vaza-Barris.

Muitos tinham lá ficado caçados pelo inimigo.

Além dos cantis individuais, só dispunhamos de um coletivo para a panela.

Não se lavava boca nem rosto.

Vivíamos besuntados de pomado mercurial como defesa contra piólhos e muquiranas.

Pulgas tão grandes e tão numerosas nunca tínhamos visto.

Nos primeiros dias de nossa chegada em Canudos devamo-nos ao luxo de café, porque havíamos guardado umas sobras das rações em Monte-Santo.

A quantidade era muito pequena para três. De sorte que o bagageiro com a mesma dose de pó fazia-o pela manhã, ao meio-dia e à tardinha.

No acampamento ninguém gozava essa dita. Eramos por isso invejados. O pó passado e duas vezes repassado era solicitado com empenho pelo comandante do 27.º que por sua vez tinha candidatos preferidos para aproveitá-lo.

Certo dia descobrimos que, depois de passar por três ou quatro gozadores, ia já descorado parar às mãos do comandante do 26.º.

E duvide-se do valor do soldado brasileiro!!

Fogo sério e demorado de parte a parte só havia à noite.

Logo ao escurecer havia reza no arraial, ouvindo-se das trincheiras legais o zum-zum-zum das respostas às jaculatorias.

Depois, subiam ao ar alguns foguetes.

Era o sinal.

Estrugiam as descargas em toda a extensão das linhas num matraquear continuo e demorado.

Falavam então os canhões da margem esquerda do Vaza-Barris despejando granadas e shrapnels.

Quando estes não conseguiam impôr silencio, *bradava* a artilharia de Favela cruzando fôgos.

Era como agua na fervura.

As *matadeiras*, como chamavam os rebeldes, impunham respeito e podia-se dormir nos acampamentos.

Era esta a festa de todas as noites.

Impossivel será descrever as occurrencias do serviço hospitalar de todas as enfermarias por quem teve todo o tempo a atenção occupada no local onde trabalhava.

Não obstante esta circumstancia e de acôrdo com o que as informações registravam sem contradita, pode ser dito que a mesma norma era seguida nos diferentes serviços medicos.

No hospital da margem esquerda do Vaza-Barris, dirigido pelo Dr. Mourão, o trabalho tambem era grande e com orientação scientifica dentro das possibilidades do meio.

Os academicos ai tambem não descansavam, e, como os de Favela, não se queixavam das privações de conforto a que se viam sujeitos.

Tudo era suportado com resignação e de cara alegre, na preoccupação unica de servir do melhor modo possivel aos necessitados de tratamento.

No mesmo dia, 7 de Setembro, em que foi tomada de assalto a Fazenda Velha, que defrontava os fundos da igreja nova, o coronel Siqueira de Menezes comandando uma brigada composta

de 9.º 22º e 34º de infantaria ocupou a estrada do Cambaio que até então era inacessível a qualquer movimento de forças legais.

Pareceu, pois, que a estrada do Rosario, unica pela qual transitavam os comboios e tropas entre Canudos e Monte-Santo, ficaria livre de qualquer sortida por parte dos conselheiristas.

Não foi tanto assim.

No dia 9 foi ainda atacado um comboio de retorno a Monte-Santo no qual ia um numero regular de doentes e feridos.

Este porém foi o ultimo.

O FINAL DO DRAMA SANGRENTO

O assalto final ao ultimo reduto de Antonio Conselheiro no dia 1º de Outubro foi um desses feitos heroicos em que não se pode saber a quem admirar.

Aos atacantes, pelo impeto com que se atiravam ao combate e aos sitiados, pela assombrosa resistencia que sustentaram.

Lendo-se o diario da campanha escrita lá mesmo por Euclides da Cunha e publicado no seu livro "Canudos" sente-se emoção tal que a pena é impotente para transmiti-la.

Não pode ser concebido pela imaginação mais ardente, apêgo maior a uma idéia, persistencia mais demorada numa convicção.

Um grupo reduzidissimo de homens, privados de todo o socorro, encurralados num fôssco, sem alimento, sem agua, respondia às intimativas para a rendição com descargas que até o ultimo momento abatiam os assaltantes.

Empenhados naquela luta titanica nem cediam os transviados da lei nem afrouxavam na investida os que iam em nome da ordem.

Espetaculo cantesco e tristemente empolgante.

E' a raça de que nos devemos ufanar.

E' o caldeamento. E' a fusão dos elementos ou caracteristicos etnicos em que se congregam o espirito inquebrantavel do portuguez conquistador e catequista, a resignação do africano ao sofrimento e a bravêsa indomita do cabôlo.

Vencidos ou melhor extintos os combatentes de Antonio Conselheiro foi destruido o arraial.

Não ficou pedra sobre pedra.

A VOLTA DOS ACADEMICOS

Cessada a luta, não terminou a tarefa sanitaria, continuando os academicos no seu afanoso e nobilitante mistêr.

Assim é, que só voltaram á capital quando todos os feridos já tinham sido transportados aos hospitais instalados nesta cidade.

Embarcando em Queimadas em trem especial chegaram a Alagoas pelo escurecer de 21 de Outubro.

Logo ao desembarcar encontraram telegramas pedindo af se demorassem enquanto se lhes preparasse recepção festiva.

Não se discutiu essa hipótese. A opinião foi uma só; embarcar no dia imediato sem resposta aos telegramas.

E assim procederam, supondo fazer surpresa.

Não a conseguiram completa.

Chegando à estação da Calçada foram encontrando amigos, colegas, professores, o pai de todos — Pacifico Pereira, que pressurosos iam chegando a recebê-los com demonstrações de acentuado carinho.

Cenas emocionantes que se sentem e não se podem descrever desenrolaram-se nesse momento de eterna recordação.

Ainda sente quem isto mal escreve, a trepidação do abraço com que aquele mestre, amigo e pai, comovido e comovedor o estreitou demoradamente chorando de alegria.

Momentos como este nunca se esquecem e compensam fartamente as agruras da vida.

Todo de improviso, espontaneo e por isso mesmo de marcada sinceridade, foi organizado numeroso prestito a pé, desde a calçada, subindo a ladeira da montanha, engrossado de momento a momento, até chegar à Faculdade de Medicina a frenética e delirante causal humana.

No salão nobre realizou-se, também de improviso, uma sessão em que foram saudados os moços recém-chegados da bemfazeja campanha, pelo diretor Pacifico Pereira e pelo doutorando Francisco Monteiro Alves.

O academico José Hipolito de Cerqueira Lima improvisou e recitou os seguintes versos:

Na luta sangrenta, enorme
Que dois irmãos prepararam
Ambos vencidos tombaram
Ambos foram vencedores.

No germinar das idéas
Divididos, mas sem partido
Dizei-me qual o vencido?
Dizei-me qual vencedor

De dois irmãos fort.'e herois
Não ha vencedor nem vencido.
Quem venceu foi a Caridade!
O vencedor fostes vós!

(Respeitada a ortografia da época)

Numa vibração entusiastica, expressiva, sincera recebeu, pois, a população da capital os academicos em retôrno.

MANIFESTAÇÃO SOLENE

Sete dias depois da chegada, a 20 de Outubro pois, receberam quantos academicos haviam trabalhado nos hospitais e enfer-

marias desde Queimadas até Canudos, uma das mais pomposas manifestações vistas nesta cidade.

Préviamente convidados, reuniram-se na residencia do Dr. Paçifico Pereira, ao Campo Grande, sendo af obsequiados com a fidalguia carateristica dessa distintissima familia.

Grande e imponente prestito partido da Faculdade de Medicina e constituido dos corpos docente e discente da Faculdade de Medicina, academicos de Direito com o respetivo estandarte, representações de todas as classes sociais, collegios São Salvador, São José, Sete de Setembro, Nossa Senhora da Piédade, Nossa Senhora dos Anjos, foi recebe-los trazendo-os em triunfo sob aclamações, chuva de flôres, confetti, serpentinas, até a Faculdade.

A certo ponto do trajeto parou o cortêjo para ouvir do poeta Francisco Leiria a seguinte:

SAUDAÇÃO

Gloria ao Paço da Sciencia
Ninho de ouzados condores
Que medem toda a existencia
Pelo tamanho das dôres!

Quando do campo da guerra
Viram a bandeira se erguer
Elles honrando esta terra
Foram na lucta crescer.

Filhos da heroica Bahia,
Jovens altivos e crentes,
Deixaram em casa a alegria
Pelo soffrer dos doentes.

E alli da noite ao relento,
Entre o combate renhido,
Co'a Patria no pensamento
Velaram junto ao ferido!

Sibilam de ataque as balas!
Elles guardando o hospital
Trocavam do anel as galas
Pelo modesto avental

Gloria ao Paço da Sciencia,
Vasto viveiro de brilhos,
Onde a luz da intelligencia
Robustece nossos filhos

(Respeitada a ortografia da época)

Ao chegar á Faculdade de Medicina já se achavam as diversas representações nos logares que lhes haviam sido reservados. Viam-se ali no salão nobre ricamente decorado, o sr. general

Artur Oscar e seu ajudante de ordens; o Dr. Junqueira Ayres representando o Dr. Luiz Viana, governador do Estado, que por doença não pôde comparecer; os secretarios da Fazenda, da Agricultura e da Segurança Publica; lentes jubilados da Faculdade; diretor e professores da Faculdade de Direito; diretores do Instituto Normal e da Escola Politecnica; medicos do exercito; officialidade do Regimento Policial; comissões do Instituto Historico e do Instituto da Ordem dos Advogados; representantes de toda a imprensa da capital e de alguns jornais do Rio de Janeiro; senhoras e senhorinhas.

A onda popular era tal que não pôde ser observado o protocolo, desaparecendo assim a função da comissão de recepção.

Não pôde haver distinções. A corrente humana delirante invadiu o edificio, avida de posições para assistir a solenidade.

Abriu a sessão o Dr. Pacifico Pereira dando logo a palavra ao Dr. Guilherme Pereira Rebêlo em nome da Faculdade de Medicina.

Pelo corpo discente falou o segundanista de medicina José Jorge de Sousa e pela Faculdade de Direito o quartanista Abilio Pereira de Carvalho, cujo discurso será transcrito no final desta narração.

Além desses oradores usaram da palavra o Dr. Julio Palma e o academico Filgueiras Sampaio. O orador da Faculdade de Direito ao terminar o seu notavel discurso retirou do estandarte de sua escola, colocando no da Faculdade de Medicina, uma larga e riquissima fita escarlate franjada a ouro com a inscrição "A Justiça á Caridade".

O Dr. Guilherme Rebêlo em nome da Congregação ofereceu aos academicos homenageados um lindo e artistico ramalhete de flôres naturais.

Em nome do Collegio Nossa Senhora dos Anjos foi por uma linda creança oferecida uma corôa de louros aos expedicionarios.

O agradecimento a tais homenagens foi feito pelo academico Etelvino Cortês que num belo improviso apontou como o mais digno para receber os mimos daquela festa, o Dr. Pacifico Pereira, inspirador pelo exemplo de sua vida como medico, como professor e como cidadão.

A êle entregou debaixo de demoradissimas aclamações as flôres e a corôa de louros.

Encerrando a sessão leu o diretor da Faculdade o telegrama abaixo:

(Respeitada a ortografia da época)

Rio 29 — Dr. Pacifico Pereira — A Faculdade de Medicina da Bahia ainda uma vez honrou suas nobres e gloriosas tradições de patriotismo e benemerencia. Filho desta instituição onde colli o amor á sciencia e as aspirações de liberdade e grandezas para minha patria, peço permissão ao seu illustre corpo docente e á sua brilhante pleiade de alumnos para saudar com enthusiasmo

os bravos rapazes que nos campos de lucta ennobreceram a profissão e o nome bahiano. (a) Manoel Victorino Pereira, vice-presidente da Republica.

OUTRA MANIFESTAÇÃO

Não foram somente estas, nem ficaram encerradas com a imponente manifestação palidamente descrita, as grandes homenagens prestadas pela Bahia aos academicos.

Por iniciativa da imprensa sem grande aparato festivo, antes da solenidade relatada, no dia 24, foi colocada na Faculdade de Medicina onde está afixada, uma lapidea comemorativa com a seguinte legenda:

A Bahia
eterniza neste
marmore o seu agradecimento
aos medicos, pharmaceuticos
e academicos
que exerceram
o seu apostolado na
dolorosa quadra de Canudos
1897

Neste ato solene foram oradores, pelos ofertantes o jornalista Aloisio de Carvalho e em agradecimento o Dr. Anisio Circundes de Carvalho e o academico Joaquim Ferreira Lima.

OUTRA MANIFESTAÇÃO SUNTUOSA

De grande pompa e maior alcance social foi a que promoveu o Club Caixeiral no dia 31 do mesmo mês.

O apaziguamento que já se vinha processando por esforço reciproco entre duas classes sem motivo desavindas, a caixeiral e a academica, teve nesse dia memoravel o seu remate de ouro.

Transcrevemos, para dar uma idéa justa dessa festa expressiva, a noticia circunstanciada estampada no "Correio de Noticias" de 2 de Novembro do ano em foco.

CONFRATERNIZAÇÃO

Ainda resoam aos nossos ouvidos com a doce melodia da canção divina, cujos sons maviosos, perdendo-se ao longe, vão accordando em nossa alma o sentimento vago que se chama saudade, tão bem definida como "recordação do goso extinto", as ullimas notas festivas, aladas, da homenagem ante-hontem, da mocidade do trabalho á mocidade da sciencia.

Dir-se-ia que nessa confraternisações da duas distintas classes, a Bahia, revendo-se satisfeita, qual affectuosa mãe que experimenta inexprimivel prazer ao contemplar a União de seus filhos,

queria acentuar de modo inilludível o congraçamento de todas as classes, annunciando o evangelho da paz.

Outra não pode ser a traducção, a nosso ver, dessa magnifica manifestação, que por felicidade nossa nos foi permitido assistir.

Vamos, a ligeiros traços, perfunctoriamente, noticiar esta memoravel festa que ha de ficar imperecível nas tradições desta terra como exemplo elevado de generoso rasgo altruistico da mocidade caixeiral de 1897.

. . . .

Precedida pela musica do 1.º corpo do Regimento Policial, ás 10 e 30 da manhã de ante-hontem, a mocidade academica ostentando desfraldado o pavilhão de suas glorias, sôb aclamações, confetti, flôres e vivas, deu entrada no palacete do Club Caixeiral, por entre extensas alas que demoraram desde a entrada do edificio até o salão nobre, formadas por caixeiros.

Selecta e numerosa concurrencia de cavalheiros, notando-se algumas senhoras, aguardava no Club Caixeiral, bellamente ornamentado, a chegada desejada da briosa mocidade.

No centro do salão de honra, á sombra do expressivo estandarte do Club, descansando em primoroso andor, destacava-se a rica pedra comemorativa, onde luziam gravados, em letras douradas, os nomes immortaes dos apóstolos da sciencia que, com tanto desvello, pensaram nossos bravos feridos em Canudos.

Por entre ruidosas ovações, penetrou a mocidade academica no salão nobre do Club onde, entrelaçados seus estandartes, symbolisando a fraternidade, permutaram expansivos, alegres, vivaces, francas e sinceras saudações os membros das duas distintas classes.

Após ligeiro repouso organisou-se em frente ao Club Caixeiral á rua Pedro Luiz, o imponente prestito em demanda da Faculdade de Medicina em cujo salão nobre ia ter logar a sessão solemne da entrega da lapide.

Em ordem de marcha desfilou o prestito, tendo na vanguarda as musicas do 1.º corpo do Regimento Policial, a philarmonica "União Caixeiral", seguindo-se-lhe o estandarte do Club, carregado por academico, ladeado pelas bandeiras da Patria e da Faculdade de Medicina, conduzidas por caixeiros.

Logo após, trajando casacas, distinctos membros da classe caixeiral carregavam o andor com a pedra commemorativa, acompanhados da comissão da imprensa, a cuja retaguarda ia o cortêjo, formado a grupos de quatro, dous academicos e dous caixeiros.

Durante o trajecto feito pela rua Pedro Luiz, travessa do Rosario, rua direita da Piedade, Portão da Piedade, S. Pedro, S. Benito, rua direita do Palacio, rua da Misericordia, Sé, rua do Collegio, Terreiro, houve as mais vivas demonstrações de contentamento.

A's 11 e 50 minutos, entre triumphalmente o cortêjo no salão nobre da Faculdade que apresentava o aspecto das grandes solemnidades.

Prolongadas salvas de palmas, entusiasticos vivas fizeram-se ouvir por largo tempo, em homenagem aos manifestantes.

O salão da Faculdade regorgitava de cavalheiros e familias, como rarissimas vezes temos visto.

Parecia que a Bahia, representada em peso por todas as classes sociais em que se dividem as atividades humanas, concentrava-se naquela festa para dar-lhe o cunho magestoso de sua grandeza.

A's 11 e 55, o illustrado director da Faculdade Dr. Antonio Pacifico Pereira, declarou aberta a sessão, concedendo a palavra ao intelligente caixeiro Pedro Macedo, orador official dos manifestantes, que leu seu bello discurso merecidamente applaudido, offertando á Faculdade, em nome da generosa classe caixeiral, a lapida eternizando os nomes dos benemeritos academicos que em Canudos, tanto exalçaram a Sciencia, a Bahia, a Patria, a Republica e a Caridade.

Em nome dos academicos o sext'annista Martins Sobrinho leu sua dignissima peça oratoria que arrancou applausos.

Em nome dos seus collegas que como o orador tomaram parte na expedição de Canudos, leu o estudioso e intelligente terceir'annista Achilles Lisboa seu bonito discurso, bastante victoriado.

Em seguida o sympathizado e intelligente lente cathedratico Dr. Francisco Braulio Pereira em felicissimo improviso, convidou a todos a comparecerem, no dia immediato, ao embarque do glorioso general João da Silva Barbosa que, expontaneamente, compareceu á festa da mocidade honrando-a com a sua presença.

Estrondosos applausos e vivas cobriram as ultimas palavras do orador. Emmoldurado sempre pela modestia que tanto realce da-lhe ao merecimento e põe em alto relevo as eminentissimas qualidades que o exornam, fallou em agradecimento, o snr. general Barbosa, saudando a mocidade caixeiral, a mocidade do trabalho, a mocidade da Sciencia, a mocidade academica; imprensa bahiana nobre e independente e a todas as classes presentes.

Seguramente cinco minutos os applausos acompanhados destas vozes: — Viva o verdadeiro heroe de Canudos!

Restabelecido o silencio o academico Martins Horcades convidou as classes academica e caixeiral para acompanharem até o bend o snr. general Silva Barbosa.

Encerrando a sessão orou o snr. Dr. Pacifico Pereira que concluiu, muito applaudido, seu discurso, erguendo vivas á constituição de 24 de Fevereiro!!!

Ficaram com esta esplendida manifestação encerradas as homenagens prestadas aos academicos que voltavam da campanha.

(Respeitada a ortografia do original)

NOTA FUNEBRE

Alvo de tão expansivas e generosas ovações esse pleiade de moços nunca occultou a saudade de um companheiro que não e-

gressou por te-lo a morte surpreendido no caridoso afan a que se dedicara.

E por isso só de improviso um dêles, falou em brves palavras de agradecimento na festa promovida pela Faculdade de Medicina.

Nenhum aceitou o encargo de orar nessa solenidade festiva sem aludir à ausência de Joaquim Afonso Pedreira que ficara sepultado no cemitério de Monte-Santo, vitimado por cruel enfermidade.

Colega de qualidades morais apreciáveis teve os dias terminados em meio à tarefa santa de acudir ao sofrimento alheio.

Seja esta nota mais um voto de paz eterna à sua alma.

DISCURSO DE ABILIO CARVALHO A QUE SE REFERIRAM AS NOTAS ACIMA

(Respeitada a grafia do original)

Senhores Collegas:

A festa que hoje se celebra, sob o tecto augusto deste templo, duas vezes venerando, onde a religião de outr'ora ensinou que o amor á humanidade era um mandamento celeste e a sciencia depois rasgou á intelligencia novos horizontes, é uma lecção edificante para vós que vós preparaes para o sacerdocio da Caridade, aos meus olhos deslumbrados (tal a imponencia do acto, tal a grandeza do auditorio) apparece como um exemplo de civismo de que tanto carece a geração actual.

Nesses tempos de idolatrias revolucionarias, em que a Republica parece viver da inspiração de um tumulo, em que o sentimento democratico procura aquecer-se á louza fria de um sepulchro, como se a existencia de uma nação dependesse da vida de um homem, é dôce ás almas deserdadas de justiça tantas vezes mentida, assistir festas como esta.

A Bahia é neste recinto representante da humandade agredida, que vem juncar de flôres a estrada do vosso triumpho, e a Faculdade de Direito reúne o seu aplauso aos echos da acclamação que vos acolhe porque fostes na aridez do sertão, devastado pela morte, os mensageiros da Caridade, consoladora e divina, porque fostes guiados no meio das selvas asperrimas pelo sentimento de solidariedade humana, cujo desaparecimento cobriria de trevas a face do mundo moral; porque a vossa ação desinteressada e nobre, profundamente piedosa e civilisadora, chega quasi ao heroismo que é a virtude no sacrificio e não isto que anda ahí pelas ruas, barateado pela silonsaj e prostituido pela mentira.

Ser heroe não é simplesmente vencer mas vencer com justiça, respeitando o direito.

Não foram heroes os degolladores de Belém, mas foi Christo sobre a cruz: não foram heroes os que accenderam as fogueiras da

inquisição mas os que morreram pela verdade; heroes são todos os que têm sofrido pela sciencia, pela justiça, pela humanidade; são finalmente os vencedores que não deslustram o triumpho com o exterminio atroz dos submettidos.

— A vós, pois que "escreveste um grande capitulo no imenso livro do Bem"; que fostes a essencia do nosso espirito feito de affectos brandos e suaves; que velastes carinhosamente os corpos ensanguentados dos que cahiram victimas do dever, sobre o solo da Pátria; que fostes a caridade osculando piedosamente a face descorada dos bravos; a vós que nunca derramastes crimosamente o sangue de irmãos, a Faculdade de Direito abraça, porque tivestes piedade, porque fostes homens!... e a inscripção que ella destina ao vosso estandarte traduz a união perpetua dos nossos ideais e dos nossos sentimentos — A Justiça á Caridade.

3 DE MAIO DE 1943

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia realizou no dia 3 de Maio, às 20 1/2 horas, no Salão Bernardino de Souza, uma sessão magna, comemorativa do seu 49º aniversário, e na qual conferiu os diplomas de sócios honorários aos Exmos. Srs. Interventor Federal no Estado, General Renato Ovídio Pinto Aleixo e Secretário da Polícia e Segurança Pública Major Hoche Pulchério.

A solenidade a que compareceram autoridades civis, militares e eclesiásticas, membros dos corpos docentes e discentes dos Estabelecimentos de Ensino, Representantes de Instituições culturais, de associações de classes, consócios, exmas. famílias e pessoas gradas, foi presidida pelo Sr. Interventor Federal, a convite do Dr. Epaminondas dos Santos Torres, Presidente do Instituto.

O orador oficial da solenidade, Dr. Arnaldo Pimenta da Cunha, com a palavra, se ocupou da importância da comemoração que se celebrava, fez o elogio dos confrades falecidos no ano comemorial de 3 de Maio de 1942 a 3 de Maio de 1943 e saudou em nome do Instituto os Ilustres confrades homenageados, ocupando-se com propriedade de suas personalidades.

O Sr. Interventor Federal, de seguida, em formoso discurso agradeceu a honraria que lhe vinha de conceder a "Casa da Bahia", a quem prometeu continuar a dispensar patriótico carinho.

Por fim, também falou, agradecendo a distinção conferida, o Major Hoche Pulchério.

Foi então encerrada a sessão, pelo Sr. Presidente que teve expressões de vivo reconhecimento à seleta assistência que tanto prestigiara a cerimônia.

A banda do corpo municipal de Bombeiros abrilhantou o ato.

Foi o seguinte o discurso do Dr. Arnaldo Pimenta da Cunha.
Exmo. Sr. Interventor Federal neste Estado
Exmo. Sr. Representante do Sr. Almirante Comandante da
Base de Leste
Exmos. Senhores Membros do Departamento Administra-
tivo do Estado
Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Apelação
Exmo. Sr. Eng. Prefeito da Capital
Exmos. Senhores Secretários de Estado do Interior, Saúde,
Fazenda e Agricultura
Exmo. Sr. Presidente do Instituto Geográfico e Histórico
da Bahia
Exmas. Senhoras
Meus Senhores
Caros Confrades!

E' dever deste Instituto, nesta data, aniversária de sua fundação, dever e objetivo por vezes único, até, em solenidades como esta, e que éle vem fielmente cumprindo, lembrar aos socios presentes os confrades que se foram, tão cedo roubados do nosso grêmio, do nosso convívio intelectual, com o que se desfaleceu a cultura brasileira, pelos claros abertos nas fileiras d'esses eminentes servidores da Pátria, sobre deixar um vácuo no seio de famílias inconsoláveis, não conformadas com a perda irreparável que sofreram nem com a ausência dos que se foram d'este planeta — "almofada de repouso dos pés de Deus".

Não mandam nem querem os nossos Estatutos que a comemoração devida, neste dia, aos companheiros que para sempre se ausentaram, seja feita entre perpétuas e ciprestes, flôres e plantas que na literatura e especialmente na emocionada linguagem da poesia, simbolizam a morte, o luto e a tristeza. Não quer isto dizer que, aqui, não se possa também avaliar e também sentir a dôr dos que ficaram, com a morte no coração pela mudança dos entes queridos para a Casa da morte, que é a oitava do céu. E não desejava vêr êsses confrades injustamente esquecidos ou apenas pranteados, mas antes recordados, pois que ninguem foge ao golpe da lei fatal e necessária do termo e fim de todas as coisas, inclusive a Vida.

Nós, desta Casa, se tivemos a desventura de perdê-los para sempre, tivemos, antes, o orgulho de possuí-los entre os nossos. Não nos impressiona ou desanima, portanto, a estampa de Cimertini, mostrando a Morte a envolver os vivos com as suas rédes; nem a de Stefano dela Bella, que a representa arrebatando os homens de todas as idades e condições; tão pouco a de Valentim Green, em que um ancião chora a morte de sua alma; porque, para os desta Casa, a morte é Lei e não castigo; Lei que se aplica inexoravelmente e cujos direitos estende pelo Universo inteiro.

Nosso Instituto não quer mesmo esta solenidade com a significação e o sentido de sessão fúnebre, uma vez que aos consócios que partiram, pelo muito do seu mérito, desejaríamos glorificar, substituindo, no conceito da frase feliz de Joaquim Nabuco,

“a ideia de morte, que é triste, pela da imortalidade, que é radiante”,

dando, assim, à nossa homenagem, caráter imorredouro, como a deixar traço de maior relevo e marcante; a patentear-se — URBI ET ORBI — consoante o lema desta Casa, mesmo porque a personalidade não tomba, não morre, não desaparece:— sobrevive na imortalidade do espírito, prolonga-se, fala, ensina pelo que doutrinou e continua, através do tempo, pontificando, com o seu saber e edificando, com o seu exemplo.

E que neste Instituto Geográfico e Histórico, observa-se, como em instituições semelhantes, a influência e o papel dos valores humanos. A obra geográfica de um Teodoro Sampaio, por exemplo, imprime à história de nossa vida cultural, um significativo sentido construtor.

Apreciar valores humanos é, de certo modo, também fazer estudo de geografia social, à feição dos ensinamentos do original cientista sueco Hjellen, que propôs, para a investigação dos fundamentos geográficos das comunidades, a nova ciência geopolítica.

Sabemos, hoje, do progresso e do evolucionismo da Geografia, tanto que, não lhe bastando a tradicional conceituação etimológica — “descrição da Terra”, já não se lhe ajustando “conceito tão simples”, para conhecimento de campo que se distendeu e tende a alargar-se cada vez mais, não pode ficar circunscrita à simples descrição do planeta terráqueo. De “ciência da Terra”, no dizer do geógrafo João Brunhes, passa a ser considerada, pelo geógrafo Fernando de Richthofen, como “o estudo da superfície da terra”, enquanto Manuel de Martone, mais minucioso, acha que ela faz o estudo da “repartição, à superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, das causas desta repartição e das relações locais destes fenômenos”, até que Aroldo de Azevedo considera-a “o ramo dos conhecimentos humanos que estuda a terra em todos os seus aspectos, mostrando a correlação existente entre o mundo orgânico e o inorgânico”.

Já a reputava Francisco d'Arouet Voltaire, como ciência “que é preciso sempre aperfeiçoar”.

Um tanto assim é a História, que tem, como dois olhos, a Geografia e a Cronologia, para vêr os fatos pelo prisma da Moral, sob as regras da moralidade, que Confúcio reputava superior à natureza, devendo estar de acôrdo com a razão, que alguns metafísicos desejaram expressa no aforismo: BONUM EX INTEGRA CAUSA, MALUM AUTEM EX QUOCUMQUE DEFECTU.

Mas, si toda ciência tem sua história; se Geografia e História se completam; se o campo da ciência geográfica é assim tão variado e vasto; se Geografia Política, Humana ou Antropogeografia, com suas três divisões, é a fazer a história, como faz a *Geografia etnográfica*, estudando os costumes dos homens e tentando classificá-los pelas raças; se a *Geografia econômica* trata do trabalho do homem sobre a Terra e a *Geografia história* ou

Geohistória estuda, de um modo geral, a evolução da humanidade, natural é, neste dia, se fale aqui da vida dos consócios que deixaram o planeta que habitamos.

Encarando o céu e a terra, tão variado e grande, o homem ainda o tem feito imperfeitamente, sem poder explicar os mistérios insondáveis da Morte. Assim, rememorando a vida dos consócios idos para o Além, onde as suas almas “contemplam-se a si mesmas, admirando o Universo e bradando o nome de Deus”, espero merecer a vossa benévola indulgência, meus Senhores e Senhoras.

Além disto, meu estado de espírito, ainda consternado por uma das perdas que relembramos, não me permitia mesmo presenciar esta solenidade.

Só o cumprimento do dever — tantas vezes reclamado, quantas, Srs. Dirigentes dêste Instituto, as excusas por mim apresentadas, nenhuma delas logrando merecer vossa aquiescência — arrastou-me até esta tribuna.

Antes, porém, de cumprir aquele dever precípua de nosso Instituto, marcou-me a sua Diretoria a obrigação de receber e saudar dois novos sócios, e dos mais ilustres: os Exmos. Srs. General Renato Onofre Pinto Aleixo e Major Hoche Pulcherio, que, atualmente, ocupam os altos postos, respetivamente, de Interventor Federal na Bahia e Chefe da Segurança Pública do Estado.

Aos presentes, vale esclarecer que a circunstância não é inédita, nesta Casa, na data de hoje.

Assim, Snr. General Interventor Federal, da mesma sorte, Sr. Major e Secretário da Segurança Pública, não estamos indo de encontro à modestia de Vv. Excias., mas, ao contrário, procedemos com o devido respeito aos desejos de Vv. Excias.

Ha 12 anos, este Instituto deixou de perceber um auxílio do Governo do Estado. Escuso-me dizer o que isto significou para a vida desta Casa. Entretanto V. Excia., Senhor Interventor, ocupando esse honroso cargo ha tão pouco tempo, já restaurou a subvenção.

Ora, a quem recebe cumpre agradecer. E nosso agradecimento é conferir a V. Excia., não só por isto, como por outros atos já patenteados, o título de sócio honorário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Temos subida satisfação em fazê-lo. E' certo que nossas portas estariam sempre abertas a V. Excia., como Interventor do Estado, como General do Exército Brasileiro e, sobretudo, pelos elevados predicados morais e intelectuais de V. Excia. Mas, este Instituto quiz manifestar assim a sua gratidão e o faz do modo mais significativo. Se recebessemos V. Excia. na qualidade de General, estaria eu agora em grande, si não insuperável dificuldade para a saudação, uma vez que outro digno colega de V. Excia., o General Gabriel Botafogo, aqui foi saudado por Theodoro Sampaio, sem dúvida a maior expressão desta Casa. Recebendo, porém, V. Excia. na qualidade de Inter-

ventor, menos difícil é a tarefa, porque os atos de V. Excia. aí estão ao julgamento dos concidadãos e, se preciso fosse exemplificar, eu, na qualidade de Presidente do Departamento Administrativo do Estado, poderia dar testemunho da maneira pela qual V. Excia. está exercendo a elevada função de Chefe do Estado e tem compreendido, recebido e valorizado a colaboração desse Orgão ao seu Governo, que conhece os atos da sua administração.

Queira, portanto, Exm.º Senhor Interventor, General Renato Onofre Pinto Aleixo, aceitar os sinceros agradecimentos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que já agora se honra de ter V. Excia. também como sócio honorário, com um título de merecida benemerência que lhe confere.

Procedendo assim, direi ser desejo da Diretoria desta Casa, que a História seja sempre aqui contada ou ajustada, com os cuidados especiais da justiça de um Heródoto — cognominado “Pai da História”; com os argumentos de um Xenophonte, o general da Retirada dos Dez Mil; com o saber de um Erathóstenes, filósofo e célebre, chamado de “Segundo Platão”; com a veracidade de um Arriano, o historiador da expedição de Alexandre, cu a justeza de um Herodiano, “que só quiz contar o que viu com os seus próprios olhos”.

Mas, meus Senhores, o orador eminente que saudára e recebera nesta Casa, ao Snr. General Gabriel Botafogo, então Comandante da Região, deixára escrito, em seus primeiros ensaios, em 1873, naqueles seus “Vãos da Mocidade”, e deixára para que alguns trechos fossem lembrados, por inéditos, e bem a propósito, nessa hora dolorosa e sombria, em que se ensanguenta o mundo, haver sido “o brilho da civilização que hoje nos ofusca, como as glórias de que gosam as gerações presentes, compradas a preço de sangue”, pois a guerra é “uma ferida que sofre a humanidade, mas, para expugar-se de males e percorrer altiva a senda da civilização”.

Quarenta e dois anos depois, em 1915, ainda nos dizia Teodoro Sampaio, da tribuna deste Instituto, “que a História, traçando em letras de sangue as páginas mais estupefacientes e dolorosas que jámais se registraram nos anais da humanidade culta, com a guerra de 1914, também nos ensina o significado dessas crises formidáveis que precedem, invariavelmente, às grandes investidas da Humanidade, para um futuro melhor”.

E a guerra, hoje mais do que 1915, campeando pelo mundo inteiro, quer nos advertir que, “todo êle há de participar do surto extraordinário e imenso que se vai seguir”: — pelos mares, pelas terras, pelos ares, e, até, pelos abismos dos oceanos. Não importa que muitas ciências com ela colaborem. A química oferecendo-lhe os “explosivos que aos próprios vulcões roubaram os mais deletérios e ruinosos efeitos”, — também com a mina submarina, o torpedo ancorado, os projectis iluminantes, ainda os inventos dos gazes mortíferos, dos asfixiantes e dos fôgos fosforados, que afundam navios, incendiam trincheiras e fazem arder os cor-

pos, em cenas dantescas. A mecânica ao emprestar-lhe as azas com que esvoaça pelos "descampados aéreos", fazendo passear a morte traíçoeira por sôbre cabeças inocentes, permitindo a destruição celerada pairar sôbre monumentos arquitetônicos, a roubar tesouros preciosos de sangue, de amor, de piedade, de arte e de fé. Concede-lhe a mecânica "nadadeiras, como aos peixes", e a morte sorrateira viaja no bôjo dos submarinos esguios, a zenhar dos mais formidáveis engenhos marítimos de guerra e de transporte. A geometria traça as linhas de batalha e dá-lhe os cálculos para as curvas parabólicas dos projetis. Por êste tempo de guerra, o pastor que, à hora matinal e ao cair do sol, conduz e recolhe do campo o seu rebanho; o bando infantil que vai e volta, travêssa e garrulamente, da escola; os casais de velhos lavradores, indo e vindo, na faina diária da sua labuta; os legionários da Cruz Vermelha, que levam e trazem enfermos e feridos, assistindo-os devotadamente; enfim, todos quantos, no bucolicismo dos campos lavrados, ou no borborinho de cidades industriais, ou na doce tranquilidade de vilas agrícola-pastoris; ou na reclusão de laboratórios técnicos e científicos consultam o céu, donde lhes costuma vir a bonança, divizam, ao longe, u'a mancha indistinta — vaga como a ilusão — quédam-se apreensivos; porque, aquela silhueta, tanto pôde ser nuvem de ouro, como avião condutor da morte, que se aproxima, para voejar inexoravelmente, por sôbre rebanhos domesticados, prados em flôr, parques industriais, campos cultivados, bandos de anjos ou anciãos em grupo.

Lembremo-nos, hoje, meus senhores, como consolação e esperança, destas palavras proferidas profeticamente, há um quarto de século, também por Teodoro Sampaio, aqui resumidas e parafraseadas, mostrando-nos, "com a História, que a paz, o alvo da guerra, perto ou distante que ela ainda paire no futuro, é para nós da América, um penhor de mais agigantado porvir"... Essa paz, por que todos ançamos, "não desmentirá decerto o evoluir lógico e normal dos sucessos. Um surto novo, uma energia nova, ideiais mais altos, mais generosos, uma concepção nova na própria filosofia, no direito, na organização social, na política internacional, nas relações de todos os povos, na confraternização das diversas raças que já derramaram o seu sangue nos mesmos campos de batalha e pela mesma causa; uma mais ampla, mais generosa concepção do gênero huano será decerto o passo a seguir-se na evolução mais próxima da espécie" (*).

Então, e permiti repetir com voz destacada, estes outros trechos que transcrevo, em letras maiúsculas:

"CHEGARA PARA A AMÉRICA A SUA VEZ DE LEADER NO MUNDO. A PRESIDIR O PROGRESSO GENERALIZADO ATRAVÉS DOS CONTINENTES E DOS OCEANOS" (*).

(*) "A Tarde" — Bahia — 3—V—1915 e o "Diário de Notícias" — Bahia — 7—V—1915.

Vêde bem, frizava Teodoro Sampaio, que lançada de um pólo a outro pólo, qual barreira entre os dous maiores oceanos,

“A AMERICA ESTÁ TALHADA PARA SER O THEATRO EM QUE SE HÃO DE ENCONTRAR UM DIA AS DUAS CIVILIZAÇÕES QUE DOMINAM O MUNDO — A ORIENTAL E A OCIDENTAL.

APARELHEMO-NOS PARA ESSE DIA, QUE NÃO TARDARÁ MUITO, DEPOIS DA PAZ. PORQUE O SÉCULO XX SERÁ O SÉCULO DA AMÉRICA” (*).

Estamos sentindo, cada vez mais, a aproximação dêsse dia. Urge, portanto, que estejamos aparelhados. Assim sendo, lemos que cuidar das nossas grandes reservas, em escala compatível com essa grandeza. Olhemos, por exemplo, como já estamos a elbar, na Bahia, para as nossas minas petrolíferas; para a região porientosa do rio São Francisco, que Vossa Excelencia, Sr. Interventor, acaba de percorrer, em parte, devendo ter sentido, pelas providências que está a tomar, a precisão do quadro descrito pelo nosso saudosissimo ex-Presidente, ainda a exatidão das palavras do eminente geógrafo e emérito historiador que êle foi, proposições todas proferidas nesta Casa.

A respeito desta região diríamos, hoje, quasi a mesma coisa de ha sessenta anos atraz, sobretudo, meus Senhores, da mesmíssima necessidade de então, já aquella época considerada “necessidade palpitante”, qual ainda se considera: — a de melhorar a navegação do Rio São Francisco, chamado, até, o “*mediterrâneo brasileiro*”.

Apenas Theodoro observára os efeitos fatais e desgraçados da sêca geral de 77 a 79, superiores aos da sêca de 1723 a 1727, (que foi a mais duradoura) e os da sêca de 1790 a 1793 (que foi a de maior amplitude territorial) enquanto, Vossa Excelencia viu, Excelentissimo Confrade, os efeitos da reacção fatídica, que é muitas vezes immediata, qual a dos invernos torrenciais, chamados pelo povo, em virtude dos seus efeitos igualmente calamitosos — *sêcas d'água*.

Entretanto, si os esforços humanos, ainda não conseguem evitar êstes dois flagélos *terríveis*... podem, certamente, atenuá-los!...

Descrevendo a mísera situação dos velirantes, que foram ter às margens do rio S. Francisco, ficaram inéditos os quadros tocantes com que o nosso ex-Presidente illustrou as suas descrições e que já foram aqui referidos.

As figuras de dôr e sofrimento, que o seu lápis registrou, são admiráveis pela fôrça de expressão da miséria humana.

Nenhuma, porém, destas calamidades climáticas trouxe o arrefecimento ao patriotismo ardoroso dos abnegados nordestinos.

Com os próprios olhos, acaba assim de ver V. Excia., em 1943, o que vira Theodoro Sampaio em 1879:

“os homens semi-nús que cantam a sua cantiga monotonada de barqueiros, e vão e voltam, levando as suas varas longas e ferradas, jogando-as firmes, certas, nágua, os peitos apoiados sobre elas, tremendo sob o impulso dos músculos retesados, enquanto debaixo dos seus pés e impelida por êstes a embarcação caminha de encontro à corrente”.

Deveria ter notado também V. Excia. que, nestas paragens sertanejas, “a proliferação humana parece experimentar um estímulo estranho e desconhecido”, tornando-se espantosa, como a procurar preencher os claros demográficos produzidos por forças naturais de destruição.

Assim, meus Senhores a história do homem do sertão resume-se na história silenciosa da luta contra a hostilidade da Natureza. E os homens (escreveram Brunhes e Vallaux) “fazendo história sobre a terra, fazem também geografia”.

Nesta Instituição, onde se cuida principalmente de Geografia e de História, saúdo, em nome do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, os dois ilustres confrades: o primeiro, Sr. Interventor Federal neste Estado, General do Exército Brasileiro, Renate Onofre Pinto Aleixo, pela gratidão que lhe deve o Instituto e pelo muito que de S. Excia. espera a Bahia, principalmente a região san-franciscana. O segundo, Sr. Major Hoche Pulchério, Secretário da Segurança Pública do Estado, pelo que já lhe deve o nosso Instituto e aguarda, com satisfação e para seu renome, a realização do compromisso contraído pelo ilustre confrade com a comissão que lhe fôra transmitir o convite para honrar, com sua presença, esta solenidade; “o de uma próxima conferencia, sob o tẽma — “Reconhecimento do terreno sob o ponto de vista militar”.

Desempenhada assim a obrigação honrosa que me foi marcada pela Presidência desta Casa, volvo ao dever precipuo e institucional de lembrar os nomes dos confrades que foram roubados do nosso convívio.

Já se disse, aqui, em solenidade identica:

“Nunca, por certo, um grupo de tão seleccionados obreiros desta Casa cedeu às contingências finais da vida, no curto prazo decorrido entre uma e outra data das nossas comemorações aniversárias”.

Estas referências eram feitas aos confrades desaparecidos, em número de oito. Que dizer, Senhores, dos nossos consócios desaparecidos, em igual período (1942-1943) em número de dezessete, que irei sucintamente nomeando?!... Sinceramente, porque, além dos poucos dias decorridos da minha investidura, para esse desempenho, falta-me a capacidade para tal, e não haveria tempo para tanto nesta solenidade. Assim, tendo que me referir, aos confrades falecidos, em ligeiros traços biográficos, peço-vos licença para não obedecer à ordem cronologica do fale-

imento, tratando do primeiro—**AQUILES PEDREIRA MACHADO** — que tão de perto está ligado à vida desta Casa, e do último — **ALVARO PIMENTA DA CUNHA** — que tão unido está ao meu coração.

AQUILES PEDREIRA MACHADO — Nascido a 7 de Julho de 1872, em Santa Barbara, no município de Feira de Santana, perdendo em tenra idade a genitora, foi internado com os seus irmãos no "Colégio Sete de Setembro", passando-se, em seguida, para o "Colégio S. José", ali concluindo os estudos. A princípio, dedicou-se ao commercio na casa Moraes & Cia., transferindo-se depois para o Rio, afim de continuar a actividade commercial, passando-se, por fim, para S. Paulo, onde foi trabalhar no serviço de aguas e esgotos, travando relações com o engenheiro sanitário Theodoro Fernandes Sampaio, de quem foi grande amigo.

Voltando para a Bahia, as boas amizades que Aquiles Machado sabia fazer, levaram-no a prestar serviços àquele mesmo Colégio S. José, donde saiu para ingressar no funcionalismo público. Como 4º escriptorário, serviu na Escola Normal, passando a Amanuense. Ficando em disponibilidade, foi transferido para o Tezouro do Estado. Promovido a 3º Escriptorário em 8 de abril de 1908, era 2º escriptorário em 10 de Fevereiro de 1916, e 1º escriptorário em 29 de Dezembro de 1926, aposentando-se, nesta categoria em 1º de Junho de 1928.

Aquiles Machado era homem que seleccionava relações, sendo leal e dedicadissimo a seus amigos e às sociedades e instituições a que pertenceu e serviu. Entre estas, está nosso Instituto, que muito deve à sua dedicação e lealdade, como elemento prestante e operoso membro de sua Diretoria, durante vários anos.

Faleceu a 3 de Julho de 1942, na Cidade de Feira de Santana.

ALFREDO DO COUTO BRITTO — Nascido em 22 de Maio de 1892, foi o primeiro consócio que nos foi levado. Tendo feito o curso ginasial no Ginásio São Salvador, colou gráu de Doutor em Medicina a 27 de Dezembro de 1913. A sua vida cronologicamente assim se resume:

1910 — **INTFRNO DE CLÍNICA PSIQUIÁTRICA E DE MOLESTIAS NERVOSAS**, nomeado em 3 de Dezembro, tomou posse no mesmo dia e exerceu o cargo até o fim do ano.

1912 — Exerceu o cargo de Auxiliar Académico do serviço de Medicina Legal, de 23 de Dezembro até 13 de Dezembro do ano seguinte.

1913 — Por Portaria de 29 de Dezembro, foi nomeado **ASSISTENTE DE CLÍNICA PSIQUIÁTRICA E DE MOLESTIAS NERVOSAS**

1915 — Em 5 de Abril foi nomeado **LIVRE DOCENTE DE CLÍNICA NEUROLÓGICA**.

1916 — Regeu interinamente a cadeira de **CLÍNICA NEUROLÓGICA**, de 4 de Janeiro a 13 de Outubro.

1917 — Exerceu o cargo de 1º de Janeiro a 22 de Novembro, deixando-o em 23, por ter passado a **PROFESSOR SUBSTITUTO**,

por Decreto de 21 de Novembro, da 19ª Secção da Faculdade de Medicina da Bahia.

De 1919 a 1923, apresentando tésse, que versava sobre "Therapêutica da Doença de Bayle", regeu interinamente a cadeira de CLÍNICA NEUROLÓGICA E PSIQUIÁTRICA nos períodos de: 15 de Julho a 24 de Agosto de 1919, no impedimento do efetivo; 13 de Julho a 22 de Agosto de 1920; — 14 de Julho a 22 de Agosto de 1921; 1 a 7 de Março e de 8 de Julho a 20 de Agosto de 1922; 16 de Julho a 12 de Agosto de 1923.

1924 — Regeu interinamente a cadeira de CLÍNICA NEUROLÓGICA de 15 de Julho a 18 de Agosto. Esteve na Europa, com permissão do Governo, de 4 de Outubro ao fim do ano.

1925 — Continuou na Europa, de 1º de Janeiro a 31 de Março.

PROFESSOR CATEDRÁTICO DE CLÍNICA NEUROLÓGICA, nomeado por Decreto de 29 de Julho, assumindo o cargo em 21 de Agosto, regendo a cadeira, desta data ao fim do ano.

1926 — Esteve a serviço do Governo durante todo o mês de Novembro. Regeu interinamente a cadeira de Medicina Legal de 26 de Abril a 18 de Novembro, por se achar vaga a citada cadeira. Representou o Estado da Bahia, no Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene, em São Paulo.

Adquiriu, juntamente com o Dr. Portela Lima, 77 miligramas de rádio, primeira quantidade desta substancia que entrou no Norte do País.

1929 — Exerceu, em comissão, o cargo de Chefe do Serviço de Higiene Industrial. Esteve em Recife, como presidente da Embaixada Acadêmica Alfredo Brito. Representou a Bahia no V Congresso Brasileiro de Higiene, em Recife.

1932 — Nomeado, em comissão para exercer as funções de Inspetor Técnico de Higiene Escolar.

1933 — Nomeado membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina da Bahia e, também, Membro do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia.

1934 — Esteve, em comissão, dirigindo o Serviço de Pronto Socorro.

1935 — Em Dezembro, fez parte da banca examinadora no concurso de Clínica Neurológica em São Paulo.

1936 — Regeu a cadeira de PSICOLOGIA do curso complementar desta Faculdade, de abril ao fim do ano.

1937 — Regeu sua cadeira todo o ano e a de PSICOLOGIA do curso complementar, de abril a dezembro.

1938 — Em obediência ao Decreto-lei n. 24, de novembro de 1927, optou pelo cargo de Diretor Geral, efetivo, do Departamento de Saúde Pública na Bahia, ressaltando direitos adquiridos. Por Decreto de 3 de junho, publicado no Diário Oficial do dia 10, foi tornada, sem efeito a exoneração do cargo de Professor catedrático desta Faculdade, regendo sua cadeira de 3 de junho ao fim do ano. Continuou como membro do Conselho Técnico Administrativo.

1940 — Na data de seu aniversário natalício assistiu à inauguração do seu retrato, no salão nobre da Saúde Pública.

1939 — Continuou como membro do Conselho Técnico Administrativo até 6 de maio de 1939.

1942 — Regeu sua cadeira de 1º de janeiro a 6 de maio. Foi Diretor Geral do Departamento de Saúde do Estado (1935), Médico do Hospital S. João de Deus (1944-1945), Médico do Serviço de Febre Amarela, Inspetor Sanitário e Diretor de Higiene Escolar (1954).

Publicou, afóra outros trabalhos: "O lado sã dos hemiple-gicos" (Tese para o concurso de docente livre de Clínica Neuro-lógica); "Da Aorta Normal na Bahia e a terapêutica das Aorta-ectasias"; "Terapêutica da Doença de Bayle" (tése de concurso para prof. substituto de Clínica Neurológica e Clínica Psiquiá-trica).

Foi o criador das Escolas ao Ar Livre como também foi (na Direcção de Oscar Freire de Carvalho) da Secção de Radiologia do Instituto Nina Rodrigues, em 15 de Fevereiro de 1917, tendo sido, ainda, o reconstrutor e reorganizador do Dispensário Ramiro de Azevedo, cuja inauguração se verificou em Setembro de 1922.

Deixou--nos a 7 de Maio de 1942, sendo o primeiro a partir, após as palavras aqui proferidas, em 3 de Maio de 1942, (pelo Ilustre orador d'êste Instituto, nosso confrade Dr. Carlos Chia-chio.

ARTUR LUIZ MENDES DE AGUIAR. Nasceu nesta Capital em 24 de Março de 1885, diplomou-se em 1904 pelo Instituto Normal da Bahia, atendendo, assim à inclinação que desde cri-ança manifestou pelo ensino.

Ingressou na vida pública como adjunto interino da Escola Complementar do sexo masculino, anexa ao Instituto Normal, por nomeação de 25 de Fevereiro de 1905. Em 17 de Outubro do ano seguinte foi nomeado adjunto efetivo da mesma Escola e, por acêssão, (Decreto de 14 de Dezembro de 1908) seu professor efe-tivo. Em 17 de Setembro de 1915 passou a professor substituto da Cadeira de Metodologia da Escola Normal da Bahia. Pouco tempo depois era 4º escriturário do Banco do Brasil, por con-curso, cargo esse do qual pediu demissão, em 21 de Julho de 1918, atraído sempre para a carreira do magistério.

Em 19 de Outubro de 1932 foi promovido a Catedrático de Metodologia e Didática da Escola Normal da Capital; por Decreto de 26 de Fevereiro de 1942, foi transferido parã a cadeira de Metodologia Especial do Instituto Normal, em virtude de haver sido desdobrada a cadeira que regia.

No exercício d'êste último cargo faleceu, nesta Capital, a 13 de Agosto de 1942.

Durante o seu longo exercício no magistério, foi o Prof. Mendes de Aguiar investido de inumeras comissões, fazendo parte, por várias vezes, do Conselho Superior de Ensino.

Sua fé de officio contém inumeros louvores.

Muitos artigos doutrinários publicou, em jornais e revistas. Varias conferências realizou sôbre assuntos de Educação, algumas proferidas neste Instituto Geográfico e Histórico, onde prestou relevantes serviços, desempenhando, com brilho, cargos de direção.

INACIO PASCOAL BASTOS — Nasceu a 10 de Fevereiro de 1860, no nordeste baiano, município de Soure.

Criança ainda, transportou-se para Alagoinhas, ficando em companhia do seu tio e mais tarde sogro — Pedro Rodrigues Bastos — um dos fundadores da nova cidade de Alagoinhas.

Em 1882, estabeleceu-se, ali, na vida comercial, mantida com honradez e probidade. Filiando-se ao partido conservador, foi vereador da Camara Municipal e presidente do Conselho Municipal, qualidade em que substituiu a Prefeitura, sendo, em 1897 eleito Intendente, cargo em que se conservou até 1901, devendo-lhe, Alagoinhas, grandes beneficios.

Na rebelião dos fanáticos de Canudos, sua atividade revelou-se dinâmica. Sendo Alagoinhas ponto de reunião das forças expedicionárias e dos feridos que voltavam do teatro da luta, intenso era seu movimento.

Por ocasião da proclamação da Republica, o município tão eficientemente dirigido pelo Cel. Inacio Pascoal Bastos foi o primeiro a aderir ao novo regimen.

Deixando o cargo da Intendência, continuou sua modesta vida comercial, até que, em 1908, transferiu-se para a Capital do Estado, para ocupar o lugar de escrivão do Tribunal de Apelação e Revista, após brilhante concurso, no qual evidenciou brilhantes qualidades intellectuais e, durante 30 anos, no exercício deste cargo, também os seus dotes morais.

Na sua longa existência, manteve-se fiel aos seus princípios e convicções politicas, vindo a falecer em 2 de Setembro de 1942.

Do seu consórcio deixou sete filhos, entre os quais a bacharel D. Ester Flora Bastos, nossa companheira de lides, neste Instituto, que já lhe deve serviços, como deve ao Pai.

THEMISTOCLES DE MENEZES — Nasceu a 19 de Novembro de 1876 no Distrito de Santana, nesta Capital. Era filho de Themistocles Grave de Menezes e D. Celina Augusta Carvalho Menezes. Diplomou-se em Agronomia, em 1896, seguindo logo para a Cidade de Jahú, em São Paulo, onde iniciou sua vida de trabalho.

Voltou à Bahia em 1902. Foi Deputado Estadual em 1903. Na Administração Estadual, exerceu o cargo de Diretor das Obras Públicas do Estado, onde chefiou muitas das principais obras executadas na Bahia, dentre as quais se destacam: Avenida 7 de Setembro, Palácio da Aclamação, Palácio Rio Branco, Tesouro do Estado, Biblioteca Pública, Forum, Caixa Econômica Federal, Penitenciária do Estado, tendo também levantado parte da planta

cadastral da Cidade em colaboração com o Eng.º Theodoro Sampaio.

Foi ainda Senador Estadual e Secretário da Agricultura no 2.º Governo do Dr. J. J. Seabra, seu particular amigo, a quem dedicou o seu inteiro apoio, durante toda a sua vida política. Não o seduziu o poder, tendo renunciado a todas as vantagens, para acompanhar o seu grande amigo em todas as surpresas e dissabores do ostracismo.

Prestou serviços ainda a várias Instituições, destacando-se a Santa Casa da Misericórdia, onde serviu alguns anos como Mordomo do Cemitério do Campo Santo, do Asilo dos Expostos e, finalmente, como Escrivão.

Infantigável trabalhador, com largo círculo de amigos e influências, geriu por muitas vezes consideráveis interesses.

Era um paradigma de bondade.

Faleceu em 1 de Outubro de 1942.

PRIMITIVO MOACIR — Bahiano, cuja infância e mocidade transcorreram na Bahia. Aqui estudando e trabalhando, pelo próprio esforço, inteligência e perseverança elevou-se, da origem humilde de que proveio, à justa evidência a que atingiu.

A princípio professor primário, partiu para Pernambuco, para exercer função pública. Depois, segue para o Rio, onde, empregando-se, continúa seus estudos, formando-se em Direito. Por muitos anos foi Redator de debates na Câmara dos Deputados, tornando-se o organizador, com o material à sua disposição da notável e vasta coleção de "DOCUMENTOS PARLAMENTARES" compreendendo o desenvolvimento, em 80 anos, dos mais importantes assuntos em matéria de Direito e de Administração. Foi o exímio historiador da instrução pública no Brasil, assunto a que se dedicou, de corpo e alma, com a publicação de seus livros, já hoje em coleção notável — citada por nacionais e estrangeiros — tornando-se indispensável, pela riqueza de informações aos que se dedicam a assuntos de instrução. Dizem os seus amigos que a ância de terminar essa obra, sentindo que a velhice avançava, foi que precipitou a sua morte. A imprudência de uma viagem mal projetada, fatigante e peor executada, perturbou o equilíbrio do organismo enfraquecido, e do coração doente.

Era homem de sociedade, possuindo amigos dedicadíssimos. Também era viajado, dotado de bom gosto, culto, de hábitos e convívências aristocráticas.

Em Janeiro de 1941, esteve entre nós pela última vez, revendo, com alegria, os lugares onde lhe transcorreram a meninice alegre e a juventude descuidada.

Na Bahia, serviu como secretário do presidente Inocêncio Góes.

Neste Instituto, realizou conferências notáveis, versando sobre assuntos da maior importância.

Faleceu na Capital Federal, a 2 de Outubro de 1942.

Do imortal FRANCISCO XAVIER PEREIRA MARQUES, pertencente às duas Academias de Letras — a Brasileira e a Bahiana — e autor de experimentados conselhos, em "A Arte de Escrever", que vos poderia dizer, em poucas palavras?

Sim, meus Senhores, sendo 17 os nossos confrades desaparecidos, ocupando-me, de cada um, em uma página, dezeseite delas teria que lêr, afóra a saudação de que tão mal já me desobriguei. Como poderia, portanto, em tão curto espaço, falar de Xavier Marques, mesmo em síntese? Que poderia dizer do biógrafo de Melo Moraes Filho, do autor dos ensaios sobre os filósofos Farias de Britto e Jackson de Figueiredo, além do trabalho artístico referente ao glorioso Castro Alves, do perfil de "Antonio Moniz, como academico e político", que dizer, neste momento, de um dos mais altos expoentes de cultura literária brasileira? Como também assim fazer a crônica biográfica de outros confrades como Primitivo Moacir, J. J. Seabra, Ezequiel Pondé, Pedro dos Santos, Arestides Maltez, Max Fleiuss e Alfredo Magalhães?

Que dizer de Xavier Marques, senão apenas que o paciente artista — que em lapidar estilo tecia e formava, sempre luminoso, versos e contos, romances e ensaios, artigos e discursos, poesias e páginas luminosas — nasceu em 3 de Dezembro de 1864, na Ilha de Itaparica, à qual tanto viria amar e engrandecer?

Que dizer, sinão apenas que teve juventude humilde, e que cêdo lhe faltando o progenitor, dedicou-se aos irmãos, 4 do primeiro e 5 do segundo casal, crescendo sem os prazeres próprios da adolescência, experimentando u'a mocidade cheia de obstáculos, ingressando aos 16 anos de idade na vida de imprensa, onde começou no "Correios", em Itaparica e continuando no "Jornal de Notícias", nesta Capital? Que dizer senão que, espôso e pai amantíssimo, as atribulações e sofrimentos por que passou, mais lhe exaltam a obra e glorificam a velhice? Que dizer sinão que, como funcionário público foi 3.º oficial da Secretaria da Câmara dos Deputados, ascendendo até 4.º oficial, em cujo posto se aposentou, depois de 20 anos de serviços?

Reservado e triste, nem por isso foi menos afavel e afetivo. Octogenário, semi-desaparecido do cenário ativo da vida literária, nem assim perdeu a vivacidade de espírito. Desconhecia a vaidade, até mesmo aquela nobre vaidade de que nos faía Garrett.

Algumas vezes, o autor inimitavel de "A vida do homem", ao empregar a pena em fino humorismo, embuçava-se no pseudônimo de *Saverio*.

Era violinista sonhador, dedilhando as cordas do velho instrumento com a mesma suavidade e doçura com que dedilhava as da harpa da sua poesia.

Romancista, foi o maior da Bahia, dentre os maiores do Brasil, iniciando-se com "Simples Histórias" — "Uma Família Baiana" — a que se seguiram: "O Sargento Pedro — As voltas da Estrada — Holocausto — A boa madrasta — O Arpeador — Terras Mortas".

Estreou a carreira literária e poética escrevendo "Themas e Variações", firmando-a em "Insulares", e desmentindo, com vários trabalhos de valor, o epíteto, que a si próprio tentou aplicar, de poeta malogrado.

"A Cidade Encantada", contém, lendas, visões e fantasias de valor histórico.

"Jana e Joel" é uma jóia preciosa da literatura brasileira, traduzido em francês e publicado pela Livraria Gedalde, de Paris.

Foi um dos fundadores da Academia de Letras da Bahia, sendo ocupante da Cadeira n. 33, cujo patrono é Castro Alves.

Desta Academia de Letras fez parte, como segundo secretário, da sua primeira diretoria, tendo sido o orador oficial, na solenidade de sua instalação, em 10 de Abril de 1917, sustentando a tese de

"Como as letras formam o expoente da vida dos povos e como as sociedades na sua marcha carecem de instituições como esta, que neles exerceu uma função social tão útil quanto os mais eficazes agentes do progresso".

demonstrando-a, ainda, em suas obras, como em HOLOCAUSTO, romance de um joven médico que sacrifica o seu grande amor a uma prima, por saber-se doente de tuberculose, assim procedendo para salvar a raça.

Boto & Cia. é um outro trabalho literário revelador dos tipos, costumes e superstições do povo bahiano. Era este o nome de batismo, porém, refundido, foi publicado pela Livraria Leite Ribeiro, do Rio de Janeiro, sob o novo título "O Feiticeiro".

Para nós deste Instituto, porém, talvez que PINDORAMA romance do descobrimento do Brasil e SARGENTO PEDRO, que se ocupa da epopéa itaparicana sejam, pela própria natureza, os seus mais interessantes trabalhos.

Xavier Marques faleceu, nesta cidade, a 30 de Outubro de 1942. Mas, a luminosidade do seu talento, pelas suas obras, brilhará *ab-eterno*.

CARLOS PIRES DA VEIGA. Nasceu em 15 de Maio de 1916, e faleceu em 16 de novembro de 1942, prematuramente.

Apezar de joven, foi professor contratado do Colégio Estadual da Bahia, ali lecionando Português e Literatura. Registrado no Departamento Nacional de Educação como professor de Português, Francês e Latim, tinha o curso ginasial e o de humanidades e filosofia do Seminário Santa Tereza.

Produziu: — trabalhos sobre Carneiro Ribeiro, publicado na Revista do Instituto Geográfico e Histórico e vários outros trabalhos literários divulgados em jornais desta cidade.

Crente e religioso, recebeu piedosamente, antes de morrer, os Santos Sacramentos, confortando-se assim, com a benção recebida. Partiu em direção do Outro Mundo, que acreditava poder

alcançar. Deixou, pelo seu merecimento, claro sensível na sociedade bahiana, nos grêmios de educação e ensino, neste Instituto Geográfico, onde, Pires da Veiga era o *benjamin*, dentre os confrades que também se foram naquela mesma direção do Além.

OCTAVIANO RODRIGUES PIMENTA. Nasceu em 9 de Julho de 1862, nesta Capital. Formou-se em 1885. Sua turma foi a mais numerosa que até então deixou a Faculdade de Medicina. Dela fazia parte Alfredo Brito, pai, patrono de nossa Faculdade.

Defendeu tese sobre **MÉTODO DE LISTER**, grande novidade da época, sendo assim o primeiro a divulgar entre nós os benefícios que a teoria e as descobertas de PASTEUR trouxeram à cirurgia. Tendo conhecido uma época em que se ignoravam os cuidados da assepsia cirúrgica, tornou-se grande admirador dos cirurgiões de então, cujos nomes citava, descrevendo-lhes a perícia com que, trazendo as agulhas e os fios na lapéla do paletó, praticavam, com inervel rapidez, ligaduras e amputações, as grandes operações da época. Hoje em dia, costumava dizer, não era difícil praticar a cirurgia, com as conquistas da assepsia, anestesia e hemostasia.

No seu longo e humanitário tirocínio clínico, teve ocasião de atender a mais de um milhão de doentes, de todas as classes sociais, nunca prescrevendo especialidades farmacêuticas, sempre preferindo as fórmulas, e dizendo que as primeiras eram para as doenças, enquanto as últimas eram para os doentes na sua múltipla apresentação clínica.

Não applicava injeções senão sómente em casos de absoluta urgência ou as estritamente específicas, alegando que, "assim como a via digestiva era utilizada pelo organismo no aproveitamento dos alimentos, também deveria ser a mais indicada para o emprego dos medicamentos".

Prestou serviços profissionais a todos os Governadores do Estado anteriores a 1930, e a vários eminentes Políticos do Estado e da República, inclusive o MARECHAL HERMES, de quem se tornou amigo íntimo. Quando, na Presidencia da República, o Marechal desejou saber de suas aspirações, respondeu-lhe, simples, modesta e humoristicamente: "Desejo ficar com os meus defuntos". Referia-se, assim, ao cargo de MÉDICO LEGISTA DA POLÍCIA, que exerceu por mais de 30 anos, sendo um dos seus reorganizadores.

Pretendeu ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia, prestando três concursos: para Preparador de Anatomia, para Catedrático de Clínica Cirúrgica e para Catedrático de Física, não logrando, porém, ser nomeado, apesar das boas classificações obtidas. Pode-se dizer que o Hospital foi para êle, mais que o próprio lar. Durante 60 anos, frequentou-lhe os vários serviços, com excepcional assiduidade. Já servia como Médico Interno gratuito do antigo Hospital da Misericórdia, ao Terreiro, quando foi inaugurado o Hospital Santa Izabel.

Descrevia, verdadeiramente emocionado, as solenidades deste ato, principalmente a trasladação dos doentes, carregados pelo povo, em tocante procissão cívica. Exerceu vários cargos no Hospital Santa Izabel, uns gratuitos e outros remunerados, tais como: Médico Interno, Cirurgião, Parteiro e Diretor Efetivo durante oito anos. Diretor Interino várias vezes e Diretor da Sala do Banco, desde 1914, no exercício do qual morreu. Em reconhecimento aos seus serviços, a Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia ofereceu-se para custear o seu funeral, dando-lhe campa perpétua.

Serviu como médico da colônia SÍRIO-LIBANESA desde a sua instalação entre nós, sendo chamado pelos seus componentes "PAI". Do longo convívio com a colônia SÍRIO-LIBANESA, chegou a aprender o idioma árabe.

Não mandava contas de honorários, e recusava a remuneração espontânea quando esta lhe parecia superior ao seu serviço. Jamais deixou de atender a um chamado. Socorria qualquer doente, a qualquer hora, sem sequer lhe perguntar o nome!

A clínica levou-o à Política. Era uma Política de amigos, dizia. Exercendo, por cerca de 40 anos, a chefia política no distrito da Rua do Paço, gabava-se de nunca ter perdido uma eleição e jamais adquirido um inimigo. Exerceu, durante 28 anos, o mandato de Conselheiro Municipal, sendo por vários anos eleito para a Presidência, no exercício da qual ocupou por 3 vezes o cargo de PREFEITO DA CAPITAL, então denominado INTENDENTE MUNICIPAL. Eleito por várias vezes Deputado e Senador Estadual, foi sempre o primeiro votado no antigo 1.º distrito.

Faleceu em 25 de novembro de 1942.

JOSE JOAQUIM SEABRA, um dos maiores beneméritos desta Casa, como o é da Bahia, notadamente da sua Capital, é nome que aqui repetimos agradecidos.

Nasceu em 21 de Agosto de 1855.

Como estudante de Direito, em Recife, ele e Gil Vidal (Leão Veloso) a fumarem os dois por economia o mesmo charuto, já era o jovem Seabra "um grande aplicado nos estudos, fornecendo até aos companheiros o produto de seu trabalho, graças ao qual muitos brilhavam nos exames".

Mais tarde, feito Deputado às duas Constituintes da República, na primeira foi o primeiro que usou da palavra. Deputado também fôra, por outras vezes sem conta, como Governador da nossa terra duas vezes, também duas vezes ministro e senador uma vez. Durante tôda esta longa existência e lutas políticas, Seabra expatriando-se mais de uma vez voltava ao cenário político para lutar, vencer e perder, também para perder, vencer e lutar, ainda para perder lutando.

A sua idéia de Democracia acompanhava-o desde os bancos da Academia de Recife. Nasceu liberal e desejava morrer defendendo a liberdade.

Não quis escrever as suas memórias, sobretudo as políticas, porque, declarava — há coisas que não se dizem. Na última vez, que da tribuna se dirigiu ao povo bahiano, em 24 de Novembro de 1939, na Associação dos Empregados no Comércio, em conferência que durou perto de 3 horas, intitulada "Memórias Faladas", relatou, entretanto, interessantes episódios da vida política do País.

Assim como não há brasileiro que diga Cons. Ruy Barbosa, poeta Castro Alves, Dr. Oswaldo Cruz, também, na Bahia, não há quem, a êle se referindo o chame de Dr. José Joaquim Seabra.

A gratidão que o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia tributa a J. J. Seabra, já foi aqui manifestada, desta mesma tribuna, em 5 de Fevereiro de 1943, pela voz autorizada de um dos maiores historiadores bahianos, o nosso prezadíssimo confrade Dr. Braz Hermenegildo do Amaral. Este Instituto deliberou e está providenciando a colocação do busto em bronze, na entrada principal dêste edifício, dêste seu sócio e grande benemérito.

"Lente, misturou-se à existência dos estudantes, tornando-se uma espécie de colega veterano, cuja participação nos entusiasmos juvenis sempre os alimentava" (**). Político, poucos tiveram entre nós tamanha popularidade e estima pública. Em 1888, apresentou-se candidato a deputado pelo 2º distrito, na Bahia, concorrendo com Antônio Euzébio Gonçalves de Almeida (liberal) e José Eduardo Freire de Carvalho (conservador tendo) tendo Seabra perdido as eleições, em favor de Antônio Euzébio. A história nos diz que era o censo eleitoral, naquela época—muito elevado, pois Antônio Euzébio obteve mais de 1.000 votos e Seabra apenas 111.

Datam daí seus primeiros *meetings* políticos, fazendo discursos à porta de lôdas as secções eleitorais.

Não foi homem de paixões. Era, porém, de assiduidade e pontualidade admiráveis. Acadêmico, só faltára às aulas duas vezes, num curso de cinco anos. Da pontualidade de Seabra, um fato desejaria recordar-vos. Quando eu e Francisco de Souza — que foi benemérito professor da Politécnica da Bahia e inesquecível Prefeito desta Capital — cursavamos o último ano de engenharia-civil, na Politécnica do Rio de Janeiro, nossas primeiras aulas eram da cadeira de Máquinas, professadas pelo notável engenheiro Paulo de Frontin. Fazíamos a pé, a hora certa, o trajeto, da Pensão em que morávamos até o Largo de São Francisco, onde era situado o edificio da respeitável Escola, sendo raro o dia em que não passasse, à mesma hora, o carro conduzindo Seabra, então Ministro do Interior e da Justiça. Poderíamos, pela entrada do eminente bahiano no portal do Ministério, acertar nossos relógios. Dava assim Sua Excelência o exemplo de pontualidade, exemplo que seria para imitar-se, devendo ser citado, nos dias atuais, onde tantos relógios andam desacertados.

Faleceu J. J. Seabra, em 5 de Dezembro de 1942.

Seu desaparecimento foi sentido em todo o Brasil.

EZEQUIEL PONDE — Figura veneranda e invulgar da magistratura bahiana. Nasceu a 8 de Maio de 1866, na vila de Itapicuru. Estudou no Seminário da Bahia, e depois, no Colégio Bahia Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife.

Voltando à Bahia, foi nomeado promotor público de Tucano, e, pouco depois, Juiz municipal de Monte Santo, passando-se para Inhambupe, onde, com a proclamação da República e a reorganização judiciária de 1892, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca, a qual, um ano depois, era elevada à categoria de 2ª entrância. Aí serviu por alguns anos, até que foi removido, por acesso, para a comarca de Alagoinhas.

Durante 8 anos, foi juiz da Vara do Comércio, nesta Capital. Entrou em 7 concursos para o Tribunal Superior de Apelação e Revista. Conquistando algumas vezes o 1º lugar, só logrou ser nomeado no governo Seabra, quando se empossou. Obtendo licença, foi à Europa, para fazer estação de repouso na Suíça. Regressando, reassumiu o exercício, sendo eleito depois Vice-presidente daquele Superior Tribunal, posição que ocupou até à aposentadoria, em 1937.

Presidiu o Tribunal Eleitoral, desde sua instalação até sua extinção.

Foi orador e polemista ardoroso.

Depois, retraindo-se, podendo aplicar-se, tanto a Ezequiel Pondé como a Pedro dos Santos, este conceito de Pedro Calmon:

“Parece que era uma tradição judiciária no Brasil essa discreção, que tinha de bôlo a renúncia, mas de prejudicial o silencio — digno e austero silencio dos velhos juizes que misturavam à emoção do officio uma idéia de sacerdotio que as fazia mais respeitáveis e mais puros. Bastava-lhes o difficil trabalho de arbitrar a justiça. E o consôlo de serem por seu turno julgados pelos outros homens de bem!”

Tiveram, ambos, os aplausos dos contemporâneos, inclusive dos sócios deste Instituto, mas, é necessário “que não lhes fique o elogio limitado àquelas vozes:

“devendo ser louvados como símbolos e modelos da própria magistratura brasileira, de que foram expressões excelentes”.

Este dever é que cumpre o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, registando o falecimento do Dezembargador Ezequiel Pondé, em 10 de Dezembro de 1942.

PEDRO JOAQUIM DOS SANTOS. Nascido a 16 de Julho de 1866.

No cenário das letras jurídicas, força é evocar, nesta revisão dos grandes valores que perdemos, a figura inesquecível de Pedro Joaquim dos Santos, falecido na Capital da República em 13 de Dezembro do ano de 1942, no alto cargo de Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal.

Diplomado pela Faculdade de Direito de Recife, em 1887, o eminente bahiano pertencera a uma geração de homens ilustres no âmbito da vida nacional, tais como Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa, Urbano Santos, Alfredo Pinto, Pires e Albuquerque, Hermenegildo de Barros, Pardal Malet e outros, seus contemporâneos e colegas naquela veneranda casa de estudos jurídicos, onde pontificara a voz estentórea de Tobias Barreto.

Já então, Pedro dos Santos voltava-se para as fontes norte-americanas, onde foi buscar inspiração para a estrutura política-jurídica das novas instituições, notadamente nas lições de Marshall. Antes de tudo, ele foi exemplo de bom Juiz, no mais elevado sentido da expressão, ou seja no dignificante tipo de magistrado profundamente culto, mas sem compromissos unilaterais de uma escola doutrinária. Alheio ao jogo dos interesses pequeninos do meio em que atuou, não foi, todavia, um indiferente à realidade social, onde repercutem as decisões judiciais. Rigorosamente técnico e suas sentenças concisas, exarava-as com aquele mínimo de arte que a própria concisão e o necessário tecnicismo não excluem. Honesto, sereno, proficiente e, sobretudo, completamente dedicado às suas funções, que sempre encarou como verdadeiro sacerdócio.

Percorreu honrosamente, enobrecendo-a, a carreira de magistratura. De promotor e Juiz Municipal de Canavieiras, Belmonte e Feira de Santana, chegou ao posto de Conselheiro do Tribunal de Conflitos Administrativos e de Contas (25—V—1897) e Dezembargador do Tribunal de Justiça do Estado (8—IV—1889), cujos destinos presidiu, a partir de 1898, para depois — e após o magistério em nossa Faculdade de Direito, onde doutrinou de sua cadeira de professor de Teoria e Prática do Processo Criminal, (22—XI—1911) a toda uma geração de Bachareis que tantos vieram a alcançar os mais altos postos da vida pública nacional — chegar, em 29. X—1919, ao último cargo da magistratura, na qualidade de Ministro da Suprema Corte de Justiça do Brasil. Ali, fulgurou entre os mais sábios e justos, sendo suas brilhantes sentenças verdadeiras monografias, principalmente nas questões que implicavam em interpretação do nosso Direito Constitucional, em que se fez mestre indiscutível, antepondo às clássicas lições dos Tequeville dos Hamilton — que, por longos anos, foram a fonte única em que se abeberaram os nossos constitucionalistas — a doutrina dos modernos mestres norte-americanos, que ele, como nenhum outro, conhecia.

Entre suas obras, as mais citadas são: "O penhor mercantil" "O Impeachment perante a Constituição da Bahia".

Professor tratadista e, mais do que tudo, magistrado, cultor do Direito e da Justiça nenhuma missão mais digna é dada a um homem aspirar. E ele soube sempre enfileirar-se, com altivez, energia, honestidade, cultura e independência, entre os que, no Brasil, elevaram e reabilitaram a difícil e sobrehumana tarefa de julgar.

Era membro honorário da Ordem dos Advogados do Chile.

Foi uma bela e clara existência de Juiz e mestre, figurando como verdadeiro padrão de gloria da terra bahiana, de nossa Pátria e, também, desta Casa.

Quando convidado para o Supremo Tribunal Federal, fulgurava no Tribunal de Apelação da Bahia, ao lado de Ezequiel Pontede, que se sepultou um dia antes da morte de Pedro dos Santos.

E ambos foram grandes exemplos de bondade humana.

As suas mortes, não conseguirão velar os clarões dos seus espíritos, que continuarão a viver através de páginas magníficas, atestando o grau da nossa cultura jurídica.

Nascido a 16 de Julho de 1866, Pedro Joaquim dos Santos teve de deixar a Bahia, cercado pelo aprêço e consideração de todos, para ir viver em outro ponto do Brasil, na sua Capital Federal, em tão alto posto.

Aristides Maltez — Era das figuras de maior relêvo nos círculos médicos desta Capital. Nasceu a 31 de Agosto de 1883, na cidade de Cachoeira; bacharelou-se em Ciências e Letras, em 1902, pelo antigo Ginásio da Bahia; diplomou-se em 1908, na Faculdade de Medicina da Bahia, após curso brilhante, defendendo tese aprovada com distinção. Preparador de Fisiologia, na mesma Escola, no ano de 1910, no ano seguinte já era catedrático do Ginásio da Bahia, cuja direção ocupou, em várias oportunidades, sendo examinador de muitas matérias, em exames e concursos. Neste mesmo ano de 1911, foi nomeado assistente de Clínica Ginecológica; no ano de 1919 era substituto, por concurso, e, no de 1925, catedrático de Ginecologia.

Era presidente-perpétuo da Liga Bahiana contra o Cancer, a cuja campanha se dedicou, empenhadamente, dando à instituição o seu prestígio social e profissional.

Por vezes, representou a Faculdade de Medicina em Congressos, no País e no Estrangeiro, especialmente, em 1939, no Congresso Internacional do Cancer, em Montevideu e, em 1940, no Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia. Faleceu a 5 de Janeiro de 1943.

MAX FLEICSS — Nascido a 2 de Outubro de 1868, morreu a 31 de Janeiro de 1943, aos 75 anos, incompletos. Historiador notável. Professor de História do Brasil.

Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo largo espaço de 43 anos, morreu com o título de Secretário perpétuo do mesmo Instituto.

Foi Secretário particular do Ministro dos Estrangeiros, conselheiro Rodrigo Silva, em 1888.

Pelo período de 16 anos (de 1915 a 1931), foi secretário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, lugar em que se aposentou, com o título de secretário honorário da mesma Faculdade.

Durante longa e operosa carreira, desempenhou Max Fleiu vários cargos de relêvo, tais como o de professor da Escola Leonardo de Vinci; representante do Brasil no 2.º Congresso Interna

cional de História da América; representante do país no Congresso da União Panamericana, examinador de bancas, em vários concursos. Era, além disto, membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, membro do Comité de Ciências Históricas; doutor "honoris causa" da Universidade de La Plata.

Deixa perto de 40 trabalhos publicados, afora outros, inéditos. Dentre seus livros e monografias sobre assuntos históricos, destacam-se: a "Biografia de D. Pedro II"; os "Capítulos do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil", da História Administrativa do Brasil"; dos "Quadros de História Pátria"; as "Páginas de História"; "O Teatro no Brasil"; a "Batalha do Passo do Rosário"; "Apostilhas de História do Brasil".

Foi redator, colaborador e diretor de várias revistas e jornais, nacionais e estrangeiros, fundando, com Valentim Magalhães, a REVISTA DA SEMANA.

Possuía a Comenda da Ordem de Bolívar, da Venezuela; e as da Ordem de Cristo, de Portugal e Ordem do Sol, do Perú. Mereceu as medalhas: Pró Eclesiá, do Vaticano; e uma das 30 medalhas cunhadas pelo govêrno da Alemanha, em comemoração do centenário do falecimento de Goethe.

Alfredo Ferreira de Magalhães — Era um dos nossos confrades, notável entre os mais notáveis. Membro honorário da Academia Nacional de Medicina, recebido pelo Dr. Artur Moncorvo Filho, em sessão presidida pelo insigne Professor Dr. Miguel Couto, que, ao cingir ao peito do recipiendário a corrente com a medalha distintiva da Academia, disse-lhe:

"Não sois a exceção porque sois a regra. De talentos de escol é pródiga a vossa terra natal, sois um digno representante da pléiade brilhante que é o corpo docente da Faculdade da Bahia".

E êle foi, realmente, uma das figuras mais representativas da classe médica do país. Matriculando-se, em nossa Faculdade de Medicina, aos 13 anos de idade, já em 1887, quando mal completava 14 anos, conquistava, por concurso, o lugar de Ajudante de Preparador da Cadeira de História Natural sendo em 1891 interno da Santa Casa de Misericórdia e da 1.^a cadeira de Clínica Médica da Faculdade, onde recebeu o grau de doutor, ao completar 18 anos de idade, pois nascera em 10 de Fevereiro de 1873.

Preparador, por concurso, da Cadeira de Física Médica e, a seguir, Preparador da de Química Médica, também por concurso, em 1895 pleiteava a cátedra da 9.^a Secção da Faculdade (Pediatria) na qualidade de Professor Substituto, sendo aprovado e efetivado na Cadeira Cirúrgica e Ortopedia, cujo serviço foi por êle instalado na Bahia, como inaugurava no Brasil o ensino official dessa matéria.

Professor e Diretor da Escola Normal, coube-lhe também iniciar no Brasil o ensino da Puericultura, o que fez com raro brilho

e eficiência. Mas, além de Professor eminente e clínico pediatra de valor, o que mais impressionava em Alfredo Magalhães era a sua obra de apostolado em prol da criança.

Ele se fez, aqui, o pioneiro dessa cruzada benemérita, como Moncôrvo Filho na Capital Federal. A esse sacerdócio de assistência e de proteção à infância, dedicou, desde 1903 até os últimos instantes de vida, todo o carinho, toda a perseverança, todas as suas energias.

Absorvido pela cruzada, obsecado, mesmo, pela grandiosa idéia, Alfredo Magalhães batia-se como um leão, para que a criança tivesse o necessário amparo e o carinho dos homens de coração.

Então, Diretor da primeira Filial da nossa Obra aqui, ei-lo, o grande filantropo — do nada fazendo nascer e florescer o Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia — a bela instituição que tanto honra ao Estado e, porque não confessá-lo, ao Brasil.

Isto passava-se em 1903 e era belo ver o afan, o entusiasmo e a coragem do nosso homenageado de hoje no curso da luta sem treguas que foi obrigado a levar por diante na conquista do seu formoso ideal.

Não se sabia que mais apreciar em Alfredo Magalhães: se o ardor com que fazia a sua notável propaganda em todas as classes sociais, se a sua audácia como executor na realização da obra santa.

Esse ardor de evangelista foi sempre a nota predominante de sua obra inesquecível impregnada do mais santo idealismo e merecimento de Deus transporta para o terreno prático, nas beneméritas realizações do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e do Hospital Alfredo Magalhães.

Portador de um legado inestimável de trabalho e de amor à Ciência, pois era neto do Conselheiro Vicente Ferreira de Magalhães, o primeiro ocupante da Cadeira de Física na Faculdade de Medicina, da qual foi Vice-diretor e Diretor, esse seu ascendente, o nosso saudoso ilustre confrade soube honrar sempre essa tradição familiar de cultura científica, não só pela sua atuação como aluno e professor dessa gloriosa casa de ensino e da Escola Normal, que longos anos dirigiu; como também no exercício da clínica pediátrica e nas atividades de jornalista, conferencista e publicista com cerca de quatrocentos trabalhos científicos e literários editorados.

Só a menção destes valiosos trabalhos daria mais de uma conferência

Ilustrou e honrou o Grêmio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que neste registro simples e emocionado de sua vida e sua obra, rende-lhe um preito de homenagem e gratidão em nome da cultura e, sobretudo, em nome da criança brasileira que ele tanto amou e serviu. Morreu em 17 de Fevereiro de 1943.

TENENTE CORONEL TEMISTOCLES ALVES LEAL AMOR — Nasceu em 7 de Fevereiro de 1872 no antigo Engenhor "Flor da Murta", à margem do Rio Azul, no Município do Barracão, hoje Rio Real.

Casou-se com sua parenta — D. Cremildes de Souza, filha do Cel. Otavio de Souza Leite e irmã do Dr Bernardino José de Souza, benemérito desta Casa e também Secretário Perpétuo deste Instituto e atual Ministro do Tribunal de Contas Federal.

O Coronel Temis(como geralmente conhecido, era abastado fazendeiro e criador no Município em que viveu, de onde foi, em diversos períodos, Intendente por eleição, e por nomeação. Sempre gozou ali de alto prestígio eleitoral e era por todos considerado como homem de bem, trabalhador e de espírito conciliador, até que, deixando a Família por lhe ter sido roubada a existência, também nos deixou, a 17 de Março de 1943.

Foi o derradeiro dos nossos confrades que partiu para as regiões do Além.

O último porém, a que terei de me referir é ao nosso confrade Farmacêutico ALVARO PIMENTA DA CUNHA, nascido nesta Capital, em 8 de Maio de 1883.

Formou-se em farmácia, conjuntamente um primo — Laurentino de Souza Caria — que conosco rezidia, para os quais meu Pai adquiriu, após suas formaturas, a Farmácia Universal, antiga Silva Lima, pertencente à família de um dos clínicos mais competentes que a cidade ainda venera — Dr. José Francisco da Silva Lima.

Achavam-se ambos no exercício da profissão, quando nossa família sofreu o golpe profundo da morte de Laurentino Caria, vitimado pela peste bubônica, primeiro caso oficialmente notificado, nesta Cidade.

O abalo, que todos experimentamos, foi mais intenso em meu irmão Alvaro, que, além do primo e amigo, perdera o colega e companheiro de lides diárias e profissionais.

Logo após tão lutuoso acontecimento, tive de seguir para o Norte — Amazonas a dentro — em Comissão de Reconhecimento do Alto Rio Purús, na companhia de um outro primo irmão, o genial autôr de "OS SERTÕES", enquanto meu Irmão Alvaro, em consequência do abalo sofrido, tivera de ir buscar remédio para a saúde, em cidades européas. Assim, enquanto eu reconhecia o Rio Purús, êle se tratava, principalmente, em Paris. Uma questão de troca de duas vogais por uma só, indicaria os lugares em que nos encontravamos, disse-lhe, em carta, ocultando as vicissitudes que padecia, naquela missão de geografia e de política internacional do nosso País.

Já tive ocasião de aqui relatar o auxílio prestado por meu Irmão, como farmacêutico, a esta missão científica. Hoje, estou a lembrar-me dêle, em um momento, como este, a que nunca faltou, uma só vez, quando tinha eu ocasião de aqui falar.

Vinha animar-me com a sua presença, acompanhado de um a dois amigos, êle, Irmão mais moço, que, pela força das circun-

tâncias e já encaminhado por meu Pai na vida comercial, teve de suceder-lhe, nos negócios e na chefia da Família, para revelar-se filho amantíssimo, irmão dedicadíssimo, amigo a toda prova.

O exemplo de trabalho herdado de meu Pai, melhor diria, de nossos Pais — porque minha Mãe, que tanto lhes chora a falta, fôra a melhor auxiliar de meu Pai, como guarda-livros e possuidora de lētra preciosa — aprimorou-se em Alvaro.

Trabalhou toda a vida e trabalhando morreu no dia de hoje, ha onze mēses atrás.

Debruçado sôbre a máquina datilográfica, comentava, pela manhã de 3 de Junho, a recente lei do sēlo. Entrou depois para o quarto de banho, a se preparar para o almoço e continuar a sua atividade de diretor-gerente do Banco Mercantil Sergipense. Alí tombou. Do banheiro foi retirado, sem mais pronunciar palavra e sem reconhecer ninguém.

Já agora podeis compreender a razão das palavras proferidas no começo desta oração.

Suspeitíssimo para me referir a um irmão tão amigo e querido, poderia lêr documentos escritos pelo punho de Bernardino José de Souza, com palavras de agradecimento, aos serviços materiais prestados por Alvaro a esta Instituição, se houvesse de delongar-me.

Obrigado a vos falar sôbre meu Irmão, também se me associa ao espírito, por expressivo para este momento, o título "Página Vazia" dos seguintes versos de Euclýdes da Cunha, em album de outra prima nossa, em gráo mais afastado — Dra. Francisca Pragner Fróes — escritos em presença de Alvaro, a 14 de Outubro de 97, em nossa casa à rua Rocha Galvão, antigo solar dos Barões do Rio Vermelho:

"PÁGINA VAZIA"

Quem volta da região assustadora
De onde eu venho, revendo inda na mente
Muitas cenas do drama comovente
Da guerra despiedada e aterradora,

Certo não pode ter uma sonora
Estrofe, ou canto ou ditirambo ardente,
Que possa figurar dignamente
Em vosso album gentil, minha senhora.

E quando, com fidalga gentileza,
Cedestes-me esta página a nobreza
De vossa alma iludiu-vos; não previstes

Que quem mais tarde nesta folha lesse
Perguntaria: "Que autor é esse
De uns versos tão mal feitos e tão tristes?"

O que vos deixo sôbre o meu Irmão, é também esta "página vazia", de sua vida que outros menos suspeitos, poderão encher.

Assim, ao nos retirarmos deste recinto, sob a vossa crítica ao autor de oração "tão mal feita" e de palavras "tão tristes", confesso-me grato pela generosidade de me terdes ouvido até ao fim, para poder rogar-vos, Snrs. do Governo, o vosso amparo a esta Casa. Também a vossa generosidade, Snrs. Confrades hoje recebidos. Ainda a vossa presença, minhas Senhoras e meus Senhores, porque é do concurso de todas as vossas bondades, é com o vosso auxilio, é com a generosidade de todos vós, que teremos de manter as tradições do nosso Instituto, a fama da nossa Bahia e a grandeza do nosso Brasil.

SÓCIOS DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA

falecidos no período de 3—V—1942 a 3—V—1943

N O M E S	NASCIMENTO	FALECIMENTO
Prof. Dr. Alfredo Couto Brito .	22—V — 1892	7—V — 1942
Farmac.º Alvaro Pimenta da Cunha	8—V — 1885	3—VI — 1942
Aquiles Pedreira Machado	7—VII — 1872	3—VII — 1942
Prof. Artur Luiz Mendes de Aguiar	24—III — 1885	13—VIII — 1942
Cel. Ignacio Pascoal Bastos	10—II — 1860	2—IX — 1942
Eng.º Themistocles de Menezes..	19—IX — 1876	1—X — 1942
Dr. Primitivo Moacir	— —	2—X — 1942
Imortal Francisco Xavier Mar- ques	3—XII — 1861	30—X — 1942
Prof. Carlos Pires da Veiga ...	15—V — 1915	16—XI — 1942
Dr. Octaviano Rodrigues Pi- menta	9—VII — 1862	25—XI — 1942
Dr. José Joaquim Seabra	21—VIII — 1855	5—XII — 1942
Dezor. Ezequiel Pondé	8—V — 1856	10—XII — 1942
Ministro Dr. Pedro Joaquim dos Santos	16—VII — 1866	13—XII — 1942
Prof. Dr. Aristides Maltez	31—VIII — 1883	5—I — 1943
Dr. Max Fleuiss	2—X — 1868	31—I — 1943
Prof. Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães	10—II — 1873	16—II — 1943
Tele. Cel. Themistocles Alves Leal Amor	7—II — 1872	17—III — 1943

Discurso do Sr. General Renato Onofre Pinto Aleixo

"Minhas excelentíssimas senhoras.

"Meus senhores:

Insígne distinção acaba de me conferir, pela sua Diretoria, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Um conjunto de circunstâncias amplia esta distinção.

Pela voz do Sr. Dr. Arnaldo Pimenta da Cunha, é que fui recebido nesta casa, de tão honrosas tradições. Sem dúvida, isto dobra a distinção, já de si tão elevada. Arnaldo Pimenta da Cunha teve a glória de ter sido companheiro de Euclides da Cunha, a cuja intimidade pertenceu. Sentiu as irradiações daquele gênio e se deixou fascinar pela integridade daquele caráter. Assim, parece ter recebido, naquela época, em que se encontrava no verdor da idade, uma decisiva impressão, e é por isso que é tão sólido. Biógrafo, ensaísta, estudioso, professor das cousas do Brasil, chefe de comissões de realce, como a da ponte Mauá, com as de obras contra as sêcas, como as de construção de importantes estradas, coube-lhe ainda ter funções de prefeito, e prefeito da Bahia, no que continuou de maneira brilhante, a obra de Francisco de Souza (palmas) conseguindo conquistar o título de verdadeiro benemérito da cidade. (Palmas).

Esta distinção, minhas senhoras e meus senhores, sobe de muito, porque aproxima o meu nome de duas figuras que tiveram uma larga projeção na vida brasileira.

O Marechal Gabriel Pereira de Souza Batofogo, soldado, "doublé" de diplomata, engenheiro, geógrafo, chefe de comissões de limites, alto comissário para a construção da ponte do Jaguarão, comandante desta Região, numa grave fase que o Brasil passou — soube conquistar a admiração de todos, especialmente da mocidade da Cidade do Salvador, que dêle ouviu o toque de reunir e que preparou, emocionado com o entusiasmo daqueles jovens, para a luta iminente. Ainda hoje, 20 anos decorridos, ouvem-se expressões de gratidão dos moços que tiveram, a orientá-los na carreira militar, a fortuna de ver e ouvir o grande chefe. (Palmas).

E que dizer da aproximação que fizeram entre o meu nome e o de Teodoro Fernandes Sampaio, o santamarense que viu a luz do mundo na mais extrema humildade, o "self made man",

o homem que partiu do nada para chegar a tudo de mais alto e mais belo? (Palmas).

Por si mesmo, pela grandeza de sua alma varonil, pelo seu caráter cristalino, pelo brilho de seu talento, Teodoro Sampaio conseguiu vencer tôdas as posições, e, ao morrer, como que se encontrava no vértice da trajetória triunfante.

Os primeiros passos na vida, êle os dá superando portentosas dificuldades. E' professor dos colegas, é repetidor, é tudo o que é preciso para arranjar os meios necessários à continuação do seu tenaz estudo. Já engenheiro — sabe Deus depôis do que! —, forjou, trabalhando ao lado de William Roberts, as primeiras ferramentas da profissão. Estudou o pôrto de Santos, onde levou ao termo notável trabalho, sendo dali destacado para a missão no rio S. Francisco.

Aqueles que já tiveram a ventura de acompanhar a viagem de Teodoro Sampaio no Rio S. Francisco, no sentido da sua montante, admiram-se da fidelidade extraordinária com que aquele grande homem, ainda rapaz, soube gravar os panoramas deslumbrantes que salteiam a vista, ao longo do extenso mar interior.

Impressionam a exatidão, a propriedade, a precisão — que êle maneja, ao referir-se a um fato, ao constatar uma observação.

Estudioso da nossa geografia, para ela sempre teve voltadas as suas atenções. Como engenheiro hidráulico, consideráveis são os seus trabalhos. Como sanitarista, seu nome é a todo o instante citado. Economista seguro, literato, poeta — que o foi no verdor da vida —, tupinólogo, historiógrafo, sociólogo, político de rara envergadura — ao morrer, Teodoro Fernandes Sampaio não era mais santamarense, não era mais baiano — era um grande brasileiro, cujo nome se engastara no respeito de todos, e hoje não há um estudioso que desconheça Teodoro Sampaio. (Palmas).

Um fato banal deu motivo à distinção muito honrosa que me confere pela sua Diretoria, a "Casa da Bahia".

Esta é uma Casa que tem a admiração de todos os que a conhecem, porque é sobejamente sabido que aqui funciona um verdadeiro laboratório.

Aqui, se estudam todos os assuntos ligados à geografia, não só da Bahia, mas do Brasil. Ciência larga, a geografia, no seu ceneçito atual, abrange, muito mais que a já secundária parte política, sedutores campos para investigações econômicas, geológicas, antropológicas. E êstes estudos minuciosos e complexos têm sido encarados com paixão científica pelo Instituto da Bahia.

"Urbi et orbe". De mil modos se manifesta a operosidade desta instituição, o seu zelo para com as coisas da Bahia. A

uma pessoa que percorre a cidade e que encontra, no centro de uma praça ou cravada numa parede, um monumento ou uma lápide, vai descobrir, identificando a origem da idéia da estátua ou da pedra, as quatro iniciais do nosso Instituto.

Outro testemunho da benéfica atividade do Instituto é a sua revista, onde aumenta, todos os anos, um opulento repositório de história e de geografia.

Trata-se, pois, de uma Casa, merecedora da estima e da admiração de história e de geografia.

Restabelecendo a subvenção a esta Casa, em cujas paredes são conservadas, para o culto dos que chegam, as relíquias do passado, o Governo não fez mais que a sua obrigação, pois auxiliar a vida de associações como esta é dever elementar do Estado.

Aliás, a orientação do Governo da República, neste particular é de todos conhecida e justamente louvada. Constitue objeto do permanente interêsse do Grande Presidente Getúlio Vargas, o estímulo à cultura. Tem ordem a Imprensa Nacional de aceitar a impressão de originais de literatos desprovidos de recursos para custear a publicação de suas obras. E para a Imprensa, quanto tem feito êle! Essa Imprensa, que é uma arma, mas, que é também uma oficina, onde se tempera todos os dias a consciência cívica, que é a exaltação ao mais alto grau do patriotismo, tem se beneficiado largamente do carinho que merece do grande estadista.

E, se nos collocarmos num ponto de vista isento de paixões, iremos ver na história, particularmente entre a Renascença e a época em que a humanidade elegeu o liberalismo, a preocupação dos príncipes pelo incentivo às letras e às artes. Foi assim em Florença, foi assim em Veneza, foi assim, depois, em Paris, em Londres, em Lisboa. Eram os artistas pintores e escultores, protegidos e hóspedes dos soberbos Doges, dos grandes senhores, dos Borgia, dos Papas e delegados de Jesús. Com esta proteção, é que eram pintados, anos a fio, os esplêndidos afrescos e as obras primas destinadas aos grandes museus de hoje. Não fôsse ela, como poderiam os artistas dar expansão ao seu gênio, livres das preocupações materiais. Todos nós conhecemos a carta ao príncipe, existente no primeiro tomo do "Don Quixote de la Mancha". E que seriam, e que teriam feito, igual ao que realizaram, Ronsard e Molière, se não fosse a proteção dos príncipes? A literatura francesa, pelas suas figuras exponenciais, exceção feita de alguns casos, foi, por largo período uma literatura estimulada pelo Estado, protegida por êle. Mesmo hoje, como que redimimos a dinastia dos Romanoff dos seus pecados, ao vermos e ao aplaudirmos, com encantamento, os bailados russos, que atingem o máximo da beleza coreográfica.

Não tem, pois, maior importância, o ato do Governo da Ba-

Santa Casa de Misericórdia da Bahia

ORIGEM E ASPECTOS DE SEU FUNCIONAMENTO

Pelo Professor Ernesto de Souza Campos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Trabalho oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

INTRODUÇÃO

O problema das casas de Misericórdia tem ocupado nossa atenção nos últimos tempos.

Instituições de caridade, no mais amplo sentido do vocábulo, agasalhando desprotegidos da fortuna ou enfermos privados de recursos materiais para seu tratamento, sem qualquer preocupação de raça, nacionalidade ou religião, vêm prestando imensos serviços ao nosso país, não só sob estes aspectos que constituem seu objetivo principal como, também, em relação ao progresso da medicina, pela sua intima cooperação com nossas escolas médicas e colaboração no aperfeiçoamento de profissionais que frequentam suas enfermarias.

Inteiramente independentes entre si estas Irmandades, localizadas em quase tôdas cidades brasileiras e portuguesas, filiam-se a um tipo comum de organização, com seu compromisso, irmandades e Mesa administrativa, modeladas essencialmente pelo padrão primitivo: a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Tomam dest'arte a feição de instituição sistemática que tivesse seus hospitais distribuídos em diversos pontos do país. Oferecem semelhança, neste particular, com outros centros (êstes de assistência privada e geralmente remunerada) que são as Beneficências Portuguezas. Difundidas em muitas cidades do Brasil estas associações lusitanas espelham-se em um sistema de organização geral comum ou semelhante que se reflete, não raro, no próprio estilo e composição de suas construções hospitalares. Sómente em São Paulo existem 135 casas de Misericórdia e sete Beneficências, tôdas independentes mas obedecendo a um tipo de organização geral comum. Em Portugal elevaram-se a mais de 300.

Interessados em desvendar a história das casas de Misericórdia temos investigado suas origens na Europa e na América.

Sobre as Misericórdias em geral, especialmente europeas, apresentamos um trabalho ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não foi ainda publicado. A Santa Casa de Santos, a

mais antiga do Brasil, foi o objeto de um opúsculo de nossa autoria que mereceu ser editado pela própria instituição daquela grande cidade do litoral paulista.

Perante o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo discorreremos sobre a Confracia do planalto de Piratininga. A dissertação certamente figurará nas páginas da Revista do respectivo Instituto.

A acção de assuntos históricos na Revista Médico Social, de São Paulo, nos tem oferecido também a oportunidade de divulgar vários aspectos da vida de tais Irmandades, no Brasil e era Portugal. (Rev. Méd. Soc. 1943—44, n. 13—15—16— Ano II).

Possuímos, ainda, boa documentação que iremos desvendando de acordo com as possibilidades. Nossas principais fontes bibliográficas têm sido manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Arquivo do Estado de São Paulo.

Como elementos de esclarecimentos nos têm servido algumas publicações sobre o tema.

Empenhados em procurar documentação sobre a Santa Casa da Bahia procuramos o historiador patriota Wanderley Pinho que chamou nossa atenção sobre a necessidade de consulta dos documentos históricos publicados pela Biblioteca Nacional, referentes à época de Tomé de Souza.

Foi preciosa fonte sobre a origem do primeiro hospital em Salvador, na Bahia. Baseados nestas referências, em algumas publicações e no campo mais vasto e inédito dos manuscritos que compulsamos pudemos estruturar a presente memória que temos a honra e o prazer de oferecer ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

I — *Esbôço sobre as origens das primeiras Misericórdias européas e americanas*

Antes de tratar do caso particular da Bahia é conveniente fazer um ligeiro esbôço histórico das primeiras confrarias da Misericórdia estabelecidas na Europa e na América. Servirá de esclarecimentos para os que não tiverem a oportunidade de compulsar trabalhos mais extensos sobre o assunto.

Em alguns itens serão condensados estes dados.

I — FLORENÇA — 1240 — 1329 — 1350.

A primeira notícia sobre as Misericórdias no continente europeu são oriundas de Florença. Suas primeiras raízes são traçadas a partir de 1240. Humildes operários que se reuniam em uma praça de Florença blasfemavam freqüentemente. Pietro de Luca Borsi o mais velho propôs multa para cada palavra injuriosa. A coleta foi grande... Resolveram, então, dar uma aplicação piedosa. Constituiriam uma "Compagnia" dedicada ao recolhimento e sepultamento de cadáveres abandonados nas estradas (como

ocorria na época) e ao transporte de enfermos para os hospitais. Dessa pequenina semente teria saído a vigorosa instituição da Misericórdia dos nossos tempos. Outra versão narra o encontro do cadáver de uma jovem lançado em plena rua, como origem da "Compagnia". Há um quadro elaborado sobre este motivo, da lavra de um pintor italiano.

Alguns consideram a organização florentina como oriunda do século XIV. Hautford, por exemplo, dando seu depoimento sobre atividades da confraria, em Florença, acentua que lhe afirmaram provir a instituição do século XIV. A data de 1350 tem sido referida.

O reconhecimento da república de Florença efetuou-se em 1329. A "Compagnia" tomando existência legal assumiu a categoria de instituição pública. Diversas têm sido as suas denominações: "Compagnia", "Compagnia e Societá", "Compagnia della Misericordia", "Fraternitá della Virgine Maria della Misericordia", "Santa Misericordia". Seu patrono foi o compassivo S. Tobias, do velho testamento.

Os objetivos eram identicos aos das primitivas instituições portuguezas que se constituíram, muitos anos depois, ao findar o século XV (1498). Comparando os compromissos de Florença e Lisboa não é difficil averiguar que o primeiro serviu de modelo ao segundo, em varios itens.

2 — Lisboa — 1498 — 1534.

No breve espaço de tempo em que teve em suas mãos a regência do trono portuguez, D. Leonor criou a primeira Santa Casa lusitana, na capital do seu país. Esta rainha, viuva de D. João II, foi realmente a *Instituidora*.

D. Manuel regressando ao lar apoiou e engrandeceu a iniciativa da irmã que o substituíra durante sua viagem à Castela. Edificou para isso suntuosa construção, lavrada no estilo que lhe tomou o nome.

Foi considerado o mais rico monumento da época depois do templo dedicado a Santa Maria do Belém.

Um portal escapou ao terremoto de Lisboa, de 1755. Dá perfeita idéia da grandiosidade da obra (V. Santa Casa de Misericórdia de Santos, 1945 — Edição Pocar — S. Paulo, pág. 23).

Iniciada em 1498, a Misericórdia lisboeta só abriu suas portas a 25 de março de 1534. O successo da iniciativa determinou logo o aparecimento de numerosas outras organizações idénticas ou análogas, nas principais cidades de Portugal e suas colônias. Está averiguado que foi nula ou secundaria a participação do frade espanhol Miguel de Contreiras, nestas fundações.

3 — Irmandade da Piedade — 1230.

No Santuário Mariano (Livro 1.º, Título X, pág. 63 em diante) é descrita uma Irmandade da Piedade proveniente de 1230 e

que exercia missão idêntica à das primitivas Misericórdias: enterrar os mortos e visitar os encarcerados. Possuía também, uma bandeira, tendo, em uma das suas faces, Cristo entre os braços da Virgem Maria.

Na Misericórdia de Lisboa a bandeira representava, como na do Rio de Janeiro, a descida da cruz. Na outra face aparecia a Virgem com seu manto acolhedor (V. "Santa Casa de Misericórdia de Santos". Sua origem e evolução, pág. 31).

Se admitimos que a Irmandade de Piedade seja a pioneira das Misericórdias, Portugal tem a prioridade neste tipo de organização social. Todavia a instituição não tinha a denominação de Irmandade da Misericórdia e sim da Piedade. Não teve, também, a repercussão que a Misericórdia encontrou na península itálica e no reino português.

4. *Brasil-Santos* (1543).

A primeira Misericórdia, no Brasil, foi instituída por Braz Cubas um colonizador vicentino aqui aportado com a frota de Martim Afonso de Souza. Regressando a Portugal em busca de melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades neste rincão da América, Braz Cubas voltou de novo e definitivamente em 1540 Impressionado com os hospitais que vira na metrópole e com a Santa Casa ali existente veio-lhe a idéia de estabelecer no litoral paulista uma casa de assistência médica. Ali seriam tratados os imigrantes europeus que freqüentemente adoeciam durante a longa e penosa travessia dos mares. Seria a "casa de Deus para os homens, porta aberta ao mar". Em terras que adquiriu e com a ajuda de outros colonizadores plantou a primeira semente das Misericórdias brasileiras, no sopé do outeiro de Santa Catarina, hoje em plena zona urbana da cidade de Santos.

Recordando-se do "grande Hospital de Todos os Santos" no qual D. João II concentrara (era um só edificio) os pequenos hospitais esparsos em Lisboa, Cubas deu ao núcleo brasileiro denominação idêntica: Hospital de Todos os Santos. Constituiu-o, porém, sob a égide da Irmandade da Misericórdia. O operoso e inteligente colonizador quis, dest'arte, associar as duas monumentais organizações de assistência médica da metrópole portuguesa, criadas em 1492 e em 1498, a primeira por D. João II, o Príncipe Perfeito e a segunda por sua esposa, já viúva, D. Leonor, irmã de D. Manuel o Venturoso. A Irmandade seria a da Misericórdia, Mas o hospital teria a evocação de Todos os Santos. E... daí derivou o nome simplificado de Santos para o grande pórtio brasileiro. Ocorreu a fundação em 1543.

Como aconteceu em Portugal as Misericórdias logo se difundiram nas capitais e cidades do interior do Brasil. Em um ensaio sobre as primitivas Misericórdias brasileiras estabelecemos o seguinte quadro:

Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 1543, com alvará de privilégios de abril de 1551.

Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em 1549, com alvará de privilégios de 23 de setembro de 1622, confirmado pelo de 16 de fevereiro de 1755.

Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo, antes de 1551 segundo Lelia Ferreira não se sabe com que fundamento: 1595 conforme rezam os seus estatutos: 1595 (?) conforme Basílio Daemont na "Provincia do Espírito Santo"; alvará de privilégios de 1.º de Julho de 1605.

Santa Casa de Misericórdia de Ilhéus, antes de 1564. Segundo Simão de Vasconcelos fôra lançado à praia um "lão espantoso cedro" que deu só êle a madeira tôda à fábrica de uma igreja da Santa Misericórdia que fêz a vila de Ilhéus.

Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, em 1582, com alvará de privilégios de 8 de outubro de 1605.

Santa Casa de Misericórdia de Olinda, em 1560, com alvará de privilégios de 26 de Janeiro de 1605.

Santa Casa de Misericórdia de Itamaracá, com alvará de privilégios de 8 de abril de 1611.

Santa Casa de Misericórdia de Sergipe, citada por frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, no seu NOVO ORBE SERAFICO (Vol. 1.º) como criada no século XVI.

Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, anterior a 1599 (?).

Santa Casa de Misericórdia de Paraíba, anterior a 1701.

Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica (Ouro Preto) depois de 1735 com alvará de licença de 16 de abril de 1738 e carta de confirmação de privilégios de 2 de outubro de 1740.

Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, de 1783, aprovação a 27 de novembro de 1816.

Santa Casa de Misericórdia de Sabará, datada do vínculo de Jagoará de 1787, com hospital em 1812 e bases da Irmandade da Misericórdia em 1832.

Santa Casa de Misericórdia de Pôrto Algere, de 1826.

Santa Casa de Juiz de Fora, de 6 de agosto de 1854 e confirmação a 3 de abril de 1855.

Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, de 1899.

O alvará da Bahia, ao tempo de Filipe III foi assim redigido:

"El Rey faço saber aos que êste alvará virem que havendo respeito ac que na petição atraz escrita dizem o provedor e Irmãos da Casa da Misericórdia da cidade da Salvador, Bahia de Todos os Santos, e visto o que

allegam, Hey par bem e me praz que elles possam gozar e usar de todas as provisões e privilegios concedidos à Casa de Misericordia desta cidade de Lisboa; e isto naquellas coisas que se lhe podem aplicar; e mando a todas Justiças officiais e pessoas a quem este alvará for mostrado, e o conhecimento delle pertencer o cumpram e guardem como nelle se contem, o qual Hey por bem que valha como carta, sem embargo da ordenação do livro 2.^o, título 46 que o contrario dispõe. João Feo o fez em Lisboa a 23 de setembro de 1622. Duarte Correia o fez escrever, Rey^o.

II — *Breve resumo dos principais fatos registados em publicações sobre a origem da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*

A história dos primeiros tempos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia foi organizada pelo escrivão, depois provedor, Manuel José Figueiredo Leite. O contador da mesma casa Antônio Joaquim Damásio sistematizou esse trabalho em capítulos, preparando-o para publicação. O opúsculo saiu em 1862. É profusamente documentado e excelente. Hoje é obra rara de que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui um exemplar.

Apesar dos seus esforços os dois Irmãos acima mencionados não puderam apurar a primitiva origem da instituição. Veremos, depois, como o conseguimos, em nossas investigações.

Desapareceram os primeiros documentos. Este fato é attribuído à invasão dos holandeses ocorrida em 1624. Assim é ele registado pela opinião dos dois autores referidos e dos que os precederam nestas pesquisas, como o Irmão-escrivão Jorge de Araújo Góis, em 1625 e o Irmão-escrivão Gonçalo Pinto de Freitas que serviu no período de 1634-1635. Esta conjectura é lógica e razoável tomando por base o primeiro livro de termos de irmãos, restaurado em 1625 pelo Irmão-escrivão Góis. Todavia a mesma ignorância existe em relação aos primórdios das Misericórdias do Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo, etc. Nestas como na Bahia, não foram preservados os primitivos documentos. Desapareceram sob a ação do tempo, dos insetos e pelo desleixo dos responsáveis pela sua conservação.

Eis o que diz o livro de termos, na sua primeira fôlha, segundo Leite e Damásio:

"Aos 29 dias do mez de outubro de 1625, estando em Meza o Provedor desta Santa Casa da Misericórdia nesta Cidade do Salvador, D. Francisco de Moura do Conselho de S. Magestade, Capitão-mor e Governador desta dita Cidade, e os Irmãos Conselheiros que com elle servem esta dita Casa este presente anno, que são assignados no fim deste termo, se ordenou por ser perdido o livro da Irmandade desta dita Casa e outros mui-

tos de importancia com a vinda dos *Hollandezes*, de que nascião grandes confusões e duvidas sobre os Irmãos que soião sel-o e do logar que tinhão, pelo que era muito necessario fazer-se logo outro, e reformar-se a Irmandade, e para isso se mandasse a todas as freguezias desta Cidade e seu reconcavo o aviso cujo traslado vai lançado no fim deste termo, o qual se mandou todo escrever no principio deste livro novo que ora se fez para a dita Irmandade, pedindo a todos os Provedores que ao diante forem nesta dita Casa e Irmão Conselheiro o hajão assi por bem, e queirão mandar cumprir e guardar por serviço de Deos e honra desta Irmandade, como nós fizemos sendo-nos encomendados por elles com zelo de guardar nesta reformação em tudo o comprômisso. O Provedor Francisco Vieira — Francisco de Castro, Bartolomeu Rodrigues, Francisco Nogueira, Miguel Castanho, Antonio de Alvim, João Mendes Palheiro, Gonçalo de Morgade”.

Parece que o resultado dessas pesquisas, assim como as recomendações formuladas, não tiveram grande êxito, porque, dez anos mais tarde (1634-1635) outro Irmão-escrivão Gonçalo Pinto de Freitas convocava os seus confrades para obter informações e “lembranças” que lhe pudessem “subministrar acerca dos encargos que então gravavam o patrimonio para consignal-os n’um livro ainda existente no arquivo” (Leite e Damásio). Eis os termos (Leite e Damásio) que constam do Livro 1.º do tomo existente no arquivo da Irmandade, fôlha 230:

“Por se perder com a *entrada dos hollandezes* que occupavão esta Cidade o livro do tomo desta Santa Casa de Misericordia, em que estavam lançadas as propriedades que havia com a clareza necessaria, para se saber quem as deixou e com que obrigações, e titulos que se possuem, tomei eu Escrivão que ora sou desta Santa Casa informações com alguns irmãos antigos para lançar aqui memoria deles e pelas informações que me deram o capitão Francisco de Barbuda Barleuda, o irmão Jorge de Araujo Góes e o irmão Francisco de Castro, que hão sido escrivães alguns mezes fiz a memoria que se segue, que como é mais facil acrescentar e emendar o começado podem os Irmãos que entrarem a servir de novo, como eu fiz, saber o que a Casa tem e possui, e as obrigações que tem, e os que mais souberem acrescentar o que eu não pude alcançar, pois o intento é acertar no serviço de Deos, e de Nossa Senhora e desta Santa Casa”.

Nem assim se adiantou grande cousa pois Leite e Damásio declaram que pelo exame do arquivo nada encontraram “sobre

a fundação da Santa Casa de Misericórdia na principal capitania do Brasil". Infrutíferas foram, também, as suas buscas nas "Histórias, Crônicas e Memórias relativas ao Brasil salvo uma ou outra notícia transitória". E perguntam: "que fazer em semelhante enleio?. Respondeem, a seguir:

*Combinando factos e documentos, que podiam servir ao caso, uns felizmente publicados e outros talvez ignorados, mas que colligimos do archivo da Misericórdia, chegamos a conhecer, senão precisamente, ao menos com grande aproximação, a epoca em que ella foi introduzida na Bahia (e só a epoca); a qual comprehendemos entre 1549 a 1572".

Em summa concluíram os autores citados que a Irmandade e Casa da Misericórdia não existia na Bahia à chegada do primeiro Governador Geral Tomé de Sousa, mas já se achava constituída no ano do falecimento do terciro Governador Mem de Sá.

Documentam a sua tese argumentando que:

1.º — Não consta menção da Misericórdia no foral dado em Évora à Bahia pelo rei D. João III, em 26 de agosto de 1534, quando doou à capitania a Francisco Pereira Coutinho. (Rev. do Inst. H. Geog. Bras. T. XVIII, pág. 159).

2.º — Da mesma forma é omisso, neste particular o regimento concedido pelo rei, em Almeirim, a 17 de dezembro de 1548, ao primeiro provedor-mor da fazenda Antônio Cardoso de Barros que acompanhou Tomé de Souza (Rev. Inst. H. G. Bras. T. XVIII, pág. 166).

Acrescentam Leite e Damásio:

"Se no Logar que se destinava para capital do Brasil existisse já a irmandade da Misericórdia, tão protegida pelo Rei, e então em tanta voga, era provavel que elle a recomendasse às autoridades que enviava para fundarem a mesma capital, como ainda muito posteriormente se usou, e comprova o § 6.º do regimento dado ao Governador Roque da Costa Barreto em 1677 (Rev. Inst. H. G. Bras. T. V, pág. 288".

3.º — A povoação, segundo os autores referidos não comportava uma instituição de tal gênero: "Ora uma povoação constituída de elementos tais, tão heterogeneos e anomalias, era congruente para admitir e sustentar a Irmandade da Misericórdia? Cremos que não".

4.º — Nas epístolas dos jesuitas que, "como grandes observadores, narravão em cartas minuciosas e frequentes a seus superiores, tudo quanto vião, e maiormente desaprovavão e julgavão digno de remedio" não há menção da Santa Casa. Por

outro lado elles instituíram a Confraria do Menino Jesus (1549—1550) na Bahia, no Espírito Santo e em S. Vicente.

5° — Mem de Sá, falecido na Bahia aos 2 de março de 1572 e que foi Governador geral, desde 1558 até 1572, deixou em testamento bens à Santa Casa. Logo ella já existia ao tempo do seu falecimento, em 1572.

Dal surgiu “uma renhida demanda havida entre a mesma Santa Casa e os Padres da Companhia quer do collegio da Bahia quer da de Santo Antão em Lisboa, por causa de um legado que nesse testamento deixou o supradito Governador”.

“Referem com effeito as cartas dirigidas pelas Mesas que servirão de 1655 a 1659, umas ao Rei (8 de Janeiro a 30 de Agosto de 1656, outras a Francisco da Cunha (9 de fevereiro, 6 de setembro de 1656, 20 de agosto de 1657, 11 e 17 de junho de 1659), outras ao capitão Mathias Lopes (6, 7 Setembro de 1656, 28 de setembro de 1658, ambos procuradores da Santa Casa na Corte, uma ao Irmão José Falcão de Souza, e outras ao Provedor e Mesarios da Misericordia de Lisboa, e o confirmação os termos da Mesa e Junta da Irmandade de 5 de Novembro de 1654 e 12 de outubro de 1659, que o Governador Mem de Sá legara a terça *de seus bens, consistente de um engenho e terras, ou fazendas em Sergipe do Conde em parte eguaes, á Santa Casa da Bahia, aos pobres e orphãos da mesma cidade e ao collegio da Companhia della*, determinando que semelhante bens fossem vendidos para satisfação do legado; que a parte tocante á Misericordia era avaliada em mais de 80.000 cruzados; que passados annos, fallecendo D. Philippa de Sá, filha e herdeira de Mem de Sá, e depois Condessa de Linhares deixara por herdeiros da parte que lhe cabia no engenho e terras de Sergipe do Conde aos Padres do collegio de Santo Antão de Lisboa, os quaes, de accordo com os do collegio da Bahia, se meterão de posse dos ditos engenhos e terras, impedido por todos os modos que a venda exigida pela Misericordia e já contratada, quanto á sua parte da terça, com Pedro Gonçalves de Mattos, se effetuasse; que em 1644 o Padre Paulo da Costa da Companhia de Jesus e procurador da Santa Casa de Lisboa, escrevera á Mesa dizendo que o Reitor e mais Padres do collegio de Santo Antão lhe havião proposto um concerto com a mesma Santa Casa, na demanda que trazião sobre o engenho e fazendas do Sergipe do Conde, baseado em darem pela parte pertencente a ella 12.000 cruzados, assentando porem a Mesa que os referidos Padres dessem 20.000 cruzados em dinheiro, e a vista, se fizessem com elles o pretendido concerto”.

Não se ajustaram as duas partes e assim proseguio a demanda obtendo a Santa Casa muitas sentenças a seu favor, quer no foro da Bahia como no da Supplicação de Lisboa”.

Apesar das sentenças o processo continuava morosamente até que o rei foi informado da opposição dos jesuítas. Ordeou que fôssem nomeados Juizes Compromissários para julgarem o litígio pendente. Sentenciaram que si deviam partilhar os bens do testador. Houve difficuldade na ação e a Santa Casa requereu a posse dos bens da herança, excluidos dela os jesuítas “como único meio de conseguir-se a venda”.

Proseguindo o processo resolveu a Santa Casa entrar em acôrdo. A “demanda durava havia mais de 40 annos sem se poder chegar ao fim, e havia de durar outros tantos e mais annos sem se acabar”.

Nos documentos existentes nada há sobre o acôrdo final que se ignora qual tenha sido: “Pelo silencio, que guardão depois os livros, ignoramos o verdadeiro desfecho, de tão importante questão”.

Pelo exposto Leite e Damásio concitam Varuhagem a modificar o que escreveu sobre a não existênciã de testamento por parte de Mem de Sá.

Eis a conclusão d'esses autores sobre a fundação da Misericórdia da Bahia:

“Concluimos pois conforme-a nossa these:

1º — que não havia Irmandade da Misericórdia na Bahia antes da chegada de Thomé de Souza em 1549;

2º — que já estava ella organizada em 1572, quando Mem de Sá falleceu”.

“Introduzida na Bahia a Irmandade da Santa Misericordia fundou a Capella, que devia servir para as funções religiosas de sua prefeção, e um Hospital para os enfermos miseraveis. Foram esses os seus primeiros estabelecimentos pios; os outros ora annexos, tem origem mais tardia e conhecida”.

Reproduzem o seguinte trecho de Gabriel Soares de Souza, no seu Roteiro geral do Brasil, publicado em Madrid, em 1587:

“E tornando á praça, correndo della para o norte vai uma formosa rua de mercadores até a sé, no cabo da qual da banda do mar, *está situada a casa da misericordia e hospital, cuja igreja já não é grande, mas muyto bem acabada e ornamentada; e se esta casa não tem grandes officinas e enfermarias é por ser muyto pobre, e não ter nenhuma renda de S. Magestade, nem de pessoas particulares, e sustenta-se somente de esmolas que*

lhes fazem os moradores da terra, que são muitos, mas são as necessidades mais, por a muita gente do mar e devariados que destes reinos vão muito pobres, as quias em suas necessidades não tem outro remedio que o que lhes esta casa dá, cujas esmolas importam cada anno tres mil cruzados pouco mais ou menos, que se gastam com muita ordem na cura dos enfermos e remedio dos necessitados". (Rev. Inst. H. G. B. T. XIV, pág. 119).

Entre as acatadas personalidades que serviram à Misericórdia da Bahia contam-se:

- 1 — O capitão-mor D. Francisco de Moura, do Conselho de sua Majestade e Governador da cidade.
- 2 — O Vice-rei, D. Vasco Mascarenhas, conde de Ovidos.
- 3 — O Governador e capitão-general, D.ogo Luís de Oliveira.
- 4 — O Governador e capitão-general do Estado, Conde de Castelo Melhor.
- 5 — O Provedor-mor da Fazenda, Lourenço de Brito Correia.
- 6 — O Governador Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, depois Visconde de Earbacõna
- 7 — O Secretário do Estado Bernardo Vieira Ravasco.
- 8 — O Cônego Francisco Martins Pereira.
- 9 — O Governador e capitão-general D. Rodrigo José de Meneses, depois Conde de Cavalheiros.
- 10 — O arcebispo prímaz D. Romualdo Antônio de Seixas, Marquês de Santa Cruz.

III — PRIVILÉGIOS

As Misericórdias de Portugal e suas colônias gozaram de grandes privilégios concedidos por D. Manuel o Venturoso e seus successores. Em 20 de agosto de 1520, D. João III confirmou todos os alvarás concedidos à Misericórdia de Lisboa até o ano de 1518.

Pela Bula de 30 de março de 1516 Paulo III favoreceu indulgências em favor do provedor e mesários.

O Cardeal Arquiduque da Áustria, legado de "latere" de Clemente VIII estabeleceu em 30 de junho de 1593 o *monópolio de tumbas e esquifes*. Este direito de fazer os enterros deu excelente renda à casa.

Os cadáveres de monarcas e príncipes da família reinante podiam ser conduzidos pelos irmãos da Misericórdia, desde a porta até à primeira cça erigida na igreja onde se fazia a inumação. Na Bahia a Misericórdia carregava o corpo dos Governadores falecidos.

Suas igrejas foram isentas de jurisdição do prelado diocesano, por gozar de proteção régia, segundo o alvará de 6 de dezembro de 1603, confirmado pelo de 18 de outubro de 1806.

Segundo Leite e Damásio constam estes favores das Provisões de 3 de janeiro e 27 de maio de 1767, no livro grande de privilégios do Arquivo da Santa Casa.

A 3 de janeiro foi dirigida ao Bispo de Pernambuco e a 27 de maio ao Bispo de Funchal:

“Hey por bem responder-vos que nas Igrejas da Minha immediata Protecção, *como a de que se trata*, não tem logar a visita dos Ordinarios, debaixo de qualquer pretexto que seja, sem preceder licença especial minha, fundados nos graves motivos que até agora elle não foi presente que concorrão na Misericordia de Olinda: e que nem o exemplo que allagaes, nem o ultimo estado que nella pretendestes estabelecer, podião ser attendiveis *contra o referido Direito Regio da Minha immediata Protecção etc.*”

Contam Leite e Damásio que em certa época foi lançada excomunhão (março de 1658) por ter começado a funcionar a igreja nova sem licença do cabido e por ter a Mesa se oposto à inspeção do visitador Arcediago Francisco da Silva “que sem embargo a fez” A Irmandade reclamou. Apelou para o juízo da Coroa. Fôra uma violência. A Santa Casa estava de posse de um privilégio real! Foi sua a vitória nesta contenda. Continuou a gozar do privilégio por cuja manutenção se empenhou.

Vejamos outros privilégios das Misericórdias:

O escrivão da Mesa assumiu a categoria de tabelião. Tinha fé em juízo nos negócios concernentes à Santa Casa. Consteu esta autorização do Alvará de 10 de outubro de 1500, confirmado por outros, tais como o de 28 de novembro de 1817. A casa foi exonerada de prestar fiança em juízo nos casos em que a lei fazia tal exigência conforme a Provisão de 17 de outubro de 1775.

Pelos decretos de junho de 1808 e 1809 foi isenta do imposto sobre seus prédios urbanos.

Não pagava sêlo correspondentê aos legados que lhe fôsses deixado em testamento, pelo Alvará de 20 de maio de 1808.

Legados pios, não cumpridos pelos testamenteiros (Alvará de 5 de setembro de 1786 e Carta de 6 de novembro de 1827), ficavam-lhes pertencendo.

Dívidas e cobranças judiciais eram processadas executivamente (Alvará de 26 de maio de 1558).

A Provisão de 12 de fevereiro de 1605 desobrigou a Misericórdia de prestar contas de sua administração em juízo.

O Alvará de 8 de fevereiro de 1692 isentou a Santa Casa do pagamento da dzima de chancelaria nas causas em que fôsse condenada.

As Misericórdias brasileiras pelo regulamento de dezembro de 1860 não pagavam selo nos livros de sua escrituração.

Pertenciam-lhes os impostos sobre a tripulação dos navios mercantes que aqui chegavam. Era fruto da convenção de 3 de maio de 1812 e escritura respectiva entre a Misericórdia e os negociantes. Por uma lei de setembro de 1815 cabia-lhes a arrecadação das taxas sobre cascos de líquidos importados.

Nas loterias concedidas pela assembléia geral de 28 de outubro de 1848 não pagavam o imposto geral de 8 %.

A lei provincial da Bahia de 5 de agosto de 1848 excluía, para a Santa Casa o imposto de 12% lançado sobre tôdas as loterias locais. Por aviso do ministério do Império, de 1829, cabia ao provedor da Santa Casa rubricar as loterias instituídas em favor da Irmandade.

Recebia da municipalidade 400\$000 para os expostos e 200\$000 de auxílio para as despesas do hospital. Esta última quantia era paga pelo tesouro provincial. Foi obra de uma provisão de D. João V, de 1734.

Em sua capela podia a Misericórdia celebrar os sponsários das recolhidas e o batismo dos expostos.

A Misericórdia da Bahia de 1672 em diante começou a admitir capelãs fazendo-se rezar em côro. Seguiu o parágrafo 1.º do capítulo XXVI do Compromisso de Lisboa.

Depois, em 1683, a Mesa e a Junta sancionaram o fato regularizando a existência da colegiada.

As Misericórdias de Portugal e do Brasil tinham o privilégio de cobrir com a sua bandeira os condenados à morte que escapavam, por acidente, no momento da punição. Em certos casos rebentava a corda ou quebrava-se qualquer peça do instrumento de suplicio e caía o infeliz ao solo ainda vivo. O porta-estandarte cobrindo a vítima com a bandeira misericordiosa, considerava-se cumprida a sentença. Estava salvo o condenado à pena última.

Vários conflitos se originaram em consequência desta prerrogativa.

A corda era fornecida pela Santa Casa. Acompanhavam os irmãos o sentenciado levando a corda. Tocavam a campainha e rezavam, clamando misericórdia, misericórdia.

Não raro a corda era antecipadamente imersa em água forte, para que se tornasse quebradiça...

Mas, vejamos alguns casos.

Nas "Memórias históricas e políticas da província da Bahia", de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, pág. 151 (1835), vem narrada uma discórdia entre a Santa Casa e a justiça, motivada pela execução de um condenado. Dois réus foram sentenciados à pena última. Durante a execução um deles caiu com o algoz do alto do patíbulo. Quebrara-se um dos travessões. Estava vivo. A Irmandade usando do seu antigo privilégio, cobriu o réu com a sua bandeira. Estava cumprida a sentença, conforme a praxe.

O meirinho das execuções não se conformou com o caso. Moldosamente "acabou com o paciente às estocadas".

Irritaram-se os irmãos e o povo. Quiseram "atassalhar" o meirinho. Salvou-o a presença de espirito do vereador Jerônimo de Burgos que presidia à execução. Recolheu o assassino à cadeia sob grande escolta. Em vão tentou o povo agredir o oficial.

A Irmandada seguia então para o palácio governamental acompanhada pelo povo. Levava a bandeira "abatida" em sinal de protesto. Exigia a imediata punição do culpado.

O Governador não se comoveu com o clamor público. Mandou dispersar a multidão pela guarda e prendeu os irmãos da Misericórdia. Só saíram da cadeia por intervenção do procurador e desembargador Dionísio de Azevelo Avellar. Pela carta régia de 30 de abril de 1716 foi esse procedimento aprovado, declarando-se, ainda, que em casos semelhantes ao que provocara o tumulto a pena seria executada. Homens sem coração!

Não conheciam o perdão nem o conforto que nos dá o sentimento de piedade. Não meditaram sobre a beleza desta virtude, na amplitude da súplica de Teixeira de Pascais, implorando piedade para tudo e para todos que saem da normalidade que a natureza e a boa razão impõe, na harmonia da sua contextura, piedade "para o pobre que moureja, "para o lobo que devora", "para a pedra que esmaga" para "o criminoso

que não sabe o que faz, como o rochedo e a estrela...
E' cruel como o sol é luminoso
Como Jesús foi bom e como a flor é bela."

Aqueles homens que se opunham ao perdão misericordioso, que o toque da bandeira facultava não se impregnaram da beleza proclamada por Shakespeare, pela boca de Portia, na admirável defesa de Antônio:

The quality of mercy is not strained
Its droppeth as the gentle rain from heaven
Upon the place beneath: it is twice blest;
It blesseth him that gives and him that takes:
'Tis mightiest in the mightiest: it becomes
The throned monarch better than his crown;
His sceptre shows the force of temporal power
The attribute to awe and majesty,
Wherein doth sit the dread and faer of kings;
But mercy is above this sceptred sway;
It is enthroned in the hearts of kings,
it is an attribute of God himself...

III — ORIGEM DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA — 1549 —

A consulta dos "Documentos Históricos", publicados pela Biblioteca Nacional, esclarece, como dissemos, a origem do primeiro hospital da Bahia.

No volume XXXVII — Mandados — 1549—1552, constam ordens de pagamento para construção do hospital, da lavra de Tomé de Souza. Que hospital poderia ser senão o da Misericórdia?

Não consta a existência de outra casa de assistência naquela época. Assim pensamos que esta Santa Casa é coeva da fundação da cidade do Salvador.

Eis a transcrição dos tópicos que nos interessam:

N. 269, pág. 96:

A de cinco de Outubro de quinhentos e quarenta e nove passou o Governador mandado para o dito thesoureiro que pagasse ao *Provedor do Hospital da Cidade do Salvador* novecentos reis em mercadoria, em que condemnou João Lopes Meirinho da Nau Capitanea para as obras do dito Hospital, e que por elle com seu conhecimento lhe sejam levados em conta.

N. 281, pág. 100:

A seis de Novembro da dita era passou o Governador mandado em ausencia do Provedor-mor para o dito thesoureiro que pagasse a *Diogo Moniz Provedor do Hospital desta Cidade do Salvador* mil e quatrocentos reis em mercadorias os quaes eram do Soldo, que haviam de haver Pero Goncalves Bombardeiro e Antonio Grumete da Nau Conceição a saber: ao dito Pero Goncalves oitocentos reis do mez de Maio e a Antonio Grumete seiscientos reis do dito mez, em que foram condemnados pelo dito Governador para o dito Hospital, e que por elle com seu conhecimento e Certidão de Matricula de lhe ser postas Verbas em seus titulos, lhe sejam levados em conta.

N. 146, pág. 60:

A quatorze de Dezembro de quarenta e nove passou o Provedor-mor mandado para Gonçalo Ferreira thesoureiro que pagasse a *Diogo Muniz Provedor do Hospital desta Cidade do Salvador* testamenteiro, que é de Estevão Fernandes de Paiva marinhoiro da Caravelle Leça que nesta Cidade falleceu mil oitocentos reis em mercadoria, que lhe eram devidas ao dito defunto de dois mezes Junho e Julho á razão de novecentos reis por mez.

N. 408, pág. 149:

A doze de Janeiro de quinhentos e cincoenta passou o Governador mandado dirigido aos Contadores que le-

vassem em conta a Vasco de Andrade Feitor, que foi d'armada da Costa, de que era Capitão-mor Pedro de Goes cinco mil duzentos e vinte e sete reis e um terço que sobre elle foram carregados em Receita por Lembrança para os haver de arrecadar e receber em Resgate de Braz Fernandes Escrivão da Chacellaria em que fora condemnado por o Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros, de que appello para o dito Governador e foi por elle confirmado a dita sentença dos ditos cinco mil duzentos e vinte e sete reis e um terço para as *obras do Hospital desta Cidade do Salvador* e que por elle com conhecimento do Provedor do dito Hospital feito pelo Escrivão do seu Cargo assinado por ambos, em que declare lhe ficarem carregados em receita lhe sejam Levados em Conta.

N. 469, pág. 178:

A vinte e cinco de Fevereiro de mil quinhentos e cincoenta passou o Governador mandado para o Thesoureiro Gonçalo Ferreira que desse aos Mordomos do *Hospital da Cidade do Salvador Bahia de Todos Santos* trinta e cinco varas e terça de pano de Canhamaco de preço de oitenta reis vara para umas corredeiras para o dito *Hospital* nas quaes se montavam ao dito preço dois mil oitocentos e vinte e cinco reis, quatro ceitis, a qual soma era á conta dos cem cruzados, que sua Alteza tem feito esmola para as despezas do dito *Hospital* e que por elle com conhecimento dos ditos Mordomos feito pelo Escrivão do seu Cargo assinado por elles em que declare ficarem carregados em Receita as ditas corredeiras lhe sejam levadas em conta.

Vemos, assim, que o *Hospital da cidade do Salvador* é mencionado a partir de CINCO DE OUTUBRO DE 1549 e que seu Provedor era Diogo Muniz.

O produto das condemnações revertia para as obras dessa casa de caridade.

O Governador Mem de Sá contemplou a Santa Casa da Bahia no seu testamento em igualdade de condições com o Colégio de Jesuítas. Deveria ser, portanto, uma instituição já consolidada e de igual valer para a vida da cidade. Parece, pois, evidente que o hospital de Tomé de Sousa seria o da Irmandade beneficiada pelo seu sucessor, no governo da Terra.

Em 15 de agosto de 1551 (I. H. G. B. Torre do Tombo V 4, pág. 18v. correspondente à Parte I, Mac. 86. D. 111) Luís Diogo escreveu uma carta a D. João III rogando que lhe permitissem regressar a Portugal com Tomé de Sousa. Achava-se velho e não disposto. Solicitava por "Muita esmola e merce" que lhe fôsse dada a ventura de voltar aos seus pagos onde tinha "uma velha

para amparar. Rogaria a Deus "pelo acrescentamento e estado de sua alteza".

Na missiva descreveu as obras que realizou e que, a seu ver, lhe dariam direito ao repouso. Falou do muro da cidade que "huma envernada tamanha" derrubou em parte. Era a consequência de serem "hum pouco altos para taipa sem cal". Já estavam reparados e rebocados por dentro e por fora. Ficaram tão fortes que durariam muitos anos até que S. A. tivesse na terra "mais rendimentos com que pelo tempo pudesse gastar mais". Descreve os baluartes que estavam ligados com madeira "pela taiparia de dentro". Narra a construção da cadeia "muito boa e bem acabada com casa daudiencia e camara em cima". Na Ribeira de Góis fizera "casa de fazenda e alfandegas e armazens e ferrarias tudo de pedra e barro rebocadas de cal e telhados com telhas".

Não menciona o hospital entre as obras que realizou.

Cesário Suetônio (Oliveira Campos) trata da Capela da Misericórdia na R. I. G. H. da Bahia (ano XVII — Vol. XVII — N. 36 — 1916). Diz que os cronistas não haviam fixado ainda, com exatidão, a data da fundação da capela da Santa Misericórdia. Cita Vicente Viana em sua referência ao ano anterior a 1587 quando foi publicado o tratado de Gabriel Soares de Sousa e menciona Melo Moraes para quem a Misericórdia fôra creada ao tempo de Mem de Sá. Refere-se ao volume XXVII dos anais da Biblioteca Nacional, publicado em 1906. Na relação dos serviços de Mem de Sá encontrou, no artigo 11, a declaração do teor seguinte: *Fiz a igreja da Misericordia de boa grandura e de pedra e cal.*

A 9 de setembro de 1570 foram ouvidas várias testemunhas apresentadas por Mem de Sá. Prestaram depoimento perante o inquiridor da cidade Cosmo de Siqueira. Serviu de escriptão João Pereira. Afirmaram os informantes que Mem de Sá servira de Provedor na Santa Casa por muito tempo e mandara fazer a casa de pedra e cal, "com enfermaria e agasalhado para doentes e mais serviço da casa". Assim falou João de Araújo, fidalgo da casa d'el rei. Sobre a fatura da igreja houve os depoimentos afirmativos de Sabastião Alvares, cavalleiro da casa de el-rei; bacharel mestre Afonso, cirurgião; Luís Dormas; Luís da Costa; bispo Pero Leitão; Diogo de Matos; Diogo Muniz Barreto; Braz Alcoforado; Vicente Dias.

Mem de Sá chegou à Bahia em dezembro de 1557. Sendo a data dos depoimentos, 1570, a igreja seria construída de pedra e cal entre 1558 e 1570. Esta foi a conclusão de Cesário Suetônio. Como bem acentua este A., Mem de Sá não citou entre seus serviços no Brasil a instituição da Irmandade da Misericórdia. Construiu a igreja de pedra e cal mas não creou a instituição. Logo ela já devia existir. A própria igreja poderia ter existido mas ser como as construções da época, de edificação precária. Seria talvez de taipa. Mereceria reconstrução por ameaçar ruína ou ter pequena capacidade. Cesário Suetônio, com estes argumentos, sugere que a Misericórdia tivesse sua origem no Governo de Tomé de Sousa.

Não menciona, porém, os *mandados* que acima assinalamos e que garantem a existência, pelo menos do hospital, na época do primeiro governador do Brasil. Bem orientado, porém, foi o seu raciocínio.

Assevera, ainda, Suetônio que o segundo governador Duarte da Costa, segundo o Dr. Vicente Viana, em carta de 3 de abril de 1555, dirigida a el-rei, referiu-se a um "hospital de Nossa Senhora das Candeias desta cidade que prestara à população muitos serviços"

Não conseguimos ainda apurar esta informação bibliográfica.

Em suma as conjecturas de Césarío Suetônio parecem, agora, confirmadas, pelas referências que, neste particular, observamos nos mandados de Tomé de Souza. E' certo que um pequeno templo católico existia na Bahia quando ali chegou Tomé de Sousa. (Rodolfo Garcia, A Fundação da Bahia, R. I. G. H. da Bahia, N.º 63, 1937). Nem era de esperar outra coisa sendo, como eram os colonizadores portugueses, essencialmente católicos. Basta atentar para os nomes dados aos lugares que iam descobrindo. Não há, porém, qualquer referência à Irmandade da Misericórdia relacionada com esta capela.

IV — SUBSIDIOS PARA A HISTÓRIA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA COLHIDOS NOS MANUSCRITOS INTITULADOS: "CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO" E DOCUMENTOS DE EVORA".

1 — 1625 — "Anua da Província do Brasil mandada à cidade de Roma ao geral da Companhia de Jesus pelo padre António Vieira" (Cons. Ultr. V. 7).

Menciona o falecimento do padre Fernam Cardim cuja caridade estendia-se também, aos de fora "como experimentaram e mais particularmente os presos da cadeia e os pobres do hospital porque a êstes visitava a miúdo remediando suas necessidades com esmola", etc.

2 — 1683 — 84 — João Peixoto Viegas (Con. Cons. Ultr. — 1673—1698 — Biblioteca Nacional), na qualidade de Provedor da Mesa da Casa da Misericórdia da Bahia, em nome "dos demais oficiais", representou ao rei em carta de 4 de Julho de 1683 solicitando algumas medidas indispensáveis à economia e administração da Irmandade. Em primeiro lugar lembrava que os membros da Mesa não estavam gozando dos favores concedidos por sua majestade no capítulo sexto do novo regimento dos governadores. Sonegavam êstes tal concessão. Era indispensável que o soberano de novo ordenasse: "fazendo-lhes pagar as ordinárias que tiverem na Fazenda Real dívidas e legados que lhes pertencerem".

Requeria ainda que não lhes fôsse negado o "oficial de milícia" para cobrança de dívidas. Era o sistema empregado pela Fazenda Real. Os oficiais ordinários da justiça nada conseguiam contra "os devedores poderosos".

A casa, nos últimos tempos tinha obtido um auxílio (esmola) da Fazenda Real. Era o único. Consistia em "*miunças das dízimos de galinhas e frangões* que por avença estava em cento e trinta mil réis". A graca abrangia seis anos quase expirados em 1683. Sua majestade por mercê de Deus deveria tornar a concessão perpétua e "com maior importância por ser a casa muito pobre e os enfermos mal providos e crescidos em número".

As esmolas eram "muito limitadas".

O requerimento foi ao procurador da fazenda. Opinou este que se "fizesse justiça".

O Conselho considerou que o monarca deveria fazer mercê "dos ditos dízimos das miunças de galinhas e frangões para sempre" e que se ordenasse ao governador e capitão-general do Estado do Brasil que cedesse o official de milícia quando solicitado para cobrança da casa. O parecer foi assinado em Lisboa a 9 de dezembro de 1683 com as seguintes rubricas: O conde, Malheiro, Teles, Dourado. O despacho do rei, de 8 de fevereiro de 1684, foi restritivo: "como parece de seis anos somente".

3 — 1725 — Os irmãos da Mesa administrativa, em carta de 16 de julho de 1725, comunicaram ao rei (Con. Cons. Ultr. Biblioteca Nacional — 1724 — 1807) a sua eleição ocorrida no dia 2 daquele mês. Pediram, também, providências quanto ao processo de distribuição de dotes. Entre os legados havia várias dotações de 100\$000, 50\$000 e 40\$000. Nas administrações anteriores eram bafejados os protegidos. Ficaram "escusas as petições dos miseráveis, que por falta de valimento não tinham pessoas que nelas pusessem os olhos".

Sugeriam o sorteio. Um ato do soberano tornaria o processo permanente "inviolavelmente". Nunca mais se poderia "obrar o contrário". O vice-rei deu informação favorável. Concordeu o Conselho a 13 de maio de 1727.

O rei aprovou em 22 de março de 1729, com o clássico: "como parece". Vasco Fernandes César de Meneses era o vice-rei nesse tempo.

4 — 1726 — *Roda dos espostos.*

Em carta de 5 de março de 1726 o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, por intermédio do Conselho Ultramarino (Con. Cons. Ultr. 1724—1807. Biblioteca Nacional), dirigiu ao rei uma representação solicitando que se instituísse a roda dos espostos na Misericórdia da Bahia. A constituição do clima, esclareceu o vice-rei, "conduzia muito para a liberdade dos homens e para se continuarem nêle a repetição dos vícios".

Em consequência dessa liberdade de costumes nasciam muitas crianças que "sem piedade eram lançadas nas ruas e muitas vezes em partes aonde a voracidade dos animais as consumiam". Para "evitar o dano que certamente ofendia a religião católica, cha-

mara o Provedor da Misericórdia à sua presença". Queria persuadi-lo a erigir uma roda de espostos. Era o único meio de evitar tanta impiedade.

Alegaram alguns irmãos que não havia legado nem verba para ocorrer a estas novas despesas.

A maioria, porém, deu seu voto favorável ao novo empreendimento.

Ficou também assentado que se deveria recorrer ao rei. Solicitar-se-ia auxílio financeiro e a concessão dos mesmos privilégios de que gozavam os engeitados do hospital real de Lisboa.

Pediam ainda os irmãos que fôsse restabelecido um antigo açougue que a Misericórdia possuía e que lhe dava renda.

Por ordem datada de 13 de julho de 1727 foram pedidos esclarecimentos ao vice-rei, "sobre esta obra muito pia e digna de tôda a piedade". Queriam saber aproximadamente qual o número de engeitados, quanto custaria sua criação e quanto poderia o Conselho dispendir com o novo encargo. E acrescentavam que de conformidade com a lei deveria caber esta despesa à Câmara.

A resposta do vice-rei teve a data de 17 de março de 1727. Pela informação do Provedor e do Escrivão da Misericórdia poderia sua majestade saber quantos engeitados já haviam sido recolhidos pela casa e as despesas necessárias para sua manutenção. O senado e a câmara deveriam contribuir para essa obra humanitária. Possufam, porém, orçamento muito escasso. A Câmara tinha "fontes, calçadas e muitos concertos precisos a acudir".

Em conclusão, afirmou o vice-rei, para esta "obra tão pia e católica bastaria o privilégio e o açougue", conforme expusera ao soberano.

O procurador da Coroa, ao ser ouvido, declarou que o rei deveria conformar-se com o parecer do seu delegado.

Concordou o Conselho Ultramarino em decisão datada de Lisboa ocidental, 3 de julho de 1727. O despacho real, na margem, foi do seguinte teor: "Declare o Conselho porque motivo não existe êste açougue, na Misericórdia e se foi concedido por privilégio que se derogasse e satisfeito tornará logo a consultar". Datado de Lisboa ocidental, 11 de maio de 1728.

O *caso do açougue* foi de longa duração. Encontramo-lo novamente nas Con. do Cons. Ultr. 1724—1807. Para "satisfazer a resolução de sua majestade" ordenou-se por uma provisão dirigida ao conde de Sabugosa, vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, que se declarasse porque motivo "não existia açougue da Misericórdia daquela cidade da Bahia".

A carta de 25 de agosto de 1729 explicou o motivo. Fôra abolido o açougue. Funcionara apenas em virtude de concessão do senado da câmara da cidade. Não tinha autorização real.

O procurador da Coroa esclareceu que a proibição determinada por falta de licença do rei não lhe tirava o poder de conceder

tal mercê. Julgava, entretanto, que seria preferível "uma esmola real", correspondente à renda do açougue. Não haveria assim prejuízo no arrendamento dos demais estabelecimentos fornecedores de carne.

O Conselho resolveu recorrer novamente ao vice-rei. Queria saber que rendimento poderia produzir o famoso açougue da Misericórdia. Enquanto não chegava a informação propôs um auxílio de 400\$000 "por uma vez somente". Dois conselheiros foram de opinião que a "esmola" deveria ser anual. O parecer assinado por Costa — Abreu — Azevedo — Vargas — Galvão, foi lavrado a 2 de junho de 1731.

O despacho real, de Lisboa ocidental, 24 de janeiro de 1732, foi do seguinte teor: "O Conselho ordene ao vice-rei faça a declaração que aponta e sou servido se dem de esmola os 400\$000 por uma vez somente".

Não parou aí a questão do açougue. Surgiu novamente em 1734.

Em conformidade com a decisão real foi expedida ao vice-rei do Brasil uma ordem datada de 28 de janeiro de 1732. Em 14 de agosto do mesmo ano veio a resposta. Confirmava que a permissão do açougue fôra dada pela Câmara. A renda fôra de 200\$000 anuais. No momento, porém, tais estabelecimentos nada rendiam.

A cobrança do "donativo" exigido pela Coroa tornava livre o corte do gado, a fim de evitar o prejuízo dos criadores. Esclareceu que entregara à Misericórdia a "esmola com que a piedade de sua majestade fôra servido socorrê-la por uma vez somente". Aproveitando a oportunidade o vice-rei insistiu para que a dotação fôsse anual "com a porção" que o soberano fôsse servido dispensar para aquêle fim.

A papelada girou novamente. Chegando ao Conselho juntou este aos autos a relação dos "privilégios dos que criam engeitados do Hospital Real de Todos os Santos, desta cidade de Lisboa ocidental".

Com vista ao procurador da fazenda opinou este para que se fizesse justiça de acôrdo com a informação do vice-rei. O da Coroa entendeu que tendo o açougue rendido 200\$000 dever-se-ia dar uma contribuição do mesmo valor, "excusando-se a Misericórdia de ter açougue". Concordou o Conselho com este alvitre. Dois dos seus membros discordaram. Eram favoráveis a um auxílio de 400\$000 sendo 200\$000 pelo rendimento dos açougues e 200\$000 pela Fazenda Real. O voto em separado agradou ao rei. Em 9 de julho de 1734 assinou em Lisboa ocidental o seu despacho: "Como parece dos últimos votos, com a declaração que os 200\$000 da minha real fazenda se consignarão no rendimento das dízimas e os outros 200\$000 se pagarão pelo rendimento dos açougues e na falta pelo dos currais".

E assim terminou esta pendência na qual se consumiram oito anos.

5 — 1727 — Nos documentos de Évora (I. H. G. B. T. 19, pág. 13) consta uma longa relação de 42 páginas, em duas colunas. É um balanço geral intitulado: "Memória do Cabedal pertencente à Santa Casa de Misericórdia da cidade da Bahia e dinheiro que se tem dado a razão de juro de seis e quatro por cento feito por ordem de sua majestade no ano de 1727". A soma final atinge o total de 352:801\$310.

6 — 1746 — Este ano assinalou grave contenda eleitoral (Cons. Cons. Ultr. Vol. 17 — 1737 — 1752, pág. 177). O vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil, conde das Galveas anulou a eleição do Provedor e Mesa por ter sido processada irregularmente. Comunicou o fato em carta de 25 de outubro de 1746. Contou ter sido informado de ter corrido o pleito com "várias desordens e pontos viciados contra a forma do Compromisso e contra a provisão mandada expedir ao chanceler Luís Machado de Barros para que todos os mais que o succedessem o observassem". Os irmãos foram "divididos em ranchos", entrando neles o espírito de contença. No caso em apreço tinham-se "regulado pelo afeto e parcialidade de um clérigo de baixa esfera e infimo nascimento que além de ser filho natural de uma mulata era neto de uma preta, Antônio de Brito". Conseguira ser eleito escrivão da mesa "sendo indigno de entrar nela no cargo de uma Irmandade". É preciso considerar que em Lisboa os principais cargos da Irmandade eram reservados aos fidalgos. Ele, vice-rei, o excluía dessa função tão pleiteada pelo candidato "com grande empenho e sequito de outras". Ordenara ao desembargador ouvidor geral que assistisse a eleição pois queria evitar "os distúrbios" de que tivera antecipada notícia. Os eleitores que na opinião do vice-rei pertenciam "à mais infima e baixa plebe da cidade" tendo conhecimento dessa fiscalização elegeram o irmão abominado pelo vice-rei com escandalosa irreverência. "Sendo-lhe presente a dita eleição e os indecentes motivos dela e os meios escandalosos porque foi feita, a reprovou e houve por cessada".

Procedeu-se a uma segunda eleição. Os irmãos recalcitrantes elegeram "três pessoas que sendo muito inferiores aos principais da cidade, não aceitaram".

Acentuou o vice-rei que tinha ficado "devoluta a eleição e exposta a casa a manifesto perigo". Não encontrando "remédio" nas "regras do compromisso" ordenou o vice-rei que o cargo fôsse ocupado pelo Provedor anterior, o alcaide-mor da cidade Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, "pessoa de autoridade e com as mais qualidades necessárias". A Mesa seria também a do ano transato. Propôs ainda o vice-rei que o nome do clérigo Antônio de Brito fôsse riscado da Irmandade. Não poderia assim concorrer a outra eleição. Era elemento perigoso por ser "dado a ranchos" nos momentos eleitorais.

Brito era capelão da Relação. Devera o cargo ao próprio vice-rei, agora seu inimigo. O conde das Galveas alegou porém, que propusera sua nomeação quando se achava apenas no infcio

do seu governo. Satisfizera, com isso, ao pedido do Ministro da Relação e de outras pessoas que lhe suplicaram essa medida. A nomeação de Antônio de Brito fôra confirmada pelo rei. Julgava porém o governador que êle não merecia o cargo. Tinha más qualidades e "língua execranda".

O procurador da Coroa concordou com o vice-rei já que se queria eleger "indigna pessoa". Não admitiu, porém, a expulsão do cargo de capelão da Relação enquanto cumprisse suas obrigações.

Concordou o Conselho com êsse parecer a 18 de setembro de 1748. A aprovação do rei ocorreu a 27 de novembro do mesmo ano.

7 — 1755 — Tomada de contas:

Eram precárias as condições da Misericórdia neste meado do século XVIII. O desembargador do Paço Antônio José de Fonseca Lemos foi encarregado de examinar o caso. Verificou que era péssima a administração. Era mister reparar o dano passado e acautelar o futuro. O relatório do desembargador foi remetido ao marquês de Penalva, presidente do Conselho Ultramarino, por ordem de sua majestade e aviso do Secretário d'Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Teve a data de 25 de fevereiro de 1755 (Cons. Cons. Ultr. Vol. 18 — Bahia 1752 — 1757, pág. 253).

Com vista ao procurador da Fazenda opinou êste funcionário em favor de uma providência urgente em virtude das condições em que se achava a Misericórdia. O soberano deveria amparar uma instituição que estava sob sua real proteção. Além disso a casa praticava "tantos exercícios de caridade cristá e do bem público". De acôrdo com o desembargador do Paço era indispensável restituir à confraria "um estado conveniente".

Várias graças deveriam ser conferidas à Mesa.

Especialmente deveria ter um juiz "para conhecer das causas e fazer executar os provimentos". Duzentos réis diários não eram suficientes "para curar bem um soldado em país em que tudo é caro". A Misericórdia não podia suportar encargo com remuneração tão pequena. Por outro lado não convinha que a Fazenda tivesse hospital próprio. Era mister aumentar a verba. Quatrocentos réis deveriam ser concedidos pelo menos "interinamente". Se alguma pena fôsse necessária era melhor que ficasse ao arbitrio do juiz. O vice-rei devia declarar qual a justa remuneração, ouvido o Provedor-mor. Parecia-lhe que a Câmara da Bahia tinha rendas suficientes para contribuir com 400\$000 para criação dos enjeitados. Teria de ser ouvida por intermédio do vice-rei. Não achava motivo para alterar a Provisão de 26 de março de 1740. Argumenta neste sentido de modo confuso. Refere-se, entretanto, ao fato de devedores que servindo na Mesa nos cargos mais importantes "livravam-se da dívida com perda total ou grande prejuizo da Mesa".

O procurador da Coroa conformou-se com a opinião do procurador da Fazenda. Ponderou que desaprovava a eleição de "irmão eclesiástico" para Provedor ou qualquer officio da Mesa. A experiência, acrescentou, havia demonstrado que estes homens, em tais Irmandades e cargos davam "mais prejuizo que proveito".

O Conselho manifestou-se pelo restabelecimento do officio de juiz das causas da Misericórdia da Bahia. Ordenou que fôsem cobradas tôdas as dívidas de que a instituição era credora. Os faltosos responderiam pelos seus bens de fortuna. Em relação aos outros aspectos da questão concluiu o Conselho que não se deveria aumentar a verba de 200 réis por soldado sem audiência do provedor-mor da Fazenda; que a câmara municipal não deveria ser obrigada com os 400\$000 anuais sem parecer do ouvidor da Comarca; que não se devia alterar a Provisão de 23 de março de 1740.

A ata de 24 de maio de 1756 foi assinada em Lisboa pelos conselheiros Melo, Pardiniho e Coutinho. O despacho real deu-se em 26 de abril do mesmo ano mandando que o Conselho informasse o vice-rei, o Provedor da Fazenda e officiais da Câmara.

8 — 1758 — A inspeção do desembargador do Paço Antônio José da Fonseca Lemos, assinalada acima (item 7) provocou longo debate escrito. Os documentos respectivos constam das Cons. Cons. Ultr. (Vol. 19—1757—1807 — pág. 68). Em conformidade com a decisão do monarca veio a informação subscrita pelo vice-rei do Estado do Brasil, o provedor-mor da Fazenda e officiais da Câmara da Bahia. Chegaram ao reino em cartas datadas de 18 de outubro, 8 de novembro e 17 de dezembro de 1757. Ouvido o procurador da Fazenda subiram os autos à presença de sua majestade.

Não tivemos oportunidade de encontrar as cartas acima referidas. Pelo parecer do procurador da Fazenda não é difficil conhecer, em resumo, o aspecto da questão.

Em relação aos primeiros oito capitulos assim como os de números 10, 12, 13 a 22, 24 concordou o procurador com o parecer do vice-rei. Nada poderemos saber sôbre o assunto tratado.

Quanto ao capitulo 9.º foi o procurador de parecer que "a Mesa usasse da ação ordinária e que os réus dessem fiança idônea no principio da causa ao julgado e sentenciado e não a fazenda e se procedesse ao sequestro atendido o perigo da falência dos bens daquele Estado".

Relativamente aos itens 23 e 25 parecia-lhe que os tescureiros deviam ser convidados a repor, no mais breve prazo possível, as quantias em seu poder. Em caso de recusa era necessário proceder executivamente. Se não possuíssem bens a responsabilidade deveria recair sôbre o Provedor e o Escrivão.

Para o futuro deveriam ser responsabilizados todos os que tivessem em seu poder as chaves do cofre. Seriam condenados a pagar o dôbro além de cinco anos de degrêdo em Angola. Ao juiz privativo da casa caberia observar este provimento, tirando

devassa tôda a vez que lhe constasse uma transgressão dos dispositivos legais.

Os itens 26 a 29 cuidaram dos dotes. Para o futuro as dotações seriam feitas mediante a existência de verba respectiva. Esta não deveria ser disvirtuada ("divertida") para outro fim. A penalidade seria a mesma já mencionada.

O procurador da Coroa concordou com o da Fazenda. Não deveria haver muitos "arbitrios" em face da "variedade de desordens com que a Irmandade da Misericórdia da Bahia tinha administrado e dissipado os seus bens e rendas". Muitas opiniões embaraçariam as providências. Passaram os autos para o Conselho. Pediu êste a criação do cargo de juiz privativo da Misericórdia. Deveria ser um ministro da Relação da Bahia. Obraria de acôrdo com adjuntos nomeados pelo governador da Relação.

No fim do ano o juiz deveria tomar contas ao tesoureiro. Não seriam admitidas despesas sem ordem da Mesa e sem quitação legítima dos interessados.

Os tesoureiros "alcançados" seriam obrigados executivamente a recolher aos cofres "o seu alcance".

A Mesa não poderia emprestar mais de seis mil cruzados a um indivíduo, com juros e segurança de hipotecas e fianças. A dívida seria exigida no caso de "considerável interposição no pagamento dos juros e desconfiança de falência do devedor".

A mesa teria a faculdade de nomear o juiz cujo cargo seria criado por sua majestade. Arbitraria, também, a propina anual que lhe parecesse "racionável assim como se praticava na casa da Misericórdia da côrte e na cidade de Goa".

Os conselheiros Bacalhau, Fernando Marques e Lopes de Carvalho acharam que o juiz deveria ser nomeado pelo vice-rei.

Em seu longo parecer vai o Conselho apresentando exigências de fisealização administrativa. Destacaremos apenas os pontos mais interessantes. Considera, por exemplo, não ser conveniente "a alteração do estilo e costume antigo das esmolas e propinas que os Provedores da Mesa costumavam dar no dia da sua entrada nem também privar os Ministros e officiais da Câmara das propinas que por ordem de sua majestade lhes estavam determinadas para se applicarem ao curativo dos doentes do hospital". O rei havia feito "a esmola de 200\$000 annualmente pela sua real resolução" de 9 de junho de 1734. Pediam os conselheiros a soma de 400 réis diários para cada soldado em tratamento no hospital da Misericórdia. Havia o precedente de uma concessão análoga em relação aos enfermos que chegaram à Bahia nas naus da India e nas fragatas de guerra. E citavam o aviso de auloria do secretario d'Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Fôra expedido a 1.º de fevereiro de 1734. Pelas informações do vice-rei e do procurador da Fazenda 200 réis era verba insufficiente para tratamento e manutenção dos soldados.

Trataram os conselheiros, a seguir, do problema da roda dos expostos. O rei havia declarado que cabia essa obrigação à Câmara. A ordem respectiva fôra expedida a 27 de fevereiro de 1736. A Misericórdia, entretanto, havia tomado a responsabilidade do empreendimento. Para manter a "roda" tinha aplicado vários legados e 200\$000 que sua majestade concedera pela sua real resolução de 9 de junho de 1734. O Conselho foi de parecer que esta obra piedosa continuasse a cargo da Santa Casa. A Misericórdia poderia "desempenhar este ato de caridade com mais pronta e eficaz vigilância, por ser próprio do seu instituto".

O estipêndio consedido às amas precisaria ser, porém, mais moderado. Sua majestade deveria "ser servido mandar advertir a Mesa" sobre este caso.

Era razoável, por outro lado, que o monarca desse à instituição bahiana os mesmos privilégios de que gozava o Hospital real da corte em favor dos engeitados. O número de privilegiados teria de ser limitado. Sugeriram quarenta, desde que "fizessem a criação na forma que se praticava na Mesa dos engeitados da corte". Seriam concedidos 400\$000 anuais provenientes do rendimento das forças ou de qualquer outro, a critério do soberano.

A Misericórdia poderia, destarte suprir "mais cômodamente" tão pia e necessária despesa". A Câmara estava tão gravada de despesas que de suas rendas, não poderia a Misericórdia "extrair" uma tal verba.

Era, aliás, "muito próprio da real piedade de sua majestade aliviar aquêles povos da finta" que para este fim estava obrigados na falta de rendas da Câmara.

Era conveniente estabelecer na Misericórdia da Bahia Mesa separada para administração dos bens e esmolas dedicadas aos engeitados. Não haveria assim confusão com o orçamento geral da casa.

Ao juiz privativo que sua majestade houvesse por bem criar deveria ser entregue a relação dos devedores para cobrança executiva.

Verificamos o mesmo caso em várias das nossas Misericórdias. Os empréstimos não eram pagos e muito menos os juros. Não raro eram os próprios membros da Mesa os devedores.

As congruas, acrescentaram os conselheiros, serão mantidas pela verba proveniente de legados deixados para pagamento dos capelães. Os legados específicos para cura dos enfermos não poderiam ser utilizados para tal fim. Julgou o Conselho que deveriam ser mantidas as propinas recebidas pelos capelães e serventes da casa nas três festas do ano (?). Era uma praxe estabelecida desde quase o princípio da instituição da Irmandade. Não constava do Compromisso, é verdade, mas este estatuto não proibia uma tal gratificação. Seria útil legalizar "pelo costume o que a lei não providenciou". Os ordenados estabele-

cidos em data muito anterior eram pequenos para a época. Justo, pois, era êste acréscimo.

O conselheiro Lopes de Carvalho opinou contra as propinas "enquanto não estivesse desembaraçada a Misericórdia". Sua majestade determinaria, opinaram os do Conselho, que a Mesa "não tivesse dinheiro algum dos *principais*" para as despesas ordinárias da casa. Em caso contrário Provedor e irmãos teriam de repô-lo. Cada um dêles ficaria obrigado "in solidum a esta restituição". Que se restringissem as despesas de modo a haver equilíbrio orçamentário. Em qualquer caso deveria haver "reintegração dos principais".

O conselheiro Antônio Lopes da Costa manifestou-se desfavorável a uma demanda. O Provedor de "despótico e absoluto procedimento" tinha falecido. Seus herdeiros poderiam ter "muitos fundamentos para sua defseia na ação ordinária". Era preciso ponderar que naquela época houve consentimento por parte dos irmãos da Mesa. "Viram e observaram aquelas operações sem as impugnarem como deviam". Se a Mesa não havia concedido "legítima autoridade" para tal procedimento do Provedor poderiam os herdeiros argumentar "com a continuada faciturnidade dos irmãos, para os considerar também compreendidos, naquele fato". Eram necessárias "claras e evidentes provas do que com ânimo doloso tem êste procedimento e não para segurar o edifficio e aumentar a sua renda, porque ainda que por "accidens" não correspondesse a êste fim o seu projeto nem por isso se segue que pode estar obrigado à restituição do dano".

Seria conveniente evitar novas despesas com "demandas que teriam tão duvidosa conclusão".

Se a Mesa e Junta obtivessem "mais exato exame de prova", neste caso sua majestade poderia ser servido de intentar ação contra os herdeiros do dito Provedor.

Para evitar novas desordens relativas à especificação do item (10) seria necessário a Mesa eleger um Feitor "capaz, verdadeiro e inteligente".

Poderia ser conservado enquanto desse "boas contas e cumprisse bem a sua obrigação". O salário seria ajustado com o candidato. O rendimento e a despesa deviam ser escrituradas em livros separados. O juiz da casa tomaria as contas do Feitor de três em três anos. Verificando-se que "procedeu com menos verdade poderá a Mesa removê-lo e nomear outro e êle juiz da casa procederia executivamente contra o alcance".

Sua majestade, continuaram os conselheiros a esclarecer, deveria reprovar o abuso praticado pelos escreventes até aquela data.

Emendavam "os erros das contas tomadas aos tesoureiros", sem autorização nem exame da Mesa. Era de "estranhar esta culpável dissimulação". Nesta "matéria" era necessário que "daí por diante" se procedesse "com mais vigilante cautela". Os erros nas contas deveriam ser revistos por contadores peritos.

Os pagamentos "das criações", para o futuro, seriam feitos às próprias amas ou a seus procuradores, com recibo passado em fôlha. Os párocos em certidão garantiriam a identidade das amas e assegurariam que tinham engeitados a seu cuidado. A Mesa determinaria quando seriam apresentados para verificação do "estado em que se achavam e se eram bem cuidados".

Na época os engeitados eram entregues às amas e criadores que as levavam para suas casas, às vezes situadas em zonas suburbanas ou em cidades e sítios do interior.

Houve grande abuso e até crimes praticados sob a capa d'êste regime, usual no Brasil e em Portugal.

Em 1771, no dia 1 de julho, foi condenada Luisa de Jesús, natural de Coimbra, porque sacrificara trinta e três crianças por ela retiradas da roda dos expostos para criar. Durante vários anos ia buscar, de tempos em tempos, as pobres inocentes que em seguida matava. Apropriava-se, assim, dos benefícios que eram concedidos às criadeiras: seiscentos réis em dinheiro, um covado de baeta e um berço. Foi garrotada. Com barão e pregação foi conduzida pelas ruas públicas. Foi "atenazada", teve suas mãos decepadas. O corpo, foi queimado.

Em 1838 provou-se que outra mulher, Ana Joaquina, recebia expostos na Câmara de Resende e ia lançá-los na roda de Vizeu. Guardava os 480 réis que lhe eram pagos por êste serviço. A Câmara de Resende foi censurada e condenada a indenizar à de Vizeu.

Os doentes do Hospital por ocasião da alta recebiam dez tostões de esmola. A quitação deveria ser dada pelo escrivão da casa mediante recibo passado pelo beneficiado.

O Ministro informante fez carga sobre alguns tesoureiros.

Acharam os conselheiros que a Mesa com a assistência do juiz da casa deveria chamá-los à sua presença. Se estivessem em atrazo teriam de repor o alcance se não "tivessem des'arga legítima". Caso contrário a cobrança seria executiva "até real pagamento".

O rei deveria ordenar que se não tirasse "dinheiro algum dos cofres sem ordem da Mesa ou a presença das pessoas que costumavam ter as três chaves dêles, deixando as clarezas necessárias no livro da saída". A mesma prática seria observada no recolhimento de dinheiro aos cofres. O tesoureiro teria a "carga no livro das entradas".

O tesoureiro "não receberia dinheiro algum senão à boca do cofre, debaixo das penas impostas aos recebedores da real Fazenda, neste caso.

O vigésimo quarto item do longo parecer do Conselho versou sobre a eleição do Provedor. Pedia que sua majestade fôsse "servido declarar o limital a sua real resolução de 8 de fevereiro de 1740 para o efeito de poderem ser admitidos para Provedoras da Mesa as pessoas que forem canonicamente eleitas somente para êste emprêgo ainda que fôsses devedores de algumas quantias à Misericórdia".

O Provedor eleito seria obrigado a aceitar o cargo se não tivesse legítima causa para excusa. Em caso contrário seria o seu nome riscado da Irmandade. Outra pena não caberia. O Ministério não era de serviço público que a lei obrigava a servir. Pertencia aos da "piedade e serviço de Deus que dependem da vontade de cada um. Não deveria, porém, pertencer à Irmandade quem "desmerecesse pela repugnância daquele exercício".

Antes da exclusão era razoável que o vice-rei com sua autoridade e "prudente insinuação o persuadissem a não desprezar aquela eleição".

O vigésimo nono item cuidou das recolhidas. Julgou o conselheiro Lopes da Costa que o número de recolhidas deveria corresponder à verba de tal consignação. Não deveriam ser admitidos para seus serviços, dentro e fora do recolhimento, mais serventes do que as necessárias.

Mesa e Junta, com assistência do juiz, estabeleceriam o número exato de recolhidas e de serventes de acordo com o orçamento. Somente com especial despacho da Mesa e Junta, com audiência do Juiz, seriam admitidas recolhidas a satisfazer todas as despesas relativas. Deveriam ser excluídas as recolhidas em excesso, de preferência às que não fossem totalmente desamparadas e "em que não perigasse a honestidade".

Ao Conselho pareceu que o limite de recolhidas não devia ficar ao arbítrio da Mesa. Seria preferível fixar o número. Seriam vinte, uma ocupando o cargo de regente e outra o de porteira. Nenhuma deveria ser despedida. O número iria sendo reduzido até vinte. A modificação desse limite só poderia ser feita em caso de aumento da renda. Mesmo assim seria indispensável autorização real. Expulsas seriam as que estivessem no recolhimento com o título de "encostadas". No recolhimento só seriam admitidas recolhidas, pensionistas e escravas para o serviço da casa. Quanto ao problema dos *dotés*, abordado no item 30, determinou o Conselho que não deveria haver promessa sem que houvesse dinheiro para seu fiel cumprimento. O legado "não ficava satisfeito com a promessa e sim com a solução". Quando a Mesa ou o Provedor promettesse dote, sem ter dinheiro para satisfazê-lo, imediatamente ficaria o Provedor obrigado a cumprir o compromisso, "pelos seus próprios bens no termo de dez dias depois que a dotada se achasse recebida".

O famoso parecer foi lavrado em Lisboa a 13 de novembro de 1758 sob as assinaturas de Metelo, Pardinho, Andrade, Baaalhau, Rangel, Costa.

9 — 1761 — No volume 19 das Cons. Cons. Ultr. (Bahia — 1557—1807) consta um processo iniciado em virtude de uma carta do Provedor e irmãos da Misericórdia, com data de 1.º de julho de 1761. Os signatários deste documento comunicaram ao rei, por intermédio do Conselho que de acordo com a Junta da Irmandade haviam tomado duas resoluções "formalizando o restituindo a economia e boa forma de arrecadação de seus cabe-

dais, de principal a réditos e tendentes assim à conservação do patrimônio como à melhora de suas cobranças, distribuição de esmolas e rendimentos do dito patrimônio". Seriam assim evitados "procedimentos sem escrupulo" e estabelecida "uma clareza tão necessária ao conhecimento das dependências a este respeito". Pediam aprovação do seu ato. De outro modo "e desvaneceria o seu efeito tão necessário ao crédito e conservação da mesma Santa Casa e suas dependências que compreendiam as partes das obras pias e da misericórdia que se achavam divididas como eram em *enfermarias da caridade, milícias da praça e equipagem das naus da Coroa, recolhimento das donzelas, roda dos engeitados, presos da cadeia, botica, igreja com côro, sacristia, com continuada distribuição de missas, tumbas e tôdas as demais partes de que se compõe* e expediente de tôdas as referidas aplicações sempre dependentes de uma diária e repetida despesa". Era indispensável um melhoramento na arrecadação visto que sua majestade tinha de atender ao caso "como soberano protetor da casa". O procurador da Fazenda concordou com as providências sugeridas e que interessavam à economia da casa. Não concordou porém em que os irmãos de fora "extraíssem papéis da contadoria. Neste ponto deveria ser reformado o segundo acórdão da Mesa.

Concordou o Conselho em 16 de dezembro de 1761 com as assinaturas de Andrade, Costa, Tavares e Sampaio. "Como parece", foi a resolução do rei, datada de Nossa Senhora da Ajuda, a 7 de novembro de 1765.

10 — 1763 — Por várias vezes ficou a Santa Casa embaraçada com o problema de tratamento dos soldados. Além disso ali eram tratados os marinheiros das naus de guerra. Neste ano de 1763 (Cons. Cons. Ultr. Vol. 19 — 1757—1807 — pág. 255) saíram as naus deixando doentes na Santa Casa. Pagaria o erário real estas despesas? Deveriam estes enfermos ser mantidos em classe especial ou seriam removidos para as enfermarias dos indigentes

Era o que desejavam saber o Procurador e irmãos da Santa Casa. Apelaram para o governador da capitania. Surgiu, então, a representação datada de 16 de janeiro de 1764, dirigida ao rei por intermédio do Conselho. Partidas as fragatas de comboio da frota e de conserva da esquadra, muitos dos seus componentes ficaram em terra, em tratamento. Seriam tratados do mesmo modo que antes da saída da esquadra? Iria a Santa Casa continuar os gastos, tratando os doentes com o penso e distinção que se lhes tinha feito ou como a pobres de caridade, que a casa curava por amor de Deus?"

O procurador-mor da Fazenda chamou a atenção para o parágrafo 3.º do capítulo 2.º do regulamento fornecida ao comissário das fragatas. Os soldados recolhidos ao hospital não estavam excluídos do serviço de sua majestade mas o capítulo referido não apontava providência para os que ficavam em terra

Julgava, porém, "que se devia pagar o curativo dos ditos soldados desde o dia em que constasse pela Vedoria haverem declarado praça nas tropas pagas daquela cidade, assim como também percebiam soldo e pão de maneição".

Era de "boa equidade não desamparar os homens que no serviço de seu rei perderam a saúde".

A Santa Casa tinha direito de receber as quantias despendidas com tais tratamentos enquanto existissem doentes dessa natureza no seu hospital. Seria a despesa do governo ou da "Junta determinada para a despesa das naus". A seu ver "prevalecia a razão que fazia a favor do Governo na generalidade das suas ordens até que sua majestde determinasse o fôsse servido".

Outros funcionários e Conselho concordaram em Lisboa a 14 de março de 1763 com as assinaturas de Bacalhou, Andrade, Rangel, Costa, Tavares e Soto Maior.

11 — 1766 — Houve um rapto. D. Teresa de Jesus Maria desapareceu do recolhimento da Santa Casa. Seu filho Manuel Fernandes da Corte denunciou o fato. Tinha havido quebraimento de clausura e rapto. O ouvidor da comarca da Bahia procedeu a devassa. Chamava-se Antônio José Cabral de Almeida. Deu conta do seu trabalho em carta de 22 de março de 1766 (Cons. Cons. Ultr. Vol. 19, pág. 277). No inquérito apurou-se que Teresa de Jesus estava recolhida por ordem do rei e que o responsável pelo rapto fôra Antônio Domingues Sobragoira. Antônio Domingues "bastantemente concorrera efetivamente para o referido maieficio".

12 — 1769 — Este ano assinalou uma contenda dos irmãos, contra um dos seus confrades. Provedor e Mesa representaram à sua majestade contra Inácio de Moura. Tinha cometido injúrias contra a casa. Deveria ficar "inábil para nunca mais ser admitido na Irmandade". A carta enviada por intermédio do Conselho foi redigida a 23 de agosto de 1766 (Cons. Cons. Ultr. Vol. 19, pág. 299). Era "notório e excepcionalmente escandaloso o descaramento com que Inácio de Moura, irmão daquela casa se arrojava a perturbar o sossego dela arguindo esquisitos defeitos e proferindo atrocíssimas injúrias contra a dita governança da Mesa que então servia e da antecedente".

Por vezes animava-se a entrar na sacristia da casa para examinar "despoticamente" os seus livros.

Abusava do pretexto de ter servido na Mesa muitos anos antes. Nessa ocasião, aliás, diziam os reclamantes, Moura aconselhara e executara "graves desordens e falsidades em desabono do crédito e fazenda da casa". Nas eleições subornava votos e inquietava os votantes. Em 1.º de julho de 1766 fôra resolvida sua expulsão. Recebendo a comunicação Moura dirigiu-se ao claustro onde se realizavam as festividades comemorativas do 2 de julho, dia da visitação de Santa Izabel. Na presença dos irmãos e pessoas distintas que ali se achavam rasgou pública-

mente a carta de expulsão e "prorrompeu em grandes ultrajes e injúrias contra a mesa".

O desacato foi levado ao conhecimento do governador e capitão-mor da Capitania Conde de Azambuja. A Mesa trazia agora êstes fatos ao conhecimento do soberano "como real e immediato protesto daquela casa". Queria "vender a qualificada injúria cometida" por Inácio Moura, expulsando-o e proibindo sua readmissão.

A Mesa deveria ter autorização para impor pena em casos tais, disseram os autores da petição.

O procurador ao ser ouvido disse que o acusado era "o homem mais orgulhoso da terra". Sua majestade teria conhecimento dos seus "bons costumes" quando tivesse conhecimento do que fizera depois de preso. Queria o procurador que Moura não pudesse ser mais admitido na Irmandade. Fôra punido com prisão mas fugira capitaneando outros degradados.

Afirmou o procurador que realmente houvera "descortejo público" ao Provedor e irmãos da Mesa. Concluiu, porém, que não só era verdadeira "como lamentável a decadência da casa da Misericórdia daquela cidade". Não havia quem a administrasse com "zêlo independente". Em consequência o patrimônio que era "de fundo considerável" achava-se reduzido ao extremo, por falta de cobrança dos seus réditos.

Não havia "Provedores que olhassem para o serviço de Deus".

Punham-se de "conveniência com os devedores da Santa Casa".

Eis porque faltava o necessário para "as applicações caridosas".

Consumia-se o principal patrimônio. As pessoas "condecoradas" que podiam servir no cargo de Provedor "isentavam-se de o serem pelas despesas que fariam supèrfluamente por não faltar ao costume ou abuso introduzido tanto na ocasião da posse quanto no fim de servirem naquele lugar".

Era indispensável, acrescentou a informação, que sua majestade nomeasse ou permitisse a nomeação de Ministro que "privativa e exatamente conhecesse e tomasse conta dos bens da casa".

Era expressa a ordem do rei para que, de acôrde com o Compromisso, fôsem as eleições assistidas pelo desembargador ouvidor geral do crime a fim de que não se "lamentassem parcialidades nem transgressões" contra os estatutos. Dessa cautela deveria resultar a escolha de Provedor e Mesa proveitosos ao govêrno da casa.

Entretanto era ineficiente a medida. Não havia "maior arrecadação das excessivas quantias devidas, nem bastante para evitar a continuação de alguns desconcertos".

Em suma algumas acusações de Inácio de Moura eram verdadeiras.

A reeleição do Provedor e Escrivão era contrária ao Com-

promisso, de fato. Podia o procurador esclarecer, porém, que em outras ocasiões já houvera reeleições. O cônego vigário geral Francisco Martins Pereira fôra reeleito pela quarta vez "sem estrondo de queixa à sua majestade".

As reeleições se davam porque naturalmente eram os Provedores úteis à Casa ou então porque "naqueles tempos não haveria um orgulhoso semelhante àquele Inácio de Moura".

Era também verdadeira a denúncia de Moura sobre doze "palmatoadas" com que o Provedor mandara castigar duas recolhidas. Foram executadas pelo servente campainha da casa. As duas recolhidas eram, porém, desinquietas e desobedientes.

No futuro seriam "reformadas as vistas das janelas do recolhimento e não menos as recolhidas d'ele".

No mais a representação de Inácio de Moura era produto de "desafogada paixão", por ter sido riscado justissimamente da Irmandade". Indivíduos dessa natureza só serviam para perturbar as eleições e fazer dano à boa economia da casa. Para "refreio" de outros do mesmo caráter que ainda permaneciam na Irmandade era conveniente "o desengano da perpétua exclusão do seu diretor". O soberano que resolvesse o caso como fôsse do seu real agrado.

O parecer concluiu, porém, pela punição de Inácio de Moura "com o rigor das penas correspondentes tanto aos delictos que já tinha cometido como ao da fuga com que os acrescentara".

Impunha-se, porém, um exame da administração da Santa Casa. Evitar-se-ia, assim, "à última decadência a que precipitadamente se ia reduzindo a dita Irmandade, pela falta de zêlo e má administração". "Respeitos ou condescendências particulares estragavam mais do que regulavam seu importante fundo".

Propôs o Conselho que se applicassem à Santa Casa da Bahia as sábias providências do alvará de 22 de junho de 1768, determinado para a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Pediu, também, o Conselho um exame rigoroso da escrituração. Estabeleceu, para tal fim, o prazo improrrogável de seis meses, "sob rigorosa penalidade em caso contrário". Os provedores deveriam "segurar" novamente suas dívidas a contento dos officiais da Mesa. Estes tornar-se-iam dest'arte, abonadores obrigados, pelos seus bens, a satisfazer qualquer prejuizo nos "pagamentos dos próprios ou dos juros". Seriam proibidas as despesas "introduzidas e conservadas pela vaidade ou abuso".

Referia-se o Conselho ao costume de fazerem os Provedores grandes donativos por duas vezes: na posse e na extinção do mandato. Muitos se escusavam de aceitar o cargo por não quererem ou não poderem satisfazer esta praxe. Os procuradores régidos e da Coroa concordaram com o Conselho cujo memorial, datado de Lisboa, 22 de novembro de 1769, foi assinado pelo Conde Copeiro-Mor, Rangel, Gomes, Castelo Branco e Andrade.

13 — 1780 — Carta do marquês de Valença a Martinho de Melo e Castro, datada da Bahia a 29 de maio de 1780. Os padres

da Congregação do oratório de São Filipe Néri desejavam aumentar o seu pequeno hospício.

Favorável foi o parecer do marquês de Valença. Os conventos existentes, disse o fidalgo, eram de "profissão eremítica e mendicante". Empregavam-se apenas no exercício do "côro, do confessionário e do público". Mas aquela instituição que se pretendia ampliar destinava-se "à criação da mocidade nos bons estudos para doutrinar os povos contanto zêio e tanto método quanto a experiência havia mostrado naquela congregação".

Para tal fim poderia ser aproveitado o edificio onde funcionava o colégio dos jesuítas. Nenhuma despesa acarretaria à Fazenda Real. Seria, também, um meio de preservar "o melhor edificio que talvez haja na nossa América". O Hospital Militar estava instalado naquele casarão. Propunha, por isso, o marquês que êle se transferisse para a Misericórdia. Já ali esti era ao tempo do seu antecessor.

A Irmandade da Misericórdia tinha a seu cargo a administração dos dois hospitais. Havia portanto conveniência na fusão das duas instituições. Certamente seria necessária mais alguma enfermaria em virtude de ser maior a tropa existente na cidade.

Pedia aprovação do seu parecer para que pudesse subir à presença da rainha, sua senhora.

Curioso parecer do marquês. Propunha a transferência para não causar despesas ao erário público e mais adiante acrescenta que era necessário criar, na Misericórdia "mais alguma enfermaria". A custa de quem?

Se a Congregação tinha de ser ampliada a despesa teria de ser feita, aqui ou acolá! O documento consta do Cons. Cons. Ultr. Vol. 20 — 1751 — 1782.

14 — 1802 — *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasílicas de Santos Vilhena colhidas em manuscrito da Biblioteca Nacional* — 1802 — Trabalho alás já publicado.

O A. faz severa crítica contra a administração da Santa Casa da Bahia.

I — No tomo I, carta III, pág. 63, verso, dá notícia dos bens da Misericórdia. Vejamos os têrmos exatos pela transcrição do trecho que nos interessa:

"Hé a Santa Casa da Misericordia desta Cidade huma das mais ricas de que eu tenho noticia e por esta Causa se obrão todos os annos para elleição dos seus Provedores, Escrivão, Thesoureiro e outros membros da sua Governança, ligeirezas taes que excedem ás dos pertencentes do Senado da Camara; pelo que seria hum grande rasgo de politica o sugeitar os seus Bens a huma administração. Consistem estes em sessenta proprie-

dades de casas para a Consignação da Casa, o que me parece lerte já noticiado, as quaes rendem annualmente 7:370\$640 rs.; tem mais para a Consignação do Cofre outras cincoentas propriedades que rendem 3:635\$326; igualmente tem oito fazendas, de q. não pude indagar os rendimentos. Cinco dessas fazendas são na Patatiba; huma no Engenho chamado de Calogi, termo da Villa de Santo Amaro da Purificação; huma no Engenho d'Agoa de D. Brites, chamada esta fazenda do Partido, ou Bom Retiro; e a outava em extremo grande no Sambará, hindo entestar com o Rio Pernassú; ignoro se tem alguns outros bens de raiz, porem sei que ha dois annos lhe doou hum particular Cento e Vinte mil Cruzados.

“A visto pois do expedido parece que depois de estabelecido o Hospital dos Lazaros em hum delicioso sitio proximo a Cidade em terreno, que Cultivado como deve ser, supre uma boa parte da despeza, que se faz com aquelles enfermos. Cujos numero hé hoje diminuto, que livre e desembaraçado de dividas, e alcances deverá a Santa Casa de Misericordia tomar conta delle, não sendo menos meritorias as suas obras de charidade que alli se praticassem, do que la se executão no seu actual e antigo Hospital se bem que os detractores dizem, que nelle se curão mais saons, do que doentes.

“Por este modo pois se podia bem preencher hum e outro fim com summa utilidade do publico, que desta forma ficaria com Celleiro, e Hospital, o que hé muito de suppôr, logo que na Casa dos Expostos entrarão no anno de 1796 unicamente 76 engeitados; em 1797 entrarão 98 e no anno de 1798 entrarão 74; a vista pois de hum numero tão diminuto para a creação dos quaes, concorre tambem o Senado com 200\$000. Succede ver-se naquella Casa huma Ama com quatro, cinco e mais crianças, de que hé incumbida, emquanto se não entregam a amas de fora, ou morrem e que de ordinario Succede por huma politica mal entendida, e observada, quando prejudicialissima ao Estado, principalmente no Brasil, que sendo de gente a sua maior precisão, hé o genero que menos se aproveita nelle”.

II.— No tomo I, carta VII, pág. 153, queixa-se Vilhena do Hospital. Havia ali uma grande “desordem”, com prejuizo da real Fazenda. Os cirurgiões-mores davam aos soldados “regalos de que elles próprios se dispensavam em suas casas”. O A. da carta estava persuadido de que o hospital da Bahia era o único em que se fornecia ao soldado tudo quanto êle desejava: “leite para almoçar, ovos, manteiga, doce indispensavelmente para a sobremesa, pães deló, mãos de vaca (aqui chamam mo-

colós) e o mais he que Carurú vianda que já em outra parte te expliquei”.

Os militares não queriam, por isso deixar o hospital. Fora dali teriam de adquirir tais regalos pelo mesmo preço que estavam à sua majestade “para além lhos dar”.

Sentenciados em conselho de guerra fixavam-se no hospital durante todo o tempo do degredo. O erário despendia com êles tanto quanto com a manutenção de três ou quatro soldados em serviço ativo. Um escândalo!

III — No tomo II, pág. 269, Santos Vilhena trata do recolhimento da Santa Casa. Diz que o estabelecimento ficara concluído em 171 (?) 5. Será engano? Nas Consultas do Conselho Ultramarino, da Biblioteca Nacional (1724—1807), n. 34, fôlha 208, consta uma carta de 15 de agôsto de 1730, do arcebispo da Bahia Dom Luís Alves Figueiredo, representante sobre a necessidade de um recolhimento de convertidas, na cidade. Pedia autorização ao rei. Conselho e soberano concordaram. Vilhena, falando em 1802, deveria referir-se a êste recolhimento. Teria havido um outro anteriormente? Êste recolhimento de convertidas seria outro que não pertencesse à Misericórdia? Pela exposição de Vilhena parece ser afirmativa a resposta. Diz Vilhena que na casa recolhiam-se donzelas, de preferências as filhas dos irmãos da Santa Casa. Dali saíam para casar.

Existia regente e maestra. Estava isenta da jurisdição do ordinário e sujeita exclusivamente à Mesa. Funcionava em dependência contígua à igreja da Misericórdia. Ali praticavam os exercícios espirituais que lhes eram impostos.

Algumas casadas eram admitidas por ausência ou discórdia com os maridos.

Fôra “instituidor e fundador João de Matos e Aguiar”. Para os que se casavam o dote era de 100\$000.

HOSPITAL

Os primitivos hospitais das Misericórdias brasileiras foram certamente muito rudimentares. Anos a seguir ainda eram precarissimas as condições desses nosocomios. A historia de tais casas de caridade regista a circumstancia e as dificuldades financeiras por que passaram estas casas de caridade, pela falta de recursos financeiros e, não raro, em virtude de má administração. Desenvolveu-se este panorama durante o periodo colonial, no primeiro e segundo imperio.

Na Bahia um dos irmãos da confraria que exercera função na Meza, legou à Santa Casa 8:000\$000, em 1813,

“para com essa quantia ajudar a comprarem-se as morada de casa que decorrem do seu recolhimento até a casa da moeda desta cidade, para o fim de poder augmentar ou crescer o Hospital, para nelle serem melhor

recolhidos os pobres enfermos, visto a pouca comodidade com que a presente se acha para o arranjo de tais enfermos, que por isto talvez padecção ou se lhe augmentem suas enfermidades”.

Esta doação talvez tenha influido no espirito dos clinicos responsaveis pelo tratamento dos doentes. Realmente, no ano seguinte, a 1^o de janeiro de 1814, os medicos do partido, João Ramos de Araujo e José Avelino Barbosa apresentaram uma representação à Mesa da Santa Casa sobre a necessidade de transferir o hospital para outro local mais apropriado. A esse tempo era Provedor o Irmão Domingos Pereira de Aguiar.

José Avelino Barbosa foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia, então denominada Collegio Medico Cirurgico.

A escola da Bahia não se conformara com a reforma de 1813, promovida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por Manoel Luis Alves de Carvalho. Pelo novo estatuto os professores que eram em numero de dois, para todo o curso medico, passara a ser em numero de cinco, um para cada ano.

A Carta Regia de 25 de dezembro de 1815 determinou ao Conde dos Arcos que a reforma se applicasse à Bahia. Coube, ao Dr. José Avelino Barbosa a cadeira do quinto ano.

O memorial dos dois medicos da Santa Casa dizia:

“que vendo a insuficiencia do hospital para receber o numero de doentes que diariamente apparecia, pelo progressivo augmento de população, e a gente do mar, nacional e estrangeira que, segundo as ultimas instruções, devia ser toda recebida e curada alli; achando-se o hospital situado na crista da montanha; tendo-se arruinado uma das principais enfermarias, a ponto de ser mister transferir de repente os enfermos para outras já muito cheias; e sendo o local no centro da povoação, que podia ser prejudicada pelos *miasmas*, que de natureza se desprendem de tais casas, chamavão a attenção da Meza para o objeto, afim de ser removido o hospital para lugar mais conveniente, parecendo a elles muito apropriado o sitio de Tororó ou a Casa da Polvora”.

Concordou a Mesa com o alvitre. Convidou o procurador da saúde para visitar o hospital. Era conveniente que o examinasse com seus adjunctos para verificar “sua estreiteza, falta de ar e outras pechas prenotadas”. Era mister decidir se deveria permanecer onde estava ou se devia ser transferido. Achava o Tororó o local mais apropriado para a mudança.

O proprietario da gleba informado pela Mesa de suas pretensões, aquiesceu ao projeto. Prontificou-se a ceder gratuitamente o terreno necessario. Ocorreu o fato em março de 1814.

Sendo unanime o parecer da Irmandade officiaram ao Conde dos Arcos em abril de 1814, propondo tal plano. Queriam que o Conde approvasse e nomeasse engenheiro para levantamento da area e execução do projeto do edificio. Deveria a obra ser de “sufficiencia e valia” e planejada de *acordo com os medicos* “quanto à parte Hygienica”.

Suplicavam, ainda, que lhes fosse doada a antiga casa de pólvora e respectivo terreno. A pedra que já se achava serviria para a construção nova. No solo seriam erguidas casas para alugar.

O conde governador poderia, também, obter que o proprietário do Tororó, João Francisco da Costa confirmasse a doação.

Promoveu-se uma subscrição. Rendeu apenas 3:073\$600, produto de trinta assinaturas. Entre os anos de 1828-33 ocorreram mais trinta e tres assinaturas, no valor total de 1:685\$000.

O Conde dos Arcos não estava interessado no caso.

A Irmandade voltou novamente à sua presença em agosto de 1816. Estava a instituição ansiosa para dar início ao novo prédio. Apontava quatro terrenos como sendo os mais apropriados: o Tororó, a roça do padre Sá, o Gabriel e o mesmo local em que se achava o velho hospital. Pedia, novamente que fosse designado engenheiro de confiança do governo para escolher uma entre as quatro glebas propostas. Lembravam que a Santa Casa, tendo apenas 200 leitos, deveria ser estudada cogitando-se de um numero de 400 ou 500 doentes.

Rogandô uma solução sobre a escolha do terreno, um problema sempre difficil, entre nós, apesar da nossa grandeza territorial, a Mesa implorava ainda a proteção real.

O projeto orçava em cerca de 400.000 cruzados. A subscrição não apresentava perspectiva de atingir nem a metade dessa quantia. Contava a Irmandade com munificencia real. Que sua magestade lhe concedesse um subsidio anual para realisação da obra. Pedia, também, que se modificasse a clausula testamentaria de Francisco Dias Coelho. Ao envez de compra de casas vizinhas ao velho hospital, que o donativo se applicasse em outro local. Seria, ainda, necessaria a concessão de uma loteria de oito mil bilhetes a 4\$000 cada um. Deveria correr varias vezes durante o ano, a exemplo das concessões feitas ao teatro e à biblioteca.

O Conde dos Arcos só informou a petição um ano depois, a 2 de agosto de 1817. Daí resultou o decreto de 30 de outubro do mesmo ano.

Não "se dignava" o rei conceder auxilio pecuniario por conta da sua real fazenda. O tesouro já se encontrava onerado "com muitas despesas indispensaveis". Concedia, porem, a modificação testamentaria de Francisco Dias Coelho e a realisação de uma loteria anual.

A primeira extraiu-se em 1820, a segunda em 1822 e a terceira em 1823. Tudo marchava lentamente. Nenhum engenheiro foi nomeado para dar parecer sobre o terreno. Sua escolha continuou no mesmo ponto morto. Crisalisou-se durante 15 anos.

Não é de admirar, pois, na hora actual, estamos durante nove anos procurando o terreno para edificar a Cidade Unversitaria da Universidade do Brasil!

Os poucos religiosos que habitavam o Convento do Carmo,

em 1825, resolveram oferecer parte do convento para instalação do hospital; outra parte já estava ocupada pelo 4º batalhão de 1.ª linha.

Deante da oferta a Mesa solicitou ao governador que se transferisse o batalhão para outro quartel. Logo depois os frades arrependeram-se da oferta....

Continuou a caça ao terreno. Em 1817 alguém lembrou-se da "Quinta dos Lazaros". No edificio ali existente ou em outro proximo seria instalado o hospital.

Muito judiciosamente opoz-se sua magestade ao proposito. O hospital dos lazaros não seria "desviado de sua "primeira applicação". Realizou-se então, a assembléa de 23 de setembro de 1827. Era indispensavel resolver a questão do terreno. Após os debates foi assentada a aquisição do sítio de Nazareth. O Provedor Inacio da Cunha de Menezes adquiriu a roça de Antonio Alvares a 19 de maio de 1828, por 15:200\$000, sendo 4:000\$000 à vista e o resto à prazo.

Em 13 de junho foi colocada a pedra fundamental. Ali foi embutida uma medalha de ouro de 10 centímetros de diametro com a seguinte inscriçãõ:

PETRO I IMPERANTE, BAHIENSIS PROVINCAE PRAESIDE JOS. EGID. DE BARB., PIETASTIQUE DOMUS PROVISIORE FMAN. IGNAC. DA CUNHA E MENEZ., HUIJUS PTOCRODOCHII LAPIS HIC PRIMUS FUIT LOCATUS. IDIB. JUN. ANNO CHRISTI 1828, BRASILIAE REGENERATIONIS ET IMPERII SEPTIMO.

Em 2 de julho de 1828 a Mesa encarregou o "mestre carapina" José Esteves de Carvalho da direção das obras mediante o jornal de 2\$000. Tais resoluções não encontraram apoio na Irmandade, pois, naquele mesmo dia 2 de julho foi eleita outra Mesa que desfez a iniciativa da anterior. O periodo 1828-29 assinalou uma administração muda. O seguinte 1829-30 procurou remediar o mal. Arrendou a roça para não prejudicar as culturas. Tentou recommençar os trabalhos para realização da obra. Esforçou-se em adquirir o "risco" ou planta do edificio. Um engenheiro alemão, o barão de Bushe que traçara o plano gratuitamente reclamou os desenhos, para uma correção, logo que fora lançada a pedra fundamental, em 1828. Não quiz mais restituil-a sem o pagamento de 500\$000.

Recorreu a Mesa à outro arquiteto tambem de nacionalidade alemã, Pedro Weyll. Solicitou o profissional um entendimento com os facultativos da casa, para ser combinada a disposição das enfermarias. Elaborou um plano em dois pavimentos,

Em 1831 o Provedor e presidente da provincia, Honorato José de Barros Faim, encomendou a cantaria. Seria paga com os recursos provenientes do legado de José Joaquim de Oliveira. Seria a celebre cantaria de Lisboa tão usada nas construções da epoca. O projeto foi parar no Porto em vez de Lisboa. Gonçalves Macieira, encarregado de remeter a pedra, não poudo, por esta razão, cumprir o contrato.

Em 1839 extinguiu-se o hospital militar que occupava o predio do antigo collegio dos jesuitas. Pugnou logo a Mesa para a remoção da Santa Casa para o edificio desoccupado. Quiz arrendá-lo. O prego solicitado para tal fim excedeu os seus recursos. Exigiam 3:485\$000.

Resolveu a Irmandade pedir a cessão do predio a titulo gratuito.

O Conselho geral da Provincia pronunciou-se favoravelmente. Propoz à assemblea geral que fosse feita a concessão, durante o tempo necessario para construção do novo hospital.

Iniciaram-se as obras. A pedra que não veio de Lisboa foi extraida, graciosamente, da roça do vigario da freguezia de Sant'Ana.

Existiam já 380 palmos de alicerces, no valor de 2:000\$000 quando foram suspensas as obras. Fora obtida a posse gratuita do predio do antigo collegio. Os doentes foram para lá transferidos em 2 de julho de 1833.

Contam Leite e Damasio que a cerimonia foi toeante. Compareceram as autoridades: o presidente desembargador Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, depois barão de Monserrate; o arcebispo metropolitano D. Romualdo Antonio de Seixas, depois marquez de Santa Cruz; o comandante d'armas Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, depois barão de Capahiba; o Provedor conselheiro Luiz Paulo de Araujo Basto, mais tarde visconde de Fiais e outras pessoas notaveis.

Os irmãos carregavam os enfermos que não podiam caminhar.

A obra em Nazareth foi crescendo lentamente. Foi um esforço descontinuada que durou mais de meio seculo.

Suspensos os trabalhos em 1833 foi o terreno arrendado por tres annos. Recomeçou a construção em 1836 e assim por diante foi se arrastando o empreendimento. Em 1840 o custo já se elevava a quasi noventa contos.

Eis uma breve sumula dos percalços que ocorreram com a edificação do hospital geral da Santa Casa da Bahia. Foi producto de um grande, mas descontinuada esforço para o qual não contribuiu, como devia, a governança da terra. Foi sobretudo obra dos homens bons da Bahia.

UMA FAMÍLIA DE GENERAIS

Discurso do confrade MARIO TORRES, na sessão solene de 2 de Julho de 1942, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, quando, em nome de sua família, doou à Casa da Bahia a espada do Tenente-General Luiz da França Pinto Garcez, conhecido como o Brigadeiro Luiz da França.

Ilustres consócios

Meus senhores:

Exmas. Senhoras

Exmo. Sr. Interventor Federal

Exmo. Sr. Comandante da Região

Srs. Representantes do Poder Público

Exmo. Sr. Presidente e mais membros da Mesa do Instituto

Um imperativo de família e um dever para com a Pátria, moveram-me a tomar parte no torneio em que, há mais de um século, todos os anos, talentos privilegiados recordam os feitos heroicos de nossos patrícios nas pugnas da Independência, comemorando o imortal 2 de Julho de 1823.

Pois bem, Entre os bravos empenhados em tão nobre empreza estava o jovem Luiz da França Pinto Garcez, major, comandante da cavalaria, que formava a 6.^a brigada, da 2.^a divisão da esquadra do Exército Libertador, cujo efetivo era de 9515 praças, segundo refere José Teixeira Barros, anotando o magnifico "Resumo cronológico e noticioso da Provincia da Bahia desde o seu descobrimento em 1500 até os nossos dias" de José Alves do Amaral, ambos de saudosa memória.

Era Luiz da França o terceiro filho do Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França e de D. Maria Barbara Garcez Pinto da França.

Nasceu, pois, nobre, aqui na cidade do Salvador, aos 15 dias do mês de abril de 1800, fazendo parte de uma família de generais, que se distinguiram *nas armas e nas letras*, em Portugal e no Brasil.

BRASÕES

"Os Pintos portugueses procedem de Pais Soares Pinto, cavaleiro do tempo do Conde D. Henrique e que vivia na terra de Santa Maria. São suas armas em campo de prata, cinco crescentes de goles postos em santôr. I. C. P."

(Revista Geneológica Brasileira pagina 211, Ano I.
N. I — 1940).

“As armas dos Garcez, descendentes de João Garcez, natural da Cidade de Porto têm em campo azul uma ribeira de prata on-deada d'água, saindo d'ela uma garça de ouro armada de prata, entre quatro estretas de ouro de seis pontas, duas de cada banda em faxa — Timbre — a Garça do Escudo. (V. arquivo Heraldico Geneológico (Sanchez de Baena) à pag. 373 n. 1781 e também Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal por A. da Silveira Pinto. Lisbôa V. 2.º pag. 18).

Ele usava o materno dos Garcez. (1)

INSTITUIDOR DO VINCULO

Seu avô paterno, Bento José de Oliveira, natural do lugar Couto, bispado do Porto, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo (em 1782, habilitações da ordem maço 10, n. 19, letra B), Capitão dos Ordenanças e Codel-mór, habil cirurgião, negociante abastado, fundador e senhor do *Engenho Aramaré*, no Rio Fundo, em Sto. Amaro da Purificação, instituiu por escritura, em 10 de março de 1804, aprovada pela provisão do desembargo do Paço de 11 de Setembro de 1806 um vinculo na cidade do Porto, com a clausula de seus administradores servirem ao Estado nas armas e nas letras, em favôr de seu filho Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, então Tenente do Regimento n. 6 de Cavalaria de Bragança. (Vide aneixa a parte genealógica).

O MORGADO

Seu pai, o Marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, foi o primeiro morgado da instituição e manteve inteira concordia entre as musas e as armas, já celebrada pelo sublime Camões, em carnes admiráveis:

“Como tão bem mil vezes concordaram
As armas com as letras; porque as musas
A muitos na milícia acompanharam

.....

N'uma mão livros, n'outra ferro e aço;
Aquela rege e ensina, est'outra fére
Mais co'c saber se vence que com o braço”.

(1) Seu pai o Marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França “teve carta de brasão d'armas passada em 8 de abril de 1794, em cujo escudo esquartelado figuravam no 1.º, as armas dos Oliveiras; no 2.º, as armas dos Erras; no 3.º, as armas dos Pintos e no 4.º as armas dos Françaes”. (Vide Rev. Genealógica Brasileira ano V, n. 9. 1944, Perguntas e Respostas — Carvalho França).

E também nos *Luziadas*, mais de uma vez o genial cantor lusitano salienta esta fecunda aliança entre as letras e a arte bélica, como se vê nos seguintes versos:

"N'uma mão sempre a espada, e n'outra a pena"

(L. canto VII — LXXIX).

"Para servir-vos, braços às armas feito;
Para cantar-vos, mente às musas dada"

(L. Canto XCLV)

Ou com a prata de casa, na grandiosa concepção de Castro Alves.

"Nem córa o livro de hombrear co'o sabre
Nem córa o sabre de chamal-o irmão".

Perpetuando a memória de meu triavô materno, não me deixo empolgar pelo espirito moderno de destruição do passado, o qual, no dizer de culto e prestimoso amigo, Humberto Jorge Dias Tabora, dignissimo secretário do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, e a quem devo preciosas investigações sobre a vida de tão ilustre varão, é expressado no magnifico conceito de que "os homens de hoje, que menospresam a sua origem e as glórias dos seus maiores, encontrarão mais tarde, no desprezo dos seus descendentes, o justo castigo das suas faltas e no sarcasmo das gerações vindouras o mesmo juizo que nós hoje formamos de alguns tipos asquerosos que a história nos aponta e que a humanidade repudiará eternamente".

LUIZ PAULINO DE OLIVEIRA PINTO DA FRANÇA, nasceu na Bahia segundo afirma Antônio Ferrão Moniz nas suas efemerides a 30 de Junho de 1771, e faleceu a 8 de Janeiro de 1824, com menos de 53 anos, na altura de 8 gráus ao norte da linha equinoctial, a bordo do Brigue "Glória", uma das melhores conduções da época, o qual, procedente do Rio de Janeiro, entrou em Lisboa a 8 de Fevereiro daquele ano, com 63 dias de viagem, 55 homens de tripulação e 9 passageiros. Em sua companhia iam dois creados. ("Gazeta de Lisboa" n. 40, ano 1824).

Como o almirante batavo, teve o Marechal, por tumulo, as aguas azuis do Atlantico.

Ficam assim concertados o lugar de seu nascimento, o local de sua morte e as respectivas datas, referidas erradamente por varios de seus biografos.

Desde a mocidade mostrou decidida vocação para a vida militar abraçando a carreira das armas, na qual muito se distinguiu. Fois bem, o Marechal bahiano, brasileiro de nascimento, português de coração, servio a Portugal e ao Brasil como única Pátria,

nas letras e nas armas. Defendeu valorosamente Portugal das hostes de Napoleão, ao lado de José Bonifácio, que também comandava um batalhão de estudantes, com as armas na mão, como se vê da sua revolta expressa nos magníficos versos ditos junto ao tumulto de Afonso Henriques, quando Junot, invasor de Portugal, ordenou o desarmamento dos regimentos de cavalaria de um dos quaes era comandante Pinto da Franca. Não podendo, o bravo militar, dissimular a dôr que sentira, segundo refere Inocencio da Silva com a maior altivez, chamou seu filho Dento, que ara então cadete, e que chegou a ser a'li por seus feitos, Conde da Fonte Nova, conduziu-o à Igreja de Sta. Cruz, em Coimbra e deante do tumulto do Rei *quebrou a espada*, recitando de improviso um dos melhors sonetos escritos em lingua portuguesa no dizer insuspeito do Dr. Manoel de Souza Brito, cultor das musas (Rev. I. G. B. n. 28, ano 1902).

Eil-o:

“A teus pés, fundador da monarquia,
Vai ser a lusa gente desarmada!
Hoje rende a traição a forte espada
Que jamais se rendeu à valentia.

O' Rei! se minha dôr, minha agonia,
Fenetrar podem sepulcral morada,
Arromba a campa, e cõ'a mão mirrada,
Surge a vingar a afronta dêste dia

Eu, fiel, qual te foi Moniz, teu pagem,
Fiel sempre serei; grata esperança
Me sopra o fôgo de imortal coragem!

E as lagrimas, que a dôr aos olhos lança,
Recebe-as, grande Rei, por vassalagem,
Aceita-as em protesto de vingança!”

(Jornal de coimbra, vol. V. Outubro de 1813, v. XXII, pag. 173)

Varnhagen, em seu “Florilegio”, Lisbôa 1850 — vol. I — a êlo se refere, apontando o como poeta notavel e descobrindo-lhe mesmo *tendencia ao sublime*.

No volume II, à pag. 605, reeditou das suas produções a “Descrição de um naufragio”.

Mello Moraes Filho no “Parnaso Brasileiro” 1.º v. pag. 284 também transcreve a mesma poesia.

“O NAUFRAGIO

Do vento açoitado
O oceano gême;
Desarvora o mastro,
E nos rouba o leme.
Já rasgada a véla
Pelos ares vôa,
Nas ondas mergulha
Soçobrada a prôa.
Materia inflamada
Do ar se despega,
Clarão côr de enxofre
a vista nos cega.
Raio combustivel
Nosso barco arromba,
No bojo dos mares
O écco ribomba.
Três vezes Neptuno
com ancia imploramos:
Neptuno está surdo,
Em vão o chamamos.
O terror e susto
De nós se apudera,
O medo da morte
Só em nós impera.
Montões de infelizes
Nas ondas sorvidos,
Intentam salvar-se
Por entre alaridos.
Um disputa ao outro
A taboa partida,
E qual mais ligeiro
Vai perdendo a vida.
Acaba a contenda,
A taboa fugiu
Ao longo dos mares
Boiando se viu.
Feliz o que vive
Na solida terra
Que negra borrasca
Jamais lhe fez guerra!

J. M. Macedo, no seu Ano Biográfico Brasileiro, diz que Luiz Paulino gosou em seu tempo de grande nomeada como poeta e que deixára muitos versos ineditos. Refere-se às poesias citadas e aos dois sonetos que se seguem o primeiro glosando o mote “De Jano as portas por desgraça abertas” e o segundo, glosando igualmente outro mote “Entre os horrores da malvada guerra”: ambos publicados no “Jornal de Coimbra”, n. XLI, parte 2.ª (1815).

“Roma soberba, a septi-montea Roma
Colhe loiros em Zama, e adorna a frente,
Quando o seu Scipião, Heroe valente,
Em Zama as furias Africanas doma.

Eis sobre o Palatino a nova assoma,
Prepara-se ao triunfo a Lacia Gente,
Mas tenebrosa nuvem de repente,
O Capitolio em seus agouros toma.

Mil ideias opostas combatiam
Aflitas gentes do futuro incertas,
e os prazeres co'a dor se confundiam.

Viam-se de Arcos triunfaes cobertas
As nobres ruas, mas inda existiam,
De Jano as portas por desgraça abertas”.

—):(—

“Ahl Pátria, Pátria, que terrivel fado.
Em mar de sangue te prepara a morte,
Males horriveis do cruel Mavorte
Pintam em torno a ti o Averno irado.

Oh Pátria! Oh Pátria! do esplendor passado
Segura as roupas com caracter forte,
Que a quem de Imperios arbitrou a sorte
Não cumpre suportar arbitrio ousado.

Ou morrer, ou vencer, oh Pátria amada,
Tudo é gloria p'ra nós, a gloria encerra
Sepulcro honroso, ou vencedora espada;

Seja em fim sempre livre a Lusa terra,
Ou fique heroicamente sepultada
Entre os horrores da malvada guerra.”

O Marechal muito se interessou pelo engrandecimento de sua terra, a Bahia, e pela comodidade de seus patricios e disto é prova o oferecimento de uma parte do seu engenho Aramaré, em Sto. Amaro, para nela ser estabelecida uma Feira, no 4.º dia de cada semana, destinada a compra e venda de gado, frutos e outros productos agricolas, contribuindo assim para mais abundancia da cidade da Bahia e prosperidade de seu comércio interno.

(V. Dec. junto de 9 de Agosto de 1819 — Rio, pags. 6. in folio).

Em 10 de fevereiro de 1821, no movimento que se deu na Bahia e que teve em resultado a aclamação da constituição que se fizesse em Portugal, Pinto da França, segundo o testemunho de

Antonio Pereira Rebouças. (Acioli VIII pag. 271) e (Rev. Inst. G. e H. 1923, pag. 456), influiu junto ao governador e capitão general Conde da Palma e do Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, assumindo o comando dos 3 corpos na Piedade conseguiu "Resolver-se acceder ao aclamar da constituição, e evitar uma conflagração geral com perdas de muitas vidas." Era o prodromo da Independencia.

O Conde da Palma deixou o governo que passou a ser exercido por uma Junta Provisória composta dos Desembargadores Luiz Manoel de Moura Cabral e Paiva, Tenente-Coroneis Paulo e Manoel Pereira, João Antonio Filgueiras, portuguezes e dos brasileiros Conego Freire Paulo José de Melo Azevedo Brito e Dr. José Lino Coutinho, bisavô, de quem fala.

O procedimento do Marechal Luiz Paulino valeu-lhe a eleição de deputado às cortes portuguezas em 1821, pela Bahia, junto com outros que representavam a fina flôr da intelectualidade brasileira (1). Na transição da independência, o Marechal, espirito moderado e ligado à corôa, julgava cedo o momento de separação do Brasil, temia a desagregação do paiz em formação e ainda não aparelhado para a sua defeza contra a ambição de tantas nações externas e que dispuham de grandes esquadras.

Foi o suficiente para o illustre cidadão ser mal julgado e até sofrer a aggressão física do seu colega de bancada Cypriano José Barata de Almeida, que o atirou de costas pela escada a baixo da Camara. Deu-se com Pinto da França o mesmo que succedeu com D. João VI.

Não era só a Pátria que estava em jogo, era tambem a familia. O monarca deu Don Pedro I e o Marechal deu seu filho Luiz da França Pinto Garcez, depois, brigadeiro e Tenente-general e Rodrigo Antonio Falcão Brandão, seu genro, casado com sua filha Maria Sabina, depois Barão de Belém, os quais foram baluartes da Independencia na Bahia ao lado de Labatut e Pedro I.

Não podiam aconselhar a separação, mas deram os filhos para fazel-a.

Em tal emergencia, o Rei de Portugal fez o que fazem os dirigentes das grandes nações em momentos criticos, apelou para Luiz Paulino, Rio Maior e outros, confiando na diplomacia e no saber, no tino do Marechal, que era figura de destaque nas letras, com serviços prestados ao Brasil onde era estimado. O velho militar não recusou o seu serviço, a 7 de Setembro de 1822, embarcou em Lisboa no brigue 13 de Maio, mas chegou tarde. Madeira já havia deixado a Bahia. A independencia estava feita!

Na Gazeta de Lisboa, 1º Setembro de 1824, ha referencias à embaixada que trouxe ao Brasil o illustre militar. Do Dicionário

(1) — O muscu Ipiranga, em S. Paulo, tem um quadro a oleo que representa a constituinte portuguesa onde está Luiz Paulino José Lino e os demais representantes. Vide a nota composta na pagina seguinte.

de Pêlleiro Chagás, transcrevemos a parte final da noticia do saudoso morto e que se segue:

“Chegando ao Rio de Janeiro a 7 de Outubro o Govêrno recusou entrar com êle em negociações e o mesmo fez ao Conde de Rio Maior e outros enviados de Portugal que só chegaram no dia 17. Em vista da decisão do Govêrno brasileiro, retirou o Conde de Rio Maior para Lisbôa no dia 2 de Outubro acompanhado de todos os seus colegas, excepto o Marechal Luiz Paulino, que por doença ficou no Rio de Janeiro”, hospede do seu cunhado o De- zembargador Antonio Garcez Pinto Madureira.

Em Dezembro embarcou o Marechal a bordo do brigue “Glo- ria” com destino para Lisbôa, mas não chegou a ver novamente Portugal porque faleceu a 8 de Janeiro de 1824 na altura de 8 gráus ao norte da linha equinocial — Gosou êste nosso official de nomeada de poeta, mas de suas composições unicamente existem impressos quatro sonetos, entre os quais se encontra um que êle improvisou poucos momentos antes de expirar.

O Dr. Manoel Souza Britto diz que “Pinto da França foi con- siderado em seu tempo um distinto poeta; pena é que a maioria de suas poesias ficasse inedita e se perdesse.

Como sonetista, porém, por duas obras primas que pessui- mos, não duvidamos collocar-o ao lado de Camões e Bocage e nem julgamos que Claudio Manoel da Costa hesitasse subscrevel-os.

Do primeiro já tratamos e foi dito junto ao tumulo de D. Afonso Henriques. Nele sobresahe a indignação do guerreiro, no segundo sente-se a resignação filosófica do christão no ultimo transe da sua perigração por êste vale de lágrimas.

Duas horas antes de succumbir o desditoso poeta, escre- veu-o. (1º)

O canto do cysne, — *Ultimo adeus*, do poeta marechal é tão digno de nota quanto o soneto feito em identicas circumstancias por Bocage; nota-se, porém, que Bocage, que era impio, tem pala- vras de arrependimento, reconciliando-se com Deus, Pinto da França, que em sua longa existencia não tem um só ato que desa- bone a sua crença, é estoico como Zenon no seu último treno”.

Pereira da Silva no “Parnaso Brasileiro”, tomo 2, pag. 179; o “Almanaque do Rio Grande do Sul, 1901, organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues, pag. 202; Januario Barbosa no “Parnaso Brasileiro” caderno 3.º pag. 67, reproduzem o comovente soneto, — que encerrou com chave de ouro a sua preciosa existência:

Eis já dos mausuléos silencio horrendo
Me impede o respirar, a voz me esfria;
Eis chega a morte eterna, eis morre o dia,
E ao nada a natureza vai descendo.

No, da aniquilação, passo tremendo,
Escudo-me da sã filosofia,
Terror humilde o rosto não m'enfia,
Como Catão morreu, eu vou morrendo.

Mas ah! tu, d'alma nobre qualidade,
Saude cruel; co'o sofrimento
Me arremessas a mares de anciedade...

Mulher — filhos — amigos n'um momento.
No momento do adeus p'r'a Eternidade,
Vós sois o meu cuidado e o meu tormento.

"Além de sonetista era Pinto da França poeta lírico e suas poesias se não tinham o mimo e a beleza das Liras de Gonzaga e dos *Rondós* de Alvarenga, nem por isso deixavam de primar pelo seu lirismo puro e natural".

O Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França foi o primeiro morgado de Fonte Nova, Comendador da ordem de Christo e de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, Cavaleiro de S. Tiago e da Ordem Militar da Torre e Espada, Cavaleiro professo da ordem de Cristo, condecorado com a medalha de ouro da guerra Peninsular contra Napoleão.

Benjamim Mossé, official da instrução pública de França, narrando a invasão de Junot em Portugal em 1807, no seu magnífico trabalho "D. Pedro II. Empereur du Brésil. Paris 1889" diz à página 6. "En 1811, selon Bolbi Essai statistique sur le royaume du Portugal, Paris 1822 (1er. vol. pag. 360). Parmi les Brasiiliens que se sont illustrées dans cette guerre pour l'indépendance du Portugal, nous citerons le savant minerologiste José Bonifacio de Andrada e les poètes Luiz Paulino Pinto da França et Joaquim José Lisboa. Le premier, que devait être plus tard le grand ministre de l'indépendance brésilienne, a été major, puis lieutenant colonel d'un bataillon formé de professeurs et étudiants de l'Université de Coimbre et des écoles du pays. Pinto da França est mort général de l'armée portugaise".

Neste mundo, mesmo aquêles que primam pelos grandes feitos não escapam de conceitos levianos que em nada empanam a glória do Marechal. Assim no "Livro do Centenario da Camara dos Deputados 1826—1926" veiu a lume a tése relatada pelo Deputado Nelson Senna, sob n. 7, sob a participação dos Deputados Brasileiros nas Cortes Portuguezas de 1821 onde de referencia a Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França reproduz uma opinião pejorativa que não corresponde em absoluto ao merecimento, caráter e arder patriotico do Marechal.

Diz a noticia "Eleito deputado pela provincia da Bahia, às côrtes de 1821 era já velho e um tanto alquebrado, quando teve de seguir do Brasil para Lisboa em desempenho de seu mandato, em fins de novembro de 1821. A 15 de Dezembro, logo depois de ali desembarcar o General França com os seus sete companheiros de viagem e de bancada, foram todos êles reconhecidos pelas Côrtes e tomaram assento como representantes da Bahia. Militar de um vivo lealismo à Corôa, era homem de aferrado apêgo às idéas monarchicas e espirito de idéas curtas e pouco preparo, pelo que assim o julga Gomes de Carvalho (pag. 154)

confrontando-o com seus colegas bahianos: "Para acentuar a originalidade da falange, o mais frouxo dos lidadores era o soldado o General Pinto da França".

Depois de ter tido assento nas Córtes, ainda o velho Marechal França regressou à Bahia em 1823, e no ano seguinte, de novo quiz fazer sua viagem a Europa, morrendo em caminho para Lisboa, a 8 de janeiro de 1824. Na sessão de 2 de maio de 1822 (vide pag. 39 do tomo 6.º do "Diário das Córtes Gerais"), deu-se o gravíssimo incidente entre Barata e Pinto da França: este manifestando-se contra a atitude dos patriotas da Bahia, foi agredido física e inopinadamente pelo ardente sexagenário seu conferraneo que atirou pela escada abaixo do Congresso!

Juizo exagerado e apaixonado sobre o carater e preparo do grande brasileiro. Quem fez o comentario acima se esqueceu que Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, então General, servia a Portugal e ao Brasil como uma única Pátria, já havia defendido Portugal das hostes de Napoleão, ao lado de José Bonifacio, que tambem como dava um batalhão de estudantes, sem disertar e com as armas na mão, como já foi dito.

Na Praça da Piedade, com seu filho Bento, então Capitão, evitou o derrame de sangue acomodando a tropa amotinada (V. Acioli, 10 de fevereiro de 1821)

O seu preparo e sua revolta estão expressos no magnífico soneto improvisado junto ao túmulo de Afonso Henriques. Nele não havia frouxidão e sim decisão. O seu patriotismo ficou patente na oferta de terras do seu Engenho Aramaré para nelas ser estabelecida uma Feira ampla em benefício do comércio interno em 1819 (V. Dec. de 9 de Agosto junto). Não era pois o traidor, o homem de idéias curtas e sem preparo, era temido ao lado dos companheiros, a fina flôr da intelectualidade brasileira, tanto assim que como vimos, o desabusado Barata o atirou de costas pela escada abaixo da Câmara, com o fito, talvez, de evitar a sua presença e ação no Congresso.

A história está se fazendo, passado o calor dos acontecimentos, o ilustre historiador Tobias Monteiro no Tomo I da sua "História do Império" 1940, já diz melhor do conceito do Marechal e Wanderley Pinho comentando ("A Tarde" 5/4/1940, Bahia) diz: "Acêrca de Luiz Paulino e da missão que lhe incumbira D. João VI, liberto das Córtes e ancioso por reincorporar o Brasil á metrópolê, Tobias Monteiro resume os fatos dos quais resalta a nota final do martírio daquele enviado do rei obrigado a embarcar quasi moribundo, recambiado a Portugal, para falecer na viagem.

Esta figura singular, que, muitas vezes, nos inspira a antipatia dos traidores, vendo-o agir e opinar contra a independência da pátria; que, outros, nos obriga ao respeito quando damos conta da sinceridade e do espírito de sacrificio com que se dedicava, grato, a família reinante, que era um militar e áulico "doublé" de poeta, autor de bons versos, e de agricultor, com idéias largas e progressistas — está a desafiar um estudo documentado.

O que há de melhor sôbre êle, mas ainda inédito, é o ensaio biográfico do seu illustre descendente, o Dr. Mário Tôres, trabalho que leu com interêsse e aplausos o rabiscador destas linhas”.

O CONDE DA FONTE NOVA

Bento da França Pinto de Oliveira, primogênito do Marechal, irmão de Luiz da França Pinto Garcez, que na Capital, na Bahia, antes da Independência, continuou a servir a metrópole. Chegou a ser Par do Reino, Fidalgo cavaleiro da Casa Real, Conde da Fonte Nova, herdeiro do morgado, alcançou tôdas as dignidades de seu tempo e todos os postos na carreira militar e era bisavô de quem fala nesse momento.

(Vide Albano da Silveira Pinto — “Resenha das famílias Titulares I. 695”, “Anuário Geneológico Brasileiro, Ano II, 1940, 135 e 136) e Rev. do Instituto Histórico de Alagoas, volume n. XXI anos 1940-1941.)

Todos os seus filhos foram militares, um dêles, Luiz Paulino d'Oliveira Pinto da França Neto, 2.º Conde da Fonte Nova, que também alcançou tôdas as dignidades e postos militares em Portugal, morreu como governador de Moçambique.

Salvador de Oliveira Pinto da França, nascido na Bahia a 9 de Janeiro de 1822, Bacharel em matemáticas pela Universidade de Coimbra, Tenente-Coronel do Estado Maior do Exército vencedor com Saldanha no movimento do Ministério do Conde de Tomar, foi deputado e Ministro da Guerra em Portugal, também era sobrinho de Luiz da França.

BARÃO DE BELÉM

Rodrigo Antônio Falcão Brandão, seu cunhado, Senhor de Engenho Novo, casado com Maria Sabina de Oliveira Pinto da França, foi Comendador, Brigadeiro e Barão de Belém (em 4/5/1852), nasceu a 7 de Abril de 1789, em Cachoeira e faleceu de cólera-morbus a 10 de outubro de 1855, segundo diz o ilustrado Prof. Celestino, sendo sepultado no Convento de S. Francisco do Paraguassú (1).

Possuia a medalha da Independência e era das Ordens de Cristo, do Cruzeiro e de S. Bento de Aviz.

Patriota destemido, considerado pelos portugueses como *um dos chefes da sedição e tumulto*, baluarte da Independência, à frente de 100 patriotas das cercanias do Iguape, acampou na noite de 24 de junho de 1822 em Belém, disposto a defender Cachoeira e a Pátria, francamente ao lado do movimento libertador.

Consultando da janela da Câmara o povo e a tropa, obtem o *sim* para a Revolução (Rev. Inst. G. e H. 1923, 67).

Nota da Redação — Ultimamente o estudioso consócio Prof. Pedro Celestino da Silva o incluiu na sua Galeria Cachoeirana — Rev. do Inst. n. 68, ano 1942, pág. 61.

Toma parte nas deliberações da Junta Interina Conciliatória de Defesa e assina a ata de 25 de junho de 1822 aclamando o Príncipe D. Pedro.

Defende Cachoeira do bombardeio da "Escaua Lusitana", postando-se na Praça Municipal com a tropa, à qual se vem juntar, numa solidariedade eloquente, o regimento dos auxiliares, a companhia agregada, o esquadrão de cavalaria, quatro companhias de infantaria, além de voluntários decididos, que tornam a vitória certa. A barca foi destruída e incendiada.

Em 5 de julho, assumiu, como Tenente-Coronel, o comando da tropa de linha e marchou para fazer parte do exército às fronteiras da capital e, incorporando-se as forças do General Labatut, foi imediatamente ocupar, na propriedade do Engenho Cabrito, o ponto mais avançado, onde mais impetuosamente deram os lusitanos o ataque ao amanhecer de 8 de novembro, e em cuja defesa pereceu e se imortalizou o denodado alferes Pedro Jacome, segundo refere Rebouças. (Rev. Inst. G. H. 1923, pág. 498).

Prestou serviços não só na Sabinada como na revolução conhecida por Federação do Guanais (1).

LUIZ DA FRANÇA PINTO GARCEZ

Luiz da França Pinto Garcez, fazia parte como vimos, de uma família ilustre de generais, quasi todos nascidos na Bahia.

Nasceu com vocação para as armas. Aos onze anos de idade, no dia 21 de Setembro de 1811, assentou praça como primeiro cadete do esquadrão de linha da Bahia. Fez o curso de matemática na academia militar da corte do Rio de Janeiro. Marchou para Pernambuco em 1817. Como major comandante do corpo de Cavalaria tomou parte na nossa Independência, formando a 6.^a Brigada, tendo sob suas ordens as companhias de cavalaria da Vila de S. Francisco, da qual era comandante o sargento-mór Caetano Ferreira Borges; dita de Cachoeira, comandada pelo capitão ajudante Setecascos; dita de Santo Amaro, comandante, o capitão Onofre de Pinho; dita da Torre, comandante, o capitão Agostinho José de Souza Barreto e algumas praças de cavalaria da cidade.

Nos dias mais difíceis, figurou como ajudante de Labatut e, bloqueado o porto da Bahia, desempenhou a árdua missão de ir ao Rio de Janeiro, por terra. Nos dias de Pirajá, teve a mesma atitude e, como chefe do exército da legalidade, juntou novos e imorredouros títulos à gratidão nacional.

O Governo Imperial por dec. de 2 de Julho de 1825, concedeu-lhe e a todos os militantes e paisanos, que prestaram serviços à Independência da Bahia, uma medalha de distinção comemorativa da "Restauração da Bahia", pendente de fita verde e amarela. Comandou, ainda, em 1825, seu esquadrão para a campanha do sul. Em 1829, foi chamado a Corte do Rio de Janeiro. Em Julho deste ano, voltou ao seu esquadrão na Bahia. Por Decreto de 13 de Março de 1830, foi nomeado comandante das armas de Sergipe.

Em 1833, volta à Bahia, comandando o 3.º batalhão de caçadores de linha. Em 24 de Abril dêsse ano prestou bons serviços por ocasião da revolta do Forte do Mar. A 23 de Julho de 1855 foi nomeado comandante das armas da Bahia. Por ocasião da Sabina, revolta de sete de Novembro de 1837 a Março de 1838, sempre ao lado da legalidade, como comandante em chefe, organizou o exército de defesa em Pirajá, e sendo dispensado do comando do exército, por intrigas, passou a servir como ajudante do general do mesmo.

Tendo sido nomeado um Conselho de guerra para julgar de sua conduta, como comandante das armas, teve em resultado ser considerado sem a menor culpabilidade nos acontecimentos da revolução. Sua defesa foi cabal e faz parte das "Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, 3 volumes 1937. "A Revolução de 7 de Novembro de 1837".

Foram reconhecidos seus importantes serviços prestados em Pirajá, tanto na organização do exército da legalidade, como na direção e bom êxito dos diferentes ataques em que sempre foi ativo, intrépido e assás corajoso. Chamado à Corte em 1840, seguiu como comandante da brigada para o Rio Grande do Sul, em 1841, exercendo ali a direção da primeira divisão do exército. A 27 de Julho de 1845 foi designado inspetor dos corpos de linha da Bahia. Foi elogiado nesse ano pela prontidão, zelo e inteligência com que comandou as armas na Bahia. Em Fevereiro de 1853, foi nomeado Presidente do Conselho Administrativo do arsenal de guerra da Bahia. Quando Pedro II veio visitar a Bahia, nove de Outubro de 1859, já tinha êle o posto de Brigadeiro, tendo assinado com os veteranos da independência residentes na Cidade, a mensagem de congratulações à Sua Magestade. No dia 20 do dito mês, ausente o Imperador, que fôra visitar a Cachoeira de Paulo Afonso, pelas 8 horas da manhã, reuniram-se no Largo da Palma, 71 veteranos, fardados com uniforme do tempo de guerra, oficiais militares, magistrados, funcionários públicos, negociantes e artistas, formaram uma companhia com bandeira e, sob o seu comando, foram dar guarda por 24 horas ao palácio, onde se hospedou a Imperatriz. Foi reformado por decreto de 11 de Outubro de 1862, depois de uma vida pública de 51 anos.

Às cinco horas da tarde do dia 3 de novembro de 1863, vítima de congestão cerebral, faleceu, à rua do Areal, na Bahia, assistido pelos seus filhos Luiz e Bento da Franca Pinto Garez. O seu corpo foi transferido com todas as honras militares para o mosteiro da Piedade, sepultado com notavel acompanhamento no Cemitério do Campo Santo, onde fa'ou, pela Bahia, o Sr. Pessoa de Barros.

No "Panteon de Pirajá" onde sua espada tanto brilhou, seus despojos estão guardados ao lado dos do General Pedro Labatut, Cel. Manoel Pinto Pacca, José Jacome Menezes Dorea e o Major Francisco Lopes Jequiricá, todos heróis de Independência.

A ENTREGA DA ESPADA

Pois bem, Senhores, a espada conténaria do meu tio bisavô, Tenente General Luiz da França Pinto Garcez, aqui está.

É um primôr de arte, sem dúvida do início do século passado, estilo renascimento, com influência de Napoleão, que nos deu também modelo para medalhas e insígnias, e foi feita na Inglaterra.

O punho é de marfim, os copos, a cruzeta, as abas e a bainha são laminadas a ouro, tendo em alto e baixo relevo os louros da vitória e folhas de carvalho, que em Portugal simbolisavam a rigeza da raça.

Nêsse tempo, o café ainda não dominava o mundo.

A sua lâmina curva é do melhor aço, tem braços, alegorias, corôas, insígnias e ramalhetes, que foram objeto de estudo dos nossos ilustres confrades — Dr. Elysio Lisboa, Hermann Neeser e do Cel. Edgard Cruz Cordeiro e, graças a tão valiosa colaboração, podemos apresentar sua verdadeira interpretação.

Na folha direita da lâmina, estão gravados em ouro ou occidados, da ponta para baixo: ramalhetes, o braço do Reino de Portugal, e corôa do Príncipe D. João VI, o escudo com as *sete torres* (vitórias *sobre os Mouros*) e as cinco quinas (conquistas marítimas) características da glória dos audazes guerreiros e destimidos navegadores, pendente a insígnia com a cruz de N. S. Jesús Cristo, os quais mostram a nobreza de seu possuidor e a sua ligação com a casa lusitana.

Logo abaixo, vem outra alegoria, são duas lanças desflaldando bandeiras, cruzadas por um canhão, um clarim, um broquel, um tambôr e armadura, envoltos em ramos de louro.

Mais abaixo, junto ao punho, uma fita gravada em ouro, também em estilo renasemiento, como os nomes "*Osborne*" que pensamos ser o local onde foi temperada a espada, e "*Gumby*" talvez o seu fabricante "*Warranted*" indicação inglesa do melhor fabrico.

Na folha esquerda da lâmina de cima para baixo, encontramos ramalhetes de folhas douradas e flôres occidadas, onde se destaca uma alegoria em ouro, que tem o paquife, o elmo dos couraceiros, o capacete da cavalaria, lança com bandeiras e dois tambôres da mesma arma, cruzados com um clarim.

Segue-se, occidado, um ramallete de folhas sobre o aço e, próximo ao punho, gravado em ouro, outro enfeite renasemiento.

O gume mostra que foi usado.

O braço português levou-nos a supôr que a espada, possuida pelo filho fosse do Marechal que servira a metrópole, no tempo do Brasil colônia. Graças ao nosso distinto confrade Neeser que possui "*Braços e Bandeiras do Brasil*" do ilustrado Clovis Ribeiro, vimos às páginas 35 que "No século XVII usaram-se ainda no Brasil as seguintes bandeiras portuguesas, as-

sim descritas e desenhadas pelo autor anônimo da obra alemã: Der Beofnet Ritterz-Platz (Hamburgo, 1702.: bandeira real branca com o escudo circundado por uma corrente, na qual está pendurada a cruz da Ordem de Cristo”.

Ora, no começo da nossa Independência, a fábrica inglesa não dispondo de outro braço para figurar, reproduziu o usado no Brasil.

Outra prova de que a espada é do filho, foi-nos dada pelo Cel. Edgard Cruz Cordeiro, e se refere ao colar de cinco roséas com cruces que cercam o punho da espada e são distintivos de Tenente-General e não de Marechal, pois, seriam três.

Reliquia do passado, esteve a espada de Luiz da França Pinto Garcez em Pernambuco em 1815, brilhou na campanha da Independência da Bahia em 1823, pugnou em Pirajá ao lado de Labatut, fez a campanha do sul em 1825, venceu a revolta do Forte do Mar em 1833, dominou a Sabinada de 1837 a 1838. Penhór de vitórias, padrão de glória da pátria, por um século conservada no seio da Família, esta espada hoje vai ter o seu verdadeiro destino.

Oferta de Octavio Torres, em nome da família ao Instituto Histórico da Bahia, que nos é tão caro ao coração, do qual meu pai Tranquilino Leovigildo Torres, foi primeiro Presidente e um dos fundadores, meu tio João Nepomuceno Torres foi fundador e Secretário, ambos servindo até a morte, e que Bernardino de Souza transformou neste palácio que é a Casa da Bahia, depositária de nossas tradições.

As estrofes de Francisco Moniz Barreto, cantôr da liberdade, inspiraram-nos fosse a entrega feita hoje, porque, como êle diz:

“Não devemos esquecer
Esse dia, a cuja luz
O Deus dos Americanos
Escreveu — Morte aos Tiranos —
Nos braços da Santa Cruz”.

A Casa da Bahia vai, pois, ficar com esta preciosa reliquia, uma das melhores peças para o seu museu militar e servirá de exemplo cívico para as gerações futuras.

Estando presente o Sr. Tenente Almeida Lima, representante do Exmo. Sr. Comandante da Região, Cel. Renato Onofre Pinto Aleixo, tenho a honra de passar a espada às suas mãos para ser entregue ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Geográfico e Histórico pelo glorioso exército nacional.

— GENEALOGIA DA FAMÍLIA —

A esposa de Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França.

Em 4 de maio de 1793, casou-se Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França com D. Maria Barbara Garcez Pinto de Ma-

Madureira, nascida a 11 de junho de 1779 em Penafiel (Portugal) falecida em 1852. Era irmã de Antônio Garcez Pinto de Madureira, português, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, antigo desembargador dos agravos extrajudiciaes da Côrte de Suplicação; Promotor das justiças no Brasil, Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, nasceu em Panafiel em 1777 e morreu no Rio de Janeiro. Era também irmã do Brigadeiro Henrique Garcez Pinto de Madureira e de Antônio Garcez, 1.º Barão de Varzea do Douro (Portugal). Todos estes eram filhos de José Cardoso Pinto de Madureira Garcez, Capitão Mór das Ordenanças de Penafiel e ali abastado proprietário e de D. Maria Liborio da Silva Carneiro Gomes, que por sua vez, era filha de Henrique da Silva Carneiro e D. Ana Jacinta da Silva.

(Anuário Genealógico Brasileiro — Ano II — pág. 204 — S. Paulo).

Pais de Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França.

Bento José de Oliveira, natural do lugar do Couto, freguesia de S. Romão de Paredes, antigo Concelho do Bem Viver, comarca de Sobre — Tamega, bispado do Porto, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, em 1782. (Habilitações da Ordem, maço 10, n. 19, letra B); Familiar do Santo Officio (Carta de 6—x—1778); Capitão de Ordenanças e Condell-mór; abastado proprietário, exercendo comércio por atacado, na Cidade do Porto. Por escritura de 10—III—1804, aprovada e confirmada por Provisão do Desembargo do Paço de 11—IX—1806, instituiu um vinculo na Cidade do Porto, com a clausula de seus Administradores servirem o Estado nas armas, ou nas letras, em favor de seu filho, Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, então tenente do Regimento (n. 6) de Cavalaria de Bragança. Bento foi cirurgião, como consta da habilitação do Santo Officio. Antes de morar no Porto, foi lavrador de cana de assucar, fundador e senhor do Engenho de Aramaré, freguezia de S. Pedro do Rio Fundo, termo da Vila de Santo Amaro da Purificação, comarca e Arcebisado da Bahia. 1.ª vez na Cidade do Porto, casou com D. Ana Maria Joana, sem sucessão, natural da freguezia da Sé do Porto, filha e herdeira de Ventura Batista de Oliveira, abastado negociante atacadista e de D. Margarida Fernandes.

Bento casou 2.ª vez, a 8—II—1762, com D. Maria Francisca de Jesus Oliveira Ferreira d'Eça, nascida em 20—IV—1745, no sitio de Jacuípe na citada freguezia de S. Pedro do Rio Fundo, e morreu em Agosto de 1777, filha e herdeira de Ambrosio Francisco de Pinho, natural da freguezia de Santa Maria do Vale, lugar da Codofeita, comarca da Terra de Feira, Bispado do Porto; e de Sebastiana Ferreira do S. Francisco, nascida em N. S. da Purificação da Vila de Sto. Amaro, comarca e Arcebisado da Bahia, falecida em 7—V—1755, em S. Pedro de Tararipe do Rio Fundo da Bahia; neta materna do Sargento-Mór André Ferreira d'Eça, nascido na freguezia de Santo Adrião de Vizela,

térmo da Vila de Guimarães, Arcebispado de Braga; e de D. Antônia Pereira, nascida em Sto. Amaro (Bahia), falecida a 13/X/1736, em S. Pedro de Tararipe do Rio Fundo da Bahia. Luiz Paulino é filho do segundo matrimônio. (Famílias Titulares e Grandes de Portugal". T. II, pag. 722 "Anuário Genealogico Brasileiro" fls. 203 e 204 — 1940 n. II).

Avós de Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França.

José Pereira de Oliveira, nascido no lugar Devezas, freguezia de Soalhães, comarca de Sobre Tamega, bispado do Porto, proprietário e lavrador abastado; casado com D. Rosa Caetano Pinto, nascida em Vila de Mesão Frio, freguezia de Santa Cristina, bispado do Porto, filha de Manoel da Fonseca Pinto, proprietário abastado e Administrador do Tabaco, natural de Branhões de Cima, da mesma Vila do Mesão Frio e de D. Catarina Fernandes, nascida no lugar de Fonte Seca, freguezia de S. João do Ver, comarca de Terra de Feira, Bispado do Porto.

D. Rosa Caetana, passou a segundas nupcias com Manoel do Couto da Freguezia de S. Romão de Paredes. Pais de:

F I) — D. Bernarda Maria do Espirito Santo, (1.^a vez) a 4—VI—1741. em Sto. Ildefonso, casou com João Reli; filho de Thomaz Reli; natural de Irlanda e de D. Isabel, natural de Londres. Pais de:

N 1 — D. Joana, n. 4/x/1742 casada com Dr. Anacleto dos Santos Mata, advogado.

N.º 2 — João José n. 30/IX/1745.

N.º 3 — D. Ana n. 7/IX/1748.

F. 1) — 2.^a vez casada com Francisco Caetano de Lima Gramaxo, Escrivão da Correição de Porto, ficou com o nome de Bernarda Maria da França.

F. 2) — Bento José de Oliveira — Referido acima. Seus filhos.

Seus descendentes, quer os que ficaram em Portugal, quer que viveram no Brasil, honraram-lhe a memória.

O Dic. Bibliográfico de Inocencio F. da Silva, diz que LUIZ PAULINO deixou 4 filhos, sem os mencionar, são êles:

F. I) — Bento da França Pinto de Oliveira, o primogenito, 1.º *Barão da Fonte Nova* (Dec. de 20 de nov. de 1835, e carta de 31/1/1837 — de D. Maria II — Registrada no Arquivo de T. do Tombo. Mercês L. 8, fls. 96). 1.º Visconde (dec. de 10 de março de 1842), 1.º Conde, em duas vidas (Dec. de 2 de Junho de 1851). Casou-se a 21 de maio de 1820 com D. Maria Tovar da Costa (Condessa) nascida na Bahia a 30 de junho de 1805 e falecida em Portugal a 17 de dezembro de

1871. O Conde nasceu a 6 de novembro de 1793 e faleceu a 14 de dezembro de 1852 e mCaxias — Portugal.

F. II) — Maria Sabina de Oliveira Pinto da França, n. a 14 de julho de 1798 e faleceu na Bahia a 27 de outubro de 1854, sendo sepultada na Igreja da Piedade — Baroneza de Belém, por se ter casado com Rodrigo Antonio Falcão Brandão, nascido a 7 de abril de 1789, em Cachoeira e falecido de colera morbus a 10 de setembro de 1855. Barão de Belém no Brasil, Brigadeiro do Exército Imperial, Comendador, Senhor do Engenho Novo. Baluarte da Independência (1822) na Bahia. Irmão de D. Maria Ana Rita Duque Estrada de Menezes, filho do Mestre de Campo Antônio Brandão Pereira Marinho Falcão e D. Ana Rita Evarista Duque Estrada de Menezes.

F. III) — Luiz da França Pinto Garcez, o Brigadeiro, depois Tenente-General — nasceu na cidade do Salvador a 15/4/1800 e faleceu também na Bahia a 3/11/1863. Sua biografia está feita no corpo do trabalho e foi o motivo deste estudo.

F. IV) — Maria Francisca n. a 30/3/1817 e m. a 13 de Setembro de 1859 no estado de solteira.

O CONDE DA FONTE NOVA

Bento da França Pinto de Oliveira, 1.º Conde em duas vidas, 1.º Visconde e 1.º Barão da Fonte Nova, em sua vida; Par do Reino, por carta Regia de 15 de dezembro de 1849, que tomou assento e posse na Câmara dos Dignos Pares em sessão de 7 de janeiro de 1850; Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (Alvará de 14 de junho de 1824); Administrador do Morgado de Fonte-Nova; Gran-Cruz da Ordem Militar de S. Bento de Aviz; Colocação); Cavaleiro da Antiga e muito Nobre Ordem da Torre-mendador da Ordem de Cristo (Comenda da Africa de pequena lotação); Cavaleiro da Antiga e muito Nobre Ordem da Torre e Espada, do Valôr, Lealdade e Mérito; condecorado com medallha por 5 Campanhas da guerra Peninsular, e com as medalhas de Honra, por S. M. C., pelas batalhas de Vitória e d'Albuera; Gran-Cruz de distinta ordem de Carlos III de Espanha; Tenente General do exército; Vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar; Deputado da Nação na legislatura de 1839 a 1841. Casou-se a 21 de maio de 1820, com D. Maria José Torres da Costa, que nasceu na Bahia a 30 de Julho de 1805, e morreu em Caxias, de Portugal, a 17 de outubro de 1871, filha de Salvador Pereira da Costa, brasileiro, comendador da ordem de N.ª Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de Portugal, e das Ordens Militares de S. Bento e Aviz e do Cruzeiro do Sul, do Império do Brasil; Coronel d'infantaria do exército e Adido Militar junto da legação do Brasil, na Corte de Lisboa; e de sua mulher D. Rita Candida de Souza que morreu a 3 de fevereiro de 1871.

FILHOS DE BENTO, NETOS DE LUIZ PAULINO DE OLIVEIRA
PINTO DA FRANÇA

F. 1.º) — Fonte Nova (Conde) — Luiz Paulino d'Oliveira Pinto da França, 2.º Conde da Fonte Nova, *em verificação da 2.ª vida concedida no mesmo título ao seu Pai*; Par do Reino por carta Regia de 5 de março de 1853 de que tomou assento e posse na Câmara dos Dignos Pares, em sessão de 7 de Março do mesmo ano; Fidalgo Cavaleiro da casa Real, por sucessão de seus maiores, Administrador do Vinculo da Fonte Nova Comendador da Ordem de Cristo; Cavaleiro das Ordens de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, da militar de S. Bento de Aviz, e da antiga e muito nobre de Torre e Espada, mo valôr, Lealdade e Mérito; Coronel da Infantaria do Exército, exercendo o cargo de Secretário do Tribunal Superior de Guerra e Marinha. Nasceu a 14 de dezembro de 1821 e casou a 1.º de julho de 1871, com D. Maria de Jesus Machado de Castelo Branco, 6.ª filha dos 1os. Condes de Figueira, que nasceu a 4 de dezembro de 1838; viuva em 1as. nupcias de Antônio Augusto Portugal Corrêa de Lacerda. Moço Fidalgo, com exercício na casa Real, por sucessão aos seus maiores; Comendador das Ordens de Cristo e de S. Bento de Aviz; Cavaleiro da antiga e muito Nobre Ordem da Torre Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; Cavaleiro da Real Ordem Americana de Isabel Católica de Espanha; Sócio da Academia Real de Ciência de Lisboa; Coronel do Corpo do Estado Maior do Exército; Governador geral da Província de Moçambique; faleceu no exercício do govêrno, a 31 de agosto de 1868 — se mgeração.

F. 2.º) — Salvador de Oliveira Pinto da França — Nasceu na Bahia, a 9 de Janeiro de 1822 e m. a 20 de abril de 1866, em Portugal. Bacharel em matemática pela Universidade de Coimbra, chefe do estado maior da 4.ª divisão militar. Acompanhou o Marechal Saldanha no movimento contra o ministério do Conde de Thomar, foi êle um dos que mais concorreram para o bom êxito da revolta, indo ao Pôrto erguer o grito da revolução e censurando os que tendo acertado aderir não cumpriram sua promessa. Nesta situação de tal modo se houve, que todos os corpos saíram imediatamente à rua, valendo assim ao Marechal que, vendo-se sem os elementos com que contava estava já decidido a passar a fronteira. Saldanha compensou o bravo militar promovendo-o a major. Foi Ministro, Secretário de Estado dos Negócios da Guerra (1865); deputado da Nação nas Legislaturas de 1852 a 1856, e de 1860 a 1861; Comendador da Ordem de Cristo; Cavaleiro das Ordens de N. Senhora da Conceição da Vila Nova, e da antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada de Valôr, Lealdade e Mérito; Bacharel formado em Matemática pela Universidade de Coimbra; Tenente Coronel do Corpo do Estado Maior do Exército; casou-se a 23 de janeiro de 1858, com D. Maria Bernardina da Gama Lôbo Salema de Saldanha e Souza, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real Portuguesa, por sucessão a seus maiores; e de sua mulher D. Maria Isabel da Camara Mendonça Côrte Real.

A Senhora D. Maria Bernardina, passou a 2as. núpcias com seu cunhado Bento da França Pinto de Oliveira Garcez.

Filhos de Salvador, portugueses:

1.º — Bento da França — Nasceu a 22 de fevereiro de 1859; Tenente de Cavalaria do Exército, que serviu às ordens de S. A. Senhor Infante D. Augusto, General da 2.ª Brigada de Cavalaria do Exército, casou-se em Lisboa, a 7 de janeiro de 1882, com D. Maria Magdalena Podestá, filha de João Batista Podestá e de sua mulher D. Maria Amélia Cumboimac, que morreu em junho de 1882.

2.º — D. Maria Isabel — Nasc. 13 de abril de 1861.

F. 3.º) — D. Maria Rita. Nasceu a 24 de setembro de 1826, 2.ª Viscondessa d'Ovar pelo seu casamento a 5 de setembro de 1855, com Antônio Maria da Costa e Silva, 2.º Visconde de Ovar; Par do Reino; General de Brigada reformado do Exército que m. a 4 de junho de 1880 — Com geração.

F. 4.º) — Henrique da França Pinto de Oliveira Garcez, nascido no Engenho Aramaré, em Terra Nova, Sto. Amaro, neste Estado, a 9 de agosto de 1830, f. na Bahia, em 13 de abril de 1879. Era oficial, quando se casou com D. Maria José Coutinho, nobre descendente dos Sodrê, filha do Conselheiro José Lino Coutinho, grande do Império do Brasil, Ministro do Estado, Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, Deputado às Côrtes portuguesas e do Brasil, orador notável e de D. Maria Adelaide Sodrê Coutinho. Maria José nasceu em Paris a 21/XI/1834 e f. na Bahia a 16 de Março de 1898.

Filhos de Henrique da França e Maria José, todos bahianos:

1 — Henrique n. e f. na Bahia, 1852.

2 — Henrique da França de Oliveira Garcez n. 3/9/1853 e f. 2/6/1910, médico, diretor da Secretaria da Câmara dos Deputados; casou-se em 1as. núpcias com sua prima Maria Angélica Sodrê Pereira, filha dos Barões de Alagoinhas, sem sucessão e em 2as. núpcias com Ana Basto da França, filha de Pedro Basto e Maria Constança de Pinho Basto, descendente e neta do Visconde de Fiais, com sucessão.

3 — Maria José da França Olivier (Marocas) n. 5/9/954 f. a 15/8/1936, que se casou com o Dr. Guilherme Artur Olivier; n. em Macabá, Estado do Rio e f. na Bahia 6/8/1910. Deixou sucessão.

4 — Bento da França de Oliveira Garcez n. 7/2/1856 e f. no Rio 27/8/1813, médico, capitão tenente da Armada. Casou-se em 1881, com sua prima Maria Augusta Sodrê Pereira, filha do Barão e Baronesa de Alagoinhas. Com geração.

5 — Nati-morto.

6 — Maria Bárbara Coutinho Garcez de Andrade n. 18/2/1857 e f. no Rio de Janeiro 10/9/1925. Casou-se em 1876, com o Dr. Joaquim Cardoso de Andrade, natural do Pará. Deixou grande geração no Rio de Janeiro.

7 — Salvador de Oliveira Pinto da França n. 11/2/1858 f. solteiro em 6/1/1891.

8 — Maria Adelaide da França Pinto Pessoa n. 27/4 1859 e f. no Rio a 17/X/1918. Casara-se com o Tenente Francisco de Paula Pessoa. Deixou geração.

9 — José Lino Coutinho da França n. 4/2/1861 e f. na Bahia 21/4/1918, casou-se com Agostinha Aurelina Lucas da França. Deixou grande prole.

10 — Isabel Maria n. 1862 e f. 1869.

11 — Luiz Paulino n. 1863 e f. 1872.

12 — Maria Rita n. e f. 1864.

13 — Maria Clementina da França Duarte (Nolinha) n. a 29/6/1865 e f. em Maceió, Alagoas em 19/11/1936, casada com o Dr. José Antônio Duarte n. a 6/6/1865 e f. em Maceió 29/1/1919, médico de nomeada (Vide Biografia na Família Sodrê na Bahia). O casal tem grande sucessão.

14 — Maria da Purificação da França Torres n. 2/2 1867, casou-se em 1as. núpcias (21/4/1883) com o Bacharel Tranquilino Leovigildo Torres n. em Coadeúba a 30/8/1859 e f. na Bahia 22/5/1896. Presidente e fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Deixou êle grande prole. Ela se casou em 2as. núpcias (12/4/1927) com seu primo Dr. Gonçalo Moniz Sodrê de Aragão, sábio Prof. da Faculdade de Medicina da Bahia n. na Bahia (Salvador) 28/1/870 e f. em 1.º de junho de 1939. Secretário de Estado, Diretor de Higiene. O casal teve prole.

15 — Maria Leopoldina Olivier n. 5.1.1871, casou-se em 28/5/1887 com o médico Dr. Júlio Maximiano Olivier n. em Sto. Antônio de Pádua, Estado do Rio. F. em Macahé 14/6/1930. O casal teve prole.

16 — Antônio França n. 1872 e f. 1873.

17 — Maria Ana da França Moreira, n. 27/4/1881 e f. 9/4/1904, casou-se com o Engenheiro Henrique de Matos Moreira. Teve filhos.

(Biografia de todos na "Família dos Sodrê", feita por Mário Torres).

F. 5.º — Isabel Maria — Nasceu a 4 de julho de 1831 e m. em Lisboa a 18 de novembro de 1878, havendo casado a 28 de outubro de 1854, com D. José de Castelo Branco, 2.º Conde de Figueira (Portugal) (V. Figueira na Família Titulares de Portugal).

F. 6.º) — Bento da França Pinto de Oliveira. Nasceu a 30 de setembro de 1833. Major da Calavaria do Exército e Governador da Província do Timor. Casou-se com sua cunhada D. Maria Bernardina da Gama Lobo Salema, viúva em 1as. núpcias de Salvador de Oliveira Pinto da França.

Além das obras citadas, occuparam-se com o Marechal Sacramento Black, 5v. do seu dicionário, pág. 146.

Dr. João Batista de Souza, na Secção "O Dia de Hoje", 8 de Janeiro de 1932, no Diário Oficial do Amazonas.

O "Jornal do Brasil", Rio, na sua Galeria de homens célebres, entre os anos de 1912 e 1915.

Dicionário ilustrado da Língua Portuguesa — Histórico, Geográfico, Científico, Mitológico, Biográfico, Bibliográfico, etc., por Francisco de Almeida e Henrique Brunsvick, fls. 876.

Dicionário de Portugal, vol. V, págs. 307 e 308.

Enciclopedia e Dicionário Internacional W. M. Jackson, Vol. VIII, pág. 4.821.

Enciclopedia Portuguesa publicada sob a direção de Maximiano Lemos V. V. fls. 15.

Dicionário Popular — Pinheiro Chagas — Lisboa — 1879.

D. Pedro II. Empereur du Brasil. Paris, 1889. *Benjamin Mossé*. Officier de l'instruction publique. (Em Outubro de 1807 — Janot invadiu Portugal). Pág. 6.

Tobias Monteiro — História do Império. Rio, 1939.

"Arquivo Diplomático da Independência, vol. III — Portugal, em estudo de Heitor Lyra, sobre a "Missão Luiz Paulino — Rio Maior".

DOCUMENTO — 1

DÉCRETO — DE 9 DE AGOSTO DE 1819

Concede a faculdade para estabelecer-se uma Feira no quarto dia de cada semana em terras do Engenho Aramaré da Capitania da Bahia

Tendo-me representado o Marechal de Campo Graduado Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, que sendo reconhecido pela experiencia que as causas que poderosamente obstem a uma maior abundancia na Cidade da Bahia, e á prosperidade do commercio interno com os seus dilatados sertões da parte do Norte, consistem na falta de transitos commodos, depositos e mercados centraes, para onde possam concorrer os introductores e compradores de boiadas, cavallarias e mais generos, assim de consumo da Cidade e das Villas do Reconavo, como os precêssos para a lavoura das terras deste, por não se lhes offerecer outra direcção mais do que a da unica Feira de Capuame, só commoda aos sertões de Beira-Mar, e o mercado irregular de Sant'Anna dos Olhos d'Agua, cujas posições distam entre si mais de 10, 20 e 30 leguas, nem poderem ser conduzidos senão pela unica estrada, denominada das Boiadas, que dirigindo-se á Cidade com ramificações clandestinas e contrarias aos interesses fiscaes, é impraticavel nas estações invernosas, e tambem nas seccas, pela falta de pastos, do que resultam a infecção dos gados rondizados de 200 e mais leguas, e a impossibilidade em que se acham os proprietarios e lavradores de darem extracção aos seus generos; todos estes inconvenientes commo damente se remedeiam sendo conduzidos os generos do consummo e commercio para o Porto da Villa de Santo Amaro da Purificação, 14 leguas acima da Cidade da Bahia, uma vez que se estabeleça

um ponto central para onde todos concorram de diversas partes; e que possuindo elle no Termo da mesma Villa o seu engenho denominado Aramari em uma situação central por onde atravessassem duas estradas que communicam com os muitos ricos engenhos collocados ao norte, do nordeste e noroeste da referida Villa, com grandes terras, mui extensos e abundantissimos pastos, e aguas saudaveis além das do Rio Pojuca, que o atravessa me varios sitios, tem projectado socorrer a causa publica, ainda com algum sacrificio particular, offerecendo uma parte do mesmo engenho para nelle se estabelecer uma Feira semanal, fazendo á sua custa as primeiras accomodações, rancharias, curraes e pastos fechados e abertos, com os tenues interesses propostos nos artigos juntos, que offerece, pedindo-me para este effeito a necessaria licença e faculdade: ao que tendo consideração, e as grandes vantagens que devem resultar de semelhante estabelecimento ao augmento e prosperidade do commercio interno daquella Capitania, e ao novo impulso que com o seu augmento deve consequentemente receber a agricultura, que muito desejo promover, como o primeiro manancial de riqueza: Hei por bem que no sobredito engenho Aramari possa o supplicante estabelecer uma Feira no quarto dia de cada semana, segundo o plano, que com este baixa assignado por Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, que fará parte deste Decreto, como condições, a que se obriga o supplicante, para poder haver os beneficios pessoaes que lhe podem provir, e nelle se acham declarados. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Agosto de 1819.
Com a rubrica de El-Rei Nosso Senhor.

COMMODIDADES QUE O MARECHAL DE CAMPO GRADUADO,
PAULINO DE OLIVEIRA PINTO DA FRANÇA OFFE-
RECE PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA
FEIRA NAS TERRAS DO SEU ENGENHO DE-
NOMINADO DE ARAMARÉ, E A QUE SE
REFERE O DECRETO ACIMA

1º Para se estabelecer uma Feira no quarto dia de cada semana, ou quando este seja dia santo de guarda, no proximo e immediato, se demarcará nas terras do engenho de Aramaré um terreno proprio e sufficiente para os concurrentes fazerem os seus negocios de compra, permutação de gado vaccum e caval-lar, fruetos e outras mercadorias permittidas e necessarias aos lavradores, criadores e povos circumvisinhos, tendo os vende-dores as necessarias licenças.

2º levantar-se-hão ranchos de casas commodos, segundo o estado do paiz, par aaquelles que não quizerem levantar barra-

cas. ou tendas portateis, o que será livre a qualquer; nem haverá coação ou onus, que não seja o de se prestar um reconhecimento ou aluguel de convenção, diario, mensal ou annual, conforme a cada um convier, sendo regulado o das barracas e tendas portateis pelas dimensões que ellas occuparem.

3º Não pagarão cousa alguma por algum titulo de intelligencia extensiva os vendedores que não se utilisarem das commodidades offerecidas no segundo artigo.

4º Haverá curraes, conforme a exigencia do maior ou menor concurso de boiadas e cavallarias que entrarem na Feira, para os serviços dos engenhos do Reconcavo e consummo das Villas e Cidades: serão cercados e fechados com porteiras. estarão em boa guarda, e reparados em bom estado, para commodidade do comboeiros e introductores. Alem delles haverá tambem pastos cercados com estacas de duas travessas, conforme o uso dos engenhos, com sufficiencia para se soltar o gado a imitação dos da Feira de Capuame da administração da Camara da Bahia no Termo da mesma Cidade.

5º Pela guarda dos curraes fechados, e a titulo de indemnização das despezas que exige a sua manutenção e reparo, se prestará por cada cabeça de gado a modica quantia de 40 reis por dia e noite.

6º Pelo que respeito á largueza de pasto cercado, e não fechado em guarda, nada pagarão os introductores por cabeça no dia da feira e no seguinte, mas logo que, passadas 24 horas não retirarem os gados, querendo conservá-los no dito pasto por mais tempo, pagarão 20 reis por cabeça por dia e noite que não for de mercado, ou 200 reis por cabeça sem limitação de tempo: bem entendido que estes serão vaquejados e guardados pelos seus donos ou tangedores, nem por elles fica responsavel o proprietario do engenho, como se obriga pelos que entrarem em curraes fechados com porteiras. de cuja guarda somente se encarrega.

7º Para maior commodidade e sertimento dos feirantes, se estabelecerão armazens de molhados ou vendas providas de generos e fructos proprios da lavra da fazenda de que se trata: semelhantes armazens, ou vendas, sendo collocadas dentro dos limites da mesma fazenda, serão munidas das competentes licenças das autoridades economicas e dos contratadores reais, passadas nos termos das que se concedem aos proprietarios que vendem nos seus engenhos, gozando os generos e fructos sobre-ditos que nelles se venderem, da mesma franqueza que gozam os vendidos na casa e officinas do engenho.

8º Para promover e facilitar a concurrencia para a Feira se obriga o proprietario a abrir, dentro das larguezas e limites da sua fazenda picadas commodas que sangrem e busquem a estrada publica e unica dos sertões de cima, que atalhem e dêem melhor transito no tempo de inverno e enchentes do rio Pojuca, que por muitas vezes se torna impraticavel, e até mesmo

a pôr jangadas ou transporte commodo para quem delle se quizer livremente aproveitar, pelo preço modico que pagam no porto de Pojuca, Rio Joannes e outros que nelle desaguem desde Rio Real.

9º Attendendo aos extravios que costumam praticar alguns introductores de gado, introduzindo no Reconeavo bois para se talharem á formiga (segundo a phrase daquelle paiz) fraudando os direitos impostos na carne em verde cortada, ou na rez em pé, por mais vigilancia que haja: se offerece a dar estes gados, em qualquer dia da semana, pasto gratuito por tempo de 24 horas, sendo todos obrigados a entrar pela Feira, como o meio mais proprio para se evitarem os descaminhos, e poderem os contra-tadores fiscalizar exatamente a arrecadação.

Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Agosto de 1819

Thomaz Antonio de Villanova Portugal.

Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França

DOCUMENTOS

MEMORIAS HISTORICAS E POLITICAS DA BAHIA

J. Accioli — B. Amaral — V. III — 1931
— Imprensa Oficial do Estado — Volume segundo
— Página 271 — Nota 2

“No Govêrno do Conde da Palma, em 10 de Fevereiro de 1821, com a chegada de noticias do movimento liberal que deu motivo às revoluções do Porto e Lisbôa, explodiu a da Bahia. A rebelião começou pelo Forte de S. Pedro — “O Conde da Palma, logo que foi cientificado do primeiro movimento revolucionário, pressurosamente safu a cavallo do palacio, onde já não se achava quando áquella praça chegou o corpo de artilharia e dirigindo-se aos quarteis do 1.º regimento e legião de caçadores, fez marchar os respectivos corpos para a praça da Piedade sob o comando em chefe do Marechal e inspetor das tropas Felisberto Caldeira Brant Pontes”, os revoltosos tendo à frente o Capitão Joaquim José Veloso, deram ordem de prisão ao Marechal e se recusasse obedecer fariam fogo. O Marechal retrocedeu e mandou avançar sua coluna, mas Veloso mandou metralha-la.

O Marechal evadiu-se a todo galope para a Praça da Piedade, onde caiu morto o seu cavallo”.

“Já nesse tempo o batalhão n.º 12 de Portugal se achava n'aquella praça, e o Marechal Felisberto, como esquecido do que lhe acabava de acontecer, tentava maior absurdo, qual era o de atacar o corpo de artilharia que se conservava postado e reunido na praça de Palacio; mas obsteu a semelhante tentativa.

o Marechal Luiz Paulino Pinto da França, ponderando os tristes resultados de uma tão inconsiderada resolução, e lembrando que seria muito prudente em crise tão melindrosa ouvir o parecer das pessoas mais circuspectas e ilustradas, chamadas da parte do governador a um conselho em casa do Conde da Ponte, que assistia na rua do Portão da Piedade, e, abraçada esta medida, ditada pela fôrça imperiosa das circunstâncias, foi o resultado d'esse conselho, que se adotasse o sismeta constitucional que a metropole propuzesse, por assim o exigir a vontade pública”.

O alvitre foi aceito pela tropa e povo e pelo conselho reunido em casa do Conde da Ponte. Reuniram-se na Casa da Camara os vereadores que aprovaram o acertado e fizeram aparecer o respectivo estandarte de uma das janélas, ao qual fez a tropa as continências do estilo. “Já a êste tempo seguiam os três corpos que se achavam na Piedade, para a referida Praça de Palácio, ao comando do Marechal Luiz Paulino, por haverem recusado marchar sob o do Marechal Felisberto; e o Conde de Palma, tendo entrado em Palacio, foi deste conduzido para a casa da Câmara passando-se aqui o que noticia a seguinte áta assinada por Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França.

“Aos dias do mês de fevereiro de 1821 anos, nesta Cidade da Bahia, e casas do conselho dela, onde se acha a vereação abaixo assinada, foi presente o auto de resolução dos comandantes e officiaes da fôrça armada desta Cidade, em o qual se pôz o cumpra-se. Em consequência dêle estando presente o Exmo. Sr. Conde de Palma, para prestar o juramento na fôrma do 1.º e 2.º artigos da referida resolução, antes de o fazer declarou, que êle se achava constituído em circunstâncias únicas, e mui distintas das dos outros habitantes desta capitania, pois que havia feito preito e homenagem nas reais mãos de el-rei nosso senhor, de entregar esta capitania, no mesmo estado em que a recebeu, áquela pessoa a quem o mesmo senhor o ordenar, mas que, confiado nos paternais sentimentos de S. M., que na alternativa de derramamento de sangue de seus fieis vasallos, e dos esforços para manter a mesma capitania no estado anterior à proclamação da Constituição, seria obrigado a ceder às (1) irresistiveis; não só tem cedido pelo motivo da dita coação a assinar a dita resolução, mas a prestar o juramento na fôrma dos sobreditos da mesma resolução.

“E logo no mesmo áto passou o propôr à Câmara, com aprovação do povo e tropa, as pessoas que devem formar a junta provisional, que haja de governar esta Provincia, até que S. M. tenha solenemente jurado a Constituição; e forão propostas as pessoas seguintes: Pelo cléro, o Reverendo deão José Fernandes da Silva Freire; pela milícia, os tenentes-coroneis

(1) circunstancias que segundo a expressão geral da vontade do povo são...

Francisco de Paula e Oliveira e Francisco José Pereira; pelo comércio, Francisco Antônio Filgueiras, e José Antônio Rodrigues Viana; pela agricultura, Paulo José de Melo; pela Cidade, o desembargador Luiz Manuel de Moura Cabral; secretario do verno, o desembargador José Caetano de Paiva e o bacharel José Lino Coutinho. Sendo nomeados em altas vozes das janélas da casa da Câmara para a praça, onde se achava postada toda a tropa e o povo, foram aprovados com os conhecidos sinais de levantarem as mãos para o ar, e com vozes.

E de tudo para constar mandaram fazer o presente termo em que assinaram. E eu, Joaquim Antônio de Athaide Seixas, escrivão do Senado da Camara, que o escrevi: — O presidente, *Antonio Augusto da Silva*. — O vereador mais velho, por impedimento do actual, Manuel Thomaz Peixoto, *Bernardino Marques de Almeida Torres*. — Por impedimento do actual, vereador, *Paulo José de Mello Azevedo e Britto*. — Como procurador, que tambem sirvo de juiz do povo, *Joaquim José da Silva Maia*..

“E sendo no mesmo dia, mês e anno, comparecerão em acto de vereação os membros do governo, abaixo assignados, e nomeados pela Camara, tropa e povo, a quem o presidente deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual lhes encarregou, que bem e verdadeiramente jurassem guardar obediencia ao muito alto e poderoso rei o Sr. D. João VI e adheção á sua real dynastia, conservar a Santa Religião que professamos, e assim tambem à Constituição que fizemos as côrtes de Portugal e interinamente à de Hespanha, da mesma maneira que foi adoptada em Portugal; e recebido por elles o dito encargo assim o prometterão guardar. E, para constar, fiz o presente termo em que assignarão, e eu escrivão da Camara, Joaquim Antonio de Athayde Seixas, o escrevi. — *Silva*. — *Peixoto*. *Britto Torres*. — *Maia*. — *Francisco José Pereira*, tenente-coronel do regimento n. 12. — *Francisco de Paula e Oliveira*, tenente-coronel. — *Manuel Pedro de Freitas Guimarães*, tenente-coronel e commandante da força armada. — *Paulo José de Mello Azevedo e Britto*, pela lavoura. — *Francisco Antonio Filgueiras*, pelo commercio. *Luiz Manuel de Moura Cabral*, pela Cidade. — *José Caetano de Paiva Pereira*, secretario. — *José Lino Coutinho*, secretario”.

A requisição dos militares foi a seguinte:

“Os commandantes e officiaes da tropa de linha da guarnição da Cidade da Bahia, reunidos na praça de Palacio, em presença do governador e capitão-general conde de Palma, desejando todos de commum accôrdo evitar uma efusão de sangue que infelizmente podia resultar de motins, originados do receio do povo, de que sejam frustados os desejos que tem manifestado de adherir aos votos de seus irmãos de Portugal, a quem desejão

estar perpetuamente unidos, e participar com elles dos beneficios da constituição liberal, que ora se faz em Lisboa, resolverão o seguinte:

“1º — Jurar obediencia ao muito alto e poderoso rei o Sr. D. João VI, e adhesão á sua real dynastia, conservar a Santa Religião, que professamos.

“2º — Jurar a Constituição que fizerem as côrtes de Portugal, e interinamente a de Hespanha, da mesma maneira que foi adoptada em Lisboa.

“3º — Que a Camara proponha á approvação da tropa e povoações as pessoas que devem formar uma junta provisional, que haja de governar esta Provincia, até que S. M. tenha solememente jurado a mesma Constituição.

“4º — Que o governo provisional, logo depois de sua instalação, fórme um acto por si, em nome d'esta Provincia, de adhesão ao governo de Portugal, e á nova ordem alli estabelecida, a qual será remettido ao mesmo governo, e a el-rei nosso senhor.

“5º — Que o governo provisional mandará logo proceder á nomeação de deputados da Provincia para se reunirem ás côrtes de Portugal.

“6º — Que todos os actos de administração publica continuarão como d'antes, em nome do senhor rei D. João VI.

“7º — Que o dia de hoje seja de reconciliação geral entre os habitantes d'esta Provincia, que por qualquer differença de opinião politica estejam discordes até agora. — Bahia, em Camara, 10 de Fevereiro de 1821 — *Conde de Palma*. — *Felisberto Caldeira Brant Pontes*, marechal. — *Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França*, marechal. — *José Thomaz Bocaciari* brigadeiro. — *Thomaz Franco*, brigadeiro e inspector do trem. — *José Antonio do Passo*, brigadeiro. — *Joaquim José de Souza Portugal*, coronel. — *Ignacio Luiz Madeira de Mello*, coronel. — *Manuel Fernandes da Silveira*, coronel commandante. — *Salvador Pereira da Costa*, coronel ajudante de ordens. — *Bento da França Pinto de Oliveira*, coronel. — *José Antonio de Mattos*, coronel. — *Francisco de Paula e Oliveira*, tenente-coronel commandante. — *Manuel Gonsalves da Cunha*, tenente-coronel. — *Felisberto Gomes Caldeira*, tenente-coronel. — *D. Luiz Balthazar da Silveira*, tenente-coronel. — *João de Souza Moura Girão*, coronel. — *Francisco José Pereira*, tenente-coronel de infantaria n. 12. — *João Joaquim de Freitas Henrique*, coronel. — *Antonio Joaquim Correia de Moraes*, major. — *José Antonio da Silva Costa Carneiro*, major graduado. — *João Wager Russel*, major graduado. — *Rodrigo de Argollo Cirne de Menezes*, major. — *Julio Cesar Augusto dos Santos*. — *Antonio Manuel de Mello e Castro*, coronel. — *Pedro José dos Santos*, major. — *Joaquim Antonio da Silva*, major. — *José Gabriel da Silva Daltro*, major. — *Francisco da Costa Branco*, major. — *Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque*. — *José Martins dos Santos*, major. — *Mathias Antonio de*

Azevedo Coutinho de Montauri, sargento-mór. — *Christovão Pessoa da Silva*, cirurgião-mór de artilharia. — *Constantino José Teixeira*, tenente. — *Joaquim Manuel de Freitas*, tenente. — *Francisco José da Silva Machado*, alferes. — *Manuel Pedro de Freitas Guimarães*, tenente-coronel. — *José Vaz Lopes*, alferes. — *João Pessoa da Silva*, capitão. — *Antonio Joaquim da Silva Freitas*, alferes. — *Luiz Antonio Feio*, capitão graduado. — *Paulo Maria Nabuco*, ajudante. — *Pedro Luiz de Menezes*, capitão comandante da artilharia montada. — *José Maria Barretto*, tenente”.

“A junta creou uma commissão militar de oito officiaes, presidida pelo marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da Franga, cujos fins erão o propôr quanto fosse conveniente o serviço militar e manutenção da disciplina dos diversos corpos, e a 12 de Março encarregou aquelle marechal do governo das armas, por impedimento physico do brigadeiro Manuel Pedro, havendo antes conferido ao coronel Ignacio Luiz Madeira a inspecção das tropas, em consequencia da deserção do coronel Felisberto Gomes Caldeira, como se expremiu na portaria de 17 de Fevereiro.

A novidade do systema proclamado seduziu a todas as classes em geral, e a exemp'lo e imitação do que se passava em Portugal, a junta provisoria recebia diariamente de diversos pontos da Provincia felicitações, acompanhadas dos transumptos dos autos de sua adhesão ao mesmo systema. Não quiz, porém, o governador de Sergipe d'El-Rei, Luiz Antonio da Fonseca Machado, reconhecer o novo governo, nem tão pouco adherir á nova ordem de cousas, antes pretendeu prender o ajudante José Joaquim Ferreira, conductor das participações a respeito da junta, levando-o consigo para o Rio de Janeiro, por isso que immediatamente entregou a administração d'aquella Provincia ao seu successor Carlos Cezar Burlamaqui; todavia a opposição dos soldados do destacamento não permittiu effectuar tal prisão, contentando-se o governador com prohibir as communicações d'aquella com esta Provincia.

Um tal procedimento irritou sobremaneira a junta provisoria, a qual em 3 de Março enviou para Sergipe 200 praças, commandadas pelo Coronel Bento da França Pinto de Oliveira, afim de proclamar alli o novo systema, o que se conseguiu, voltando essa força em principios de Maio a esta Cidade”.

Pag. 288: — “No dia 3 de Setembro teve logar a eleição para os deputados ás côrtes de Lisbôa, faltando apenas as listas de Jacobina, e recahiu a escolha em pessoas dignas do cargo, que se lhe confiou, quaes o litterato Francisco Agostinho Gomes, José Lino Coutinho, Pedro Rodrigues Bandeira, Cypriano José Barata de Almeida, Domingos Borges de Barros, Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, Alexandre Gomes Ferrão e o vigário Marcos Antonio de Souza, sendo supplente o desembarcadôr Christovam Pedro de Moraes Sarmiento, Ignacio Francisco Silveira da Motta e Francisco Elias da Silveira”.

Pag. 305 — A ata de 18 de Fevereiro de 1822 no Palacio do Governo com a presença da junta provisoria do Governo, guarnição, representantes de todas as classes foi assinada tambem por *Bento da França Pinto de Oliveira*, que era Coronel ajudante de ordens:

Pags. 316 e 317 — Quando foi lido na sessão 358, de 30 de abril de 1822 das côrtes de Lisboa, o officio de 23 de Fevereiro do Brigadeiro governadôr das armas Ignacio Luiz Madeira de Mello, os graves acontecimentos de que fôra protagonista na Bahia, tomaram parte na discussão, conforme jornaes da epoca José Lino Coutinho, vibrante, defendendo, que a representação não deve de sorte alguma passar ao govorno, mas que ao congresso pertence tomar as medidas necessarias. Da mesma opinião foram José Bonifacio Ribeiro de Andrade, Borges de Barros e Pinto da França.

“O Sr. *Pinto da França* seguiu tambem a opinião, de que passasse a uma comissão, e que se esperassem posterior noticias, fundamentando, porém, as suas razões com differentes argumentos”.

Relatorio dos Commissarios enviados por S. M. Fidelissima ao Rio de Janeiro, com os documentos de sua correspondencia official

OBSERVAÇÕES SOBRE O SEGUINTE RELATORIO

Desde o momento em que Sua Magestade ElRei Nosso Senhor assumio o livre e pleno exercicio de sua Regia Authoridade, dirigirão-se naturalmente os seus Paternaes cuidados para aquella vasta e rica porção da Monarquia Portugueza na America, que a cegueira e os furores da facção revolucionaria havião irritado ao ponto de a desviarem temporariamente da fidelidade devida ao seu legitimo e elemente Monarca, excitando os seus habitantes a trocarem em furor e em guerra aquelles sentimentos de fraternidade, que, para bem do seu mutuo interesse, sempre ligarão entre si os Portuguezes de ambos os Hemisferios.

Sua Magestade não podia deixar de ter presentes os clamores, que os Brasileiros tão altamente havião levantado contra a assembléa desorganizadora, que acabava de dissolver-se, coberta de maldições e de oprobrio; não podia, sobre tudo, deixar de confiar plenamente nos sentimentos heroicos de hum Filho amado, que tão generosamente tinha sentido e expressado a sua indignação contra aquella mesma usurpadora assembléa, e que era o mais immediatamente interessado no feliz resultado da Contra-revolução operada pelos unanimes votos de todos os Povos de Portugal.

Animado por tanto Sua Magestade das mais puras e elevadas intenções, desejando quanto antes fazer cessar o flagello de huma guerra impia entre os seus Povos, igualmente amados, da Europa e da America, e julgando que objecto o mais urgente era o suspender a effusão de sangue na Bahia, cuja evacuação ainda então se ignorava em Lisboa, e certamente não

era de presumir, expedio com toda a possivel celeridade o Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, munido de ordens positivas para os Commandantes das Forças, de mar e terra, que formavão a guarnição da Bahia, intimando-lhes a immediata cessação de todas as hostilidades, e mesmo a evacuação daquela Praça, no caso que assim o julgasse conveniente o Principe Real, revestido de todos os poderes necessarios para reger em nome de Sua Magestade o Reino do Brazil.

Com o Seu Augusto Filho julgou Sua Magestade dever abrir immediata e directamente as communicações as mais francas, e determinou enviar ao Rio de Janeiro huma Commissão, composta do Excellentissimo Conde de Rio Maior, e do Illustrissimo Conselheiro Francisco José Vieira, Pessoas ambas que havião sido honradas da confiança de Sua Alteza Real, a quem Sua Magestade por huma Carta Sua Autografa participava a gloriosa Contra-revolução effectuada em Portugal nos fins de Maio, esperando que este acontecimento por si só bastasse para dissipar todos os receios, que havião armado os Povos do Brazil contra as Cortes de Lisboa. Hião os mesmos Commissarios além disto munidos de Instrucções amplas para remover todos os motivos de discordia entre os dois Paizes, e todas as difficuldades que podessem obstar á completa independencia administrativa de ambos os Reinos.

A partida dos Commissarios Regios havia sido precedida por todas aquellas medidas de paz e conciliação, que o coração de Sua Magestade abraçara anciosamente, logo que se vio restituído ao livre exercicio dos seus inauferiveis Direitos, e em situação de poder manifestar livremente os seus naturaes e piedosos sentimentos. Havião em consequencia sido revogadas as prohibições para a sahida de Navios para os Portos do Brazil, annulladas todas as ordens que podião obstar ao Commercio entre os dois Reinos, protegidas as propriedades dos habitantes do Brazil, e restabelecida a celebração (que por mandado das Cortes fora suspensa) dos dias natalicios de Suas Altezas Reaes o Principe, e a Princeza Real do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves.

Debaixo de tão favoraveis auspicios partirão a 30 de Julho do Porto de Lisboa os Commissarios Regios na Curveta — Voador — e chegarão a 17 de Setembro ao Rio de Janeiro, aonde, sendo admittida pela Fortaleza de Santa Cruz, fundeou debaixo de sua artilheria, com as demonstrações de respeito, e de confiança, que a natureza da sua Commissão, e a mudança das circumstancias devia geralmente inspirar.

A Commissão deo logo parte do objeto da Mensagem de paz, de amor, e de conciliação que levava, a da Carta Autografa de que hia munida da parte de S. Magestade ElRei Nosso Senhor para Seu Augusto Filho.

Esta participação foi porém correspondida com humá ordem peremptoria, que o Governo estabelecido no Rio de Janeiro mandou á Fortaleza, para fazer argir á Curveta — Voador —

a Bandeira Portugueza, com disposições de romper o fogo sobre ella se não obedecesse immediatamente.

Para evitar esta primeira aggressão, arvorou pois o Comandante da Curveta a sua Bandeira Parlamentaria, que não só lhe parecêra inutil, mas até poderia ter sido considerada como indicio de huma guerra fratricida, cuja existencia elle não devia suppor.

O Governo estabelecido no Rio de Janeiro tomou logo as medidas mais rigorosas para vedar aos Commissarios Regios toda a directa communicação com o Principe Real, e com a terra, pondo-os em estado de aperto violento, e exigindo d'elle *in limine*, e como condição indispensavel para serem admitidos a saltar em terra, hum formal reconhecimento em Nome de S. Magestade da Independencia e Integridade do Imperio do Brazil, sem o qual se não daria attenção a proposta alguma de qualquer natureza que fosse.

Não se achando por tanto os Commissarios authorizados a annuirem a tão extraordinaria pretensão, que por hum lado nada menos exigia do que a renuncia formal de S. Magestade, em Seu Nome e de Seus Successores, á Coroa daquelle Reino do Brazil, de que o mesmo Augusto Senhor pode ser considerado como o primeiro Fundador, e que deveo á Sua próspera e munificente Administração a prosperidade Commercial de que goza, a emancipação de todas as restricções coloniaes, o augmento rapido da sua povoação e cultura, e finalmente a fortuna de possuir no seu seio o Principe Herdeiro da Monarquia; e por outro lado igualmente envolvia a exclusão de S. Alteza Real e Principe D. Pedro da Successão do Throno de Seus Maiores, que por Direito lhe pertence; e reconhecendo-se evidentemente que semelhante proposição não podia ser emanação sincera do nobre coração de hum Filho amoroso, de hum vassallo fiel, nem de hum Principe magnanimo, não restava aos Commissarios outro recurso do que o de obedecer á ordem, que lhes foi intimada, de sahirem daquelle Porto no prazo de 48 horas, depois de lhes haverem, por cumulo de indignidade, detido a Curveta de guerra que os conduzira; dando desse modo a mais elara demonstração do transtorno de todas as idéas, e da violação de todos os principios, que produz o delirio revolueionario.

No dia 19 de Dezembro entrou neste Porto o Paquete — Treze de Maio — trazendo de volta da sua mallograda missão os Commissarios Regios; e ainda que o resultado desta missão (na qual os sobreditos Commissarios se comportarão com o maior acerto e decoro) fica sendo bastantemente evidente pelos simples factos de não se lhes haver permitido o desembarque no Rio de Janeiro, de haver ficado a Curveta considerada pertencente a *huma nação inimiga*, e sobre tudo *de haver sido rejeitada, e voltar fechada* a Carta Autografa de S. Magestade ao Seu Augusto Filho; com tudo, sendo bem natural que o Publico espere com ancia informações mais amplas sobre as circumstancias desta missão, em que fundava tão justas esperan-

ças, encontrará essas informações, e verá estes factos comprovados no Officio, ou Relatorio dirigido pelos Commissarios Regios ao Governo de S. Magestade, e nos Documentos que o acompanhão; sendo hum delles a Carta mesma que S. Magestade dirigia ao Principe Real, e de que S. Alteza Real virá talvez a ter assim conhecimento por via da Imprensa. Oxalá lhe seja possível responder aos Paternaes sentimentos que ella exprime, sacudindo o ignominioso jugo dos facciosos que o opprimem, e esmagando a hydra da dobrada revolução, em que arde aquella preciosa porção do Imperio, sobre cujo Throno deverá algum dia legitimamente assentar-se.

Parecem superfluas mais reflexões á vista dos Documentos que se publicação, os quaes não podem deixar desculpa alguma aos Revolucionarios do Brazil, nem a menor duvida do captiveiro em que se acha o Principe, que elles prematuramente acclamárão.

CONTA DA COMMISSÃO MANDADA AO RIO DE JANEIRO
COM OS DOCUMENTOS DE QUE VEIO ACOMPANHADA

ILLUSTRISSIMO E EXCELLENTISSIMO SENHOR — Tenho a honra de entregar nas mãos de V. Ex.^a para serem presentes a Sua Magestade os documentos inclusos com o Livro em que elles se achão registados, contendo a serie de todos os successos da Commissão, que Sua Magestade Houve por bem mandar ao Rio de Janeiro; sentimos que elles não apresentem essencialmente senão procedimentos do Governo do Rio de Janeiro, que de necessidade não de magoar tanto mais profundamente o Benefico, e Paternal Coração de Sua Magestade, quanto menos elles se devião esperar, ou se podião presumir. Este Governo, que nas suas Proclamações, e fallas publicas desculpava sempre os seus ambiciosos, e Ministros procedimentos com a necessidade em que se via, de resistir a huma Facção das Côrtes de Lisboa que, como elle dizia, havia maltratado o Brazil, e meditava tornar a reduzillo a Colonia: agora, que já não existem iguaes pretextos, e que Sua Magestade se acha felizmente restituído á plenitude de seus Regios Poderes, não teve pejo, desmentindo aquellas suas solemnes Proclamações, de tratar os Commissarios de Sua Magestade, o seu Navio, e Bandeira, do modo mais hostil, e injurioso no mesmo momento, em que Sua Magestade regozijando-se de poder restituir a paz ao Brazil, tinha adiantado para a Bahia huma suspensão de hostilidades, e desejando a concordia dos Portuguezes de ambos os hemisferios se havia apressado em mandar huma Commissão ao Rio de Janeiro a propor, ou receber proposições de huma conciliação franca, e generosa.

Sua Magestade regozijava-se de mostrar com tão franco, e antecipado procedimento que Elle não havia sido o Autor, ou a causa das desgraças, que affligião os seus Vassallos, e medindo a generosidade do coração dos outros pela do seu, tinha razão de esperar outro acolhimento; mas não aconteceu assim, porque em

correspondencia de tão Real Franqueza forão os Commissarios de Sua Magestade presenciarem, e receber no Rio de Janeiro má fé, e hostilidades, e até hum regozijo insultante de haverem surpreendido a boa fé do Governo de Sua Magestade, e ganhando com isso novos objetos de preza nos navios Portuguezes, que confiadamente partião para o Brazil.

Ainda que V. Ex.^a se não haja de dispensar de ler toda a materia dos documentos Officiaes, que apresentamos para seu cabal, e inteiro conhecimento, com tudo para facilitar a sua intelligencia, e seguimento, a vamos expor mais succinta, e resumidamente.

Quando a Commissão partio de Lisboa no dia 30 de Julho, já a Bahia tinha infelizmente sido evacuada pelas nossas armas de mar e terra, e o Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto de Franca, que nos tinha precedido, encarregado de propor huma suspensão de armas, não encontrando já as Autoridades Portuguezas, não só apresentou ao novo Governo da Bahia a Carta Regia, que o authorizava, mas até entregou os mais Officios de que era Portador, os quaes forão abertos, e publicados pela imprensa, como ultimamente vimos no Diario do Governo do Brazil: e sendo elle obrigado para salvar sua existencia ameaçada a retirar-se de noite para o Bergantim — Treze de Maio — obteve do Commandante do mesmo Bergantim, pelas razões ponderadas no documento N.º 19, ser transportado ao Rio de Janeiro, aonde entrando como Parlamentario, lhe permittio o Governador, em attenção ao perigo de vida em que o dito Marechal se achava por molestia, que desembarcasse para casa de seu Cunhado o Desembargador Antonio Garcez Pinto de Madureira, onde tem estado a tratar-se até nossa sahia com guarda sempre á vista de hum Capitão, e dous Officiaes inferiores, tendo sido officialmente inquirido pelo mesmo Governo sobre os fins, e poderes de que hia munida a Commissão de Sua Magestade; o que se vê pelo documento n.º 20, e dos mesmos Diarios do Governo do Rio de Janeiro, que com este Officio temos a honra de apresentar a V. Ex.^a

Neste critico estado de cousas he que entrámos no dia 17 de Setembro com a Bandeira Parlamentaria prompta para qualquer casualidade que se offerecesse, mas não içada, e assim passámos sem ameaço, nem impedimento pela Fortaleza de Santa Cruz, que depois das perguntas, e respostas do costume, somente intinou que a Curveta, em que hiamos, fundeasse ao alcance da Fortaleza, o que por não parecer ainda prova de hostilidade, não impedio que a Curveta depois de fundeada dêsse a salva de vinte e hum tiros, que não foi correspondida.

Depois da salva chegarão os Escaleres de Ordens de Ville-Gagnon, e do Paço, e o Offical deste José Joaquim Pires intimou vocalmente ao Commandante da Curveta Ordem para não deixar desembarcar alguém, nem atracar embarcação alguma, á excepção das do Arsenal; e o Commandante no acto do Registo não só declarou que tinha Passaporte Parlamentario, mas tambem as

razões de consideração por que tinha entrado sem trazer içada a Bandeira Parlamentaria.

A Commissão não se tinha prevenido com Officio algum de participação ao Governo do Rio de Janeiro, porque esperava desembarcar, e fazello em occasião mais opportuna, e até porque, segundo o Artigo 1.º das nossas instrucções, o primeiro passo da Commissão era entregar as Cartas que levava para Suas Altezas, e por essa occasião observar se havia opporrtunidade para tratar dos outros negocios da Conciliação. Como porém fosse Maior, que ainda presumia que esta detenção a bordo fosse de pouca duração, dirigio simplesmente pelo dito Official do Registro a Carta particular (documento N.º 1.) a S. A. R. participando-lhe não só o estado de saude de Suas Magestades e Altezas, mas tambem que era portador de Cartas de Sua Magestade, as quaes por summo respeito julgava que devião ser por elle entregues a S. A. R.

Poucas horas depois passarão Suas Altezas Reaes em huma Canôa para a Fortaleza de Santa Cruz, donde sahio logo hum Escaler trazendo o Ajudante daquella Fortaleza com huma Ordem em nome do Governador, assignada pelo mesmo Ajudante para o Commandante da Curveta arriar a Bandeira Portugueza, e tirar o leme, com o fundamento de que contra o Direito das Gentes havia entrado naquelle Porto *com Bandeira inimiga* sem preliminar algum, nem Bandeira Parlamentaria. O dito Ajudante retirou-se no mesmo instante sem querer ouvir resposta alguma, e então mediante o Conselho dos Officiaes da Curveta, cujo termo vai junto ao documento N.º 3., se resolveo que se desse cumprimento áquella Ordem, içando-se ao mesmo tempo a Bandeira Parlamentaria, como assim se fez: e foi con-tempo a Bandeira Parlamentaria, como assim se fez: e foi con-Fortaleza tinha ficado prompta a fazer sobre a Curveta fogo de artilheria se assim se não praticasse.

A Commissão, que navegava para o Rio de Janeiro confiada nos conhecidos sentimentos de Sua Magestade, e nos que devia suppôr em S. A. R., persuadiu-se que entrando sem Bandeira Parlamentaria no Porto do Rio de Janeiro fazia huma cousa não só agradavel a Sua Magestade, que desejava sumir toda a idéa de guerra entre Elle, e seu Augusto Filho, mas até mui decorosa á propria Pessoa de S. A. R., e nunca se pôde lembrar de que existindo hum Passaporte Parlamentario podêsse a simples falta de hum pedaço de panno branco, que ara tão facil de levar içado, servir de miseravel pretexto para o Governo do Rio de Janeiro praticar com tanta ancia, e precipitação tão atroz injuria contra a Bandeira, e Navio de Sua Magestade que hia annunciar, e propor ao Brazil a paz, e a doce concordia.

O Ministerio do Rio de Janeiro em resposta á sobredita Carta particular, que o Conde de Rio Maior dirigira a S. A. R., abriu a sua correspondencia official com o mesmo Conde pela Notia

(documento N.º 2.) na qual pedindo ser informado dos verdadeiros fins com que elle se dirigira áquella Corte no estado de guerra em que se acha Portugal, e o Brazil, declara que S. A. R. está resolvido a não o admittir, nem mesmo receber as Cartas de que he Portador, no caso de não vir elle munido de poderes legaes para reconhecer em Nome de Sua Magestade a independencia, e integridade do Imperio do Brazil; e finalmente para justificar o inaudito procedimento de mandar tirar o leme á Curveta, declara que esta offedera o Porto por entrar nelle com huma bandeira inimiga sem preliminar algum, nem Bandeira Parlamentaria; e que este negocio hia ser submettido á competente Tribunal, onde se decida se a Curveta deve, ou não ficar apprehendida.

Como o Governo do Rio de Janeiro se dirigio sómente ao Conde do Rio Maior, assentou-se que o mesmo Conde continuasse em seu nome a mesma correspondencia official, cortando-se deste modo as difficuldades de formalidade, a que poderia dar origem o tratamento assumido por S. A. R.; e por esta razão o dito Conde em seu nome dirigio a Nota (documento N.º 4.) em resposta á que recebêra do Ministerio do Rio de Janeiro, na qual depois de varias explicações, que na mesma Nota se veem, e que as circumstancias exigião se fizessem, declarou que a Commissão vinha authorizada para tratar do modo, e termos da evacuação de mar, e terra da Bahía: para acceitar alguma conveniente conciliação entre Portugal, e o Brazil, e para tratar da sorte dos diversos Portuguezes Europeos existentes no Brazil, mas não para reconhecer a *independencia absoluta* do Brazil; usando mui de proposito desta expressão *independencia absoluta* para dar lugar a entender-se que as intenções de Sua Magestade, e os Poderes da Commissão, abrangião algum gráo de independencia. Quanto ao negocio do aprisionamento da Curveta, com que nos ameaçou na sua Nota o Ministerio do Rio de Janeiro, se fez na mesma resposta a defeza, e protestos convenientes.

Depois de remettida a referida resposta, e por occasião de sabermos que do Rio de Janeiro tinha sahido huma embarcação de Guerra para Monte Video, nos occorreo fazer-se a Nota (documento N.º 5.) em que se accrescentou ao que se tinha exposto na antecedente, que a Commissão se achava authorizada tambem para tratar da evacuação das Tropas Portuguezas existentes naquella Provincia, dando por este meio huma idéa mais ampla de que as intenções pacificas de Sua Magestade Fedilissima não tinham restricção alguma.

O documento N.º 6, contém essencialmente a resposta generica, e cathgorica do Ministerio do Rio de Janeiro, negando-se a toda e qualquer discussão sobre assumptos da Commissão, por não vir esta authorizada para o reconhecimento da independencia, e integridade do Imperio do Brasil, e além disso abrangge algumas reflexões contra o Governo de Sua Magestade, e so-

bre a consideração dos diversos Portuguezes existentes no Brazil, desculpando de novo o procedimento havido com a Curveta com outro novo fundamento de ter ella vindo artilhada, e petrechada contra o estylo dos Parlamentarios.

A' vista de huma resposta tão definitiva do Governo do Rio de Janeiro, não podêndo haver esperanças, nem meios de vir a negociação de natureza alguma, a Commissão, fazendo em a Nota (documento N.º 7.) novas explicações genericas ácerca dos poderes, de que vinha revestida, declarou por finda a sua missão, requerendo as Ordens necessarias para sahir do Porto com a mesma Curveta, e sua tripulação, contra cujo aprisionamento e processo protestou outra vez, produzindo mais extensas razões: mas o dito Governo abusando até ao fim da boa fé, e affectando sempre ir conforme com o Direito das Gentes, que não respeitava, acrescentou ás violencias antecedentes a de nos dar Ordem na sua Nota (documento N.º 8.) para regressarmos no Bergantim — Treze de Maio — dentro em dous dias, pois que a Curveta ficava entregue á sorte da decisão do poder judiciario. Replicámos pelas Notas (documento n.ºs 9, e 10.) com a impossibilidade de poderem todos os Individuos da Commissão embarcar, e sahir em tão curto espaço de tempo sem grande incommodo no dito Bergantim, aonde já havia outros passageiros, e que a nossa sorte não podia, nem devia ser separada da da Curveta, em que tinhamos ido áquelle Porto, mas nada foi attendido, como se vê do documento N.º 11.º por hum Governo tão decidido a obrar sinistramente, como falta de decoro, e generosidade; e não houve remedio senão obedecer á força, e partir em 2 de Outubro; o que tudo consta pelos documentos N.ºs 12, 13, 17, e 18.: ficando lá a Curveta, a cujo Commandante o Conde de Rio Maior deixou as providencias competentes, assim como a necessaria authorização para meios, assignada pela Commissão em virtude dos Avisos de 24 de Julho expedidos por V. Ex.ª ao Conde da Povia, Presidente do Real Erario, e ao Conde de Rio Maior; e tambem instrucções, que forão combinadas com a Commissão, sendo ouvido o Commandante da Curveta: procedendo-se desta sorte em virtude das instrucções dadas em Lisboa ao Commandante da Curveta pelo Major General da Armada, pelas quaes o Commandante era obrigado a receber as Ordens do dito Conde de Rio Maior, e, só na falta deste, do Conselheiro Francisco José Vieira.

Pelos Officios (documentos N.ºs 20, 21, 22, e 23) que se recebêrão, e se escrevêrão ao Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França, verá V. Ex.ª o que elle fez na Bahia, a sua recepção no Rio de Janeiro, e o estado em que ficava: e pelo documento N.º 19. verá V. Ex.ª igualmente os motivos que decidirão o Commandante do Bergantim — Treze de Maio — Manoel Pedro de Carvalho a transportar a seu bordo o referido Marechal de Campo ao Rio de Janeiro, e a maneira com que se houve naquelle Porto.

Deos Guarde a V. Ex.^a Bordo do Bergantim — Treze de Maio — á véla 27 de Novembro de 1823. — Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde de Sub-serra — Conde de Rio Maior — Francisco José Vieira.

DOCUMENTOS

N. 1.

Senhor — Participando desde já a V. Magestade que seus Augustos Pai, Mãe, Irmão, Irmãs e Tia se achavão graças a Deos, sem novidade maior nas suas importantissimas saudes, quando no dia 30 de Julho deixei o porto de Lisboa, pois unicamente ElRei Nosso Senhor continuava em hum ataque muito forte da sua molestia em ambas as pernas, o qual começava a declinar, e não assustava de resultado algum máo: e tendo a honra de communicar mais a V. Magestade ter na minha mão Cartas de Familia a entregar a V. Magestade, sendo deposito para mim de tanto respeito, que assento offenderia toda a delicadeza e melindre, se da minha mão não passassem immediatamente ás Augustas Mãos de V. Magestade: cumpre-me no entanto por este meio segurar a V. Magestade os meus respeitos constantes e nunca interrompidos, persuadido eu que V. Magestade a fundo bem conhece os meus ingenuos sentimentos.

Beija as Mãos de V. Magestade — Senhor — Seu mais humilde Creado — Conde de Rio Maior — Bordo da Curveja — Voador — 17 de Setembro de 1823.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N. 2.

O abaixo assignado, Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, significa ao Senhor Conde de Rio Maior que foi presente a Sua Magestade o Imperador a Carta, que Sua Excellencia acaba de dirigir ao mesmo Augusto Senhor, de bordo da Corveta Portugueza — Voador — que hoje surgiu neste Porto vinda de Lisboa em a qual participa ter na sua mão Cartas de seu Augusto Pai, ElRei de Portugal, e Algarves, e da sua Real Familia, a entregar a Sua Magestade Imperial, por julgar offender toda a delicadeza, e melindre, se da sua mão não passarem immediatamente ás Augustas Mãos do mesmo Senhor. O abaixo assignado recebeu pois ordem para responder a Sua Excellencia que Sua Magestade Imperial Deseja primeiramente ser informado dos verdadeiros fins, com que Sua Excellencia se dirigio a este Imperio; pois no estado de Guerra, em que se achão Brazil e Portugal, e depois da sua solemne separação, está Sua Magestade Imperial Resolvido a não attender proposições algumas da parte do Governo Portuguez, nem entrar em conferencias, ou ajustes com Emissarios do

mesmo Governo, sem que seja preliminarmente reconhecida, como condição, *sine qua non*, a Independência, e Integridade do Imperio do Brazil.

Consequente a estes princípios declara o abaixo assignado que no caso de Sua Excellencia não vir munido de poderes legaes para o dito reconhecimento, em Nome de Sua Magestade Fidelissima, não só não será admittido, mas até Sua Magestade Imperial não receberá as Cartas de que he portador. Entretanto o abaixo assignado não pôde deixar de ponderar ao Senhor Conde do Rio Maior que a par da idéa de vir Sua Excellencia em alguma Comissão do seu Governo occorre logo outra, que induz a duvidar da sua realidade, visto que a Corveta — Voador — onde se transportou acaba de entrar neste Porto, trazendo, contra o Direito das Gentes, que unicamente a podia proleger, içada a bandeira de huma Nação inimiga, sem ter precedido preliminar algum, nem sequer o uso da Bandeira Parlamentaria. Não será pois estranho a Sua Excellencia saber que a referida Corveta Portugueza, tendo offendido o Porto, deo causa ao procedimento de se lhe tirar o leme, e proseguir-se com os de mais actos prescriptos pelas Leis das Nações belligerantes em casos identicos; até que no competente Tribunal, a que este objecto vai a ser submettido, se decida se deve ou não ficar apprehendida.

O abaixo assignado, rogando ao Senhor Conde de Rio Maior huma resposta prompta, e positiva, se prevalece da presente oportunidade para dirigir a Sua Excellencia os protestos da sua particular veneração.

Palacio do Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 1823 — *José Joaquim Carneiro de Campos*. — Ao Senhor Conde de Rio Maior.

Está conforme. — *Gregorio Gomes da Silva*.

N. 3.

Illstrissimo e Excellentissimo Senhor — Tenho a honra de expor a V. Excellencia os factos que tiverão lugar desde o momento, em que esta Corveta se aproximou á Barra do Rio de Janeiro no dia 17 do presente até hoje. Neste dia estando fundeada a Corveta a huma legoa fóra da Barra com a Bandeira e Flamula Portugueza içada; o que igualmente tinha succedido no dia antecedente, veio a viração as **dez horas e meia da manhã**, com a qual me fiz á vela para entrar no Porto, conforme as minhas instrucções, que Vossa Excellencia tem igualmente presentes; e consultando as mesmas instrucções, as idéas que me transmittio em Lisboa o Senhor Major General da Armada, as medidas politicas que ElRei Nosso Senhor havia tomado ácerca do Brazil, a recommendação, que havia, de se dar huma salva de 21 tiros na entrada do Porto, e a nenhuma idéa anticipada de declaração de guerra, tudo bem evidentemente mostrava que esta Corveta não devia entrar no Rio de Janeiro com Bandeira Parlamentaria, o que tacitamente

suppunha a guerra; com tudo, e apezar das mencionadas razões, vinha prompta a Bandeira branca para ser içada, e firmada com hum tiro de peça, logo que a Fortaleza da Barra nos fizesse algum tiro, por onde se conhecesse que não era permittido entrar; mas bem ao contrario encontrámos fóra da Barra hum Escaler do Arsenal Imperial com hum pratico, que nos acompanhou até entrar, e para delle nos servirmos se preciso fosse; e em estando emparelhada a Corveta com a Fortaleza da Barra, unicamente se nos perguntou della donde vinha, e quantos dias de viagem; e sendo satisfeitas estas perguntas, nos disserão que dêsse fundo ao alcance da Fortaleza, o que se executou immediatamente; e sendo ferrado o panno, démos a salva que se nos havia recommendado, a qual não foi correspondida, soffrendo assim grande affronta o Pavilhão Portuguez. Nesta occasião atracárão os Escaleres do Registo, hum de Ville-Gagnon, e outro das Ordens do Paço, com hum Official da Marinha Imperial, o qual tomando o registro me intimou que não teria communição com a terra até segunda resolução, communicando-se-lhe igualmente que traziamos hum Passaporte Parlamentario, mas que delle se não fez uso na entrada por summa delicadeza. A's 4 1/2 horas da tarde passou huma Canôa para a Fortaleza de Santa Cruz; e pelos movimentos que se fizerão na mesma Fortaleza conhecemos conduzia Suas Magestades o Imperador, e a Imperatriz, em consequencia do que mandei apromptar huma salva, a gente para subir ás vergas, e dar vivas, e a guarda e formar-se em Batalha tocando a marcha grave; porém pouco depois apresentou-se o Ajudante da Fortaleza de Santa Cruz com huma intimação do Governador da mesma, assignada pelo dito Ajudante, para que se arriasse a Bandeira Portugueza, e tirasse o leme, a qual apresentei a V. Excellencia, que me respondeo fizesse Conselho com os Officiaes da guarnição, e obrasse em consequencia; o que succedendo immediatamente, se deliberou pelo Termo (em que tambem vai transcripta a referida intimação) que junto por copia, se desse execução, fazendo desde logo uso da Bandeira Parlamentaria, a qual firmámos com hum tiro de peça. A's dez horas da noite do mesmo dia chegou a bordo o 1.º Ajudante do Inspector do Arsenal Imperial para fazer conduzir o leme para o mesmo Arsenal, o que se executou.

A' vista de tão desagradaveis sucessos não pude deixar de levar á presença de V. Excellencia o meu Officio de 18 do corrente, instando pela reclamação dos direitos concedidos aos Navios Parlamentarios, como a quem cumpre dirigirme em todos os casos depois de entrar no Rio de Janeiro, segundo a intelligencia das minhas instrucções.

No mesmo Officio pedia ser mudada a Corveta para melhor lugar, a fim de se amarrar, o que teve lugar no dia 19 do corrente apparecendo o Pratico da Barra com ordem vocal para isso; e ao mesmo tempo se apresentou o 2.º Ajudante do Inspector do Arsenal Imperial, communicando-me verbalmente que fizesse relação do que a Corveta precisasse, e a remetteste ao dito Inspector.

Levo mais ao conhecimento de V. Excellencia que desde o referido dia 19 inclusive tem vindo todos os dias ração de carne fresca para a guarnição desta Corveta. Agora resta-me de novo rogar a V. Excellencia queira fazer os mais energicos protestos para com o Governo de Sua Magestade Imperial ácerca dos procedimentos hostis praticados contra esta Corveta de Sua Magestade Fidelissima, de quem V. Excellencia he o mais immediato Procurador.

Deos guarde a V. Excellencia. Bordo da Corveta — Voador — surta no Porto do Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1823. — Illstrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Rio Maior — José Gregório Pegado, Capitão de Fragata Commandante.

Está conforme. — *Gregorio Gomes da Silva.*

Aos dezesete dias do mez de Setembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte e tres, a bordo da Corveta Portugueza — Voador — fundeada no Porto do Rio de Janeiro pelas cinco horas da tarde, convocou o Commandante della em Conselho os Officiaes de Marinha abaixo assignados, sobre o objecto de cumprir huma ordem do Governador da Fortaleza de Santa Cruz, cujo theor he o seguinte: Tendo essa Corveta offendido o Direito das Gentes, entrando neste Porto com Bandeira inimiga, sem ter intervindo preliminar algum, sem mesmo ter içado huma Bandeira Parlamentaria, manda o Governador desta Fortaleza, que o Commandante dessa Corveta arreie immediatamente a sua Bandeira, e tire o leme fóra, o qual depois se lhe mandará buscar. Fortaleza de Santa Cruz, 17 de Setembro de 1823. — Assignado — Bento José da Cunha Lima — Capitão Ajudante — Examinando pois a sobredita ordem, forão de parecer que esta Corveta de maneira alguma offendeo os Direitos das Gentes por entrar simplesmente com a Bandeira Portugueza, sem intervenção de preliminares, como manifestamente se conhece do seu Passaporte Parlamentario, cuja existencia foi communicada aos Officiaes do Registo do Paço e Fortaleza de Ville-Gagnon, antes mesmo de se haver recebido a mencionada ordem, accrescentando-se-lhes que por delicadeza se não havia feito uso da insignia correspondente: accresce ainda mais ter esta Corveta entrado livremente, sem que as Fortalezas da Barra lhe fizessem o menor impedimento; por tanto concluindo que se por arbitrariedade póde ter lugar hum tal procedimento, e para evitar algum acontecimento talvez mais desagradável da parte do Governo do Rio de Janeiro, immediatamente assentárão de cumprir a referida Ordem, e passando depois a examinar as instruções, que o Commandante apresentou, julgarão ser esta a occasião opportuna de usar da Bandeira Parlamentaria, que nas mesmas instruções se lhes faculta; e por ser verdade todo o referido, e para constar onde convier, lavrei o presente Termo, que comigo assignarão as mencionadas Pessoas. Bordo, dia, era ut supra — Assinados — Antonio Pereira Lima, Escrivão — João Maria Petra Bitencourt, 1.º Te-

nente da Armada Real — Rafael Florencio da Silva Vidigal, Capitão Tenente da Armada Real — Antonio Ricardo Graça, Capitão Tenente da Armada Real — José Gregorio Pegado, Capitão de Fragata Commandante.

Está conforme. — *Gregorio Gomes da Silva.*
N.º 4.

O abaixo assignado Conde de Rio Maior, do Conselho de S. Magestade Fidelissima, e seu Gêntil Homem da Camara, tem a honra de significar ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos, Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, que acaba de receber pela huma hora da noite a bordo da Curveta — Voador — fundeada debaixo do alcance da Fortaleza de Santa Cruz, a Nota de S. Excellencia, na qual accusando a recepção da Carta, que o abaixo assignado dirigira a S. Magestade Imperial de bordo da dita Curveta, annunciando ter na sua mão Cartas de seu Augusto Pai, e de Sua Real Familia para entregar a S. Magestade Imperial, por julgar offender toda a delicadeza, e melindre, se da sua mão não passassem immediatamente ás Augustas Mãos do Mesmo Senhor, partiêpa que tem ordem de S. Magestade Imperial, para responder que S. Magestade Imperial deseja primeiramente ser informado dos verdadeiros fins, com que o abaixo assignado se dirigio a este Porto, por quanto supposto o estado de guerra, em que se acha o Brasil e Portugal depois da sua solemne separação, está S. Magestade Imperial resolvido a não attender proposições algumas da parte do Governo Portuguez, nem a entrar em conferencias, e ajustes com Emissarios do mesmo Governo, sem que seja preliminarmente reconhecida, como condição, *sine qua non*, a independencia, e integridade do Imperio do Brasil; declarando, em consequencia destes principios, que o caso da falta de poderes legaes para o dito reconhecimento em Nome de S. Magestade Fidelissima, nem o Conde acima nomeado será admittido, nem S. Magestade Imperial receberá as Cartas, de que he portador.

O abaixo assignado, antes de responder á primeira parte da dita Nota de S. Excellencia, julga conveniente aclarar o equivoco, com que nella se suppõe haver Cartas de S. Magestade Fidelissima diversas de outras da Real Familia, quando o sobredito Conde pela expressão de — Cartas de Familia para entregar a S. Magestade Imperial — só quiz entender Cartas familiares de S. Magestade Fidelissima, as quaes são com effeito duas, huma para o Imperador, outra para á Imperatriz, Seus Augusto Filho, e Nora; e á vista da qualidade das mesmas Cartas, e da impossibilidade, que ora se apresenta ao abaixo assignado para as poder entregar immediatamente, como por motivos de respeito desejava não tem duvida entregallas á pessoa, que S. Magestade Imperial authorizar para as receber.

Não pode o abaixo assignado deixar de chamar a attenção

de S. Ex.^a para outra circumstancia tão attendivel, como verdadeira, qual he a de que na Carta, que elle teve a honra de dirigir a S. Magestade Imperial, não pôde ter em vista a communicação de negociação alguma publica, de que poderia vir encarregado, pois que nem o faria só por si, nem a inesperada intimação de ficar incommunicavel, feita pelo Official do Registo ao Commandante da dita Curveta o permittia então; e por isso reservando essa declaração da Commissão, de que S. Magestade Fidelissima o havia encarregado, para depois do desembarque, ou para quando por outro qualquer motivo fosse antecipadamente exagida, se limitou tão sómente a dirigir a S. Magestade Imperial a Carta referida nos singelos termos, em que foi concebida, e que tinha só por objecto annunciar a existencia das duas ditas Cartas familiares de S. Magestade Fidelissima para seus Augustos Filho, e Nora, e o desejo de as entregar immediatamente pelos motivos ponderados.

É pois, que he agora na sobredita Nota, que S. Excellencia exige por ordem de S. Magestade Imperial a informação dos verdadeiros fins com que o abaixo assignado se dirigio a este Porto do Rio de Janeiro, ele não tem duvida, antes a maior satisfação, e gloria de participar que S. Magestade Fidelissima, quando fez sahir de Lisboa para esta Corte a Curveta — Voador — com humma Commissão, não podia, nem mesmo devia suppor, segundo os bem conhecidos sentimentos do seu Coração, e as novas circumstancias politicas de Portugal, que o Brazil, e menos seu Augusto Filho, estivessem em guerra com elle, ou com o Reino de Portugal, nem era de esperar: e o abaixo assignado não pode deixar de se achar penetrando do maior sentimento pelo modo hostil, e inhospito, com que fora recebido na entrada deste Porto hum Navio pacifico de S. Magestade Fidelissima, o que certamente em iguais circumstancias nunca succederia a qualquer Navio do Brasil em Portugal.

O abaixo assignado, satisfazendo ao que delle se exige, quanto á declaração dos fins por que veio a este Porto, tem a honra de participar que não podendo os ultimos successos de Portugal pela sua natureza deixar de obrigar a S. Magestade Fidelissima a fazer delles humma conveniente participação e Seu Augusto Filho, nasceo daqui a idéa de mandar cessar todas as hostilidades que contra sua vontade se praticavão no Brazil, e ao mesmo tempo mandar em Commissão pessoas de sua confiança, que munidas de iguais Cartas Regias da data de 21 de Julho deste anno, por ellas vem authorizadas, não só para tratar do modo, e termos da evacuação das forças de mar, e terra, que se achassem na Bahia, para onde S. Magestade Fidelissima antecipou logo hum Correio maritime a suspender, sendo possivel, todas as hostilidades (como não pode deixar de ser já bem patente a S. Magestade Imperial pela chegada do Marechal de Campo Luiz Paulino d'Oliveira Pinto de França), mas tambem para poder aceitar humma conveniente conciliação do Brazil com Portugal, proporeionando-se as circumstancias, sem com tudo se achar authorizado para reconhecer, como condicão,

sine qua non, a independencia absoluta do Brazil. He tambem huma consequencia dos poderes de que se acha authorizada a Commissão tratar da sorte, e situação dos diversos Europeos Portuguezes, que se achão no Brazil, aos quaes S. Magestade Fidelissima deve toda a proteção, sendo permitido em todo o caso tratar deste negocio, se o odio, ou vingança não estorvar até este ponto o que convem á humanidade, e á justiça em casos semelhantes.

Quanto á ultima parte da sebredita Nota de S. Excellencia, na qual se procura pôr em duvida a realidade de alguma Commissão do Governo de Portugal sem outro fundamento mais do que o da Curveta — Voador — onde vem o abaixo assignado, entrar neste Porto com a Bandeira içada de huma *Nação inimiga*, sem preceder preliminar algum, nem sequer usar da Bandeira Parlamentaria: o abaixo assignado pede licença para reflectir a S. Excellencia que não ha nada nas circumstancias actuaes, que não sirva de provar que isto he talvez mais hum pretexto do que huma razão para justificar a precipitação, com que antes de alguma ulterior averiguação se praticou a hostilidade de mandar tirar, e levar para o Arsenal o lema da Curveta, e conservando em huma situação perigosa, e a sua guarnição sem os soccorros necessarios. A Curveta — Voador — traz Passaporte Parlamentario, do qual se deo parte ao Official do Registo, que veio a seu bordo, e era tal a idéa, que S. Magestade Fidelissima faazia do Brazil, e tinha razão para fazer, que esse Passaporte Parlamentario lhe foi dado, menos para poder entrar no Rio de Janeiro, do que para evitar hostilidades no mar, durante a sua viagem, por quanto S. Magestade Fidelissima considerando sinceramente os seus verdadeiros sentimentos, e relações com o Estado, e Povos do Brazil, desejava evitar tudo quanto podesse dar idéa de guerra com elles; por isso o Commandante da Curveta recebeu instruções para içar a Bandeira Parlamaentaria sómente no caso, que fosse indispensavel: mas sendo a Curveta conhecida até pela Bandeira, e não se oppondo a Fortaleza á sua entrada, parecia esta, com as mais circumstancias ponderadas, huma prova de que a entrada lhe não era vedada. Não existe pois motivo para se dizer que fora offendido o Porto, até porque a Bandeira sendo hum mero signal, e não prova infallivel de ser Parlamentaria a Embarcação, que a traz, a flata momentanea dessa Bandeira, só serviria de a expor a alguma hostilidade repentina, e nunca para deixar de gozar da immuidade, que lhe compete pelo Direito das Gentes, quando a qualidade parlamentaria se pôde mais evidente, e realmente provar pelos documentos competentes, qual he o Passaporte, que será apresentado, quando for exigido; e não pôde deixar de ser sabido de S. Magestade Imperial que a Curveta içou, e firmou a Bandeira Parlamentaria, logo que pelo Officio do Ajudante da Fortaleza, que lhe mandou arriar a Bandeira Portugueza, e tirar o leme, veio no conhecimento de que ella não era reconhecida, nem consentida como mera Embarcação Portugueza: Se não obstante tudo isto, o Governo de

S. Magestade Imperial continuar a insistir na duração de tão hostil detenção, nada será mais extraordinário aos olhos do Mundo.

O abaixo assignado não póde deixar por fim de protestar contra taes procedimentos, que fazem a guerra no momento, em que franca, e confiadamente se deseja só a paz.

O abaixo assignado aproveita esta ocasião para offerecer a S. Excellencia os protestos da sua mais distinta consideração.

Bordo da Curveta Portugueza Parlamentaria — Voador — surta no Porto do Rio de Janeiro 18 de Setembro de 1823. — Ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos — Conde de Rio Maior.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N.º 5.

O abaixo assignado Conde de Rio Maior, do Conselho de S. Magestade Fidelissima, e seu Gentil Homem da Camara, continuando novamente a Nota que teve a honra de dirigir ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos, Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, da data de 18 do corrente, em resposta a de S. Excellencia em data do dia antecedente, declarando os fins, a que foi mandada a esta Corte do Rio de Janeiro a Commissão de S. Magestade Fidelissima, assenta que he do seu dever accrescentar mais explicitamente a generalidade dos poderes, de que disse vinha revestida a dita Commissão, que esta se acha authorizada para tratar da evacuação das Tropas Portuguezas existentes na margem Oriental do Rio da Prata: O que o abaixo assignado leva ao conhecimento de S. Excellencia para ser presente a S. Magestade Imperial — Com este motivo o abaixo assignado renova a S. Excellencia os protestos da sua veneração.

Bordo da Curveta Portugueza Parlamentaria — Voador — surta no Porto do Rio de Janeiro 19 de Setembro de 1823. — Ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos — Conde de Rio Maior.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

C

N.º 6.

O abaixo assignado, Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, acusa a recepção da Nota, que o Senhor Conde do Rio Maior, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, e seu Gentil Homem da Camara, acaba de dirigir-lhe de bordo da Curveta — Voador — com data de dezoito de Setembro corrente, em a qual respondendo á que

recebêra na vespera, enviada pelo abaixo assignado, exigindo saber da parte de Sua Magestade Imperial os verdadeiros fins, com que viera a este Porto, participa que não podendo os ultimos successos de Portugal, pela sua natureza, deixar de obrigar a Sua Magestade Fidelissima a fazer delles huma conveniente participação a seu Augusto Filho, nasceo daqui a idéa de mandar cessar todas as hostilidades, e ao mesmo tempo mandar em Commissão pessoas da sua confiança, authorizadas para tratar, não só da evacuação das forças de mar e terra, que se achassem na Bahia, mas tambem como consequencia dos poderes da Commissão, tratar da sorte, e situação dos diversos Europeos Portuguezes, que se achão no Brazil, aos quaes Sua Magestade Fidelissima deve toda a protecção, sem com tudo vir authorizada para reconhecer a independencia, e integridade deste Imperio.

O abaixo assignado acha-se pois na necessidade de communicar a S. Exc.^a que reconhecendo-se pela sua resposta vir com effeito encarregado de huma Commissão do Governo de Portugal, mas sem vir munido de poderes para reconhecer *in limine* a independencia, e integridade do Imperio do Brazil, como aliás se requeria, para servir de condição preliminar a toda, e qualquer negociação, ou proposta, que o Governo Portuguez tivesse de iniciar, e tendo Sua Magestade Imperial, uniforme com os sentimentos da Assembléa Geral Constituinte, e Legislativa, e com a opinião publica, que se tem desenvolvido claramente, tido a antecipação de mandar declarar a S. Exc.^a, logo á sua chegada, que não seria admittido, nem ouvidas suas propostas, sem aquelle essencial, e indicado requisito, para que S. Exc.^a confessa não vir authorizado; julga por tanto o abaixo assignado impropria toda, e qualquer discussão sobre assumptos da annunciada Commissão.

Entre tanto não pôde o Gabinete Imperial vêr com insensibilidade a errada opinião, que huma fatal prevenção, ou inexactas informações, tem suscitado no Gabinete Portuguez relativamente ao estado presente do Brazil, e ponderando quanto a sua dilucidación contribuirá no futuro á suspensão de hostilidades, que tanto repugnão á humanidade, e que Sua Magestade Imperial, por sua parte, está prompto a fazer cessar, logo que isto se compadeça com os interesses, e dignidade deste Imperio, se apressa o abaixo assignado a observar ao Senhor Conde de Rio Maior que a independencia politica do Brazil he o voto geral de todos os seus habitantes — que a proclamação della fôra effeito do estado de virilidade em que se achavão estes Povos, unicos do Novo Mundo, que ainda jazião dependentes do Antigo, que a propria consciencia das suas faculdades, progresso, e recursos, motivára a sua emancipação, sem que jámais se dava presumir que a revolução de Portugal, as injustiças das suas Cortes, ou outros quaesquer eventos de condição precaria, podessem ser mais que causas occasionaes da acceleração deste natural acontecimento — que hum Grande Povo, depois de figurar na lista

das Nações independentes, já mais retrograda de sua representação politica — que seja qual for a sorte de Portugal, esta não terá sobre o Brazil outra influencia mais que aquella naturalmente derivada do systema geral das diversas sociedades politicas entre si — que todos os esforços que Portugal fizer para arredar este Imperio dos fins, que tem solememente proclamado, serão por tanto infructuosos, muito mais com a superveniente fórma de Governo absoluto a que voltou, e em lugar de conciliar os espiritos, como Sua Magestade Fidelissima parece desejar, e he proprio do Regio Coração de hum Virtuoso, e Sabio Monarca, contribuirão pelo contrario a prolongar o resentimento, a desconfiança, e azedume, e com elles a época de huma paz, ao proprio Portugal vantajosa.

Sente pois o Gabinete Imperial que essa annunciada Commissão, em lugar de abranger fins mais amplos, que as circumstancias prescrevião, se limitasse 1.º — a tratar da evacuação das Tropas da Bahia, que não tem lugar, por haverem já sido expulsas pelo Valor Brasileiro — 2.º á protecção dos Europeos Portuguezes residentes no Brazil, quando devêra ser constante que os Europeos, a que se refere, tendo, ou abraçado espontaneamente a causa deste Imprio, ou recusado seguilla, se constituirão, no primeiro caso subditos Brasileiros, e como taes independentes da Protecção Portugueza, e participantes dos direitos e prerogativas, que lhe são inherentes: Que no segundo, isto he, os que na época da desmembração da antiga Monarquia, preferirão o partido Portuguez, retirarão-se do Brazil; e alguns que ficarão, tendo ulteriormente mudado de sentimentos, á proporção que forão vendo consolidada, e geral a independencia, e garantidos os seus direitos individuaes, achão-se tambem hoje reunidos á Nação Brasileira, por quem são tratados com a generosidade, que a caracteriza, e que lhe não póde ser contestada, sem manifesta injustiça.

Nestes termos não ha a quem se applique a protecção que S. Exc.ª insinua, pois quanto aos que não adoptarão a causa do Brazil, já aqui não existem, e tão generosa tem sido a Nação Brasileira, que até tem feito regressar os prizioneiros ao seu Paiz; e os que a abraçárão são Brasileiros, e não necessitão de outra protecção que a do seu Governo.

Pelo que toca ao procedimento havido com a Curveta Portugueza — Voador — que S. Exc.ª trata de hostil, e inhospito, cumpre observar que elle não foi mais que o fruto das circumstancias, e do systema adoptado, visto que além de vir ella artilhada, e petrechada, contra o estylo das Parlamentarias, deixou de usar como convinha, e era opportuno, do signal proprio.

Entre tanto Sua Magestade Imperial tem dado as suas Imperiaes Ordens, para que em o competente Tribunal se julgue este assumpto conforme o Direito das Gentes, que neste Imperio se respeita, como em outra qualquer Nação culta.

te de não entrar em qualquer discussão sobre a Commissão de S. Exc.^ª, por ter faltado a condição exigida, só lhe resta assegurar a S. Exc.^ª que Sua Magestade Imperial está resolvido a não receber as Cartas de que S. Exc.^ª he portador, nem mesmo por interposta pessoa, e que serão dadas as ordens convenientes, para que o seu regresso, e dos demais passageiros da Curveta — Voador — se execute com promptidão, e com todos os socorros que precisarem.

O abaixo assignado aproveita esta occasião de reiterar ao Senhor Conde de Rio Maior os protestos da sua mais alta consideração e perfeita estima.

Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Setembro de mil oito centos e vinte e tres. — José Joaquim Carneiro de Campos.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N.º 7.

O abaixo assignado Conde de Rio Maior, do Conselho de S. Magestade Fidelissima, e seu Gentil Homem da Camara, accusa a recepção da Nota que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos, Conselheiro, e Secretario do Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, ultimamente lhe dirigio com a data de 19 de Setembro corrente, posto que recebida em subseqüente dia 21 pelas 11 da manhã, em a qual, respondendo á que o abaixo assignado enviára a S. Excellencia na data de 18 do dito mez, contendo em summa a declaração do objeto da Commissão de S. Magestade Fidelissima, e a reclamação contra a idéa de aprisionamento da Curveta — Voador — reconhece que o abaixo assignado veio a este Porto com effeito encarregado de huma Commissão do Governo Portuguez — julga *mipropriá toda e qualquer discussão* sobre os assumptos da mesma Commissão, por ella não vir munida de poderes para reconhecer *in limine* a independencia, e integridade do Brazil, dando este reconhecimento como requisito essencial, ou condição preliminar a qualquer proposta, ou negociação — sente ver a errada opinião do Gabinete Portuguez ácerca do estado presente do Brazil, chegando a ter a bondade de o querer dilucidar nesta materia — faz novos esforços por justificar o procedimento hostil, e inhospito, que desde a sua entrada neste Porto se tem tido com a Curveta — Voador — inculcando este procedimento como fruto *das circumstancias, e do systema adoptado*, visto que, além de vir ella artilhada, e petrechada, contra o *estylo* das Parlamentarias, deixou de usar, quando convinha, e era opportuno, *do signal* proprio — annuncia novamente que este assumpto do aprisionamento da dita Curveta vae, por ordens dadas de S. Magestade Imperial, ser remettido ao competente Tribunal, que o julgue segundo o Direito das Gentes — e finalmente participa que S. Magestade Imperial, resolvido a não receber as Cartas familiares de seu Augusto Pai, nem por inter-

posta pessoa, dará promptamente as ordens convenientes para o regresso do abaixo assignado, e dos mais passageiros da Curveta — Voador — com todos os soccorros de que precisarem.

O abaixo assignado, á vista de tão extraordinaria como inesperada resposta, que fecha com porta de bronze a entrada, e iniciativa a toda e qualquer conciliação, vê-se na necessidade de haver por finda a sua Commissão, e de requerer em consequencia ao Governo de S. Magestade Imperial que haja de expedir as ordens necessarias para o seu regresso, e o de todas as mais pessoas da Commissão, e da tripulação, da mesma sorte, e na mesma Curveta em que vierão, respeitando-se assim o Direito das Gentes na immuniidade devida a Emissarios authorizados de qualquer Potencia, ou Soberano; e sendo para sentir que o abaixo assignado se veja dolorosamente obrigado por causa de procedimentos tão contrarios á razão, que se não praticado, e ameação continuar-se, a requerer desta maneira aquillo, que não podia negar-se-lhe immediatamente. — E o abaixo assignado se limitaria na sua resposta a este artigo sómente, se a Nota de S. Excellencia, contendo diversos objetos, e explicações, e o procedimento, e detenção de que se acha ameaçada a Curveta, e sua tripulação, o não pozessem na forçosa alternativa de faltar ao seu dever mais sagrado, não o praticando assim.

Reconhecendo o Governo de S. Magestade Imperial, como reconheca, pela Nota de S. Excellencia que o abaixo assignado veio a este Porto encarregado com officio de huma Commissão do seu Augusto Soberano? Como he que S. Excellencia em contradicção com este confessado reconhecimento se lembra de separar as pessoas da Commissão das da Curveta, e sua tripulação, quando trata do regresso daquella? O Direito das Gentes, que protege a huns, desampara por ventura os mais?

He verdade que a Commissão de S. Magestade Fidellissima enviada ao presente ao Brazil não veio munida de poderes para reconhecer *in limine*, e com condição *sine qua non* a independencia absoluta do Brazil, mas não ha razão para concluir daqui que sejam tão limitados, e restritos os poderes da mesma Commissão, como se julga, porque entre a independencia absoluta, e a sujeição ha hum espaço infinito; e S. Excellencia quando, resumindo na sua Nota os objetos da Commissão manifestados pelo abaixo assignado, se restringio aos dous especiaes da evacuação da Bahia, e da protecção dos diversos Europeos existentes no Brazil, mostrou por isto que certamente não deo toda a attenção ao terceiro, concebido na extensa generalidade de qualquer conciliação entre Portugal e Brazil, debaixo da qual se podem abranger outros objetos mais extensos, e mais importantes do que aquelles dous acima especificados; sendo coherente com a idéa de independencia, tão antecipadamente exigida, toda e qualquer conciliação não forçada, huma das clausulas que os Publicistas comprehendem na definição de independencia, servindo esta reflexão; além de outras igualmente transcendentes.

tes, da prova mais evidente da consideração apurada e recta de S. Magestade Fidelissima, quando se deliberou a não estender os poderes, e a cathegoria da Commissão ao reconhecimento da independencia do Brazil, segundo S. Magestade Imperial tem indicado como condição *sine qua non*; e sendo esta mesma prova quem, além de muitas outras razões, mostra fundamentalmente quando he em toda a extensão dolorosa, e o será sempre, a recusa formal da recepção das Cartas de S. Magestade Fidelissima, e o não admitir *in limine* S. Magestade Imperial a Commissão de seu Augusto Pai, e assim não se tratarem preliminares de conciliação.

Ainda que o abaixo assignado, pela exigencia, e natureza da condição *sine qua non* anteposta pelo Gabinete de S. Magestade Imperial, conhece que se acha interceptada, e recusada qualquer negociação geral, ou particular, contudo julga do seu dever, para dar inteira conta da sua Commissão, sollicitar de S. Excellencia a resposta á Nota de 19 do corrente, que o abaixo assignado dirigio separadamente a S. Excellencia sobre o particular objecto da evacuação das Tropas Portuguezas de Monte Video, porque depois de remettida a Nota de 18, entrou em duvida se S. Excellencia abrangia Monte Video debaixo da palayra de Brazil, de que o abaixo assignado se servio geralmente quando fallou dos diversos Europeos existentes no Brazil.

Quando á dilucidación com que S. Excellencia se digna esclarecer o Gabinete Portuguez suppondo-se que elle, por huma fatal prevençã, e inexactas informações, se acha em opinião errada relativamente ao estado presente do Brazil, assim como quanto ás mais reflexões subsequentes da Nota de S. Excellencia ácerca de Portugal, e da natureza do actual Governo de seu Augusto Amo, pede o abaixo assignado licença para expor aqui a S. Excellencia rapidamente em defeza da honra do dito Gabinete, e gloria do seu Rei, que não he bem fundada a idéa que S. Excellencia faz do ministerio de S. Magestade Fidelissima ácerca da falta do conhecimento do estado actual do Brazil, antes prouvéra a Deos que nunca tivessem existido muitos factos no Brazil, que elle não ignora, e de que tem hum perfeito conhecimento — que S. Excellencia fal á justiça devida ao character do abaixo assignado, quando parece presumir que elle, referindo-se aos ultimos successos do Portugal, dava a entender que a sorte, S estado do Brazil dependerão, ou dependerião desses successos — que a nova mudança de Governo de Portugal, ainda que a ella se seguisse a dissolução das Cortes, não teve a consequencia de fazer ElRei absoluto, mas a de destruir a causa de muitos males, que já pezadamente se sentião; nem S. Magestade Fidelissima quiz entrar para esse fim no gozo de maior plenitude dos seus Regios Poderes, mas Elle mesmo mandou logo proceder á formação de hum projecto de Constituição, para reger por ella os Povos de Portugal, que o amão, e são d'elle amados. — O Brazil deve a sua emancipação a S. Magestade Fidelissima, desde que em 1815 o elevou a cathegoria

de Reino, e já então talvez o teria elevado logo á de Imperio, se motivos dignos de attenção o não obrigassem a differir para outra época esta mais nobre denominação de mera cathogoria.

S. Magestade Fidelissima pois, e o seu Ministerio, não podem desconhecer que o Brasil pela sua riqueza, e extensão he digno da cathogoria em que se acha. Ninguem está mais persuadido do que o abaixo assignado que S. Magestade Imperial está prompto a fazer cessar as hostilidades, pois que ninguem melhor do que elle conhece o humano e magnanimo coração de S. Magestade Imperial; mas a hostilidade, que se procura actualmente continuar com a Curveta de S. Magestade Fidelissima, só serve de desmentir, ou contradizer aquella asserção, que fica sendo meramente verbal, pois que tal hostilidade não he certamente compativel com a dignidade do seu Imperio, e muito menos com a de sua Pessoa, sendo huma verdadeira, e mal fundada infracção do Direito das Gentes, isto he da immuniidade dos Parlamentarios, contra hum Navio, e subditos de seu Augusto Pai — que o abaixo assignado tem razões para não assentir inteiramente com S. Excellencia sôbre o modo por que se expõe a situação dos diversos Portuguezes existentes no Brazil; e finalmente que S. Excellencia não deverá estranhar que o abaixo assignado, a respeito da absoluta recusação da acceitação de Cartas de S. Magestade Fidelissima para seus Augustos Filho e Nora, diga que elle presume que esta recusação não pôde deixar de ser talvez filha de algum motivo estranho aos sentimentos naturaes do coração de S. Magestade Imperial.

O negocio relativo á Curveta — Voador — em que veio a este Porto a Commissão de Sua Magestade Fidelissima, he actualmente o de que o abaixo assignado tem de tratar, não só como primeira pessoa da Commissão, mas como Procurador natural, e legitimo de seu Proprietario, considerando este processo em todas as suas relações. Vê-se bem claramente pelas expressões da Nota de S. Ex.^a que o empenho do Gabinete de Sua Magestade Imperial parece ser o de esquadrinhar, e inventar motivos de aprisionar a dita Curveta. O abaixo assignado já em sua Nota antecedente disse quanto lhe pareceo então bastante para remover semelhantes intenções do Governo de Sua Magestade Imperial; mas S. Ex.^a insistindo agora na manifestação das mesmas intenções, e produzindo novas circumstancias de imputação, põe o abaixo assignado na necessidade de repetir a mesma defeza de hum modo mais extenso, e circumstanciado, do que seria preciso, se a boa fé com que se dirigia a Commissão, se não quizesse cégamente desconhecer, até porque ignorando o abaixo assignado quaes são as peças documentaes que o Governo de Sua Magestade Imperial manda remetter ao Tribunal competente para por ellas interpor o seu parecer, ou dar alguma sentença sobre este assumpto, he do seu dever antecipar-se na defeza pelo unico meio que lhe he por ora permittido, e que desde já o abaixo assignado requer que se ajunte

a qualquer processo no caso não esperando de se verificar a remessa desta desnecessaria questão ao dito Tribunal.

He o facto que a Curveta de guerra — Voador — de Sua Magestade Fidelissima fôra mandada de Lisboa a este Porto com Passaporte Parlamentario, trazendo a seu bordo huma Commissão authorizada a negociar com o Governo do Rio de Janeiro. Antes da sua chegada já o Ministro de Sua Magestade Imperial sabia da sua vinda, e do seu objecto em geral, pois que não só pelos papeis publicos se vê que a sua vinda foi participada á Assembleia Geral, mas até fôra annunciada pelo Marechal-de Campo Luiz Parrilino de Oliveira Pinto de França, que sobre este negocio chegou a ser inquirido officialmente por S. Ex.^a em 8 do corrente mez. Sabia a Commissão que as intenções de Sua Magestade Fidelissima erão não se dar idéa, ou sinal de que havia guerra entre Elle, e seu Augusto Filho, e que por isso o Commandante da Curveta trazia instrução para usar da Bandeira Parlamentaria só quando fosse conveniente, ou, segundo a intenção de Sua Magestade Fidelissima, só quando fosse necessaria. A Curveta, entrando no dia 17, estava prevenida com a dita Bandeira na gavea do mastro de proa para a mandar içar, logo que se pozesse alguma duvida á sua entrada só debaixo da Bandeira Portugueza; navegava de proposito com pouco panno, observando com attenção os movimentos da Fortaleza; mas nem antes, nem passando por ella, se oppoz algum impedimento, antes se lhe fizerão as perguntas do costume, a que respondeo, recebendo só dellas ordem para fundear ao alcance da Fortaleza, o que cumprio. Com estas apparencias de amizade se assentou que a Parlamentaria não era precisa, e em consequencia da supposta amizade, se salvou o Porto com a salva de 21 tiros, que não forão correspondidos. Dahi a algumas horas se percebeo que Sua Magestade Imperial em Pessoa estava na Fortaleza, donde então se remetteo em nome do Governador della huma Ordem ao Commandante da Curveta, para que logo se arriasse a Bandeira Portugueza, e se tirasse o leme, que se mandaria buscar, com o fundamento de que a Curveta offendêra o Direito das Gentes, entrando neste Porto com Bandeira inimiga, sem preceder preliminar algum, nem trazer içada Bandeira Parlamentaria. Foi pois neste momento que se conheceo que as intenções do Governo do Rio de Janeiro não erão as mesmas de Sua Magestade Fidelissima a respeito da Bandeira Portugueza, e por isso se declarou a Curveta Parlamentaria, içando o sinal competente, que foi logo firmado com hum tiro de peça, e ao mesmo tempo cumprindo-se a Ordem de Sua Magestade Imperial, se mandou tirar o leme, e arriar a Bandeira Portugueza, com tenção de reclamar-se depois, como se reclamou, a restituição do leme, e da Bandeira, verificando-se a realidade de Parlamentaria, no que era tanta a boa fé da Commissão, e do Commandante, que no registo da Curveta declarou este antes de todo o precedente successo, ao Official do Registo que trazia Passaporte Parlamentario. — Não deferindo o Governo de S. Magestade Imperial á reclamação do leme, e da Bandeira,

respondeo S. Excellencia que a entrada da Curveta sem signal parlamentar, offendeo o Porto, e deo causa ao procedimento de se lhe tirar o leme, e proseguir com os demais actos prescriptos pelas Leis das Nações belligerantes. — Não quer accusar o abaixo assignado o procedimento, ou ordem da Fortaleza para tirar o leme, e a Bandeira, pois que em fim não vendo içada a Bandeira Parlamentaria, se não quiz dignar S. Magestade Imperial, por quaesquer motivos, attender ao que já sabia *bona fide*, nem que hum Navio conhecidamente mandado por seu Augusto Pai merece mais privilegio do que o de outra qualquer Nação; mas depois que o mesmo Navio se declarou solememente Parlamentario, depois que constou que como tal se tinha declarado no acto do registo costumado do Porto, depois de se reconhecer, como S. Excellencia reconhece em sua Nota, que o abaixo assignado vem com effeito encarregado de huma Commissão do Governo de S. Magestade Fidelissima, tendo-a por tão certa, e verificada, que nem exigio ainda a apresentação de Passaporte, nem de authorização, depois de tudo isto; como se compadece com o mesmo Direito das Gentes que S. Excellencia se apoia, a continuação de tal hostilidade? pois no Direito das Gentes vale mais a Bandeira, isto he, o signal do que o significado? A falta deste signal foi bastante para a Curveta soffrer a injuria de se lhe mandar tirar o leme, e Bandeira nacional; e o Passaporte, e a natureza verificada de Commissão não vale para reintegrada do seu leme, e Bandeira!

De certo a Fortaleza de Santa Cruz não deixaria passar impunemente huma Esquadra com Bandeira Parlamentaria, porque era manifesto que a Bandeira era hum signal enganoso, ou estratagemas, isto he, porque não he a Bandeira quem constitue por si só a natureza parlamentar, he hum mero signal para annunciar de longe, e para evitar alguma hostilidade repentina. — Quem constitue o verdadeiro Parlamentario he o seu Passaporte, e o seu fim, e neste caso se acha a Curveta — Voador. — Não içou por motivos justos ou razoaveis a Bandeira Parlamentaria, mas mostrou logo que o era — S. Excellencia na sua Nota parece já estar disto convencido, pois que de novo recorre a outro excojitado motivo, que até alli se não havia lembrado, ou referido, e he que a Curveta vinha artilhada, e petrechada contra o *estyllo* das Parlamentarias; mas o abaixo assignado crê que se não engana em affirmar a S. Excellencia que esse *estyllo* não he de Lei ou Direito, nem he compativel com todas as circumstancias, e occasião em que he necessario usar de Parlamentario: tanto assim que não he a Curveta — Voador — o primeiro, nem ha de ser o ultimo Navio armado, e Parlamentario ao mesmo tempo. — Esta Curveta foi sempre Navio de Guerra, e não traz mais do que a sua competente artilheria, tinha de atravessar mares immensos communs a todas as Nações, e Piratas, e quem ha de crer em bom senso que a Curveta — Voador — tentasse entrar no Porto do Rio de Janeiro para fazer alguma hostilidade? Conclue pois o abaixo assignado que esta nova razão he hum segundo

pretexto que não pôde achar apoio no Direito das Gentes, nem em Tribunal algum, sufficientemente instruido de todas as circumstancias.

O abaixo assignado, á vista de tudo isto, ainda que não he capaz de conceber suspeita contra o animo, e justiça dos Juizes de qualquer Tribunal a que esta questão seja remettida, com tudo não pode deixar de considerar tal processo como desnecessario, e como mais hum meio inventado para molestar, e escarmentar o abaixo assignado com o nome respeitavel de uso do Direito das Gentes, quando este só deveria protegello contra taes, e tantos embarços, e hostilidades.

Para dar fim a tão desgostosa discussão, e poupar a Sua Excellencia o enfado de ouvir o mais que se podia allegar em semelhante caso, se limita o abaixo assignado a declarar que a sorte e regresso das pessoas da Commissão não pode ser separada da da Curveta, e da sua tripulação, por se acharem todos no mesmo caso, e que protesta contra qualquer decisão contraria, reclamando o Direito das Gentes, e immuniidade que he devida a Emisarios authorizados de qualquer Soberano, e respeito á Bandeira Passaporte Parlamentario, que todas as Nações civilizadas nunca deixarão de respeitar.

O abaixo assignado reitera a Sua Excellencia os protestos da sua alta estima e consideração. — Bordo da Curveta Portugueza Parlamentaria — Voador — surta no Porto do Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1823. — Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos. — Conde de Rio Maior.

Está conforme. — *Gregorio Gomes da Silva.*

N.º 8.

O abaixo assignado, Conselheiro, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, accusa a recepção da Nota que ultimamente lhe dirigio o Senhor Conde de Rio Maior, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, e seu Gentil Homem da Camara, em data de 21 do corrente mez de Setembro, servindo de resposta á Nota deste Ministerio do dia 19 — Tendo o abaixo assignado positivamente declarado não entrar em discussão alguma sobre a Commissão de S. Excellencia, por ter faltado preliminarmente á condição exigida do reconhecimento da Independencia, e Integridade do Imperio do Brazil; nada mais lhe resta que chamar novamente a attenção de S. Excellencia para esta declaração, que véda ao abaixo assignado toda a ulterior correspondencia sobre semelhante assumpto; muito mais depois das recentes noticias de novos armamentos em Portugal contra o Brazil, e que se achão na maior contradicção com as vistas pacificas, e meios de conciliação que S. Excellencia tem assegurado. — Quanto porém á parte da Nota de S. Excellencia que lhe he pessoalmente relativa, ou á Curveta em que veio a este Porto, tem de participar ao Senhor Conde de Rio Maior que

Sua Magestade Imperial Houve por bem resolver que S. Excellencia, e as pessoas da sua comitiva, possam regressar promptamente para o seu Paiz no Bergantim — Treze de Maio — para o que se enviará a S. Excellencia no Sabbado hum Escaler que o conduza a bordo do Bergantim, que sahirá na Segunda feira seguinte; ficando porém retida neste Porto a Curveta, e sua tripulação, inclusive o Commandante, o qual poderá defender aquelle vaso por parte de Portugal no processo a que vai ser sujeito no competente Tribunal. — O abaixo assignado aproveita esta occasião de reiterar ao Senhor Conde de Rio Maior as protestações da sua mais alta consideração, e particular estima. Palaeio do Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1823. — José Joaquim Carneiro de Campos. — Ao Senhor Conde de Rio Maior.

Está conforme. — *Gregorio Gomes da Silva.*

N.º 9.

O abaixo assignado Conde do Rio Maior, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, e seu Gentil Homem da Camara, accusa a recepção da Nota, que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos, Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, lhe acaba de dirigir em data de hontem, na qual S. Excellencia lhe participa, que S. M. I. Houve por bem resolver que o abaixo assignado, e as pessoas da sua comitiva, possam regressar promptamente no Bergantim — Treze de Maio — para o que se enviará ao abaixo assignado á manhã hum Escaler, que o conduza a bordo do sobredito Bergantim, que sahirá na Segunda feira seguinte; ficando porém retida neste Porto a Curveta, e sua tripulação, inclusive o Commandante, o qual poderá defender aquelle vaso por parte de Portugal no processo a que vai ser sujeito no competente Tribunal.

O abaixo assignado, quando no seu Officio de 21 do corrente se vio obrigado a dar por findo o objecto da sua Commissão, requerendo as ordens necessarias para o seu regresso, envolvia nesta requisição o regresso da Curveta e mais tripulação, ponderando que a sua sorte e destino erão communs á mesma Curveta, e della inseparaveis, qualquer que fosse a consideração, em que o Governo de S. M. quizesse ter a mesma Curveta de verdadeira, ou não verdadeira Parlamentaria. O abaixo assignado torna a repellar o mesmo, acrescentando 1.º Que quando o Governo de S. M. I. insista nesta resolução, não he possivel que todas as pessoas pertencentes á Commissão, cuja relação remette inclusa, possam caber e transportar-se dentro da pequena embarcação de S. M. F., que lhe he destinada, com o seu feto, tendo até a dita embarcação já alguns passageiros mais a seu bordo para transportar-se, segundo se diz; nem, quando fosse possivel caberem neste pequeno vaso, era sufficiente o tempo da sahida marcado por S. Excellencia para apromptar os viveres necessa-

rios para as pessoas accrescidas, que não devem ser transportadas na consideração de simples tripulação 2.º: Que o abaixo assignado com os Membros da Commissão não devem desamparar a Curveta de S. M. F., mui particularmente durante o processo, a que o Governo de S. M. I. tão inesperadamente quer sujeitar a dita Curveta, e sua tripulação; e o abaixo assignado, rogando huma breve resolução, não pôde deixar de protestar, como por esta protesta, em Nome de S. M. F., contra procedimento tão hostil, e contrario ao Direito das Gentes, e á immuniidade de Parlamentarios.

Antes de findar não pôde o abaixo assignado deixar de notar que elle não sabe quaes sejam as recentes noticias, a que S. Excellencia attribue as novas vistas hostis do Gabinete de S. M. F.; mas sejam quaes forem os motivos verdadeiros, ou falsos, em que tal asserção se funda, o abaixo assignado na certeza dos sentimentos de S. M. F. pôde affirmar que não são verdadeiros, ou são mal interpretados.

O abaixo assignado renova ainda por esta occasião a S. Excellencia as expressões da sua particular consideração.

Bordo da Curveta Portugueza Parlamentaria — Voador — surta no Porto do Rio de Janeiro 26 de Setembro de 1823.—Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos. — Conde do Rio Maior.

Relação das pessoas pertencentes á Commissão

O Conde de Rio Maior	}	Commissarios.
O Conselheiro Francisco José Vieira		
Domingos de Saldanha d'Oliveira e Daun ..		
O Official da Secretaria de Estado Antonio Xavier d'Abreu Castello Branco	}	Secretario.
Caetano Francisco de Sousa		
José Monteiro	}	Da familia do Conde.
Diogo White		
Antonio José da Silva	}	Criados do Conde e de seu Irmão.
Antonio José, preto forro		
Domingos Alves	}	Criados do Conselheiro.
	}	Criado do Secretario.

Bordo da Curveta Portugueza Parlamentaria — Voador — surta no Porto do Rio de Janeiro 26 de Setembro de 1823. — Antonio Xavier de Abreu Castello Branco.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N.º 10.

O abaixo assinado Conde de Rio Maior, do Conselho de S. Magestade Fidelissima, e seu Gentil Homem da Camara, não tendo recebido até agora resposta á Nota, que em data de hontem dirigio ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos, Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, na qual ponderando que não era do dever da Commissão desamparar a Curveta de S. Magestade Fidelissima em que tinha vindo a este Porto, além de outros inconvenientes, rogava huma breve resolução das Ordens de S. Magestade Imperial, não pôde sem ella effectuar a sua passagem para o Bergantim — Treze de Maio — principalmente notando que S. Excellencia quando na sua Nota de 25 falla da dita passagem, se exprime do seguinte modo — Que o abaixo assignado, e as pessoas da sua Comitiva, possão regressar promptamente — parecendo por tal expressão que S. Magestade Imperial dá faculdade, mas não obriga a Commissão a reembarcar-se: e tendo o abaixo assignado de responder por todo este negocio perante S. Magestade Fidelissima, deseja saber se por aquella Ordem lhe he licito esperar, querendo, pela sorte da Curveta, ou he da Intenção de S. Magestade Imperial que a Commissão seja forçada a retirar-se immediatamente. O abaixo assignado roga a S. Excellencia huma prompta resposta, até porque está a bordo da Curveta o Escaler de S. Magestade Imperial, com o Segundo Ajudante do Inspector, o Primeiro Tenente Antonio Pedro Coelho, para transportar o abaixo assignado para bordo do dito Bergantim.

Igualdade he do dever do abaixo assignado, quando se verificar a sua sahida forçada desta Curveta, pedir a S. Excellencia a necessaria participação do modo, com que S. Magestade Imperial se acha deliberado a proceder a respeito da Officialidade, e tripulação della, da sua volta em todo o caso para Portugal, e dos meios da sua subsistencia, e soldos, durante a sua demora neste Porto, pois não só a Curveta, mas a Officialidade, e tripulação vinhão ás Ordens do abaixo assignado, e assim ficão pelas occurrentes circumstancias sem o seu apoio; tanto mais porque devendo o abaixo assignado deixar as suas instrucções ao Commandante da Curveta, necessita desta declaração para seu governo; bem entendido que todos os recursos, que S. Magestade Imperial conceder á Curveta, Officialidade, e tripulação, nunca possão ser considerados como procedidos do abandono em que o abaixo assignado a deixasse.

O abaixo assignado reitera por esta occasião a S. Excellencia os seus protestos de particular estima e alta consideração. — Bordo da Curveta Portugueza Parlamentaria — Voador — surta.

no Porto do Rio de Janeiro 27 de Setembro de 1823. — Illustris-
simo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Cam-
pos. — Conde de Rio Maior.

Está conforme. *Gregorio Gomes da Silva.*

N.º 11.

O abaixo assignado Conselheiro, Ministro, e Secretario da
Estado dos Negocios do Imperio, e Estrangeiros, accusando a re-
cepção de duas Notas que o Senhor Conde de Rio Maior, do Con-
selho de Sua Magestade Fidelissima, e seu Gentil Homem da Ca-
mara, acaba de dirigir-lhe nas datas de hontem e hoje, sobre o
seu regresso para Portugal no Bergantim Portuguez — Treze de
Maio — como lhe foi annunciado pelo abaixo assignado em 25 do
corrente mez, se apressa a responder a Sua Excellencia que ape-
nas recebera a sua primeira Nota, de que a segunda he huma re-
produção, em que pondera a falta de commodos, que Sua Excel-
lencia considera no Bergantim destinado para seu transporte, e
das pessoas pertencentes á Commissão; precedeo immediatamente
a tomar novas informações sobre a capacidade daquella Embar-
cação; e por isso não lhe foi possível responder a Sua Excellencia
instantaneamente. Das informações, que o abaixo assignado
acaba agora de receber da repartição da Marinha, se conhece que
ainda que a Curveta — Voador — em que Sua Excellencia veio,
tenha mais commodos do que o dito Bergantim — Treze de Maio
— todavia, attendendo-se a que ella vem armada em guerra com
a sua competente guarnição, o que não acontece ao Bergantim,
que por vir desarmado traz pouca gente, ha de relativamente
este ultimo vaso ter mais commodos que o outro, além mesmo da
sua capacidade peculiar, pois foi neste mesmo Bergantim, e com
o proprio Commandante, que o Conde dos Arcos, e sua familia foi
para Lisboa, levando mais dez pessoas de passagem; e quando
Sua Excellencia unir a estas razões o proprio testemunho do
Commandante do Bergantim Portuguez, que diz ter os commodos
necessarios para as pessoas que se lhe communicou devia levar
para Lisboa, parece ao abaixo assignado que Sua Excellencia
deixará de hesitar sobre a simples escolha de accomodações.

Quanto porém ao prazo marcado para a viagem de Sua Ex-
cellencia, o Governo está prompto a annuir aos seus desejos, e
não duvida prorogallo por mais cinco dias, para neste tempo Sua
Excellencia ultimar o embarque dos viveres necessarios.

Relativamente aos protestos em que Sua Excellencia insiste
sobre a retenção da Curveta, o abaixo assignado deixa de entrar
em materia, tanto pelos motivos já declarados a Sua Excellencia,
como por se achar este negocio affecto ao poder judiciario, a
quem agora unicamente compete decidillo.

Não pôde com tudo deixar de tranquillizar a Sua Excellencia
sobre a sorte futura do material, e pessoal da Curveta, que Sua
Excellencia receia ficarem sem o seu apoio. Por tanto assegura

desde já a Sua Excellencia que sendo o Imperio do Brazil huma Nação culta, como qualquer outra; e tendo já mostrado com os proprios prizioneiros Portuguezes que o exercicio da humanidade, e desinteresse lhe não he incompativel com o da guerra, parece não haver fundamento para presumir-se que a falta de presença de Sua Excellencia influa no bom ou máo exito do processo da Curveta, e no tratamento da sua tripulação: visto que quanto áquella existem Leis positivas, que sobre a materia devem regular o julgado, accrescendo que fica o Commandante da Curveta para a defender, a quem Sua Excellencia poderá deixar todas as instruções, que julgar necessarias: e quanto áquella outra, isto he, á tripulação, achará igualmente o seu verdadeiro apoio nas Leis dos Povos civilizados, aqui respeitadas, e na bem conhecida generosidade Brazileira, até que se verifique a decisão do competente Tribunal sobre a sorte da Curveta; pois então, no caso de lhe ser favoravel, póde Sua Excellencia contar que Sua Magestade Imperial deixará regressar para Portugal a referida Embarcação no mesmo estado, em que entrou neste Porto, e com toda a sua guarnição.

O abaixo assignado se prevalece desta nova oportunidade para reiterar a Sua Excellencia os protestos da sua mais alta consideração, e particular estima. Palacio do Rio de Janeiro 27 de Setembro de 1823. — José Joaquim Carneiro de Campos. — Ao Senhor Conde de Rio Maior.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N.º 12.

O abaixo assignado Conde de Rio Maior, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, e seu Gentil Homem da Camara, tem a honra de informar ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos, Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, que achando-se já a bordo do Correio — Treze de Maio — e prompto a seguir viagem para Lisboa, necessita que Sua Excellencia se sirva mandar a Ordem para o Comandante do dito Correio se poder fazer á véia, visto que elle se diz inhibido de o poder fazer, em quanto não receber para isso Ordem expressa deste Governo, segundo lhe foi intimado, e Passaporte para as pessoas constantes da relação inclusa, o qual possa não só servir para a sahida deste Porto, mais igualmente de defeza, no caso de encontro com qualquer embarcação pertencente a este Imperio.

O abaixo assignado renova a Sua Excellencia os protestos da sua particular estimação, e apreço. — Bordo do Correio Portuguez Parlamentario — Treze de Maio — surto no Porto do Rio de Janeiro 30 de Setembro de 1823. — Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos. — Conde de Rio Maior.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N.º 13.

O abaixo assignado, Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e Estrangeiros, accusa a recepção da Nota que o Senhor Conde de Rio Maior, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, e seu Gentil Homem da Camara, lhe dirigio em data de 30 do mez passado, expondo que achando-se já a bordo do Correio — Treze de Maio — prompto a seguir viagem para Lisboa, era necessario não só que se mandasse Ordem ao Commandante do Correio para se poder fazer á véla, visto que elle se acha inhibido de assim o praticar, em quanto não for para isso authorizado por este Governo, segundo lhe foi intimado; mas tambem o Passaporte para as pessoas contempladas na Relação que acompanhou a dita Nota, o qual podesse servir tanto para a sahida deste Porto, como de defeza no caso de encontrar-se com alguma embarcação de guerra pertencente a este Imperio.

E o abaixo assignado tendo tido participação de haver o Commandante recebido já Ordem para se fazer á véla, não lhe resta mais agora senão satisfazer aos desejos de Sua Excellencia, não só remettendo-lhe a Portaria, para que possa liyrementemente passar pelas Fortalezas da Barra desta Cidade o mencionado Correio; mas igualmente o Passaporte com que Sua Excellencia, e as pessoas que o acompanhão, podem fazer com toda a segurança a sua viagem, sem que soffrão o menor obstaculo no caso de encontro com algumas embarcações de guerra deste Imperio.

O abaixo assignado, fazendo votos pela feliz viagem de Sua Excellencia, aproveita esta occasião para assegurar a Sua Excellencia da sua alta consideração, e perfeita estima. — Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros em o 1.º de Outubro de 1823. — José Joaquim Carneiro de Campos.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

Portaria

Manda Sua Magestade Imperial que possa passar pelas Fortalezas da Barra desta Cidade o Bergantim Portuguez Parlamentario, denominado — Treze de Maio — de que he Commandante o 1.º Tenente Manoel Pedro de Carvalho. — Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1823.

(Lugar do Sello das Armas do Imperio).

Luiz da Cunha e Moreira

Passaporte.

José Joaquim Carneiro de Campos, do Conselho de Estado de Sua Magestade o Imperador, e do da Fazenda Nacional, Comendador da Ordem de Christo, e da Coroa de Ferro de Austria,

Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil e dos Estrangeiros, Inspetor Geral dos Correios e Postas, etc., etc.

Faço saber aos que este Passaporte virem que desta Corte e Cidade do Rio de Janeiro fazem viagem para Lisboa em o Bergantim Portuguez — Treze de Maio — voltando da Commissão a que dalli vierão aqui, o Conde de Rio Maior, o Conselheiro Francisco José Vieira, Domingos de Saldanha de Oliveira Daun, e Antonio Xavier de Abreu Castello Branco, com seis criados pertencentes ás pessoas sobreditas. Manda Sua Magestade o Imperador que se lhes não ponha impedimento algum á sahida dos sobreditos deste Porto livremente; e recommenda aos Governadores das Armas, e de Praças, Generaes, Cabos, e Officiaes Militares, Ministros, e Officiaes de Justiça, Guerra, ou Fazenda, como tambem aos Generaes das Armadas, Chefes d'Esquadra, Capitães de Mar e Guerra, e Commandantes de quaesquer Embarcações dos Reis, Principes, Republicas, e Potentados amigos da Coroa do Imperio do Brazil, pelos quaes no mar podem ser encontrados, ou per cujos dominios fizer transito, lhes não embaracem seguir a sua viagem, ou jornada, antes para bem o fazer lhes dem todo o auxilio, e favor, que necessitarem, na certeza de que aos que trouxerem semelhantes recommendações de seus Soberanos, se lhes fará pelos subditos de Sua Magestade Imperial no Brazil em tudo igual tratamento. Em fé do que os fiz munir do presente Passaporte por mim assignado, e estampado com as Armas Imperiaes, e com o Sello das minhas Armas.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro ao 1.º dia do mez de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1823, o segundo da Independencia do Imperio. — (Assignado) José Joaquim Carneiro de Campos — Por Ordem de Sua Excellencia — Simão Estelita Gomes da Fonseca. — A fol. do Liv. 1.º de Passaportes fica este registado. Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros 1.º de Outubro de 1823. — Simão Estelita Gomes da Fonseca.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N. 14.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. — Logo que S. Magestade Fidelissima reassumio tranquillidade, e felizmente a plenitude de Sua Soberania por huma Acclamação, e consenso geral de todos os Portuguezes, cansados de supportar males de toda a especie, hum dos primeiros objetos da Sua Regia e Paternal Solicitudade foi o restabelecimento das fraternas relações entre Portugal, e o Brazil, e para este fim me mandou ao Rio de Janeiro com o Conselheiro Francisco José Vieira em huma Commissão a tratar deste importante Negocio, do qual fazião parte os arranjos, e disposições das Tropas Europeas existentes em Monte Video; mas o Governo do Rio de Janeiro se escusou in

limine a receber a dita Commissão, inutilizando deste modo todas as vistas pacificas de S. Magestade Fidelissima, para cujo conhecimento de V. Excellencia remetto inclusa a Gazeta, em que se acha copiada a correspondencia, que teve lugar entre mim, e o dito Governo a este respeito. Sendo por tanto obrigado a sahir deste Porto amanhã no Brigue *Treze de Maio*, faço esta participação a V. Excellencia para sua intelligencia, assegurando-lhe que, na impossibilidade de dar alguma providencia, me apresso a levar tudo ao Conhecimento de S. Magestade, donde V. Excellencia deve esperar immediatas providencias, que por causa de tão inesperado successo ficão fóra d'omeu alcance.

Deos guarde a V. Excellencia. Bordo do Brigue Portuguez Parlamentario — *Treze de Maio* — surto no Porto do Rio de Janeiro 1.º de Outubro de 1823 — Illustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Alvaro da Costa — Conde de Rio Maior.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N. 15.

Entrego a V. Senhoria a Carta de Officio inclusa para D. Alvaro da Costa Brigadeiro, e Commandante das Forças Portuguezas, em Monte Video, a qual V. Senhoria a bem do Serviço de S. Magestade ElRei Nosso Senhor remeterá com a maior brevidade, e com segurança de lhe ser entregue.

Deos guarde a V. Senhoria. Bordo do Brigue — *Treze de Maio* — surto no Rio de Janeiro 2 de Outubro de 1823. — Conde de Rio Maior. — Sr. José Gregorio Pegado.

Remetto a V. Senhoria segunda via do Officio para D. Alvaro da Costa, de que V. Senhoria me remeterá recibo.

Bordo do Brigue — *Treze de Maio* — 2 de Outubro de 1823. — Conde de Rio Maior. — Sr. José Gregorio Pegado.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N.º 16.

Declaro que recebi do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde de Rio Maior huma Carta para D. Alvaro da Costa, no caso de ter proporção para a remetter, e ao contrario a entregarei em Lisboa ao mesmo Excellentissimo Senhor.

Bordo da Curveta — Voador — Parlamentaria surta no Porto do Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1823. — José Gregorio Pegado Capitão de Fragata, e Commandante.

Recebi do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Rio Maior a segunda via de hum Officio para D. Alvaro da Costa, para o remetter tendo occasião para isso, e ao contrario o levarei para Lisboa.

Bordo da Curveta — Voador — surta no Porto do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1823. — José Gregorio Pegado Capitão de Fragata, e Commandante.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

N.º 17.

O abaixo assignado Conde de Rio Maior roga ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos, Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e dos Estrangeiros, os seus respeituosos, e devidos cumprimentos para S. Magestade Imperial, e mais Senhores da Familia Imperial, no momento em que deixa este Porto; e por esta occasião reitera a S. Excellencia a sua constante consideração, e perfeita estima, tanto aqui, como na ausencia.

Bordo do Correio Portuguez Parlamentario — Treze de Maio — surto no Porto do Rio de Janeiro 1.º de Outubro de 1823. — Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos — Conde de Rio Maior.

Está conforme. *Gregorio Gomes da Silva.*

N.º 18.

Disse-me o Official do Registo que não içasse Bandeira, porque ha ordem nas Fortalezas para não deixar sahir Navio algum com Bandeira Portugueza, ainda que tivesse os papeis claros. — Manoel Pedro de Carvalho, Primeiro Tenente Commandante.

O original desta participação, que foi feita no momento de se fazer á vela o Correio — Treze de Maio — foi remettido ao Commandante da Curveta pelo Senhor Conde de Rio Maior para lhe servir de governo. — Antonio Xavier de Abreu Castello Branco.

Está conforme. *Gregorio Gomes da Silva.*

N.º 19.

Illustrissimo Sr. — Como em observancia da Carta Regia, que por copia a V. S.ª apresentei, se veja claramente que eu depois de effectuada a commissão, a que fui mandada á Bahia, tenho de unir-me ás Pessoas que Sua Magestade na mesma expressa que enviava ao Rio de Janeiro, apesar de não ter já lugar, por se achar concluido no seu ultimo effeito, o fim da minha Commissão á Bahia, resta-me executar a segunda parte da determinação da mesma Carta Regia, isto he, de unir-me no Rio de Janeiro ás sobreditas Pessoas, cujas Instrucções necessariamente hão de ser relativas a mim, e he indispensavel attender a que não haja o menor estorvo, embaraço, ou desintelligencia na effectuação e bem do Serviço de ElRei Nosso Senhor: Por tanto devendo eu seguir viagem para o Rio de Janeiro, e não me sendo provavel, se he mesmo que não he impossivel, achar para alli outro transporte, cumpre a V. S.ª á vista de tudo isto as expressões da mesma Carta Regia, e igualmente á vista do meu Passaporte, que tambem por copia lhe entrego, conduzir-me ao Rio de Janeiro, não devendo de fórma alguma hesitar em razão.

de suas Instruções e Passaporte, que o mandava ficar ás Ordens do Chefe de Divisão João Felis, em chegando á Bahia, pois que se elle ahi estivesse ainda, necessariamente me faria transportar ao Rio de Janeiro; e porque já se não acha, deve-se marchar debaixo da certeza disto mesmo, que elle era obrigado a fazer, e não deixasse sem plena execução a determinação de Sua Magestade, he evidente intelligencia da mesma Carta Regia, e ponderações já feitas, por tudo V. S.^a a mim o expendeo protestando pelas respectivas responsabilidades, a fim de que V. S.^a se determine. Deos guarde a V. S.^a Bahia, 20 de Agosto de 1823. — Ilmo. Sr. Manoel Pedro de Carvalho, Primeiro Tenente e Commandante do Bergantim — Treze de Maio — Assignado Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França, Marechal de Campo do Meu Real Exercito. — Eu ElRei vos envio muito saudar. Havendo reassumido o exercicio dos inalienaveis direitos, que pertencem á Magestade do Throno, o principal objeto das Minhas Paternaes sollicitudes he aremover e sanar os males de toda a especie, que a facção que se tinha levantado em Portugal, violenta e atrozmente suscitára. E porque hum dos mais funestos são as hostilidades, e mutua aggressão em que se acha a Provincia da Bahia, servindo de theatro a huma guerra civil, e devastadora, o que tão repugnante sempre foi ás Minhas Reaes Intenções: Confiando muito que em tudo Me servireis sempre bem e fielmente, como he de esperar da vossa pessoa: Hei por bem encarregar-vos a importante Commissão de passardes á Cidade da Bahia, para que de accordo, e intelligencia com o Chefe de Divisão João Felis Pereira de Campos, Commandante da Esquadra estacionada naquelles mares, e com o Brigadeiro- Ignacio Luiz Madeira, Governador Militar, e Commandante da Força de terra, se proceda á suspensão d'Armas, que pelas Ordens, que agora expeço áquelles Officiaes Generaes de Mar e Terra, se devem immediatamente propor aos Almirantes, Generaes, e Officiaes Commandantes que tiverem a sua frente; cessando assim as hostilidades, e toda a effusão de sangue, e mais effeitos de guerra, em quanto as differenças que as occurrencias passadas desgraçadamente havião produzido, se não ajustão definitivamente, e em quanto pelas pessoas de Minha Confiança, que ora envio ao Rio de Janeiro, e a que vós, depois de concluida esta vossa Commissão á Bahia, passardes logo a unir-vos, se não formão as condições da total evacuação da Cidade da Bahia pelas Tropas de Mar e Terra que alli se achão, as quaes em todo o caso se conservarão no mais rigoroso pé de disciplina, a fim de evitar as rixas, e desordens a que ainda póde dar lugar a irritação, em que naturalmente se conservão os animos. — Espero pois que empregareis nesta Com

missão o maior zelo, e prudencia, a fim de ter o melhor desempenho, o que muito vos recommendo. Escrita no Palacio da Bemposta em Lisboa aos 7 de Julho de 1823. — ELREI com Guarda. — Para Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França. — E eu João José Constantino de Sousa, Escrivão do Bergantim — Treze de Maio — surto no porto da Bahia o escrevi e assignei em 22 de Agosto de 1823. — João José Constantino de Souza, Escrivão.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

A bordo do Correio — Treze de Maio — de que he Comandante o Primeiro Tenente Manoel Pedro de Carvalho, parte o Marechal de Campo do Exercito Real Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França, Eencarregado de huma Comissão do Real Serviço, á Provincia da Bahia, e dalli ao Rio de Janeiro, levando consigo os criados do seu serviço. Lisboa no Palacio da Bemposta em 8 de Julho de 1823. Assignado — Conde de Sub serra. — E eu João José Constantino de Sousa o escrevi e assignei. Bordo do Bergantim — Treze de Maio — surto no Porto da Bahia em 22 de Agosto de 1823. — João José Constantino de Sousa, Escrivão.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

Senhor. — Tenho a honra de levar á presença de V. Magestade Imperial os documentos inclusos, pelos quaes mostro as razões que me obrigárão a vir á Barra deste Porto, a fim de não mallograr a Commissão, que ElRei meu Senhor, e Augusto Pai de Vossa Magestade Imperial, tão officialmente ordenou se effectuasse. Agora, Sr., cumpre-me saber se o serviço de ElRei, Meu Senhor, e Augusto Pai de V. Magestade Imperial exige que me demore, e entre neste Porto, ou que parta immediatamente para Lisboa, a fim de dar a devida conta da minha Commissão, para o que fico esperando as Ordens de Vossa Magestade Imperial. Bordo do Bergantim Portuguez Parlamentario — Treze de Maio — em 8 de Setembro de 1823. — Manoel Pedro de Carvalho.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

Illustrissimo e Excellentissimo Sr. — Tenho a honra de participar a V. Excellencia que na data de hontem pelas seis e meia da tarde se apresentou a meu bordo hum Official de Marinha e Ajudante do Inspector do Arsenal, e me fez sciente que vinha da parte de S. Magestade Imperial, a fim de acompanhar, e conduzir para a terra o Emissario de Sua Magestade Fidelissima, o Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, o que immediatamente assim se effectuou: achando-se pois preenchido o motivo por que fui obrigado a dirigr-me da Provincia da Bahia a este Porto, em conformidade da Carta Regia, e do

Passaporte, e do Officio que o dito Emissario me apresentou, cujas copias remetto inclusas a V. Excellencia, nada mais me resta agora senão fazer-me á véla sem perda de tempo, a fim de concluir a Commissão de que fui encarregado, e esperando de V. Excellencia assim o faça subir ao conhecimento de Sua Magestade Imperial. — Deos guarde a V. Excellencia. Bordo do Bergantim Portuguez Parlamantario — Treze de Maio — em 12 de Setembro de 1823. — Illustrissimo e Excellentissimo Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. — Manoel Pedro de Carvalho.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

Illustrissimo Senhor. — Com o mais profundo respeito cumpre-me representar que havendo eu dirigido a V. Excellencia hum Officio em data de 12 do corrente mez, no qual participava haver já preenchido o fim que me trouxe a este Porto pelo desembarque do Emissario de Sua Magestade Fidelissima, o Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França; e que por conseguinte me deveria fazer á véla quanto antes para Lisboa: como até ao presente nenhuma resposta tenha merecido o dito meu Officio, he por isso que eu rogo a V. Excellencia se digne responder-me sobre a possibilidade, ou impossibilidade de me afazer immediatamente á véla; e assim farei ver a ElRei meu Senhor que a minha demora neste Porto não foi arbitraria, ou espontanea. Deos guarde a V. Excellencia. Bordo do Bergantim Portuguez Parlamantario — Treze de Maio — em 16 de Setembro de 1823. — Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Joaquim Carneiro de Campos — Manoel Pedro de Carvalho.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva.

Aos vinte e dois dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos vinte e tres, pelas oito horas da noite, em frente da Barra da Bahia, juntou o Commandante os Officiaes da guarnição do Bergantim, e igualmente os dois Officiaes de Marinha, que vinhão de passagem, por se acharem prisioneiros na Cidade da Bahia, e propoz o decidir-se a votos se deverá ir a Lisboa, ou á Barra, ou á Costa do Rio de Janeiro, a fim de dar cumprimento ás Determinações de Sua Magestade, expedidas na Sua Carta Regia ao Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França, que eu tinha transportado para esta Provincia, e cujo se acha a bordo por perigar a sua vida em terra, o que se deixou ver pela hora a que se recolheo a bordo deste Bergantim no dia seguinte á minha entrada, e assim o dizer o dito Marechal, que o Governo lhe mandava dizer que não respondia por elle em terra, vistos os rumores, que já andavão: nestes termos refugiou-se a bordo, eu não tenho instruções, nem Passaporte para ir ao Rio de Ja-

neiro, elle Marechal não deve ir para Lisboa, em consequência da sua Cartá Regia, que me deo por copia; assim os Senhores dirão o que devo fazer para não mallograr a Commissão que Sua Magestade ordenou com tanta effervescencia, nem eu Commandante poder ser increpado de me afastar das minhas instruções, visto ellas em parte não terem tido a devida execução, por se não achar já na Bahia a Esquadra Portuguezá: e nestes termos todos unanimemente votárão que o Bergantim fosse á Costa ou Barra do Rio de Janeiro, como Parlamentario, deitar o dito Marechal, e que assim se tinha cumprido com as boas intenções de Sua Magestade; e por assim ser verdade lavrei o presente Termo, o que todos comigo assignárão, e se preciso for juramos aos Santos Evangelhos em ser verdade o acima expellido. Bordo do Bergantim — Treze de Maio — á véla em 22 de Agosto de 1823. — Assignados — Manoel Pedro de Carvalho, Primeiro Tenente Commandante. João José Constantino de Sousa, Escrivão. Francisco Duarte da Silva Franco, Primeiro Tenente da Armada Real. João Francisco da Fonseca, Primeiro Tenente. Joaquim Ribeiro de Moraes, Cirurgião. Felis José Moreira, Primeiro Piloto. Romão José de Freitas, Segundo Piloto. José Lopes, Carpinteiro. Marcellino José, Mestre.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva

N.º 20

Illustrissimo e Excellentissimo Sr. — No dia 18 de Agosto pela manhã e debaixo de serração, e chuva, entrei na Bahia; e sendo immediatamente a minha Embarcação subida por alguns Officiaes Inglezes, conhecemos então que aquella Cidade, Porto, e Provincia estava debaixo do dominio Brazileiro havendo embarcado toda a Tropa e Individuos, que se quizerão retirar no dia 2 de Julho, e havendo sido perseguidos, e tomados pelas Forças commandadas por Lord Cokrane muitos transportes de Tropas, e effectos. O Commandante do Porto exigio os documentos, com que podesse legalizar a minha entrada com Bandeira Parlamentaria, e pelo mesmo fui conduzido ao Palacio do Governo para o dito fim. O espirito effervescente, e orgulhoso pelas circumstancias, em que se achava aquelle Povo, era de reccar; posso porém dizer a V. Excellencia que, apesar do risco da minha propria vida, eu mantive a dignidade de ser Emissario de Sua Magestade Fidelissima. Não devendo alli demorar-me, mas sim unir-me a V. Excellencia nesta Corte, officiei para este fim ao Commandante do Bergantim, que me conduzira, e em resultado da sua deliberação havendo nos feito á véla a 22 do dito mez, viemos fundear com Bandeira Parlamentaria fóra da Barra desta Cidade no dia 7 do corrente. Immediatamente officiei ao respectivo Ministro e Secretario de Estado, fazendo-o sciente de tudo que eu podia, e me cabia dizer, afim de este Governo do Brazil deter-

miminar sobre o meu desembarque, como lhe aprouvesse. No dia seguinte recebi a Nota, a cujas expressões não me contento só de referir-me, mas considerando a sua importancia, a remetto por copia a V. Excellencia. A minha resposta foi negativa, acompanhada porém de todos os termos do devido respeito, pois que eu não só não fui munido de poderes alguns por S. M. F. senão para a suspensão de hostilidades, e união a V. Excellencia nesta Corte; porém nenhuma idéa tinha dos poderes, e instruções pelo mesmo Augusto Sr. a V. Excellencia conferidos.

Resta-me agora dizer a V. Excellencia que não podendo em razão do meu estado molesto, em que me acho, para evitar cujo perigo abordo, o Governo se dignou mandar-me desembarcar para a casa de meu Cunhado o Desembargador Antonio Garcez, ir pessoalmente unir-me á Deputação, como me he determinado, preciso que V. Excellencia me instrua para meu conhecimento, resolução, e obediencia.

Deos guardé a V. Excellencia. — Rio de Janeiro e Quartel e Casa do Desembargador Antonio Garcez 19 de Setembro de 1823.

— Illustrissimo e Excellentissimo Sr. Conde de Rio Maior. — Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva

O abaixo assignado Conselheiro, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios de Imperio, e dos Estrangeiros, accusa a recepção do Officio, que em data de hontem lhe dirigio o Senhor Marechal de Campo Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França, de bordo do Bergantim Portuguez — Treze de Maio — fundeado na Barra de esta Capital com Bandeira Parlamentaria, em o qual communica ter partido de Lisboa para a Bahia em Commissão de d. S. M. ElRei de Portugal e Algarves, com ordem de vir d'alli reunir-se nesta Corte a pessoas de sua Regia confiança, que naquella mesma occasião para aqui mandava; accrescentando que acabando de fundear nesta Barra, com Bandeira Parlamentaria, a fim de evitar todo e qualquer embaraço, lhe cumpria assim participar ao abaixo assignado, para que Sua Magestade Imperial Determinasse o que fosse do seu Imperial Agrado sobre o seu desembarque.

O abaixo assignado tem por tanto de significar ao Senhor Marechal em resposta que na situação hostil, em que se tem achado as duas Nações Brazileira e Portugueza, e absoluta separação de ambas, não póde Sua Magestade Imperial Determinar sobre o desembarque de S. Senhoria, sem que previamente seja informado, se S. Senhoria vem munido de poderes para reconhecer em Nome de Sua Magestade Fidelissima a Independencia do Brazil; pois o mesmo Augusto Senhor manda prevenir a S. Senhoria de que, Fiel aos empenhos que tem contrahido com a livre, e briosa Nação Brazileira, Zeloza, e Guarda da Dignidade Nacio-

nal, e Decoro da Sua Imperial Coroa, não está resolvido a ouvir proposições algumas da parte do Governo Portuguez, nem a entrar em ajustes, ou negociações quaesquer, sem que lhe sirvão de base, e condição *sine qua* o reconhecimento da Independencia Politica deste Imperio, e da Sua Imperante Dynastia.

O abaixo assignado, declarando ao Senhor Marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França os sentimentos positivos do Governo Brasileiro, e esperando que S. Senhoria se sirva dar a elles huma resposta cathogorica, aproveita esta occasião para dirigir-lhe as expressões de particular attenção com que o venera.

Palacio do Rio de Janeiro 8 de Setembro de 1823. — Assignado — José Joaquim Carneiro de Campos. — Ao Senhor Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva

N.º 21.

Illustrissimo Senhor — Aceso a receção do Officio, que V. Senhoria me dirigio em data de 18 do corrente mez com o documento que o acompanhava, de cujo conteudo fiquei inteirado, parecendo-me muito acertado tudo o praticado por V. Senhoria, sentindo muito o seu máo estado de saude, e estimando effizamente que as melhoras della comecem já a manifestar-se, e desejando a V. Senhoria todos quantos bens lhe devo, e posso appetecer. Cumpre-me agora participar a V. Senhoria que Sua Magestade Imperial recusou admittir a Commissão de Sua Magestade Fidelissima seu Augusto Pai, e que me fez indicar que se hião expedir as ordens necessarias para o regresso da mesma Commissão.

Nestas circumstancias convem saber o que V. Senhoria quer que se represente a respeito da sua pessoa, e regresso perante o Governo da Sua Magestade Imperial.

No caso porém que o máo estado da sua saude lhe não permita acompanhar agora a Commissão, V. Senhoria me poderá tambem expor as providencias, e meios de que necessitar, pois a tudo me prestarei segundo o Regio, e Magnanimo Coração de Sua Magestade Fidelissima meu Augusto Amo; na firme persuasão de que quanto eu praticar a este respeito, e a sollicitação de V. Senhoria, será pelo mesmo Augusto Senhor inteira e plenamente approvado; persuadido eu que V. Senhoria jámais duvidaria de que a Commissão de Sua Magestade Fidelissima, e eu em particular, nos esqueceriamos das considerações que em razão da sua pessoa eramos obrigados a ter, independente mesmo de se receber o mencionado Officio de V. Senhoria.

Deus guarde a V. Senhoria. Bordo da Curveta Portugueza Parlamentaria — Voador — surta no Porto do Rio de Janeiro 23 de Setembro de 1823. — Illustrissimo Senhor Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França — Conde de Rio Maior.

N.º 22.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. — Recebo o Officio de V. Excellencia de hontem, no qual accusa a recepção do que eu tive a honra de dirigir a V. Excellencia e me participa como S. Magestade Imperial recusára admittir a Commissão de S. Magestade Fidelissima, Seu Augusto Pai, e fizera indicar a V. Excellencia que se hião expedir as Ordens para o regresso da mesma Commissão.

Nestas circumstancias me diz V. Excellencia que convem saber o que eu quero se represente perante o Governo de S. Magestade Imperial a respito da minha pessoa, e regresso; e finalmente V. Excellencia me propõe que não permittindo o estado da minha saude que eu acompanhe agora a Commissão, exponha eu a V. Excellencia os meios, e providencias de que necessito, pois que V. Excellencia a tudo se prestará, segundo o Regio, e Magnanimo Coração de S. Magestade Fidelissima.

A prudencia, e a delicadeza presidirão a este Officio, com que V. Excellencia me honra, e sobre cujo objecto eu quizera ser mais diffuso; mas o desgraçado estado da minha saude me obriga á maior concisão, não sendo já sem grande incommodo que dicto estas poucas, e mal tecidas palavras. Póde V. Excellencia representar ao Governo do Imperio Brazilico como o meu perigoso estado de saude me impede de regressar com a Commissão: pelo que respeita á minha pessoa, bem longe de haver necessidade de representações, ou recommendação, cumpre espalhar por todo o Mundo que S. Magestade Imperial tem mostrado para comigo huma Magnanimidade toda propria d'Elle Mesmo, e da Sua Alta Jerarchia.

Em quanto ao Offerecimento, que V. Excellencia me faz, contando sobre o Magnanimo Coração de S. Magestade Fidelissima, nada tenho a propor, nem a pedir, assim como tudo tenho a esperar da Justiça e Munificencia do Mesmo Augusto Senhor, se os Ceos permittirem que eu ainda possa embarcar, e prostrado a Seus pés beijar-lhe a Regia, e Bemfazeja Mão.

Pelas obrigantés expressões de V. Excellencia, e cuidado que lhe merece o meu desgraçado estado, sou, quanto se póde ser, sensível e agradecido.

Rogo a V. Excellencia, como a maior mercê, que he possivel fazer-se-me, a graça de beijar por mim a Mão de S. Magestade.

Deos guarde a V. Excellencia. Quartel, e Casa do Desembargador Antonio Garcez 24 de Setembro de 1823. — Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Rio Maior. — Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva

N.º 23.

Illustrissimo Senhor — Previno a V. Senhoria que amanhã 2 do corrente saio naturalmente deste Porto, apezar de se finda-

rem Sabbado os cinco dias daçõs pelo Governo para eu deixar o mesmo Porto, e vou abordo do Brigue — Treze de Maio — ficando aqui detida, com Bandeira, e Passaporte Parlamentarios, a Curveta — Voador — até que se decida a sua sorte, que espero seja a da Justiça; e por tanto ha de a Curveta retroceder a Lisboa. O que participo a V. Senhoria. Bordo do Brigue Parlamentario — Treze de Maio — 1.º de Outubro de 1823. — O Conde de Rio Maior — Senhor Luiz Paulino de Oliveira Pinto de França.

Está conforme.

Gregorio Gomes da Silva

Copia da Carta de ElRei Nosso Senhor, escripta de seu proprio Punho a S. A. R. o Principe D. Pedro de Alcantara, levada pelo Conde de Rio Maior, e que voltou fechada ás Mãos de sua Magestade, por não consentir o Governo do Rio de Janeiro que S. A. Real a recebesse.

Meu Filho: — Tempo he já de se pôr termo ás funestas discordias, que tem desunido os dois Reinos de Portugal, e do Brasil, que tantos damnos tem causado aos seus habitantes, e que tão profundamente tem magoado o meu coração. Os grandes sucessos ultimamente aqui acontecidos, restituindo-me a Coroa com o mesmo esplendor que dantes tinha, me dão a feliz oportunidade de ser o primeiro a procurar-te com os braços abertos, e prompto a recolher em meu peito os filiaes sentimentos de que por certo estás animado.

Já enviei ordem para immediata suspensão de hostilidades na Bahia: removi todos os obstaculos que as Cortes oppozerão á communicação reciproca dos dois Reinos: conservo os exclusivos favoraveis ao Commercio do Brazil: nenhuma alteração existe da minha parte, que possa fazer variar as anteriores relações dos Portuguezes de ambos os Hemisferios; e espero que concorras óa tua parte para ellas se restabelecerem promptamente em beneficio destes bons povos, que algum dia deves reger, que muito nos merecem, e cuja prosperidade deve ser o objeto dos nossos votos, e dos nossos cuidados, e até dos nossos sacrificios.

Confio que corresponderás com gosto e franqueza a estes meus sentimentos, e te prestarás a tudo que for em beneficio dos dois Reinos, e conforme com a dignidade de nossas Pessoas, da nossa Casa, e Familia, e com os verdadeiros interesses de todos os Portuguezes.

Deos te abençoe para que continues a merecer a Benção que com prazer te lanço como

Pai que muito te estima

Com a Rubrica de SUA Magestade.

Paço da Bemposta em
23 de Julho de 1823.

Carta de ElRei Nosso Senhor a Sua Alteza a Princeza Real, levada pelo Conde de Rio Maior, e que voltou fechada ás Mãos de Sua Magestade, por não consentir o Governo do Rio de Janeiro que Sua Alteza Real a recebesse.

Minha Filha do meu coração. Tenho recebido varias cartas tuas, que estimei muito, por ter a certeza que estás boa, e que tiveste huma Filha com muito bom successo: não tenho respondido, porque as circumstancias me não permittião; agora que me he possivel, não quero faltar a significar-te o quanto te estimo, e quanto sinto a nossa separação. O portador desta carta he o Conde de Rio Maior. — Eu estou com bastante incommodo nas pernas: o resto da Familia Real está boa. — Desejarei que esta te ache desfructando huma vigorosa saude, e toda a tua Familia, nascidos os meus desejos do muito que me prézo ser

Pai que muito te ama.

Com a Rubrica de SUA MAGESTADE.

Paço da Bemposta em
23 de Julho de 1823

Na Impressão Regia.

Tendo Sua Magestade Fidelissima ElRei meu Amo Mandado a esta Cidade, a bordo da Corveta — Voador — huma Commissão a tratar com este Governo Negocios importantes, debaixo de Passaporte Parlamentario, succede que o sobredito Governo, contra o Direto das Gentes, authoridade do referido Passaporte, sem attender a quantas Reclamações, e Exposições se hão feito, obriga as Pessoas da mesma Commissão a sahir deste Porto no Correio Portuguez — Treze de Maio — deixando nelle ficar retida a Corveta, seu Commandante, e Tripulação, com o frivolo pretexto de decidir-se em Tribunal competente se ella deve, ou não, ser havida como Parlamentaria, não obstante o seu reconhecido Passaporte, e destino, e só porque entrára neste Porto, que se diz Inimigo, com Bandeira Portugueza. E como á vista destes termos do Governo, e circumstancias deste Paiz, os Subditos de Sua Magestade Fidelissima, sendo tratados como Estrangeiros, não tenham aqui Pessoa authorizada para os proteger, nem seja facil encontralla, pelo receio de se comprometter com o memo Governo, e V. S.^a seja o Consul de huma Nação Alliada de Portugal, como he a Nação Britanica, não posso deixar de me dirigir a V. S.^a rogando, em Nome de meu Augusto Amo, que quanto o permittir o carafér, e situação de V. S.^a se sirva intervir publica ou particularmente nesta questão, segundo lhe for pedido pelo Commandante da referida Corveta, o Capitão de Fragata José Gregorio Pegado, que esta lhe ha de apresentar, e

ao qual V. S.^a poderá dar inteiro crédito nas Informações, que a este respeito elle lhe der, ou V. S.^a delle exigir para sua direcção, e conhecimento. = Rogo tambem a V. S.^a o favor de prestar ao mencionado Commandante todos os mais auxilios, ou soccorros, que em qualquer exito lhe sejam absolutamente necessarios, e os quaes elle está authorizado a sollicitar, para cujo fim se lhe deixa faculdade de poder saçar sobre o Erario de Lisboa Letras pelo valor das quantias que receber, em resultado das Ordens Regias, por que eu fui para isso authorizado, e das quaes ficão ao mesmo Commandante copias authenticas; na certeza de que meu Augusto Amo terá em consideração todo e qualquer serviço, que V. S.^a se servir prestar neste negocio. = Deos guarde a V. S.^a — Bordo da Corveta Portugueza Parlamentaria — Voador — surta no Porto do Rio de Janeiro 27 de Setembro de 1823. — Ao Senhor Chamberlein, Consul Geral de Sua Magestade Britanica. — O Conde de Rio Maior.

N. B. Na mesma data, e conformidade officiou a Mar. J. B. Malet, Consul Geral de Sua Magestade Christianissima. (1)

(1) NOTA — Desta correspondência; observa-se que D. João VI não queria a luta entre portuguezas e brasileiros, concordando com a igualdade de direitos dos dois Reinos aceitava virtualmente a independência do Brasil; enviando "ordem para imediata suspensão de hostilidades na Bahia" procurava manter a amizade e as relações comerciais entre os dois povos.

Vê-se que o Marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, o grande bahiano, respeitado por todos, mesmo em momentos de grande exaltação, foi o embaixador da paz, deu mostras de coragem, pondo em perigo a própria vida, e, sem medir sacrificios de saúde, morreu na execução de sua nobre missão, servindo à pátria.